

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA POLÍTICA**

A POBREZA DO “HOMEM”

ADIR VALDEMAR GARCIA

**FLORIANÓPOLIS
2005**

ADIR VALDEMAR GARCIA

A POBREZA DO “HOMEM”

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do título de Doutor em Sociologia Política.

Orientador: Dr. Fernando Ponte de Souza
Co-orientador: Dr. Paulo Sérgio Tumolo

**Florianópolis
2005**

ADIR VALDEMAR GARCIA

A POBREZA DO “HOMEM”

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação da Banca examinadora para a obtenção do título de **Doutor em Sociologia Política**.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Fernando Ponte de Sousa
Presidente

Prof. Dr. Paulo Sérgio Tumolo
co-orientador

Prof. Dr. José Paulo Netto
Membro

Prof. Dr. Ricardo Antunes
Membro

Prof. Dr. Erni José Seibel
Membro

Prof. Dr. Ary Minela
Membro

Aos meus pais, Valdemar e Isaura (in memoriam) que, com toda a sabedoria, carinho e atenção ensinaram que é necessário lutar.

AGRADECIMENTOS

À minha família que incentivou o desenvolvimento dos meus estudos. Obrigado pelo carinho, pelo amor e pelo orgulho que sempre demonstraram ter.

Ao meu querido companheiro Celso Tumolo, incansável, tolerante, incentivador. São incontáveis os momentos em que me apoiou.

Aos meus queridos professores e amigos que orientaram este trabalho, Fernando e Paulo, que foram fundamentais para que pudesse amadurecer teoricamente.

Aos amigos de todas as horas, em especial Bel, Lili, Dione, Fleuri, Lilian, Gabriel, que sempre, com carinho e atenção, dispuseram de tempo para me ouvir. Ao Léo, Bia, Luis Cláudio que, de certa forma, também estiveram próximos neste momento.

À família Tumolo – em especial ao senhor Newton – minha segunda família.

Aos amigos de trabalho do Programa de Atenção à Saúde do Adolescente, pelo incentivo constante.

Aos amigos surgidos do curso: Alexandre, Ariston, Daniel, Mônica, Gabriel e Valéria.

Aos companheiros do LASTRO – Laboratório de Sociologia do Trabalho – por todas as discussões que travamos e que foram fundamentais na elaboração deste trabalho.

Aos professores do Departamento de Sociologia Política, em especial, àqueles com quem tive a oportunidade de conviver um pouco mais em função das disciplinas cursadas. Um agradecimento especial, também, aos professores Ary Minela e Erni Seibel por terem participado da banca de qualificação.

A Albertina e Fátima, sempre dispostas a ajudar.

A todos os demais que participaram, direta ou indiretamente, da minha vida durante o doutorado.

Um agradecimento especial a KARL MARX e a todos aqueles que continuam na luta incansável com vistas a construção de uma outra ordem social onde não precisemos nos referir à “pobreza do ‘homem’” pelo simples fato de não existir.

RESUMO

Este estudo tem por objetivo apresentar reflexões em torno da pobreza no capitalismo. Inicialmente, faço um levantamento bibliográfico visando mostrar como o fenômeno pobreza tem sido definido. De modo especial, estabeleço um diálogo com teóricos social-democratas que estudam esse fenômeno, buscando apresentar as limitações das explicações oferecidas por eles a este respeito. Tais teóricos entendem que a pobreza pode e deve ser diminuída/erradicada no interior do capitalismo, o que leva à compreensão de que o fenômeno pode ser definido como conjuntural. Ao compreender dessa forma, a análise das causas, bem como a sugestão de soluções para a pobreza apresentam-se descoladas da realidade social fazendo com que o discurso dos social-democratas, apesar de crítico, apareça como discurso ideológico que favorece a manutenção da ordem do capital. Dentre os problemas da análise social-democrata sobre a pobreza, o maior está relacionado à defesa da possibilidade de controle do sistema sociometabólico do capital a partir da ação do Estado, tanto no que diz respeito ao âmbito nacional como ao global. Como contraposição a este tipo de compreensão e análise, apresento a necessidade premente de retomada da análise marxista do fenômeno pobreza, sustentando que esta é a teoria capaz de tomá-lo de forma concreta. Para tanto, retomo estudos de autores marxistas que buscaram descrever e explicar como Marx tratou o fenômeno; faço observações em relação à compreensão obtida, propondo um retorno à obra marxiana para reparar o que denominei como “problemas de interpretação”. A retomada dos estudos de Marx e de marxistas permite questionar profundamente a análise social-democrata que vislumbra a possibilidade de diminuição/erradicação da pobreza. Para Marx e seus seguidores, a pobreza é um fenômeno estrutural que está na base da produção e reprodução do capital. Sua diminuição só pode ser conjuntural e sua erradicação é impossível. Esta corrente teórica sustenta que o capital é incontrolável e que o Estado, posto pelos social-democratas como elemento de controle do capital, é incapaz de fazê-lo, visto que é parte constitutiva da ordem do capital. Isto significa que o controle seria sua própria morte.

Palavras-chaves: pobreza; capital; Estado; teoria social-democrata; teoria marxista.

ABSTRACT

This study aims at presenting a discussion on poverty in capitalism. Initially, I bring the review of literature to show how the phenomenon poverty has been defined. I, then, establish a dialogue with social-democratic scholars who study the phenomenon, so as to make explicit the limitations of the explanations offered by them in this respect. Such scholars understand that poverty can and should be reduced/eradicated within capitalism, leading to the understanding that the phenomenon can be defined as temporary. In understanding this way, the analysis of the causes, as well as the suggestions of solutions for poverty is removed from the social reality making the discourse of the social-democrats, though critical, appear as ideological, favoring the maintenance of the order of the capital. Among the problems of the social-democratic analysis on the poverty, the most serious is related to the defense of the possibility of control of the sociometabolic system of the capital, based on the action of the State, both nationwide and worldwide. In opposition to this understanding and analysis, I present the need for retaking the Marxist analysis of the phenomenon poverty, claiming that this is the theory capable of taking on the analysis in a concrete way. For such, I retake the studies by Marxist writers who sought to describe and explain how Marx treated the phenomenon; I analyze their understanding, proposing a return to Marxian work to repair what I called “interpretation problems”. The retaking of studies by Marx and by Marxists allows to challenge the social-democratic analysis that accepts the possibility of reduction/eradication of poverty. For Marx and his followers, poverty is a structural phenomenon inherent to the production and reproduction of the capital. Its reduction can only be temporary and its eradication is impossible. This theoretical current claims that the capital is uncontrollable and that the State, as advocated by the social-democrats as element of control of the capital, is unable to do it, because it is constituent part of the order of the capital. This means that the control would be its own death.

Keywords: poverty; capital; State; social-democratic theory; Marxist theory.

A POBREZA DO “HOMEM”

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO I	23
O FENÔMENO “POBREZA”: REVENDO COMPREENSÕES	23
1 – Retomando elementos históricos sobre a pobreza.....	25
1.1 – A pobreza no feudalismo.....	25
1.2 – A pobreza no capitalismo.....	34
2 – Especificando significações sobre pobreza.....	48
2.1 – O fenômeno pobreza sob o ponto de vista “liberal/neoliberal”.....	51
2.2 – O fenômeno pobreza sob o ponto de vista “social-democrata”.....	71
2.2.1 – Significações de pobreza a partir da “dimensão econômica”.....	78
2.2.2 – Significações de pobreza a partir da “dimensão política”.....	89
2.2.3 – Uma “visão diferenciada”.....	92
3 – Considerações acerca das significações apresentadas.....	93
4 – Onde reside a dificuldade da definição: a medida da pobreza.....	94
4.1 – Discutindo o dimensionamento das necessidades básicas.....	103
CAPÍTULO II	115
AS CAUSAS DA POBREZA	115
1 – A ênfase na “dimensão econômica”.....	120
2 – A ênfase na “dimensão política”.....	151
3 – As causas a partir de uma “visão diferenciada”.....	158
CAPÍTULO III	160
FORMAS DE SUPERAÇÃO DA POBREZA	160
1 – Soluções com ênfase na “dimensão econômica”.....	163
2 – Soluções com ênfase na “dimensão política”.....	199
3 – A solução a partir da “visão diferenciada”.....	209
4 – O Estado como diminuidor/erradicador da pobreza.....	215
5 – A crítica no interior da própria social-democracia.....	240

CAPÍTULO IV	247
A POBREZA NA TEORIA MARXISTA	247
1 – Um breve retrospecto.....	248
2 – A pobreza sob o olhar marxista: interpretações.....	265
2.1 – Com a palavra: Marx.....	278
2.2 – A pobreza sob o olhar marxista: considerações às interpretações.....	302
2.3 – O Estado (do capital).....	309
2.4 – Ordem global, controle do capital e pobreza.....	334
CONSIDERAÇÕES FINAIS	343
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	353

INTRODUÇÃO

Hay hombres que luchan un día y son buenos
 Hay otros que luchan un año y son mejores
 Hay quienes luchan muchos años y son muy buenos
 Pero hay los que luchan toda la vida
 Esos son los imprescindibles

Bertold Brecht

Ao longo dos três últimos séculos, em especial, é inegável a ocorrência de grandes transformações em todas as áreas da organização social. Elas se deram no campo da produção, da política, da cultura, alterando a configuração do poder em termos nacionais e internacionais.

A aceleração do desenvolvimento, com destaque para o campo da informatização, altera substancialmente as dinâmicas sociais, em especial a organização do mundo do trabalho. Não é sem motivo que este desenvolvimento vertiginoso recebe a denominação de “Terceira Revolução Industrial”. Porém, é necessário destacar que ele ocorre no âmbito de um sistema que mantém e aprofunda as suas contradições.

Por isso, até o momento, assim como as duas revoluções anteriores, esta “terceira revolução” não conseguiu resolver grandes problemas que afligem a humanidade, sendo o principal deles, o fenômeno denominado **pobreza**. Digo desta forma porque o desenvolvimento traz consigo a noção de “melhoria da qualidade de vida”; de erradicação de doenças; do fim da fome, do analfabetismo e da violência; da resolução dos problemas causados pelo próprio desenvolvimento, principalmente em relação à destruição do meio-ambiente. Enfim, ele traz consigo a noção de “**inclusão**”.¹ Estas mudanças podem não

¹ Os termos “exclusão” e “inclusão” são sistematicamente utilizados nos estudos sobre pobreza. Na ampla maioria das vezes, não são feitas considerações em torno do seu significado. Faço esta observação porque alguns estudiosos dedicam atenção específica a tais termos. Nos estudos onde não aparecem explicações em torno do uso desses termos, eles normalmente expressam o fato de indivíduos não terem acesso aos “benefícios” do sistema, dentre eles, o emprego. Em muitos casos também é possível entender que aqueles que estão “excluídos” não fazem parte do sistema. Isto me parece bem problemático, pois teríamos de entender que existe um sistema capitalista, onde as pessoas estão incluídas, e um “outro” sistema onde só existe a “exclusão”. Não discutirei esta questão; apenas faço, em alguns momentos, breves observações a este respeito. Parto do princípio que não existe “exclusão social”. Todos, indistintamente, são parte deste sistema social. O que pode ser aceito é que alguns estejam “excluídos” de dinâmicas sociais específicas desse sistema, como por exemplo, sem acesso à saúde, educação, trabalho, etc. Concordo com Castel (2000) quando faz uma crítica ao uso do termo “exclusão” visto que, normalmente, acaba sendo usado para significar processos de desestabilização (degradação das condições de trabalho ou fragmentação dos suportes sociais). Para o autor, a lógica da exclusão opera por procedimentos oficiais, não sendo nem arbitrária nem acidental. Dentre os autores que discutem mais especificamente o assunto, ver: Castel (2000), Oliveira (1997), Zaluar (1997), Capucha (1998), Moller e Hespanha (2002), Martins (2002 e 2003) e Scherer-Warren (2004).

acontecer, mas paira sobre o desenvolvimento “a esperança de dias melhores”. Não podemos negar alguns avanços na busca da diminuição do sofrimento humano. Parece, porém, que estamos longe de realizar os baluartes da modernidade², apesar de muitos defenderem ser possível realizá-los dentro da ordem social que se estabelece com ela.

Mesmo que tenha ocorrido uma diminuição da pobreza mundial, o problema continua muito grave. Pochmann et al (2004) destacam que cerca de 50% da população mundial vive, atualmente, com menos de 2 dólares por dia. Esses compõem o conjunto dos considerados pobres e miseráveis. Chamar a atenção para um dado tão estarrecedor não tem sido ação restrita de anticapitalistas ou de social-democratas. Instituições como Banco Mundial e FMI têm realçado o problema em seus relatórios. Paul O’Neill (2001), então secretário do Tesouro dos EUA, em um artigo intitulado “O combate à pobreza global”, citou uma fala de George W. Bush onde este afirmava que “ ‘um mundo onde alguns vivem em conforto e plenitude, enquanto a metade da raça humana vive com menos de 2 dólares por dia, não é justo nem estável.’” Podemos questionar as intenções de tais instituições e do senhor Bush, mas é importante destacar o fato de que a pobreza não pode ser ignorada, nem mesmo por aqueles que defendem a permanência da ordem que a perpetua. Na América Latina, segundo dados da CEPAL (2004), 44% da população estava em situação de pobreza em 2002. Desses, 19,4% eram indigentes. Rocha (2004) destaca que a pobreza no Brasil, em 2002, atingia 20,7% da população.

É importante lembrar que a diminuição da pobreza não se dá de forma linear e regular. A história mostra momentos de retrocesso em vários países. A situação vivida pela Argentina em 2002 é um bom exemplo. Segundo a CEPAL (2004), na Grande Buenos Aires, o índice de pobreza salta de 19,7% em 1999 para 41, 5% em 2002. Tais dados realçam a importância de procedermos reflexões acerca desse fenômeno. Neste sentido, Fiori (2001, p.39) diz que

dois temas ocupam lugar de destaque na agenda das discussões socioeconômicas neste início do século XXI: o redesenho do mapa geopolítico e a polarização crescente da riqueza e do poder mundiais, e a **pauperização de grandes massas populacionais, sobretudo na periferia do sistema capitalista**. (...). Não são problemas novos, vêm sendo discutidos há muito tempo, nos campos teórico e político. Seu retorno surpreende apenas porque foram temas soterrados, nas últimas décadas, pela supremacia acadêmica e ideológica das idéias neoliberais (grifo meu).

² Ver Harvey (1993).

Diria que o interesse, pelo menos no que diz respeito à pauperização, não só na periferia do sistema, mas também no seu centro, já vem sendo destacado desde a década de 70 do século XX. As duas décadas posteriores, em especial a década de 1990, parecem se constituir num momento no qual a pobreza acaba sendo alçada à condição de “tema central”. Acredito que o tema não tenha sido “soterrado”, como entende Fiori, mas que apenas tenha passado a ser debatido a partir de uma perspectiva diferente daquela que se estabelecera com o fortalecimento da social-democracia, ou seja, pelo denominado neoliberalismo. Acredito também que não houve um decréscimo no que tange à produção teórica no campo da social-democracia. O que parece ter ocorrido é que, com a adesão de um número significativo de estudiosos aos pressupostos dessa vertente teórica, ocorre uma diminuição da produção no campo marxista, considerado, aqui, em sua radicalidade.³

Meu objetivo, neste estudo, é apresentar uma reflexão sobre a pobreza, mais especificamente, sobre como este fenômeno vem sendo analisado a partir da década de 1970. Parece que, a partir daí, cria-se quase que um consenso em torno da crença de que a pobreza é resultado de um “**determinado modelo econômico**” e de uma “**determinada opção política**”. Pode-se afirmar que o fenômeno pobreza, principalmente a partir da década de 1980, passou a ser visto por autores de orientação social-democrata⁴ como resultado do modelo econômico adotado, pautado em políticas neoliberais. Para eles, os planos de ajuste econômico baseados nestas políticas não afetam apenas os países “em desenvolvimento”, mas também os países centrais que, de certa forma, começam a se defrontar com o problema do aumento da pobreza. Destacam que, nessa mesma época, os organismos multilaterais,

³ Considero necessário fazer uma observação a este respeito. O termo “marxista” é utilizado, neste trabalho, para definir um campo de análise teórica baseado nos estudos de Marx sobre a sociedade capitalista. Não significa a consideração de alguns elementos desta análise, mas a adesão aos elementos fundamentais do que tomo aqui como uma teoria. Neste caso, é fundamental a adoção do método dialético, da teoria do valor-trabalho e da perspectiva revolucionária. Digo isto porque muitos intelectuais se utilizam de Marx e de outros autores que corroboram com os fundamentos de suas análises para sustentar posições que, ao final, colocam por terra a própria teoria. O aspecto mais claro, neste sentido, é a compreensão que muitos autores que se colocam no campo do marxismo têm do papel do Estado e da possibilidade de controle do capital. Não tomarei tais autores como marxistas. Eles constituem um grupo de críticos do capitalismo, mas não de marxistas, conforme a especificidade aqui definida. Doravante, serão denominados social-democratas, de acordo com as especificações apontadas posteriormente, em especial, no capítulo I. Haupt (1983) faz uma análise do uso de termos como “marxista”, “marxismo”, “marxiano” e ressalta a necessidade de deixar claro a que se está referindo.

⁴ Foram considerados como autores de orientação social-democrata aqueles que, de algum modo, relativizam ou abandonam um ou mais dos pressupostos básicos do marxismo. Em muitos casos, a perspectiva reformista e de controle do capital é o que os coloca neste campo. É necessário deixar claro que, na maioria dos casos, são autores extremamente críticos em relação ao capitalismo. Alguns se aproximam da perspectiva social-democrata do início do século XX, cuja defesa do socialismo ainda persiste, mas, na maioria dos casos, prevalece a defesa de um “capitalismo humanizado”. Também é necessário esclarecer que a colocação desses autores no campo da social-democracia está circunscrita à análise dos textos aqui utilizados, podendo ser possível que, em outros textos, apresentem posição diferenciada.

principalmente FMI e Banco Mundial, começam a demonstrar maiores “preocupações” com o contorno que o problema está tomando em termos globais.

Creio que não seria impróprio afirmar que, no momento, este tipo de interpretação adquiri o *status* de “pensamento único” no que se refere às críticas ao neoliberalismo. É bom esclarecer que este termo é utilizado por autores social-democratas para caracterizar o pensamento neoliberal, como pode ser visto em, dentre outros, Boron (2002).

Esses autores não se colocam mais no campo do “anticapitalismo”, mas, como assevera Wood (2003, p.37), se caracterizam como críticos desse sistema sem, no entanto, deixar de vê-lo “ (...) como o único ‘jogo’ disponível [desejando apenas] que os capitalistas sejam mais humanos e mais socialmente responsáveis.”⁵ Neste sentido, entendo que eles não vêem o capitalismo como “uma ordem”, mas como “a ordem”. Wood também ressalta o fato de eles não atribuírem os problemas sociais, dentre eles a pobreza, ao capitalismo propriamente dito, mas a tipos particulares de capitalismo, a exemplo do que fazem quando criticam o denominado “neoliberalismo” ou, como destaca a autora, o capitalismo de mercado desregulamentado. Uma outra coisa que pode ser observada, e também apontada por Wood, é a culpa atribuída pela ampla maioria desses “críticos do capitalismo” à globalização. Ou seja, o problema passa a ser o capitalismo globalizado.

Alguns desses autores, porém, se apresentam como defensores do socialismo, a exemplo de Tévoédjré, Pereira⁶ e Boron⁷, como veremos posteriormente. Mas esses autores, apesar de pautados em proposições do próprio Marx ou de outros comunistas da mesma linhagem, destacam o Estado como elemento efetivador das medidas necessárias para solucionar a pobreza, mesmo que críticas severas sejam feitas ao Estado, como sendo um Estado de classe e do capital.

É principalmente com o pensamento social-democrata que vou dialogar nesta tese. Ele será o objeto de análise, particularmente no que diz respeito à compreensão que esta corrente de pensamento tem do fenômeno pobreza. O que pode ser percebido, a partir do

⁵ Wood (2001, p.11) diz que “o colapso do comunismo, no fim da década de 1980 e início da de 1990, pareceu confirmar aquilo que muitas pessoas acreditam há tempos: que o capitalismo é a condição natural da humanidade, que ele se harmoniza com as leis da natureza e as inclinações humanas fundamentais e que qualquer desvio dessas leis naturais e inclinações só pode ocasionar mau resultado”. Ver também Wood (2003a).

⁶ Essa postura pode ser observada, principalmente em Pereira (1986), onde a autora faz uma análise do papel do Estado de Bem-Estar social e da igualdade na teoria marxista. Pereira (2002) relativiza um pouco mais sua postura, aproximando-se da social-democracia.

⁷ A defesa do socialismo está melhor definida em Boron (1994). Nesta obra, o autor faz uma defesa incondicional do socialismo, mas entende que, apesar de as reformas não levarem por si sós a isto, são o único caminho que se apresenta.

exame da literatura, é que a pobreza está sendo analisada a partir de três perspectivas que, embora distintas, não se excluem. A primeira como um fenômeno conjuntural, o que pressupõe solução no interior do próprio sistema, podendo então, desaparecer enquanto problema social. Ela está sendo analisada quase que a partir de um único ponto de vista, como resultado das chamadas políticas neoliberais e do modelo econômico que se estrutura a partir delas; ou ainda analisada como resultado de uma crise conjuntural do capitalismo, cujo foco central é a globalização e, em especial, a supremacia do capital financeiro, que tem como um dos resultados mais arrasadores, o aumento do desemprego. A segunda perspectiva, como um problema “político”, em primeiro plano, e não como um problema econômico, apesar de não ser descartado esse viés do fenômeno. Neste caso, a causa é a ausência de cidadania. Entendo que, associar a pobreza primordialmente à questão econômica, como é feito na primeira perspectiva, ou à questão política, como na segunda, é desconsiderar uma visão de totalidade na análise do fenômeno. A terceira perspectiva de análise do problema parte da insustentabilidade dos padrões de consumo instituídos no capitalismo, o que faz com que a pobreza possa ser tomada como positiva, desde que não represente miséria.

As “políticas neoliberais” e o “modelo econômico” pautado na chamada “globalização excludente” acarretam um grande problema para as políticas sociais, consideradas chaves no aplacamento da pobreza. Por isso, as políticas sociais, neste caso, também têm sido alvo de vários estudos. A maioria dos autores, a exemplo de Soares (2001, p.13), chama a atenção para “**o papel primordial das Políticas Sociais na resolução dos problemas sociais, agravados pelos ajustes, que hoje afligem parcela considerável de latinoamericanos**” (grifo da autora). Neste caso, é necessário **analisar o conjunto de argumentos utilizados para sustentar que as políticas sociais têm o papel, bem como a possibilidade, de resolver os problemas sociais. Essas políticas são vistas como uma forma de combate aos efeitos perversos do capitalismo, e o efeito perverso, por excelência, apontado pela ampla maioria dos estudiosos é a pobreza.**

O fato de as conseqüências, advindas do modelo de desenvolvimento que hoje vigora, não poderem ser festejadas, parece ser um consenso, mesmo considerando as diversas correntes teóricas.⁸ A diferença reside na crença na solução, bem como nas estratégias a serem utilizadas para tal.

⁸ Existe uma explícita preocupação com a persistência da pobreza, com o desemprego, com as desigualdades, com a discriminação étnica e de gênero, com os conflitos gerados pela busca ou manutenção do poder (em termos nacionais e internacionais), com a destruição do planeta, etc.

De modo geral, a “pobreza” é compreendida como “falta”. Esta “falta” não diz respeito apenas a elementos materiais, apesar de esta ser a conotação mais expressiva, mas também a questões políticas, principalmente no que diz respeito à ausência de cidadania.⁹ Isto nos leva a perceber o estabelecimento de uma hierarquia entre uma “dimensão econômica” e uma “dimensão política” do fenômeno pobreza. Ou seja, é efetuada uma cisão na busca de uma explicação para o fenômeno, o que implicará diretamente na apresentação de soluções.

Assim, a pobreza é destacada a partir da sua negatividade. Tomada como flagelo humano, deve ser extirpada. Mas há quem a veja como positiva, como no caso de Tévoédjré (1982), desde que não seja compreendida como miséria e indignidade. Este se torna um aspecto importante na discussão sobre o tema, pois no centro de todo o debate, o que se mostra mais inquietante é o estabelecimento da divisão entre “pobres” e “não pobres”. Ou seja, parece que o problema da pobreza não está tanto na sua definição, mas no seu dimensionamento.

Em uma primeira análise, parece que tudo o que poderia ser dito sobre o tema **pobreza**, enquanto explicitação das desigualdades sociais, já foi dito. Referindo-se a essa sensação de que as análises sobre um tema já tenham se esgotado, e exemplificando com uma gama de literatura sobre subúrbios, jovens, migração, jovens imigrantes nos subúrbios, Champagne (1998, p.256) diz que, de certa forma, tudo já foi dito a respeito desses temas, levando-nos a não “esperar que a sociologia venha a descobrir um fato oculto ou inesperado, ou ainda um processo social que já não tenha sido abordado por alguém.” Porém, diz o autor, “a superabundância de informações e análises heteróclitas engendra a confusão e deixa o campo livre para as explicações parciais ou ilusórias, na medida em que cada qual pode, doravante, encontrar com facilidade as explicações que deseja ouvir” (ibid., p.256/257). Por isso, defende que a tarefa da sociologia em meio a tantas interpretações

é distinguir entre o que é pertinente e o que o é menos, entre o que é importante e o que o é somente secundário ou derivado. Deve, sobretudo, estabelecer uma hierarquia e integrar, em um sistema explicativo coerente, um conjunto de fatores cujo peso funcional não é equivalente (ibid., p.257).

Um olhar panorâmico sobre a literatura que trata do tema **pobreza**, apesar de mostrar várias compreensões que parecem esgotar as possibilidades de análise, também cria inquietações. Foram estas inquietações que geraram o interesse por discutir esse fenômeno. Em meio a tantas interpretações do tema, pretendo, neste estudo, apresentar uma reflexão, em especial, sobre a leitura feita pelos estudiosos de linhagem social-democrata em torno da

⁹ A relação da pobreza com outras variantes, como a religião, por exemplo, não será tratada neste trabalho.

definição, das causas e soluções do fenômeno pobreza. Isto possibilita verificar a necessidade de uma interpretação alternativa ou validar alguma que já tenha sido oferecida e que se diferencie desta. Creio que esta seja uma das tarefas da sociologia política. Creio também que a crítica da economia política será de grande valor para o cumprimento de tal tarefa.

Parto do princípio de que a pobreza é histórica, porém, centralizo a análise do fenômeno no interior do capitalismo. A primeira pergunta que surgiu foi: **Em que medida os elementos apresentados e os argumentos oferecidos pelos autores social-democratas, principalmente a partir da década de 1970, como causas do fenômeno pobreza, dão conta de explicá-lo?**

Esta pergunta gerou a seguinte hipótese:

Os elementos apresentados e os argumentos oferecidos pelos autores, em relação às causas da pobreza, não são suficientes para explicar satisfatoriamente o fenômeno, visto que a pobreza, no capitalismo, só pode ser explicada se for compreendida como fenômeno produzido historicamente, ou seja, no interior do movimento contraditório do capital, como problema estrutural deste modo de produção.

Esta hipótese é contrária a compreensão de muitos estudiosos social-democratas de que a configuração atual do fenômeno “pobreza” deve-se ao processo de globalização em curso, com as suas implicações, bem como à aplicação de políticas neoliberais – representadas nos vários planos de ajuste estrutural “recomendados” pelo FMI e Banco Mundial e “acatados” pela ampla maioria dos governos dos países que tiveram de ajustar suas economias –, e que a diminuição/erradicação deste fenômeno se encontra na ampliação e efetividade de políticas sociais e de distribuição de renda de forma universal e progressiva, o que contraria os ditames neoliberais e serve de configuração para um “outro modelo econômico”, bem como para o estabelecimento da “cidadania”. Nesta perspectiva, não se trata rigorosamente de erradicar a pobreza, mas de torná-la funcional ao sistema, ou seja, pô-la dentro dos limites que, de um lado favoreçam a acumulação capitalista e, de outro, controlem as conflitualidades daí derivadas, para que não se tornem desestabilizadoras institucionais.

Minha hipótese é contrária à compreensão que toma **o fenômeno denominado “pobreza” – enquanto medida socialmente estabelecida – como não sendo um problema estrutural no capitalismo, o que permite que a sua solução seja encontrada no interior desse próprio modo de produção. Entender a pobreza como não sendo um problema estrutural do capitalismo permite que as Políticas Sociais e a distribuição de renda, neste modo de produção, possam ser consideradas como elementos de diminuição progressiva e sustentável da pobreza até atingir sua erradicação.**

Esta compreensão levou a algumas perguntas: Como está sendo interpretado o modo de produção capitalista? Ou melhor: Quais elementos da interpretação do capitalismo, presentes nestes autores, permitem que seja vislumbrada a possibilidade da diminuição progressiva e sustentável, e mesmo a erradicação da pobreza, a partir, principalmente, da universalização de políticas sociais e da distribuição de renda? O desmonte das políticas sociais, bem como a má distribuição de renda podem ser atribuídos à globalização, ao neoliberalismo, ou seja, ao “modelo econômico atual”, o que configura uma análise conjuntural?

Estas questões me levaram a duas outras hipóteses. A primeira é:

A universalização e a progressividade das Políticas Sociais, bem como a distribuição de renda, de modo contínuo e sustentável, em termos globais, não só são incompatíveis com as políticas de ajuste neoliberal que assolaram o globo no final do século XX, mas com uma sociedade pautada na produção e reprodução do capital.

A segunda é:

As propostas apresentadas pelos autores social-democratas para diminuição/erradicação da pobreza, no interior do capitalismo, pautadas no estabelecimento de um índice – linhas de pobreza e de indigência¹⁰ – acabam reforçando, ou melhor, dando suporte, às políticas sistêmicas, cujo fito, como dito anteriormente, não é acabar com a pobreza, mas torná-la funcional. Neste caso, os limites estabelecidos nas linhas de pobreza são aqueles que interessam ao capital, tanto no que diz respeito à tentativa de evitar o baixo consumo, como à necessidade de não por a propriedade privada sob ameaça. A pobreza só não é funcional ao sistema quando põe em risco a sua base de sustentação. Apresentar solução para um problema que não pode ser resolvido representa uma defesa ideológica dos interesses da classe dominante.

Digo desta forma porque compreendo que ocorre uma disputa ideológica no interior das sociedades de classe.¹¹ A partir do momento que os autores social-democratas sustentam que a pobreza pode ser diminuída/erradicada no interior do capitalismo, na minha compreensão, estão dando sustentação a uma falsa visão da realidade, cujo resultado é a construção de um anteparo poderoso contra possíveis ataques à forma social burguesa. A defesa ideológica que perpassa o discurso social-democrata exerce um poder tal sobre a

¹⁰ Neste sentido, os indicadores são entendidos como elementos que servem para apontar o nível de funcionalidade da pobreza ao sistema.

¹¹ A respeito do tema ideologia, sugiro a leitura de Mészáros (1996).

dinâmica social que nem a persistência histórica da mais repugnante miséria serve para questioná-lo. Decorre daí, a construção de uma visão de mundo cuja sustentação está muito mais na “fé” e no “desejo” do que na própria realidade.

Diferentemente da ideologia “liberal/neoliberal” que dá margem a contestações, visto que a defesa do mercado é mais frágil diante das calamidades humanas, a ideologia social-democrata cria uma expectativa, um devenir que torna a **superação** da ordem social do capital, além de improvável, desnecessária, pois entende e sustenta que essa ordem possa ser “humanizada”, que dentro dela possa ser construída a “felicidade irrestrita”. Contestando tais formas ideológicas, defendo uma ideologia que questione a viabilidade do sistema sociometabólico do capital, da sociedade de classes, como portadores da salvaguarda irrestrita da vida humana. Neste caso, é necessária a construção de uma ideologia que propicie a superação da ordem social do capital, que possibilite o fim da divisão social em classes e, conseqüentemente, o seu próprio fim. Essa ideologia deve representar uma análise científica da própria realidade, o que, por sua vez, é fundamental para dar suporte a uma proposta de construção de uma outra ordem social.

Portanto, a tese central a ser defendida é:

A pobreza é inexoravelmente resultado da produção e reprodução do capital, o que a torna um problema estrutural do modo de produção capitalista. Portanto, não deriva dos fatores apresentados pelos social-democratas, não sendo resultado de má administração do Estado ou de falta de vontade política. Sendo elemento estrutural do modo de produção do capital, somente pode ser eliminada a partir da eliminação do próprio modo de produção. Por isto, as soluções apontadas pelos social-democratas acabam servindo ideologicamente aos interesses do próprio capital.

Neste sentido, a retomada da tese marxista, para a análise da pobreza, é fundamental.

Este trabalho justifica-se pela relevância do tema tratado, visto que a pobreza é considerada um dos maiores problemas da humanidade na atualidade. Como não se trata de um “fenômeno” recente, mas, ao contrário, é um fenômeno histórico que tem sido alvo de várias explicações, é importante fazer um balanço para verificar se as explicações oferecidas para o fenômeno são suficientes. Como já apontado anteriormente, darei ênfase especial à análise do fenômeno no capitalismo. Questionar as análises feitas na atualidade pode possibilitar um conseqüente questionamento das estratégias escolhidas para a solução do problema, visto que as assertivas sobre o tema pobreza têm servido de base para proposição de ações governamentais, bem como dos movimentos sociais. Refletir sobre uma forma de

pensamento, na minha compreensão, majoritária, e colocá-la em confronto com outra, pode auxiliar a repensar a forma como a humanidade vem buscando resolver o problema da pobreza. O objetivo central deste trabalho é, então, fazer uma discussão teórica acerca das explicações dadas pelos social-democratas para a pobreza enquanto um fenômeno social e contrapô-las às explicações oferecidas pela teoria marxista, buscando demonstrar as fragilidades das primeiras. Discutir o tema pobreza pode possibilitar novas análises e conclusões, apesar de uma visão predominante sobre o assunto já estar consolidada.

Trata-se de um estudo teórico, pautado em uma pesquisa bibliográfica. A seleção do material utilizado na elaboração deste trabalho (livros, artigos, teses, dissertações, reportagens, documentos) foi feita, principalmente, pela referência direta ao tema central da tese e aos temas correlatos. Além do que é citado na bibliografia, foram analisados muitos outros trabalhos. Porém, não foram considerados relevantes para os objetivos aqui postos. Em meio a tantos materiais, a seleção foi inevitável, visto a impossibilidade de lidar com todos. No que diz respeito à seleção de autores liberais e social-democratas, escolhi aqueles que julguei mais ilustrativos e que, na minha compreensão, expressam a visão dessas vertentes teóricas em torno do fenômeno pobreza.¹² Em relação à teoria de contraposição, ou seja, a teoria marxista, me utilizo do próprio Marx e também daqueles que seguem a sua interpretação e explicação do sistema capitalista e que, em momento nenhum, relativizam as questões centrais por ele definidas em relação ao capital.

O levantamento do material foi feito na biblioteca da Universidade Federal de Santa Catarina; na base de dados on-line disponibilizada também pela BU-UFSC, principalmente em periódicos e banco de teses; nos catálogos de editoras; em sites de organizações que publicam artigos e documentos a respeito do tema, especialmente: CEPAL, Banco Mundial, UNICEF, IPEA, IBGE; em jornais de circulação nacional; em diversos sites que publicam reportagens, dados e análises sobre o tema, encontrados a partir de mecanismos de busca na Internet, especialmente o Google.

Como trata-se de uma análise teórica e tendo o receio de não deixar claro o pensamento de cada autor, me utilizo de muitas citações e, em muitos momentos, me estendo

¹² É necessário perceber que, em alguns momentos, autores apresentados, principalmente no primeiro capítulo, não podem ser enquadrados como social-democratas. Também creio ser necessário explicar que autores como Bauman (1999) e Téoédjré (1982) podem ser considerados um pouco deslocados do que defini como social-democratas (porém, serão tomados como tal). O primeiro por já não apresentar expectativas em torno do papel do Estado como regulador do sistema e promotor central do combate à pobreza – pode-se tomá-lo como um “desiludido”. Como ficará claro, Bauman acredita mais numa auto-regulação do próprio capitalismo, inclusive necessária, para o combate da pobreza. Isto passa a aproximá-lo mais dos liberais ortodoxos. O segundo porque acaba se distanciando um pouco mais do discurso, a meu ver, afinado, dos demais.

para descrever o pensamento da maioria deles. As notas de rodapé, em número bastante expressivo, também cumprem esta função. Também parto do princípio de que uma apresentação mais detalhada desses autores pode facilitar o trabalho de outros interessados pela temática.

O trabalho está estruturado em quatro capítulos.

No primeiro, intitulado “o fenômeno pobreza: revendo compreensões”, apresento alguns elementos históricos em relação à pobreza, partindo do feudalismo, visto que este é o sistema anterior ao capitalismo e que serve de parâmetro para apontar as mudanças ocorridas na forma de compreender o fenômeno no capitalismo. Isto não significa que entenda que o fenômeno se restrinja a estes dois períodos históricos. Ainda neste capítulo apresento uma síntese em torno das significações sobre a pobreza do ponto de vista “liberal/neoliberal” e do ponto de vista social-democrata. A apresentação da visão “liberal/neoliberal” foi necessária para ajudar a compreender em que a visão social-democrata se diferencia. As interpretações sob o ponto de vista social-democrata foram divididas em três sub-itens: significações a partir da “dimensão econômica”; significações a partir da “dimensão política” e uma última, a qual defini como “visão diferenciada” por não se adequar às duas anteriores. Posteriormente são tecidas algumas considerações acerca das significações apresentadas e estabelecidos mais um item e um sub-item considerados necessários. O item diz respeito à medida da pobreza, considerada uma das maiores dificuldades em torno da definição do fenômeno. O sub-item traz a discussão que ocorre em torno da medida da pobreza, ou seja, o dimensionamento do que foi convencionado chamar de “necessidades básicas”.

No capítulo dois, apresento as causas da pobreza que são apontadas pelos autores social-democratas. Assim como no primeiro capítulo, foi feita uma separação de acordo com a ênfase dada por cada grupo de autores ao elemento central a ser apreendido no que diz respeito à análise do fenômeno pobreza. Para aqueles que partem do que aqui foi chamado “dimensão econômica”, as causas são: a ausência e ineficiência das políticas sociais; a “dependência e subordinação ao imperialismo”¹³, nas análises relacionadas à América Latina; a “exclusão do mercado de trabalho em função das exigências cada vez maiores em termos de qualificação”; a “configuração da chamada globalização, pautada na exclusão”; a “aplicação do receituário neoliberal que impede a universalização e progressividade das

¹³ Não discutirei, apesar de sua importância, a questão da dependência “centro/periferia”. Esta questão faz parte do quadro explicativo do fenômeno pobreza, sendo uma questão controversa. Da forma como é apresentada aqui, a partir de Alayón (1995), a dependência em si torna-se a explicação para a pobreza na América Latina. Neste caso, relações de não dependência evitariam a produção da pobreza. Para uma discussão a respeito deste assunto, ver, dentre outros: Fernandes (1975), Cardoso (1975) e Furtado (1976 e 1978).

políticas sociais, uma das soluções apresentadas para a pobreza, juntamente com a distribuição de renda” no caso da América Latina, o que também é apontado como causa da pobreza global; o baixo nível do crescimento econômico e, principalmente, a má distribuição de renda, no caso brasileiro. Enfim, buscando um elemento central para todas as causas, podemos chegar à conclusão de que o fulcro está “**no modelo econômico adotado**”¹⁴ que, em síntese, aglutina todas as outras causas.

Para aqueles que partem do que foi chamado “dimensão política”, a causa central da pobreza é a falta de cidadania. Aqui, o elemento “poder” recebe destaque, visto que o pobre está destituído de poder, o que impediria a sua saída desta condição.

Para aquele que parte do que foi chamado “visão diferenciada”, a pobreza resulta da impossibilidade de que todos sejam colocados, no capitalismo, no mesmo nível de consumo. Tévoédjré, representante desta visão afirma que, neste sistema, o consumo é exagerado e isto, além de colocar os grupos menos favorecidos numa condição bem inferior, coloca em risco também a sustentabilidade da vida em função da degradação ambiental. O autor faz uma crítica mais severa ao capitalismo, sendo que a sua inserção no grupo de autores denominados social-democratas se dá em função das soluções apresentadas por ele.

No terceiro capítulo, trato das soluções que os autores social-democratas apresentam para o controle/diminuição/erradicação da pobreza. Da mesma forma, faço uma separação considerando a ênfase dada a cada elemento considerado central na análise. Em última instância, o Estado é apontado como elemento central no processo de controle/diminuição/erradicação da pobreza pela ampla maioria dos autores, ou seja, como aquele que deve assumir o papel de assegurar o bem-estar social, seja regulando a economia, promovendo a cidadania, ou definindo estratégias para o estabelecimento de um modelo social onde a pobreza seja vista como a própria solução. Em função disto, apresento um item específico onde destaco o papel do Estado dentro desta teoria, bem como os questionamentos que se colocam no interior da própria teoria em relação aos limites de o Estado dar conta das tarefas a ele atribuídas, o que se expressa nas análises da crise dos Estados de Bem-Estar Social, em especial, dos europeus. Posto que existem algumas diferenças dentro desta corrente de pensamento em relação às estratégias a serem utilizadas para a solução da pobreza, apresento um item onde são apontadas algumas críticas surgidas no interior da própria social-democracia no que diz respeito às estratégias utilizadas por governos, ligados a esta vertente política, para o combate à pobreza.

¹⁴ A década de 1970 pode ser definida como localização temporal para que se possa falar do “modelo econômico” ao qual os autores se referem.

No quarto e último capítulo, apresento a interpretação marxista do fenômeno pobreza, buscando contrapor-la ao que foi até então apresentado, tendo como base os autores de linhagem social-democrata. A contraposição das teorias dá suporte a tese anteriormente apresentada. Início fazendo uma retrospectiva dos elementos mais importantes destacados nos capítulos anteriores, apresentando, ao final desta síntese, a título de exemplo, uma análise teórica que se pretende diferenciada e que defende o estabelecimento de um “socialismo democrático”. Como esta postura teórica se coloca enquanto “representativa” da “tendência política” adotada pelo Partido dos Trabalhadores - PT¹⁵ que, por sua vez, tem um discurso anti-pobreza ecoado globalmente, julguei necessário questionar tal diferenciação. Em seguida, estabeleço um diálogo com autores que analisam o fenômeno pobreza na teoria marxiana, buscando colaborar com o debate e refletir sobre eventuais equívocos interpretativos presentes no interior do marxismo. Como o Estado foi apontado pelos social-democratas como o elemento central para o combate e erradicação da pobreza, atuando como controlador do sistema sociometabólico do capital, retomo o debate marxista em torno do Estado que aponta a impossibilidade de este controlar o capital e, portanto, eliminar a pobreza, visto que é elemento estrutural do próprio sistema. Retomo também o debate em torno da igualdade e do estabelecimento das “necessidades básicas”. Além de questionar a possibilidade de controle do Estado na esfera nacional, destaco também a impossibilidade de que tal controle possa se dar no âmbito global. Isto me leva a tecer críticas à compreensão de “globalização” e, de modo mais específico, à “globalização financeira”.

Nas considerações finais, busco destacar os principais pontos em torno do debate sobre o tema, bem como pontuar algumas conclusões.

Tenho clareza dos limites da empreitada aqui descrita. Certamente deixo algumas questões sem dar o tratamento devido, o que não acontece por descuido, mas em função da limitação posta pelo debate de um tema tão abrangente e que tem relação direta com uma gama infinita de muitos outros temas. Enfim, o que espero é que as reflexões apresentadas, mesmo que limitadas, sirvam para questionarmos o que hoje, na minha avaliação, pode ser considerado o “pensamento único” no que diz respeito às análises sobre pobreza.

¹⁵ Partido que, no momento governa o país.

CAPÍTULO I

O FENÔMENO “POBREZA”: REVENDO COMPREENSÕES

O objetivo deste capítulo é apresentar um levantamento bibliográfico sobre como o fenômeno pobreza tem sido definido. Destacarei alguns trabalhos que, na minha avaliação, representam, de modo geral, as compreensões sobre o tema. Considero que os autores aqui apresentados representam o pensamento majoritário em relação ao entendimento do que é a pobreza.

Conforme observação feita na introdução deste trabalho, meu objetivo é refletir acerca de um arcabouço teórico específico, aqui definido como “social-democrata”, para, posteriormente, confrontá-lo com a teoria marxista. No entanto, julgo necessário abordar, de modo geral, como o fenômeno pobreza vem sendo analisado por um outro arcabouço teórico, aqui denominado “liberal/neoliberal”. Ambos – social-democratas e liberais/neoliberais – fazem uma análise do fenômeno no capitalismo, apontando soluções no interior do próprio sistema, ou seja, sem alteração da sua estrutura. O primeiro aposta no Estado, defendendo sua centralidade no equacionamento do problema. O segundo, aposta no mercado para tal.

Por se tratar de um capítulo de “localização” do fenômeno pobreza, inicio com a apresentação de alguns elementos históricos. É unânime a aceitação do fato de este fenômeno ter existido em épocas bem anteriores ao capitalismo¹⁶, com significado e configuração diferentes. Não me deterei em descrever todos os períodos. Começo pelo feudalismo, visto ser o modo de produção anterior ao capitalismo e onde se verifica, na passagem de um ao outro, uma ruptura histórica determinante no que diz respeito ao modo de produção e reprodução humana. Após esta historicização, busco especificar um pouco mais a compreensão do

¹⁶ É necessário fazer uma observação a respeito da delimitação dos períodos históricos, visto que não há uma concordância cabal em relação a isto. Por exemplo, Braudel (1996, p.576) diz “que um capitalismo em *potencial* se esboça desde a alvorada da história, se desenvolve e se perpetua ao longo dos séculos.” Baseado em outros estudiosos afirma que “com grande antecedência, há sinais que anunciam o capitalismo: o desenvolvimento das cidades e das trocas, o surgimento de um mercado de trabalho, a densidade da sociedade, a difusão da moeda, o aumento da produção, o comércio longínquo ou, se quisermos, o mercado internacional...”(ibid.). Diz ainda que “muitos historiadores, mais sensatos, recusam-se a recuar além do século XVI, ou mesmo, de preferência, do século XVIII, identificando de algum modo o capitalismo com a prodigiosa eclosão da Revolução Industrial” (ibid.). Concordo que muitos dos elementos que configuram as sociedades capitalistas já haviam se constituído antes do século XVI, porém, parto da compreensão de que uma configuração mais estruturada e mais ampla do capitalismo ocorre, principalmente a partir do século XVIII. Por isso, tomarei este século como referência de estruturação do modo de produção capitalista.

fenômeno no capitalismo, partindo da compreensão “liberal/neoliberal” para, então, deter-me na especificidade da visão “social-democrata” a respeito do tema. Para efeito de organização, subdivido os autores social-democratas em três grupos, de acordo com a ênfase dada, em suas análises, ao elemento que consideram central no debate sobre o fenômeno. Neste caso, destaco aqueles que enfatizam a “dimensão econômica”, os que enfatizam a “dimensão política” e um, em especial, que apresenta o que aqui foi denominado “visão diferenciada”.

Faço, então, algumas considerações a respeito das significações de pobreza apresentadas para, reportar-me, posteriormente, a um aspecto central no debate, ou seja, a “medida” da pobreza. O destaque dado a este aspecto exige que apresente uma reflexão em torno da definição de “necessidades básicas”, central, tanto para a definição quanto para a medição da pobreza. Refletindo sobre a capacidade explicativa do “conceito” “necessidades básicas”, apresento como alternativa o uso da compreensão de “satisfação precária” e, em alguns casos, “não satisfação das necessidades humanas histórica e socialmente definidas”.

Pode-se adiantar que definir “pobreza” não é uma coisa simples. Os estudiosos que se dedicam à explicação do fenômeno, independentemente da corrente teórica a que pertencem, apontam as dificuldades neste sentido. Percebe-se que esta dificuldade está relacionada muito mais à **medida da pobreza**, ao seu **dimensionamento** do que ao seu significado.

De modo geral, “pobreza” está diretamente relacionada à “**falta**”. Neste sentido, o termo pode ser utilizado em relação a diversas coisas, e não apenas à “falta de recursos materiais para a manutenção da vida”, significado mais utilizado, aqui caracterizado como “dimensão econômica”. Alguns autores destacam a “falta de cidadania” como o elemento central da pobreza, o que será caracterizado aqui como “dimensão política”, dimensão esta que se sobrepõe à dimensão econômica, o que, de certa forma, expressa uma tendência em separar economia e política ou, pelo menos, em demarcar o grau de importância de cada uma. É importante destacar que a pobreza é vista, majoritariamente, de maneira negativa, mas também é vista de maneira positiva. É esta positividade, apontada por um autor em especial, que levou ao estabelecimento do item denominado “visão diferenciada”.

1 – Retomando elementos históricos sobre a pobreza

Como já mencionado anteriormente, não é objetivo fazer um levantamento histórico detalhado sobre o fenômeno pobreza. Porém, julgo necessário apresentá-lo no feudalismo e no capitalismo, visto que, para compreender as especificidades da pobreza no capitalismo, é necessário apresentar como esta se caracterizava em outro momento. Destaco o feudalismo por ser o momento histórico anterior ao capitalismo e, na minha compreensão, o suficiente para subsidiar as reflexões aqui propostas.

1.1 – A pobreza no feudalismo.

Neste item, pretendo situar o fenômeno “pobreza” no feudalismo, tendo em vista a necessidade de verificar as diferenças em relação ao modo de produção capitalista, que, por sua vez, é completamente diferente econômica, política e socialmente falando. Em termos de similaridades, verifico que, em ambos os períodos, ela se caracteriza pela “**falta**”.

Tomarei como base o estudo realizado por Castel (1998), tendo em vista sua relevância. O autor faz uma apresentação detalhada sobre a organização social feudal, ressaltando a posição ocupada pelos “pobres” para discutir o que ele denominou de “as metamorfoses da questão social”.

Um dos pontos que, no meu entender, deve ser ressaltado é o fato de a pobreza, em termos de “falta de recursos materiais”, adquirir conotações positivas e negativas. Castel (1998) aponta a caridade como a virtude cristã por excelência e a pobreza como um valor quando posta em referência a Cristo ou a um determinado tipo de vida assumida por religiosos, onde o desapego às coisas materiais era uma forma de aproximação de Deus. Destaca que esta condição não poderia ser vivida por qualquer um, mas apenas por aqueles que tinham uma vocação religiosa. Porém, a caridade cristã não se mobilizava para socorrer todas as formas de pobreza. A pobreza por opção, ligada ao plano espiritual, era valorizada, mas aquela vivenciada por pessoas de “condição vil” não gozava do mesmo estatuto.

Esta forma de valorizar e condenar a pobreza representava uma ambivalência, uma contradição na representação cristã. Mas isto é superado, na prática, por dois modos de

gestão da pobreza: “a assistência se inscreve numa economia da salvação; e a atitude cristã fundamenta uma classificação discriminante das formas de pobreza” (ibid., p.64).

A “economia da salvação” significava que o pobre poderia servir de instrumento para o rico praticar a caridade, considerada a suprema virtude cristã, o que permitiria-lhe a salvação.¹⁷ Castel observa, porém, que mesmo que o auxílio à pobreza fosse considerado um meio para chegar à salvação, a pobreza não era “amada por si mesma”, tampouco que se gostava do pobre enquanto pessoa. O que ocorre na época é que

as ‘obras de misericórdia’ desenvolvem uma economia política da caridade cujo valor de troca é a esmola que ‘apaga o pecado’. Desse modo, estabelece-se um comércio entre o rico e o pobre, com vantagens para as duas partes: o primeiro ganha sua salvação graças à sua ação caridosa, mas o segundo é igualmente salvo, desde que aceite sua condição. ***Last but not least, a ordem desigual do mundo também é salva nessa economia, que se revela igualmente providencial no sentido de que, reconhecendo a pobreza como necessária, justifica a sua existência e só tem que assistir suas manifestações mais extremas*** (ibid., p.64/65, grifo meu).

Aqui é apresentado um elemento importante: a justificativa. Apesar de a “ganância” dos senhores de terra ser, de certa forma, condenada, ela ainda é amparada pela religião. Afinal, o problema da pobreza ainda é, essencialmente, um problema do pobre. É importante ressaltar o reconhecimento da pobreza como necessária, pois essa é uma das características que se modifica com a estruturação do capitalismo. Um outro ponto importante a ressaltar é que, se a salvação, neste momento, relaciona-se ao reino de Deus, mais adiante e nos dias de hoje, o “auxílio” aos pobres está mais relacionado à salvação no próprio plano terrestre, visto que o medo de uma revolta social e, em particular, o aumento da violência, passa a ser imperante.

Porém, ressalta Castel, esta mesma “economia da salvação” favorece uma discriminação entre os pobres que merecem ser atendidos pela assistência. Por exemplo, aqueles que se revoltavam contra a “ordem do mundo” desejada por Deus, eram excluídos.¹⁸ Mas há, também, uma divisão essencial dentre aqueles que não se revoltam. Por exemplo, era exaltada a pobreza espiritual daqueles que renunciavam ao mundo e desprezavam todos os bens terrenos, inclusive o próprio corpo. Este desprezo pelo próprio corpo fez com que outro

¹⁷ Segundo Castel (1998, p.64), “as implicações práticas de tal atitude são consideráveis, pois esta financiou, em grande parte, o orçamento medieval da assistência por meio das esmolas e das doações às instituições de caridade. Em uma época em que os meios de enriquecimento através do comércio e das especulações financeiras ainda provocam sentimento de culpa, e em que, é preciso lembrar isso, os homens viveram no temor do inferno, a caridade representa a via por excelência da redenção e o melhor investimento para o além.”

¹⁸ Castel (1998, p.66) observa que “o ‘pobre ruim’ é antes de tudo uma categoria teológica.”

tipo de pobreza, denominada pelo autor de “pobreza suportada”, também fosse exaltada, desde que exibisse os sinais deste desprezo (as chagas, deformações, mutilações). Assim, é na miséria corporal que cristalizam-se “os critérios que conferem uma dignidade espiritual à pobreza material” (ibid., p.66). Neste sentido, o autor conclui que

a pobreza não é, pois, apenas um valor de troca numa economia da salvação. Cheia de doença e de sofrimento, santificada por eles, a derrelição dos corpos a inscreve no mistério da remissão. A prova da eminente dignidade da pobreza é dada por meio de suas manifestações extremas, insuportáveis e, particularmente, dos mais espetaculares atentados contra a integridade corporal, do mesmo modo que a prova mais irrecusável da divindade de Cristo e sua morte ignominiosa na cruz (ibid., p.67).

Dessa forma, eram a impotência e o sofrimento do pobre, expressos em seu corpo, que mobilizavam a caridade. Porém, destaca Castel, essa mobilização da caridade estaria ligada a um outro aspecto. Este corpo impotente e sofrido deveria **ser incapaz de trabalhar**. Essa opção pela incapacidade física acabou deixando de lado outras formas de indignidade, excluindo as pessoas que viviam nos limites da indignidade da possibilidade de serem atendidas pela assistência. Era uma miséria pautada em privações, de manifestações discretas, menos quando se transformava em revoltas ou quando as pessoas eram obrigadas a implorarem ajuda. O autor assim sintetiza: **“falta de comida, de moradia, de roupa, de trabalho, ela mostra somente a vida cinzenta do povo que sofre aquém das encenações patéticas que mobilizam a caridade. Dessa maneira, os *pauperes Christi* expulsam para as trevas exteriores a miséria trabalhadora”** (ibid., p.69, grifo meu).

Castel apresenta um problema que surge quando a assistência se dirige prioritariamente àqueles que não podem trabalhar: a simulação da invalidez. Ele destaca também um determinado tipo de pobre, dentre os que podiam trabalhar, que acabava sendo incluído como um “necessitado de assistência”. Eram os chamados “pobres envergonhados”, aqueles que receberam uma boa educação e que haviam ocupado um lugar de prestígio na sociedade, mas arruinados, não podiam exercer trabalhos braçais em função de terem sido “bem nascidos”, educados, enfim, em função dos costumes.

Este fato deve ser realçado no sentido de demonstrar que falar de uma “naturalidade” da pobreza no período pré-capitalista pode significar um erro. Parece mais correto entender a posição social da pobreza em termos de um tipo de relação social estabelecida, ou seja, entender que a pobreza era tomada como natural não pode significar que a relação social estabelecida não se calcava na definição de espaços de poder. Ser bem nascido se sobrepunha a condição de pobre. Isto, no meu entender, não deveria ser colocado

no campo da “naturalidade”, mas sim no campo do enquadramento social, onde os espaços eram definidos a partir da estrutura definida pelos homens, mesmo que o aspecto religioso figurasse com a máxima importância.

O fato de a distribuição dos bens de uma sociedade não se dar de modo “igualitário” quando a religião pregava o desprendimento pelo material e quando a igreja era um dos maiores “proprietários” de terras e outras riquezas deve ser levado em consideração. O fato de a pobreza ser encarada como “natural”, nesta época, também em função de ter sido um momento em que o desenvolvimento das forças produtivas ainda não tinha alcançado um nível que possibilitasse acesso de todos a, pelo menos, àqueles bens considerados básicos, parece questionável. É preciso lembrar que a acumulação de terras, em muitos momentos, foi o motivo do aumento da pobreza. Neste caso, o baixo desenvolvimento das forças produtivas não deveria ser considerado central para explicar o nível e as características da pobreza no período pré-capitalista, sendo a concentração de riquezas, principalmente da terra, o aspecto mais relevante.

Em relação à “naturalidade” da pobreza nas sociedades pré-industriais, Sposati (1988) afirma que foi desmistificada. Faz esta afirmação, considerando que o crescimento econômico ocorrido nas últimas décadas do século XX, mesmo refletindo um alto grau de desenvolvimento das forças produtivas, ocorre em meio a um aumento da pobreza. Ou seja, há na pobreza do período pré-industrial mais do que um baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas. Como hoje, naquele momento, a posição social era fundamental.¹⁹

Huberman (1986), ao descrever as sociedades feudais, mostra que as diferenças em termos de poder (político, econômico e de força) eram evidentes entre os diversos grupos

¹⁹ Sposati (1988, p.21) diz que “a noção de naturalidade da pobreza das sociedades pré-industriais e do período mercantilista, que compunha a ‘doutrina da utilidade da pobreza’ (Marshall, 1967), é de certa forma reeditada nas relações entre os países desenvolvidos e subdesenvolvidos das sociedades industrializadas. Para o mundo subdesenvolvido, a pobreza é vista como algo natural, decorrente da ‘ausência de civilização’ e do acelerado processo de urbanização e industrialização, que imprime uma diferenciação social econômica, absorvida como um custo social inerente ao desenvolvimento. A curva da riqueza crescente das minorias dos países subdesenvolvidos, ao lado do empobrecimento da maioria, ou do aumento da curva de miserabilidade social, terminam mostrando, porém, **que esse custo social decorre do modelo de desenvolvimento econômico-social e político adotado, que contém um processo intrínseco de espoliação das grandes parcelas da população. Ao invés de ‘natural’, a pobreza é gerada pela opção de desenvolvimento econômico-social adotado.** Não se trata, portanto, de algo circunstancial, mas do horizonte que a maioria da população pode vislumbrar para o futuro de seus filhos” (grifo meu). É importante ressaltar aqui que SPOSATI questiona o modelo, mas não o capitalismo em si, como o fará a ampla maioria dos autores social-democratas.

sociais. Se um senhor tinha seus servos e estes lhe deviam obrigações, este senhor também poderia dever obrigações a um outro senhor, caso fosse arrendatário de terras deste último.²⁰

Estas diversas “gradações” de “posses” é histórica e demonstra as diferenças entre os diversos grupos. Em termos de “posse”, um acaba sendo “mais rico” do que o outro, o que pressupõe que, relacionalmente, alguns sejam “mais pobres”. Mas o termo “pobre” não era atribuído àqueles que tinham menos que outros, mas àqueles que não tinham o que era, na época, considerado como o mínimo necessário para viver, os “miseráveis”, para Castel. O estabelecimento deste “mínimo” é que se torna o grande problema, não “resolvido” até hoje, tendo em vista todas as discussões em torno da sua definição. Voltarei a este aspecto mais adiante.

O “Homem Pobre, Mendigo, Ladrão”²¹, apontado por Huberman, era aquele que perdera a possibilidade de manter a sua vida e da sua família em termos materiais. Geralmente aquele que perdera a sua terra, mesmo que arrendada.²²

Castel (1998, p.105) refere-se aos trabalhadores feudais pobres²³ como simplesmente pobres, enquanto estão em seu lugar e fazem parte da “ordem do mundo”. No seu entendimento, neste caso, estes pobres “ainda não suscitam uma ‘questão social’.” A partir da metade do século XIV, isto torna-se diferente visto que a mobilidade – antes caracterizada por indivíduos que ficavam fora da sociedade organizada, ou integrados a ela profissionalmente e por aqueles que circulavam em suas fronteiras – neste momento, se produz a partir da desregulamentação da organização do trabalho. Por isso, essa mobilidade “evoca as circunstâncias do início do século XIX no momento em que, pela primeira vez, a questão social aparece explicitamente sob a forma da questão do pauperismo” (ibid.).

O pauperismo que, originalmente se desenvolve em função das mudanças no campo, se amplia e se manifesta de forma mais aguda na cidade. O que é considerado como

²⁰ Huberman (1986, p.9) assim descreve esta relação: “o servo, aldeão ou cidadão ‘arrendava’ sua terra do senhor do feudo que, por sua vez, ‘arrendava’ a terra de um conde, que já a ‘arrendara’ de um duque, que, por seu lado, a ‘arrendara’ do rei.”

²¹ Título do capítulo 9 de seu livro.

²² Segundo Huberman (1986, p.10), “(...) no período feudal, a terra produzia praticamente todas as mercadorias de que se necessitava e, assim, a terra e apenas a terra era a chave da fortuna de um homem. A medida de riqueza era determinada por um único fator – a quantidade de terra.” Também ressalta que nos séculos XVI e XVII o número de mendigos em países como França, Inglaterra, Holanda e Suíça, surpreendiam. Ele exemplifica com dados da França, onde, em 1630, um quarto da população de Paris se constituía de mendigos.

²³ O autor afirma que já se pode falar de proletário para fazer referência aos trabalhadores dessa época que viviam da venda de sua força de trabalho.

população residual no século XIV, segundo Castel (1998, p.117-118), não se caracteriza como um “exército de reserva”. É constituída, em parte,

por indivíduos desterritorializados, com grande mobilidade que não encontram lugar na organização tradicional do trabalho, mas aos quais o código do trabalho, que se torna explícito através das injunções que se multiplicam a partir do século XIV, quer proibir que se empreguem de outro modo que não o prescrito pelas formas tradicionais. Tal condição atua até a revolução industrial.

Neste momento, a figura do “vagabundo” ganha contornos. Ele representa a a-sociabilidade em função de estar fora da ordem do trabalho, mesmo sendo válido, e fora da ordem da sociabilidade por ser estrangeiro. O vagabundo em si, segundo Castel, é caracterizado pelo não-trabalho.²⁴ O vagabundo é

um pobre-diabo que não aprendeu no quadro dos ‘ofícios’, sem qualificação, que trabalha de vez em quando mas, freqüentemente, está em busca de um pequeno serviço aleatório, dissocializando-se progressivamente ao longo de suas peregrinações, e apanhado pelo braço secular num momento desfavorável de sua trajetória errante (ibid., p.113).

Esta caracterização do “vagabundo”, segundo o autor, explica a realidade social desta figura, e é uma caracterização válida para o período que vai do século XIV até o fim do antigo regime. A maioria dos “vagabundos” vinham da plebe e eram jogados nas estradas pelas circunstâncias sociais que viviam. A minoria era de “vagabundos” sem nenhuma profissão. Conforme Castel,

a questão da vagabundagem é, de fato, o modo pelo qual *se expressa e se oculta ao mesmo tempo* a questão social na sociedade pré-industrial. Oculta-a, porque a desloca para a margem extrema da sociedade, até fazer dela quase uma questão de polícia. Mas *também permite reformulá-la, se acompanha, desde a origem da vagabundagem, a linha de ruptura que esta revela* (ibid., p.142-143).

Nas sociedades pré-industriais, a pobreza passa a se constituir numa parte “desintegrada”, diferentemente de períodos anteriores, onde ela era integrada e a miséria (os miseráveis) se constituía em vergonha da humanidade. Nelas, os “vulneráveis” constituíam um grande grupo onde não se podia traçar uma linha divisória firme entre “pobres” e

²⁴ Segundo Castel (1998), dentre as medidas para acabar com a vagabundagem foram incluídas a pena de morte e o trabalho forçado, visto que o simples banimento não resolvia o problema, que saía de um canto para se instalar em outro. Uma outra medida, tomada em 1719, foi a deportação para as colônias.

“miseráveis”, visto que boa parte dos pobres vivia ameaçada de se ver como miserável. Para Castel, “é nos processos de vulnerabilização que ‘arruinam os pobres’ que se deve buscar a origem das perturbações que afetam o equilíbrio social” (ibid., p.147).

Recorrer a uma condição de assalariamento, parcial ou total, indicava, geralmente, uma degradação. Por isso, pergunta Castel: “Como se passou de uma condição de assalariado fragmentária, miserável e desprezada a uma ‘sociedade salarial’, em que a maioria dos sujeitos sociais obterá suas garantias e seus direitos a partir do fato de participar dessa condição?” (ibid., p.148).

O autor afirma que “*a vagabundagem representa a essência negativa do assalariado*” (ibid., p.149). Ele é o “assalariado puro”, visto que só tem a força de seus braços para vender. Porém, está impossibilitado de vendê-la, e não consegue estabelecer uma relação salarial. Como salienta o autor, “acima do vagabundo, mas abaixo de todos aqueles que têm um *status*, os assalariados povoam as zonas inferiores e ameaçadas de dissolução da organização social” (ibid.).

Segundo Castel, o estabelecimento de patamares de pobreza, ainda para os tempos de hoje, é de difícil definição. Em seu estudo, ele adota a definição de “indigente” dada por Charles de La Roncière ao analisar a situação da plebe em Florença, no século XIV. Para La Roncière, o indigente é “aquele que não tem o necessário para sobreviver, incapaz que é, só com seus recursos, de ser ao mesmo tempo alimentado (com o mínimo vital), vestido (o mais simplesmente) e alojado (provido de um lugar para dormir em um alojamento individual ou coletivo)” (LA RONCIÈRE, apud CASTEL, 1998, p.214). Castel assume esta compreensão de indigência tendo em vista a distinção feita em relação à pobreza admitida e requerida na época.

Essa distinção persiste na reflexão social do século XVIII, como diz Castel, inclusive para os “espíritos avançados”. Faz uma citação de Brissot, publicada em 1781 onde este diz que:

‘sempre haverá ricos, portanto, devem existir pobres. Nos Estados bem governados, estes últimos trabalham e vivem; nos outros, revestem-se dos andrajos da mendicância e corrompem de modo insensível o Estado sob o manto da ociosidade. Tenhamos pobres e nunca mendigos; este é o objetivo para o qual deve tender uma boa administração’ (BRISSOT apud CASTEL, 1998, p.213).

Essa afirmação de Brissot é muito interessante. Além de “naturalizar a pobreza”, à medida que afirma que sempre existiu e sempre existirá, ele atribui ao Estado o papel e o

poder de administrar os pobres para que não se tornem mendigos. Isto leva ao entendimento de que ser pobre é natural e ser mendigo não, tanto que cabe à sociedade, através da administração estatal, evitar que o pobre chegue a este ponto. Não seria esta a mesma visão de hoje em relação ao papel do Estado?

Os níveis de pobreza, na maioria das cidades da Europa dos séculos XIII a XVIII variava de 5% a 10% da população. Este índice é mais difícil de ser estabelecido para o campo, tendo em vista a falta de estatísticas. Assume-se que a proporção seja semelhante. Para Castel,

uma *indigência estrutural* importante constitui um traço incontestável dessas sociedades. E mantém-se de um modo mais ou menos constante durante vários séculos, afetando o conjunto dos países que então representam a Europa ‘rica’ ou ‘desenvolvida’.

Mas a *indigência conjuntural*²⁵ representa uma característica igualmente significativa dessas sociedades pré-industriais (ibid., p.216).

Para ele,

a existência de uma miséria de massa decorre, pois de razões sociológicas tanto quanto de razões diretamente econômicas; pelo menos tanto quanto a raridade dos bens disponíveis, um sistema impiedoso de punição, que pesa sobre os produtores diretos, é responsável pela perenidade e pela amplitude das situações de penúria. A permanência desses sistemas de coerção – a ‘ferocidade da constituição feudal’ – pode, assim, justificar que se trate como uma seqüência, diversificada mas única, um período de quase cinco séculos (ibid., p.218).

Aqui, podemos novamente nos remeter a discussão da tal “naturalidade” atribuída à pobreza neste período histórico. A forma social feudal tem, em sua constituição, não somente uma incapacidade de produzir o que seria o necessário para a existência, ou mesmo para a subsistência da população. Talvez, o complicado e sério seja a dissociação que normalmente é feita entre a chamada “questão econômica” e as denominadas “sociais e políticas”. Seria necessário, para a compreensão da questão da pobreza, falar de relações sociais de produção, significando todo o conjunto de questões que definem o modo como os homens produzem sua vida, independentemente do modo de produção.

Segundo Castel, a partir do século XVII, o que vai aparecer como novo, no discurso sobre a indigência, é o que ele chamou de “insistência no caráter de massa” desse fenômeno. Ou seja,

²⁵ O autor afirma que essa situação conjuntural era constante, visto que as crises de subsistência, nessas sociedades, eram constantes.

o elemento novo, a partir do fim do século XVII, parece residir na tomada de consciência de uma *vulnerabilidade de massa, diferente da consciência secular de uma pobreza de massa*. O caráter inaceitável da miséria e os riscos de dissociação social nela contidos deixam então de atingir essencialmente esses elementos, em resumo marginais, que são os assistidos e os desfiliaados. Tornam-se um risco que afeta a condição laboriosa enquanto tal, isto é, a maioria do povo da cidade e do campo. A questão social vai se tornar a questão criada pela situação de uma parte do povo enquanto tal e não apenas por suas franjas mais estigmatizadas (ibid., p.219-220).²⁶

Para o autor, a tomada de consciência a respeito da “vulnerabilidade de massa” vem acompanhada de uma transformação da concepção de **trabalho**, que passa a ser reconhecido como a fonte da riqueza social.²⁷ Esta é outra marca do século XVIII. O mercantilismo se caracteriza como uma etapa na conscientização do valor do trabalho, valor este que permanece “envolto no modelo disciplinar” (ibid., p.229). Será somente com o liberalismo que o trabalho ganhará a dimensão de “liberdade”. No século XVIII, não é descoberta a importância do trabalho, mas a necessidade da liberdade do trabalho. Como salienta o autor, “a tomada de consciência de uma vulnerabilidade de massa associada à do eminente valor do trabalho como produtor da riqueza social provoca o descrédito das políticas tradicionais de distribuição de auxílios e de trabalho forçado, e vai isolá-las num papel secundário” (ibid., p.239).

Neste sentido, de acordo com Castel, se o trabalho passa a ser considerado o cerne dos problemas relativos à pobreza, visto que a miséria e a vulnerabilidade de massa passam a ser reflexo da organização defeituosa do mercado de trabalho que se delineia, a questão social passa a ser formulada como a questão da reorganização do trabalho. Porém,

os primeiros liberais não puderam, ou não quiseram, considerar a possibilidade de um desequilíbrio estrutural entre a oferta e a demanda de trabalho, e subestimaram o antagonismo de interesses entre empregadores e empregados que, em breve, vai levantar novamente a questão social (ibid., p.248, grifo meu)²⁸.

²⁶ Castel (1998, p.222) diz que “a diferença entre a pobreza e a indigência ‘só depende de um fiozinho’”.

²⁷ É interessante citar aqui uma passagem registrada por Huberman (1986, p.126) quando se refere à importância dada ao crescimento da indústria em função do aumento de empregos. O autor cita uma fala de T. Manley (um mercantilista) em 1677 onde este dizia que: “uma libra de lã manufaturada e exportada, é mais interessante para nós, porque emprega nossa gente, do que dez libras exportadas em bruto por duas vezes o preço atual”. Para Huberman, “num período em que os mendigos e desempregados constituíam problema e custavam boas somas na assistência social, tal argumento tinha valor considerável” (ibid.).

²⁸ Por exemplo, segundo Aron (2000), Comte analisava a oposição entre empregados e empregadores como resultado da “má organização” da sociedade industrial, mas que poderia ser plenamente resolvido por meio de reformas.

O trabalho passa a ser o elemento central no debate sobre o novo modo de produção que se delineia. O mercado de trabalho será tomado como um dos pontos centrais no debate sobre a pobreza. Se em meados do século XIV, o problema do pauperismo foi atribuído à ausência de um mercado de trabalho, no início do século XIX o pauperismo se produzirá pela liberação selvagem desse mercado. Já, no final do século XX e início do XXI, ele será apontado como resultado da escassez de vagas nesse mercado. Esta relação do pauperismo com mercado de trabalho permitiu a construção de duas formas de ver a questão: uma que aponta a possibilidade de resolução do desemprego e, conseqüentemente, da pobreza absoluta²⁹, e outra que destaca a impossibilidade de incorporação de uma determinada parcela populacional no mercado de trabalho, que passa a ser vista como “supérflua” ao sistema capitalista.

Sem querer me alongar em descrições mais detalhadas da caracterização da pobreza no período pré-capitalista, apenas destacarei alguns elementos importantes apresentados até aqui. O primeiro é a existência histórica da pobreza; o segundo é a “naturalização” atribuída ao fenômeno; o terceiro é a base ideológica que dava sustentação à distribuição da riqueza produzida e da terra; e o quarto é a compreensão de que a pobreza, no feudalismo, derivava do baixo desenvolvimento das forças produtivas. Em relação a este último ponto, reforço que a pobreza deveria ser mensurada a partir do que existia enquanto produto socialmente produzido e, neste caso, ela refletiria a distribuição deste produto. Portanto, entendo ser incorreto falar de pobreza relacionada a este último ponto.

1.2 – A pobreza no capitalismo.

No item anterior procurei destacar alguns elementos significativos que caracterizaram o fenômeno pobreza na era pré-capitalista como as diferenciações de classe e

²⁹ Para Salama e Destremau (1999), a pobreza absoluta é medida tomando em conta os patamares de rendimento. Esses autores utilizam o termo “pobreza” para expressar os rendimentos inferiores à “linha de pobreza” e “pobreza extrema”, para os rendimentos abaixo da “linha de indigência”. A “pobreza relativa é expressa pela desigualdade entre os rendimentos, a partir do estabelecimento da renda média ou da renda mediana. Segundo esses autores, “a renda mediana é freqüentemente preferida à renda média, na medida em que permite eliminar a influência que poderiam ter os rendimentos situados nos extremos sobre a renda média” (ibid., p.66).

as lutas que se travavam³⁰, a distribuição das riquezas e do poder, o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as classificações para distinguir os “diversos tipos de pobres”. O capitalismo³¹ vai se desenvolvendo e se consolidando como um modo de produção mundial e esses elementos se mantêm como pauta de análise para o entendimento da pobreza. Logicamente, adquirem contornos diferentes, como busco especificar em seguida.

Hobsbawm (1982, p.21), logo na introdução de sua obra “A era do capital” diz que

o triunfo global do capitalismo é o tema mais importante da história nas décadas que sucederam 1848. Foi o triunfo de uma sociedade que acreditou que o crescimento econômico repousava na competição da livre iniciativa privada, no sucesso de comprar tudo no mercado mais barato (inclusive trabalho) e vender no mais caro. Uma economia assim baseada, e portanto repousando naturalmente nas sólidas fundações de uma burguesia composta daqueles cuja energia, mérito e inteligência elevou-os a tal posição, deveria – **assim se acreditava** – não somente criar um mundo de plena distribuição material, mas também de crescente felicidade, oportunidade humana e razão, de avanço das ciências e das artes, numa palavra, um mundo de contínuo e acelerado progresso material e moral. Os poucos obstáculos ainda remanescentes no caminho do livre desenvolvimento da economia privada seriam levados de roldão (grifo meu).³²

Esta descrição espelha a “fé” que existia em torno do novo rumo dado a produção e reprodução da humanidade. O entusiasmo, apontado por Hobsbawm, caracterizava o pensamento dos “modernos”.

³⁰ A este respeito é prudente considerar uma observação feita por Braudel (1984, p.100) sobre as lutas travadas entre os grupos sociais no século XVI e a denominada “luta de classes”. O autor diz que “(...) se por luta de classe designamos, sem mais, essas vinganças fratricidas, essas mentiras, essas falsas justiças, então continuemos com a luta de classes! A expressão é preferível à de tensões sociais que nos sugerem os sociólogos. Mas se a palavra implica, como penso, uma certa tomada de consciência, a luta de classes pode ser clara para o historiador, mas ele contempla esse passado com olhos do século XX; ela não teve essa nitidez para os homens do século XVI, seguramente pouco lúcidos sobre este ponto.” Considerarei aqui a posição de Marx e Engels, expressa no Manifesto do Partido Comunista, onde afirmam que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história de lutas de classes” (MARX e ENGELS, 2002, p.45). Os autores referem-se a toda história escrita. A observação feita por Engels no prefácio à edição inglesa de 1888 será tomado como referência para expressar a compreensão aqui adotada. Segundo Engels, expressando também a posição de Marx, “ (...) em toda época histórica, o modo de produção econômica e de troca predominante, e a organização social que dele necessariamente decorre, formam a base sobre a qual se ergue, e a partir da qual pode ser explicada, a história política e intelectual dessa época; que conseqüentemente (desde a dissolução da sociedade tribal primitiva que possuía em comum as terras) toda a história da humanidade tem sido uma história de lutas de classes, de conflitos entre classes exploradoras e exploradas, entre classes dominantes e oprimidas; (...)” (ibid. p. 34).

³¹ Ver nota 15 sobre definição temporal deste período.

³² Destaco a expressão “assim se acreditava” por achar interessante discutir que havia uma “fé” neste tipo de desenvolvimento, como há hoje, fato, no meu entender, de suma importância para a reflexão e análise da pobreza. Este aspecto será retomado mais adiante.

Iniciada no século XVII, a modernidade apresenta como razão última o homem como senhor de si, da natureza e de Deus. Traz em seu bojo o ideário do movimento iluminista. Segundo Kant (1988, p.11), “é a saída do homem da sua menoridade de que ele próprio é culpado.” Ele apontava a preguiça e a covardia como sendo as causas responsáveis pelo fato de os homens, mesmo libertados pela natureza, continuarem em sua menoridade, facilitando que outros se tornassem seus tutores. Continua dizendo que “é pois difícil a cada homem desprender-se da menoridade que para ele se tornou quase uma natureza (...). Mas é perfeitamente possível que um público a si mesmo se esclareça. Mais ainda, é quase inevitável, se para tal lhe for dada liberdade” (ibid., p.12). Kant refere-se à liberdade como sendo o fato de se fazer “uso público da razão”, entendido por ele como sendo “aquele que qualquer um, enquanto erudito, dela faz perante o grande público do mundo letrado” (ibid., p.13).

Harvey (1993), referindo-se a Habermas, diz que este denominou como projeto de modernidade o equivalente a um extraordinário esforço intelectual dos pensadores iluministas³³ com vistas ao desenvolvimento de uma ciência objetiva, da moralidade e da lei universais e da arte autônoma girando dentro da própria lógica interna destas. Seria, então, usado o conhecimento acumulado gerado coletivamente, através do trabalho livre e criativo, com vista à emancipação humana e ao enriquecimento da vida diária. Como apontou o autor, “o desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana” (ibid., p.23).

Berman (1986, p.15), referindo-se a uma “modernidade de ontem, hoje e amanhã”, diz que “ser moderno é encontrar-se em um ambiente que promete aventura, poder, alegria, crescimento, autotransformação e transformação das coisas em redor - mas ao mesmo tempo ameaça destruir tudo o que temos, tudo o que sabemos, tudo o que somos”.

Aqui cabe uma pergunta: até que ponto o projeto de modernidade se realizou? É possível afirmar que atingimos alguns pontos, como por exemplo, o desenvolvimento

³³ Harvey (1993, p.23), expõe também o pensamento de Cassirer, que se refere ao iluminismo como um pensamento que “abraçou a idéia de progresso e buscou ativamente a ruptura com a história e a tradição esposada pela modernidade. Foi, sobretudo, um movimento secular que procurou desmistificar e dessacralizar o conhecimento e a organização social para libertar os seres humanos de seus grilhões (...). Na medida em que ele também saudava a criatividade humana, a descoberta científica e a busca da excelência individual em nome do progresso humano, os pensadores iluministas acolheram o turbilhão da mudança e viram a transitoriedade, o fugidio e o fragmentário como condição necessária por meio do qual o projeto modernizador poderia ser realizado. Abundavam doutrinas de igualdade, liberdade, fê na inteligência humana (uma vez permitidos os benefícios da educação) e razão universal.”

científico, a homologação de normas morais e leis universais, a arte autônoma. Porém, isso não foi feito através do trabalho livre e criativo, não trouxe a emancipação humana e nem propiciou, a todos, os frutos do desenvolvimento. A ciência, ao mesmo tempo que servia (e serve) ao homem, também foi (e é) utilizada para sua destruição. As leis e normas morais muitas vezes garantiram a organização social e a “liberdade”, porém, em grande parte, se tornaram lembranças garantidas nos escritos. No geral, são leis e normas que se adaptam às necessidades daqueles que, de alguma forma, podem usufruir dos benefícios do poder.

Mas a não realização de alguns pontos esboçados pelo pensamento iluminista, ou realizados por outras vias não esperadas, parece-me, pelo pensamento de Cassirer, exposto por Harvey, e pelo que nos diz Berman, fazer parte da modernidade. Afinal, o período que se inicia consolida o pensamento liberal.³⁴ Centrada na individualidade, não se poderia esperar que a forma de relação social que se estabeleceria pudesse responder às previsões otimistas dos iluministas. Mas a fé no “progresso humano” pautada na compreensão de mundo dos iluministas era, e afirmaria que ainda é, tão forte que a realidade descrita por muitos estudiosos da época, e de hoje, parecia e parece não diminuí-la.

Hobsbawm atenta para o fato de que, mesmo com os muitos problemas que se configuravam³⁵, não havia quase nenhum homem poderoso a ponto de influir nos acontecimentos do mundo ocidental que desejasse por freio no rumo do progresso. Não obstante, alguns pensadores e críticos intuitivos previram que o avanço inevitável do progresso produziria um mundo diferente do que era esperado. Como apontado anteriormente, isto parece não ter sido suficiente para abalar a “fé” no progresso e na solução dos muitos problemas. Apesar do otimismo liberal do século XVIII, alguns pensadores já faziam uma análise que corresponderia, de maneira mais próxima, à realidade que se configuraria mais tarde. Castel cita Turgot que diz:

‘o simples operário que só tem seus braços e seu empenho não tem nada enquanto não consegue vender a outros sua pena. Vende-a mais ou menos

³⁴ Liberalismo está sendo compreendido aqui como a doutrina política que dá sustentação ao capitalismo. O fato de esta doutrina se alterar em alguns aspectos, como aponta Minogue – ao afirmar que o liberalismo do século XIX era pautado no livre comércio, na democracia e na autodeterminação nacional e perto do final deste mesmo século enfatiza a responsabilidade do Estado de suprir a necessidade material dos pobres para que estes pudessem exercer efetivamente a liberdade que deveriam desfrutar – mais especificamente, o fato de o Estado passar a intervir em algumas questões, não modifica a sua função de sustentar e proteger a ordem capitalista. (MINOGUE, in: OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. Dicionário do Pensamento Social do Século XX. Rio de Janeiro : Zahar, 1996.). Mais adiante, neste capítulo, dedico algumas páginas para apresentar a compreensão de alguns liberais com relação à pobreza.

³⁵ Autores importantes da época – Comte, Durkheim, Marx, dentre outros – apontavam estes problemas e sugeriam soluções.

caro; mas o preço mais ou menos alto não depende só dele: resulta do acordo que é feito com quem paga seu trabalho. Este o paga o menos caro possível: como pode escolher entre um grande número de operários, prefere quem trabalha pelo menor preço. Então os operários são obrigados a baixar seu preço em concorrência uns com os outros. Em todos os tipos de trabalho, deve acontecer, e de fato acontece, que o trabalho do operário se limite ao que lhe é necessário para assegurar sua subsistência.’(TURGOT apud CASTEL, 1998, p.272)

Se, por um lado, já no século XIX, pensadores como Comte, Durkheim, entre outros, acreditavam que os problemas que se desenhavam seriam solucionados, Marx já apontava para a impossibilidade da solução de muitos dos problemas que apareciam em função da própria natureza do capitalismo.

Em relação aos problemas surgidos, Huberman (1986) faz referência a um importante e diretamente relacionado com o aumento da pobreza, ou seja, os novos fechamentos de terra ocorridos na Inglaterra no século XVIII e também no início do século XIX, como aqueles ocorridos anteriormente no século XV. Apesar de leis contra o fechamento de terras terem sido baixadas já em 1489 e durante todo o século XVI, a freqüência com que isto era feito refletia, segundo o autor, o não cumprimento delas, por isso a necessidade de reiterá-las constantemente. Mas, no século XVIII, o fechamento ocorreu ancorado na lei baixada por um governo de latifundiários para os latifundiários. O trabalhador sem terra é levado, desta forma, a ir para a indústria como assalariado.³⁶

O trabalhador foi afastado da terra e de todos os meios de produção que passaram a ser propriedade de uma classe. Ao serem substituídos por máquinas implantadas nas fábricas, os trabalhadores se punham a destruí-las, não entendendo que as máquinas não eram a causa de seus males, mas sim o fato de elas serem propriedade privada.

É bom lembrar e reforçar que a consolidação do capitalismo não ocorreu sem resistências. Como afirma Hobsbawm (1982, p.25), analisando o período compreendido entre 1848 – 1875, “o triunfo burguês foi breve e temporário. No momento em que pareceu completo, provou não ser monolítico mas pleno de fissuras. No início da década de 1870, a expansão econômica e o liberalismo pareciam irresistíveis. No fim da mesma década, já não o eram mais.”

Huberman registra o crescimento da organização da classe trabalhadora, com o desenvolvimento do capitalismo. Cita Engels que, em 1844, escreveu:

³⁶ Segundo o autor, apesar desses fechamentos de terra terem sido mais freqüentes na Inglaterra, ocorreram também no continente europeu como um todo.

‘se a centralização da população estimula e desenvolve a classe dos proprietários, força também o desenvolvimento dos trabalhadores, ainda mais rapidamente. Os trabalhadores começam a se sentir como uma classe, como um todo; começam a perceber que, embora fracos como indivíduos, formam um poder quando unidos. (...)’ (ENGELS apud HUBERMAN, 1986, p.190).

É bom lembrar, também, que o sindicalismo, historicamente, foi combatido. Afinal, se trata da organização de uma classe para se contrapor aos interesses de outra que, por sua vez, também se organiza. A luta pela sindicalização foi vencida em grande parte do globo, mas isto não significou que, a partir daí, os trabalhadores passassem a ter facilidade em suas outras lutas.³⁷

Porém, como nos mostra a história, apesar de acontecimentos fundamentais, principalmente dos movimentos de resistência e daqueles que promoveram transformações substanciais como as revoluções socialistas³⁸, apesar da construção de experiências diferenciadas, o capitalismo continuou triunfante, utilizando-se de todos os meios necessários para se manter.

Não deter-me-ei em detalhar os acontecimentos históricos que caracterizaram o fim do século XVIII e os dois séculos subsequentes. Acontecimentos como as Revoluções Industrial³⁹ e Francesa (1789) já foram bastante detalhadas em outros estudos; as grandes guerras mundiais e as revoluções mais importante do século XX (Revolução Russa de 1917, Revolução Chinesa de 1949, Revolução Cubana de 1959) também não serão detalhadas pela mesma razão. Estes fatos são, contudo, de extrema importância, pois estão relacionados

³⁷ Em passado recente foram feitas, e estão sendo feitas, investidas contra conquistas da classe trabalhadora.

³⁸ Hobsbawm (1982, p.30) chama a atenção para o fato de a revolução de 1848 – caracterizada por ele como “a primeira revolução potencialmente global” – ter fracassado por ter sido feita por trabalhadores pobres. O autor também afirma que essa revolução “(...) fracassou porque ficou evidenciado que a confrontação decisiva não era entre os velhos regimes e as ‘forças do progresso’ unidas, mas entre ‘ordem’ e ‘revolução social’” (ibid., p.37).

³⁹ Datar a Revolução Industrial não é uma tarefa simples, dependerá dos elementos tomados como referência e da análise feita. Por exemplo, Braudel (1996, p.547) busca situar a Revolução Industrial num movimento mais amplo que ela própria. Distinguindo conceitos como “industrialismo” (para ele, “o movimento basculante de toda uma sociedade para o modo de vida industrial”) e “industrialização” (como “a passagem da preponderância agrícola para a preponderância das artes e ofícios”), o autor descreve a Revolução Industrial como o movimento de aceleração desta última (industrialização). Para ele, a “modernização” é um movimento ainda mais amplo que a industrialização, e o “crescimento” um movimento mais amplo ainda e que “traz consigo a globalidade da história”. Para Braudel, até a Revolução Industrial o avanço do crescimento deparou-se com o que ele chamou “limite do possível”, ou seja, um limite posto pelo teto da produção agrícola, pela capacidade de transporte, de energia para a produção, demanda de mercado. Partindo desta compreensão, diz que “(...) o crescimento moderno começa quando o teto ou o limite não param de se elevar ou se afastar. Isso não quer dizer que um dia não venha a reconstituir-se um teto” (ibid., p.550). O autor também caracteriza a Revolução Industrial como um momento em que surge uma “nova e perturbadora divisão do trabalho, que preservou e apurou seus mecanismos, e não sem múltiplas e desastrosas conseqüências sociais e humanas” (ibid.).

diretamente com necessidades do capitalismo (caso das duas grandes guerras) e com a busca de um outro tipo de organização social distinto da organização capitalista. Cabe aqui buscar uma caracterização da pobreza que, como disse anteriormente, ganha contornos diferenciados no capitalismo.

Passo a destacar algumas questões relevantes ao debate aqui proposto. Uma delas é a “questão salarial”, como trata Castel (1998), que passou a se constituir na “questão social”. Ao final do século XVIII, o trabalho torna-se uma mercadoria, cuja venda obedece a lei da oferta e da procura. Porém, as “ajudas” continuam a ser importantes. O artigo 21 da Constituição francesa de 1793 diz: “ ‘Os socorros públicos são uma dívida sagrada. A sociedade deve subsistência aos cidadãos desafortunados, seja conseguindo-lhe trabalho, seja garantindo os meios de existência para aqueles que não têm condições de trabalhar’ ” (ibid., p.251). Esse modo de encarar a questão social, segundo o autor, eleva o socorro ao *status* de reintegração.

Mas a história vive seus atropelos e nem tudo o que foi pensado e proposto realizou-se. Castel chama a atenção para o fato de as propostas feitas pelos iluministas e homologadas com a Revolução – sintetizadas em uma associação do liberalismo como forma de regulação do trabalho e da assistência estatal como reguladora dos socorros – não terem funcionado. Aponta dois elementos como responsáveis por isso: 1) a coexistência de duas concepções contraditórias do papel do Estado (a necessidade de um Estado forte para prover a assistência e de um Estado “mínimo” para o desenvolvimento de uma economia “liberal”); e 2) a junção do voluntarismo político e do *laissez-faire* econômico que, por sua vez, liberava antagonismos sociais não previstos e, até mesmo, não controláveis.

Castel refere-se a um “capitalismo utópico” para descrever a situação da época. Propõe uma outra interpretação para o que acontece depois de a burguesia assumir o poder. Diz que,

a uma leitura cínica (a burguesia ascendente manipulou tudo em função de seu interesse), prefiro uma outra que permite recolocar esse episódio revolucionário no longo prazo e que introduz uma melhor compreensão das futuras peripécias da questão social. A hipótese é que essas construções têm um caráter ‘utópico’, no sentido em que Pierre Rosanvallon fala de ‘capitalismo utópico’. Esses reformadores teriam extrapolado, levando ao extremo, as características mais dinâmicas do desenvolvimento econômico e social que observavam no fim do século XVIII. Teriam projetado sua completa realização sem ver, isto é, sem poder antecipar, paralelamente, as contrapartidas sociais dessa realização que ainda não eram plenamente legíveis a partir da situação do século XVIII (ibid., p.265).

Completa seu raciocínio dizendo que o otimismo liberal do século XVIII era frágil por uma razão fundamental: “ (...) o livre acesso ao trabalho contém um elo fraco. Faz incidir o peso da nova liberdade sobre o trabalhador manual, isto é, sobre um indivíduo sem recursos, sem dignidade, e cujo *status* (...) permanecerá próximo daquele que, na época, se atribui à ‘canalha’” (ibid., p.270).

O objetivo de um determinado grupo – burguesia – de romper com a “velha ordem” foi alcançado, porém sem a efetivação das propostas mais radicais de transformação. A este respeito, Hobsbawm (1982, p.39) diz que,

dos principais grupos sociais envolvidos na revolução [refere-se a de 1848], a burguesia (...), descobriu que preferia a ordem à chance de pôr em prática todo o seu programa, quando diante da ameaça à propriedade. Diante do confronto com a revolução ‘vermelha’, os moderados liberais e os conservadores marchavam ombro a ombro.

Contrariamente a posição de Castel (1998), apontada anteriormente, Hobsbawm (1982) parece não dispensar a compreensão de uma burguesia disposta a defender aquilo que se apresentava para ela como mais importante, isto é, a defesa da propriedade privada dos meios de produção.

Já aos trabalhadores pobres, diz Hobsbawm, faltavam organização, liderança e, principalmente, conjuntura histórica que pudesse fornecer uma alternativa política. “Suficientemente fortes para fazer o projeto de uma revolução social parecer real e ameaçador, eles eram porém demasiadamente fracos para fazer algo mais do que ameaçar seus inimigos” (ibid., p.41). Porém, o autor reforça que este potencial não poderia ser subestimado, tendo em vista que **“o duro conhecimento do pauperismo e da crise antes de 1848 havia encorajado poucos a acreditar que o capitalismo poderia ou iria trazer condições decentes de vida ou, se trouxesse, se elas iriam durar”** (ibid., p.42, grifo meu). Teria realmente ocorrido neste momento um desencantamento geral com a organização social nascente, como pensa Hobsbawm? Será que a realidade vivenciada foi suficiente para se contrapor as promessas postas pelo capitalismo? Ou será que as propostas apresentadas naquele momento continuam dando sustentação a uma “esperança” que ainda possibilita que seja suportada a gravíssima degradação de boa parte da população mundial?

Se a burguesia acreditava que tudo melhoraria a partir do desenvolvimento, o que caracterizava o “utopismo” mencionado por Castel (1998), as medidas que tomava não apontavam para nenhuma intenção em, por exemplo, distribuir o produto socialmente produzido. Se esta burguesia ainda não tinha ciência das desgraças sociais, mesmo

convivendo com elas, não poderia negar que muitos, como apontado anteriormente, já estavam analisando o sistema capitalista e propondo transformações radicais. Se ela continuou a acreditar no desenvolvimento e nas transformações “para melhor” decorrentes dele, não é por falta de experiência histórica e de estudos científicos que comprovam o contrário. Esta compreensão, a meu ver, é central e será retomada posteriormente. A consolidação da ordem burguesa e tudo o que daí deriva em termos de sustentação ideológica do capitalismo é de suma importância para a compreensão da pobreza neste período.

Mesmo que a revolução de 1848 não tenha resultado em uma transformação, foi um episódio de extrema importância. Como diz Hobsbawm (1982), serviu para mostrar para as monarquias (pelo menos da Europa Ocidental) que seus povos não aceitavam a regra do direito divino como a que deveria justificar a reprodução do poder dos que eram socialmente e economicamente superiores.

O autor considera 1848 – 1870 um período de extraordinário crescimento econômico, que possibilitou não apenas aos homens de negócios lucrarem, mas também aqueles que só tinham a sua força de trabalho para vender. Houve um aumento vertiginoso do emprego, na Europa e no resto do mundo, o que favoreceu uma grande migração. Conforme Hobsbawm, **“a alta taxa de emprego e a presteza em conceder aumentos salariais onde fosse necessário apagaram o descontentamento popular. Mas para os capitalistas, as amplas provisões de trabalho então chegando ao mercado eram relativamente baratas”** (ibid., p.51, grifo meu).

A situação havia sido bastante diferente, considerando as últimas décadas do século XVIII e as três primeiras do século XIX. Segundo Braudel (1996), as transformações que ocorreram com o aparecimento de novas máquinas fez com que, por exemplo, a tecelagem manual se obrigasse a aumentar vertiginosamente o seu efetivo, bem como imprimir um regime de trabalho violento, neste momento, com salários elevados. Os trabalhadores rurais passaram a engrossar as fileiras dos trabalhadores em tempo integral, não somente os homens adultos, mas também um grande número de mulheres e crianças. Estatísticas mostram que em 1813-1814, dos 213.000 tecelões, 130.000 mil estavam abaixo dos 14 anos.

Referindo-se a conjuntura do período de 1770 a 1820, o autor ressalta a elevação mais rápida dos preços do que dos salários. Isso promoveu uma diminuição do nível de vida. Estudos sobre a correlação entre a alta dos preços e a queda dos salários mostram que “os preços em alta determinam um aumento da produção e um aumento da população – os

fenômenos ligados um ao outro, determinam-se – mas os salários decrescem sempre” (ibid., p.570).

O progresso vai se fazendo em detrimento do nível de vida dos trabalhadores. As mudanças de conjuntura só se iniciam com o início de um novo ciclo de Kondratieff, em 1850. Neste período, os preços sobem e os salários acompanham este movimento. Segundo Braudel, “entra em cena o crescimento contínuo” (ibid.).⁴⁰ O autor diz também que, considerando a conjuntura pós 1850, o povo inglês, independentemente das desigualdades existentes, tomou parte no triunfo mundial de seu país. Para o autor, “é destino dos povos que se encontram no centro de uma economia-mundo serem *relativamente* os mais ricos e os menos infelizes. De cima a baixo da escala social, os holandeses do século XVII, os ‘americanos’ de hoje gozaram, e gozam, desse privilégio que foi os dos ingleses do século XIX” (ibid., p.572-573).

É interessante analisar essa afirmação de Braudel, de que todo o povo inglês, independentemente da sua condição social, tomou parte do triunfo da Inglaterra, pois isto parece justificar o forte discurso sobre a necessidade do “crescimento”. Esse discurso parece deixar no ar uma justificativa que leva um povo a esperar e, até mesmo, a dar a sua “última gota de sangue” na esperança de um futuro melhor. Quando analisarmos as soluções apontadas para a pobreza, no capítulo III, veremos que o “crescimento” é apresentado como uma das soluções para o combate e erradicação da pobreza.

O trabalho familiar nas minas e fiação de algodão, que era a base da organização do trabalho no início do século XIX, foi se modificando com o progresso técnico. Com o passar do tempo, a coesão familiar dentro das fábricas vai desaparecendo e o trabalho infantil perde a característica de “auxílio” ao trabalho do adulto, passando a ser cada vez mais exigido, agora como o próprio trabalhador. Isso faz com que milhares de trabalhadores sejam lançados ao desemprego e que os salários despenquem.

Braudel (1996) destaca que, neste período, nasce um outro personagem: o “industrial”, que passará também a fazer parte da cena política inglesa. Segundo o autor, com

⁴⁰ Maddison (1989) faz uma análise do desempenho da economia mundial no período de 1870 a 1987, estudando a economia de 10 países (França, Alemanha, Japão, Reino Unido, Estados Unidos, Brasil, China, Índia, México e URSS). O autor diz que, num primeiro período – 1870-1913 – os Estados Unidos foi o país que mais cresceu, sendo o crescimento mais baixo registrado nos países asiáticos. Numa segunda fase – 1913-1950 – considerada uma época problemática em função das duas guerras mundiais e de uma grande depressão – o crescimento foi menor na Europa e na Ásia e houve um bom desempenho nos países latinoamericanos, principalmente no Brasil. Nos EUA o crescimento foi mais rápido na década de 1940 em função dos estímulos da guerra. Uma terceira fase – de 1950-1973 – foi considerada uma idade de ouro e “o processo de crescimento parecia ter entrado em círculo virtuoso” (ibid., p.27). Nesta fase, o crescimento foi mais alto em todos os países – considerando o período anterior – menos nos EUA.

o fito de se tornar independente, o industrial “rompeu um a um todos os vínculos entre essa pré-indústria e o capitalismo mercantil. O que surge com ele e se afirma e se amplia de ano para ano é um capitalismo novo, com todas as suas forças consagradas, em primeira instância à produção industrial” (ibid., p.553-554).

A economia clássica (representada por teóricos como Ricardo, Smith, Malthus, Stuart Mills, entre outros), como afirma Huberman (1986), estava perfeitamente adequada às necessidades particulares dos “homens de negócio”. O lucro deveria ser a meta, e isto ajudava também ao Estado. Dessa forma, “o bem estar da sociedade está ligado ao do indivíduo” (ibid., p.197). Se o “desempenho individual” dos “homens de negócio” daria uma resposta às necessidades sociais, então o papel do Estado deveria ser o de preservar a paz, ou seja, evitar a ocorrência de conflitos sociais, e proteger a propriedade privada. Huberman afirma ainda que “a concorrência devia ser a ordem do dia. (...). Segue-se que o monopólio – dos capitalistas para elevar os preços, ou dos sindicatos para elevar os salários – era uma violação da lei natural” (ibid.).

Nesta época, algumas explicações para a pobreza eram dadas, dentre elas, a oferecida por Malthus teve grande repercussão. Afinal, ele atribuía a miséria da humanidade ao fato de a população aumentar mais depressa do que a produção de alimentos para mantê-la viva. Esse aumento da população representava uma lei natural e contra ela não se tinha o que fazer, a não ser o controle moral, proposta feita por Malthus na segunda edição de seu livro.⁴¹ Segundo Huberman, o que Malthus sustentava era que a miséria não se encontrava, então, nos lucros excessivos (que representava uma razão humana e não uma lei natural). A culpa da reprodução da pobreza era, então, do próprio pobre, que se reproduzia em uma proporção bem maior do que poderia.

Huberman afirma que Ricardo, ao estabelecer uma “lei da renda”, relacionou sua teoria à teoria de Malthus no momento em que entendeu

(...) que quando o preço do mercado é alto, quando os trabalhadores recebem mais do que o bastante para a manutenção de suas famílias, então a tendência é aumentar o tamanho dessas famílias. E o aumento do número de trabalhadores reduzirá os salários. Quando o preço do mercado é baixo, quando os trabalhadores recebem menos do que o necessário para manter as famílias, então seu número se reduz. E um número menor de trabalhadores eleva os salários⁴² (ibid., p.201).

⁴¹ O livro citado é “An essay on the principle of population”

⁴² Huberman (1986, p.201) cita um trecho muito interessante de Ricardo, onde este afirma que os trabalhadores não poderiam receber mais do que o “necessário para lhes permitir ... viver e perpetuar a raça, sem aumentar nem diminuir”.

Nesta mesma época, contrapondo-se a estas e a outras elaborações teóricas está a teoria de Marx, que explicou a dinâmica da produção e da acumulação de capital por caminhos diferentes. Marx buscou explicar a dinâmica do capitalismo como uma dinâmica destrutiva da humanidade. Ela não produziria a felicidade humana; ela não produziria a igualdade, a liberdade e a fraternidade. A pobreza, nesta teoria, adquire o caráter de elemento estrutural do próprio modo de produção. Retomarei a teoria marxiana no capítulo IV. Aqui cabe apenas apontar a existência de concepções diferentes em relação a leitura de realidade na época.

Segundo Hobsbawm (1982), após 1848, os períodos de crescimento e depressão econômicos se sucediam. As questões políticas ganhavam novos contornos, porém a “política” não era mais a política da revolução. Mas a dificuldade em conciliar as vagas de trabalho e o número de trabalhadores disponíveis ainda se constituía numa esperança para os revolucionários.

A crescente industrialização começou a exigir uma série de investimentos sociais, sendo a educação um dos mais importantes. O sistema educacional torna-se fundamental para o desenvolvimento da indústria. A economia moderna exigia educação em massa e instituições de educação avançada. A educação, vinculada às características que um trabalhador deveria apresentar se constituiria em um elemento apontado como “solução” para o problema da pobreza⁴³, como veremos posteriormente. Ou seja, uma pessoa educada formalmente e qualificada teria o instrumento principal para sair da condição de “pobre”, visto ampliar sua capacidade de inserção no mercado de trabalho. É importante ressaltar também que cabia à educação impor os valores da sociedade, o que caracterizaria o seu papel de aparelho ideológico.

Hobsbawm (1982) apresenta a depressão da década de 1870 como um marco para uma nova era, tanto política como econômica. Ela “minou ou destruiu” as fundações do liberalismo de meados do século XIX, que parecia tão fortemente estabelecido. No entanto, é a partir desta década, afirma o autor, que o capitalismo industrial torna-se economia mundial. A história passa a ser a história mundial.⁴⁴

⁴³ Atualmente, ainda são feitas defesas exponenciais do papel fundamental da educação como solução para a pobreza, a exemplo de Londoño (1997). Outros autores questionam essa posição, como o faz Leher (1998).

⁴⁴ É importante considerar a observação feita na nota de rodapé 33, sobre a compreensão de liberalismo assumida neste trabalho. Neste caso, tendo a relativizar o entendimento de Hobsbawm sobre o fato de o liberalismo de meados do século XIX ter sido “minado ou destruído” pela depressão da década de 1870.

Os problemas sociais, pelo menos nos países onde o desenvolvimento era mais avançado, estavam, de certa forma, mais contornáveis, principalmente pela adoção de medidas políticas e institucionais adequadas ao desenvolvimento capitalista, bem como do pleno emprego e da imigração, o que reduzia o descontentamento da massa.

Duas outras questões foram fundamentais no período de 1848 – 1870. Uma delas foi a constituição do espírito nacionalista e a outra foi o estabelecimento da democracia, como diz Hobsbawm (1982, p.117), “da crescente participação do homem comum nas questões do estado”. Segundo o autor, ocorre uma identidade entre esses dois conceitos, visto que os movimentos nacionalistas da época eram movimentos de massa. Isso possibilitou que as forças populares começassem a ter força política. Como ressalta,

(...) o liberalismo que formava a ideologia básica do mundo burguês não tinha defesas teóricas contra esta contingência. Sua forma característica de organização política era o governo representativo através de assembleias eleitas representando não (como nos estados feudais) interesses sociais ou coletividades, mas agregados de indivíduos de *status* legalmente iguais (ibid., p.118).

Mas é apenas no século XIX que as transformações, em relação a questão social do trabalho assalariado, irão se configurar mais nitidamente. Ou seja, ao fim do século XVIII o acesso ao trabalho foi liberado, mas nada, ou muito pouco, foi feito para promover a condição salarial. Segundo Castel (1998, 277-278),

o princípio do livre acesso ao trabalho abre uma nova era de turbulências e de conflitos. A questão social é reformulada a partir de novos núcleos de instabilidade que são como a sombra do desenvolvimento econômico. Entregue a si mesmo, o processo de industrialização engendra um monstro – o pauperismo. Como encontrar um compromisso entre o mercado e o trabalho que garanta a paz social e reabsorva a desfiliação de massa criada pela industrialização? Esta questão se tornará a questão da integração da classe operária .

A teoria marxista, foi fundamental para todo o processo histórico de luta contra o capitalismo. Apesar disto, passa a ser reformulada, recortada e até refutada a partir da metade do século XX. Todo um debate se estabelece em torno de uma “radicalidade” a ela atribuída, e a efetivação dos Estados de Bem-Estar Social, bem como o “fracasso” das experiências socialistas, levam a um “quase abandono”⁴⁵ dos seus “elementos centrais”. Adiante,

⁴⁵ Utilizo a expressão “quase abandono” pelo fato de Marx ainda ser utilizado por muitos teóricos que fazem a crítica ao sistema capitalista. Entendo, então, que o que ocorre é uma utilização inadequada da teoria marxista que, em junção com outras formulações, acaba gerando uma série de confusões.

caracterizarei a compreensão de pobreza na teoria marxista, buscando resgatar as bases da análise feita em relação ao fenômeno.

O resultado desse “quase abandono” acaba por gerar uma interpretação confusa que aponta para “problemas estruturais” do sistema capitalista, mas ao mesmo tempo, vê possibilidades de diminuição e até erradicação da pobreza no âmbito do próprio sistema. O Estado será posto como um elemento central dessa tendência de análise da pobreza.

O movimento de reabilitação da questão da pobreza e integração da classe operária passa, a partir da busca dessa integração, a ser tratado como um elemento de disputa de duas formas de encarar o problema: uma pautada na individualidade e na liberdade de trocas, representando uma posição liberal onde a política social não dependeria da ação do Estado; e outra que destacava o Estado como elemento de controle da pobreza, substituindo a anterior que não conseguia dar conta de resolver o problema. Isso reflete a compreensão de um liberalismo que se modifica à medida da necessidade, como apontado anteriormente. Segundo Castel (1998, p.278),

o Estado social toma nota dos efeitos perversos das regulações puramente econômicas e da insuficiência das regulações morais. Esforça-se por garantir uma concepção da seguridade (social) cujas proteções dependem menos da propriedade do que do trabalho. Entretanto, não é a expressão de um voluntarismo político. Ao contrário, os dispositivos específicos desenvolvidos em nome da solidariedade são outros tantos meios de evitar a transformação diretamente política das estruturas da sociedade. Que cada um fique em seu lugar, mas que haja um lugar. Fazer o social, ou como fazer a economia do socialismo: o Estado social, em sua filosofia como em seus modos de instrumentalização prática, é um compromisso.

O Estado agirá, então, como um elemento de regulação entre os interesses do mercado e as reivindicações do trabalho. Castel classifica este Estado em duas versões: uma “minimalista”, relativa à III República, onde a situação salarial era bastante vulnerável e o mercado ainda se auto-regulava; e outra “maximalista”, calcada no compromisso keynesiano (integração do crescimento econômico, pleno emprego e desenvolvimento do direito do trabalho). O autor destaca o desmonte do compromisso keynesiano, e conseqüentemente, os problemas que advém disso, e conclui que, apesar de todas as transformações que ocorreram até aquele momento,

o Estado social permanece nossa herança: ainda vivemos no meio de poderosos sistemas de proteção e é isto que dá à situação atual sua especificidade. Essa vulnerabilidade após as proteções, e com proteções, não é a vulnerabilidade de antes das proteções da primeira metade do século

XIX. Mas o Estado social é também um horizonte. A perspectiva histórica mostra que é a forma – porém a forma variável – que o compromisso entre a dinâmica econômica, comandada pela busca do lucro, e a preocupação de proteção, comandada pelas exigências da solidariedade, assume. É possível pensar uma sociedade sem semelhante compromisso, mesmo que seja diferente do que prevaleceu até hoje? É possível aceitar voltar à insegurança social permanente diante das proteções? Se não, será necessário, realmente, renegociar as relações entre o mercado e o trabalho elaboradas na matriz da sociedade industrial quando esta era hegemônica (ibid., p.279-280).

O Estado de Bem-Estar Social, posto como uma experiência que demonstrou a possibilidade da “erradicação” da pobreza (ou pelo menos como a experiência que retrata a relação “desejável” entre capital, trabalho e Estado) passa a ser o exemplo a ser defendido para todas as sociedades. Com o fim das experiências socialistas, ou melhor, do chamado socialismo real, e com a busca de “superação” das situações vividas por muitos países em relação a sua condição social, o Estado de Bem-Estar Social é “posto”, por muitos teóricos, como o que “pode e deve” ser a regra da ordem mundial. Logicamente, esta busca está associada a outras variantes como crescimento econômico, distribuição de renda, estabelecimento de relações internacionais horizontais e inclusivas (globalização includente), apontadas como imprescindíveis para que tal modelo de Estado possa constituir-se na regra. Isto implica concordar com a possibilidade de regulação do sistema, perspectiva defendida pelos social-democratas.

Feito este breve retrospecto, passo a apresentar a compreensão do fenômeno pobreza. Para realçar a diferença da perspectiva social-democrata em relação à liberal/neoliberal, inicialmente faço uma apresentação desta última para, depois, dedicar maior atenção à primeira, visto ser esta perspectiva que me interessa, em especial, discutir.

2 – Especificando significações sobre “pobreza”.

Todos os autores que serão apresentados aqui tratam o fenômeno pobreza como “falta”, ou de **recursos materiais básicos para a manutenção da vida**⁴⁶ ou de falta de

⁴⁶ Apesar de os autores, que assumem essa posição, se deterem, principalmente, na análise da “falta de recurso material” em si, isto não significa dizer que não tenham noção ou desconsiderem o “elemento subjetivo” do fenômeno, ou seja, o sentimento das pessoas em relação à pobreza, como destacam Salama e Destremau (1999). Apenas não se referem a ele e, em alguns casos, a exemplo de Dupas (1999), deixam claro que a opção por uma definição mais restrita sobre o fenômeno é necessária, principalmente quando se busca entendê-lo para apresentar possíveis soluções.

cidadania. Esta distinção, apesar de parecer pouco clara, representa uma cisão que pode ser detectada nos estudos sobre pobreza. O primeiro caso expressa o que foi denominado de “dimensão econômica”, e o segundo, expressa o que foi denominado “dimensão política” do fenômeno. Tal distinção reflete o estabelecimento de uma hierarquia em relação ao elemento central a ser analisado, não significando, portanto, que sejam excludentes. Em ambos os casos, a pobreza é vista como negativa. Em contraposição, apresento uma compreensão um tanto distinta, onde a pobreza é vista como positividade, aqui denominada de “visão diferenciada”.

Como destacado anteriormente, a “pobreza” é um fenômeno histórico e sempre relacionado à noção de **falta** de alguma coisa.⁴⁷ Por exemplo, ao nos reportarmos ao significado posto nos evangelhos, encontramos pobreza relacionada a elementos materiais, bem como a questões espirituais. Campos, Brandão e Mendes (2000), citando um estudo de Sassier⁴⁸, chamam a atenção para o fato de que, segundo este autor, a pobreza é relacionada à virtude, desde a Grécia antiga. Ser pobre poderia ser uma virtude ou motivo de vergonha (falta de virtude).

A palavra “pobre”, nos escritos dos evangelistas, adquire um sentido ambíguo. Por exemplo, Lucas usava o termo *dalin* (que significa o caráter concreto da pobreza) e Mateus, o termo *anawim* (significando aquele que tem uma alma pobre). Na tradução para o grego antigo, as palavras citadas – *pènés*, *ptoxos* e *tapeinos* – exprimiam a pobreza material, não dando conta da dimensão espiritual, o que levou ao uso da expressão “pobre-de-espírito”. Esta expressão acabou sendo utilizada, predominantemente, na sua forma reduzida “pobre”. Tanto a expressão “pobre-de-espírito” quanto sua forma reduzida “pobre”, estão associadas, no hebraico antigo, à palavra humilde. O “ser pobre”, da antigüidade até os séculos XIV e XV, foi objeto de julgamento moral.⁴⁹ A partir do século XV, segundo Campos, Brandão e Mendes, “nasce o olhar político sobre a pobreza, no sentido de que as pessoas pobres passam a ser alvo de atenção e objeto de responsabilidade também das autoridades civis” (ibid., p.804). Passam, então, a coexistir duas categorias de pobres: aqueles que viviam tal situação

⁴⁷ Freitas (2004) elabora uma descrição categorial do pobre e da pobreza. Faz essa descrição a partir da apresentação do que denominou “representações da pobreza”.

⁴⁸ O estudo citado é “Du bom usage des pauvres, histoire d’un thème politique XVI-XX siècle. Paris : Fayard,1990.

⁴⁹ Apesar de não podemos desconsiderar o uso, no senso comum, de interpretações da pobreza relacionada à questões religiosas, não tratarei deste aspecto.

independentemente de sua vontade e os chamados “vagabundos” que, por sua vez, viviam uma pobreza “voluntária” (por escolha ou “vício”).⁵⁰

Campos, Mendes e Brandão acrescentam que na sociedade industrial, o termo “pobre” vai ser transformado. Nesta sociedade,

o que estará em jogo será a noção de utilidade social: a palavra ‘pobre’ servirá para designar pelo menos dois tipos que serão diferentemente ‘integrados’ à sociedade, não segundo suas condições materiais, mas segundo sua utilidade social: aquele que trabalha, mesmo sendo materialmente muito pobre será percebido como pertencendo à ordem do mundo; o que não trabalha será discriminado e visto como uma espécie de pária (ibid., p.804-805).

A grande diferença que se estabelece na transição entre o feudalismo e o capitalismo é, inicialmente, uma maior preocupação com o aumento do pauperismo e o que isso poderia gerar. Após o desenvolvimento dos movimentos por “igualdade, liberdade e fraternidade”, *slogan* da Revolução Francesa, passa a coexistir com esse receio do aumento do pauperismo um sentimento e uma afirmação de direitos⁵¹ que alçam a pobreza definitivamente ao *status* de “resultado do social” e, portanto, responsabilidade social, mesmo que tal responsabilidade, na prática, até os dias de hoje, ainda seja, na maior parte das vezes, atribuída ao indivíduo. Essa noção de “responsabilidade da sociedade”, seja através da filantropia ou da atuação do Estado, resulta no desenvolvimento de muitas análises sobre a pobreza, principalmente pela persistência histórica do fenômeno. Passo a apresentar agora, compreensões de pobreza desenvolvidas a partir do estabelecimento dessa “responsabilidade social”.

É importante ressaltar, de início, que se desenvolveu uma certa idéia de que o liberalismo/neoliberalismo não traz em si essa noção de “responsabilidade social”. Isso dependerá, na minha opinião, da compreensão que se tem desta teoria. Entendermos que uma sociedade “acata” o mercado como o *locus* privilegiado de resolução da pobreza, não significa dizer que essa sociedade não se responsabiliza pelo problema, mas apenas que “acolhe” uma determinada solução. O que leva a esse “acolhimento” é que deve ser discutido.

⁵⁰ A distinção sobre os tipos de pobre foi apresentada de forma mais detalhada anteriormente, a partir do estudo de Castel (1998).

⁵¹ A exemplo do que é colocado no artigo 21 da Constituição Francesa de 1793, apontado por Castel (1998, p.251) e já citado aqui, onde é afirmado que “(...). A sociedade deve subsistência aos cidadãos desafortunados, seja conseguindo-lhe trabalho, seja garantindo os meios de existência para aqueles que não têm condições de trabalhar.”

Muitos são os autores que refletem sobre o tema, mas nem todos procuram especificar ou detalhar o entendimento que têm em relação ao uso do termo “pobreza”. É possível constatar que os que assim procedem entendem a pobreza como “falta de recursos materiais básicos” para a manutenção da vida.⁵² Apresentarei aqui, autores que buscam especificar um pouco mais o tema.

A partir da percepção de que alguns autores enfatizam a “dimensão econômica” quando buscam definir o fenômeno “pobreza” e outros a “dimensão política”, opto por apresentá-los agrupados em função desta ênfase, mesmo que, em alguns momentos, esta separação não pareça tão nítida. Será apresentada também uma visão que denominei “visão diferenciada” em função da positividade atribuída ao que a ampla maioria dos estudiosos define como um flagelo humano.

2.1 – O fenômeno pobreza sob o ponto de vista “liberal/neoliberal”.

Utilizo os termos “liberal/neoliberal” desta forma por entender que não existem especificidades fundamentais que possam exigir o uso diferenciado dos mesmos, apesar de “neoliberal” ser o termo acatado para representar o momento atual. O neoliberalismo é apontado como uma perspectiva que veio destruir um modelo de organização social representativo dos “anseios humanos”, que se ergueu inicialmente em alguns países europeus e que deveria ser erguido nos demais países. Este “modelo social” tem como ponto de partida para sua edificação, o socialismo, mas o que lhe deu sustentação, ao final, foi o próprio liberalismo. Refiro-me ao modelo social defendido pelos social-democratas. Se o neoliberalismo representa uma retomada radical do liberalismo ortodoxo, não simbolizando algo novo, pô-lo em destaque pode relativizar a própria essência do capitalismo, cuja base de sustentação é o liberalismo. O neoliberalismo parece ser visto como o “lado perverso” do liberalismo.

⁵² Autores tais como Cohen (1998), Chossudovsky (1999), Soares (2001), Barros, Henriques e Mendonça (2001), concentram-se mais na análise das causas da pobreza e no encaminhamento de soluções do que em sua definição. Estes autores serão utilizados no decorrer do trabalho sendo que, neste item, só aqueles que buscam apresentar uma conceituação serão mais detalhados.

Apresento alguns autores representativos dessa corrente teórica, buscando apontar elementos definidores da compreensão de pobreza. É possível verificar diferenças no grau de aceitabilidade da intervenção do Estado na diminuição/erradicação da pobreza.

Galbraith (1979), dentre os autores aqui apresentados, é o que oferece um estudo mais detalhado da pobreza. Mesmo que nesta obra tenha se fixado na análise da pobreza em países de base agrícola, elenca uma série de elementos importantes que constituem uma “história” das análises em torno do tema. Ele distingue duas formas de pobreza: a que aflige a poucas pessoas ou a minoria, em algumas sociedades; e a que atinge a totalidade das pessoas, com exceção de poucas, em outras sociedades. Para ele, **“a pobreza é o tormento maior e mais arrasador do homem. É a origem de muitos outros sofrimentos – desde a fome e as enfermidades até o conflito civil e a própria guerra”** (ibid., p.27, grifo meu).

Para Galbraith (1979), todas as explicações dadas para a pobreza são importantes e auxiliam no entendimento desse fenômeno – o clima, a etnia, **a tendência à acomodação**, sendo este último de vital importância. Segundo ele, a pobreza de massa é, comumente, explicada em função de a comunidade, geralmente o país, ser “naturalmente pobre” no que diz respeito à situação material (solo pobre, poucos recursos). A divisão de pouca riqueza faz com que todos sejam pobres. Porém, afirma que isso não se aplica, por exemplo, ao caso do Japão, um país com poucos recursos materiais, mas rico. Cita, como exemplo contrastante, o Irã e a Península Arábica, ricos em petróleo, mas com muita pobreza. Essa diferença pode ocorrer também entre regiões de um mesmo país.

Uma outra explicação para a pobreza, apresentada por Galbraith, diz respeito à natureza do governo e ao sistema econômico. Segundo ele, “o sistema econômico é invariavelmente citado” como causa.

Os homens são pobres porque não perceberam as vantagens da livre iniciativa, da livre concorrência e da economia de mercado. Por essa razão, suas energias são frustradas por uma burocracia estúpida e dispendiosa. Alternativamente, são pobres porque são explorados, o excedente do que produzem é apropriado pelos capitalistas ou pelos predatórios arrendadores de terra. E essa pobreza persiste porque, como de qualquer forma tudo vai para as mãos dos donos da propriedade, não há incentivo para uma melhora (ibid., p.14/15).

O autor refere-se à situação da China que, após a II Guerra Mundial, torna-se comunista e consegue diminuir a pobreza de massa. No entanto, Hong Kong, Singapura e Formosa progridem mais do que a China, no sentido da diminuição da pobreza, e são totalmente capitalistas. Para ele, “essa experiência sugere que faz muito menos diferença, no

tocante às causas ou ao extermínio da pobreza, que um país seja capitalista ou comunista do que chinês ou não” (ibid., p.15).

Galbraith denomina essas explicações da pobreza como “relativamente convincentes” (ibid., p.18). Porém, diz, existe “outro conjunto de causas que, de fato, poderiam ser efeitos e que são mais compreensivas e evidentes por si mesmas” (ibid.). Uma delas é a falta de capital para o desenvolvimento. Porém, se não há desenvolvimento, não há capital. A não produção de capital impede o acúmulo de economia, que somente ocorre quando há sobra para além do necessário para consumo imediato. Outra causa é a falta de “experiência técnica, treinamento, educação e talento administrativo” (ibid.). O autor observa que é provável que falte potencial humano bem preparado em um país, isto é, que em função da própria pobreza, o país não tenha podido investir num bom sistema educacional. Se ele não tem indústria em função da sua pobreza, também estará desprovido de pessoal treinado e experiente para dirigir indústrias. Dessa forma, isso não é só uma causa, mas também um efeito.

Para o autor,

causa e efeito são igualmente intermutáveis na asserção comum de que a pobreza é o resultado de um governo ineficiente, corrupto ou, de qualquer forma, inadequado. (...) Só um governo bem financiado, que recrute pessoal qualificado, estará apto a aperfeiçoar a sua política e impor a sua disciplina, afirmativa ou negativa, de maneira consistente e constante. Assim, a qualidade e a natureza do governo estão em função da renda do povo que o sustenta. A pobreza é tanto uma causa como um efeito do que Gunnar Myrdal chamou de soft state (ibid., p.19).

Galbraith apresenta outras explicações para a pobreza, tais como a tendência étnica e o clima. Diz que todas essas explicações levaram os estudiosos do desenvolvimento econômico a reagirem com extrema precaução. Segundo ele, quem normalmente explica a pobreza dos países pobres são os países ricos. Mas os países pobres também explicam a sua pobreza para os países ricos com explicações como o “legado do colonialismo” que impôs o atraso industrial em função de interesses comerciais, destruindo a autoconfiança e criando hábitos de dependência. O autor julga essa explicação insatisfatória em função da diferença existente entre os diversos países colonizados.

Na opinião dele, uma explicação mais aceitável, dada pelo Terceiro Mundo, diz respeito à produção, ou seja, os países pobres produzem, principalmente, matérias-primas e produtos agrícolas (produzem mais “mão-de-obra” do que precisam), e os países industrializados produzem menos “mão-de-obra” do que precisam, sendo absorvedores de

“mão-de-obra”. Isso caracteriza excedente de “mão-de-obra” nos países pobres e, conseqüentemente, baixos salários e preços; ao contrário, nos países industrializados, salários, custos e preços conservam-se altos pela necessidade de absorver “mão-de-obra”. Para o autor, há mérito nesses argumentos, “mas não se poderá manter nenhum argumento que apenas sustente que os produtores de alimentos e matérias-primas estão em desvantagem e destinados a ser pobres” (ibid., p.26).

Segundo este autor, o investimento dos países ricos naqueles pobres representava um interesse estratégico, pois “havia a crença, talvez mais propriamente o instinto, de que, se os países pobres permanecessem na sua triste e dolorosa penúria, os países ricos não encontrariam segurança na sua confortável prosperidade” (ibid., p.35). Porém, diz, mais forte do que isso era o medo do comunismo. Afirma que, na década de 1950, aceitava-se a idéia de que, se os países pobres não resolvessem a sua pobreza, seriam dominados pelos comunistas.⁵³

Esta preocupação com a implantação do comunismo nos países pobres⁵⁴

era uma aberração da política exterior e da estratégia intelectual, baseada em duas crenças de mínima influência e pouquíssima substância. A primeira era a de que, na ausência de um desenvolvimento eficiente sob auspícios não comunistas, estes poderiam, sem demora, obter o predomínio; a segunda era de que o desenvolvimento comunista seria então desumano e bem sucedido, e o país em questão tornar-se-ia logo um grande poder – militar e econômico – no equilíbrio mundial entre capitalismo e socialismo (ibid., p.37).

Mas, segundo o autor,

se realmente fosse assim, a alternativa comunista seria irresistível. Na verdade, o comunismo não era uma alternativa; as suas exigências administrativas estavam e continuam a estar, pondo-se de lado o caso excepcional da China, muito além da limitada competência e experiência administrativa dos novos países. E mesmo que esse problema seja resolvido, ou parcialmente resolvido, a pobreza continua. É ela que faz a fraqueza econômica, política ou militar. Os países pobres com os quais se demonstrou tanto interesse, serão, sob qualquer sistema econômico ou político, fatores

⁵³ Galbraith (1979, p.36/37) cita um trecho do discurso de posse do presidente dos EUA, John F. Kennedy, em 20 de janeiro de 1961, onde este se recusava a identificar o interesse pela pobreza como uma ação anticomunista. Neste discurso, Kennedy dizia: “ Àqueles povos que vivem em cabanas e aldeias na metade do mundo, lutando para quebrar as cadeias da miséria de massa, empenhamos o melhor de nossos esforços para auxiliá-los na consecução desse objetivo, durante todo o tempo que for necessário – não porque os comunistas talvez o estejam fazendo, nem porque estejamos à procura de seus votos, mas porque é justo.”

⁵⁴ Galbraith refere-se mais especificamente à China.

menores em todos os cálculos estratégicos convencionais, ainda durante décadas no futuro (ibid., p.37/38).

No entanto, a estratégia anticomunista continuou importante na política estadunidense, segundo o autor, com resultados desastrosos. Cita o exemplo da Guerra do Vietnã. Para ele, “a incapacidade para compreender a natureza da pobreza de massa e, mais precisamente, não compreender a sua relação com a oportunidade comunista ou os limites dessa relação, foi o ponto central do maior desastre da política externa americana” (ibid., p.38/39).

Galbraith chama a atenção para o fato de que a busca de um remédio para a pobreza sugeria a existência de uma causa. Se esta causa não pudesse ser identificada, teria, então, de ser inventada ou imaginada. Para o autor, no que se refere às questões sociais, deve-se partir do diagnóstico para a ação, “mas se a ação for imperativa, fazemos com que a causa se ajuste à ação. Era o que ocorria” (ibid., p.39), diz o autor.⁵⁵

A causa mais óbvia da pobreza era, para ele, o sistema econômico. Sustenta que,

se a pobreza de massa for resultado de um sistema social ou economicamente explorador ou opressivo, o remédio será extingui-lo – eliminar os proprietários de terras, os capitalistas, governos de tipo feudal ou classes exploradoras, que mantêm o povo na pobreza. Mas esta não pode ser a causa, porque significaria que o comunismo, ou o que assim pudesse ser chamado, seria a cura. Poucos que refletem sobre esta causa insistirão em que ela é independente do remédio. Talvez seja uma decepção que nas sociedades rurais pobres o comunismo e o socialismo nem sempre – como afirmou o próprio Marx – sejam muito aplicáveis ou tenham valor como remédio. Se assim fosse, a penúria desapareceria rapidamente (ibid., p.40).

Na interpretação do autor, esta e outras causas – caráter étnico, clima, pressão da população sobre os recursos da terra e suprimento de alimentos – foram excluídas pelas exigências políticas americanas.⁵⁶

No final da década de 1950, o aumento incontrolável da população passou a ser uma causa de pobreza, oficialmente aceita. Galbraith concordou com esta causa e afirmou que o controle da natalidade era um elemento indispensável em qualquer luta contra a pobreza de massa.

⁵⁵ Para Galbraith, isto é fundamental para compreender a política contra a pobreza desenvolvida nas duas décadas após a II Guerra Mundial, bem como as causas dessa pobreza.

⁵⁶ Na década de 1950, segundo Galbraith, a pressão demográfica não podia ser usada como justificativa para a pobreza porque o remédio seria o controle da natalidade, o que iria contra a posição dos católicos do mundo desenvolvido.

Voltando às causas da pobreza, já citadas anteriormente (falta de um sistema educacional eficiente, de capacidade administrativa pública, de capacidade técnica) o que, em síntese, acarretava um “atraso técnico nos métodos de produção” (ibid., p.44), o autor diz que a utilização desta causa, referida como “atraso técnico”, “era particularmente atraente porque sua solução, o suprimento de conhecimento técnico, não era (...) dispendioso” (ibid.). Porém, além deste conhecimento técnico, lembra o autor, os países ricos também tinham capital, o que era requisito para o aperfeiçoamento dos métodos de produção. Isto fez com que **a falta de capital também se tornasse uma causa de pobreza e seu suprimento, a solução**, o que parecia fácil, sendo que esta foi a causa escolhida. Segundo o autor, “nos países ricos, o investimento de capital e a inovação técnica estão relacionados com o crescimento real da renda. **Há uma poderosa tentação na economia para acreditar que essa experiência seja de aplicação universal**” (ibid., grifo meu). O autor conclui dizendo que “o diagnóstico que se origina de um remédio disponível não inspira confiança” (ibid., p.45), visto que nos países pobres, a pobreza não foi contida.

Para Galbraith, o diagnóstico de pobreza de massa que passa a ser aceito, embasado no capital insuficiente e no atraso tecnológico, não proporcionou nenhuma atenção mais séria e precisa sobre a

possibilidade que *tanto* a circunstância como a motivação econômicas nos países pobres devem ser fundamentalmente diferentes das dos países ricos. A tendência normal do país rico é aumentar a produção e a renda; e a certeza de resultados compensadores estimula, então, a ambição daquilo que os beneficiários (...) denominam, (...) de incentivos. Quando se tem alguma certeza de conseguirmos mais, vale a pena esforçar-se para obtê-lo (ibid., p.48).

Para o autor, nos países pobres, “a tendência pode ser para um equilíbrio de pobreza. Um aumento da renda poderia por em movimento as forças que eliminariam esse aumento e restaurariam o nível anterior de penúria. A melhora se devoraria a si própria” (ibid.). Em síntese, para Galbraith, **“a tendência do país rico é para aumentar a renda; a do país pobre é para o equilíbrio da pobreza. E em ambos há acomodação, num caso ao melhoramento, no outro à desesperança de melhor futuro”** (ibid., p.48/49, grifo meu).

O autor elenca uma série de fatores que contribuíram para a melhoria do bem-estar material dos países ricos (não comunistas). São eles: poupança no consumo para aquisição de capital; desenvolvimento crescente da tecnologia para aplicação do capital; sistema político e social capaz de permitir e encorajar as pessoas a procurarem o seu

melhoramento; e regulamentação de todo o desenvolvimento, em especial, através do mercado.

Houve uma diminuição da preocupação com o aumento demográfico, passando a ser enfatizada a qualidade do potencial humano – ligada à sua contribuição para a expansão da economia. A melhoria alcançada, por parte dos países ricos, não deveria ser interrompida ou extinta e as depressões econômicas deveriam ser evitadas ou compensadas. Daí o papel das políticas keynesianas. Para o autor, estes fatores são igualmente intrínsecos ao bem-estar socialista.

A pobreza rural, segundo Galbraith, tem um aspecto vital, ou seja, “o seu equilíbrio, quando rompido, será normalmente restaurado” (ibid., p.57). Afirma que existe uma dificuldade de poupança no meio rural, e nas regiões onde houve algum desenvolvimento, o investimento veio de fora deste meio. Afirma, também, que o aumento da renda nos países pobres “está exposto às pressões de consumo, e a pobreza (...) torna essas pressões infinitamente mais urgentes” (ibid., p.58). Isto reduz a poupança e o investimento. Ressalta, ainda, o aumento de trabalhadores em função do aumento demográfico, o que resulta num rebaixamento da renda. Para o autor, “a lei da diminuição secular do retorno pode ser adiada indefinidamente na sua atuação nos países ricos, mas age inexoravelmente nas comunidades rurais pobres” (ibid., p.59).

Em síntese, **“a pobreza dos países pobres nega a seu povo os meios para melhoramento. E se esses meios se tornarem disponíveis, originam-se, dentro da estrutura da pobreza, forças sociais e biológicas que farão abortar o melhoramento e perpetuar a pobreza”** (ibid., grifo meu). Porém, a diferença mais importante entre os países ricos e pobres reside, para o autor, no que ele denomina **“aculturação – na acomodação à cultura da pobreza”** (ibid., p.60, grifo meu). De todos os aspectos que reforçam o equilíbrio da pobreza nos países pobres, o mais importante, segundo o autor, é a **falta de aspiração, a falta de esforço para sair dessa condição**. Lutar significaria lutar contra o impossível, e neste caso, segundo o autor, os pobres preferem a resignação à frustração, sendo a religião um dos elementos reforçadores dessa resignação. Mas essa acomodação não é completa, mesmo nos países mais pobres. Segundo Galbraith,

há sempre uma minoria que procura escapar à sua influência e, à proporção em que aumenta a possibilidade de escape, a lógica e a razão da acomodação diminuem (...). Os países vivem numa condição entre os extremos da pobreza geral de massa e da relativa prosperidade de massa. Quando uma pessoa passa do extremo de pobreza para o de relativa prosperidade, o poder dominante do equilíbrio da pobreza cessa para ser substituído pela dinâmica

do melhoramento. A acomodação não desaparece; persiste ainda a tendência a aceitar, a resignar-se com o padrão de vida habitual, mas essa persistência ocorre numa parte progressivamente menor da população (ibid., p.64).

Como a acomodação é um fenômeno evidente, e as recomendações dos economistas são destinadas aos povos que procuram melhoramento material, elas acabam não surtindo efeito. Para o autor, “se tal melhoramento não for procurado, a base que sustenta toda política econômica desaparece e isso, claro está, não pode ser admitido” (ibid., p.66). Por isso, a acomodação é pouco referida como causa da pobreza.⁵⁷

O trabalho de Galbraith tem o mérito de apontar para uma série de causas que, de certa forma, já foram abandonadas como explicação da pobreza, como a etnia e o clima, principalmente. Porém, algumas das causas por ele apontadas e, de certa forma, refutadas, ainda continuam a ser consideradas de algum modo, dentre elas, o aumento da taxa de natalidade, o capital insuficiente e o atraso tecnológico, o tipo de produção de cada país, o legado do colonialismo e, de certa forma, a própria acomodação (quando são defendidas políticas que tirem a população do ostracismo em função da falta de perspectiva).

Para o autor, a mais óbvia característica da pobreza de massa é o que ele chama de “aflição rural”. Considera a pobreza urbana dos países pobres um “fenômeno relativamente moderno”, dos últimos 50 ou 75 anos. Não considera esta pobreza como benigna, mas a coloca um passo acima da pobreza rural. Afirma que, ao fim da década de 1970, a pobreza urbana, considerada globalmente, não se constituía em manifestação típica da penúria. Prova disso era que os pobres (70 a 80 por cento do total da população) da Índia, Bangladesh, Paquistão, Indonésia, Egito, de grande parte da América Latina e de quase toda a África, ainda viviam em aldeias rurais.⁵⁸

Partindo dessa compreensão, o autor diz que a atenção deve se concentrar na pobreza rural, pois é ela que é intratável. É nesta pobreza que o povo tem vivido com o

⁵⁷ Galbraith (1979, p.67) reforça a sua idéia dizendo que “não é surpreendente se, em virtude de um exame cuidadoso, perceber-se que o papel da acomodação tem utilidade prática muito grande. A pobreza é dolorosa quer a pessoa se acomode a ela, ou não, e aceitar o fato da acomodação não é aceitar a inevitabilidade da pobreza; pelo contrário, juntamente com uma apreciação da força contida no equilíbrio da pobreza, a compreensão da acomodação explica porque esforços que pareciam promissores como alívio da pobreza de massa têm fracassado e sido desapontadores, e mostra como o esforço, no futuro, poderia ser mais eficientemente aplicado. Uma fonte de desapontamento que o equilíbrio da pobreza e a resultante acomodação nos permite compreender são os resultados deficientes de uma reforma agrária.” O autor faz algumas observações sobre reforma agrária e a dificuldade em mudar a situação de pobreza.

⁵⁸ Segundo Rocha (1995), no Brasil, em termos relativos, a pobreza ainda é bem mais elevada em áreas rurais. Porém, segundo esta mesma autora, tomando como base toda a população, os pobres urbanos representam dois terços. A tendência de aumento da pobreza urbana e metropolitana é apontada por Rocha (2000) e por Soares (2004).

mínimo (ou menos) necessário para a sobrevivência, situação que persiste devido ao fato de o povo viver num equilíbrio de pobreza. Quase nada permite que ele possa livrar-se desse nível mínimo de subsistência. Se algo ocorre para modificar essa situação, logo surgem forças que agem para fazer com que ele volte à situação anterior de penúria. Por isso, a melhora da renda para essa população não é normal, ou seja, isso é, e sempre foi, coisa desconhecida.

Galbraith sintetiza assim, a sua análise:

É o equilíbrio da pobreza rural que evoca, como explicação, o círculo vicioso de causa e efeito já mencionado. Uma vez que a vida está próxima do nível apenas suficiente para a subsistência mínima, não há poupança. Sem poupança e o resultante investimento de capital, não pode haver, na própria economia agrícola, nenhum investimento na tecnologia agrícola avançada – na irrigação, em sementes híbridas, inseticidas, fertilizantes, e máquinas agrícolas aperfeiçoadas. Sem esse investimento não pode haver aumento na renda que permita poupança para novo investimento (ibid., p.54).

O autor afirma que qualquer ação política, no sentido de combater a pobreza de massa, deve considerar, de maneira correta, os elementos que a produzem. No entanto, não foi o que o autor observou em seu estudo. Para ele, existem duas grandes linhas (interdependentes) de ataque à pobreza: **uma é combater a acomodação, motivando as pessoas a escaparem ao equilíbrio da pobreza; a outra, é facilitar esse escape.** Porém, esse ataque à acomodação requer que sejam oferecidas alternativas. Para o autor, “encorajar e manter uma promessa falsa de solução leva a um cruel malogro aqueles que, no passado, encontraram na acomodação o maior amparo”(ibid., p.89). Refere-se aos homens e mulheres, principalmente aos mais jovens, que, em virtude da sua educação, não aceitam mais ser pobres. Nestes casos, segundo o autor, “a educação destruiu a acomodação” (ibid., p.89). Mas, como ele observa, isso não se reverteu em solução, pois esses mesmos homens e mulheres transformaram-se em desempregados educados, continuando pobres.

Para que isto não aconteça, Galbraith afirma que políticas de auxílio devem ser implantadas, ou seja, políticas que reforcem a iniciativa de sair da acomodação. Para o autor, os métodos para romper a acomodação são o trauma⁵⁹ e a educação, sendo que a educação, na sua opinião, não é suficiente, mas é absolutamente necessária. Ele afirma que “é pela

⁵⁹ Galbraith (1979, p.93) cita alguns causadores de “trauma”: “escassez de víveres, depredação militar, pogrons, expulsão de grupos étnicos ou religiosos indesejáveis ou dissidentes, e proprietários com o objetivo de melhorar o aproveitamento das suas terras.”

educação universal – a instrução e seu uso – que as pessoas conseguem atingir o mundo fora da cultura da pobreza e do equilíbrio que a sustenta”⁶⁰ (ibid., p.93).

O autor trata da pobreza de massa em países de base agrícola, a pobreza entre aqueles que trabalham na agricultura. Por isso, ele ressalta que o escape da pobreza possa ser um emprego fora da agricultura, em indústrias do próprio país ou fora dele. Defende a tendência a considerar a industrialização como um elemento vital no ataque à pobreza de massa. Lembra que existem discursos apontando o negligenciamento da agricultura em detrimento da industrialização.⁶¹

O autor aponta a migração como uma outra solução encontrada por aqueles que procuravam escapar ao equilíbrio da pobreza, ou seja, aqueles que rejeitaram a acomodação. Segundo ele, isto beneficiou os que migraram, bem como a economia dos países para onde migraram. Essa posição de Galbraith deve ser tomada com cuidado em função de dois aspectos: um porque refere-se diretamente ao esforço individual do imigrante, ou seja, se ele não estiver acomodado, vencerá; outro porque parece generalizar que todo imigrante “não acomodado” é sempre acolhido pelo país para onde imigra. Estudos mais recentes indicam uma compreensão diferente. Bourdieu (1998), por exemplo, aponta a imigração como um problema sério na França. Segundo ele,

na luta política entre as instâncias que se opõem pela imposição do princípio de visão e divisão legítima, principalmente partidos e sindicatos, a questão da redistribuição tornou-se totalmente central e, ao mesmo tempo, a questão da definição dos que têm direito de reivindicar as vantagens ligadas à nacionalidade. De fato, é com base na proteção ao monopólio do acesso às vantagens econômicas e sociais associadas à cidadania que os dominados nacionais podem se sentir solidários com os dominadores nacionais contra os ‘imigrantes’ (ibid., p.223).⁶²

⁶⁰ O autor chama a atenção para o fato de não ser qualquer forma de educação que ajuda a pessoa a sair da acomodação, porém, não discute a questão.

⁶¹ Segundo Galbraith (1979, p.103), “a questão do desenvolvimento industrial urbano não é sua prioridade, mas a incerteza de como a mesma será assegurada (...). Se se soubessem quais os meios para a obtenção do desenvolvimento industrial, quase todos os países pobres estariam agora a caminho do sucesso industrial, pois todos eles querem ser industrializados.” O pior conselho, segundo o autor, para os países pobres, no tocante à industrialização, vem dos socialistas, visto que estes sempre estarão contra a livre empresa e o capitalismo. Já o conselho do mundo capitalista tem sido um pouco melhor e, mesmo sem pretendê-lo, foi mais fiel aos “preceitos de Marx e de Lenin” (ibid., p.105). Diz isso lembrando que Marx insistia no fato de o desenvolvimento econômico e político obedecer uma seqüência regular, ou seja, o capitalismo como pré-requisito essencial ao socialismo. O autor também chama a atenção para a necessidade de um certo nível de intervenção do Estado para o processo de industrialização ter possibilidade de dar certo.

⁶² É necessário lembrar que os movimentos anti-imigração se intensificaram, principalmente na Europa no final do século passado e início deste. Candidatos políticos discursavam abertamente contra a imigração. O “jornal digital” publicou em 20/10/2003 matéria intitulada “Extrema direita suíça vence eleições” sobre a vitória do Partido Popular Suíço (SVP), partido este, considerado de extrema-direita e anti-imigração. Este partido já

Os métodos, apresentados por Galbraith (1979), para escapar da acomodação, ou seja, o “trauma” (que deveria levar as pessoas a procurarem um emprego fora da agricultura e, neste caso, a industrialização é fundamental) e a “educação”, têm sido utilizados. Os níveis de escolaridade, mesmo considerando todas as críticas feitas ao alto índice de analfabetismo e às deficiências na educação nos países citados pelo autor, bem como a industrialização, têm melhorado. O fato de hoje ainda convivermos com uma pobreza global sem precedentes e que aumenta a cada dia nas zonas urbanas, leva a duas considerações, tomando a análise do autor: ou não se conseguiu combater a acomodação ou ela não era a causa da pobreza. Na minha compreensão, a segunda hipótese é verdadeira. Mesmo que Galbraith tenha ressaltado a responsabilidade individual e a possibilidade de um melhor resultado em termos de equacionamento da pobreza dentro do capitalismo, não deixou de apontar para a necessidade de uma “intervenção governamental” para a conquista deste melhor resultado.

Galbraith (1996) reforça esta intervenção, inclusive em termos de relações globais. Ao descrever o que denominou de “sociedade justa”, diz que neste tipo de sociedade ninguém pode ser deixado em situação de desamparo. Na sua compreensão, a primeira coisa a fazer é garantir uma ampla oportunidade de emprego e não a inatividade forçada. Por isso, afirma que a solução para problemas como a pobreza está calcada no desempenho da economia. A recorrência à assistência social não deveria se tornar necessária em função da falta de empregos. Mas, mesmo com a garantia de empregos, o autor defende uma rede de segurança para todos. Destaca o fato de alguns optarem por não trabalhar e que isto deve ser aceito, apesar de considerar esse “ócio socialmente remunerado” uma afronta. Para evitar que isto aconteça, deve ser exercida uma pressão pública no sentido de forçar os indivíduos capazes a ingressarem no mercado de trabalho. Mas, mesmo com essa pressão, algum abuso deverá ser tolerado, visto que “(..) a inanição não é, (...) uma sanção aceitável” (ibid., p.30).

Este autor também dedica uma análise à relação entre os diversos países. Referindo-se às colônias que alcançaram a independência, Galbraith diz que elas foram

ultrapassou o partido dos social-democratas (SP), que era considerado o mais popular do país (<http://jornaldigital.com> – acessado em 25/03/2004). Muitos outros sites divulgam o movimento anti-imigração que passou a vigorar nos EUA, utilizando como justificativa, principalmente os atentados de 11 de setembro. Outra matéria publicada na rede em 7/3/2004 traz como título: “Europa com receio de imigrantes da nova EU”. Segundo a reportagem, a comemoração do fim de séculos de divisão do território europeu veio acompanhada de discursos anti-imigração. Destaco um trecho desta reportagem onde é dito que “a dramatização recente do alargamento a leste foi suscitada pela extrema direita e pela imprensa tablóide – que voltou a colocar o assunto no topo da agenda política e a pressionar os governos a endurecerem posição anti-imigração. Segundo os cenários mais apocalípticos, os ‘pobres’ cidadãos do Leste e do Báltico – perto de 75 milhões, no total – não resistiriam a lançar-se no ‘paraíso a ocidente’ mal as fronteiras fossem abolidas, uma invasão que agravaria as taxas de desemprego e que poderia causar graves conflitos sociais” (<http://jornal.publico.pt> - acessado em 25/03/2004).

forçadas a assumir uma grande tarefa: compor um governo honesto, confiável e responsável, tarefa que muitas não conseguiram cumprir. Disso resultou o fracasso econômico vivido por vários países.

Sustenta que a responsabilidade do Estado-nação na sociedade justa para com seu povo é indiscutível. Porém, na sua compreensão, nenhum país poderia se satisfazer apenas com seu desenvolvimento, quando a realidade mostra que muitos outros estão imersos na pobreza. Neste sentido, afirma que não pode haver um isolamento da “sociedade justa” em relação à essa pobreza. A “sociedade justa” tem de estar na consciência de todos. Neste caso, “O Estado-nação não deve tentar escapar à responsabilidade aceitando a mais comumente usada fórmula de egoísmo e interesse próprio: ‘É um outro país; não é nosso problema’” (ibid., p.150).

Destaca que a paz e a segurança mundiais são fundamentais. A continuar existindo nações pobres, o objetivo de manter essa paz e essa segurança – alcançado na relação entre as nações afortunadas e no interior delas próprias – corre perigo. Para o autor, “a civilidade internacional só será atingida pela criação do bem-estar econômico e social em todos os países” (ibid., p.156).

Outros liberais também questionam essa proclamada “completa liberação do mercado”. Ul Haq⁶³ (1978, p.44), deixando claro sua crença no liberalismo econômico, propõe uma nova dinâmica para a economia dos países em desenvolvimento. Faz uma crítica contundente à dependência dos países pobres de ajuda externa. Diz o autor: “a história triste da ajuda externa, nas últimas duas décadas [1960 e 1970] começa a convencer-me, da mesma forma que já fez com muitos dos meus colegas liberais, de que o mundo em desenvolvimento estaria muito melhor sem esse tipo de ajuda.” Isso porque o volume de investimento era insuficiente, não resolvendo os problemas e porque a ajuda vinha sempre acompanhada de várias exigências que cerceavam a iniciativa e a liberdade do país que a recebia. Levando isto em consideração, a ajuda deveria ser considerada um elemento residual, cabendo aos países que a recebiam criarem uma nova ordem econômica e social, baseada no igualitarismo e num padrão de vida razoável. Esses países também deveriam organizar, o que o autor chamou de “poder dos pobres”, buscando arrancar maiores concessões dos países ricos, o que constituiria uma autêntica transferência de recursos. Os países em desenvolvimento também deveriam notificar as nações ricas que não poderiam pagar suas dívidas externas, o que acarretaria o

⁶³ Juntamente com Amartya Sen, este economista paquistanês coordenou a equipe de pesquisadores que elaborou o IDH (Índice de Desenvolvimento Humano).

necessário cancelamento das mesmas. Da mesma forma, esses países também deveriam explorar o poder coletivo de barganha ao negociarem com os países ricos.

Em relação ao ataque necessário à pobreza das massas Ul Haq diz que, no início da década de 1970, as idéias ligadas a estratégias de desenvolvimento fermentaram. Afirma que “o culto absoluto do crescimento do PNB e da eficiência do sistema produtivo há muito pertence ao passado. Até mesmo os defensores mais fervorosos do crescimento prestam ao menos homenagem formal aos objetivos da distribuição e da justiça social” (ibid., p.58). O autor afirma que um consenso no que diz respeito às estratégias de ataque à pobreza é a aceitação geral da existência de uma grave distorção na distribuição de renda, sendo que, neste caso, os mecanismos do mercado não seriam um instrumento de alocação de recursos eficientes. Porém, as condições de vida dos mais pobres não podem ser melhoradas somente com uma simples distribuição de um poder de compra adicional feito por meio de esquemas transitórios de beneficência. Uma melhoria de longo prazo só poderia ser alcançada a partir do aumento da produtividade dos pobres. Para o autor, a realidade demonstra que, em sociedades pobres, os limites à redistribuição da renda e da riqueza existentes são bem definidos. Nesse caso, “(...) os seguimentos menos favorecidos devem ser introduzidos no fluxo geral da vida econômica por meio da criação de oportunidades reais de emprego e não mediante programas de assistência” (ibid., p.61).

Diferentemente de Hayek, Ul Haq – mesmo aceitando que aqueles que se encontram numa posição desfavorável devam ser integrados na vida econômica, ou seja, na dinâmica do mercado a partir da possibilidade de emprego – também deixa claro que o mercado, por si só, não pode dar conta de corrigir a grande distorção na distribuição de renda. Ul Haq refere-se mais especificamente à relação entre os países pobres e ricos, mas isso não inviabiliza a análise e comparação, visto que a concorrência e a liberdade defendidas por Hayek não se restringem às relações internas a uma dada sociedade, mas também à sociedade global, como veremos posteriormente.

Dahrendorf (1992), fazendo uma análise da década de 1980, destaca que o que estava sendo vivido era o tempo de Schumpeter e não mais o de Keynes. Isto era representado pelo aumento da flexibilidade, pela redução dos serviços sociais e pelos cortes nos impostos. Ressalta que “mesmo nos vastos impérios socialistas da China e da União Soviética, reestruturar significa encorajar a iniciativa, o mercado em vez dos planos” (ibid., p.9). Isto é ótimo para os que defendem a liberdade, diz o autor, pois “a liberdade precisa da mudança, da inovação e de um senso de empreendimento; a rigidez, a estagnação e a esclerose são inimigas da liberdade” (ibid.). Mas, para ele, a reestruturação da década de 1980 deixou

algumas questões sem encaminhamento e, em alguns casos, asseverou algumas delas. O crescimento e a iniciativa não deram conta de resolver determinados problemas, a exemplo do desemprego.

Outro fato destacado por Dahrendorf é que, enquanto o mundo desenvolvido buscava novas fontes de crescimento, os países que não haviam alcançado tal nível de desenvolvimento afundavam na miséria, na doença e na tirania. O autor destaca que, considerando a ordem estabelecida,

não há qualquer sinal de que a riqueza do Primeiro Mundo, ou mesmo a prosperidade modesta do Segundo, sem mencionar o dinamismo dos nics [newly industrialized countries], os países recentemente industrializados, irá se espalhar para os demais. Para os amigos da liberdade, isto é inaceitável (ibid., p.10).

Isto significa que o crescimento se dá em meio à pobreza e que as necessidades de inovação competem com as exigências de justiça. Para o autor, isto reflete o conflito social moderno. Afirma que a liberdade precisa tanto da prosperidade como da cidadania, sendo que os direitos de cidadania para todos se constituem em uma condição da riqueza duradoura das nações. Mas, prosperidade e cidadania nem sempre foram impulsionadas conjuntamente. A história mostra que há um conflito entre os defensores de mais escolhas (provimentos) e os defensores de mais direitos (prerrogativas). O autor propõe uma nova ênfase à cidadania e diz que “não há uma maneira melhor de atingir este objetivo do que através de mudanças estratégicas que ampliam as escolhas das pessoas possibilitando a escolha de mais pessoas” (ibid., p.11). Isto implica em aceitar que a política da liberdade se constrói em meio a convivência com o conflito. Significa dizer que “prosperidade e cidadania têm, cada qual, seu lugar numa constituição que busca as melhores chances de vida para todos” (ibid.).

É necessário deixar claro que o autor defende a cidadania pois esta representa a eliminação das desigualdades de prerrogativas. Não é por acaso que afirma que “(...) as desigualdades qualitativas são incompatíveis com as sociedades livres, enquanto as desigualdades quantitativas podem até ser um estímulo para o aumento das chances de vida” (ibid., p.56). Assinala que a cidadania refletida nos direitos civis, políticos e sociais para todos constitui-se num grande avanço, o qual, vinculado a um aumento significativo dos provimentos, conduz a um estado “altamente desejável” de civilização, mesmo que isso não indique perfeição.

Dahrendorf não ignora a existência de vários problemas na “moderna sociedade de cidadãos”, dentre eles, a pobreza persistente e o desemprego por longos períodos. Destaca

que os instrumentos utilizados pelo Estado Social parecem não ser capazes de lidar com esses problemas, o que o leva a asseverar sua defesa da cidadania. Destaca que é necessário que se possibilite o desenvolvimento da cidadania no âmbito nacional, mas que se tenha clareza que isto não pode ficar restrito ao limite das nações, pois se assim ocorrer, expressará “(...) regras de exclusão que violam os próprios princípios da sociedade civil” (ibid., p.60). Para construir a sociedade civil, é necessário que os direitos de cidadania atinjam todos os seres humanos, o que implica na necessidade de construção de uma sociedade civil mundial.

O autor assume a defesa de um liberalismo constitucional. Na sua análise do conflito social moderno, destaca a questão do desemprego. Seu estudo se volta para a década de 1980 e centra-se na situação das economias da OCDE⁶⁴. Segundo ele, o fato de um alto nível de desemprego conviver com o pleno desenvolvimento econômico nesta época, faz surgir questões sobre o desenvolvimento econômico, sobre a história do trabalho e da cidadania.

Uma das primeiras observações feitas por ele é que o crescimento da década de 1980 nos países da OCDE afetou muito pouco o desemprego existente. A preocupação dos governos para com a competitividade levou-os a possibilitar que os empregadores reduzissem a contratação de força de trabalho ao mínimo indispensável, pondo em dúvida as medidas centradas no crescimento econômico. Veremos que os autores que apontam a importância do crescimento econômico como instrumento para a diminuição/erradicação da pobreza o associam sempre a uma necessária distribuição de renda e, neste caso, o emprego tem um papel extremamente importante. Ou seja, isolado, o crescimento não responderia de forma adequada à solução do problema da pobreza.

Mas o destaque maior, dado por Dahrendorf, está relacionado ao trabalho. Afirma que “neoconservadores preocupados” e “socialistas desnorteados” exaltaram as virtudes do “trabalho duro” quando nenhum deles tinha condições de ofertar empregos suficientes para todos. Para ele, ao fazerem tal exaltação, estavam se dirigindo à necessidade de controle político e social, cujo melhor mecanismo encontrado foi a disciplina do trabalho. Neste caso, de um fardo o trabalho é transformado em privilégio.

Para o autor, o desemprego da década de 1980 se diferencia do desemprego de tempos anteriores. A perda do emprego passou a ser uma preocupação a partir do final do século XIX, quando razões econômicas para o desemprego foram reconhecidas. Posteriormente, o pleno emprego torna-se uma questão de reforma política e social. Desejado,

⁶⁴ OCDE: Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico.

medidas foram tomadas para concretizá-lo, exigindo um crescimento econômico saudável que, por sua vez, seria também garantido pelo próprio estabelecimento do pleno emprego. Na década de 1980, aparecem sinais de uma certa dissociação entre crescimento econômico e emprego. A partir da constatação desses sinais, a política de pleno emprego teria de ser qualitativamente diferente. Como ressalta o autor,

isso não significa dizer que não existam empregos suficientes para todos. Mas, contudo, significa dizer que a distribuição de empregos se tornou problemática, e também que provavelmente não há empregos suficientes num nível salarial que a maioria associa a um padrão decente de vida. As causas imediatas para esse desenvolvimento dos acontecimentos podem ser técnicas. O processo de invenção de mecanismos que economizam a força de trabalho continuou durante muitas décadas. As razões mais profundas para o que parece ser uma escassez de empregos são, entretanto, sociais. Novas invenções são aplicadas por razões de custo e confiabilidade, e estes, por sua vez, têm a ver com a defesa dos salários reais pelo sindicalismo organizado, algumas vezes auxiliado pela legislação, e com a imprevisibilidade do que as pessoas farão em seguida (ibid., p.154).

Porém, uma política de pleno emprego qualitativamente diferente, provavelmente não seria suficiente pois, segundo o autor, o fato de se poder produzir mais com menos emprego de força de trabalho pode levar o trabalho a tornar-se raro, deixando uma quantidade de trabalhadores fora do mercado de trabalho. Alguns fatores são apontados como limitativos da expansão do mercado de trabalho. Para Dahrendorf, se os salários resistem e se não é possível criar empregos com níveis salariais menores, o desemprego acaba sendo, em sentido monetário estrito, mais barato que o emprego. Um outro elemento a ser destacado é que o desemprego não afeta as funções nucleares da economia, visto que funcionam com um baixo nível de emprego sem que isto impeça um aumento da produtividade. É o que acontece com a agricultura e com a indústria, mas também com setor terciário tradicional (emprego administrativo e correlatos que, por sua vez, teve um aumento de postos de trabalho, embora não suficiente).

Sendo assim, os que desejam o pleno emprego precisam criar ocupações “periféricas e dispensáveis”. Segundo o autor, se por um lado pode ser bom dispor desses empregos, é necessário questionar seu custo social. Neste sentido, afirma que

(...). Empregos, como chave para as chances de vida em sociedades do trabalho, foram por muito tempo não apenas o bilhete de ingresso para o mundo dos provimentos, mas também uma condição para as prerrogativas de cidadania. (...). Os direitos sociais de cidadania eram estreitamente ligados à questão do emprego, notadamente através da utilização do princípio do seguro para prerrogativas previdenciárias. Ao definir cidadania, demonstrei

que o *status* não resulta de um contrato comercial, e nem é comercializável. A separação da cidadania em relação à ocupação era, desse modo, progresso, por mais que aqueles que controlam o mundo do trabalho possam desejar desfazê-lo. Entretanto, o partido das prerrogativas cometeu seu próprio erro quando buscou estabelecer o direito ao trabalho. Ou essa é uma expressão vazia, ou é um mal uso da palavra ‘direito’. Pode ser desejável encontrar trabalho para todos, e os políticos podem desejar comprometer-se nesse sentido, mas nenhum juiz pode forçar os empregadores a contratar pessoas desempregadas. Ademais, o emprego pelo emprego é uma receita para a ineficiência econômica. Em termos de liberdade, é mais importante estabelecer o direito de não trabalhar, de forma que os governos não possam impor as pessoas uma dependência da qual querem escapar (ibid., p.157).

Neste sentido, o autor aponta o debate que começa na Europa sobre a dissociação progressiva entre o trabalho e a cidadania⁶⁵ e destaca um movimento oposto, que ocorre nos Estados Unidos, onde o trabalho é posto como pré-requisito para a civilização. Por isso, neste país, a garantia do emprego dá-se pela flexibilidade descendente dos salários, o que permitiu que as pessoas conseguissem empregos, mas continuassem pobres. Neste caso, “a pobreza persistente é o equivalente americano do desemprego persistente na Europa” (ibid., p.158). Globalmente, a tendência é de diminuição dos níveis salariais, apesar de tendências específicas de algumas categorias que não são enquadradas nesta situação, e de “rebiscatização”, representada pelo aumento do emprego temporário.

Dahrendorf dirige-se aos movimentos separatistas ao fazer uma crítica às lutas das chamadas minorias, e afirma que, cada vez mais, um número maior de pessoas deixa de querer viver numa sociedade multirracial e multicultural. Neste caso, o separatismo é mais reforçado do que a igualdade. Trabalhar com questão de direitos de minoria pode ser um problema. Para ele, esses direitos “(...) são primeiramente mal compreendidos, depois transformados em domínio da minoria. No fim, essa atitude oferece pouca resistência ao fundamentalismo dos ativistas, de tal modo que as minorias barulhentas podem reivindicar o apoio das maiorias silenciosas” (ibid., p.166).

Essa tendência separatista torna-se um sério problema. Conforme Dahrendorf, o maior custo diz respeito às chances de vida e de progresso em direção a uma sociedade civil mundial. Esse objetivo, acrescenta o autor, “só pode ser atingido se e quando for entendido que a cidadania para todos não torna todos iguais. A cidadania não é um processo de nivelamento, mas de capacitação” (ibid.). Assim entendida, a cidadania torna as desigualdades sócio-econômicas, como também as culturais, suportáveis por contê-las nos limites de uma casa comum de prerrogativas. Neste caso,

⁶⁵ O desenvolvimento das propostas de renda mínima exemplificam essa tendência.

o direito de ser diferente pode muito bem ser um dos direitos básicos dos membros de uma sociedade, mas implica que eles se abstenham de métodos de persuasão que ponham em risco o princípio da cidadania comum. (...). **Separatistas, fundamentalistas e românticos querem a homogeneidade, mas os liberais precisam da heterogeneidade, porque este é o único caminho para a cidadania universal** (ibid., grifo meu).

Dahrendorf é categórico quando defende o desejável alcance do pleno emprego, o qual não pode ser o pleno emprego apontado pelos social-democratas, mas sim o pleno emprego cujo preço representa a possibilidade de ser pobre, mesmo estando empregado, “o preço americano da pobreza”, nas palavras do autor. Neste cenário, precarização e flexibilização do trabalho também são elementos fundamentais para ajudar a alcançar e manter o pleno emprego.

Em relação à pobreza, o autor destaca que as “políticas gerais” não possibilitam as pessoas saírem desta condição. Neste caso, “(...) atividades de desenvolvimento comunitário e até o carisma de indivíduos são indispensáveis” (ibid., p.182-183). Dentre as medidas gerais necessárias, o autor destaca o oferecimento de oportunidades educacionais e a possibilidade da garantia de uma “renda básica para todos”, renda esta que não deve competir com os salários normais, mas que seja “(...) uma alternativa razoavelmente confortável de vida possível” (ibid., p.183).

A proposta liberal para o equacionamento dos problemas sociais está calcada na “liberdade” e no fato de esta liberdade só se concretizar no âmbito do mercado. O mercado deve ser o *locus* para a busca de soluções para problemas como a pobreza. Se encontramos, dentre os liberais, aqueles que assumem a necessidade de, em alguns momentos, haver uma “maior” influência do Estado na dinâmica sócio-econômica, encontramos também aqueles que, como Hayek (1985), propõem uma completa liberação das forças do mercado e a organização de um Estado restrito.⁶⁶ É essa posição, considerada “mais radical” que caracteriza o chamado “neoliberalismo”.

O autor faz uma observação em relação a esta restrição do Estado dizendo que não significa que este deva ficar responsável apenas pela defesa e pela cobrança de impostos para

⁶⁶ Para Hayek (1985, p.40), “embora o governo propriamente dito não possa ser estritamente cerceado por normas no desempenho de seus encargos característicos, seu poder deve, por isso mesmo, ser sempre limitado em extensão e alçada, isto é, restrito à administração de um conjunto nitidamente circunscrito de recursos confiados a seus cuidados. No entanto, todo poder que não esteja assim restrito a um conjunto determinado de bens materiais, possuindo extensão limitada, deveria ser restringido à aplicação de normas gerais; por outro lado, os que têm o poder de legislar deveriam ser limitados a dispor sobre a aplicação dessas normas gerais, sem nenhum poder de decisão sobre medidas particulares. Em outras palavras, um poder supremo deveria estar sujeito à prova de justiça, sendo livre em suas decisões apenas na medida em que estiver disposto a adotar um princípio que deve ser aplicado em todas as situações análogas.”

custear suas atividades, mas também não pode se responsabilizar pela provisão de serviços e reivindicar para si privilégios que só deveria ter enquanto defensor da lei e da ordem.⁶⁷

Hayek (1985) faz uma crítica à democracia moderna⁶⁸ e aos poderes de uma assembleia democrática única. Segundo ele,

a onipotente e onicompetente assembleia democrática única, em que uma maioria em condições de governar só pode manter-se pela tentativa de eliminar todas as causas de insatisfação de qualquer de seus adeptos, é assim forçada a assumir o controle de todas as esferas da vida. **Afim de justificar medidas que é obrigada a tomar para conservar o apoio majoritário, é forçada a formular e a impor um código de justiça distributiva inexistente e, no sentido estrito da palavra, inconcebível.** Numa sociedade assim, ter influência política torna-se muito mais compensador para uma pessoa que criar novos meios de satisfazer as necessidades de seus semelhantes. Como tudo tende a se converter numa questão política em que se pode invocar a interferência dos poderes coercitivos do governo, uma parte cada vez maior da atividade humana é desviada dos esforços produtivos para os esforços políticos (...) (ibid., p.144, grifo meu).

Partindo deste pressuposto, o autor afirma que a concepção básica do liberalismo clássico de que o governo deve considerar todas as pessoas iguais, por mais desiguais que sejam de fato, é a única capaz de possibilitar um governo decente e imparcial. Esta concepção não permite a ninguém ter direitos especiais sobre o governo, seja rico ou pobre. O único direito seria a garantia de proteção contra qualquer violência de outrem e a de dispor de “(...) uma certa renda mínima uniforme quando as circunstâncias forem de todo adversas” (ibid., p.148). Para o autor, até o fato de se constatar a desigualdade de fato entre os indivíduos e de

⁶⁷ Segundo Hayek (1985, p.51), “o que em geral se classifica como setor público não deveria, portanto, ser interpretado como um conjunto de funções ou serviços reservados ao governo; deveria, antes, ser considerado um montante limitado de recursos materiais postos à disposição do governo para a prestação dos serviços que lhe foram solicitados. Por isso, o governo não necessita de nenhum poder especial além do de arrecadar recursos compulsoriamente, segundo algum princípio uniforme, e, ao administrá-los, não precisa gozar de nenhum privilégio, devendo estar sujeito às mesmas normas gerais de conduta e à concorrência potencial a que obedecem todas as demais organizações.”

⁶⁸ É necessário salientar que Hayek (1985) faz críticas à democracia moderna, mas destaca que, “embora não seja em si mesma a liberdade (exceto para esse coletivo indefinido, a maioria ‘do povo’), a democracia é uma das mais importantes salvaguardas da liberdade” (ibid., p.7). Sua crítica maior é a este modelo de democracia pautada em uma assembleia única e onipotente, cujos poderes ilimitados geram um sistema político de chantagem e de corrupção. O autor sugere o uso de um outro termo, demarquia, para que se evite o desgaste a que o termo democracia foi exposto. Diz que o termo demarquia pode expressar “(...) o fato de que a *vontade* da maioria só se torna imperativa e obrigatória às demais pessoas se a primeira provar sua intenção de agir com justiça, submetendo-se a uma norma geral. [Neste sentido, o termo deve indicar] um sistema onde o que confere à maioria um poder legítimo não é a simples força, mas a convicção comprovada de que ela considera justo o que decreta” (ibid., p.43).

se usar essa constatação como pretexto para uma coerção discriminatória se constituiria numa violação das condições básicas em que homens livres se submetem ao governo.

Hayek (1983) já havia deixado clara sua posição a respeito da igualdade. Nesta obra, o autor afirma que a igualdade perante a lei, exigida pela liberdade, conduz à desigualdade material. Por isso afirma, “igualdade perante a lei e igualdade material não são, portanto, apenas categorias diferentes, mas mesmo conflitantes; podemos obter uma ou outra, mas não as duas ao mesmo tempo” (ibid., p.94).

Como conclusão, Hayek (1985) afirma que

(...) não bastará deter os que desejam destruir a democracia para, em seu lugar, construir o socialismo, ou mesmo apenas os que estão totalmente comprometidos com um programa socialista. O mais forte esteio da tendência ao socialismo é hoje constituído pelos que afirmam não querer nem o capitalismo, nem o socialismo, mas sim um ‘meio termo’ ou uma ‘terceira via’. Segui-los é tomar um caminho seguro para o socialismo, porque, quando permitimos aos políticos interferir na ordem espontânea do mercado em benefício de grupos específicos, eles passam a não ter como negar essas concessões a qualquer grupo de cujo apoio dependam (ibid., p.156-157).

Hayek dirige-se claramente aos social-democratas e não ao que conhecemos atualmente como “terceira via”.⁶⁹ Para ele, a social-democracia, mesmo não tendo mais a intenção, ainda parece poder proporcionar o estabelecimento do socialismo. É interessante destacar que, para a social-democracia, a “terceira via” – que representa um amplo envolvimento da sociedade civil na resolução dos problemas sociais – suscita uma série de críticas. Aqueles que entendem que esta “terceira via” vem substituir o Estado nas suas funções e que defendem que esse Estado continue sendo o responsável direto por certas políticas sociais têm colocado restrições ao seu desenvolvimento, alegando que este tipo de organização não serve como garantidor dos direitos sociais no interior da estrutura social capitalista, tendo em vista a sua fragilidade. Como, para a social-democracia, o Estado é o único capaz de garantir direitos sociais, cabe a ele, prioritariamente, o desempenho de políticas nesta área.

Hayek é bastante claro na sua defesa de uma “sociedade livre”. Em nome do que entende por “liberdade”, o autor necessariamente tem que assumir a necessidade de se aceitar as desigualdades de fato. Como ao Estado caberia apenas garantir a igualdade perante a lei,

⁶⁹ Conforme a proposição de Giddens (2001), onde a “terceira via” representa a participação organizada da “sociedade civil” que passa a se responsabilizar, também, pela solução dos problemas sociais.

um outro espaço para o desenvolvimento das capacidades deveria ser afirmado e, para o autor, este espaço é o mercado. O mercado é o espaço da liberdade, da concorrência, e não caberia ao Estado de uma sociedade livre atuar como seu regulador.

Creio que os autores aqui elencados são representativos da visão liberal/neoliberal e dão conta de deixar claro quais as “saídas” apontadas como soluções para os problemas sociais, dentre eles, a pobreza. Logicamente, esses autores sustentam uma visão onde a existência da pobreza é um problema. Porém, este problema deve ser resolvido, prioritariamente, no âmbito do mercado. Mesmo que Ul Haq, Galbraith e Dahrendorf acolham com menos resistências que apenas o mercado não pode dar conta da tarefa de resolver o problema da pobreza, nenhum deles sugere que o Estado passe a assumi-la. Ul Haq e Galbraith tendem a uma exaltação da “caridade”, da “benevolência” dos ricos para com os pobres. Dirigindo-se à relação entre países pobres e ricos, Galbraith (1996) é enfático ao afirmar que as ex-colônias – os países pobres – receberam uma boa atenção dos países mais afortunados. Assume que isto tenha se dado, principalmente pelo medo do comunismo. Porém, destaca que “mais benigno e inteligente foi **o papel eficaz da compaixão, o senso de preocupação obrigatória**” (ibid., p151, grifo meu).

É interessante destacar também a importância dada à liberdade e à cidadania. Isto porque estes termos ou conceitos expressam coisas diferentes nesta visão, em relação ao pensamento majoritário hoje na análise da pobreza – o pensamento social-democrata. Se Hayek se apoia determinantemente na liberdade, Dahrendorf destaca a cidadania. Ambos deixam claro que a garantia, tanto da liberdade como da cidadania, só se dá quando se aceita que ambas não tomam como pressuposto a igualdade de fato ou substantiva. O que deve ser destacado é a igualdade perante a lei. Este, na minha compreensão, é o elemento central que diferencia os liberais ortodoxos dos social-democratas. Os últimos esperam que, em resposta a uma opção política, seja proporcionado um amplo movimento de diminuição da pobreza. No mais, as proposições são traçadas, em ambos os casos, com o objetivo de retirar as pessoas da linha de pobreza, o que não significa diminuição substancial das desigualdades, como procuro demonstrar adiante.

2.2 – O fenômeno pobreza sob o ponto de vista “social-democrata”

Como estou me referindo a uma determinada corrente de pensamento, a social-democracia, é necessário inicialmente, caracterizá-la. Não pretendo promover um debate em

torno da social-democracia, mas apenas apontar suas características gerais, buscando diferenciá-la do que denomino marxismo, do qual se aproximava inicialmente. Pretendo também, de algum modo, mostrar suas peculiaridades em relação ao liberalismo, doutrina esta que passa a ser seu suporte.

A social-democracia, segundo Apter (apud OUTHWAITE e BOTTOMORE, 1996, p.694), assim como outros movimentos trabalhistas do século XIX, é “originariamente socialista, sindicalista e anti-capitalista.” Porém, quanto mais poder político estes movimentos obtinham através de eleições e quanto mais conseguiam realizar em termos de mudanças sociais pelas quais lutavam – e que representam o aparato dos Estados de Bem-Estar social –, mais se distanciavam da esquerda e se aproximavam do que ficou denominado como centro-esquerda. Coube aos social-democratas o estabelecimento de um “(...) forte estado democrático, em nítido contraste com o minimalismo político dos liberais”, bem como a rejeição do “mercado como único árbitro de justiça” e a “afirmação da esfera pública acima da particular” (ibid., p.695). Houve um claro distanciamento dos partidos social-democratas das proposições do socialismo revolucionário, sendo que todos “romperam decisivamente com o comunismo depois de 1919” (ibid.). Ainda, segundo este autor, “desde a Segunda Guerra Mundial, muitos deles acabaram aceitando, ou mesmo favorecendo, os mercados acima do planejamento, a empresa privada acima da pública e uma política do tipo ‘cresça primeiro e redistribua depois’” (ibid.).⁷⁰

Anderson e Camiller (1996) apresentam uma descrição interessante do percurso da social-democracia na Europa, o que definiu, de certa forma, os contornos dessa vertente de pensamento no mundo como um todo. Segundo os autores, a marca registrada da social-democracia do norte europeu foi a edificação do *welfare state* pautado no pleno emprego e na garantia de amplos serviços sociais. Mas essa forma de organização entra em crise já na década de 1970, com a queda dos índices de crescimento e de aumento do desemprego e da inflação. Dentro dessas condições, “a socialdemocracia não carecia apenas de políticas eficazes para enfrentar a crise. Ela se viu associada à própria crise” (ibid., p.11), visto que o ressurgimento ideológico do monetarismo definiu os gastos estatais excessivos e os sindicatos super poderosos como os responsáveis pela estagflação.

O resultado foi o questionamento da estrutura dos *welfare states*, e uma retomada, no norte da Europa, do poder da direita. No sul da Europa, o movimento, em função das condições postas, foi diferente, fazendo com que a esquerda ainda mantivesse um poder

⁷⁰ Para uma leitura mais sintética sobre o percurso histórico da social-democracia ver também Bottomore (1988).

maior. A social-democracia do sul não atingiu o mesmo nível de estruturação do *welfare* construído no norte, mas promoveu mudanças importantes. Segundo os autores, a conjuntura internacional limitou o desempenho global dessas administrações e as pressões do mercado mundial, que favoreceram a retomada do poder pela direita no norte, favoreceram também para inibir impulsos mais radicais da esquerda no sul.

Anderson e Camiller destacam que,

espremida entre uma base social cambiante e um horizonte político em contração, a socialdemocracia parece ter perdido sua bússola. Em condições tão alteradas, tenderá ela a sofrer uma nova mutação? Houve época, nos primeiros anos da Segunda Internacional, em que ela orientou sua ação para a superação do capitalismo. Empenhou-se depois por reformas parciais, consideradas passos gradativos rumo ao socialismo. Finalmente, contentou-se com o bem-estar social e o pleno emprego dentro do capitalismo. Se ela admitir agora uma diminuição do bem-estar e desistir do pleno emprego, em que tipo de movimento vai se transformar? (ibid., p.23-24).

Os autores respondem essa questão, dizendo que “um adeus à essência da socialdemocracia não precisa significar o desaparecimento do termo, que poderia persistir indefinidamente pelo próximo século afora (...)” (ibid., p.24). Mesmo aceitando a vitória do capitalismo como definitiva, a social-democracia ainda tem maior probabilidade de se auto-definir como esquerda. Para eles, “provavelmente crescerá o apelo de uma visão desse tipo, que abandona a idéia de ‘socialismo’ ao mesmo tempo em que conserva a noção de ‘esquerda’, como que abrindo mão do vocabulário literal em troca do vocabulário alegórico de oposição” (ibid., p.25).

O que foi posto até aqui, parece já representar o que propõe Giddens (2001, p.36) quando diz que “se os social-democratas querem ter uma influência real no mundo, suas doutrinas devem ser repensadas de forma tão radical quanto foi feito meio século atrás, quando a social-democracia originalmente rompeu com o marxismo.” Este autor destaca que a “esquerda mais tradicional” compartilha com Stuart Hall a visão de que a “esquerda” se define pela “sua preocupação com os perigos do mercado, cujos excessos precisam constantemente ser refreados pelo Estado” (ibid., p.42). Chama esta idéia de arcaica e reforça a necessidade de esta “esquerda” “se acostumar com os mercados, com o papel das empresas na criação de riqueza e com o fato de que o capital privado é essencial para o investimento social” (ibid.). Afirma que esta idéia já está sendo aceita pela esquerda reformista – que,

segundo ele, não tem nada de neoliberal⁷¹ – apesar de, no passado, ter sido admitida de “má vontade”. Entende que os mercados não podem ser “auto-regulados” e que não dão conta de enfrentar todos os custos sociais causados pelo dinamismo criador de riqueza – por exemplo, o desemprego e os danos ambientais –, nem, tampouco, dar conta de produzir o capital humano de que necessita. Neste caso, “(...) o governo, as famílias e as comunidades devem fazê-lo” (ibid., p.44).

Giddens sustenta que a política da “terceira via” – defendida por ele – é uma política de esquerda. Adverte que

o ponto exato onde deve ser traçada a linha entre esquerda e direita mudou, e há muitas questões e problemas políticos que não se ajustam claramente a uma dimensão esquerda/direita. É um erro fundamental querer espreme-las desta forma. A divisão entre esquerda e direita refletiu um mundo onde se acreditava amplamente que o capitalismo poderia ser transcendido, e onde a luta de classes modelou boa parte da vida política. Nenhuma destas condições é pertinente agora. O ‘radicalismo’ não pode mais ser equacionado com ‘ser de esquerda’. Ao contrário, isto frequentemente significa um rompimento com as doutrinas estabelecidas de esquerda que perderam seu poder de barganha no mundo (ibid., p.46).

As análises de Giddens não se mostram deslocadas da realidade. Mesmo que exista dentre os intelectuais, também denominados de esquerda, uma “certa resistência” às propostas de constituição de uma “terceira via”, uma proposta social-democrata “mais radical” parece já estar em risco. O governo de Tony Blair – que tinha como um de seus mentores intelectuais, Anthony Giddens – é um bom exemplo que expressa esse “vínculo (bem)menos estreito” com as propostas originais da social-democracia. Antunes (1999) descreve o processo vivenciado pela Inglaterra desde a ascensão de Thatcher ao poder em 1979, até a eleição de Blair em 1998. Depois do desmonte “neoliberal” promovido por Thatcher e Major, esperava-se que Blair criasse condições mais favoráveis para os trabalhadores. O que ocorreu, segundo Antunes, foi um distanciamento maior do “New Labour” em relação aos sindicatos, expressando a desvinculação desse partido do seu passado

⁷¹ Para Giddens (2001, p.43), “aceitar tudo isso, não implica seguir uma linha neoliberal. A dependência excessiva dos mecanismos de mercado deve ser evitada por motivos óbvios. Os mercados reagem aos desejos dos consumidores, mas quando o fazem podem comprometer outros desejos ou necessidades. Os mercados podem engendrar um comercialismo que ameaça outros valores da vida. Sem controles externos, os mercados não possuem mecanismos de restrição – nada há nas trocas de mercado que limite o que pode ser comercializado. Além disso, os padrões éticos, ou padrões de preferências, devem ser trazidos de fora – de uma ética pública, garantida pela lei.”

trabalhista e reformista.⁷² Antunes destaca que o modelo de *welfare state* defendido por Blair é completamente diferente do defendido pela social-democracia clássica. A modernização do Estado, pretendida por Blair, diz Antunes, “significa a destruição dos direitos do trabalho”, definidos por Blair como “herança arcaica”.

Continua existindo um grande número de intelectuais que aposta numa “regulação do capitalismo” com vistas à construção de uma sociedade equânime, onde as diferenças sociais não se expressem pela desigualdade que coloca uma ampla massa populacional nos umbrais do que se convencionou chamar de pobreza. Mesmo que a social-democracia, de modo geral, tenha se rendido e passado a aceitar “a ordem”, isso tem se expressado mais nas medidas concretas. O discurso, porém, continua em geral muito próximo das origens dessa corrente teórica, e as ações promovidas que contrariam o discurso são justificadas por se constituírem em uma necessária adaptação conjuntural. Daí esperar uma retomada do crescimento, um aumento substancial do emprego, um controle definitivo da inflação e uma possibilidade de continuar e intensificar a distribuição de renda, bem como um aumento da participação do Estado no oferecimento de políticas sociais, mesmo que não diretamente, mas com responsabilidade de financiamento.

Conforme referência anterior, os social-democratas, “críticos do capitalismo”, ao assumirem como bandeira de luta as reformas e o “controle do capital”, colocando o Estado como o elemento regulador e promotor de uma sociedade que possibilitasse a todos viver “dignamente” ou, na pior das hipóteses, fora daquilo que é considerado, por essa própria sociedade, como humanamente inaceitável – a pobreza –, acabam assumindo uma postura cuja base de sustentação é o próprio liberalismo, apesar de fazerem críticas severas a ele, principalmente no que diz respeito ao papel atribuído ao mercado. Porém, todas as suas propostas são no sentido de regular este mercado e não de criar uma nova forma de organização social, resguardadas especificidades, como posto anteriormente, em relação àqueles que defendem o socialismo e acreditam que possa se efetivar via reformas.

Ao destacar essa “vinculação” entre social-democracia e liberalismo, entendo que seja prudente recuperemos, resumidamente, os princípios mais gerais do liberalismo. Conforme Cunha (1986), estes princípios são o individualismo, a liberdade, a propriedade, a igualdade e a democracia. Como posto anteriormente, estes princípios são alvo de críticas apenas no que diz respeito à impossibilidade de atingir a todos, sem a devida regulação do

⁷² Segundo Antunes (1999, p.96), “a retórica *socialista* e a prática *trabalhista* e *reformista* anteriores, que na verdade exprimiam a defesa de uma economia fortemente estatizada e mista, encontraram seu substitutivo na defesa da economia de mercado, mesclando liberalismo com traços da ‘moderna’ social-democracia.”

sistema. Mas, parece que aí reside o problema quando se busca diferenciar, sem alguns cuidados, a social-democracia do liberalismo. Os social-democratas não propõem o fim do sistema ou a mudança desses princípios. O que buscam é apresentar proposições que levem todos a serem agraciados por esses princípios.

Mas qual ou quais desses princípios não são efetivados? O indivíduo é tratado como tal, ou seja, “(...) como sujeito que deve ser respeitado por possuir aptidões e talentos próprios, atualizados ou em potencial” (ibid., p.28). Considerada como natural, essa condição do sujeito não poderia ser desvirtuada, cabendo ao governo apenas “(...) permitir a cada indivíduo o desenvolvimento de seus talentos, em competição com os demais, ao máximo de sua capacidade” (ibid.), agindo como o executor da lei natural, ou seja, da defesa dos direitos individuais naturais. Neste caso, o único responsável pelo fracasso, considerando as possibilidades de realização dessa “condição natural” dos indivíduos, seria o próprio indivíduo.

Outro princípio, a liberdade, segundo Cunha, está diretamente associado ao individualismo. A liberdade é individual e “serve para combater os privilégios conferidos a certos indivíduos em virtude de nascimento ou credo” (ibid., p.29). Este princípio “presume que um indivíduo seja tão livre quanto outro para atingir uma posição social vantajosa, em virtude de seus talentos e aptidões” (ibid.).

A propriedade “é entendida como um direito natural do indivíduo” (ibid., p.30), sendo que os liberais negam autoridade a qualquer agente político para usurpar os direitos que são considerados naturais. Cabe ao Estado proteger os interesses daqueles que, por esforço e trabalho, acumularam bens e propriedade. Sendo assim, eliminado o privilégio decorrente do nascimento, o trabalho e o talento são os instrumentos para a ascensão social e aquisição de riqueza.

A igualdade, outro dos princípios gerais do liberalismo, não significa igualdade de condições materiais. Sendo diferentes em talento e esforço, os indivíduos não podem ser iguais em riqueza. Serão mais ricos aqueles que tiverem maiores talentos e se esforçarem mais. Como destaca Cunha, “para a doutrina liberal, como os homens não são individualmente iguais, é impossível querer que sejam socialmente iguais.” (ibid., p.31). A igualdade defendida é a igualdade perante a lei, a igualdade de direitos. A igualdade de direito – igualdade desejada – é contraditória à desigualdade consentida. Isto é resolvido considerando que esta desigualdade se dá em função da disputa individual, e não em função da negação de direitos, por parte da sociedade, para alguns indivíduos.

O último princípio apresentado por Cunha é a democracia. Segundo ele, este princípio é exigido pelos anteriores. Ele “consiste no igual direito de todos de participarem do governo através de representantes de sua própria escolha. Cada indivíduo, agindo livremente, é capaz de buscar seus interesses próprios, e, em consequência, os de toda a sociedade” (ibid., p.33). Para o autor, a não realização de um desses princípios inviabiliza os demais.

A social-democracia toma esses princípios, não para descartá-los, mas com o objetivo de levá-los à realização. A história mostrou, principalmente, que nem tudo depende da vontade, esforço ou capacidade individual. A social-democracia faz o que chamo de “correção”, na interpretação liberal, mas não abandona seus princípios. Alcança, em termos de compreensão e mesmo de efetivação, o desenho de uma sociedade cuja responsabilidade do indivíduo passa a ser relativizada. Essa relativização se dá, não porque os princípios estejam errados, mas porque a sociedade não conseguiu se estruturar para sua plena realização. Isto fez com que fossem buscadas saídas que evitassem problemas maiores, como convulsões sociais e, principalmente, que viessem a provar que a revolução comunista não era a saída para a construção de uma sociedade substancialmente melhor.

Como foi frisado anteriormente, a social-democracia, considerada uma corrente de esquerda, desloca-se para uma posição de centro-esquerda. Esse movimento expressa a adesão aos princípios do liberalismo. Enquanto crítica do modelo social, a social-democracia pode ser entendida como a “esquerda do liberalismo”. Digo isto porque não se pode negar, por exemplo, que ela condena a utilização do mercado como instrumento único e eficaz de distribuição das “possibilidades sociais de cada um se desenvolver”. É evidente o destaque dado, pela social-democracia, ao papel do Estado enquanto instrumento regulador, do que é considerado por muitos como “distorções” do capitalismo. Um Estado que deve e pode promover o bem-estar social, desde que haja disposição política para tal. É evidente, também, a defesa dos social-democratas por igualdade de condições, por distribuição de renda, pela universalidade e efetivação de direitos, inclusive pela “colocação da vida antes da economia”. Porém, os liberais também não negam a necessidade de possibilitar a todos uma “vida digna”; apenas entendem que o caminho não deve ser via controle do mercado, mas que deve ser o próprio mercado, sendo que o Estado deve se preocupar apenas com aqueles que estejam, por algum motivo justificável, impossibilitados de viver sem seu auxílio. A crítica dos social-democratas aos neoliberais vem justamente no sentido de condenar este “retorno” à radicalidade da centralidade do mercado no comando da dinâmica social.

Se os social-democratas viam, inicialmente, uma possibilidade de alcance do socialismo, via uma intervenção do Estado, passaram, posteriormente, a acatar que as

transformações deveriam ser buscadas no interior do próprio sistema com o objetivo de corrigi-lo, não de extingui-lo. Neste momento, o capitalismo passa a ser encarado como “a ordem”, como o fazem os “liberais/neoliberais”, e não mais como “uma ordem”.

As significações de pobreza apresentadas a seguir, bem como as causas e soluções apresentadas nos capítulos II e III, fazem parte do arcabouço teórico desta corrente denominada aqui como “social-democrata”. É com os argumentos apresentados pelos autores aqui citados, e que compõem essa corrente teórica, que vou dialogar. É essa tendência de compreensão do fenômeno pobreza que se coloca como objeto de análise e reflexão e que vou contrapor com a análise marxista a ser apresentada no capítulo IV.

Como já referido anteriormente, os autores serão agrupados em três sub-itens que expressam a ênfase dada por eles a um aspecto em especial na análise da pobreza.

2.2.1 – Significações de pobreza a partir da “dimensão econômica”.

Os autores aqui agrupados representam uma tendência de análise da pobreza que enfatiza a “**falta de recursos materiais para a manutenção da vida**”. Essa ênfase está sendo tomada neste trabalho como “**dimensão econômica**” do problema. Como foi apontado anteriormente, em alguns momentos essa “dimensão econômica” se aproxima da “dimensão política”, mas, no geral, é possível fazer a distinção em termos de “ênfase”.

Abranches (1987, p.16) afirma que

a miséria é filha do subdesenvolvimento, mas não é qualquer modo de desenvolvimento que a faz desaparecer. Na verdade, um estilo de crescimento que mantenha as pautas de exclusão social, econômica e política pode tornar-se seu padrasto. **Pobreza é destituição, marginalidade e desproteção.** Destituição dos meios de sobrevivência física; marginalização no usufruto dos benefícios do progresso e no acesso às oportunidades de emprego e consumo; desproteção por falta de amparo público adequado e inoperância dos direitos básicos de cidadania, que incluem garantias à vida e ao bem-estar (grifo meu).

Para o autor, ser pobre significa gastar todas as energias exclusivamente na luta contra a morte, na luta pelo mínimo de manutenção física, material. A pobreza é a destituição de meios de subsistência satisfatória e seu parâmetro estruturador, que faz parte da sua lógica,

é a privação absoluta. A privação absoluta, por sua vez, refere-se à carência extremada de quaisquer meios para a satisfação das necessidades primárias que proporcionam a sobrevivência física, bem como a sanidade da pessoa e dos familiares que dela dependem.

As necessidades ditas “básicas” não se resumem apenas àquelas ligadas à pura sobrevivência física. Segundo o autor, nem mesmo as formulações mais liberais deixam de reconhecer isto. Devem ser incluídas como necessidades básicas tudo o que permite a manutenção física em condições tais que as necessidades biológicas possam ser satisfeitas em grau adequado, prevenindo seqüelas causadas por má alimentação, garantindo-se também meio ambiente salubre, abrigo adequado, atendimento preventivo em saúde e assistência médica, bem como a satisfação de necessidades culturais e sociais determinadas, que definam um mínimo de bem-estar e permitam alterar as chances futuras, como no caso da educação elementar.⁷³ Porém, mesmo que o autor apresente as necessidades básicas de modo a ultrapassar o suprimento alimentar, trabalha com a noção de “mínimo necessário” e esta noção é fundamental para a análise que pretendo fazer. Afinal, o alcance desse mínimo parece se constituir na solução do problema. Discutirei este aspecto mais adiante.

Abranches afirma que, em sociedades de mercado, o acesso aos meios para satisfação das necessidades é conferido, em primeiro lugar, pela renda que, para a grande maioria da população, resulta do trabalho assalariado e, por conseqüência, da possibilidade de estar empregado com uma remuneração suficiente. Destaca que, em alguns casos, apesar dos baixos rendimentos, alguns complementam a renda em função da posse de algum recurso que permite o suprimento direto ou pela troca, a exemplo dos pequenos proprietários. Essa renda complementar também pode ser obtida, bem como bens e serviços, a partir da ação do Estado. O autor ressalta que, em uma sociedade de mercado, quanto maior a defasagem entre o salário e a renda necessária para satisfazer tais necessidades, maior será a dependência dessa pessoa em relação aos outros meios, ou seja, ela dependerá mais da efetiva realização de seus direitos face ao Estado (previdência, assistência, complementação de renda, etc.), visto que suas outras posses serão, provavelmente, insuficientes para gerar rendimento adicional, monetário ou não, que possa cobrir aquele hiato.

Para o autor, **“a destituição está, assim, intimamente associada à estrutura de propriedade vigente, aos padrões de produção e consumo e aos mecanismos de**

⁷³ Segundo Abranches (1987, p.17), “a determinação do mínimo necessário à subsistência, subjacente à noção de necessidades básicas, ao cálculo de um salário mínimo ou à demarcação de linhas de pobreza, tem longa tradição na economia política.” Na sua leitura, de Smith a Marx, as necessidades básicas ultrapassam o meramente fisiológico.

distribuição de bens e serviços fora dos circuitos normais do mercado, através das políticas de cobertura social⁷⁴ (ibid., p.19, grifo meu).

Desta forma, para Abranches, existe um certo sentido na associação entre pobreza e desigualdade. Porém, na sua compreensão, a desigualdade é um fenômeno distinto da destituição. “Não são fenômenos independentes, pois interagem, histórica e estruturalmente: um reforça o outro, em medida variável, no tempo e no espaço. Mas obedecem a lógicas distintas, econômica e politicamente” (ibid., p.21). Pode-se distribuir renda sem, necessariamente, alterar a medida da pobreza, basta que esta distribuição não atinja aqueles que vivem na linha de pobreza. Por isso o autor reforça sua posição dizendo que **“pobreza e desigualdade são fenômenos ética e socialmente similares, mas econômica e politicamente diversos”** (ibid., grifo meu).

É importante notar que Abranches refere-se aos problemas estruturais do capitalismo, principalmente ao fato de vivermos numa sociedade de mercado que impõe uma série de limites à própria possibilidade de sobrevivência das pessoas. Porém, apresenta soluções que partem do interior deste próprio sistema no momento em que atribui ao Estado a tarefa de eliminar o que ele chamou de “focos estruturais de pobreza”, como veremos posteriormente.

Alayón (1995) afirma que a pobreza é histórica e, infelizmente, é também uma circunstância hoje presente. Na sua compreensão, aqueles “(...) que pensam que sempre existirão pobres parecem responder a duas concepções: a determinadas configurações ideológicas e políticas ou à aceitação resignada das próprias vítimas desse fenômeno velho e moderno”(ibid., p.13). Segundo ele, não podemos prever quando a pobreza deixará de existir, mas pode-se afirmar “que os estilos societários e as características que os definem são produtos da decisão dos homens, isto é, constituem uma construção social” (ibid.).

O autor afirma que as noções de pobre, bem como as situações de pobreza respondem, considerando determinadas concepções, **“(...) a uma dupla e única lógica: a que pretende atribuir-lhes uma origem natural e/ou quase voluntária e dificultar a compreensão dos fatores causais concretos que, de fato, originam tais desgraças”** (ibid., p.112, grifo meu). Para ele, o fenômeno pobreza tem sua origem no social, na dinâmica da sociedade, e **é essa sociedade que deve ser desvelada e compreendida corretamente.**

⁷⁴ O autor exemplifica como “mecanismos de distribuição fora dos circuitos do mercado”, auxílios como seguro desemprego, programas de suplementação de renda, etc.

Porém, ao perguntar se o que falhou foi o sistema social e econômico, o autor afirma que se este sistema falhou, foi exclusivamente

do ponto de vista da reivindicação humana de evitar a fome; mas teve pleno ‘êxito’ no aproveitamento das oportunidades para cumprir com os seus objetivos de acumulação e lucro. Na realidade, a ‘lógica’ do sistema falha quando não alcança os seus objetivos – é por isso que, recentemente, verificam-se os ataques ao Estado de Bem-Estar, que ‘desvia’ recursos do capital para outros setores sociais (ibid., p.114).

Esta referência do autor leva ao entendimento de que o Estado de Bem-estar deve ser caracterizado como algo que não faz parte da “lógica” do sistema capitalista, por isso tem de ser atacado. Alayón parte da compreensão de que o Estado de Bem-estar é uma das principais soluções para a pobreza, como veremos posteriormente. Neste sentido, discorda dos ataques promovidos contra ele.

Uma das conclusões do autor – concordando com e citando Carlos Amat – é que

‘a pobreza, enquanto realidade que expressa uma profunda desigualdade social, uma injusta distribuição das oportunidades de desenvolvimento e um objetivo bloqueio das possibilidades de satisfação das necessidades humanas⁷⁵, desnatura o sentido da democracia e se converte na sua negação mais radical. Nesta perspectiva, pois, um governo só pode demonstrar a sua natureza ou vocação democrática na medida em que faz da luta contra a pobreza o seu mais importante objetivo político e social’ (AMAT apud ALAYÓN, 1995, p.118).

É interessante ressaltar a importância dada pelo autor à democracia. Significa dizer que a democracia pressupõe uma ordem social diferente dessa onde a “pobreza” acaba se estabelecendo. Poderíamos perguntar: que democracia é essa? Colocada como um pressuposto necessário para a eliminação da pobreza, a “sociedade democrática” demonstra resistência em se estabelecer de forma global e duradoura. Geralmente toma-se como exemplos de “sociedades democráticas” aquelas que conseguiram, de certo modo, diminuir as diferenças sociais. Pode-se considerar aqui a experiência dos Estados de Bem-estar social mais avançados. Mas estas sociedades conseguiram eliminar definitivamente a pobreza?

Segundo Alayón, a pobreza cresce e este é um processo obvio, tornando-se supérflua a sua descrição e fundamentação detalhada. Ele também chama a atenção para o fato de que, falar de “país pobre” pode levar ao entendimento da pobreza como um fato

⁷⁵ O autor não define satisfação das necessidades humanas, nem faz referência à compreensão dos autores com os quais dialoga.

imutável, natural, casual. Ao contrário, falar de “país empobrecido” faz-nos pensar sobre o que o empobreceu. O autor também observa que “nem *todo* país empobreceu: empobreceram-se o Estado e certos setores amplos da sociedade, ao passo que a riqueza se *concentrou* em outros setores sociais, certamente minoritários” (ibid., p.119).

Alayón afirma que a pobreza ocorre em função do cumprimento dos objetivos do sistema capitalista, ou seja, da acumulação e do lucro. Porém, o autor, à medida que analisa o tema, deixa claro, também, que as soluções podem ser encontradas no interior do próprio sistema e, neste caso, também aponta o Estado como o elemento central para que isso ocorra. Sua compreensão dos “problemas estruturais” do capitalismo, bem como do Estado capitalista, não chega a por em xeque o sistema como tal.

Pereira (1986) apresenta uma leitura radicalizada em relação à impossibilidade de a pobreza ser resolvida no interior do capitalismo. Na ocasião, afirmava que “(...) a abertura de oportunidades aos desiguais, via política social, não significava outra coisa senão a institucionalização da desigualdade ao invés de sua extinção...” (ibid., p.23). Isto significava a adoção de uma postura crítica em relação às defesas em prol do Estado de Bem-Estar como solução para a pobreza.⁷⁶ A pobreza é definida, por ela, como um “problema estrutural do capitalismo” e, como tal, não tem solução no seu interior.

Pereira (2002), ao tratar da definição de “necessidades básicas”, apesar de manter uma compreensão crítica em relação à análise do fenômeno pobreza, relativiza sua postura, ao justificar que aceitar a concepção de “mínimos sociais” em contraposição a de “básicos sociais” possibilita o domínio do mercado no processo de provisão de bens e serviços básicos à população. Do mesmo jeito, levaria a um rechaçamento dos direitos sociais, da universalização do atendimento e da liberdade positiva – que, segundo a autora, exige o comprometimento do Estado com a satisfação de necessidades – e do controle democrático.

Partindo dessas considerações, pergunto: Se a pobreza é estrutural e não pode ser solucionada no interior do sistema capitalista, como defender tal posição? Pereira aproxima-se da defesa do estabelecimento do que está sendo denominado “socialismo pós-industrial”. Especificarei melhor esta questão no capítulo III.

Hadad (1998) posiciona-se de maneira semelhante. O autor também retoma a análise marxista sobre a pobreza e destaca a especificidade deste fenômeno como sendo estrutural no capitalismo e, portanto, sem solução. Partindo deste pressuposto, conclui que,

⁷⁶ A autora apresenta observações importantes a respeito do tema no interior do marxismo. Estas observações serão retomadas no capítulo IV.

como o sistema capitalista dá sinais de vida longa, “(...) mesmo considerando a eliminação do trabalho como fonte criadora de riqueza, não podemos direcionar nossos esforços no sentido de promover um acirramento das contradições internas do capitalismo para antecipar seu fim (...)” (ibid., p.11). Por isso, “a pobreza deve ser enfrentada dentro das fronteiras do capitalismo” (ibid.), sendo que a solução não se encontra nos “(...) atuais recursos de que dispõe o sistema: o mercado e o Estado Providência” (ibid., p.12). Apesar de fundamentais, esses recursos não são suficientes. Para o autor, “será preciso um pacto social de solidariedade – em que se resgate o ‘senso de responsabilidade’ que norteava o comportamento dos membros de uma comunidade em formações sociais pré-capitalistas (...)” (ibid.). A proposição final é o fortalecimento do “terceiro setor”, que se constitui em “uma força independente do mercado e do setor público” (ibid.). Este “terceiro setor” deve ser mobilizado para, pelo menos, combater “a pobreza que sufoca os excluídos do processo social, ou seja, a pobreza absoluta” (ibid.). Esta posição, de certa forma, reflete a postura daqueles que capitulam diante do capitalismo como sendo “a ordem”.

Dupas (1999) trata da pobreza, partindo da exclusão. Ele defende a existência de fortes relações entre a globalização e o aumento do desemprego⁷⁷ e da exclusão social e afirma que, na condição de pobreza atual, o “sentimento de desamparo” aumenta em função de o Estado também estar passando por forte reestruturação, não dando conta de se manter “como guardião das garantias sociais”, papel recebido no pós-guerra.

Para o autor, outro aspecto – ligado à globalização e à revolução tecnológica – também colabora para o surgimento do conceito de exclusão: a elevação das aspirações de consumo de grande parte da população mundial. As distâncias entre os diversos países foram encurtadas o que, juntamente com a mídia global, fez com que o modo de vida das sociedades de consumo ocidentais, apesar de não estar acessível a todos nem mesmo nos países ricos, passasse a ser tomado como padrão. Isto pode possibilitar, a partir da comparação da possibilidade de consumo, uma alteração no sentimento de exclusão, ou seja, “o de estar excluído não de necessidades consideradas básicas, mas daquilo que outras pessoas têm. Essa sensação pode, com efeito, ocorrer em qualquer faixa de renda” (ibid., p.17).⁷⁸

⁷⁷ Dupas (1999, p.19) afirma que “há algum tempo, a imagem do trabalhador repetindo o gesto de apertar parafusos – retratado por Charles Chaplin em *Tempos modernos* – representava o pesadelo da modernidade. Hoje, este posto de trabalho aparece como o desejável e já quase um sonho distante de segurança e estabilidade.”

⁷⁸ O autor cita Garry Rogers que diz que a discussão sobre exclusão social ganha força na Europa em função do aumento do número dos sem-teto e da pobreza urbana, bem como do desemprego de longo prazo, das dificuldades postas aos imigrantes, da precariedade dos empregos disponíveis e da dificuldade dos jovens ingressarem no mercado de trabalho. Cita também Wolfe que, por sua vez, associa a preocupação com a exclusão social à ameaça provocada por grupos que têm sido marginalizados, os chamados “novos excluídos”.

Segundo Dupas,

um bom entendimento da pobreza envolve a investigação de suas ligações com outras variáveis. Seria necessário, por exemplo, vincular pobreza e integração social no emprego; articular a dimensão econômica da pobreza com as dimensões sociais; examinar o papel do progresso social e das estruturas institucionais na criação de privações e na geração de inclusão; explorar as implicações da globalização para estratégias antipobreza, para a coesão social e para a justiça social; finalmente, examinar os vínculos entre direitos (civis, políticos, sociais), acesso à sobrevivência e mercados (ibid., p.21).

Considerando a multiplicidade de aspectos relacionados à exclusão social, esta pode, segundo Dupas, “significar desde estar excluído da possibilidade de garantir a sobrevivência física, até um sentimento subjetivo de ressentimento por não desfrutar de bens, capacidades ou oportunidades que outros indivíduos desfrutam” (ibid., p.22). Em função dessa complexidade, o autor adota **“uma perspectiva de análise basicamente econômica – e não psicossociológica – para tratar da exclusão social – que subjetivamente é o que importa – de um critério de exclusão efetiva”** (ibid., p.24). Completa dizendo que **“a pobreza – entendida como incapacidade de satisfazer necessidades básicas – deve ser o foco da definição de exclusão social em países que não possuem um Estado de bem-estar social garantindo minimamente a sobrevivência de seus cidadãos”** (ibid., grifos meus).⁷⁹

Para Dupas, as linhas de pobreza que têm sido traçadas não incluem apenas alimentos (como necessidades básicas), mas também moradia, saneamento, educação, bem como outros bens que podem ser considerados supérfluos como freqüentar teatro, restaurante, viajar, etc., ou seja,

elas tendem mensurar a renda monetária necessária para que dados os hábitos da população e os preços vigentes, os indivíduos possam usufruir de **uma vida considerada socialmente aceitável**. Como as sociedades são diferentes, os elementos utilizados para determinar o corte entre pobres e não-pobres devem também diferir de acordo com os costumes, expectativas e hábitos de cada comunidade (ibid., p.25, grifo meu).

Para o autor, o enfoque da pobreza, baseado nas capacidades básicas para alcançar níveis de vida minimamente aceitáveis⁸⁰ é **“complementar e mais profundo do que aquele**

⁷⁹ O autor também diz que “não é trivial definir o que sejam necessidades básicas” e que é necessário considerar também o conceito de pobreza relativa e a definição de linha de pobreza.

⁸⁰ O que, segundo Dupas (1999, p.30), incluiria não só alimentação, vestuário, saúde, mas também a própria possibilidades de participação na vida comunitária “desempenhando funções não-pagas que a sociedade tem o

que analisa a pobreza segundo a perspectiva da baixa renda ou da posse escassa de bens primários e recursos” (ibid., p.31). Neste caso, seria possível afirmar “**que a pobreza não é uma questão de escassez de bem-estar senão de incapacidade para conseguir bem-estar precisamente pela ausência de meios**” (ibid., grifo meu).⁸¹ Isto também se caracteriza como uma causa da pobreza.

O autor trata, como ele mesmo afirma, da “face mais moderna da pobreza, ou seja, aquela relacionada ao novo padrão de acumulação de capital que ora se observa” (ibid., p.33). Busca analisar a questão da exclusão a partir da inserção ou não dos indivíduos no sistema produtivo. Isto implica em saber se o trabalho, tanto formal quanto informal, “é central na lógica das cadeias produtivas ou se sobreviverá apenas nas franjas do sistema” (ibid.). Toma a pobreza como a principal dimensão da exclusão. Utiliza o enfoque de pobreza “**como dificuldade de acesso real aos bens e serviços mínimos adequados a uma sobrevivência digna**” (ibid., p.34, grifo meu). Esse acesso, nas sociedades contemporâneas, dá-se por duas formas: pela renda disponível, normalmente fruto do trabalho, e pelas oportunidades oferecidas pelos programas públicos de bem-estar social (*welfare state*).

Em relação à renda proveniente do trabalho, o autor atenta para alguns pontos importantes: “o nível de renda auferida; a estabilidade no tempo do nível dessa renda; e a estabilidade da própria atividade que permite auferir a renda” (ibid.). Para ele, “**a natureza do trabalho possível de ser exercido na economia global é essencial ao entendimento da questão da exclusão**” (ibid., grifo meu). É essa exclusão, baseada principalmente na condição de ter ou não trabalho, no atual momento do capitalismo, que será destacada pelo autor como causa da pobreza. Note-se que ele busca trabalhar – e isto fica mais claro quando trata das causas da pobreza que serão apresentadas no próximo capítulo – com os limites que estão sendo postos pelo capitalismo para a solução da exclusão e, conseqüentemente, da pobreza. No centro de suas análises estão o **trabalho** e o **Estado**.

Rocha (1995, p.224) afirma que

num país como o Brasil onde, reconhecidamente, largas parcelas da população não têm acesso aos bens e serviços essenciais, a noção fundamental é a de pobreza absoluta, embora seja inescapável que nessa definição estejam implícitas necessidades vinculadas ao modo de vida

direito de esperar de seus membros: cuidar dos filhos, dos inválidos, participar de movimentos políticos, entre outras.”

⁸¹ Dupas cita o exemplo de um portador de deficiência renal que, mesmo tendo uma renda maior do que outros, pode continuar sem os meios suficientes, dada a sua situação.

predominante. Por outro lado, adotou-se uma definição essencialmente objetiva de necessidade, refletindo escolhas médias de consumo observadas em famílias de baixa renda.

Decorrente disto, para a autora, pobres são todos

aqueles que não dispõem dos meios para atender as necessidades de alimentação, dados os custos de atendimento de requerimentos nutricionais associados à estrutura de consumo alimentar habitual, nem as demais necessidades de vestuário, educação, despesas pessoais, habitação, etc., que correspondem geralmente àquele nível de despesa alimentar. Mais restritamente são indigentes aqueles incapazes de atender tão-somente às necessidades alimentares (ibid.).

Continua dizendo que,

embora, reconhecidamente, pobreza seja uma síndrome de carências diversas, é comum associá-la à insuficiência de renda, já que renda é o meio privilegiado de atendimento de necessidades em uma sociedade moderna. O estabelecimento de parâmetros de renda abaixo dos quais os indivíduos são considerados pobres – a linha de pobreza – ou indigentes – a linha de indigência – deve representar o custo de atendimento das necessidades básicas em determinado tempo e lugar (ibid., grifo meu).

Salama e Destremau (1999) afirmam que a pobreza é abordada e analisada como problema. Como problema político, ela é uma ameaça à estabilidade e à coesão social. Como problema econômico, é considerada um freio ao crescimento, um custo em função da perda de ganho fiscal e uma despesa em função da necessidade de investimento em programas sociais e nos sistemas de proteção social. Como problema ideológico, situa-se no campo dos registros éticos, religiosos ou não. Para os autores, é necessário dar um contorno quantitativo a este problema, o que permitirá a tomada das decisões necessárias para o seu enfrentamento. Para eles,

um problema ‘pobreza’ que a medida avalia como pouco importante poderá ser mais facilmente tolerado, enquanto um ‘grande’ problema de pobreza incitará as diferentes categorias de interventores a implantar medidas cujo custo, todavia, poderá constituir um fator de freio ou de limitação (ibid., p.135-136).

Os autores chamam a atenção para o fato de os estudos sobre a pobreza, nos países capitalistas desenvolvidos, partirem de referentes diferentes daqueles dos países em desenvolvimento. Nos países desenvolvidos interpreta-se a trajetória dos pobres ou excluídos

como “fracasso de uma ‘máquina’ que prometia bem-estar a todos” (ibid., p.137). Neste caso, a pobreza se constrói como uma questão social, onde a solidariedade nacional, refletida no Estado distribuidor, é tomada como obrigação legal. Já, nos países em desenvolvimento, a pobreza é vista como reflexo esperado da pobreza do próprio país (ou de outros aspectos, como a corrupção do governo) ou em termos comunitários. **Para os autores, a compreensão da pobreza como uma violação dos direitos do homem é embrionária.** Se este tipo de interpretação tende a se impor nos países capitalistas avançados, o mesmo não acontece em relação aos países pobres, estando ausente na maioria dos discursos oficiais desses países, com exceção dos discursos religiosos da Teologia da Libertação e dos comitês e organizações que defendem o direito dos mais pobres.

Estes autores também destacam que a ONU, ambicionando estender esses direitos do homem a todo planeta, transformando-os em pilares da luta contra a pobreza, firmou dois grandes pactos: um, em 1966, para entrar em vigor a partir de 1976; e outro que trata dos direitos cívicos e políticos. Nestes pactos eram firmados: o direito ao trabalho com remuneração que permitisse, no mínimo, levar uma vida decente; o direito à Previdência Social (inclusive segurança social); o direito a um nível de vida adequado, individual e familiar (inclusive alimentação, roupas, moradia satisfatórias), bem como a possibilidade de melhoria contínua de suas condições de existência; e o direito individual de se livrar da fome.

A medida da pobreza tem assim uma finalidade nobre, testemunhar que a **pobreza desmedida** é violação dos direitos do homem e contribuir para a satisfação desses direitos. Paradoxalmente, é nesta perspectiva ambiciosa que a medida da pobreza se revela mais incapaz de dar conta das dimensões menos quantificáveis da miséria e dos sofrimentos que ela produz inevitavelmente, salvo multiplicar e cruzar os critérios, de forma a se aproximar de sua multidimensionalidade (ibid., p.139, grifo meu).

Essa distinção, que na citação acima aparece como “pobreza desmedida”, é muito interessante. Podemos entender que, se há uma “pobreza desmedida” que se caracteriza como violação dos direitos do homem, há uma pobreza “na medida”, ou seja, aceitável e que se coloca dentro de “parâmetros” a serem definidos. Isto tem relação direta com a funcionalidade da pobreza e, provavelmente, está relacionado ao estabelecimento das denominadas “necessidades básicas”.

Os autores apresentados até aqui relacionaram pobreza, principalmente, à “falta de recursos materiais básicos” para a manutenção da vida. Ressaltaram o caráter social da pobreza e, no caso de Abranches, Dupas e Rocha, buscaram estabelecer quais são as “necessidades básicas” a serem supridas para que uma pessoa saia da condição de pobre. De

certa forma, esses autores trabalharam com a compreensão de pobreza como “privação relativa”. A “privação relativa” está relacionada não apenas à má distribuição de recursos, mas ao fato de os recursos não permitirem satisfazer as exigências e normas sociais definidas como regras a serem seguidas pelos membros de uma sociedade. Conforme Townsend (1996, p.580),

as pessoas sofrem uma privação relativa se não podem obter regime alimentar, confortos, padrões e serviços – que lhes permitam desempenhar os papéis, participar das relações e ter o comportamento habitual que se espera delas como membros da sociedade. As pessoas podem sofrer privações em qualquer ou em todas as principais esferas da vida – no trabalho, onde são ganhos os meios que determinam predominantemente as posições ocupadas em outras esferas; no lar, na família e na comunidade; nas viagens; em uma gama de atividades sociais e individuais fora do trabalho, do lar ou da comunidade, no desempenho de uma variedade de papéis em cumprimento de obrigações sociais.

Mas aqui, assim como nas demais formulações, o problema está na medida e na operacionalização desta compreensão. Neste sentido, o autor diz que “sob o enfoque da ‘privação relativa’, concebe-se um limiar de renda de acordo com o tamanho e o tipo de família, abaixo do qual a retirada ou exclusão da participação ativa na sociedade torna-se desproporcionalmente acentuada” (ibid.). Como o estabelecimento dos recursos, bem como o seu nível, estão associados ao papel que cada pessoa tem de desempenhar, ou é chamada a desempenhar, esta compreensão, no meu entendimento, pode justificar a situação de muitos grupos, pois, para o papel que devem desempenhar, não precisam ter acesso a nada mais do que já tem sido considerado necessário. Dependendo do nível de consumo e participação que vier a ser considerado possível, pode-se voltar à compreensão de “necessidades mínimas”, de “necessidades de subsistência” ou de “necessidades básicas”, considerando, aqui, a compreensão de Townsend.⁸²

Os autores até aqui apresentados não desconsideram a relação que esta “não satisfação das necessidades básicas” tem com “aspectos políticos”. No entanto, para caracterizar a pobreza, partiram de um ponto distinto dos que serão apresentados agora.

⁸² Para Townsend (1996), as “necessidades mínimas” estão relacionadas às necessidades alimentares; as “necessidades de subsistência” também são predominantemente físicas, mas mais ampliadas, pois envolvem outros recursos como moradia, vestuário; as “necessidades básicas” incluem, além desses recursos (alimentação, moradia, vestuário, mobiliário, utensílios domésticos, em níveis adequados), serviços essenciais a serem fornecidos pela e para a comunidade em geral (água potável, saneamento, transporte público, saúde, educação, cultura). Para o autor, a noção de “privação relativa” é mais ampla.

2.2.2 – Significações de pobreza a partir da “dimensão política”.

Assim como os autores apresentados no item anterior não ignoram a “dimensão política” do fenômeno pobreza, os que serão agora apresentados também não ignoram a “dimensão econômica”. Porém, enfatizam a “dimensão política”, apontando-a como a principal a ser tomada como referência para a análise do fenômeno.

Demo (1996, p.94) utilizou como hipótese de trabalho que o centro da pobreza não estaria na “insuficiência de renda, mas na exclusão política, ou seja, [no] problema da desigualdade.”⁸³ Afirma que **“a insuficiência de renda representa fenômeno decisivo na vida das famílias, mas é sobretudo decorrência da precariedade da cidadania histórica”** (ibid., grifo meu). Justifica essa posição a partir da compreensão que

a renda é um fenômeno produzido no mercado e apropriado na sociedade. Em termos de produção, representa sobretudo uma relação econômica de mercado. Em termos de apropriação, representa sobretudo uma relação social de desigualdade histórico-estrutural. Desde logo, não segue daí que a desigualdade seja apenas efeito decorrente do mercado, mas tão-somente que o mercado é uma das expressões históricas da desigualdade estrutural das sociedades (ibid.).

Conclamando a “tradição dialética”, Demo ressalta a polaridade de toda relação social para afirmar que “desigualdade é estrutura” (ibid., p.95), “parte intrínseca de **toda** sociedade” (ibid., grifo meu). Por isso, os termos “social e desigual tendem a ser sinônimos, em termos de forma” (ibid.). Afirma também que “desigualdade é história”; a desigualdade dinamiza a história. Dessas afirmações, tira duas conclusões: “de um lado, não há história sem desigualdade, como, de outro, toda história pode rever a desigualdade” (ibid.), desde que as “condições históricas de formação da competência popular” (ibid.) existam.

O autor define política como “a conquista humana de uma história própria, diante do cenário dado da desigualdade estrutural” (ibid., p.96). Destaca dois equívocos quando se toma a **insuficiência de renda** como determinante central da pobreza. O primeiro refere-se a uma confusão entre **causa** e **decorrência**; e o segundo, à delimitação da análise ao **campo do mercado**, sem considerar o **cenário político** da pobreza. Define **pobreza política** como sendo **“a dinâmica central do fenômeno chamado pobreza e que privilegia a dimensão da desigualdade”**. Assim, ser pobre não é tanto ‘ter’ menos (carente), mas ‘ser’ menos (desigual)”

⁸³ Ver também Demo (1995).

(*ibid.*, grifo meu). O autor diz que as carências materiais⁸⁴ são relevantes, mas não as mais cruciais, pois “a condição mais aguda de pobreza é a exclusão de caráter político, historicamente produzida, mantida, cultivada” (*ibid.*, p.97).

A partir disto, “*politicamente pobre é a pessoa que sequer consegue saber que é pobre*. Quer dizer, não há pobreza mais comprometedora do que a *ignorância*, representando esta situação de mais grave indignidade social” (*ibid.*).⁸⁵ Neste caso, o pobre é impedido de sair da sua condição, pois é apenas “objeto” da pobreza. **A pobreza política faz com que o pobre não se veja como “injustamente pobre”**, ou seja, que faz a riqueza do outro, sem dela usufruir; que vangloria-se da condição de riqueza do patrão sem ter clareza de que, pelo menos em parte, esta foi injustamente apropriada. Por isso, “**o pobre não tem como sair da pobreza, se não descobrir criticamente que é injustamente pobre**” (*ibid.* grifo meu).⁸⁶

Será que o “pobre”, “trabalhador” ou “sem trabalho”, realmente não se deu conta da sua condição de pobre? Ou melhor, de “injustamente pobre”? Ou será que ele assimilou que numa sociedade pautada na propriedade privada, no direito a igualdade a partir da desigualdade, esta é a sua condição? Neste caso, não é o fato de “não se saber crítica e injustamente pobre”, mas de não acreditar que pode ser diferente.

Telles (2001, p.10) chama a atenção para o fato de que se a pobreza, durante décadas, foi compreendida como sinal de um atraso que, em algum momento, seria superado pelas forças do progresso “agora aparece como cifra da nossa própria modernidade, que apenas acompanha as tendências consideradas inelutáveis no mundo inteiro em tempos de globalização e aceleração tecnológica.” A autora foca seu estudo no desmonte dos já limitados direitos e conquistas sociais da década de 1990, destacando que, para além da deterioração das condições de vida e trabalho das maiorias, o que acontece agora é a dificuldade de formulação das noções de bem público e responsabilidade pública, noções que nunca chegaram a se constituir plenamente na sociedade brasileira. Por isso, foca seu estudo na relação pobreza/cidadania. Segundo ela,

no horizonte da cidadania, a questão social se redefine e o ‘pobre’, a rigor, deixa de existir. Sob o risco do exagero, diria que pobreza e cidadania são

⁸⁴ O autor aponta como “carências materiais” a insuficiência de renda, fome, desemprego, dentre outras.

⁸⁵ Quando fala de ignorância, o autor refere-se àquela “politicamente produzida ou mantida”.

⁸⁶ O autor apresenta a educação de qualidade (formal e política) como um elemento a ser valorizado na luta contra a “pobreza política”. Diz que a educação “a rigor, não *distribui* renda, pelo menos em termos imediatos, mas é fator primordial de *redistribuição* de renda, porque pode colaborar na construção da competência humana histórica, voltada a fazer e a fazer-se oportunidade” (DEMO, 1996, p.97).

categorias antinômicas. Radicalizando o argumento, diria que, na ótica da cidadania, pobre e pobreza não existem. O que existe, isto sim, são indivíduos e grupos sociais em situações particulares de negação de direitos (ibid., p.51).

Para Telles, pensar dessa forma é tirar o outro do indiferenciado e inominado.

Mas, qual é a diferença entre “pobre” e “não cidadão” ou “indivíduos e grupos sociais em situações particulares de negação de direitos” em uma sociedade que se pauta na “igualdade perante a lei” e que tem a individualidade como pressuposto? Quem é o cidadão nessa sociedade? É aquele que tem suas conquistas sociais e direitos respeitados, mesmo que bem abaixo do nível de outros “cidadãos”?

Costa (1998) caracteriza a pobreza como sendo um problema técnico, um problema científico e um problema político. O autor aponta a necessidade de distinguir **privação** de **pobreza**. Para ele, privação é uma situação de carência que pode ser resolvida por ações emergenciais, por exemplo, matar a fome de alguém que está privado de comida. A pobreza, porém, vai além da privação, se caracterizando como sendo uma **privação provocada pela falta de recursos**. Dessa forma, a privação pode ser resolvida ao se suprir uma necessidade específica, mas a pobreza não, só se resolvendo se, “além de liberto da privação, **o pobre se torna auto-suficiente em matéria de recursos**, por forma a que possa obter os meios necessários à sua vida nas condições em que faz qualquer outro membro da sociedade em que vive” (ibid., p.38, grifo do autor). O autor destaca como uma das conseqüências da pobreza, a diminuição da capacidade de o pobre sair dela. Ou seja, uma vez nessa condição, o pobre corre o risco de nela permanecer, visto que a pobreza ataca sua personalidade, atingindo-o psicologicamente em seus hábitos, cultura e comportamento. Neste sentido, as ações que visem à retirada da pobreza devem considerar a necessidade dessa “reabilitação psicológica e social” que, sem isso, segundo o autor, não teriam eficácia ou surtiriam um efeito inferior ao desejado.

De modo semelhante, Fernandes (1998, p.45) diz que “pobre não é aquele que se encontra em situação de privação, com falta de recursos de toda ordem. **Pobre é o que, debatendo-se com a privação e a falta de recursos, vive na dependência**. Esta apresenta níveis diversos e implica tempos diferentes.” Por isso, “**mais do que a falta de recursos, é a dependência continuada que urge erradicar**” (grifos meus). O autor justifica sua compreensão afirmando que,

se a luta contra a pobreza consistisse essencialmente, ou apenas, em fornecer recursos, através de uma outra redistribuição de bens considerada mais justa,

poder-se-ia chegar à situação paradoxal de pessoas que, dispendo de meios relativamente suficientes, continuassem pobres. A pobreza e a exclusão social reproduzir-se-iam espontaneamente, pela própria inércia dos sistemas, sem que as pessoas sentissem o seu opróbrio (ibid., p.46).

Fernandes afirma que, em função da escassez de recursos em qualquer sociedade, as ações não podem ficar centradas na concessão de recursos, implicando na necessidade de desenvolvimento da cidadania.⁸⁷ A disposição de recursos, aliada à “vontade de autonomia” – que leva à cidadania – favorece o desenvolvimento de um projeto de vida social calcado na dignidade pessoal. Desenvolvendo a sua “autonomia”, os pobres deixam de ser objetos de análise e assistência e passam a ser atores da sua própria existência. Neste caso, mesmo que o autor parta de uma responsabilidade da sociedade para com a pobreza, atribui, ao indivíduo, a responsabilidade de se manter fora dela.

Como é possível verificar, esses autores não ignoram, tampouco descartam, a importância da desigualdade em termos de recursos materiais – a “dimensão econômica”. No entanto, defendem que esta está subordinada à “dimensão política”, que parece, pela posição dos autores, ser a dimensão das “relações sociais”, a dimensão onde devem ser alterados os sentimentos e papéis, tanto dos que se encontram na situação de pobreza quanto daqueles que não a vivenciam. Afinal, aqui, em princípio, não estaria em jogo a distribuição de renda – pelo menos não em primeiro plano –, mas a distribuição de poder e possibilidades.

2.2.3 – Uma “visão diferenciada”.

Em uma leitura um tanto diferente, Tévoédjré (1982) apresenta uma “visão positiva” da pobreza. Em primeiro lugar, o autor considera inútil o entendimento de pobreza como sendo indigência e miséria. Por isso, define como pobre aquele que tem apenas o necessário, mas não tem o supérfluo. Esclarece que não trabalha com a falsa idéia religiosa de que é necessário ser pobre nesta vida para ser salvo na eternidade, mas que entende a pobreza “como uma alavanca para a ação de desenvolvimento, tábua de salvação em um mundo onde

⁸⁷ Segundo Fernandes (1998, p.46), “os pobres não têm somente direito à assistência, entendido como direito fundamental do homem, mas ainda, e sobretudo, direito a serem homens e a serem considerados como tais. **Os indivíduos, ainda que pobres, são cidadãos.** A cidadania implica a total autonomia na condução da vida própria, sempre num dado contexto social” (grifo meu).

é constantemente necessário ‘reinventar o futuro’”, ou seja, ela não deve ser mais vista como “fatalidade ou resignação, mas como valor positivo a ser escolhido livremente” (ibid., p.26).

Esta compreensão, segundo o autor, deveria ser assumida por todos os povos. Parte de uma crítica ao consumismo e dos problemas que isto causa, principalmente em relação à destruição do meio ambiente. Neste caso, o que é considerado pobreza – na compreensão do autor, ter apenas o necessário – passaria a ser a condição de todos e não uma situação vivenciada por uma parcela da população.

Das posições aqui apresentadas, a “visão diferenciada” é a que mais se aproxima de uma “visão socialista”, considerando uma distribuição equânime da produção social. Porém, os encaminhamentos propostos para que isso possa acontecer, como veremos posteriormente na apresentação das soluções, passam ao largo de um rompimento com as raízes do capitalismo, o que tornaria esta visão pouco ou nada executável. Assim como as demais visões, a solução é buscada no interior do próprio capitalismo, e no centro desta solução está o Estado. Cabe aprofundar a discussão a respeito dessa possibilidade.

3 – Considerações acerca das significações apresentadas.

Sintetizando as significações sobre pobreza apresentadas até aqui, é possível afirmar que todas tratam o fenômeno como “falta”, seja como “falta de recursos materiais para manutenção da vida”, seja como falta de cidadania. Tévoédjré (1982) é o único que diferencia-se desta visão, já que, na compreensão dele, a “situação de pobreza” deve ser a regra para todos os seres humanos. Neste caso, não haveria “falta”.

Cabe fazer algumas observações em relação ao que foi apresentado. A primeira é que “pobreza”, enquanto conceito, só pode ser assumida de forma relativa, já que não há um consenso em torno de uma definição que possa ser aplicada a toda e qualquer situação, de modo objetivo, visto que a compreensão do fenômeno depende da compreensão da sociedade em torno dele. Os padrões para o estabelecimento do nível de pobreza mudam historicamente, o que justifica o desenvolvimento da compreensão de pobreza como “privação relativa”.

Apesar de o conceito de pobreza ser considerado um conceito relativo, alguns autores buscam demonstrar a objetividade e universalidade do conceito de “necessidades sociais básicas”, como veremos posteriormente.

Uma segunda observação diz respeito ao estabelecimento do elemento central – econômico ou político – para a análise da pobreza. Mesmo que tenha ficado claro que um não exclui o outro, o fato de apresentar uma hierarquia, por si só, já pode dificultar uma compreensão mais exata do fenômeno. No meu entender, essa separação é inócua, visto que, se partirmos da garantia de todos os elementos materiais considerados necessários e da participação social, ou seja, o cumprimento dos direitos sociais, se atinge a cidadania. Por outro lado, se se cumprem os desígnios da cidadania, se tem supridas as necessidades a partir do acesso aos elementos econômicos e políticos. Talvez, neste caso, seja melhor entender a pobreza como “satisfação precária” ou “não satisfação das necessidades humanas histórica e socialmente construídas”, incluídas aí as de caráter econômico, político e cultural, sem estabelecimento de hierarquia. Especificarei um pouco mais esta compreensão no item 4.1 deste capítulo.

Uma terceira observação está relacionada à compreensão de Tévoédjré (1982), onde a pobreza deve ser vista como “acesso ao necessário” e não ao “supérfluo”, devendo ser assumida por todos os povos. Talvez fosse necessário, neste caso, estabelecer o que é superfluo e qual o nível de acesso à riqueza socialmente produzida que poderia ser garantido a todos. Da forma como o autor apresenta sua compreensão, parece que haveria a necessidade de se abrir mão de grande parte dos recursos produzidos socialmente, para que todos pudessem ter acesso ao que, hoje, parece ser acessível aos considerados “pobres”, não “indigentes e miseráveis”, visto que, para o autor, o entendimento de pobreza como “indigência e miséria”, é inútil.

4 – Onde reside a dificuldade da definição: a medida da “pobreza”.

A discussão sobre a definição de pobreza centra-se, principalmente, em torno de sua medição, ou seja, a pobreza se expressa em sua medida, seja ela apenas objetiva – considerando, exclusivamente, seu aspecto material –, seja também subjetiva – abrangendo a falta de outros elementos (em termos de relação social, participação política), bem como considerando o sentimento das pessoas em relação ao fenômeno.⁸⁸ Levarei em conta, para esta análise, as três posições apontadas no decorrer deste texto: a pobreza como falta de recursos

⁸⁸ Ela pode também ser tomada como uma opção se considerarmos atitudes como a de São Francisco de Assis. Sofrer privações em função de uma crença não será tratado aqui.

materiais, a pobreza como um problema político (de falta de cidadania) e a pobreza vista como positividade, de acordo com o que foi estabelecido como “visão diferenciada”.

O estabelecimento da proporção de pobres em cada sociedade é fundamental para as análises sobre a pobreza, principalmente no que diz respeito à definição das causas e soluções relativas ao fenômeno. É a partir da proporção de pobres que algumas sociedades passam a ser “exemplos” de possibilidade do estabelecimento de um certo nível de “justiça social”. O estabelecimento da “medida” é central para qualquer corrente teórica. É a medida que justificará a ação.

Ao analisarem os instrumentos de medição da pobreza, Salama e Destremau (1999, p.18), dizem que **“a pobreza tem muitas facetas e dimensões. Medi-la significa amiúde reduzi-la e desconhecê-la. (...) A pobreza é, ao mesmo tempo, um fato e um sentimento.** A síntese destes dois aspectos é tão difícil como casar água e fogo” (grifo meu). Ficar com apenas um, segundo eles, é reducionismo. Estes autores analisam diversos indicadores para a medição da pobreza. A pobreza pode ser medida a partir do estabelecimento de uma fronteira entre rendimentos. Neste caso, abaixo de um determinado patamar, os indivíduos serão considerados pobres, independente do fato de se virem ou não nesta condição. Esta seria a medida da **pobreza absoluta**. Para os autores, todos os comportamentos, inclusive os econômicos, dependem de como a situação é percebida. Pessoas que se sentem socialmente integradas, que se sentem partícipes de todos os atributos da cidadania, terão comportamento diverso daquelas que se sentem excluídas, que não se reconhecem dentro da sociedade tal como funciona. Por isso, para os autores, essa compreensão é, no mínimo, reducionista, mas tem, entre outras, a vantagem de evidenciar a falta de recursos para a reprodução familiar, inclusive física, mostrando uma das facetas da pobreza.

A pobreza também pode ser medida de forma relativa, mesmo que numérica, através da definição de um piso salarial em relação a outros salários (ex.: medida do salário médio). Isto permite localizar o indivíduo ou grupo familiar no conjunto dos salários. Segundo Salama e Destremau, a arbitrariedade do estabelecimento da medida (metade do salário médio) “pode ser superada pela definição de uma bateria de indicadores medindo porcentagem de famílias que não recebem 40%, 50% ou 60% do salário médio” (ibid., p.19). Para os autores, esta medida enfatiza o **aspecto relativo da pobreza**, mas os aspectos não monetários e as ajudas diversas que fazem parte da vida cotidiana continuam negligenciados. Por isso, para eles, apesar da vantagem de medir a pobreza a partir da distribuição de salários, a medida continua sendo arbitrária, o que faz com que muitos economistas prefiram utilizar os

indicadores de desigualdades, como o indicador da relação dos 20% mais pobres e dos 20% mais ricos.

Para Salama e Destremau, o fato de estas formas de medição da pobreza deixarem de lado os aspectos patrimoniais, como habitação e serviços não pagos, leva ao estabelecimento de uma outra maneira de definir ou medir a pobreza. Esta forma de medição parte da “não-satisfação de um conjunto de necessidades básicas”⁸⁹ sem as quais indivíduos ou grupos familiares teriam dificuldade de reproduzirem-se “harmonicamente” (ibid., p.19). Para eles, apesar de esta forma de medição se aproximar mais da vivência objetiva da pobreza, não se referindo aos salários monetários, mas a uma bateria de indicadores, ela continua sendo materialista. Como salientam os autores, **“certamente útil, ela deve ser completada com pesquisas sobre as carências sentidas pela população supostamente pobre, ou seja, uma perspectiva subjetiva da pobreza”** (ibid., grifo meu). No entender destes autores, esta perspectiva de compreensão da pobreza permitiria a formulação de um desenho mais exato da pobreza e da percepção sobre ela.⁹⁰

Dupas (1999) afirma que, após a identificação daqueles com renda inferior à linha de pobreza, é necessário que se considere duas observações feitas por Sen em relação ao que ele denomina “problema de agregação”, o que significa a medida geral de pobreza. Essa medida é geralmente expressa pelo quociente entre o número de pobres e a população total. Para Sen, segundo Dupas, esse cálculo é impróprio por duas questões. Primeiro, este índice desconsidera o grau de distanciamento da renda dos pobres da linha de pobreza. Segundo, este índice também não capta a distribuição de renda entre os pobres. Dupas apresenta um outro índice denominado **income gap ratio**, que costuma ser utilizado com o anterior e que possibilita uma idéia da intensidade da pobreza. Mesmo assim, baseado em Sen, diz que um terceiro índice combinando os dois ainda não captaria a transferência de renda entre os pobres. Destaca que Sen sugere que seja adicionado o índice de Gini da distribuição de renda entre os pobres, o que poderia possibilitar uma aproximação da realidade.

Dupas afirma que “a informação que uma linha de pobreza fornece é um retrato da situação em um determinado momento do tempo. Ela nada informa a respeito dos elementos que levaram a este quadro e nem sobre qual deverá ser essa imagem no futuro”

⁸⁹ Acesso à água potável, por exemplo.

⁹⁰ Sobre mensuração da pobreza, ver também Lima (2004). A autora analisa duas tendências de análise baseadas em dados estatísticos e que, segundo ela, predominam no campo das ciências sociais. São elas: análise da satisfação das Necessidades Básicas e o estabelecimento das linhas de pobreza.

(*ibid.*, p.27).⁹¹ Por isso considera a linha de pobreza insuficiente como indicador social, mesmo que seja importante para responder a uma das questões que ele investiga, ou seja, se o padrão atual de desenvolvimento é excludente.

O autor toma outras posições de Sen para discutir a medição da pobreza. Diz que, apesar de Sen propor e utilizar uma metodologia para medir a pobreza, mostra-se insatisfeito pelo fato de essas medidas não ajudarem a explicar o fenômeno, nem indicarem um caminho para sua **erradicação**. Por isso Sen sugere o uso de uma abordagem denominada **entitlement approach**, que trata da análise das “estruturas prevalecentes na sociedade e procura ver, no caso da pobreza e, principalmente, nos episódios de fome aguda, o que aconteceu com essas estruturas que teria levado a uma situação limite” (*ibid.*, p.28).⁹²

O autor também apresenta a posição de Meghnad Desai que, por sua vez, diz existir um grau de arbitrariedade na demarcação entre pobres e não-pobres. Para este autor, segundo Dupas, **“a definição de pobreza que terá efetividade será aquela que a sociedade considerar razoável”** (*ibid.*, grifo meu), ou seja, deve caber à comunidade determinar o conteúdo da linha de pobreza.⁹³

Poderíamos dizer que um complicador nessa posição de Desai é termos de aceitar que um determinado tipo de compreensão, como por exemplo, a do mérito, seja tomado como referência para determinar a linha de pobreza. Neste sentido, uma sociedade que acredite que “só não tem quem não se esforça” pode favorecer o estabelecimento de um patamar bastante baixo no que diz respeito ao estabelecimento das chamadas “necessidades básicas” a serem supridas por políticas sociais.

Segundo Dupas, para realizar uma análise descritiva da pobreza é necessário, primeiro, verificar qual a compreensão da sociedade sobre o fenômeno pois, o que pode se constituir em uma terrível privação em uma sociedade, pode não ser em outra. Porém, a visão

⁹¹ Sobre estimação de linhas de indigência e pobreza no Brasil, ver opções metodológicas apresentadas por Rocha (2000 a). Interessante também é o trabalho de Souza (2001). Para entender a dimensão da pobreza, o autor propõe a construção de uma “linha de riqueza” [OBS: tanto neste, como na referência de 2004, Souza, apresenta-se apenas como Marcelo Medeiros e não Marcelo Medeiros C. de Souza. Para evitar confusões, optei por fazer referência pelo nome completo, conforme sua tese de doutorado, cuja referência foi Souza (2003)].

⁹² Dupas (1999, p.29) diz que, “sintetizando a abordagem de Sen, o problema desse tipo de medição [refere-se à medição de limites de linhas de pobreza] é que ela não contempla a distribuição de renda entre os mais pobres, falseando o tipo de políticas que deveriam ser assumidas para combater a pobreza justamente por caracterizar erroneamente o processo existente. Essa análise não visualiza os processos de transferência de renda de frações pobres para outras menos pobres, mas que também se encontram abaixo da linha de pobreza. Com isso, ignora a miséria gerada por esse tipo de transferência.” Neste sentido, para Dupas, a medida empírica da pobreza deve ser sensível à distribuição de renda.

⁹³ Dupas entende que essa posição de Desai revela uma perspectiva política do problema e não meramente sua perspectiva econômica.

do fenômeno nas diversas sociedades “não exclui as considerações sobre as privações sérias. De fato, em geral existe mais consenso na maioria das sociedades sobre a questão de evitar a desnutrição crônica do que sobre a importância de garantir a oferta de determinados tipos específicos de alimentos” (ibid., p.30).

A partir desta breve apresentação de algumas formas de compreender e medir a pobreza, podemos ter noção da amplitude da dificuldade em estabelecer critérios que dêem conta desta tarefa. Mesmo que consigamos fazer, como sugerem os autores, uma análise a partir de medidas objetivas e subjetivas, estaremos sempre partindo de um demarcador, o que não representará, necessariamente, a compreensão daqueles que vivenciam a pobreza (quando se julgam na situação de pobres). Mas, não podemos deixar de ressaltar a importância do movimento em busca de uma definição mais clara e aceitável do que seja a pobreza. Salama e Destremau chamam a atenção para as ambigüidades dos termos pobre e rico. Para eles, esses termos “são ambíguos, porque se pode ser mais pobre do que outro, sem no entanto sê-lo; [sendo que] (...) esta ambigüidade não é neutra, porque recobre diferentes definições, absolutas e relativas, objetivas e subjetivas, da pobreza” (ibid., p.23).

Me parece interessante ressaltar uma questão apontada por Salama e Destremau, ou seja, a medição (ou detecção) dos elementos subjetivos da pobreza, mais especificamente, o sentimento das populações supostamente pobres em relação ao fenômeno. Revelar este “sentimento” é interessante, mas, na minha compreensão, a “medida objetiva”, a “medida material” é ainda a que causa maior impacto. É ela que nos assusta, que leva à reflexão, que causa desconforto. Talvez, esse “sentimento” gerado a partir de dados objetivos mostre, não só o sentimento em relação às carências sentidas pelas populações supostamente pobres, mas o sentimento da humanidade diante do fenômeno. Saber que uma pessoa se sente pobre não causa o mesmo impacto que saber que uma pessoa passa fome por falta de comida.

Fernández (2002) aponta para a importância dos estudos sobre pobreza baseados em dados longitudinais que permitem compreender as trajetórias individuais. Para ele, o conceito de pobreza tem uma dupla dimensão: científica e moral. É um conceito que expressa a existência de grandes desigualdades na distribuição de riqueza e que, concomitantemente, aponta para a ilegitimidade do nível mais baixo na estrutura da desigualdade.

O autor ressalta que os estudiosos que se dedicam à medição da pobreza destacam os “índices de privação” como os mais exatos e que podem melhor expressar o tamanho da pobreza. Segundo ele, este índice foi inicialmente utilizado por Townsend que, por sua vez, criticou o uso apenas dos ingressos monetários líquidos para a medida da pobreza. Neste caso, seria necessário considerar outras variantes como: ingressos provenientes de ativos, acesso a

bens e serviços proporcionados por empresários, os serviços sociais públicos e, inclusive os recursos derivados de “capital humano”. Porém, diz, há muita controvérsia ainda sobre a existência ou possibilidade de existir uma medida científica da pobreza para todas as sociedades.

Fernández discorre sobre a utilização de “linhas de pobreza consensuadas”, baseadas no método de “pressupostos padrões”, método este empregado desde o início do século XX. Segundo ele, a busca de consenso entre os estudiosos para o estabelecimento desses “pressupostos padrões” resulta em um método vanguardista para definição de níveis de pobreza. Essas “linhas de pobreza consensuadas” representam a necessidade de um acordo social sobre o que representa um “mínimo de necessidades” para que uma sociedade aceite uma definição de pobreza e sobre qual a sua disposição em arcar com o custo econômico para acabar com ela.⁹⁴ Este método resulta numa compreensão mais democrática do significado da pobreza, segundo o autor.

A partir dessa metodologia – dos “pressupostos padrões” –, o autor apresenta algumas tentativas de aperfeiçoamento, tendo em vista as grandes modificações sociais ocorridas nos últimos tempos. Diz que as transformações sociais resultantes de uma transição para uma sociedade informacional, pós-moderna, pós-industrial ou pós-fordista têm gerado outras formas de desigualdade e de pobreza, o que exige outras ferramentas analíticas, teóricas e metodológicas para melhor compreender o que está acontecendo. Destaca que as novas análises se pautam em uma concepção dinâmica de pobreza, ou seja, baseadas na contextualização do impacto de acontecimentos que podem provocar uma mudança de posição social. Segundo Fernández (2002, p.29), os investigadores que fazem essas análises têm por objetivo “descrever, explicar e compreender as mudanças radicais na conduta individual e nos papéis das instituições sociais característicos de uma sociedade moderna, pós-industrial. Seu incentivo é a necessidade de uma política social eficaz em um mundo que se transforma rapidamente” (tradução minha).

Refere-se, especialmente, a Robert Walker, que desenvolve pesquisas na Inglaterra, e a Lutz Leisering, na Alemanha. Estes autores utilizam os conceitos de “**estados, trajetórias e domínios**” (considerando que os indivíduos seguem diversas trajetórias em

⁹⁴ Segundo Fernández (2002, p.24), este método consiste em perguntar as pessoas, através de enquete, quais os níveis mínimos de ingresso ou de bens e serviços que consideram essenciais para ter um nível de vida aceitável, considerando a realidade social do momento. “O padrão mínimo ou linha de pobreza se estabelece em relação àqueles bens e serviços que mais de 50% da população considera essenciais. A pobreza é medida, pois, pela carência que alguns indivíduos ou famílias têm de recursos para responder, por mais que desejem, a um número predeterminado destas ‘necessidades socialmente percebidas’” (tradução minha).

diferentes esferas da vida); “**tempo**” (considerando a necessidade de verificar o tempo em que um indivíduo permanece na condição de pobre); “**incidência, preponderância e continuidade**” (incidência, representada pelo número de indivíduos que se encontram em situação de pobreza em um momento concreto; e preponderância e continuidade, determinadas pela duração total da pobreza dentro de uma população, a longitude dos períodos e o grau em que os períodos são recorrentes e pelo tempo de observação do sistema ou da instituição - isto ajuda a definir pobreza permanente e pobreza transitória). O uso destes conceitos, segundo eles, favorece uma leitura da pobreza mais próxima da realidade. Como metodologia de pesquisa, passam a ser bastante utilizadas a “história de vida” e “enquete painel”⁹⁵

Não deter-me-ei no estudo e avaliação dos diversos índices de medição da pobreza. Isto foi muito bem feito por Salama e Destremau (1999) e por outros estudiosos aqui apresentados. Porém, é extremamente necessário chamar a atenção para o cuidado que se deve ter quando se utiliza estatísticas que indicam o grau de pobreza de um país ou região, ou até mesmo da pobreza global. São esses índices/parâmetros que definirão o “ponto de determinação da pobreza”, e este aspecto, no meu entender, é central. É a partir daí que é construído todo um movimento de proposições e ações para “diminuir” ou “erradicar” a pobreza.

A este respeito, Sposati (2000, p.52) destaca uma fala do então presidente do IPEA, Roberto Borges Martins, registrada no Relatório Final da Comissão Mista Especial do Congresso Nacional, concluído em 1999, que tinha por objetivo estudar as causas estruturais e conjunturais das desigualdades sociais com vistas a apresentar soluções para a “erradicação” da pobreza no Brasil. Nesta fala, Roberto B. Martins afirma que, “ ‘ao calcular o valor das medidas de pobreza, o pesquisador toma decisões arbitrárias que elevam ou rebaixam a linha em consideração, de forma a aumentar ou diminuir o número de pobres encontrados em uma sociedade’ ”. Sposati completa sua análise do relatório anteriormente citado, após analisar os índices para a definição da linha de pobreza que nele constam, dizendo que, nele, “(...) o indigente virou pobre, o per capita virou família e a criança de 0 a 14 anos virou 0 a 4. Esta é realmente uma forma de erradicação da pobreza” (ibid., p.58).⁹⁶

⁹⁵ “Encuestas panel”, em espanhol. Esta metodologia consiste em perguntar aos mesmos indivíduos, em intervalos regulares, a mesma seqüência de questões sobre suas circunstâncias, atitudes e condutas. Segundo Fernández (2002), este tem sido um dos mais importantes recursos utilizados na atualidade para o estudo da dinâmica da pobreza.

⁹⁶ Wanderley (2000) destaca a diferença dos números quando organismos internacionais divulgam a incidência de pobreza na América Latina. Exemplifica apontando que o Projeto Regional para a Superção da Pobreza –

Schwartzman (2004) também faz algumas observações a este respeito. Ele destaca a controvérsia dos números e diz que, apesar das dificuldades para o seu estabelecimento, muitos países têm adotado a definição oficial de linhas de pobreza. Porém, diz o autor, muitos outros países preferem não fazê-lo em função de inconvenientes como a arbitrariedade na definição da medida e a associação desta com uma série de interesses que se estabelecem após a sua adoção, e que podem dificultar sua alteração. Sugere que, em função da heterogeneidade dos problemas, os esforços de mensuração global da pobreza e a adoção de uma linha de pobreza devem estar associados à identificação dos diversos tipos de pobreza que existem em um país e que, por sua vez, requerem políticas sociais diferenciadas.

Para este autor, no final do século passado, generalizou-se a idéia de que a condição de vida da população brasileira havia se deteriorado em função da globalização e das políticas de estabilização econômica. Afirma que os dados mostram que, apesar do baixo desenvolvimento econômico ocorrido no período, ocorreram melhorias significativas na condição de vida da população, a exemplo do aumento do rendimento médio para a população como um todo e para os diferentes grupos sociais, conforme dados das Pnads de 1992 a 1999. Outra melhoria está relacionada a uma diminuição, mesmo que pequena, da desigualdade de renda.

Schwartzman afirma que este avanço é claramente insatisfatório, porém, mesmo que a desigualdade de renda no Brasil seja uma das maiores do mundo⁹⁷, discorda da imagem que muitos têm de que o país esteja dividido entre uma pequena elite com altos rendimentos e uma grande massa populacional miserável. Diz que esta interpretação é incorreta porque se pauta em dados que expressam apenas as diferenças de rendimentos monetários, e não na riqueza enquanto tal. Ou seja, esta interpretação não considera as transferências e os rendimentos não-monetários. Para o autor, vários indicadores sustentam que houve melhoria na condição de vida dos brasileiros. Por isso, afirma que,

sem diminuir a importância dos problemas de pobreza e de privação que existem e afetam importantes seguimentos, o Brasil está longe de uma situação de indigência e miserabilidade generalizadas. Além do mais, o Brasil não tem problema de falta de produção de alimentos, ou

PRSP-PNUD identificava 61,8% da população em 1990, como pobre; A CEPAL apontava cerca de 47% no mesmo período e o Banco Mundial, 31,5% (em 1989).

⁹⁷ Segundo Pochmann et al (2004, p.62), o Brasil é um dos países com maior nível de desigualdade. No *ranking* de 175 países, encontra-se na 167^a posição. “Nele, em média, para cada 1 dólar recebido pelos 10% mais pobres, os 10% mais ricos recebem 65,8. Ou seja, os mais ricos se apropriam de uma renda quase 66 vezes maior que os mais pobres.”

desabastecimento, que pudessem justificar políticas de envio de alimentos, exceto em situações extremas e excepcionais. O que falta é, simplesmente, dinheiro, o que justifica a importância das propostas de renda mínima que têm sido formuladas. Existem boas razões para se preocupar com as situações de pobreza extrema e desenvolver políticas assistenciais e compensatórias que possam socorrer as pessoas em situações de maior privação. Mas a prioridade deve estar em melhorar a qualificação e as oportunidades de trabalho e geração de renda das pessoas (ibid., p.179).

Como veremos posteriormente, esta solução para a pobreza será apresentada por muitos outros estudiosos. Cabe destacar, como já apontado anteriormente, que as transferências e os ingressos não-monetários dependem, também, de uma série de fatores que podem levar ao seu desaparecimento. Neste caso, não devemos tomar tal condição conjuntural como uma condição que, após alcançada, se torne definitiva. Mesmo que o autor tenha se referido ao estabelecimento de uma renda mínima, é necessário destacar qual a possibilidade de tal proposta se efetivar dentro de um sistema que tem a crise como elemento estrutural.

Partindo do que foi apresentado até aqui, parece-me possível dizer que a pobreza, enquanto fenômeno a ser medido⁹⁸ – objetiva ou subjetivamente – é, em si, a medida. É por isso que podemos dizer que pobre é aquele que vive com 1 dólar/dia, como poderíamos dizer, utilizando outros parâmetros, que pobre é aquele que vive com 20 dólares/dia. Da mesma forma, poderíamos dizer que pobre é aquele que não tem acesso a um conjunto de elementos considerados “básicos”, estabelecendo, para este conjunto, um determinado padrão em detrimento de um outro. É difícil encontrar consenso sobre o que é o mínimo para sobreviver. Seria interessante fazer uma relação entre o que é considerado mínimo para estar fora da linha de pobreza e o que é considerado mínimo, pelas próprias leis do capitalismo, para um trabalhador manter aquilo que é a sua única mercadoria, o seu valor de troca, ou seja, a sua força de trabalho. Isto tem implicação direta no debate sobre o estabelecimento das chamadas “necessidades básicas”, como veremos no próximo item. O estabelecimento desta medida pode ser utilizado tanto para mostrar, como já o faz, que existe um fenômeno que é socialmente condenado e que deve ser “solucionado”, como também para mostrar a impossibilidade de sua erradicação. É esta segunda situação que deve ser ressaltada. No

⁹⁸ Salama e Destremau (1999) apresentam alguns índices de medição das desigualdades e da pobreza, dentre eles, o índice de Gini, o IDH (Indicador de Desenvolvimento Humano) e o IPH (Indicador de Pobreza Humana). Pochmann et al (2004) desenvolvem o IES – Índice de Exclusão Social, apresentando a situação global em termos de exclusão. Estudos específicos sobre a exclusão social no Brasil foram apresentados em Pochmann; Amorim (2002), Pochmann et al (2003), Pochmann et al (2004a) e Pochmann et al (2005). Outro instrumento utilizado para verificar níveis de desigualdade é o Índice de Theil.

entanto, tem sido descartada, visto que a “esperança” de solução do problema dentro desta “ordem”, como sendo “a ordem”, torna-se o “refrão” da maioria das análises sobre o tema.

Também é necessário ressaltar que, quando se trata da “medida da pobreza”, o aspecto mais ressaltado é o considerado “objetivo” – a medida material. Neste caso, a compreensão de pobreza como “pobreza política” (DEMO, 1996) acaba sendo de difícil “medição” já que todos temos o “direito” de participar e, no meu entender, o direito de participação parece depender menos do “esforço individual” do que o direito de comer. Até porque parece mais fácil aceitar e difundir o direito à participação igualitária do que a “igualdade” em termos materiais.

Em se tratando da perspectiva da pobreza como “positiva”, provavelmente haveria a necessidade de estabelecer um patamar que viesse a suprir as necessidades que passassem a ser consideradas básicas. Mas, como a condição de “pobre” seria a regra geral, o estabelecimento de uma medida perderia o sentido.

4.1 – Discutindo o dimensionamento das “necessidades básicas”.

Aqui, como em outros momentos neste trabalho, aparecem dificuldades relacionadas à utilização de determinados conceitos que, em certa medida, se tornam pouco elucidativos. Termos como “necessidades básicas”, “necessidades humanas”, “mínimos sociais” acabam gerando algumas confusões se não forem esclarecidos. Isto porque, como vimos anteriormente, dimensionar a pobreza, ou seja, medi-la, dependerá da compreensão que uma sociedade tem daquilo que é considerado como o “necessário” para “viver com dignidade”. “Viver com dignidade” também se apresenta como pouco preciso. Por isso, alguns autores buscaram esclarecê-los. Apresento, a seguir, alguns deles.

Para discutir esta temática farei uso, prioritariamente, do trabalho de Pereira (2002). A autora faz um apanhado muito interessante a respeito da definição de “necessidades humanas”, buscando contrapô-la à compreensão de “mínimos sociais”. Para ela,

fruto secular das sociedades divididas em classe – sejam elas escravistas, feudais ou capitalistas – , a provisão de mínimos sociais, como sinônimo de mínimos de subsistência, sempre fez parte da pauta de regulações desses diferentes modos de produção, assumindo preponderantemente a forma de uma resposta isolada e emergencial aos efeitos da pobreza extrema (ibid., p.15).

A autora assevera que o estabelecimento desses “mínimos” nem sempre foi pautado em “impulsos éticos e muito menos inspirados no ideário da cidadania, o qual concebe o assistido como sujeito do direito à proteção social prestada pelos poderes públicos” (ibid., p.15-16). O objetivo, normalmente, estava voltado para a manutenção da força de trabalho pauperizada para a garantia do esquema de dominação prevalecente.

Esse “mínimo social”, ou “mínimo de subsistência”, varia de acordo com o modo de produção em vigor e, de acordo com Pereira, pode ser representado por uma parca ração alimentar, uma veste rústica, um abrigo tosco, um pedaço de terra a ser cultivado em regime de servidão, uma renda mínima subsidiada ou um salário mínimo estipulado pelas elites no poder. Este mínimo só não podia colocar em xeque o poder discricionário das classes dominantes.

No século XX, os “mínimos sociais” passam a ser vistos a partir de valores pautados em princípios de liberdade, equidade e justiça social, fazendo com que perdessem o caráter individual estrito, sua conotação meramente biológica ou natural, bem como sua vinculação exclusiva com a pobreza absoluta. O que passa a ocorrer então, segundo Pereira, é o privilegiamento de “*necessidades sociais* como matéria de direito, a ser enfrentada por políticas resultantes de decisões coletivas” (ibid., p.17).⁹⁹

A autora busca estabelecer a diferença entre “mínimos sociais” e “básicos sociais”¹⁰⁰, saindo em defesa deste último conceito.¹⁰¹ Segundo ela, esses conceitos são distintos porque **mínimo** “tem a conotação de *menor*, de *menos* (...), [é identificado] com patamares de satisfação de necessidades que beiram a desproteção social (...)” (ibid., p.26). O **básico**, por sua vez, “(...) expressa algo *fundamental*, *principal*, *primordial*, que serve de base de sustentação indispensável e fecunda ao que a ela se acrescenta”(ibid.). Complementando, diz que, “(...) enquanto o *mínimo* nega o ‘ótimo’ de atendimento, o básico é a mola mestra que impulsiona a satisfação básica de necessidades em direção ao *ótimo*” (ibid., p.26-27). Essas “necessidades básicas” devem ser definidas em oposição “a preferências, desejos, compulsões, demandas, expectativas, que povoam o universo das discussões e especulações em torno da noção de mínimos sociais” (ibid., p.30).

⁹⁹ A Constituição Francesa de 1793 já fazia referência ao acesso a este “mínimo” como um dever da sociedade, como apontado por Castel (1998).

¹⁰⁰ Pereira (2002) utiliza os termos “necessidades humanas básicas” ou “necessidades sociais básicas” como sinônimos.

¹⁰¹ A autora faz uma análise do uso desses conceitos na Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS) Nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993. Esta lei regulamenta os artigos 203 e 204 da Constituição Federal de 1988.

Já o “ótimo”, segundo Pereira, dependerá do código moral de cada cultura, não podendo ser sinônimo de “máximo” – considerado como inalcançável por ser um objetivo constantemente em fuga. Porém, pode “ser identificado com patamares mais elevados de aquisições de bens, serviços e direitos a partir do estabelecimento de provisões básicas” (ibid., p.31) que possibilitarão aos indivíduos o desenvolvimento da capacidade de agência (atuar como atores) e criticidade.¹⁰²

O “direito” passa a ser fundamental no estabelecimento das “necessidades humanas básicas”. Pereira¹⁰³ destaca a posição de Doyal e Gough (1991) a este respeito, ressaltando que

sem a titularidade dos cidadãos àquilo de que essencialmente precisam para desempenhar suas obrigações, eles não podem ser cobrados pelo descumprimento destas. Em se tratando do básico, a titularidade do direito como prerrogativa universal não comporta tergiversações. O básico é direito indisponível (isto é, inegociável) e incondicional de todos, e quem não o tem por falhas do sistema socioeconômico terá que ser ressarcido desse déficit pelo próprio sistema (ibid., p.35).

Este direito, diz a autora, deve ser definido por todos os que crêem que a condição de vida dos pobres deve ser constantemente melhorada.

Diferentemente de Pereira (2002), Sposati (1998) defende e utiliza o conceito de “mínimos sociais”. Parte do entendimento que a noção de “mínimos sociais” não se diferencia do suposto liberal da seletividade e do focalismo. Porém, enfrenta um outro suposto liberal que afirma que o enfrentamento dos riscos – econômicos e sociais – é responsabilidade individual e não social. Afirma que a definição desses “mínimos” significa o estabelecimento de um patamar de cobertura de riscos, bem como um patamar de garantias que uma sociedade quer oferecer a seus cidadãos. Destaca que a proposta de estabelecimento de “mínimos sociais” desencadeou alguns “discursos enfurecidos” cujo conteúdo afirmava que estabelecer “mínimos sociais” significava uma opção pelo reducionismo, sendo que a opção deveria ser pelos “máximos sociais”.

A autora afirma que uma discussão em torno de “mínimos sociais” está muito distante de convalidar uma proposta minimalista. Tudo dependerá dos padrões a serem

¹⁰² A autora utiliza-se da compreensão de “ótimo de participação” desenvolvida por Doyal e Gough (1991), onde o alcance das provisões básicas propiciará aos atores a capacidade de escolha e de decisão, dentro de sua cultura, assim como acesso aos meios que possibilitam a aquisição dessas capacidades.

¹⁰³ Dieterlen (2002) empreende tarefa semelhante, fazendo um estudo sobre “necessidades humanas básicas”. Adota a compreensão de Len Doyal a este respeito. Neste sentido, está de acordo com Pereira (2002).

fixados. Discutir esses “mínimos” significa discutir “(...) a matriz de *Estado Social* que uma sociedade quer ou tem” (ibid., p.204). Não significa “adotar um pacto de conformismo com um baixo padrão de vida” (ibid.), mas de adotar como referência as piores situações detectadas, não com o objetivo de estabelecer um padrão, mas para definir um limite e buscar superá-lo. Nas palavras da autora, “*a pior situação detectada não pode ser o mínimo social. Defendo que o mínimo deva ser um padrão básico de inclusão e não de exclusão*” (ibid., p.208).

Sposati também toma o trabalho de Gough, sobre as “necessidades básicas” como referência, mas não o utiliza para contrapô-lo ao conceito de “mínimos sociais”. As necessidades básicas apontadas por Gough – saúde e autonomia – supõem, segundo a autora, a necessidade de “ (...) direitos e deveres pautados em uma solidariedade baseada na concepção de que, se não contar com pelo menos os níveis mínimos de satisfação de suas necessidades, o cidadão não será capaz de absolutamente nada, incluindo os atos que são esperados dele particularmente” (ibid., p.212).

Talvez, o uso do termo “básicos sociais”, como propõe Pereira (2002), possa diminuir os “debates enfurecidos” causados pelo termo “mínimos sociais”. Porém, nenhum dos dois conceitos por si sós modifica ou é capazes de modificar, um quadro social onde muitos estarão vivendo abaixo do padrão de vida estabelecido como “digno” em muitas sociedades. O fato de “mínimos sociais” ou “básicos sociais” estarem estabelecidos em lei não garante a sua efetivação. Alguns, a exemplo de Sposati (1998), atribuem essa “não garantia” à falta de uma cultura de exigência do cumprimento das leis e a uma “opção”, por parte das elites dominantes, por não permitir que as leis sejam efetivadas, dificultando o estabelecimento de um “Estado Social”. Volto a essa discussão posteriormente.

Pereira (2002) alerta para o fato de haver rejeição à idéia da existência de necessidades humanas básicas que sejam comuns a todos e que possam ser objetivamente identificáveis, bem como satisfeitas de forma planejada e bem sucedida.¹⁰⁴ Isto reforça a idéia de que, não havendo necessidades comuns que sirvam de parâmetro para o estabelecimento de políticas públicas, caberá ao mercado satisfazer as necessidade individuais, já que não representariam necessidades sociais, “*mas preferências, desejos, vícios, compulsões, sonhos de consumo*” (ibid., p.39).

¹⁰⁴ A este respeito, pauta-se em Doyal e Gough (1991) que apontam algumas conseqüências práticas em função dessa descrença. São elas: “perda de confiança no sucesso de políticas públicas voltadas para as necessidades humanas básicas; fragmentação da luta política contra variadas formas de opressão; fortalecimento do ideário neoliberal e, conseqüentemente, o desmonte dos direitos sociais dos cidadãos” (PEREIRA, 2002, p.38-39).

A rejeição ao estabelecimento dessas “necessidades básicas” é justificada, tanto por liberais e conservadores, como por progressistas. Os primeiros, por defenderem o predomínio do mercado como regulador das necessidades sociais; os últimos – que, segundo Pereira, se identificam com “as esquerdas” –, por temerem o autoritarismo e o paternalismo do Estado a partir do estabelecimento dessas necessidades básicas. O resultado dessas posições, apesar de partirem de pontos diferentes, tem sido, segundo a autora, o ataque às políticas de bem-estar estatais e o desmonte dos direitos sociais conquistados.

Dentre os liberais, conservadores e neoliberais, a autora destaca Hayek, que defende o estabelecimento, por parte do Estado, de uma “rede de segurança mínima” que possa prevenir e enfrentar a pobreza extrema (mas não a relativa) sem, no entanto, caracterizar esta rede de segurança como um direito. Para Pereira, é esta concepção, pautada nos ditames da ideologia neoliberal, que está em alta no mundo, inclusive no Brasil. Mas, segundo ela, só o fato de esta “rede de segurança mínima” ser estabelecida, a cargo do Estado, já aponta para a possibilidade de definição de uma “necessidade objetiva” relacionada ao conceito de pobreza absoluta, ou seja, o estabelecimento de necessidades objetivas não pode ser considerado como descabido pelos liberais, conservadores e neoliberais.

Já em relação às “correntes de esquerda”, à medida que também “negam” a existência de necessidades básicas objetivas e universais, acabam minando, segundo a autora,

o ideal socialista de alcançar uma efetiva sociedade de bem-estar no futuro; pois, sem o conceito de necessidades humanas básicas, que estão na base da chamada questão social, fica difícil precisar que deficiências existem no sistema de bem-estar burguês e como elas podem ser superadas (ibid., p.54).

Mas, como acontece com os liberais, conservadores e neoliberais, as esquerdas, a partir do momento que revelam a violação das necessidades básicas das classes subalternas, também se referem implicitamente à existência dessas necessidades objetivas e universais.

Referendando a teoria de Doyal e Gough (1991), Pereira (2002) – alertando para a importância da definição objetiva de “necessidades humanas básicas” para a formulação “coerente e confiável” de políticas públicas – assume o conceito construído por estes autores que, por sua vez, “sustentam que todos os seres humanos, em todos os tempos, em todos os lugares e em todas as culturas, têm necessidades básicas comuns” (ibid., p.66). Estes autores afirmam, segundo Pereira, que, “ ‘embora a satisfação das necessidades humanas básicas possa variar, essas necessidades não são passíveis de variação’ ” (ibid.). Afirmam também que pode-se detectar um consenso moral, em diferentes visões de mundo, onde “(...) o

desenvolvimento de uma vida humana digna só ocorrerá se certas necessidades fundamentais (comuns a todos) forem atendidas” (ibid.).

Doyal e Gough distinguem “necessidades básicas” de “necessidades não básicas ou intermediárias” e de “aspirações, preferências e desejos”. Segundo Pereira,

a chave da distinção entre necessidades básicas e as demais categorias mencionadas repousa num dado fundamental que confere às necessidades básicas (e somente a elas) uma implicação particular: a ocorrência de *sérios prejuízos* à vida material dos homens e à atuação destes como *sujeitos* (informados e críticos), caso essas necessidades não sejam adequadamente satisfeitas (ibid., p.67).¹⁰⁵

A existência de apenas dois conjuntos de necessidades básicas objetivas e universais, “saúde física e autonomia”¹⁰⁶, também é apontada, segundo Pereira, pelos autores. A **saúde física** se caracteriza como necessidade básica “porque sem a provisão devida para satisfazê-la os homens estarão impedidos inclusive de *viver*” (ibid., p.69). A **autonomia**, por sua vez, é entendida como “a capacidade do indivíduo de eleger objetivos e crenças, de valorá-los com discernimento e de pô-los em prática sem opressões” (ibid., p.70).¹⁰⁷

¹⁰⁵ Esses “sérios prejuízos” são caracterizados como “impactos negativos cruciais que impedem ou põem em sério risco a possibilidade objetiva dos seres humanos de viver física e socialmente em condições de poder expressar a sua capacidade de participação ativa e criativa. São, portanto, danos cujos efeitos nocivos independem da vontade de quem os padece e do lugar ou da cultura em que se verificam” (PEREIRA, 2002, p.67). Isto, segundo esta teoria, é completamente diferente da não satisfação de “preferências, aspirações, compulsões e desejos” (ibid.), por serem estes, normalmente, de caráter particular, não atingindo a sociedade como um todo e não impedindo “o agente da preferência não atendida de viver e participar como sujeito na sociedade” (ibid., p.68). Pode-se perguntar: como fica a convivência de um indivíduo em um grupo onde, o não suprimento de uma “preferência” o impeça de participar deste grupo? Ou seja, esse indivíduo estaria sendo impedido, se assim se sentisse psicologicamente, de viver, se para ele a vida dependesse das relações a serem estabelecidas com este grupo. Essa observação não deve ser considerada sem que se defina a cultura em que este indivíduo está situado, ou seja, uma cultura que permita que grupos, em detrimento de outros, tenham determinadas preferências supridas.

¹⁰⁶ A autora defende, baseada em Little (1998), e deduzindo da teoria de Doyal e Gough (1991), que os dois princípios chaves que orientam essa teoria são a “participação” e a “libertação”, mesmo que Doyal e Gough apontem a “saúde física” como necessidade básica. No entender da autora, eles assim definem porque entendem a saúde física “como a condição mais obviamente básica para que seja possível haver *participação* com vista à libertação humana de quaisquer formas de opressão, inclusive a pobreza” (PEREIRA, 2002, p.69).

¹⁰⁷ Conforme explica Pereira (2002, p.70), nesta teoria a compreensão de autonomia “(...) se opõe à noção de auto-suficiência do indivíduo perante as instituições coletivas ou, como querem os liberais, a mera ausência de constrangimentos sobre preferências individuais, incluindo no rol desses constrangimentos os direitos sociais que visam protegê-lo. (...) [Refere-se] a uma autonomia que não descambe para o individualismo e o subjetivismo e, portanto se apoie em precondições sociais que deverão estar presentes em todas as culturas. No horizonte dessa noção de autonomia está, em última instância, a defesa da democracia como o recurso capaz de livrar os indivíduos não só da opressão sobre as suas liberdades (de escolha e de ação), mas também da miséria e do desamparo”

Essa autonomia será prejudicada se houver um déficit de três atributos: “saúde mental”, “habilidade cognitiva” e “oportunidade de participação”. Esses três atributos se traduzem, nas palavras de Doyal e Gough (citados por Pereira),

[no] grau de *compreensão* que uma pessoa tem de si mesma, de sua cultura e do que se espera dela como indivíduo dentro dessa cultura; a *capacidade psicológica* que a pessoa possui de formular opções para si mesma; e as *oportunidades objetivas* que lhe permitam atuar, como consequência (ibid., p.72).

Essa noção de autonomia, para Pereira, difere-se completamente da visão liberal que acentua a auto-satisfação individual, noção esta que é insustentável na prática, pois sozinho o indivíduo não consegue desenvolver as suas potencialidades.

Mas se esta autonomia está sempre relacionada **a**, e dependente **de**, outros, deve-se falar de autonomia? Esta limitação possibilita o uso dessa compreensão, mesmo que posta em relação à coletividade? Ou seria melhor utilizarmos o termo “liberdade condicionada” para fazer referência a uma possibilidade de atuação individual até os limites do que é convencionalmente socialmente como não sendo possível de ultrapassar? Esta compreensão de “liberdade condicionada” é passível de ser utilizada em qualquer tempo e lugar, visto que leva em consideração os “acordos sociais” estabelecidos, independentemente do julgamento que possamos fazer em torno desses “acordos”.

Ainda, segundo a teoria apresentada por Pereira, o nível de autonomia (de agência) deve ser elevado a um estágio mais avançado e que deve ser colocado ao alcance de todos. Deve-se alcançar a “autonomia crítica” representada pela “capacidade das pessoas de não apenas saber eleger e avaliar informações com vista à ação, mas de criticar e, se necessário, mudar as regras e práticas da cultura a que pertencem” (ibid., p.74) . Este tipo de autonomia requer mais amplas habilidades cognitivas e oportunidades sociais do que a autonomia de agência.

A otimização para o alcance da “autonomia crítica” dependerá do enfrentamento efetivo das necessidades básicas – saúde física e autonomia – o que exigirá condições sociais tais como: a **produção**, suficiente para garantir, a todos, níveis básicos de saúde física e autonomia; **reprodução**, em termos de reprodução biológica e socialização das crianças; **transmissão cultural**, de conhecimentos e valores necessários à produção e à reprodução social; e **sistema de autoridade**, instituído e legitimado pela sociedade para garantir o cumprimento das regras que institucionalizam direitos e deveres. Ainda não alcançamos essas condições? Se não alcançamos, por quê? Por falta dessa “autonomia crítica”

– não alcançada por falta do suprimento das necessidades básicas (saúde física e autonomia de agência)? E onde o estabelecimento dessas condições já ocorreu, resolveu-se o problema? Ou os Estados de Bem-estar social não são o modelo a ser buscado?

Pereira ressalta que, na teoria de Doyal e Gough (1991), essas necessidades básicas são consideradas comuns a todos, mas a sua satisfação não implica em uniformidade. Em função disso, os autores elegem “necessidades intermediárias” que são consideradas essenciais para a manutenção da saúde física e da autonomia, bem como para capacitar os indivíduos a participarem, ao máximo, em seu contexto cultural. Essas “necessidades intermediárias” são: alimentação nutritiva e água potável; habitação adequada; ambiente de trabalho desprovido de riscos; ambiente físico saudável; cuidados de saúde apropriados; proteção à infância; relações primárias significativas; segurança física; segurança econômica; educação apropriada; e segurança no planejamento familiar, na gestação e no parto. Além dessas, os autores apontam para a existência de necessidades mais específicas relativas a pessoas em situação social particular, incluindo, neste caso, as minorias sociais.

O termo “necessidades básicas” é utilizado por vários autores que tratam do tema da pobreza. Pelo que se pode observar, as “necessidades básicas” são tomadas de forma genérica, sem a distinção apresentada por Pereira (necessidades “básicas”, “intermediárias” e “mais específicas”). Por exemplo, Abranches (1987) utiliza o termo “necessidades básicas” referindo-se a tudo o que permite a manutenção física a partir do suprimento das necessidades biológicas em grau adequado: boa alimentação, ambiente salubre, abrigo adequado, atendimento preventivo em saúde e assistência médica, bem como satisfação de necessidades culturais e sociais determinadas, confluindo para um mínimo de bem-estar. Dupas (1999), referindo-se ao estabelecimento de linhas de pobreza, ressalta que estas não incluem apenas alimentação como “necessidade básica”, mas também habitação, saneamento, cultura, lazer, tudo o que é definido como necessário para viver uma vida considerada socialmente aceitável.

Como tratam de forma genérica, esses autores assumem que o fato de as necessidades serem diferentes levará ao estabelecimento de padrões diferenciados no que se refere ao tipo e grau de suprimento. Como afirma Dupas, essas “necessidades básicas” diferem de acordo com os costumes, expectativas e hábitos de cada sociedade. Esses autores apresentam, de acordo com a classificação adotada por Pereira (2002), a partir de Doyal e Gough, uma abordagem relativista¹⁰⁸ em relação ao estabelecimento de necessidades básicas,

¹⁰⁸ Pereira (2002, p.41) apresenta críticas às tendências analíticas que não consideram a existência de “necessidades básicas” objetivas e universais. A autora destaca uma classificação elaborada por Doyal e Gough (1991) que definem essas tendências como **abordagens relativistas** preocupadas “com a ingerência do Estado

pois não apontam aquelas que são objetivas e universais, ou seja, que independem do tipo de sociedade. Dentre os relativistas, Pereira destaca a “abordagem marxista”. No entanto, as “necessidades básicas” elencadas pelos autores que compõem essa abordagem, independentemente de serem consideradas “objetivas e universais”, se equiparam ao conjunto de necessidades apontado por Pereira.

Como conclusão, Pereira destaca que “necessidades básicas, (...), bem como as condições para satisfazê-las, são as mesmas para todos (pessoas e grupos, oprimidos ou não). O que é relativo é o seu atendimento” (ibid., p.85-86).

Poder-se-ia perguntar: Trabalhar com a idéia de “necessidades básicas”, mesmo considerando-as objetivas e universais e colocando-as como ponto de partida para o alcance do “ótimo” levaria a qual situação, visto que o atendimento dessas necessidades é relativo, ou seja, depende do código moral de cada cultura e do grau de desenvolvimento em que se encontra a sociedade? Insistir na compreensão de “necessidades básicas” como primeiro momento para o alcance do “ótimo de atendimento” não reforça a possibilidade de se manter a “ênfase” no “básico” (de certa forma, já bastante alargado para além da necessidade biológica) e a “esperança” no “ótimo”, reforçando a posição de que garantir o “básico” já é um grande passo? Não seria mais prudente se se tivesse em vista a necessidade de mudar a situação da pobreza, trabalhar com a noção de “necessidades humanas histórica e socialmente construídas” para fazer referência a tudo o que uma pessoa precisa para estar totalmente integrada e dando as respostas exigidas pelo tipo de organização social a qual pertence? Quais são as “necessidades histórica e socialmente construídas” de um vendedor da força de trabalho no capitalismo? E de um proprietário dos meios de produção, quais são? Quais são as necessidades da própria sociedade capitalista? Quais necessidades estabelecidas neste modo de produção estão sendo supridas? E quais das que são estabelecidas, inclusive elevadas a

nos processos de decisão, regulação e provisão sociais”. São elas: **Ortodoxia econômica do bem-estar** (confunde necessidades com preferências e cidadão com consumidor. Caracteriza-se como um enfoque conservador que põe o mercado em primeiro plano no que diz respeito à satisfação das necessidades); **Nova direita** (que acentua o perigo do conceito de necessidades sociais em função de dar mais importância ao Estado do que ao mercado); **Críticas do imperialismo cultural** (onde as necessidades variam entre os grupos, que devem defini-las para que não ocorra a imposição das necessidades de um grupo sobre os outros; defendem a soberania de grupos e não de indivíduos); **Visão marxista** (que se mostra cética em relação à existência de necessidades objetivas e universais por serem essas necessidades, resultado do meio e da cultura em que os indivíduos estão inseridos); **Democratas radicais** (rejeitam a primazia do individualismo, bem como a soberania de grupos específicos; coloca a sociedade civil como locus da satisfação das necessidades, dando pouca atenção ao papel do Estado neste processo); **Fenomenólogos** (as necessidades são fenômenos socialmente construídos, portanto não podem ser objetivas; a existência de necessidades reflete a ideologia de quem as qualifica como tais; só os sujeitos podem realmente saber do que necessitam, não podendo o Estado trabalhar com a noção de necessidades universais).

categoria de “básicas”, não podem ser supridas, pelo menos considerando a totalidade dos membros das sociedades?

Creio que seja necessário analisar mais profundamente estas questões. As “possibilidades legais”, postas pelo capitalismo, para a solução de problemas como a “pobreza”, não podem ser entendidas como “possibilidades reais”. Talvez, o grande nó de muitas análises a respeito do tema seja: arranjar soluções para o que tem se mostrado historicamente sem solução, ou solucionável de modo restrito e conjuntural. Considerando estas questões é que proponho retomar a teoria marxista no que diz respeito a esta discussão.

A partir da compreensão de Pereira, aqui apresentada, é possível fazer algumas observações. A primeira está relacionada à importância do estabelecimento dessas “necessidades básicas”. Talvez aqui seja necessário ressaltar que isto só faz sentido em sociedades de classe onde exista a possibilidade de alguns terem muito e outros terem muito pouco ou nada. A segunda está relacionada à efetivação do alcance dessas “necessidades básicas”, do alcance do “ótimo” e da sua manutenção, o que ocorreu, de maneira mais efetiva, em alguns países, não significando igualdade de condições, mas uma aproximação dessas condições. Afinal, nesses países, continuam existindo pessoas mais ricas que outras, proprietários e não-proprietários e, em momentos de crise, grupos mais vulneráveis que outros. No entanto, esses países são a exceção, e aí há de se questionar por quê. Uma última observação a fazer refere-se ao fato de Pereira falar de uma “postura socialista”, mas não dar ênfase à luta de classe, nem à história já vivenciada, parecendo que a “autonomia crítica” a que a autora se refere se daria por consenso.

Os elementos postos neste capítulo, tanto os relativos à história da pobreza, às suas significações como os relativos ao seu dimensionamento, serão fundamentais para subsidiar os capítulos seguintes. Afinal, as causas e soluções para o fenômeno pobreza só podem ser apontadas a partir do momento em que se sabe sobre o que se está falando. Por isso, a definição de pobreza, apesar de ser considerada uma definição extremamente difícil, deve ser formulada.

As formas atuais de medição da pobreza buscam cada vez mais ampliar o conjunto de necessidades histórica e socialmente criadas. Talvez isto favoreça a substituição dos termos “mínimos sociais”, “básicos sociais”, “necessidades básicas”, por “satisfação das necessidades histórica e socialmente construídas”, sendo que a pobreza significaria a “não satisfação” ou “satisfação precária” dessas necessidades. Talvez seja pertinente a seguinte pergunta: Mas o que isso mudaria? Mudaria pois, delimitar a pobreza significa sempre a possibilidade de existência de uma parcela de pessoas cujas necessidades seriam “não

satisfeitas” ou “satisfeitas precariamente”. Se isto é socialmente aceito, então a proposta seria conviver com níveis de pobreza, e não erradicá-la. Ao se falar de “mínimos”, “básicos”, “necessidades básicas”, parece que se está falando sempre de uma situação limite e, por ser limite, deve ser aquela que mereça atenção. É essa situação limite que tem de ser resolvida. Talvez por isso, mesmo que o quadro de necessidades a serem supridas para a “inclusão social” de uma pessoa tenha sido ampliado, o que ocorre é que, cada vez mais, vê-se diminuídos os níveis dessas necessidades para adaptá-las às possibilidades do sistema. Então, a satisfação de “mínimos” e “básicos” parece mais palpável, diferentemente da “satisfação de necessidades histórica e socialmente construídas”. Foi esta necessidade de adaptação ao sistema que Sposati (2000) demonstrou quando se referiu ao Relatório da Comissão Mista da Câmara e do Senado, concluído em 1999, e que tratou do estabelecimento dos níveis de pobreza no Brasil, conforme apontado no item anterior.

É provável que a compreensão de que a pobreza possa ser erradicada no interior do capitalismo se deva ao fato de os autores, que aqui foram apresentados como representantes da “visão social-democrata” sobre a pobreza, entenderem o capitalismo como “a ordem”, e não como “uma ordem”. Se entendem como sendo “a ordem” e se compreendem que “esta ordem” não possibilita a realização de uma outra forma de relação social diferente desta, baseada na igualdade formal, apesar de acreditarem em uma diminuição dos níveis de desigualdade, não podem livrar-se da compreensão de pobreza como um fenômeno que pode ser resolvido no âmbito do próprio sistema. Se o problema passa a residir na ampliação das chamadas “necessidades básicas” – ampliação esta estimulada pelo próprio mercado –, a saída é, mesmo aceitando a necessidade de satisfação do que passa a ser definido como “básico”, rebaixar o nível dessa satisfação para que o problema seja resolvido. Por isso, a definição de linha de pobreza ainda é tão importante. É por isso que pobre, ora pode ser aquele que vive com U\$1 ou U\$2 e que não tem acesso a um conjunto de serviços que incluem “saúde básica”, “educação básica”, rede de esgoto, água tratada, etc., como pode ser aquele que vive com até U\$20 e não tem acesso a esses mesmos serviços, como pode ser qualquer outro padrão que represente a compreensão social. Dependerá sempre das possibilidades postas pelo sistema, e caberá àqueles que não vêem outra alternativa a ele, procederem as devidas adaptações..

A compreensão de “mínimos” ou de “básicos” possibilita que, à medida que o nível socialmente definido seja atingido, a sociedade tire de suas costas o peso do não provimento do que é de sua responsabilidade. Agora, se tratarmos de “necessidades histórica e

socialmente construídas”, acentua-se a impossibilidade de, neste sistema, oferecer a todos a mesma condição. Neste caso, a organização social continuaria em xeque.

Considerando a história e as compreensões de pobreza aqui apresentadas, bem como as dificuldades relacionadas ao dimensionamento do fenômeno, passo a apresentar o que o causa, conforme a visão social-democrata.

CAPÍTULO II

AS CAUSAS DA POBREZA

A pobreza, como fenômeno histórico e socialmente situado, tem sido analisada como consequência de vários fatores. Ela já foi considerada um fenômeno causado por elementos sobre-humanos e como resultado da própria natureza.¹⁰⁹ Como resultado das relações humanas, ela tem sido analisada como consequência de fatores estruturais e conjunturais, e agravada pela conjunção de ambos. Juntamente com o seu caráter social, ressalta-se o seu “viés individual”, ou seja, também tem sido entendida como consequência de uma falta de investimento e vontade individuais. A pobreza tem sido analisada, especialmente, como negativa, mas há quem ressalte sua positividade, como visto no capítulo anterior.

Não tratarei de causas da pobreza relacionadas à opção ou à fé. Tampouco discutirei a visão que já a colocou como resultado de um estado da natureza, isto é, como aspecto inerente de uma dada ordem de relações humanas imutáveis. Deter-me-ei em apresentar autores que discutem o aspecto social do fenômeno, ou seja, como sendo consequência de relações sociais historicamente situadas – mesmo que em alguns casos seja ressaltado um “viés individual” como causa –, particularmente a partir da consolidação do capitalismo. Estes autores, como já frisado, são aqui definidos como social-democratas.

No modo de produção capitalista, o elemento que se torna central na caracterização do “pobre”, é o **trabalho**. É a condição de ser trabalhador, ou não, que se coloca, em primeiro plano, para estabelecer quem é e quem não é pobre. Digo em primeiro plano porque o fato de ser trabalhador não colocava, e não coloca, necessariamente, alguém numa condição de detentor dos meios necessários para viver dignamente, conforme os parâmetros estabelecidos. Mas, ser trabalhador era, e é, um requisito para sair de uma condição desfavorável, ou seja, que não permita suprir as “necessidades básicas” e, ao mesmo tempo, pensar em alcançar patamares mais altos de consumo e participação social.

¹⁰⁹ Isso não significa dizer que não tais causas deixaram de ser apresentadas como justificativa. A primeira, principalmente, ainda é bastante forte considerando-se o pensamento religioso.

Como foi apontado anteriormente, com base em Castel (1998), enquanto que em meados do século XVI o problema era a ausência de um mercado de trabalho, no início do século XIX, o pauperismo foi produzido pela “liberação selvagem” desse mercado de trabalho”. Na metade do século XIV, a peste negra tornou os trabalhadores algo raro, colocando-os na condição de exigir melhores salários. Essa condição se seguiu até o início do século XVI, quando ocorreu uma retomada do crescimento demográfico. Foi também a partir da metade deste século – marcado pelo grande número de mortes causadas pela peste ou pelas guerras – que mudanças no modo de governabilidade da sociedade foram implantadas, principalmente relacionadas à organização do trabalho. Nesta época, os códigos de trabalho passaram a exigir a fixação do trabalhador em seu território e em sua condição (de camponês ou de trabalhador industrial).

Castel parte da análise das corporações como um sistema que, de certa forma, era responsável por uma estabilidade. O estabelecimento de uma relação salarial cessava quando o “companheiro” se tornava “mestre”, passando a ter as prerrogativas sobre o ofício. Segundo o autor, o objetivo mais evidente da comunidade de ofícios era assegurar o monopólio do trabalho nas cidades, não permitindo a concorrência externa, bem como impedir o estabelecimento de uma concorrência interna entre seus membros. Este sistema impedia a livre circulação de mercadorias – o que impedia a concorrência e o aumento da produção –, e a existência de um “mercado de trabalho” – não havia liberdade para a contratação nem para a circulação dos trabalhadores.

O sistema das comunidades de ofício entra em crise, segundo Castel, já no século XIV, diminuindo as possibilidades de um aprendiz chegar a mestre. Esta possibilidade ficaria reservada aos filhos dos mestres. Aqueles que não conseguissem chegar a essa posição, acabavam se tornando assalariados ou trabalhavam em casa. Estes últimos eram perseguidos impiedosamente.¹¹⁰ Esta situação foi alterada com o fortalecimento e desenvolvimento do mercantilismo. Segundo o autor,

a estrutura artesanal dificultou o desenvolvimento de produtores que investissem na produção em si para transformar a empresa e dar-lhe um caráter capitalista industrial. Sem dúvida existe, desde o século XIV e, em todo caso, desde o século XVI, um ‘espírito capitalista’ no sentido que lhe dá Sombart: caracterizado pelo gosto do lucro, pelo sentido do cálculo e da racionalidade, pela vontade de **acumular riquezas** (ibid., p.161, grifo meu).

¹¹⁰ Os que trabalhavam em casa eram chamados “chambrelans” (CASTEL, 1998).

O autor explica porque o elemento “progressista” que a sociedade do século XVIII buscou fez do livre acesso ao trabalho, a nova questão social. O livre acesso ao trabalho era uma bandeira dos “partidários e artesões” do iluminismo, mas traria conseqüências devastadoras para a questão social. Como salienta o autor, “apesar de pretender ser uma resposta global e definitiva à questão social, o livre acesso ao trabalho representará, historicamente, apenas uma etapa de sua reformulação no século XIX, sob a forma da questão da integração do proletariado” (ibid., p.212). A partir do século XVIII¹¹¹, a concepção de “trabalho” é transformada, passando, o trabalho, a ser considerado a fonte de toda a riqueza.

Buscando ressaltar a relação da pobreza com as dinâmicas sociais, Huberman (1986) aponta as guerras do período¹¹² como uma das causas do aumento da miséria generalizada que se estabelecia. Uma outra causa apontada que, segundo o autor, desempenhou um papel indireto, mas importante, foi o Novo Mundo. A retirada de ouro e prata das Américas, riqueza transferida para a Europa – a partir da Espanha – fez com que acontecesse, nesta última, um grande aumento dos preços. Os mercadores são apontados como os que ganharam muito com a alta dos preços. Por outro lado, os governos foram prejudicados em função do aumento das despesas em relação à receita, e os trabalhadores, considerados os grandes perdedores. Conforme Huberman (1986, p.102),

um período de alta de preços é quase sempre também um período de elevação de salários, e portanto seria de esperar que no fim tudo desse certo. Mas há um senão importante nisso: é que os salários jamais acompanharam a elevação dos preços. Os aumentos salariais geralmente têm de ser conquistados com luta. São obtidos por uma ação coletiva deliberada que encontra resistência, ao passo que os preços são elevados pelas operações do mercado. O trabalhador era contra isso. Em fins do século XV o salário de um dia do trabalhador na França correspondia a 4,3 quilos de carne; um século depois valia apenas 1,8 kilo.

¹¹¹ O autor chama a atenção para a questão demográfica a partir do século XVIII. Baseado em Labrousse, Castel (1998) lembra que o aumento demográfico se constituiu num problema dessa época. Um mercado de trabalho saturado levou muitos a essa condição de miserabilidade. Essa expansão demográfica, aliada a uma diminuição da fome e a uma libertação das epidemias levou a um aumento do número de pobres. Esta situação pode ser estendida a toda Europa.

¹¹² Cita como maior exemplo a Guerra dos Trinta Anos na Alemanha, ocorrida entre 1618 e 1648.

Essa alta dos preços levou os trabalhadores a tomarem algumas atitudes como apertar o cinto, lutar por salários compatíveis com o custo de vida maior, ou mendigar. Segundo Huberman, ocorreram as três coisas, em consequência da revolução dos preços.¹¹³

Os proprietários de terras, sentindo a necessidade de “arrancar” mais dinheiro da terra para acompanharem a alta dos preços, usaram duas estratégias, segundo Huberman: o fechamento das terras¹¹⁴ (que aconteceu, principalmente na Inglaterra), e a elevação dos arrendamentos. Mas, segundo o autor, uma medida que prejudicou milhares de pessoas foi o cercamento de terras para a criação de ovelhas, tendo em vista o aumento do preço da lã, principal produto de exportação da Inglaterra.¹¹⁵

Enquanto para o senhor isto significava mais dinheiro, significava também a perda do emprego e do meio de vida dos lavradores que haviam ocupado a terra que passara a ser cercada. Para cuidar de ovelhas é necessário um número de pessoas menor do que para cuidar de uma fazenda – e os que sobravam ficavam desempregados. Muitas vezes, o senhor achava que para reunir numa só área as várias propriedades espalhadas tinha de expulsar os arrendatários de cujas terras necessitava. Assim fazia, e mais gente perdia seu meio de vida (ibid., p.104).

Huberman registra que religiosos e estudiosos denunciavam essa ambição dos senhores de terras por ter como resultado o aumento do número de desocupados e mendigos. Ele cita a “Oração dos Senhores de Terras”, criada na época, que diz o seguinte:

‘Sinceramente pedimos que eles (que possuem terras, pastos e locais de residências) não possam elevar os arrendamentos de suas casas e terras, nem impor taxas ou pagamentos absurdos. ... Fazei que se possam contentar com o que é suficiente e não juntar casa com casa ou terra com terra para o empobrecimento dos outros ...’ (ibid., p.107).

Mas, segundo o autor, as orações não sustaram o processo. Continuaram as expulsões e aldeias inteiras passavam fome, começando a roubar e mendigar nas estradas. Como as orações não foram suficientes, também foram baixadas leis com o objetivo de sustar o despovoamento das aldeias, já que o exército era recrutado, em grande parte, entre

¹¹³ O autor aponta outros seguimentos sociais que perderam com a alta dos preços, a exemplo daqueles que viviam de rendas fixas.

¹¹⁴ As terras eram cercadas de modo a facilitar o trabalho e aumentar a produtividade. Neste caso, tanto o agricultor pobre como o rico, se beneficiaram.

¹¹⁵ O autor atenta para o fato de isto já ocorrer antes da “revolução dos preços”, sendo que houve um estímulo maior a partir daí.

camponeses e pequenos proprietários. Mas estas leis, segundo o autor, não eram cumpridas, visto que foram reeditadas várias vezes.¹¹⁶

Huberman destaca que o fechamento das terras provocou muito sofrimento, mas que, por outro lado, ampliou as possibilidades de melhorar a agricultura. Destaca, também, que quando a indústria capitalista necessitou de trabalhadores, encontrou-os, pelo menos parte, entre os infelizes desprovidos de terra, que a partir daí haviam passado a ter apenas a sua capacidade de trabalho para ganhar a vida.

As causas apontadas, pelos estudiosos da época, para a persistência da indigência, bem como para a possibilidade, sempre constante, de seu aumento estão relacionadas, principalmente, com a condição do trabalhador. Por exemplo, Valban, citado por Castel (1998), se reportou à organização do trabalho para explicar a miséria de parte da população. Ele a atribuiu aos baixos salários, à instabilidade do emprego, às ocupações provisórias, e ao tempo de trabalho e de não trabalho, intermitente.

Em tempos mais atuais, muitos estudos sobre o tema da pobreza foram desenvolvidos e, à medida que apresentam os números das desigualdades, apresentam também as causas e as possíveis soluções para o problema. A principal causa da pobreza, apontada na maioria dos estudos, é a má distribuição de renda. No entanto, elementos mais amplos também são apontados, tais como: “problemas estruturais”¹¹⁷; ausência do Estado no que diz respeito à implantação de políticas sociais; as crises; a globalização como causa desestruturadora; aplicação do receituário neoliberal que impossibilita os países dependentes de vivenciarem um crescimento econômico e de promoverem uma maior distribuição de renda – mesmo que pautada no oferecimento de políticas públicas – em função da canalização da maior parte do PIB para o pagamento da dívida pública (interna e externa); supremacia do capital financeiro no atual momento do capitalismo, com conseqüente diminuição do capital industrial, causando uma diminuição do emprego e, conseqüentemente da renda e do acesso a alguns benefícios vindos do trabalho formal; falta de cidadania e de poder político por parte do pobre; e estrutura social incompatível com a possibilidade de dar sustentação, principalmente de forma equânime, ao nível de consumo que vem se estabelecendo a cada época.

¹¹⁶ Segundo Huberman (1986), a primeira lei neste sentido foi baixada em 1489 e depois, várias outras durante todo o século XVI.

¹¹⁷ O termo “problemas estruturais” aparece na literatura de forma pouco especificada, o que dificulta entender qual o alcance que o termo adquire nas análises feitas por alguns autores.

De modo geral, esses são os elementos que têm dado o tom no debate sobre as causas da pobreza. Elementos que afetam todo o globo; elementos que afetam de maneira mais intensa os países ditos “em desenvolvimento”. São elementos que, dificilmente, podem ser abordados de forma isolada e, por isso, acabam sendo citados na maioria dos estudos, mesmo que seja dada ênfase a algum ou alguns em particular. Estudar cada um deles demandaria tempo e muito trabalho, apesar de, em muitos estudos, termos como globalização, capital financeiro, Estado, crise, entre outros, serem utilizados sem nenhuma especificação. Este me parece um grande problema, pois o tratamento dado a estes conceitos/categorias analíticas acabam provocando problemas de análise e compreensão.

Neste item dialogarei com autores já citados e com outros cujos trabalhos não apresentaram um destaque em relação à definição de pobreza, mas se detiveram nas causas e nas soluções. Todos estes autores tomam a pobreza como “falta”. Na busca por uma definição de “pobreza”, foram ressaltadas duas dimensões: uma “**econômica**” (falta de recursos materiais básicos), e outra “**política**” (falta de cidadania). Como já foi frisado anteriormente, não são dimensões excludentes, mas que ganham níveis de prioridade diferentes a depender da análise. É necessário lembrar que, na minha visão, esta hierarquização dificulta a compreensão do fenômeno. Porém, a constatação de que isto ocorre, não poderia ser ignorada. Também apresentei uma “visão diferenciada”. Esta mesma categorização se mantém para a apresentação das causas.

1 – A ênfase na “dimensão econômica”.

Os autores aqui apresentados apontam uma série de causas para a criação e manutenção da pobreza. Essas causas giram em torno de uma causa central que é a questão econômica. Aponto, então, como autores que enfatizam a “dimensão econômica”, todos aqueles que se utilizam, prioritariamente, da compreensão de pobreza como “falta de recursos materiais básicos” para ter uma vida cujo padrão está acima daquele definido como linha de pobreza. Estes autores põem na expressão econômica (ou material) do fenômeno o peso maior para a sua compreensão. Como já foi frisado, isto não significa que ignorem a “dimensão política” ressaltada pelo outro grupo de autores que será apresentado no próximo item. Também é necessário adiantar que alguns se dedicam a uma análise local e regional e outros a uma análise global. Se, a princípio, possa parecer que as análises locais ou regionais

dificultem a apreensão do fenômeno como fenômeno global, isto não acontece, tendo em vista que, mesmo tomando questões peculiares, a análise, tanto local como regional é permeada por elementos globais, o que expressa uma compreensão de conjunto a respeito do fenômeno em si, independentemente da focalização do estudo.

Segundo Abranches (1987), referindo-se à década de 1980, no Brasil conviviam duas formas de pobreza: uma de natureza **estrutural**, tida como arraigada e persistente e que estava **associada historicamente ao padrão de desenvolvimento**; uma outra, de natureza **cíclica, agravada pela crise de desemprego, queda da renda, concentração crescente da renda e aceleração da inflação**.

Para este autor, **os pobres não melhoram sua situação porque têm menos oportunidades, não lhes sobrando tempo e espaço para acumular, mesmo que de forma gratuita, os recursos que possibilitariam uma melhor condição de vida**. Isto acontece, segundo o autor, porque os pobres, em função de sua sobrevivência, gastam mais horas trabalhando ou em busca de qualquer trabalho, inviabilizando o investimento em educação, em cuidados com a saúde, no exercício da criatividade, na ação política, no lazer, e na busca de melhores opções de trabalho e renda. Neste caso, **“a dimensão física, biológica mesmo, da pobreza é inescapável, ainda que a ela estejam associadas outras dimensões, sociais, políticas e culturais, também relevantes”** (ibid., p.17, grifo meu).¹¹⁸ A destituição é resultado da ação de mecanismos estruturais na economia¹¹⁹ que causam a privação, cíclica ou continuada, dos meios de trabalho e vida de parte da população. Apesar de o capitalismo produzir riqueza crescente, produz em meio a desequilíbrios e descompassos que determinam surtos recorrentes de destituição.

Em certo sentido, Abranches vai ao encontro a alguns liberais como Ul Haq (1978) e Galbraith (1979), principalmente quando este segundo assevera que a própria pobreza dos países pobres nega, à população pobre, os meios que poderiam proporcionar melhoramento. Isto me parece o mesmo que dizer que os pobres não melhoram sua situação porque têm menos oportunidade. Uma diferença entre os dois reside no fato de que Galbraith reforça, um pouco mais, o aspecto individual na busca pela saída da condição de pobre, o que é um pressuposto liberal. Abranches destaca o aspecto social que, de certa forma, enquanto ênfase, aparece como um diferencial da social-democracia.

¹¹⁸ Estas outras dimensões, por sua vez, no meu entender, dariam conta de uma compreensão subjetiva da pobreza, referida por Salama e Destremau (1999), bem como referencia o que foi denominado como “dimensão política” a partir de Demo (1996), Costa (1998), Fernandes (1998) e Telles (2001).

¹¹⁹ Abranches refere-se à “questões estruturais”, mas não desenvolve este aspecto.

Barros, Henriques e Mendonça (2000), fazendo uma análise da realidade brasileira, afirmam que a principal causa da desigualdade e da pobreza no país é a “perversa” desigualdade na distribuição de renda, bem como das oportunidades de inclusão econômica e social. Partem do pressuposto que “o Brasil não é um país pobre, mas um país com muitos pobres” (ibid., p.123). Os autores fazem sua análise utilizando, exclusivamente, a dimensão de insuficiência de renda, o que leva a apresentar dois determinantes imediatos da pobreza, ou seja, “a escassez agregada de recursos” e a “má distribuição dos recursos existentes”.

Em relação à “escassez de recursos”, os autores concluíram que a pobreza no Brasil não deve ser associada prioritariamente a este aspecto, visto que o país não pode ser considerado um país pobre. Num estudo comparativo com a situação de outros países, os autores concluem que, na média, o nível de pobreza no Brasil é significativamente maior do que nos países com renda per capita semelhante a nossa. Isto coloca a “má distribuição dos recursos” como o ponto central da explicação da pobreza no Brasil.

Os autores assumem, como ponto de vista, que “a distribuição perfeitamente equitativa dos recursos, produzindo uma sociedade de indivíduos idênticos no que se refere à renda, não necessariamente é justa, nem desejada.” (ibid., p.129). Mas fazem um exercício de construção de um estado da natureza hipotético para estimar o volume de recursos necessários para erradicar a indigência e a pobreza no país. Utilizando a renda familiar per capita, concluem que uma transferência de 7% da renda das famílias seria o suficiente para retirar toda a população excluída da pobreza.¹²⁰ Portanto, partindo deste entendimento, defendem que a pobreza poderia ser solucionada a partir da distribuição de recursos, como veremos, mais detalhadamente, no próximo capítulo.

Rocha (1995) afirma que a crise dos anos de 1980 causou grande frustração à sociedade brasileira que via o país caminhar, a passos largos, rumo à riqueza e à modernidade. A renda per capita decaiu 8%, de 1980 a 1992, o que “rompeu a tradição brasileira de forte crescimento e acentuada mobilidade que permitiam a convivência com desequilíbrios estruturais que, embora indesejáveis, eram aceitos como inevitáveis e passageiros” (ibid., p.221). Esse declínio da renda aumentou os conflitos distributivos.

Segundo a autora, em 1990, a população pobre no Brasil era de 30%, cerca de 42 milhões de pessoas. A pobreza brasileira tem um forte componente regional, sendo maior no norte e no nordeste, reduzindo-se em direção ao sul. Outro elemento importante, apresentado

¹²⁰ Os autores utilizaram os dados relativos às linhas de pobreza da Região Metropolitana de São Paulo no período de 1977 a 1998.

pela autora, é que a pobreza no Brasil é bem mais elevada em áreas rurais. Porém, tomando toda a população e considerando a urbanização, mais de dois terços dos pobres são pobres urbanos (metropolitanos ou não-metropolitanos).¹²¹ Os indigentes representavam 12% da população brasileira, cerca de 16,6 milhões de pessoas em 1990.¹²²

Em relação à pobreza rural e urbana, Soares (2004) reforça a tendência do aumento da pobreza urbana. Segundo o diagnóstico feito para o Projeto Fome Zero¹²³, citado pela autora, em termos absolutos, não havia uma concentração da pobreza e da fome nas áreas rurais do nordeste. A estimativa em 2001 era que a metade dos pobres encontravam-se em áreas urbanas não-metropolitanas que, somados aos das regiões metropolitanas, representavam 74% dos pobres do país. A autora afirma, citando dados da CEPAL¹²⁴, que esse diagnóstico coincide com a tendência de aumento da pobreza urbana em toda a América Latina nas últimas duas décadas. Mesmo que a pobreza rural continue superando a urbana em termos relativos, esta última era o dobro da primeira em termos absolutos. Em toda a América Latina, em 2001, os pobres urbanos totalizavam 135 milhões de pessoas. O desemprego e o subemprego – entendido pela autora como aquele com remuneração inferior ao valor mínimo estabelecido em cada país – são apontados como a maior causa do aumento da pobreza nas áreas urbanas. A estimativa feita pela CEPAL, citada por Soares, é que, na América Latina, entre 20% e 40% da população empregada receba uma renda inferior ao mínimo para cobrir a cesta básica, ou seja, encontram-se abaixo da linha de indigência.

¹²¹ Rocha (1995, p.234) afirma que “embora na esteira da urbanização tenha certamente ocorrido metropolização da pobreza, no sentido que os pobres e indigentes metropolitanos têm uma participação crescente no número total de pobres e indigente no país, isto não significa que tenha havido agravamento da pobreza nas metrópolis enquanto número de pobres em relação à população total metropolitana.” Uma observação feita por Rocha é que a pobreza, enquanto insuficiência de renda, se agrava quando existe carência de serviços urbanos básicos, por exemplo, saneamento. A autora também afirma que “se do ponto de vista da renda, a pobreza metropolitana manteve-se estável, os indicadores sociais apontam para uma significativa melhoria das condições de vida da subpopulação pobre tanto no que depende da renda/consumo familiar (melhoria das características estruturais dos domicílios, maior disponibilidade de bens de consumo durável, como geladeira, televisão), como no que se refere ao acesso a serviços públicos básicos (educação, saneamento)” (ibid., p.242). Apesar de não ter havido agravamento da pobreza urbana, no que diz respeito à renda e indicadores sociais, houve um forte agravamento na evolução do mercado de trabalho. A autora, para explicar o não agravamento da pobreza, do ponto de vista da renda, aponta o aumento da taxa de participação e a queda da fecundidade como elementos fundamentais.

¹²² Segundo Rocha (1995, p.227/228) “o padrão regional e urbano-rural verificado para os pobres se mantém, embora claramente mais acentuado: 55% dos indigentes estão no nordeste, sendo que quase 1/3 do total são residentes do nordeste rural; os indigentes rurais representam cerca de 43% do número total de indigentes no país.”

¹²³ O Projeto Fome Zero pode ser considerado o “carro chefe”, em termos de investimento social, do governo “Lula”.

¹²⁴ CEPAL: Comissão Econômica Para a América Latina e o Caribe

Rocha (1995) afirma que os dados mostram que não houve um agravamento da pobreza no Brasil, comparados os dados de 1981 e 1990. “Na verdade, as proporções de pobres e de indigentes declinaram ligeiramente no período para o país como um todo, passando de respectivamente 34% e 14% em 1981, para 30% e 12% em 1990” (ibid., p.228). Porém, embora a pobreza e a indigência global do país não tenham se agravado, do ponto de vista da renda, esses índices, segundo a autora, ainda eram inaceitáveis face às desigualdades crescentes e à urbanização.

Diz que o pobre brasileiro apresenta um baixo nível educacional (limitante em relação ao acesso aos postos de trabalho, fazendo com que alcancem apenas os de baixa qualificação, produtividade e remuneração). O alto índice de mão-de-obra desqualificada, segundo ela, “contribui para aviltar ainda mais o rendimento do trabalho, tornando freqüentemente inócuo o salário mínimo legal” (ibid., p.230). Mas, segundo esta autora, é necessário fazer uma observação importante, ou seja, que, **“embora a pobreza esteja muito associada a uma inadequada inserção no mercado de trabalho (...) mesmo o trabalhador do setor formal ocupado 40 horas por semana pode estar condenado à pobreza em função do baixo valor do salário mínimo”** (ibid.).¹²⁵ Em relação à qualificação e escolaridade, Soares (2004, p.5) afirma que a reestruturação econômica brasileira resultou “(...) na demissão do trabalhador qualificado, adulto, homem, relativamente mais bem remunerado ainda que com menor escolaridade, resultando na contratação de jovens e mulheres, em ocupação de baixa qualificação”. Os empregos criados pagam salários inferiores aos dos postos de trabalho perdidos, mesmo que a escolaridade dos que assumiram os novos postos seja maior do que àquela dos que ocupavam os postos perdidos.

Rocha (1995) também aponta a relação entre pobreza e as características do chefe da família (principalmente o supridor da renda familiar). Segundo ela, as famílias que são chefiadas por mulheres são especialmente vulneráveis à pobreza. O mesmo ocorre com aquelas chefiadas por jovens. Também afirma que os chefes de família pobres são, em grande maioria, “pretos e pardos”. A pobreza também está diretamente relacionada ao tamanho e estrutura familiar.¹²⁶

¹²⁵ Em relação ao salário mínimo ver Barros, Corseuil e Cury (2001). Estes autores fazem uma análise dos efeitos do aumento do salário mínimo sobre a pobreza. Concluem que aumentos do salário mínimo têm efeitos negativos quando não são considerados reajustes dos benefícios da Previdência Social. Esses efeitos passam a ser positivos quando os benefícios são atingidos pelos aumentos. Ver também Mello e Corrêa (2002). As autoras relacionam a desvalorização do salário mínimo com o aumento da condição de pobreza.

¹²⁶ Scherer-Warren (2004, p.58), ao se referir à exclusão e à pobreza no Brasil, também faz observações a esse respeito, dizendo que “(...) devemos sempre lembrar também que a exclusão social é *racializada, engendradora, etarizada e espacializada*, ou seja, tem cor, gênero ou sexo, idade e localização. A pobreza mais extrema tende a

Rocha (2000) analisa a situação da pobreza no Brasil após o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real, lançado em 1994. Este plano incidiu de modo positivo e mais acentuado nos rendimentos menores, ou seja, ocorreram maiores ganhos para a mão-de-obra menos qualificada, diminuindo a proporção de pobres. Porém, as análises demonstram que esse efeito redistributivo se esgotou. Os dados relativos ao período de 1996 e 1997, divulgados pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio - PNAD mostraram que a pobreza absoluta se manteve em torno de 34%.¹²⁷ Rocha e Albuquerque (2003) informam que 12,9% da população brasileira, em 2000, vivia em pobreza extrema.

As causas que impediram a continuidade da redução da pobreza absoluta após 1995, segundo Rocha (2000), estavam ligadas à situação macroeconômica global. Problemas como taxa de câmbio sobrevalorizada, déficits públicos crescentes e as crises asiática e russa ocorridas no período, levaram o país a ter um crescimento, praticamente nulo (-0,12), em 1998. Os efeitos da queda da atividade econômica afetaram, principalmente, os pobres. Segundo Rocha, a partir de 1997, observou-se, nas metrópolis que concentram cerca de 25% da população brasileira, que as perdas em termos de postos de trabalho e de rendimento recaíram sobre os indivíduos com menor escolaridade¹²⁸, fato este considerado como a causa provável de aumento da pobreza absoluta e da desigualdade.

Em relação à perda real de rendimentos, o IBGE informa que, entre 2002 e 2003, essa perda foi 4,2% entre os 50% dos ocupados com menores remunerações, e de 8,1% entre os 50% com os maiores rendimentos. A remuneração média das pessoas com rendimento de trabalho apresentou queda de 7,4% no período. Segundo a entidade, essa foi a maior redução

ser preta, feminina, bastante jovem ou idosa e localizar-se nas periferias urbanas e nos bolsões de economia de subsistência rural.” Schwartzman (2004) faz uma análise da relação cor ou raça, origem e condições de vida no Brasil. Apesar de identificar as diferenças existentes entre os rendimentos médios de “pretos”, “pardos”, “indígenas”, “brancos” e “amarelos” – sendo que para os “pretos” esse rendimento é consistentemente mais baixo – afirma que a maior variação de rendimento se dá em função da educação e não da cor, raça ou origem. Por isso afirma que “é claramente a educação, e não a cor, raça ou origem, o grande fator de desigualdade na sociedade brasileira” (ibid., p.113). É necessário refletir sobre o por que de os negros, principalmente, terem menor nível educacional.

¹²⁷ Esse índice, segundo a autora, resulta de situações regionais bem diferentes. Houve uma redução sustentada da pobreza absoluta nas zonas rurais e uma deterioração nas metrópolis, principalmente decorrente dos ajustes no sistema produtivo e do mercado de trabalho. Para o final dos anos de 1990, Pochmann et al (2004) informam que o Brasil, em termos de índice de pobreza – que considera todos aqueles que vivem com menos de 2 dólares diários – entre 175 países, se encontra na 71ª posição (índice: 0,749, numa variação de 0-1).

¹²⁸ É interessante refletir a respeito da ocupação a partir da qualificação. Se os dados mostram que o mercado de trabalho vem exigindo trabalhadores mais qualificados, seria interessante verificar se os postos de trabalho menos qualificados já não estão sendo ocupados pelo “excesso” de trabalhadores qualificados que não conseguem se inserir em funções para as quais estão preparados. Se isto ocorrer, o resultado é um menor rendimento, mesmo com um maior nível de qualificação.

ocorrida desde 1997, quando teve início o sentido descendente das remunerações. Em 2003, esse rendimento apresentou uma redução de 18,8% em relação ao ano de 1996.¹²⁹

A CEPAL (2004) destaca que, em 2002, o número de latinoamericanos que viviam na pobreza alcançou os 221 milhões, dos quais, 97 milhões eram indigentes. Em percentuais, a região contava com 44% de pobres, dos quais 19,4% eram indigentes.¹³⁰ A entidade afirma que o processo de superação da pobreza se estancou no período de 1997 a 2002, com taxas de pobreza e indigência que se mantêm praticamente constantes, com exceção para o ano de 2000, onde o melhor desempenho econômico permitiu uma redução do volume de pobres em mais de 4 milhões de pessoas. A projeção da CEPAL para 2003¹³¹ aponta para um aumento das taxas de pobreza e indigência, resultado, principalmente da ausência de crescimento do produto por habitante. Em termos percentuais, a região teria 44,3% de pobres e 19,6% de indigentes. Para 2004, a projeção aponta para uma redução, ficando em 42,9% de pobres e 18,6% de indigentes. Esta projeção se baseou em uma perspectiva de crescimento para o ano. Quase metade da população pobre se concentra em dois países: Brasil com 30% e México com 17%. Os indigentes, no Brasil totalizam 25% e no México, 14%.

O documento da CEPAL aponta avanços e retrocessos no processo de diminuição da pobreza na região. Destaca o caso da Argentina – especificamente da Grande Buenos Aires – que havia baixado o percentual de pobreza de 21,2% em 1990 para 19,7% em 1999, e que, em função da crise aumentou para 41,5% em 2002. A indigência passou de 4,8% em 1999 para 18,6% em 2002. Interessante perceber que as taxas mais altas de diminuição giram em torno de 10%, considerando bons níveis de crescimento econômico. No entanto, as crises levam a um aumento muito maior, a exemplo do que ocorreu com a Argentina.

Rocha (2004) conclui em um estudo intitulado “Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos?”, que houve uma queda substancial da incidência da pobreza, do ponto de vista da renda, de 68,4% em 1970 para 20,7% em 2002. Isto não se deu de modo sistemático no período, sendo que ocorreram oscilações conjunturais. A autora aponta para importantes conquistas na redução da pobreza, mas destaca que ainda há muito por fazer.

¹²⁹ Informações obtidas no site www.ibge.gov.br – acessado em 04/02/2005.

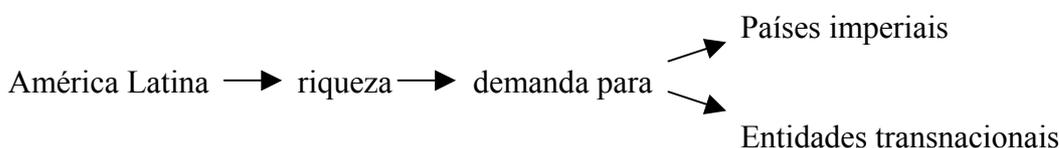
¹³⁰ Informações obtidas através do site www.eclac.cl, consultado em 03/02/2005. Esses dados fazem parte do documento: “Panorama social da América Latina 2004”, da CEPAL.

¹³¹ Os percentuais para 2003 e 2004, contidos no relatório, são projeções.

O estudo procedido por Rocha (2000) aponta para o fato de a persistência da pobreza no Brasil estar associada à distribuição de renda, caracterizada pela autora como “escandalosa”. Esta análise também está presente em Rocha (2003 e 2004). Neste sentido, está de acordo com Barros, Henriques e Mendonça (2000).

Alayón (1995, p.31), analisando a situação da Argentina¹³² como exemplo da situação geral da América Latina, afirma que “a inexistência de bem-estar social se explica por nossa situação de país dependente e espoliado”.¹³³ Continua dizendo que “é fácil entender, então, porque existe e cresce a pobreza, a desnutrição, a mortalidade infantil, o analfabetismo, a falta de moradias e todos os problemas sociais (...)” (ibid., p.32).

Apresenta o seguinte gráfico para demonstrar sua análise:



Para este autor, os povos (e seus intelectuais) devem buscar, coletivamente, identificar a origem de seus males. Caso isso não seja feito, estarão condenados a sofrer e a resignar-se diante do sofrimento. A causa da pobreza na América Latina é, então, a exploração sofrida pelos países da região. Não só esta exploração externa, mas também toda a dinâmica social defendida pelas burguesias nacionais.

Alayón (2004) destaca que o princípio fundamental do capitalismo é a desigualdade. Este sistema não pode reproduzir-se sem reproduzi-la. Isto coloca uma contradição que não se pode superar, ainda que se possa “neutralizar” a partir da democracia que, por sua vez, tem como princípio fundante, a igualdade.¹³⁴ Neste caso, a própria lógica do capitalismo, pautada na busca do “lucro”, está relacionada diretamente com a pobreza. É necessário, então, regular este sistema. O autor aponta o Estado como elemento central para exercer tal controle, como será melhor detalhado no capítulo III. De modo semelhante, Pereira (1986) destaca, de maneira mais evidente, que a pobreza é um fenômeno estrutural do

¹³² O texto onde ele faz esta afirmação foi escrito em 1984.

¹³³ Conforme observação feita na introdução deste trabalho (nota número 12), não desenvolverei este aspecto.

¹³⁴ Alayón (2004, p.109) afirma que “podemos reconhecer, então, o capitalismo como um sistema basicamente contraditório com a vigência da democracia e com aquelas instituições que limitam seu próprio poder. Nesse sentido, a revalorização e aprofundamento do sistema democrático, nas sociedades capitalistas, constitui um eixo estratégico de luta para a construção de sociedades mais humanas” (tradução minha).

capitalismo. Porém, Pereira (2002), relativizando sua postura, vê a possibilidade de remediar o problema a partir do Estado democrático. Hadad (1998) segue esta mesma linha de raciocínio no que diz respeito ao fato de a pobreza ser um problema estrutural do capitalismo, sendo que se diferencia no que diz respeito à solução, que fica por conta do “terceiro setor”.

Soares (2001) faz uma análise sobre a aplicação das políticas neoliberais na América Latina e as conseqüências disso em relação aos desajustes sociais na região, principalmente a partir da década de 1980 dos e primeiros anos da década de 90, mais especificamente até 1995. A tese central de seu estudo é que “as possibilidades de uma mudança no perfil das Políticas Sociais¹³⁵, no sentido de sua maior universalização e progressividade, são incompatíveis com as atuais políticas de ajuste neoliberal” (ibid., p.13).

Ressalta, em primeiro lugar, a crise financeira e comercial que atravessa o globo neste período, e que tem como marca importante o desenvolvimento de uma inflação crônica e um baixo crescimento econômico – fenômeno denominado de estagflação. Atenta para o fato de esta crise também ser uma crise da produção, considerando as mudanças tecnológicas que ocorriam. O resultado deste movimento internacional, segundo a autora, levou a uma perda da autonomia dos Estados Nacionais, atingindo diretamente as políticas econômicas e precarizando as políticas sociais. O impacto, as conseqüências e as soluções derivadas desta crise, em cada país, são diferentes, tendo em vista a inserção internacional de cada um.¹³⁶ Na América Latina, a crise financeira e a explosão da crise da dívida externa nos anos de 1980 foram os elementos centrais para a aplicação do modelo neoliberal difundido pelo Banco Mundial, FMI e governo dos EUA, resultado do denominado “Consenso de Washington”. Segundo Soares (ibid., p.19),

o modelo neoliberal que propõe para a América Latina a liberalização comercial e financeira a todo custo entra em aberta contradição com o momento atual de intenso neoprotecionismo nos países centrais. Na realidade, esse modelo de caráter monetarista se reduz à implantação de políticas macroeconômicas que têm por objetivo restabelecer o equilíbrio da balança de pagamentos (para pagar a dívida externa e as importações) e controlar a inflação através de medidas recessivas. Por outro lado, a suposta integração na economia internacional através dessa liberalização pressupõe que a indústria nacional desses países não só não seria afetada como aumentaria a sua ‘competitividade’ e a sua ‘eficiência’. Tudo isto seria produto apenas das ‘forças de mercado’ e sem a interferência do Estado.

¹³⁵ Soares (2001, p.13) define Políticas Sociais como “o conjunto de políticas públicas às quais todos os cidadãos têm direito, e não apenas os programas residuais e tópicos de enfrentamento da pobreza.”

¹³⁶ A autora aponta os Estados Unidos da América e a Inglaterra como aqueles que implantaram internacionalmente a política neoliberal.

A autora questiona essa perspectiva afirmando que a realidade – pautada num capitalismo transnacional e oligopolista, onde vigora o poder da grande empresa em ditar as regras e onde os Estados dos países em desenvolvimento tiveram papel fundamental nos seus processos de industrialização – não lhe dá suporte.

Mas, a despeito dessa compreensão, as reformas estruturais propostas – pautadas na desregulamentação dos mercados, abertura comercial e financeira, privatização do setor público e redução do Estado – passam a ser o “carro chefe” das medidas propostas pelo Banco Mundial e, nas palavras da autora, uma doutrina “**aceita**” por praticamente todos os países. Porém, os problemas surgidos a partir da implantação deste modelo levaram as políticas macroeconômicas, propostas pelo FMI, a mudarem de natureza. Essas mudanças, de acordo com Soares, consistiram na aplicação de dois planos: o Plano Baker (1985) que se pautou na necessidade de traçar uma estabilização aliada ao crescimento (neste sentido as agências financiadoras internacionais e os bancos comerciais deveriam financiar as iniciativas de reformas estruturais); e o Plano Brady (1990) que ressaltou a necessidade da renegociação do pagamento das dívidas, desafogando um pouco os países devedores.

Soares destaca dois pontos importantes a serem considerados a partir das mudanças apontadas acima. Um está relacionado ao **papel do Estado**, cuja idéia de **minimização** evolui para a de **reconstrução**, ou seja, o Estado tinha de ser reconstruído e não diminuído simplesmente, como sugeria a estratégia anterior. Porém, segundo a autora, esta idéia de reconstrução não era consensual entre os estudiosos e, na prática, não se constituiu, em quase nenhum caso, em realidade.

O segundo ponto diz respeito à “preocupação com os pobres” expressa em documentos de vários organismos internacionais como Banco Mundial, UNICEF, BID, ONU/PNUD. Segundo a autora, pela realidade da América Latina, ficou-se no plano da preocupação, apesar da constatação de uma mudança nos discursos em torno da pobreza.

Citando Tavares e Fiori, Soares faz uso da compreensão de que o que ocorre é um “desajuste global”, pautado no que Tavares já havia chamado de “modernização conservadora”, processo que se caracteriza por um agravamento das desigualdades e o aumento da exclusão.¹³⁷ Mas as desigualdades também aumentam no interior dos países

¹³⁷ Soares (2001, p.21) diz, em relação à “modernização conservadora”, que “(...) esse tipo de transformação produtiva caracteriza-se pelo caráter restrito e concentrado das mudanças tecnológicas em poucos países, bem como por uma **distribuição desigual dos frutos do progresso técnico e dos custos sociais das políticas de ajuste e reestruturação**. Estes custos sociais têm sido pagos primordialmente pelos países periféricos, mas, de modo geral, houve uma piora nos padrões de equidade social herdados do padrão de desenvolvimento do pós-guerra” (grifo da autora).

centrais. Segundo a autora, os custos sociais, nestes países, foram pagos pelos Estados (que se reflete numa crise financeira destes), pelos sindicatos e pela força de trabalho. Em relação à “crise do mercado de trabalho”, afirma que, “embora agravada pelas políticas recessivas de ajuste, **é de natureza estrutural**” (ibid., p.21, grifo meu). Nestes países, o desemprego torna-se um problema estrutural adicional, a distribuição pessoal da renda piora, amplia-se o número de autônomos com rendimentos desiguais, aparecem bolsões de pobreza (principalmente nos EUA e na Inglaterra) e ocorre um desmonte dos mecanismos compensatórios do *Welfare State*.

Soares destaca que ocorreram resistências onde já havia um Estado de Bem-Estar Social bem desenvolvido, tanto por parte da burocracia quanto da população-alvo das políticas sociais. Mesmo assim, ocorreram cortes lineares no gasto social, bem como deterioração dos padrões dos serviços públicos oferecidos. Já nos países onde o Estado de Bem-Estar não existia, as políticas de ajuste incidiram sobre a pobreza muito mais pelo lado econômico¹³⁸ do que pelo lado da distribuição dos aparelhos de política social. O que passa a vigorar, na maioria dos países que não contavam com este Estado de Bem-Estar, são “(...) programas sociais de caráter emergencial, focalizados, contando com a ‘solidariedade comunitária’. Em todos os casos, porém, **essas políticas foram manifestamente insuficientes para diminuir a desigualdade social e a pobreza pré-existentes**” (ibid., p.22, grifo da autora).

A autora apresenta um panorama da desigualdade social na América Latina na década de 1980 e início da de 1990. Baseia-se em estudos da CEPAL que indicam, para ambos os períodos, um movimento contrário à equidade, causado pela crise. Destaca alguns aspectos apontados pela entidade, que comprovam este movimento. Dentre eles, destaco: 1) aumento percentual da população em extrema pobreza na década de 1980; 2) aumento do número de pobres urbanos na América Latina, ultrapassando o número de pobres rurais; 3) deterioração da qualidade de vida dos extratos médios urbanos.

Não se pode deixar de lado as observações feitas em relação à melhoria do nível educacional das populações, de aspectos relacionados à saúde, dentre outros, mas também é necessário ressaltar que isto não se reverteu em melhoria dos níveis de desigualdade. Por exemplo, em relação à educação, Soares assevera que os avanços no nível educacional não foram acompanhados por ganhos equivalentes em relação à renda.

¹³⁸ A autora destaca a abertura comercial, o deslocamento de indústrias e atividades e o desemprego como elementos do “lado econômico”.

Os estudos da CEPAL, no início da década de 1990, mostram a continuidade da preocupação com a equidade, mas focalizam dimensões específicas do social, dentre elas, emprego, distribuição de renda e pobreza. Mesmo que tenham sido registradas algumas melhorias em relação ao combate de desequilíbrios macroeconômicos e, na maioria dos casos, no controle da inflação, a autora afirma, baseada nos estudos da CEPAL, “(...) que **no início da década de 90, a incipiente recuperação de algumas economias regionais todavia não havia produzido efeitos perceptíveis no panorama social**” (ibid., p.33, grifo da autora).

Em relação à distribuição de renda, Soares destaca que os estudos procedidos pela CEPAL no período 1980-1990 mostram que, na maioria dos países, houve retrocesso acentuado no que tange à equidade, sendo que nos primeiros anos da década de 1990, a distribuição de renda é mais concentrada do que no final da década de 1970.

Entre as causas da pobreza Soares afirma que

diversas fontes coincidem em destacar a distribuição extremamente desigual dos efeitos da crise econômica e das políticas de ajuste ortodoxas, recaindo sobre os setores mais desfavorecidos; as estruturas extremamente assimétricas de distribuição de renda; as debilidades da política social; os ataques permanentes de certos setores influentes à própria legitimidade do gasto social, entre outras (ibid., p.40, grifo meu).

A autora cita um trabalho do Programa da Nações Unidas para o Desenvolvimento - PNUD, publicado em 1990, intitulado “Desenvolvimento Humano”, onde é registrado que recursos escassos não poderiam ser utilizados como justificativa da situação da América Latina, mas sim a **falta de compromisso político**, causa verdadeira do abandono em que se encontrava o homem. A prova disso é que países com recursos modestos apresentavam resultados humanos melhores que os mais prósperos¹³⁹ em função de uma melhor distribuição do crescimento econômico.

Pode-se dizer que, em síntese, considerando o estudo de Soares, a **ausência** de uma política de crescimento econômico, aliada a uma agressiva política social e a reformas na distribuição de renda, são as causas centrais da pobreza na América Latina.

A autora diz que muitos estudos foram feitos sobre a desigualdade social e a pobreza no Brasil, porém poucos relacionaram esta situação às políticas de ajuste implantadas na região. Soares atribui isto ao fato que, no Brasil, esses ajustes, combinando política

¹³⁹ Cita o Brasil como um país próspero, mas com uma desigualdade extrema.

recessiva com cortes em gastos sociais, só ocorreram nos primeiros anos da década de 1980 e após 1990.

Em suas conclusões, em termos de América Latina, a autora diz que seria homogeneizar diferentes experiências apontar a crise econômica vivenciada entre 1980 e os primeiros anos da década de 1990 como a causa única e exclusiva da expansão da pobreza na região. Soares procurou demonstrar em sua tese que não é

(...) indiferente a escolha da política social que se quer adotar, mesmo porque ela sempre está acompanhada de um determinado tipo de política econômica, além de estar inserida em um contexto que nunca é politicamente neutro. Um claro exemplo disso, (...) é o nível de deterioração verificado nos serviços sociais públicos, que nos países latinoamericanos estudados¹⁴⁰ é fruto de políticas governamentais deliberadas e não **apenas** resultado da crise econômica. Em algumas ocasiões, inclusive, países que já haviam saído da recessão econômica continuavam mantendo o ‘ajuste’ relativamente às políticas públicas sociais (ibid., p.337, grifo da autora).

A autora ressalta que esta conclusão não deve levar a um abandono da “perspectiva estrutural”. Afirmar que

é evidente o papel determinante da crise econômica, que interfere, combina e modifica as estruturas sociais, políticas e econômicas historicamente construídas em cada país. Ou seja, as **Políticas Sociais** estão determinadas, por um lado, pelos problemas sociais que conformam estrutural e conjunturalmente uma demanda por serviços e benefícios sociais; por outro lado, estão constrangidas pela estrutura e funcionamento do Setor Público, particularmente por seus mecanismos de financiamento, cujas restrições, perpetuadas por longa crise econômica, vêm-se tornando estruturais (ibid., grifo da autora).

Soares questiona a deterioração das políticas sociais públicas e afirma que existe uma relação direta entre políticas sociais e condições de vida, principalmente em países cujo tamanho da população em situação de exclusão é grande. Neste caso, para a autora, uma das causas centrais do aumento da pobreza na América Latina é o desmantelamento das políticas sociais públicas, efetivado a partir das políticas de ajuste estrutural de corte neoliberal.

Uma das conclusões a que chega Soares é que

as mudanças provocadas pelo ajuste econômico não são apenas conjunturais, com possibilidades de reversão no momento seguinte. Em alguns casos, eles foram de natureza estrutural. Exemplos disso são a criação de uma ‘nova pobreza’ nos países latinoamericanos (semelhante a dos países centrais) e a

¹⁴⁰ Esses países foram: Argentina, Bolívia, Brasil, Chile e México.

ruptura radical de padrões de políticas sociais preexistentes. A destruição causada pelo ajuste torna, muitas vezes, difícil o ‘caminho de volta’ (ibid., p.338).

É interessante perceber que o “caminho de volta” é considerado, pela autora, como “difícil” e não como “impossível”. Coloca-se aqui, a solução dentro do próprio sistema. Se for possível “voltar”, apesar de difícil, como isto seria feito? Como ficam os “problemas estruturais”?

Cohen (1998, p.15) afirma que “o mundo enriquece em ritmo nunca visto.” Segundo ele, tomando o mundo em seu conjunto, “está se produzindo irresistivelmente um fenômeno parecido aos ‘trinta gloriosos anos’ que conhecemos no pós-guerra. Enquanto isso, ao contrário, as velhas nações ocidentais são atingidas por um mal do qual elas acreditavam estar curadas: o pauperismo.”¹⁴¹

Para o autor, o aumento das desigualdades torna-se o grande assunto do final do século XX. Diz que, na Europa, o essencial da desigualdade está centrado na questão do emprego e nos Estados Unidos, relaciona-se à questão salarial.¹⁴² Entre 1979 e 1987, os trabalhadores com o nível de 2º Grau perderam mais de 20% do seu poder de compra. É nesse período que é cunhada a expressão “working poor”, que designa os trabalhadores que estão abaixo do patamar de pobreza. Eram 10% da população economicamente ativa no começo de 1970 e 20% no início de 1990.

O autor busca demonstrar que é falso atribuir as crises pelas quais passam presentemente os países ricos, à globalização, sendo que o protecionismo recomendado “pelos últimos colbertistas” seria inoperante se aplicado. Afirma que

é sob o peso de suas próprias transformações que o capitalismo ‘abriu-se’ brutalmente. Unidades de produção menores e mais homogêneas, terceirização crescente e uma nova tendência à ‘profissionalização das tarefas’, que rejeita como um peso morto os trabalhadores menos qualificados – todas essas tendências pouco dependem da globalização. De fato, as transformações que estão em curso hoje podem ser observadas em

¹⁴¹ O autor sustenta, baseado em Bairoch, que até o século XVIII não existiu uma grande diferença no nível de renda de muitas civilizações, em seus apogeus. Segundo ele, “nos primórdios da primeira revolução industrial, o desnível de renda entre os habitantes da Europa Ocidental, da Índia, África ou da China era provavelmente inferior a 30%. Tudo modificou-se com a revolução industrial, que aprofundou brutalmente uma diferença considerável entre as nações. Em 1870, a renda per capita das nações mais ricas já era onze vezes mais elevada que a renda per capita das nações mais pobres. Até 1995, este número foi multiplicado por cinco: atualmente, os mais ricos são mais de cinquenta vezes mais ricos que os mais pobres” (COHEN, 1998, p.34).

¹⁴² Em relação aos Estados Unidos, segundo Cohen (1998), o salário médio do operário americano caiu 5% entre 1970 e 1990 e a distância entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres cresceu em 40%. Já o salário dos altos executivos passou de 30 a 150 vezes o salário de operários especializados.

quaisquer profissões, setores, e em quaisquer tarefas, estejam em contato ou não com a economia mundial. Elas são resultados de duas evoluções da maior importância: a revolução da informática e a massificação do consumo, e o mais das vezes são totalmente independentes do comércio, hoje ainda tão incipiente, com os países pobres (ibid., p.17).

Também chama a atenção para as políticas de empobrecimento do campo em função do desenvolvimento das cidades e da corrupção no seio das elites. Cita o exemplo da Venezuela, dizendo que, nas décadas de setenta e oitenta, independentemente da abundância de petróleo, a Venezuela empobreceu de forma absoluta. Em 1990 a renda média do venezuelano foi inferior à de 1970. Afirma que a corrupção gangrenou a economia, tornando-a menos produtiva nos dias de hoje do que vinte anos atrás. O mesmo aconteceu com a Nigéria.

Segundo Cohen (1998, p.74), neste final de século, foram levantados uma série de elementos, além da globalização, para explicar o empobrecimento: “a terceirização, a imigração, o desmantelamento dos sindicatos, a desregulamentação, etc.” Referindo-se ao caso norte-americano, o autor sustenta que esses fenômenos não explicam a redução salarial dos trabalhadores. Na sua compreensão, é a **escolarização** “que rompe o equilíbrio entre trabalhadores qualificados e não-qualificados” (ibid., p.78). Para o autor,

o trabalho está engajado num processo de crescente profissionalização, processo este que expela para a periferia da sociedade os agentes que não conseguem integrar-se a ele. **Portanto, na realidade, por trás da fachada da globalização ou da terceirização, é uma verdadeira revolução das técnicas de produção que está na origem da formidável explosão de desigualdades observadas nos dias de hoje** (ibid., p.80, grifo meu).

Cohen traz à tona a “terceira revolução industrial” ou “revolução da informática”. Segundo ele, “o que está em jogo na terceira revolução industrial é o tipo de organização do trabalho que ela gerará, isto é, simplesmente, o tipo de coesão social que dela resultará” (ibid., p.81). A análise das desigualdades estará baseada na qualidade de cada trabalhador e na importância de seu trabalho.¹⁴³ Afirma que “**a nova miséria do capitalismo contemporâneo é a de criar no seio de cada grupo social, no seio de cada vida, tensões que até agora eram atributos das rivalidades entre os grupos**” (ibid., p.85, grifo meu).

¹⁴³ O autor trabalha com a teoria de Michael Kremer, denominada “O-Ring”, cujo fundamento está na qualificação. Qualificação esta que está na base das desigualdades. Segundo Cohen (1998, p.85), “é no âmbito de cada faixa etária, de cada categoria de diploma, de cada setor da economia que o fenômeno da desigualdade se produz.”

Para o autor, a terceira revolução industrial não age apenas no campo da produção, mas atua no conjunto do corpo social. Ele dedica algumas páginas à escola e diz que “**é necessário moderar, infelizmente, o ardor daqueles que poderiam enxergar na escolarização a panacéia universal para a luta contra as desigualdades** (ibid., p.93, grifo meu).¹⁴⁴ Diz isso, considerando o fato de alguns economistas não hesitarem a atribuir a origem da nova era de desigualdades à própria escolarização de massa. Isto não significa dizer que um esforço para a escolarização de todos seja abandonado, mas que a necessidade de aperfeiçoamento continuará a causar desigualdades. A própria diferenciação dos tipos de escola já colabora para as desigualdades. Passa a ser importante o local onde a pessoa foi escolarizada.

Cohen afirma que a crise do emprego vivida nas décadas de setenta e oitenta foi uma crise do trabalho não-qualificado. Apresenta dados de 1990, referentes a França, onde o índice de desemprego de trabalhadores qualificados passou de 2,5% para 4,5%. Já o de trabalhadores não-qualificados explodiu, chegando próximo a 20%.¹⁴⁵ Aqui, é possível questionar o seguinte: se tanto em relação aos trabalhadores qualificados como aos não-qualificados o que ocorria era uma diminuição dos postos de trabalho, adiantaria de alguma forma qualificar os não-qualificados? Isto não levaria apenas a um aumento do índice de desemprego dentre os qualificados? E se ocorresse uma qualificação de todos?

Em síntese, conforme este autor, o que está posto como causa central das desigualdades e da pobreza atual é esse processo de crescente profissionalização causado pela

¹⁴⁴ Londoño (1997, p.127) – que atuava, na época da publicação deste estudo, no Departamento Técnico do Banco Mundial – é um ardente defensor desta idéia. Em seu estudo sobre a situação da América Latina, afirma que “(...) o persistente desequilíbrio na formação do capital humano é um dos elementos fundamentais que contribuem para o fraco desempenho global da economia latino-americana e sobretudo para a falta de progresso em matéria de pobreza e distribuição de renda.” Neste sentido, destaca a educação deficiente oferecida para adolescentes ao longo de várias gerações, o que resulta em um baixo nível de escolarização dos trabalhadores da região. Isto é resultado da aplicação de políticas inadequadas, o que leva o autor a concluir que **pobreza e desigualdade não são estruturais, mas resultado dessas políticas**. Analisando essa posição do Banco Mundial em relação à educação, Leher (1998, p.259) afirma “ (...) que o núcleo da argumentação do Banco na década de 1990 está centrado na conexão pobreza-estabilidade. A educação é concebida como uma mediação entre ambas as dimensões, estando, portanto, no cerne da configuração político-ideológica. Na percepção desta instituição, se não é possível integrar as pessoas ao tempo hegemônico (era do mercado ou globalização) pelo desenvolvimento econômico, é preciso integrá-las de uma outra forma. E a educação é a mais recorrentemente citada.” A educação teria, então, na compreensão do autor, muito mais a função ideológica de manter uma estabilidade política do que realmente alçar aqueles que estudam a uma condição de não-pobre. Parada (2002), estudando as relações entre educação e pobreza conclui que se não é possível demonstrar que a educação tire as pessoas da pobreza, também não é possível dizer que se possa prescindir dela no combate à pobreza.

¹⁴⁵ Cohen (1998, p.110) também aponta o desemprego de massa vivido pela Europa. Segundo ele, “em 1973, o desemprego perfazia 3% da população ativa; em 1976, ultrapassava o patamar de 6%. Em 1996, já somava 12%”. O jornaldamidia publicou em 01/02/2005 que o desemprego na União Européia, em seu conjunto, estava na casa dos 8,9% em dezembro de 2004 (www.jornaldamidia.co.br) - acessado em 04/02/2005).

revolução das técnicas de produção. É importante ressaltar que, mesmo não vendo na educação e na qualificação a fonte de solução para as questões de desigualdade e pobreza, o que se pode entender da posição do autor é que ainda há uma chance bem maior para aqueles que se qualificarem.¹⁴⁶

Referindo-se à situação do Brasil, Schwartzman (2004) concorda com as análises que apontam as diferenças em educação como central para o aumento das desigualdades de renda. Afirma que os níveis de pobreza e exclusão derivam de uma combinação de elementos de natureza econômica, política e cultural. Neste sentido, diz ser “(...) ingênuo supor que a pobreza e a desigualdade poderiam ser eliminadas pela simples ‘vontade política’, ou pela distribuição de recursos dos ricos para os pobres” (ibid., p.35). Para o autor, a educação tem um papel fundamental no processo de eliminação da pobreza, tanto que é apresentada como o principal correlato da desigualdade de renda. Porém, ressalta que “(...) não é verdade que nada pode ser feito em relação à pobreza enquanto a situação educacional da população não se alterar de forma mais substancial” (ibid.). Devem ser buscadas políticas focalizadas para a solução de situações mais extremas.

Até aqui foram apresentadas análises mais locais (nacionais ou regionais) em torno das causas da pobreza. A “globalização” não foi posta como foco central dessas análises, apesar de não podermos dizer que tenha sido “desconsiderada”. Porém, alguns autores fazem uma análise da pobreza focando a globalização. Neste sentido, cabe apresentar como esta globalização está sendo entendida.

O fenômeno denominado globalização tem sido considerado por muitos como algo recente e por outros como algo que sempre aconteceu. Por exemplo, Hirst e Thompson (1998) dizem que se a globalização for compreendida como economia internacional aberta que acarreta em grandes e crescentes fluxos de comércio e investimento de capital entre os países, não podemos considerá-la recente. Isto já acontece há mais de um século, inclusive com níveis de abertura maiores.¹⁴⁷

Estes autores chamam de ingênuos aqueles que tendem a ver a globalização como fenômeno ocorrido pós-1973 e dizem que vale a pena preservar uma economia internacional

¹⁴⁶ Alayón (1995), analisando a situação da Argentina no final da década de 1980, chama a atenção para o fato de pobreza e desemprego não serem fenômenos derivados do grau de escolaridade, visto que muitos trabalhadores alfabetizados e especializados estavam sendo jogados no desemprego.

¹⁴⁷ Hirst e Thompson (1998, p.337-338) exemplificam com o processo vivido na *Belle Époque* entre 1870 e 1914. Os autores afirmam que, “fora a abertura crescente dos Estados Unidos tanto em matéria de exportação quanto de importação desde a década de 70, as economias da maior parte dos países desenvolvidos não são notavelmente mais abertas em termos da proporção do comércio em relação ao PIB do que eram antes de 1914 - embora o volume do comércio tenha crescido consideravelmente.”

aberta, porém, se for completamente desregulada e organizada em benefício das nações mais ricas e das maiores empresas, provavelmente tornar-se-á socialmente e ambientalmente insustentável.

Em relação ao beneficiamento das nações mais ricas em função do processo de globalização, Tavares e Melin (1997) destacam o fato de os países periféricos, excetuando os asiáticos, passarem por um processo de submissão crescente em função da nova ordem global. Este processo tem sido marcado pela regressão industrial e desequilíbrio financeiro estrutural, que ocasionaram crises freqüentes, particularmente nos países da América do Sul e do leste europeu, sendo o continente africano o que mais sofreu.

O fato de a globalização estar beneficiando, em grande medida, apenas os países desenvolvidos, parece ser um consenso entre vários estudiosos. Para eles, a globalização não diz respeito apenas ao fluxo comercial (de produtos e capital) entre os países. Ela traz consigo um conjunto de medidas a serem adotadas pelos países que estão fora do bloco hegemônico, representado pelo G7 mais a Rússia.

Tavares e Melin (1997, p.56) referem-se à hegemonia norte-americana dizendo que

do ponto de vista geopolítico, a partir da derrota da ex-URSS e do desmonte da velha ‘ordem bipolar’, criou-se uma situação de instabilidade estrutural em que a tendência a uma hierarquização do poder político internacional centralizada na potência hegemônica (...) limita decisivamente a eficácia dos Estados Nacionais como agentes de poder soberano, comprometendo, inclusive, sua capacidade de regulação econômica e proteção social.

Os autores utilizam o termo “globalização financeira” para falarem desse momento atual em função de a dominação dos países desenvolvidos, em especial dos EUA, estar calcada, principalmente, no mercado financeiro. Para eles,

ao se discutir a dinâmica da economia internacional contemporânea (...) freqüentemente se menciona a globalização como sendo um fator central. Confunde-se porém a transnacionalização produtiva que vem ocorrendo a mais de cem anos no mundo (...) com a mudança de cenário mais recente ocasionada pelas políticas de globalização financeira. No entanto deveria estar claro que foi esta segunda, e não a primeira, que reforçou a assimetria de crescimento e de poder em favor dos EUA, ao promover uma reversão da liquidez internacional e induzir consistentemente a adoção de políticas deflacionistas e inibidoras do crescimento, que têm recebido a designação geral de ‘neoliberalismo’ (ibid., p.73-74).

Chamo a atenção para este fato porque os discursos em favor da globalização se calcam numa maior abertura de comercialização de mercadorias. O comércio de mercadorias e a produção de bens materiais pressuporia um incremento no desenvolvimento industrial e de serviços, o que acarretaria, em última análise, em maior empregabilidade e desenvolvimento dos países. Porém, a realidade apontada por estes e outros estudiosos vem demonstrando uma dominação das transações financeiras, o que colabora para um aumento, cada vez maior, nos níveis de exclusão social, refletidos através do empobrecimento, do desemprego, da impossibilidade de grande parte da população mundial gerar meios de sobrevivência.

Pochmann et al (2004) afirmam que, em função da financeirização, a globalização, em especial, a partir da década de 1990, traz consigo a marca da instabilidade. Para esses autores, esta globalização não integra o conjunto da economia mundial e, quando alcança a maioria dos países, coloca-os em posições desiguais no processo de troca. Ela ainda tem como marcas a restrição dos movimentos migratórios dos países pobres para os ricos e o desinteresse no estabelecimento de marcos globais para políticas sociais, tendo como base a taxação dos movimentos de capitais. Concluem dizendo que “não por acaso, a xenofobia e a ideologia anti-estatal acompanham a atual onda de globalização” (ibid., p.34).

Autores como Hirst e Thompson (1998) e Tavares e Melin (1997) ainda destacam o fato de este movimento de globalização financeira beneficiar, em grande medida, os Estados Unidos que, durante 17 anos, têm sido o maior receptor de capitais do mundo.

O investimento direto estrangeiro (IDE) feito nos países, em termos globais, segundo Hirst (1998), veio substituir eficientemente o comércio e foi viabilizado pelo relaxamento do controle cambial ocorrido no início dos anos 80. Porém, o IDE continua a circular principalmente entre os três principais blocos da tríade (Europa, Japão e América do Norte). O autor aponta o fato que, no período de 1981 a 1990, 75% dos fluxos de investimento foram movimentados na tríade (que representava 14% da população mundial em 1990).¹⁴⁸

Este autor afirma ainda que o investimento feito em países em desenvolvimento não tem privado o mundo industrializado de seu capital. A distribuição da renda mundial é tão desigual e o desenvolvimento é tão concentrado em alguns Estados-chaves (como a Malásia)

¹⁴⁸ Segundo Hirst (1998, p.110), mesmo acrescentando os outros "nove mais importantes países em desenvolvimento, recebedores de IDE, e as oito províncias costeiras da China, além de Beijing, eles representariam outros 14% da população mundial e tomariam 16,5% de IDE no mesmo período. Desta forma, mais de 50% do IDE foi confinado em pouco mais de um quarto da população mundial."

que a maior parte da África, da América Latina e boa parte do sul da Ásia permanecem pobres e são cada vez mais excluídos da economia internacional integrada.

No cerne de toda a complexidade do atual processo globalizador aparece a desregulação dos mercados. Hirst (1998, p.114) afirma que até a liberalização dos movimentos de capital ocorrida no início da década de 1980, “os governos detiveram poder real sobre os mercados financeiros; controles de câmbio limitavam os negócios externos, sobretudo na simplificação do comércio e investimentos de longo prazo.”

Tavares e Melin (1997, p.64) chamam a atenção para o comprometimento da capacidade de regulação econômica dos Estados Nacionais em função da hierarquização do poder político internacional dos EUA. Afirmam que o dólar assume o papel de “moeda financeira em um sistema desregulado onde não existem paridades cambiais fixas, vale dizer, onde não há padrão monetário rígido.”

Dirigindo-se à hegemonia norte americana, estes autores destacam o fato de não ser a primeira vez na história que um regime de dominação com base nas armas e no capital financeiro se impõe em nível global, mesmo de forma imperial frente a grandes potências dos três continentes¹⁴⁹. Significa dizer, no entendimento dos autores, que atualmente os EUA parecem buscar ultrapassar a condição “de gestores hegemônicos da ordem internacional numa tentativa de imporem-se como centro de comando imperial” (ibid., p.84). Isto, de certa forma, se contrapõe à possibilidade de uma ação coordenada pelos países avançados no sentido de modificar o quadro de brutal diferença de desenvolvimento e distribuição de riqueza em nível mundial, como proposto por Hirst e Thompson.

Porém, mesmo que a hegemonia estadunidense seja abalada e que os EUA não consigam se impor como um centro de comando imperial, não significaria necessariamente o surgimento de uma ordem diferente da atual. Esta hegemonia pode ser alcançada por outro país ou mesmo por um bloco, como no caso da União Européia. Esta alternância se mostra possível no interior da ordem capitalista.

Um outro ponto a ser considerado é a “afinação” da ampla maioria dos governos dos países em desenvolvimento para com as políticas ditadas pelas grandes potências através de organismos que defendem seus interesses, como o FMI e o Banco Mundial. Estas instituições, em nome de uma ajuda para os países enfrentarem crises ou se desenvolverem, têm imposto uma série de medidas que vêm agravando a situação em que se encontram.

¹⁴⁹ Os autores destacam o fato de os EUA, principalmente após a ruptura do bloco soviético em 1989-1990, terem endurecido sua estratégia de dominação, tomando posições à margem do interesse de seus aliados. Um exemplo claro e mais recente foi o ataque ao Iraque, mesmo contra recomendações da ONU.

Como aponta Souza (1998), ao referir-se ao caso brasileiro, existe uma intransparência na intenção e nos resultados da ação da globalização no país. Este autor cita um trecho da carta de intenções do governo brasileiro solicitando recursos ao FMI: “as reformas incluem a continuada abertura da economia por meio da liberação do comércio e dos fluxos de capital, o que talvez seja o mais amplo programa de privatizações da história, a desregulamentação dos setores chaves da economia” (MALAN apud SOUZA, 1998, p.3). Para o autor, essas medidas (reformas) apresentadas na carta, são as mesmas que geraram a crise brasileira. A intransparência está no fato de que esconde-se que nem tudo é crise, já que poucos ganham muito com ela, e o que parece é que todos estão perdendo. Isto possibilita questionar a separação, apontada por Bauman (1999), entre economia e política. O problema está na compreensão que muitos autores têm em relação ao papel do Estado capitalista.

Bauman (1999) diz que, diferentemente dos proprietários fundiários do início da modernidade, os capitalistas de agora, em função da mobilidade de seus recursos, não têm encontrado limites “(...) **sólidos, firmes, resistentes que obriguem ao respeito**” (ibid., p.18, grifo meu). Estes limites representam aqueles impostos administrativamente sobre o livre movimento do capital e do dinheiro. Os que existem, são poucos e estão cada vez mais sob pressão. São os limites postos pelo Estado. Como para este autor, o Estado-Nação está cada vez mais fragilizado diante do mercado, tem perdido seu poder de regulação. Mas isso parece não impedir a regulação do sistema em si, visto que Bauman, como foi exposto anteriormente, acredita que deva haver uma “obrigação”, por parte dos capitalistas, para com a comunidade. Ou seja, se o Estado não regula, cabe ao capital a auto-regulação.

Em relação à América Latina, Tavares e Melin (1997) afirmam que esta torna-se, a partir do início da década de 1990, um bom exemplo dos malefícios de uma inserção subordinada no processo globalizador. O resultado foi: perda de competitividade, reversão de seu processo de industrialização, piora da situação social e aumento da dependência dos fluxos de capital externo. Estes e muitos outros autores acreditam que o processo de desregulação do mercado possa ser controlado pelo Estado, o que poderia criar um novo cenário mundial. Bauman (1999), parece desiludido com a possibilidade de regulação por parte do Estado, mas não em relação à possibilidade e necessidade de auto-regulação do capital. Estaria o posicionamento deste autor se constituindo em uma tendência de retorno, ou pelo menos de uma aproximação bem maior ao pensamento dos liberais “menos radicais” como Ul Haq e Galbraith, por exemplo? É possível pensar que sim, principalmente considerando que muitos social-democratas já se preocupam em apontar as dificuldades de implementação de suas propostas, apesar de ainda não falarem em impossibilidade.

Dupas (1999) defende a existência de fortes relações entre a globalização e o aumento do desemprego e da exclusão social. Cohen (1998), por outro lado, não considera o aumento da pobreza nos países desenvolvidos como decorrência do processo de globalização em si, mas como resultado de uma especificidade do atual momento, ou seja, a revolução das técnicas de produção que exige uma crescente escolarização, causando uma disputa cada vez maior no interior de cada grupo de trabalhadores.

Para Dupas, as estatísticas internacionais têm mostrado o lado perverso do “dinâmico e inovador capitalismo global.” Porém, diante dos índices imensos de desemprego nos países periféricos, as idéias apresentadas para o tratamento do problema são as mesmas, ou seja, redução da jornada de trabalho e maior ajuste dos orçamentos públicos, provocando maiores restrições aos programas sociais.

Segundo este autor, o processo de internacionalização das economias capitalistas, a chamada globalização, intensifica-se a partir do início da década de 1980. Apresenta como características distintivas desse processo uma grande integração dos mercados financeiros mundiais, bem como um crescimento singular do comércio internacional possibilitado pela queda generalizada de barreiras protecionistas, em especial, no interior dos grandes blocos econômicos.¹⁵⁰ Um dos seus traços mais marcantes é a crescente presença de empresas transnacionais.¹⁵¹ É neste contexto altamente internacionalizado que, segundo Dupas, o espaço de operação de políticas públicas vem se reduzindo sensivelmente.

Nesta dinâmica global, as empresas transnacionais atingem um mercado consumidor global baseadas na utilização de mão-de-obra, tecnologia e matérias primas do mundo todo. A diferença entre estas empresas e as multinacionais está no fato de que estas últimas tendiam a reproduzir as relações de trabalho praticadas nas matrizes. Já as transnacionais, fabricam partes de um produto em diferentes países e se utilizam de diferentes tipos de contrato de trabalho.

Este autor destaca que

as grandes alterações na lógica da produção global (...) não têm tido impactos somente em nível macroeconômico. Elas invadem também a esfera individual ao modificar valores e padrões a muito sedimentados, estando aí

¹⁵⁰ Fiori (1997) também aponta a década de 1980 como o momento de universalização da revolução neoliberal que promove, por todos os lados, a desregulação e abertura das economias nacionais, possibilitando que a globalização financeira tivesse um alcance sem precedentes, mesmo não incluindo a maior parte dos Estados Nacionais.

¹⁵¹ Segundo o autor, essas empresas são bem diferentes das corporações multinacionais que apareceram nas décadas de 1960 e 1970.

uma das principais raízes do sentimento de insegurança que começa a se generalizar e que está subjacente à preocupação com a exclusão social, fortemente ligada às mudanças acarretadas no mercado de trabalho (ibid., p.16).¹⁵²

Referindo-se ao que ele denomina de “as duas dialéticas do capitalismo global: concentração x fragmentação e exclusão x inclusão”, Dupas aponta a década de 1970 como um momento em que se iniciam intensas modificações sócio-econômicas em função do processo de internacionalização da economia mundial. Diz que

o capitalismo atual é alimentado pela força de suas contradições. De um lado, a enorme escala de investimentos necessários à liderança tecnológica de produtos e processos – e a necessidade de networks e mídias globais – continuará forçando um processo de concentração que habilitará como líderes das principais cadeias de produção apenas um conjunto restrito de algumas centenas de empresas gigantes mundiais. (...). Ao mesmo tempo, elas estarão competindo por redução de preços e aumento de qualidade, em um jogo feroz por *market share* e acumulação. Enquanto essa disputa continuar gerando lucros e expansão, parte da atual dinâmica do capitalismo estará preservada (ibid., p.39/40).

Em contraposição, a busca de eficiência e de novos mercados leva à fragmentação – terceirizações, franquias e informalização –, favorecendo o surgimento de uma grande quantidade de empresas menores que alimentam a cadeia produtiva central com custos mais baixos.

Em relação à dialética da exclusão o autor diz que

apesar do desemprego estrutural crescente (incapacidade progressiva de geração de empregos formais em quantidade ou qualidade adequada), o capitalismo atual garante sua dinâmica também porque a queda do preço dos produtos globais incorpora continuamente mercados (inclusão) que estavam à margem do consumo por falta de renda (ibid., p.40).

Aponta algumas tendências relacionadas ao atual processo globalizador. Uma é que a distinção clássica entre indústria e serviços tem sido, recentemente, desconsiderada¹⁵³; outra, paralela à concentração por especialização, aponta para a precariedade da distinção

¹⁵² Segundo Dupas (1999, p.16), o conceito de ocupação vem se transformando nesse atual padrão de acumulação capitalista. Para ele, “está se formando, com efeito, um novo paradigma de emprego – mais flexível, precário e desprovido das garantias de estabilidade associadas ao padrão convencional.”

¹⁵³ Segundo Dupas (1999, p.42), “a *Fortune*, que faz um acompanhamento rigoroso sobre grandes corporações mundiais eliminou – a partir da edição de 1995 – a separação entre indústria e serviços ao constatar a sua crescente inutilidade.”

clássica entre empresas industriais e empresas financeiras. Para o autor, “a regra atual do capitalismo contemporâneo é de poucos grandes grupos por setor operando em nível global e buscando a diminuição dos custos de seus fatores de produção” (ibid., p.43).

Dupas chama a atenção para o fato de a globalização e a inovação tecnológica reduzirem a capacidade de manobra dos Estados e dos sindicatos em função da mobilidade do capital e da possibilidade de deslocamento de segmentos da cadeia produtiva para outras regiões. Isto desestabiliza a estrutura de salários e desloca a concorrência para além da esfera nacional. A consequência disso é o crescimento da disparidade de renda e o engrossamento da exclusão social pelo aumento da pobreza, do desemprego e do subemprego.

Neste sentido, Bauman (1999) destaca a segregação social como parte integrante desse processo de globalização. Se intensificam também, segundo ele, tendências “neotribais” e fundamentalistas. Outro elemento destacado pelo autor é a progressiva ruptura de comunicação entre as “elites globais” e o restante da população, que acaba sendo levada a estar cada vez mais “localizada”. Refere-se ao fato de as companhias, nesse processo globalizador, buscarem sempre o melhor espaço para suas operações. Sendo assim, elas podem ser transferidas para qualquer parte, sem que seus acionistas sejam prejudicados. Mas aqueles que não podem ser transferidos junto, principalmente por não interessarem mais para as companhias, ficam presos à localidade.

Para Bauman,

a mobilidade adquirida por ‘pessoas que investem’ – aquelas com capital, com dinheiro necessário para investir – significa **uma nova desconexão do poder face a obrigações**, com efeito uma desconexão sem precedentes na sua radical incondicionalidade: **obrigações com os empregados, mas também com os jovens e fracos, com as gerações futuras e com a auto-reprodução das condições gerais de vida**; em suma, liberdade face ao dever de contribuir para a vida cotidiana e a perpetuação da comunidade (ibid., p.16, grifos meus).

Esta compreensão de Bauman aproxima-se bastante da de Galbraith (1996) quando este último refere-se à “sociedade justa”. Ou seja, a “sociedade justa” não deve permitir que ninguém fique em situação de desamparo. Neste caso, o capital não pode fugir da sua obrigação de proporcionar a todos a possibilidade de manutenção de suas vidas.

Para Dupas (1999), o impacto das novas cadeias globais sobre a geração e a qualidade dos empregos na economia contemporânea torna-se um tema altamente relevante no final do século XX, não somente pelos empregos que estão em jogo, mas pela sua

distribuição regional e seus efeitos sobre os diferentes países do mundo. Afirma que “o drama do emprego nos países da periferia do capitalismo, portanto, tende a se agravar com a baixa qualificação e a enorme oscilação da demanda, gerando problemas crônicos de subemprego e informalização” (ibid., p.76). Cita um trecho de um relatório do Banco Mundial de 1997, cuja conclusão é que “os pobres [...] não podem se dar ao luxo de ficar desempregados; eles são obrigados a aceitar o subemprego” (ibid.).

Dupas afirma que a tendência nesse momento da economia mundial é a geração de menos empregos diretos e formais por dólar adicional investido, resultante de fatores associados à automação e à informatização crescentes dos sistemas de gestão e produção, bem como dos radicais processos de reengenharia e downsizing, associados à busca de concentração na ponta superior das cadeias.

Em síntese, esse processo globalizador com sua tendência de diminuição cada vez maior do número de empregos acaba por se tornar o grande vilão da pobreza na análise da conjuntura atual. É necessário reforçar que não se trata apenas da diminuição do número de empregos, mas também da precarização do trabalho. Salama (1999)¹⁵⁴ destaca essa relação entre globalização e exploração do trabalho, centrando-se, principalmente, nas desigualdades que se estabelecem no interior do trabalho em função do nível de qualificação dos trabalhadores. Em relação à globalização, este autor afirma que trata-se de um processo que tende a ser cada vez mais excludente. Na sua compreensão,

(...) a globalização não se resume à abertura das fronteiras: ela traduz também o peso crescente dos mercados, a retirada dos Estados nacionais, a dificuldade de constituir formas de poder supranacionais capazes de orientá-la e a expansão de regiões cinzentas, que ela produz e de que se alimenta. Nesse sentido ela é excludente (ibid., p.39).

Chossudovsky (1999) fez uma análise sobre os impactos das reformas propostas pelo FMI e pelo Banco Mundial, desde a década de 1980, em relação ao aumento da pobreza global.

Este autor caracteriza a “crise atual” como mais complexa do que a que ocorreu no período entreguerras. Segundo ele, a cobrança da dívida em escala mundial regula o movimento da economia global. Esse processo tem sufocado as instituições do Estado nacional, bem como tem contribuído para a eliminação dos empregos e redução da atividade econômica.

¹⁵⁴ Ver também Salama (2000).

Afirma que “as respostas macroeconômicas são um reflexo concreto do sistema capitalista de pós-guerra e de sua evolução destrutiva” (ibid., p.11). Um dos elementos centrais que o autor destaca é o “desemprego mundial”. Na sua compreensão, as reformas patrocinadas pelo FMI agem diretamente no controle do custo da mão-de-obra em vários países. Isto gera o que o autor denomina de “economia baseada na mão-de-obra barata”. Ou seja, a diminuição com custos de mão-de-obra destrói a expansão dos mercados consumidores em função da redução do poder de compra. Isso reflete diretamente sobre a produção, levando a uma série de fechamentos e falências. O autor assevera que a cada momento da crise, “o movimento se dá em direção à superprodução global e ao declínio da demanda do consumidor. **Reduzindo a capacidade de consumo da sociedade, as reformas macroeconômicas aplicadas em todo o mundo obstroem, por fim, a expansão do capital**” (ibid., p.12, grifo meu).

A expansão das corporações internacionais e das sociedades mercantis incorre na destruição da base produtiva doméstica dos países em desenvolvimento.¹⁵⁵ Para expandir as suas exportações, esses países pautam-se na diminuição do poder de compra interno e, neste sentido, “a pobreza é um item introduzido no lado da oferta” (ibid.). Chossudovsky aponta a contradição existente entre “a consolidação de uma economia baseada na mão-de-obra barata” e a “procura de novos mercados consumidores”. Neste sentido, o retardamento de uma crise em função da busca de novos mercados não se concretizaria.

Um outro elemento, considerado pelo autor como central na análise do aumento da pobreza global, é o domínio exercido pelos monopólios globais, cujos interesses entram em conflito com os da sociedade civil.¹⁵⁶

Chossudovsky também destaca a instabilidade financeira, afirmando que “a desintegração da ‘economia real’ sob o impacto da reforma macroeconômica é acompanhada de um sistema financeiro global altamente instável” (ibid., p.15). Esse sistema financeiro, por sua vez, torna-se altamente frágil, visto que “no núcleo da crise econômica estão os mercados

¹⁵⁵ Chossudovsky (1999, p.13) atenta para o fato de que essas reformas também estão sendo desenvolvidas nos países da OCDE (Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico), apesar das diferenças em relação aos países em desenvolvimento. Por exemplo, diz o autor, “nos países desenvolvidos, as instituições de Bretton Woods não têm papel importante na ‘fiscalização política’”, ou seja, os credores exercem pressão direta sobre os governos nacionais sem que a burocracia daquelas instituições faça mediação.

¹⁵⁶ Chossudovsky (1999, p.14) diz que, “embora o espírito do liberalismo anglo-saxão tenha um compromisso com o ‘fomento da competição’, a política macroeconômica do G-7 tem sido, na prática (por meio de um rígido controle fiscal e monetário), responsável por uma onda de fusões (mergers) e compras em corporação, bem como pela falência planejada de empresas de pequeno e médio porte.”

de dívidas públicas (...)” (ibid., p.16).¹⁵⁷ Ainda em relação a “questão da dívida”, o autor ressalta um outro problema, ou seja, a conversão de dívidas privadas em dívidas públicas. Segundo ele, “este processo de ‘conversão da dívida’ é uma característica fundamental da crise: as perdas comerciais e bancárias, (...), têm sido sistematicamente transferidas para o Estado” (ibid., p.17).

De acordo com o autor, essa “crise da dívida” afeta diretamente o Estado. À medida que o Estado assume dívidas privadas e financia empresas para que possam se reestruturar, colabora para que essas empresas possam seguir o caminho das fusões, investir em tecnologia e, conseqüentemente, dispensar mão-de-obra. Além de aumentar os gastos públicos, essa atitude do Estado favorece o aumento da concentração da propriedade, bem como uma retração da arrecadação fiscal, em função da quebra de pequenas e médias empresas e também porque os trabalhadores dispensados deixam de pagar impostos.

Tudo isso gerou uma “crise do Estado”. Para Chossudovsky, “no ocidente, o sistema democrático foi colocado diante de um dilema: os eleitos para os altos cargos públicos atuam cada vez mais como burocratas e os credores do Estado tornaram-se depositários do poder político real, agindo discretamente nos bastidores” (ibid., p.20). Isto leva a “prática da democracia” a tornar-se um ritual e o Estado a equiparar-se a um Estado monopartidário, onde **“os resultados das urnas não têm virtualmente qualquer impacto sobre a real conduta da política econômica e social do Estado”** (ibid., p.21, grifo meu).

Essa observação feita pelo autor parece refletir o movimento de descontentamento com o atual governo (Lula) no Brasil, pelo menos por parte daqueles que esperavam alguma mudança nos rumos da política econômica. Apesar de ter sido eleito um “representante dos trabalhadores”, toda a política econômica tem sido direcionada para o cumprimento dos acordos do país com o FMI, os quais foram severamente criticados pelo Partido dos Trabalhadores no período de campanha eleitoral. Pode-se até questionar as margens de manobra que qualquer governo teria em relação à política econômica global, mas é difícil aceitar a mudança radical de discurso em relação a várias propostas e críticas anteriores, a exemplo da não correção da tabela do Imposto de Renda¹⁵⁸ e da não discussão pública das

¹⁵⁷ O autor observa que “a depreciação do dólar norte-americano, embora não reconhecida formalmente como decorrente do ‘atraso no pagamento da dívida consolidada’, denota uma contração de fato no valor real da dívida pública dos Estados Unidos nos mercados de capital internacionais” (CHOSSUDOVSKY, 1999, p.17).

¹⁵⁸ A não implementação de medidas neste sentido gerou muito descontentamento. Uma pequena revisão da tabela foi anunciada em fins de 2004. A correção foi de 10% em 2005, bem abaixo dos 17% solicitados pelas centrais sindicais, o que corrigiria apenas as perdas ocorridas no governo Lula. Desde 1996, a tabela havia sido corrigida apenas uma vez em 2002. O percentual de correção, na época foi de 17,5%.

mudanças implementadas na Previdência Social. No entanto, deve-se tomar cuidado para não isentar o Estado de responsabilidade em relação aos problemas que compõem o sistema do capital, ou seja, fazer dele uma “vítima” ao invés de tomá-lo como componente que, ao fim e ao cabo, responde às necessidades do próprio sistema.

Em termos gerais, a crise econômica global tem levado a uma grande compressão dos padrões de vida, especialmente nos países em desenvolvimento. A pobreza global não tem precedentes na história, mas como afirma Chossudovsky, **“essa pobreza não se deve a uma ‘escassez’ de recursos humanos e materiais, mas, antes, a um sistema global de oferta excessiva nutrido pelo desemprego e pela minimização do preço da mão-de-obra em todo o mundo”** (ibid., grifo meu).

Chossudovsky ainda destaca que o Estado, sob a agenda política neoliberal, torna-se crescentemente repressivo no controle dos direitos democráticos. A este respeito, Bauman (1999) refere-se aos estudos de Bourdieu¹⁵⁹, onde ele explicita que o Estado Social, nos EUA – que resulta do Estado Beneficente, fundado no conceito moralizante de pobreza –, tem tendido ao oferecimento de garantias mínimas de segurança para as classes médias e, ao mesmo tempo, tornado-se cada vez mais repressivo com uma grande massa populacional, principalmente negros. O estado da Califórnia gasta com a manutenção e construção de prisões muito mais do que destina a todas as instituições de ensino superior. A prisão passa a ser vista como a última e mais radical forma de confinamento espacial. Wacquant (2004), analisando a situação francesa, afirma que, como o Estado não consegue superar sua impotência no campo econômico e social, torna-se cada vez mais repressivo. Para este autor, a prisão funciona como “aspirador social”. Ela serve “para limpar as escórias das transformações econômicas em curso e retirar do espaço público o refugio da sociedade de mercado (...)” (ibid., 217).¹⁶⁰

Bauman (1999) destaca que “o confinamento espacial, o encarceramento sob variados graus de severidade e rigor, tem sido em todas as épocas o método primordial de lidar com setores inassimiláveis e problemáticos da população, difíceis de controlar” (ibid., p.114). Afirma que, na atualidade, “o confinamento é antes uma *alternativa ao emprego*, uma maneira de utilizar ou neutralizar uma parcela considerável da população que não é necessária

¹⁵⁹ Que, por sua vez, se refere aos estudos de Loïc Wacquant.

¹⁶⁰ Wacquant (2004, p.223) afirma que, “para não resvalar em uma escalada penal sem fim e sem saída, é indispensável reconectar a discussão sobre a delinquência com a ampla questão social deste século: *o aparecimento do trabalho dessocializado, vetor de insegurança social* e de enfraquecimento material, familiar, escolar, sanitário e até mental. Pois ninguém consegue ordenar sua percepção do mundo social e conceber o futuro quando o presente está fechado e se torna uma luta diária e sem trégua pela sobrevivência.”

à produção e para a qual não há trabalho ‘ao qual se reintegrar’” (ibid., p.120). O crescimento do número de encarcerados ou que aguardam uma sentença, aumenta no mundo todo. Isto significa, segundo o autor, que não há aí uma ligação com uma postura política ou ideológica específica de um determinado governo. As causas do crescimento vertiginoso das prisões é o “(...) amplo quadro de transformações conhecidas pelo nome de globalização” (ibid., p.124). Esta posição do autor demonstra o que ocorre com muitos outros, ou seja, tira o peso dos problemas do sistema em si. O problema não está no capitalismo, mas na globalização.

Destaca que

a atenção localizada sobre um ‘ambiente seguro’ e tudo o que possa de fato ou supostamente implicar é exatamente o que as ‘forças do mercado’, atualmente globais e portanto extraterritoriais, querem dos governos (com isso impedindo-os de fazer qualquer outra coisa). No mundo das finanças globais, os governos detêm pouco mais que o papel de distritos policiais superdimensionados; (...) (ibid., p.128).

Os Estados devem provar que são seguros e, neste caso, seu papel principal, diz o autor, é fazer o melhor policial possível, o que se constitui na melhor coisa, ou talvez na única coisa, que pode fazer para atrair o capital nômade. O Estado tende, então, a especificar em seu código criminal aquelas ações mais prováveis de serem cometidas pelos pobres. “Roubar os recursos de nações inteiras é chamado de ‘promoção do livre comércio’; roubar famílias e comunidades inteiras de seu meio de subsistência é chamado ‘enxugamento’ ou simplesmente racionalização” (ibid., p.131). Esses não são considerados crimes. Segundo Bauman, o resultado de todo este movimento é a criminalização da pobreza.

Como faz parte do pensamento social-democrata separar o Estado do Capital – mesmo quando considera que o Estado é do capital – parece que essa postura de proteger os “poderosos” e punir os “pobres” é uma ação imposta ao Estado que, sem saída, acaba acatando. A ampla maioria dos autores, diferentemente de Bauman, acaba destacando como uma opção política o fato de os governos aceitarem determinadas definições do capital, se configurando também como “governos neoliberais”. Se Bauman não aponta como uma “opção”, deixa entender que o Estado é forçado a isso, o que desconfigura a relação entre Estado e forças econômicas. Isto, de certa forma, também é acatado por Chossudovsky (1999).

A análise de Chossudovsky (1999) se aproxima da feita, em especial, por Soares (2001). Assim como ela, o autor destaca alguns elementos do atual momento do capitalismo, principalmente fazendo a relação com as reformas propostas pelo FMI e Banco Mundial.

Mesmo que o autor aponte elementos importantes como os relacionados à crise econômica e ao papel do Estado, na minha opinião, é pouco enfático em relação à dimensão estrutural desses elementos. Como veremos no capítulo III, ele considera a possibilidade de saídas no interior do capitalismo, como todos os demais aqui destacados.

Propondo-se a discutir a pobreza e a desigualdade na era da globalização, Venanzi (2002), reforçando a compreensão da ampla maioria dos autores aqui citados, destaca que não há dúvidas sobre a influência da globalização no fato de que milhões de pessoas têm sido jogadas na pobreza. As transformações econômicas, associadas ao processo de globalização e de expansão desregulada da grande corporação privada têm trazido como resultado, custos sociais extremamente elevados em todas as partes do globo. Em concomitância a este processo, o autor registra um abandono das “explicações estruturais” para a pobreza, principalmente nos países industrializados. Não é por acaso que estão sendo ressuscitadas as teorias que justificaram a pobreza a partir da própria natureza do pobre, que buscaram provar que existiam diferenças de inteligência, atitudes e mesmo qualidades morais entre as raças. Para o autor,

nota-se que, estas teorias deterministas da pobreza e o que pretendem explicar (criminalidade, violência, desvio sexual e outras desordens) têm recebido um grande respaldo dos setores conservadores nos países afetados, em razão de que provêm uma excelente justificação para os cortes orçamentários em áreas chaves como saúde e educação. O que tem se estabelecido é que, como a pobreza tem uma raiz genética, as políticas sociais destinadas a combatê-la sempre resultarão infrutíferas (ibid., p.14-15, tradução minha).

Continua dizendo que,

em geral, se sustenta que a desigualdade é inevitável e que tentar remediá-la por meios sociais (entenda-se artificiais) como têm feito os reformistas, os revolucionários e os liberais do Estado de Bem-Estar, é ir contra a natureza. As diferenças entre os homens e as coletividades, contrastadas com o pano de fundo dos padrões biológicos de comportamento, que são universais, inevitavelmente frustrarão qualquer esforço para reconstruir a sociedade sobre bases mais igualitárias (ibid., p.15, tradução minha).

Este tipo de compreensão tem sido utilizado para justificar uma série de posturas, por exemplo, para intentar contra aqueles que se manifestam contrários a determinada ordem. Neste caso, os conflitos raciais podem ser justificados como resultado de atitudes e qualidades morais.

Além dessa compreensão, diz o autor, outras são aliadas a ela para justificar a retirada do Estado da função de aliviar a pobreza. Uma delas é relacionada a culpabilidade do próprio pobre pela sua condição, que renasce, segundo Venanzi, com o pensamento neoliberal. Como a culpa é do próprio pobre, este deve buscar, no mercado, a solução para sua condição. Não cabe ao Estado responder por algo que não resulta da organização social.

Os autores até aqui apresentados partiram da compreensão de pobreza como “falta de recursos materiais” para viver dentro do padrão socialmente estabelecido a partir da definição de uma linha de pobreza. Ou seja, no centro de suas análises é essa “falta” que coloca alguém na condição de pobre.

Barros, Henriques e Mendonça (2000), assim como Rocha (1995 e 2000), assumem uma linha de definição mais direta a respeito das causas da pobreza. Apontam a má distribuição de renda como a causa central da pobreza no Brasil, não deixando de fazer referência aos elementos macroeconômicos globais que influenciam diretamente as dinâmicas locais.

Abranches (1987) relaciona a pobreza no Brasil a problemas associados à história do padrão de desenvolvimento do país – o que denominou de pobreza estrutural – e a problemas relacionados à crise do emprego, à queda da renda, à concentração de renda e aos processos inflacionários – o que denominou de pobreza cíclica. Esses pobres têm dificuldades de sair da pobreza, principalmente em função da falta de oportunidades para tal.

Alayón (1995), por sua vez, conferiu à “dependência” e à “exploração” dos países em desenvolvimento, bem como ao papel desempenhado pelas burguesias locais, o *status* de causas da pobreza na América Latina. Esta posição do autor, de certo modo, acaba sendo referendada por aqueles, a exemplo de Soares (2001), que vêem nas reformas promovidas pelas políticas de ajustes estruturais (promovidas pelo FMI e Banco Mundial e apoiadas, principalmente, pelos EUA e pela Inglaterra) a causa da pobreza para essa mesma região. Esta posição foi ampliada por Chossudovsky (1999), na sua análise da globalidade da pobreza.

Cohen (1998) se contrapõe à análise que a ampla maioria dos autores aqui apresentados fazem em relação aos efeitos da globalização sobre o fenômeno pobreza. Ele nega que a pobreza derive deste movimento em si, sendo ela o resultado de um processo de contínua exigência de qualificação em função da revolução nas técnicas produtivas, o que aumenta a exclusão daqueles que não conseguem se adaptar a essas exigências. É preciso lembrar que Cohen não aponta uma escolarização ampla como solução, até porque no interior de um amplo processo de escolarização também se encontrariam níveis de excelência diferenciados. Os demais autores vêem nesse movimento global, vários elementos que

formam um conjunto de causas da pobreza, alguns dos quais referem-se a “problemas estruturais”, como já frisado, sem especificar o que querem dizer com isso. O que aproxima a todos, em definitivo, é que todos apontam para soluções para a pobreza no âmbito do próprio sistema, como veremos no capítulo III.

2 – A ênfase na “dimensão política”.

Como enfatizado anteriormente, há um grupo de autores que se refere à “dimensão política” da pobreza como sendo a principal dimensão a ser analisada. Ou seja, se a causa da pobreza é “política”, estratégias “econômicas” não lograrão resolver o problema. Demo (1996), por exemplo, diz que o centro da pobreza não está na insuficiência de renda, mas na exclusão política, na desigualdade. O problema é a precariedade da cidadania. É disto que decorre a insuficiência de renda e demais fatores que caracterizam a pobreza. A “pobreza política” leva o pobre a não se reconhecer como injustamente pobre, o que reforça sua condição. É a falta de investimento no desenvolvimento de competências políticas que reforça a persistência da pobreza. E, no centro desse processo, o autor aponta a baixa escolaridade como um dos maiores problemas. Destacarei aqui algumas posições do autor que se prestam a explicar que não é qualquer tipo de educação que modifica a pobreza política, bem como que existe diferença entre educação e conhecimento. A síntese apresentada abaixo, de certa forma, se confunde com as soluções apresentadas pelo autor e que serão discutidas no próximo capítulo. Porém, é necessário fazer esta apresentação para que tenhamos clareza da sua posição em relação as “causas da pobreza”.

O autor afirma que,

se é cínico esconder que as políticas sociais propendem a sucumbir às discriminações do mercado, não é menos cínico ou ingênuo ignorar o mercado. Por razões humanas, é mister privilegiar a ‘competência humana’, tendo em vista uma sociedade solidária, inspirada nos direitos humanos e na cidadania. Mas seria descabido e sobretudo a-histórico não incluir na competência humana a ‘competitividade’ (ibid., p.24).

Ao não incluir a competitividade na competência humana, a pedagogia torna-se inepta por escamotear a realidade da vida. E se a sociedade não conseguir lidar com a competição, é porque se configura uma “cidadania frouxa”, que não sabe se impor, como diz o autor.

Demo ressalta que o “planejamento estratégico” acentua o papel fundamental da educação e do conhecimento¹⁶¹ para o desenvolvimento humano. A competência humana deve ser compreendida a partir de dois focos: um pautado na capacidade de “construir uma sociedade solidária, orientada eticamente por valores comuns” (ibid., p.25); e o outro foco se refere ao manejo dos “(...) meios mais decisivos para encontrar caminho próprio do progresso, da riqueza, da inovação, da intervenção” (ibid.). Estes elementos estão relacionados à busca da equidade.¹⁶² A relação entre conhecimento e equidade está “no sentido de saber mudar e democratizar a sociedade e a economia” (ibid., p.26).

O autor utiliza-se da compreensão cepalina onde “educação e conhecimento formam o eixo da transformação produtiva com equidade” (ibid.).¹⁶³ Neste sentido, educação e conhecimento não se voltam apenas para a relação trabalho x mercado, mas também para o exercício da cidadania, “(...) colaborando tanto na produção da riqueza, quanto em sua mais equitativa distribuição” (ibid., p.27). Por isso, é necessário que seja construída uma “política do conhecimento”, articulada pelo Estado, que leve a sociedade a sair da condição de absorvedora subalterna do conhecimento alheio para ser produtora de conhecimento próprio.¹⁶⁴ A produção e socialização do conhecimento são, de acordo com o autor, fundamentais para construir um futuro mais produtivo e equânime.

¹⁶¹ O autor faz uma diferenciação entre educação e conhecimento dizendo que “educação e conhecimento são termos inseparáveis, ainda que o primeiro seja da ordem dos fins, e o outro da ordem dos meios. A educação “(...) aponta para a necessidade de humanizar o progresso (...)” e o conhecimento relaciona-se à “(...) instrumentação mais potente para fazer progresso e com isto ocupar lugar próprio na história” (DEMO, 1996, p.25).

¹⁶² Para Demo (1996, p.26), “o desafio da equidade implica duas formas de competência, uma instrumental, outra finalística e ética: a *construtiva*, com base na capacidade reconstrutiva de conhecimento, e a *participativa*, com base na educação emancipatória. Quando se fala em educação de qualidade, temos em mente este duplo desafio: *construir e participar, inovar e equalizar, intervir e humanizar.*”

¹⁶³ Segundo o autor, “uma das maiores virtudes da proposta cepalina é o enfoque integrado, conjugando competitividade e cidadania numa matriz global única. Desde logo, é fundamental não separar o desafio da cidadania do desafio da transformação produtiva, ainda que uma seja fim e a outra meio. A maneira mais simples e direta de inviabilizar o desenvolvimento social é tirar-lhe o chão econômico, assim como a concentração de renda se alimenta menos do mercado, do que da precariedade da cidadania. Dito de outra maneira, a redistribuição equânime da renda é menos indicador de vitalidade do mercado, do que da força organizada da cidadania” (DEMO, 1996, p.28).

¹⁶⁴ O autor ressalta que esta “política do conhecimento” não se dirige somente à competitividade, mas também à equidade. Segundo ele, “o conhecimento detém dupla incidência decisiva: sobre a cidadania, conforme legado tradicional da teoria e da prática da educação, através da formação da consciência crítica, e sobre a competitividade, através da inovação. (...). Entretanto, a política de conhecimento não pode atingir apenas as

Assevera que

se o mercado fosse o único parâmetro da qualidade de vida, pobreza seria apenas efeito secundário natural. Entretanto, se tomarmos a equidade como objetivo essencial do desenvolvimento, o mercado, mesmo não podendo ser apenas pressuposto ou fantasiado *ad libitum*, assume o relacionamento de meio diante de um fim com o qual deve coordenar-se. Assim, na relação com competitividade, uma política do conhecimento deveria levar em conta o compromisso social de explorar todas as oportunidades possíveis de aproveitar brechas do mercado informal aptas, bem como efeitos multiplicativos que se voltem à possibilidade de absorver mão-de-obra desqualificada. **Neste contexto, o papel do Estado é crucial, não só porque tem responsabilidade social, mas também porque, ao fazer investimentos, pode direcioná-los, sem implicar na promoção do atraso, a dar chances de emprego a pessoas simples** (ibid., p.35, grifo meu).

Em síntese, para Demo, a causa promotora da pobreza é a “ausência de cidadania”. Um povo cuja competência política não é desenvolvida a ponto de perceber que é “injustamente pobre” não consegue sair da pobreza. Por isso o autor desenvolve o conceito de “pobreza política”.

Telles (2001), fazendo uma análise sobre a pobreza no Brasil, aponta a existência de uma “pobreza moderna” ao lado daquela pobreza de raízes seculares. A pobreza moderna se encarna na figura dos trabalhadores urbanos empobrecidos, integrados nos centros dinâmicos da economia do país. Esse empobrecimento se expressa pela deterioração salarial e pela degradação dos serviços públicos, responsáveis pela baixa da qualidade de vida nas cidades, bem como pelo desemprego que atinge o setor formal da economia.

Segundo a autora, muitos estudiosos buscaram explicar a lógica excludente do capitalismo brasileiro, bem como desenhar o perfil da distribuição de renda no país. Seus estudos forneceram dados que mostraram um país que já construiu base econômica e institucional¹⁶⁵ para melhorar a condição de vida da população, diminuindo as desigualdades sociais e podendo viabilizar programas para a erradicação da pobreza. Telles afirma que,

(...) se nos anos de crescimento econômico as chances não foram aproveitadas, **isso não se deveu à lógica cega da economia, mas a um jogo político muito excludente**, que repõe velhos privilégios, cria outros tantos e exclui as maiorias. Se a pobreza contemporânea diz respeito aos impasses do crescimento econômico num país situado na periferia do mundo capitalista,

peças inseridas no mercado de trabalho, mas fazer parte do processo formativo permanente de todos, tendo em vista a qualidade da cidadania” (DEMO, 1996, p.29).

¹⁶⁵ A autora toma como base institucional a Constituição Federal aprovada em 1988.

põe em foco sobretudo a tradição conservadora e autoritária dessa sociedade (ibid., p.18, grifo meu).

Apesar de estar sempre no centro da dinâmica política do país, ressalta a autora, **a pobreza nunca foi enfrentada a partir do horizonte da cidadania**. Neste horizonte, “o enigma da pobreza está inteiramente implicado no modo como os direitos são negados na trama das relações sociais” (ibid., p.21). É por isso que a pobreza aparece despojada de sua dimensão ética e que o debate sobre ela é dissociado da questão da igualdade e da justiça. Isto revela uma compreensão pautada no âmbito dos interesses privados, onde justo e injusto não têm como ser colocados.¹⁶⁶

Considerando que o Brasil já alcançou base econômica e institucional que possibilitariam erradicar muitos dos problemas sociais que apresenta, a autora lembra que não adianta reforçar o descompasso entre o “Brasil legal e o Brasil real”. O que deve ser ressaltado é que vigora no país um “(...) **modelo de cidadania, dissociado dos direitos políticos e também das regras de equivalência jurídica, tendo sido definido estritamente nos termos da proteção do Estado, através dos direitos sociais, como recompensa ao cumprimento com o dever do trabalho**” (ibid., p.22, grifo meu). Ou seja, é um modelo de cidadania que não se pauta em um código universal de valores políticos, mas em um pertencimento corporativo. Este modelo “(...) **não construiu a figura moderna do cidadão referida a uma noção de indivíduo como sujeito moral e soberano nas suas prerrogativas políticas na sociedade**” (ibid., grifo meu).

Daí decorre que aqueles fora do mercado de trabalho, ou inseridos de forma precária, não são agraciados com o *status* de cidadão. Apesar de essa definição corporativa de cidadania ser coisa do passado, seus efeitos ainda aparecem na cultura política do Brasil e na armadura dos direitos sociais. Daí decorre a percepção de que os direitos sociais são uma doação do Estado protetor. Mesmo que muito tenha mudado, reforça a autora, “(...) a questão da pobreza permanece e persiste desvinculada de um debate público sobre critérios de igualdade e justiça” (ibid., p.31). Neste sentido, segundo a autora, direitos continuam sendo confundidos com ajuda, cidadania com filantropia, e é nessa falta de cidadania, pautada em direitos universais e assumida pelo coletivo social, que se encontra a causa da pobreza. É por isso que ela afirma, como posto anteriormente no capítulo I, que, no âmbito da cidadania, pobre e pobreza deixam de existir.

¹⁶⁶ Telles (2001, p.21) afirma que “seria um equívoco creditar tudo isso à persistências de tradicionalismos de tempos passados, resíduos de um Brasil arcaico, pois esses termos constroem a peculiaridade do Brasil moderno.

Costa (1998) também aponta algumas causas para o fenômeno. Ele divide essas causas em três níveis: imediatas, intermédias, e estruturais. As causas imediatas são aquelas que identificamos pela observação – uma pessoa é pobre porque não tem alimentação ou moradia, por exemplo. A causa da pobreza é **não ter**, numa observação imediata. As causas intermédias referem-se à **qualificação**, ou seja, baixa qualificação leva a baixos salários, o que pode colocar alguém na condição de pobre. As causas estruturais, ou de fundo, são aquelas relativas “à própria configuração da sociedade, à forma como a sociedade está organizada e funciona” (ibid., p.40). Sendo assim, na compreensão do autor, qualquer projeto que vise a combater a pobreza de forma global, deve promover mudança social. Esta mudança está relacionada à redistribuição de poder no interior da sociedade, visto que o pobre está destituído de poder. Neste sentido, “uma das finalidades da luta contra a pobreza consiste em restituir ao pobre o poder necessário ao pleno exercício da cidadania” (ibid.).

Fernandes (1998)¹⁶⁷ parte do entendimento de que, mais do que a falta de recursos, o que deve ser eliminado é a dependência em que as pessoas pobres se encontram. Ou seja, a dependência é a primeira causa da pobreza. Ressalta que as pessoas, “(...), mesmo em situação de pobreza, são freqüentemente tentadas por gastos excessivos, em obediência a uma estratégia de consumo imediato. Tal estratégia necessita ser substituída por uma vontade de investimento no futuro” (ibid., p.47). Neste caso, a causa da pobreza é posta em sua dimensão individual. Por isso, é necessário despertar e mobilizar o poder que essas pessoas têm em si mesmas, pois depende delas, em parte, sair da situação em que se encontram.

Mas não basta apenas enfrentar esta causa de cunho individual, pois existem outras que são “estruturais”. Uma delas é a dificuldade de as sociedades porem em prática políticas de pleno emprego. O autor destaca que as exigências, em termos de formação profissional, vêm aumentando em função do desenvolvimento tecnológico, fazendo com que o trabalho torne-se uma atividade para poucos. Isto é agudizado pelo processo de transnacionalização da economia. Diz que a crescente competitividade, que se espalha globalmente, ameaça aumentar consideravelmente o número dos desempregados. O avanço tecnológico faz diminuir o número de trabalhadores necessários à atividade econômica.

O autor afirma que

o mais grave é que o que está em curso não é fruto de um processo natural, mas o resultado de opções conscientes de alguns grupos que avançam nos seus objetivos, enquanto os governos vão perdendo a capacidade de impor

¹⁶⁷ O autor faz uma análise da situação da pobreza em Portugal.

regras à atividade laboral. Não quer dizer que a sociedade queira os pobres. Isso implica atribuir-se uma intencionalidade que não existe. Eles derivam daquilo que se procura espontânea e directamente, **o lucro a qualquer preço**. Tal orientação leva, necessariamente a uma progressiva agudização da desigualdade, quaisquer que sejam os lenitivos que se tentem encontrar. Com a **falta da função reguladora do Estado**, ao crescimento exponencial da riqueza em certos pontos do tecido social corresponde o alargamento correlativo de vastos e densos bairros de gente marginalizada que se estendem perante a indiferença satisfeita de muitos. (...). Esse processo não se prevê possa ser contido num futuro próximo, dada a **crise estrutural do trabalho**, sem que sejam encontradas **soluções alternativas** (ibid., p.48, grifo meu).

O autor atenta para o fato de que a mesma estrutura sócio-econômica que provoca a pobreza e a exclusão, para se perpetuar, tem de minimizá-las. Afirma que, além da perspectiva sócio-econômica¹⁶⁸, deve-se considerar também a dimensão simbólica, ou seja, as práticas dos atores sociais, a partir de seus próprios modos de vida, o que também deve ser considerado como fator de produção e reprodução da pobreza.¹⁶⁹

Para Fernandes, o neoliberalismo leva o princípio da livre iniciativa e do lucro máximo ao seu extremo, reforça a concorrência e faz vigorar a lei do mercado que, por sua vez, é “(...) privado do sentimento de humanidade” (ibid., p.52). A globalização que se desenha arrasta consigo a concentração de riqueza, lançando muitos na árdua luta contra a miséria. Este movimento de decomposição social acaba por provocar tensões sociais que põem em risco a estabilidade dos regimes políticos. A globalização provoca uma relativa impotência do poder político, visto que “**o mercado desenvolve-se à margem do Estado, e mesmo contra o Estado**” (ibid., p.54, grifo meu). Isto provoca uma perda da legitimidade dos Estados democráticos. Para o autor,

a desestabilidade social acaba por lançar no separatismo, no nacionalismo violento e na xenofobia, largas camadas populacionais. A exclusão de uns desperta a exclusão de outros. Os que se vêem mais ameaçados não são, certamente, os que se encontram na pobreza, mas aqueles que temem ser privados do seu bem-estar social. Mais do que a pobreza, é a angústia por ela criada que põe em perigo as democracias. Não é só a riqueza que gera naturalmente a pobreza. É a ameaça de uma recessão económica que põe em causa toda a estabilidade política (ibid., p.54-55).

¹⁶⁸ Fernandes (1998, p.49) diz que “numa perspectiva sócio-econômica, têm sido salientadas as condições materiais da existência, focando-se as categorias sócio-profissionais mais atingidas e determinando-se as dinâmicas geradoras de pobreza, como as que se ligam aos processos de desenvolvimento, ao funcionamento do mercado de trabalho, às políticas de protecção social, de educação e de saúde, às dinâmicas demográficas e às instituições.”

¹⁶⁹ O autor afirma que não existem provas de que a superação da vulnerabilidade diante do mercado de trabalho e da situação educacional, bem como da privação relativa provoquem dinâmicas transformadoras do meio.

Por isso, para defender a democracia, segundo o autor, é necessária “ (...) **a afirmação do primado da política sobre as leis espontâneas da economia**” (ibid., p.55, grifo meu). Isso evitaria uma desintegração social, impedindo que o autoritarismo apareça como “solução normal” para situações de insegurança.

Fernandes apresenta uma compreensão que me parece um pouco distinta das anteriores. Apesar de partir da “cidadania” e do “primado da política”, bem como da compreensão de que pobre não é aquele que se encontra em situação de privação de recursos de toda ordem, mas aquele que, além disso, vive na dependência, ressalta a importância das questões relacionadas àquilo que se convencionou chamar de “dimensão econômica”. À medida que apresenta as causas e que se refere aos “fatores estruturais”, bem como ao “neoliberalismo”, tende a criticar o modelo econômico e não o sistema em si. Daí afirmar que os pobres “(...) **derivam daquilo que se procura espontânea e directamente, o lucro a qualquer preço**” (ibid., p.48), e que a situação social da qual resultam é efeito de opções conscientes de alguns grupos que defendem seus objetivos, mesmo sem terem a intenção de gerar pobreza. Ou seja, se esses grupos não buscarem o lucro a qualquer preço, ou se forem impedidos em função de uma intervenção do Estado¹⁷⁰, o problema se resolve. O autor deixa claro que Estado e mercado se colocam como rivais. Esta é uma compreensão que, de modo geral, perpassa o pensamento social-democrata.

Esses autores, com ênfase para Demo, buscam descaracterizar aquilo que costuma ser entendido como “economicismo” na análise da pobreza. Acreditam que é no horizonte da cidadania que se encontram os elementos fundamentais para a análise do fenômeno. Apesar de não negarem a existência de relações econômicas permeando o fenômeno, a ênfase é dada a esta cidadania que representa a vivência de uma relação pautada na equidade. Se é assim, o problema a ser resolvido é político e não econômico. Se a causa é política, não é sem motivo que a educação e, no caso de Demo, também o conhecimento, sejam de suma importância para uma resolução do problema. Mas não é qualquer tipo de educação. Esta deve ser voltada para o desenvolvimento de uma consciência política que leve o pobre a entender que é injustamente pobre.

Deixar o pobre na condição de “não entendedor” da sua situação é uma forma de perpetuar a pobreza. Por isso, as políticas que tendem a trabalhar com o fenômeno sem considerar este fato, mesmo que preocupadas com o fim do problema, acabam sendo inócuas.

¹⁷⁰ Como será evidenciado no capítulo III, quando apresentar as soluções, o autor destaca o papel do Estado no processo de superação da pobreza.

Aqui, a luta pelos direitos sociais e pela democracia, assim como para aqueles que partem da análise da “dimensão econômica”, também se constitui em um objetivo importante.

3 – As causas a partir de uma “visão diferenciada”.

As causas apresentadas por Tévoédjré (1982) não deixam de estar relacionadas àquelas apresentadas pelos demais autores. Porém, como ele busca defender a positividade da pobreza, apresento suas idéias como representando uma visão diferenciada.

Este autor, ao definir sua compreensão de pobreza, partiu do pressuposto que não existe possibilidade de colocar a todos no mesmo nível de consumo dos grupos considerados ricos. Neste sentido, a pobreza – que para o autor não se caracteriza como miséria ou indigência, mas como o usufruto do necessário e não do supérfluo – passa a ser o padrão médio em que todos deveriam estar inseridos. O grande problema está no “consumo exagerado”, num modelo de desenvolvimento que incentiva cada vez mais o consumismo e que, em função de seu desenvolvimento, cria constantemente novas necessidades.

Afirma que “quanto mais a riqueza de um país parece aumentar, tanto mais a sua miséria humana adquire realidade...Porque é a qualidade de vida de cada um e todos juntos que tende a desaparecer” (ibid., p.31). Afirma também que “os males da civilização industrial derivam de dois princípios básicos para aumentar a produção e o lucro: a concentração e a especialização” (ibid., p.32); o primeiro se referindo à concentração populacional, da produção e do poder; e o último à especialização em função da fragmentação das tarefas e do aumento dos especialistas em todos os níveis.

A organização econômica pautada na monopolização dos meios de produção faz com que, cada vez mais, pessoas sejam excluídas. Esses monopólios, na busca incessante de lucro, acabam por destruir a possibilidade de uma distribuição da riqueza produzida socialmente. É esse sistema econômico, pautado na constante criação de novas necessidades, com a conseqüente destruição do meio ambiente e com uma distribuição cada vez menos equânime do que é socialmente produzido, que tem criado e conservado as desigualdades sociais. Mas, neste caso, não basta distribuir a riqueza produzida. Seria necessário mudar o padrão das necessidades, o que levaria a uma proximidade de todos ao nível da pobreza, que passa a ser encarada como positiva.

Diria que, neste caso, a pobreza em si deixaria de existir, passando a ser um padrão que impediria o desenvolvimento de desigualdades. O que seria necessário questionar, neste caso, é qual o padrão que será considerado como sendo aquele que representa a satisfação das necessidades humanas. Outra questão é como equacionar esse novo sistema, o que será visto no momento da apresentação das soluções propostas por esse autor.

Apresentadas as causas da pobreza, passo, a seguir, a elencar as medidas apontadas pelos autores social-democratas para a solução do fenômeno.

CAPÍTULO III

FORMAS DA SUPERAÇÃO DA POBREZA

Feitas as considerações em torno da compreensão histórica do fenômeno pobreza, das dificuldades em relação ao seu dimensionamento e do que o causa, passo agora a discorrer sobre as soluções apontadas pelos teóricos aqui apresentados. Como o fenômeno não é exclusividade do capitalismo, apresentarei, brevemente, soluções apontadas antes que este modo de produção se consolidasse.

As soluções apontadas para o tratamento do fenômeno pobreza, no período pré-capitalista, estavam sempre relacionadas a um movimento que não envolvia somente o “pobre”. Mesmo que a pobreza tivesse sido considerada um problema individual cuja solução também fosse responsabilidade do próprio “pobre”, o que estava em jogo era uma relação social que precisava ser mantida dentro de uma determinada ordem. Por isso, medidas tinham de ser sugeridas e aplicadas por aqueles que, de certa forma, se sentiam ameaçados. Isto não significa que se possa descartar a existência de indivíduos e grupos que buscassem soluções para o fenômeno sem o interesse direto de manter o poder.

As soluções estão diretamente relacionadas à assistência, e os assistidos vão se caracterizando conforme o momento histórico. Um dos primeiros elementos considerados para ser um assistido era a incapacidade física. Neste sentido, Castel (1998) ressalta que não foi apenas a incapacidade física, enquanto critério, que abriu a possibilidade de alguém ser um assistido. Este compõe-se com o critério do “pertencimento comunitário”,¹⁷¹ critério fortalecido pelo desenvolvimento das cidades. Porém, Castel afirma que a assistência se organiza com base na territorialidade, muito antes do século XVI. Afirma também que, da mesma forma, a gestão da assistência deixa de ser um monopólio clerical, se é que em algum momento tenha sido.¹⁷²

¹⁷¹ Segundo Castel (1998), o cristianismo medieval também contribuiu de maneira decisiva para a aplicação desse critério.

¹⁷² Conforme Castel (1988, p.72), “a partir do fim do século XIII, o exercício da caridade tornou-se uma espécie de serviço social local que recebe a colaboração de todas as instâncias que dividem a responsabilidade pelo

Segundo o autor, a necessidade de tratar da pobreza – de 1522 até a metade do século – levou muitas cidades européias a estabelecerem algumas medidas: “exclusão dos estrangeiros, proibição estrita da mendicância, recenseamento e classificação dos necessitados, desdobramentos de auxílios diferenciados em correspondência com as diversas categorias de beneficiários” (ibid., p.73). Isto permitiria tentar uma organização do atendimento sistemático dos indigentes, o qual se pautaria no cuidado e ajuda aos doentes e inválidos, no ensino de um ofício às crianças pobres e na distribuição de auxílios às famílias desempregadas ou com ganho insuficiente para garantir a sobrevivência. Assim, mesmo os indigentes que tivessem capacidade de trabalhar, seriam assistidos.

Esta “tutela comunitária”, como define Castel, estabelece a responsabilidade de cada comunidade para com seus membros. O autor cita o “Speenham Act” de 1795, onde é definido que além da responsabilidade por seus pobres, cada paróquia deveria assegurar que estes tivessem acesso a um tipo de “renda mínima”.¹⁷³

Para ele, o maior problema em termos de assistência, e que acompanha a sua história, se situa na delimitação do que é “incapacidade para trabalhar”, visto que aqueles que podem, em função de apresentarem corpo e mente sãos, em alguns momentos não trabalham porque não têm trabalho. Para Castel,

a incapacidade de se auto-sustentar por parte de pessoas que podem trabalhar suscita, em contrapartida, o problema fundamental que, historicamente, o mendigo válido foi o primeiro a apresentar. Dirige à assistência a pergunta da esfinge: como transformar um mendicante de auxílios em um produtor de sua própria existência? Esta questão não pode ser respondida porque a ‘boa resposta’ não é do registro assistencial, mas, sim, do registro do trabalho. (...) [o mendigo válido] representa a transição concreta para reintroduzir, na categorização geral do infortúnio, esta forma específica e essencial da desgraça do povo: a decadência da miséria trabalhadora ou, pior ainda, dos miseráveis que não têm trabalho (ibid., p.93).

Em relação aos auxílios, Castel – referindo-se à França – diz que os princípios de territorialidade e de invalidez foram mantidos. Porém, o direito ao auxílio passou a ser garantido pela nação. Neste momento, “a assistência é uma prerrogativa da cidadania” (ibid., p.245). Os pobres válidos devem ser ajudados apenas através do trabalho, o que deveria, então, ser facilitado. Por isso, “o livre acesso ao trabalho substitui a obrigação disciplinar de

‘bom governo’ da cidade. Tal responsabilização dos poderes locais acentua-se no decorrer dos séculos XIV e XV.”

¹⁷³ Esta “renda mínima” se constituía como um complemento de recursos cujo cálculo era feito com base no preço dos cereais. Seria fornecido caso o salário fosse insuficiente.

trabalhar. Concretamente, isso significa que é necessário, e sem dúvida que basta, eliminar todas as barreiras constituídas pela tradição contra a abertura do mercado de trabalho” (ibid., p.246). Isto se caracteriza como sendo a solução liberal dada no século XVIII.

Referindo-se ao desenvolvimento da indústria e aos mercantilistas, Huberman (1986) ressalta a importância que o emprego ganha neste momento. Segundo ele,

num período em que os mendigos e desempregados constituíam problema e custavam boas somas na assistência social, tal argumento [da necessidade de criar empregos] tinha valor considerável. Para o rei, que se preocupava com o bem de seu povo, para os mercadores mercantilistas, que acima de tudo estavam interessados em consolidar o poder e a riqueza nacionais, a necessidade de manter em boa forma os homens do país – a carne de canhão – era evidente. Portanto, a indústria que lhes desse emprego deveria ser estimulada (ibid., p.126).

O autor chama a atenção para o fato que, na França, no século XVIII, o governo cobrava impostos dos pobres, mas não cobrava dos ricos. A Revolução Francesa, ocorrida em 1789, apareceu como uma possibilidade de mudança desse quadro. Os camponeses, junto com a burguesia, procuraram se livrar das imposições das classes privilegiadas da época. Mas foi a burguesia quem mais lucrou com a Revolução.¹⁷⁴ Como ressaltou Castel (1998), a partir deste século, e principalmente a partir da consolidação dos interesses da burguesia, **o trabalho livre passou a ser a solução para a pobreza**. Esta solução ainda dá o tom, ou pelo menos é o acorde mais forte, no debate sobre o fenômeno, seja porque o trabalho é visto como a forma imediata de acesso à renda e, conseqüentemente, de suprimento das necessidades materiais, ressaltando a “**dimensão econômica**”, ou por que é um elemento central na configuração do cidadão, a partir do “direito ao trabalho”, ressaltando “**dimensão política**”.

Apresentarei agora, soluções apontadas a partir de análises do fenômeno pobreza feitas na contemporaneidade. Assim como no item anterior, separarei as soluções com ênfase na **dimensão econômica** daquelas com ênfase na **dimensão política**. Também apresentarei a solução a partir da “**visão diferenciada**”, representada aqui pela posição de Tévoédjré (1982).

¹⁷⁴ O autor caracteriza como burguesia a classe formada pelos escritores, doutores, professores, advogados, juizes, funcionários (classes educadas); também faziam parte os mercadores, fabricantes, banqueiros (classes abastadas).

1 – Soluções com ênfase na “dimensão econômica”.

Da mesma forma como as causas da pobreza foram apresentadas em termos de análise local, regional e global, as soluções também o serão. Como já referido anteriormente, as análises local e regional não prescindem de elementos apontados por aqueles que fazem uma análise global. O que ocorre é uma focalização, não significando uma desconexão entre questões locais, regionais e globais.

Barros, Henriques e Mendonça (2000), após concluírem que a causa maior da pobreza no Brasil é a “má distribuição dos recursos”, buscam demonstrar a viabilidade econômica do combate à pobreza a partir de estratégias que não descartem o crescimento econômico¹⁷⁵, mas que enfatizem a importância de políticas redistributivas com vistas ao enfrentamento da desigualdade. Visto que o Brasil dispõe de uma renda per capita bem superior à linha de pobreza, a distribuição equitativa de recursos é um importante elemento para eliminar a pobreza.¹⁷⁶ Os autores concluem que a estratégia de redução da pobreza exige o crescimento da renda per capita ou a distribuição mais igualitária da renda.¹⁷⁷ Porém, uma

¹⁷⁵ Em Medeiros (2001, p.194) também encontra-se uma análise da relação entre crescimento econômico, distribuição de renda e pobreza no Brasil. Este autor coloca um peso substancial no crescimento econômico como central para a redução da pobreza. É o crescimento econômico que possibilita o crescimento do emprego. Neste sentido, diz que “sem crescimento persistente do emprego, nem a Inglaterra ou a Espanha, quanto mais um país como o Brasil pode reduzir consistentemente a pobreza ou melhorar a distribuição de renda.” Além do crescimento do emprego via crescimento econômico, o autor destaca a necessidade de um consistente aumento do salário mínimo e de uma elevação nos investimentos para ampliar a cadeia produtiva de bens e serviços que interferem diretamente no padrão de consumo dos assalariados.

¹⁷⁶ Souza (2003), em tese defendida na UNB em 2003, conclui que existe uma desigualdade bastante elevada no Brasil e que, para reduzi-la, é necessário fazer distribuição de renda, não só distribuição do resultado do crescimento, mas a partir de transferência de renda de um grupo para outro, ou seja, dos mais ricos para os mais pobres. O autor afirma que não devemos tomar, para explicar por que os ricos são ricos, as características demográficas, a intensidade do uso de mão-de-obra em suas famílias, seus atributos educacionais e os efeitos da discriminação no mercado de trabalho. Esses elementos não bastam para explicar as origens da riqueza. Para o autor, elementos apontam para o fato de a riqueza se originar, ou pelo menos se perpetuar, em função de políticas de infra-estrutura, de investimento e políticas sociais que não possuem caráter redistributivo. Em outro texto (SOUZA, 2004), este autor atribui às desigualdades na remuneração do trabalho como sendo a principal explicação no que tange às diferenças de renda entre famílias ricas e não-ricas (obs.: neste último texto o autor apresenta-se apenas como Marcelo Medeiros).

¹⁷⁷ Em relação a formas de distribuição de renda, muitos autores apresentam propostas, principalmente relacionadas à busca de promoção de auto-suficiência daqueles que se encontram em situação de pobreza. Estas propostas se relacionam ao desenvolvimento, em especial, de pequenos negócios familiares ou cooperativas que, por sua vez, para serem efetivados, em muitos casos, dependem do oferecimento de microcrédito. Sobre esta questão ver, dentre outros: Voigt (1996); Gaiger (1996); Singer (2001); França Filho (2001); Mick (2003). Logicamente, existem controvérsias sobre a eficiência e eficácia de tal estratégia. Por exemplo, Mick (2003, p.231), referindo-se ao microcrédito conclui que, “desprovido de um projeto mais abrangente, o microcrédito oferece às multidões de excluídos o acesso a petiscos do capitalismo. Alimenta as ilusões que cercam a concorrência. Uma interpretação crítica do sistema que gerou a exclusão permitiria compreender a fugacidade dos empreendimentos financiados: sem redes de autoproteção, irão perecer. O sistema não gera oportunidades,

combinação de políticas que estimulem o crescimento econômico e diminuam a desigualdade pode favorecer, de maneira mais eficaz e rápida, o processo de combate à pobreza.

Em relação ao crescimento econômico, afirmam que,

(...) evidentemente, representa uma via importante, apesar de lenta, para combater a pobreza. Um crescimento de 3% ao ano na renda *per capita*, por exemplo, tende a reduzir a pobreza em aproximadamente um ponto percentual a cada dois anos. Ou ainda, um crescimento contínuo e sustentado de 3% ao ano na renda per capita levaria, no Brasil, mais de 25 anos para reduzir a proporção de pobres abaixo de 15%. Assim, embora conduza a uma redução da pobreza, a via do crescimento econômico necessita um longo período de tempo para produzir uma transformação relevante na magnitude da pobreza (ibid., p.139).

Isso leva a uma defesa maior da estratégia da distribuição de recursos, ou seja, a equidade social deve ser colocada como elemento central de uma estratégia de combate à pobreza. Matematicamente, parece ser bastante simples e, essa simplicidade perpassa o texto destes autores. Apesar de terem chamado a atenção para o fato que considerariam apenas a dimensão (na opinião deles, simplificadora) da insuficiência de renda, isto não impediria que esta matemática fosse imersa numa análise que apontasse para as dificuldades de efetiva realização dessa estratégia. Ou seja, que fosse apontado o que significaria esta distribuição.

Segundo Rocha (1995), o combate à pobreza deve privilegiar três aspectos:

- 1) **A educação**, já que se apresenta como determinante básico da pobreza. Porém, não se trata apenas de educação de adultos, mas de uma educação de qualidade para a redução da pobreza no futuro.
- 2) **Apoio prioritário aos grupos especialmente vulneráveis** (aquelas famílias chefiadas por mulheres e com crianças menores de 10 anos).
- 3) **Focalização regional**, visto que a pobreza apresenta tal característica.

Rocha afirma que “**a forma mais óbvia de reduzir a incidência de pobreza é o crescimento econômico**” (ibid., p.246, grifo meu). Afirma isso em função de entender que o aumento do nível de atividade produtiva atua diretamente sobre a redução da pobreza absoluta, o que ficou claramente evidenciado pelos aumentos e reduções da incidência de pobreza ao longo da década de 1980, acompanhando diretamente os movimentos dos ciclos

massacra os indivíduos. As oportunidades são uma ilusão: ao pensar que elas existem para todos, o indivíduo se culpa por não saber exercê-las, pelo próprio ‘fracasso’ – quando não há fracasso, nem há culpa.” Mesmo que possa se constituir em um elemento de inclusão social, o financiamento não pode se constituir como um fim em si mesmo, as inovações “devem estender-se para o estímulo ao consumo crítico e ao comércio justo e solidário” (ibid.).

econômicos de curto prazo. Mas essa “redução conjuntural da pobreza”, segundo Rocha, atinge somente aquelas famílias com rendimento per capita aproximado do valor da linha de pobreza.

Uma outra questão apontada pela autora é que, do ponto de vista exclusivo da renda, “o valor associado à eliminação total da pobreza é, de fato, pequeno” (ibid.). Apresenta alguns dados a este respeito. Em 1990, o percentual da renda dos não-pobres, necessário para elevar todos os pobres ao nível da linha de pobreza, era de 3,7%, em termos metropolitanos. Em 1983, numa conjuntura mais grave, este valor era de 7,1%. Já em 1986, num momento mais favorável, o percentual era de 2,4%.¹⁷⁸

Porém, Rocha relativiza esses números, comentando que a pesquisa domiciliar (base para estes percentuais) subestima os rendimentos mais elevados (por subdeclaração), o que implicaria em percentuais menores; esses percentuais baixos favorecem a formação de um consenso político em prol da redistribuição de renda, o que eliminaria a pobreza (do ponto de vista da renda). Ela também atenta para o fato que a renda, por si só, não esgota a questão da pobreza, necessitando que outros fatores sejam conjugados, como o acesso aos serviços públicos (eletricidade, saneamento, educação básica, saúde). Este aspecto explicita um valor bem superior aos percentuais anteriormente apresentados, pois o suprimento desses serviços demandam um investimento substancial.

A autora conclui que “se não há evidências de agravamento da pobreza absoluta, a pobreza relativa, isto é, a desigualdade de renda, indubitavelmente se aprofundou” (ibid., p.257). Em uma análise posterior, Rocha (2000) afirma que, no começo da década de 1990, a incidência de pobreza girava em torno de 44%, resultado este que só não foi mais adverso em função de mudanças estruturais favoráveis a exemplo da forte queda da fecundidade. Recentemente, as evidências “(...) sobre o nível e a distribuição do rendimento no Brasil mostram que a redução da pobreza absoluta que se verificou após o plano de estabilização [Plano Real] se esgotou” (ibid., p.1). Os dados da PNAD, relativos a 1996 e 1997, mostram que a pobreza absoluta se manteve em torno de 34%.

Para Venanzi (2002), o futuro da pobreza depende de um processo que combine crescimento econômico e redistribuição de renda, o que favoreceria uma diminuição dos índices de pobreza extrema. Para fazer esta afirmação, ele se utiliza de estimativas do Banco Mundial. Assinala que o Banco para o Desenvolvimento da Ásia defende, da mesma forma que o Banco Mundial, que existem boas perspectivas de diminuição da pobreza quando os

¹⁷⁸ A autora atenta para o fato de este percentual ser menor em áreas metropolitanas, onde a renda dos não-pobres é mais elevada, e mais alto nas áreas rurais, com renda dos não-pobres menor e índice de pobreza maior.

Estados mantêm políticas de crescimento econômico ao mesmo tempo que empregam esforços para distribuir a riqueza.

O autor aponta que outro aspecto fundamental para diminuir a pobreza e aumentar o emprego, além do crescimento com distribuição da riqueza, seria estabelecer uma “subvenção cívica para todos”. Defende a idéia de que é necessário abraçar uma “ética do trabalho comunitário” e não apenas uma “ética do trabalho subordinada à eficiência e ao crescimento”. Para Venanzi,

(...). Nesta ‘vida para além do mercado’, fundada no princípio do ingresso mínimo garantido, o salário social (cujo princípio é: ‘cada indivíduo tem direito sobre uma participação mínima na produção da sociedade’) representa uma oportunidade de emprego e requalificação para milhões de desocupados e marginalizados e também uma oportunidade para ampliar o trabalho voluntário dos que são mais afortunados e contam com emprego¹⁷⁹ (ibid., p.18, tradução minha).

Compreende-se que o autor, ao propor tais medidas para redução da pobreza, parte do princípio de uma mudança, em termos de relações sociais, que ultrapasse o nível local. O estabelecimento deste tipo de ordem, ou melhor, deste modelo diferenciado, depende de uma mudança também em termos de relações internacionais. A globalização, neste sentido, deve estar calcada também na distribuição da riqueza entre países ricos e pobres. Isto está plenamente de acordo com a idéia de regulação do sistema.

Uma das formas de superação da pobreza, apresentada por vários autores, está na implementação de políticas sociais. A maioria dos autores centra atenção nas políticas sociais estatais e fazem algumas divisões em relação ao tipo de política social. Abranches (1987) fala da natureza necessariamente complementar entre políticas sociais e política econômica que, em geral, seguem rumos contrários. Contudo, segundo o autor, “não há como falar em prioridade social, se esta não constitui o elemento básico de orientação da política econômica” (ibid., p.7). Afirma que “objetivos aparentemente comuns, como erradicar a pobreza e redistribuir a renda, podem entrar em contradição, especialmente se não há uma orientação comum, indicando as escolhas estratégicas de política social e política econômica” (ibid., p.8).

O autor também lembra que na luta por benefícios estatais, ganham os que detêm instrumentos de pressão mais eficazes. Neste caso, aqueles que dependem dessa luta para

¹⁷⁹ Neste último caso, caberia ao Estado criar mecanismos de dedução fiscal para que trabalhadores pudessem dedicar mais tempo a um trabalho comunitário.

conseguir o mínimo indispensável para a sua sobrevivência, têm menor probabilidade de obter mais da ação do Estado. Isto porque, segundo Abranches (ibid., p.10),

a política estatal é parte, precisamente, do processo estatal de alocação e distribuição de valores. Está, portanto, no centro do confronto entre interesses de grupos e classes, cujo objeto é a reapropriação de recursos, extraídos dos diversos seguimentos sociais, em proporção distinta, através da tributação. Ponto crítico para o qual convergem as forças vitais da sociedade de mercado, desenhando o complexo dilema político-econômico entre os objetivos de acumulação e expansão, de um lado, e as necessidades básicas de existência dos cidadãos, bem como de busca de equidade, de outro.

Para o autor, a política social reflete a direção política das relações econômicas. Por isso, ele entende tratar-se de uma série de opções políticas.

Os impactos que sofre de conjunturas cíclicas na economia e do estágio de desenvolvimento são mais visíveis e criam a impressão de que seus formuladores são prisioneiros de determinações inarredáveis; de que só existe uma forma de resolver esse dilema e, portanto, que a atenção às demandas sociais básicas deve ser postergada, sob pena de colapso econômico e desordem inflacionária. Sofisma e ilusão. O padrão de desenvolvimento comporta diferentes soluções: não é mais que a síntese econômico-política geral do balanço final entre meios de acumulação e utilidade social (ibid.).

Em situações onde não haja abundância de recursos, tampouco o alcance de um patamar significativo de justiça distributiva, os objetivos de acumulação impõem, segundo Abranches, sacrifícios ao consumo individual e coletivo, podendo, dependendo da correlação de poder vigente, privar, de modo pesado, aqueles destituídos de recursos próprios de defesa. Neste caso, a política social intervém, no que o autor chama de “hiato derivado dos desequilíbrios na distribuição em favor da acumulação e em detrimento da satisfação de necessidades sociais básicas, assim como na promoção da igualdade” (ibid., p.11). Para ele, o Estado tem o papel de agir para os distintos objetivos de promoção da justiça social e de combate à miséria. No caso da promoção da justiça social, “a busca da equidade se faz, somente, sob a forma de garantia e promoção dos direitos sociais da cidadania” (ibid.). Já no caso do combate à miséria, “a intervenção do Estado se localiza, sobretudo, no campo definido por escolhas políticas quanto ao modo e ao grau de correção de desequilíbrios sociais, através de mudanças setoriais e reformas estruturais baseadas em critérios de necessidades” (ibid.).

Porém, o autor chama a atenção para as restrições impostas pelo padrão de acumulação às políticas sociais, o que caracteriza “o perfil da escassez e os limites da possibilidade de mudança. **Mas é a ordem política que define as opções disponíveis de ação e as direções plausíveis de intervenção estatal**” (ibid., grifo meu).

Abranches afirma não existir governos rigorosamente imparciais, mas governos que são mais ou menos justos, mais ou menos sensíveis às necessidades dos despossuídos, mais ou menos resistentes à pressão dos poderosos. Por isso, “sempre há opção, pois **são vários os pontos possíveis de equilíbrio entre acumulação e privação social**. Raramente existe apenas uma solução sócio-política para cada problema, assim como são várias as formas possíveis de implementação de uma determinada solução” (ibid., grifo meu). Porém, deve-se estar atento para o fato de ocorrerem maiores conflitos quando a política implantada tiver caráter redistributivo, o que ocorre, segundo o autor, com a política social.¹⁸⁰

Abranches afirma que a política social se pauta em intervenções independentes do mercado, não podendo ser submetida a preferências definidas pelo mecanismo de preços, tampouco ter sua eficácia avaliada por critérios de mercado. “A política social, como ação pública, corresponde a um sistema de transferência unilateral de recursos e valores, sob variadas modalidades, não obedecendo, portanto, à lógica de mercado, que pressupõe trocas recíprocas” (ibid., p.13).¹⁸¹

Para o autor, é o compromisso político expresso na ação do Estado que expressa o papel da política social, ou seja, se é apenas reflexo e legitimação do *status quo* ou um instrumento de mudança social. Mas há algo de grande importância nesse processo, seja no combate à pobreza mais extrema, seja na manutenção de condições mínimas de vida: as “conquistas inalienáveis do processo civilizatório” (ibid., p.14).

A política social é vista, pelo autor, como obrigação permanente do Estado e tem duas faces distintas: uma dirigida para as condições que determinam a redução da capacidade das pessoas de obterem renda suficiente, situação quase sempre definitiva e insanável, a exemplo da velhice e da invalidez; e a outra representada por situações transitórias, coletivas (relativas a problemas decorrentes de ciclos econômicos como desemprego temporário) ou

¹⁸⁰ Para Abranches (1987, p.13), “ainda que se eleja um conjunto claro de carências a serem sanadas, se estabeleçam parâmetros de ajuste entre as imposições da acumulação e os reclamos da sociedade, há ampla margem de divergência sobre quanto dessas privações é obrigação do Estado prover e em que condições.”

¹⁸¹ Segundo o autor, a unilateralidade está calcada no fato de existirem determinações sociais de dependência que devem ser corrigidas através da ação estatal, a exemplo daqueles incapacitados de ganhar a própria vida.

individuais (relativas à incapacidade pessoal temporária, por doença ou acidente, por exemplo).

Já a política de combate à **pobreza estruturalmente enraizada** tem, segundo Abranches (1987, p.15), natureza distinta daquela da política social. Ela

tem por objetivo eliminar a destituição, num espaço de tempo definido, incorporando os despossuídos aos circuitos regulares da vida social e compensando, no entretempo, as principais carências que põem em risco a sobrevivência e a sanidade dessas pessoas. As políticas ‘contra a pobreza’ são específicas, têm duração limitada – ainda que prolongada – combinam ações sociais compensatórias, aspectos das políticas sociais permanentes e elementos da política macroeconômica e setorial, sobretudo nos campos fiscal, industrial, agrícola e do emprego. São parte da intervenção social do Estado, em muitos casos se superpõem às políticas sociais, mas têm uma identidade, uma coerência e uma estratégia próprias.

Referindo-se a essa distinção entre política social e política de combate à pobreza estruturalmente enraizada, o autor afirma que

nem medidas macroeconômicas em seus desdobramentos reais, nem políticas sociais de corte convencional conseguem atingir os núcleos mais resistentes de miséria. As pessoas em estado de absoluta carência estão aprisionadas em uma cadeia de privações, oriundas da própria operação da ordem social e econômica, que reduz suas chances reais de acesso a recursos que tornem possível saírem de sua miserável condição. A política social convencional opera para além dessa fronteira. Nos seus limites atuam as políticas específicas de erradicação da pobreza. Embora conceitualmente equívoca, seria possível a distinção entre ‘pobreza estrutural’ que constituiria o objetivo dessas últimas e a ‘pobreza cíclica’ cuja correção seria o objetivo da primeira. Outra maneira de distingui-las, em função de seus propósitos, ainda com alguma liberdade teórica, associaria a política social compensatória às manifestações ocasionais de privação e os programas de combate à miséria ao estoque acumulado de carências agudas (ibid., p.15).

Para o autor, a política social deve ter por meta a universalização, bem como refletir direitos assegurados a qualquer cidadão acometido por efeitos negativos das contingências por ela contempladas. Já as políticas de eliminação da pobreza absoluta são seletivas, destinando-se somente àquelas pessoas que se encontram em condição de miséria.¹⁸²

Erradicar a pobreza, para o autor, deve constituir objeto de um acordo nacional plural, já que é interesse de todos a garantia, pelo menos, de direitos mínimos interdependentes: os direitos à liberdade e à vida.

¹⁸² Para Abranches (1987, p.15-16), a miséria é definida “em relação a uma faixa de renda mínima ou à manifestação conjunta, persistente e aguda de uma série de carências básicas”.

Abranches também chama a atenção para o fato que, mesmo com efeitos redistributivos, a política social, bem como os programas de erradicação da pobreza, são diferentes das políticas de redistribuição ou desconcentração de renda. Segundo o autor, “estas conformam outro e diverso conjunto de ações públicas, com outro instrumento de intervenção, objetivos e metas também diferentes” (ibid., p.16).

Para o autor, as heterogeneidades e assincronias inerentes ao processo de desenvolvimento tendem a cristalizar **focos persistentes de miséria**. Como ele enfatiza, “se os surtos cíclicos de pobreza podem ser amenizados ou mesmo erradicados pela correção dos desequilíbrios que os originam, **os seus focos estruturais só podem ser eliminados através da ação estatal, especificamente orientada para este fim e persistente no tempo**” (ibid., p.20, grifo meu).¹⁸³ Aqui, o Estado é apontado como o responsável para solucionar o problema. Caberá discutir se este tem sido, ou pode ser, um papel a ser realmente desempenhado pelo Estado. Mas, o mais importante será discutir a sustentabilidade de qualquer ação do Estado neste sentido.

De modo semelhante, Soares (2001, p.13) ressalta a importância das Políticas Sociais na resolução dos problemas sociais. Ao mesmo tempo, recusa a “concepção de que **apenas** com a estabilização econômica seguida de um suposto crescimento econômico seria possível resolver os nossos problemas sociais.” Diz que reconhece “a necessidade de uma política de enfrentamento da crise e de recuperação econômica, desde que essa política **não seja recessiva** e esteja **aliada ao desenvolvimento de Políticas Sociais**” (ibid., grifo da autora).

Em seu estudo sobre a situação da América Latina, destacou que a pobreza se agravou na região pela aplicação das medidas econômicas de ajuste estrutural de corte neoliberal, aliada a uma redução de direitos sociais. As manifestações de insatisfação social, segundo a autora, levaram muitos governos e organismos financeiros internacionais a justificarem as privatizações e a redução da esfera estatal do bem-estar social em função da necessidade de atingir maior equidade. Este seria o caminho para tal equidade, visto que os recursos, até então destinados para suprir políticas universais, seriam direcionados aos mais pobres a partir de programas sociais básicos.

Na opinião de Soares, não é possível negar que se canalizem recursos para os mais pobres, mas isso não pode ocorrer implicando em adoção de uma mercantilização dos

¹⁸³ Para atacar a pobreza, o autor propõe instrumentos distintos: programas compensatórios e corretivos (para a manifestação cíclica da pobreza) e programas de erradicação da pobreza persistente (aquela enraizada de modo estrutural em uma sociedade altamente desigual), tendo como alvos principais a renda e o emprego.

benefícios sociais, em capitalização do setor privado, e em deterioração e desfinanciamento das instituições públicas. A autora também assevera que é possível questionar esta canalização de recursos, o que significa uma estratégia de focalização, primeiro porque ela não contribuiu para a redução do déficit público, visto que o Estado ainda financiaria a cobertura da maior parte da população diretamente ou a partir de subsídios ou isenções fiscais dirigidas ao setor privado; e segundo, porque não se tem percebido efetividade no atendimento a essa parcela “mais pobre”, seja pelo seu tamanho, seja pelos poucos recursos empregados.¹⁸⁴

A autora refere-se a um documento de 1986, lançado pela CEPAL, PNUD, PREALC e UNICEF¹⁸⁵, onde constam estratégias para superação da pobreza. Segundo ela, o documento aponta como preocupação, a necessidade de **“articulação entre políticas específicas de combate à pobreza e políticas e estratégias de desenvolvimento social”** (ibid., p.53, grifo da autora), destacando a relação entre as políticas econômicas e as políticas sociais, apontando-as como duas dimensões inseparáveis do desenvolvimento.¹⁸⁶

Essas políticas sociais não deveriam ser pensadas apenas a curto prazo, em termos de políticas emergenciais, mas também a médio e a longo prazo, visando à criação de condições de integração social, apontadas como base do desenvolvimento produtivo. Ainda referindo-se ao documento da CEPAL (1986), a autora aponta as estratégias para a superação da pobreza, ali colocadas, que deveriam estar baseadas em:

- Políticas tendentes a evitar a reprodução da pobreza, a exclusão e a segmentação social nas novas gerações;
- Políticas de incorporação da juventude às ocupações nos setores mais dinâmicos da economia;
- Políticas de equipamento de bens de produção, instalações de uso social e sistemas de apoio, com vistas a aumentar a produtividade dos recursos humanos existentes;
- Políticas de geração de emprego produtivo;
- Políticas de distribuição de renda e ativos (ibid., p.54)¹⁸⁷

¹⁸⁴ Soares (2001, p.47) afirma que “o caráter geralmente ‘emergencial’ desses programas leva a que seus recursos sejam utilizados de forma discricionária pelo Poder Executivo Federal, propiciando, entre outras coisas, o clientelismo político.”

¹⁸⁵ CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe); PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento); PREALC (Programa Regional de Emprego); UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância).

¹⁸⁶ O documento citado foi publicado pela CEPAL (1986) com o título “La transformación socio-ocupacional del Brasil 1960-1980 y la crisis social de los 80”.

¹⁸⁷ Soares chama a atenção para o fato de as recomendações desse documento serem bem diferentes das então preconizadas pelo Banco Mundial e pelo BID.

Soares compreende que as ações então recomendadas incorporam “políticas de ajuste estrutural com equidade, de investimento e de retomada do crescimento, de emprego produtivo, de distribuição de renda e finalmente orientações para a participação do Estado no âmbito econômico” (ibid.). Em seu conjunto, essas políticas implicam em mudanças no modo de desenvolvimento, afetando diretamente a situação do emprego na região. Essas ações lograriam romper com a reprodução da pobreza a partir da atenção primordial aos grupos sociais mais vulneráveis, podendo resultar na prestação de serviços regulares a toda a população.

Analisando vários outros documentos subsequentes – final da década de 1980 e início da de 1990 – subscritos por entidades internacionais, a autora chama a atenção para o fato que o enfoque abrangente dado à Política Social no documento citado anteriormente, se modifica, tornando-se, nos demais documentos, nitidamente mais restrito, apontando prioritariamente para políticas de combate à pobreza seletivas e focalizadas, desvinculadas de políticas públicas mais abrangentes.¹⁸⁸

Soares também apresenta uma síntese interessante sobre o posicionamento dos governos latinoamericanos e das instituições internacionais (CEPAL, UNICEF e FMI) sobre o combate à pobreza, contidos nos documentos da II e III Conferências Regionais sobre a Pobreza na América Latina e no Caribe, realizadas em 1990 e 1992, respectivamente. Apresentarei, aqui, algumas conclusões da autora, visto que, no geral, o aspecto mais importante de todo o movimento de busca de soluções para a pobreza é o envolvimento dos governos neste sentido, colocando esta ação como prioridade da política nacional. A autora diz que,

como conclusão geral, o que se verificou durante grande parte da década de 80, marcada pela crise econômica e pela queda do gasto social, foi que a política social assumiu um caráter compensatório e de emergência à raiz dos efeitos negativos que tiveram os programas de ajuste econômico para a população socialmente vulnerável (ibid., p.63, grifo da autora).

¹⁸⁸ Em relação a propostas de organismos internacionais para o combate à pobreza, ver também Wanderley (2000). Baseado em Boltvinik, o autor destaca as propostas do Banco Mundial, da CEPAL e do PRSP-PENUD (Projeto Regional Para a superação da Pobreza). Segundo o autor, um elemento central para as três entidades é o crescimento econômico. Para o Banco Mundial, o combate à pobreza deve estar calcado em políticas que não dependam do Estado, mas que dependam da estabilidade econômica, com maior abertura das economias ao comércio internacional e ao capital privado; A CEPAL defende um “enfoque integrado”, o que significa crescimento econômico com equidade; O PRSP-PNUD propõe medidas integradas e diferenciadas por país, sendo o combate à pobreza, o objetivo central do desenvolvimento.

Outras conclusões da autora são: a política social subordinou-se à política econômica de ajuste; a CEPAL buscou redefinir a relação entre política econômica e política social, colocando a última como fundamental para uma política de desenvolvimento integral, ou seja, “a política econômica e a política social deveriam articular-se para dar início a um tipo de desenvolvimento integral, que harmonize a transformação produtiva com a justiça social” (ibid.); os governos se mantiveram mais na idéia e na elaboração de documentos do que no desenvolvimento de ações efetivas; em relação ao papel do Estado na área social, grande parte dos governos latinoamericanos acentuou a necessidade de reorganização, principalmente no tocante à descentralização.

Referindo-se ao papel do Estado, a autora diz que as medidas sugeridas,

(...) embora na aparência não signifiquem um debilitamento da presença do Estado no plano das políticas de desenvolvimento, produzem uma dispersão de esforços e de recursos em direções ‘competitivas’. A pretexto da busca do aumento de sua eficiência e eficácia, estão tendendo a diminuir a cobertura universal da população e a promover atendimentos distintos que consagram ou agravam a desigualdade social existente. Neste sentido, qualquer que seja a avaliação ‘micro’ das propostas e políticas concretas, estas estão longe de contribuir para um ‘desenvolvimento social mais equilibrado’ conforme o preconizado pela CEPAL e que consta da retórica de todos os governos latinoamericanos (ibid.).

A relação entre políticas sociais e pobreza é evidente. A autora sugere não considerá-las importantes, mas sim **essenciais** para as populações carentes. Por isso, devem ser buscadas políticas sociais que ultrapassem a natureza compensatória, complementar ou residual, ou seja, políticas equânimes e universais, que se constituam como base do direito social constitutivo da cidadania. Esta posição leva a autora a ressaltar uma questão importante, a saber, a submissão de princípios como “equidade” e “universalidade” às “restrições econômicas”. Neste sentido, afirma que

uma coisa é discutir as restrições de ordem estrutural, (...), decorrentes da própria capacidade de financiamento do Estado, e a partir delas adotar as políticas possíveis, respeitando, no entanto, aqueles princípios gerais (ou, no mínimo, tendo-os como horizonte); outra coisa é desqualificá-los como ‘utópicos’ ou ‘irrealizáveis’. Esta última postura costuma reduzir as prioridades e políticas sociais a algo tópico e residual, através de ‘inovações gerenciais’, quase sempre associadas a estratégias do tipo ‘auto-ajuda’, as quais vêm assumindo diversas denominações, mas que **sempre resultam em redução da oferta de serviços e benefícios públicos**. É claro que isto é racionalizado em nome das ‘possibilidades’ econômicas que, na realidade, são também produto de políticas deliberadas (ibid., p.339, grifo da autora).

O que se constatou na América Latina, nos últimos quinze anos, diz Soares, foi a produção de um “Estado de Mal-Estar social”. Ou seja, desintegrou-se o incipiente Estado de Bem-Estar que existia na região. Portanto, parece-me, a partir das análises da autora, que uma solução para a pobreza é a retomada da construção desse Estado de Bem-Estar Social, pautado em políticas sociais equânimes e universais, contrariando as recomendações de corte neoliberal, cuja base é o desenvolvimento de políticas focalizadas e seletivas.

Para a autora, as políticas sociais não devem estar subordinadas às demais políticas públicas, em especial, à econômica. A articulação entre elas é de natureza essencialmente política e complexa, “submetendo-se, na maioria das vezes a fatores conjunturais” (ibid.). Mas, afirmar a necessidade de articulação entre essas políticas não basta. Segundo Soares,

o problema reside em reconhecer e definir de que política de estabilização, e mesmo de que desenvolvimento econômico, está se tratando, já que **o que tem sido proposto e implementado nos países periféricos, sobretudo na América Latina, (...) é totalmente incompatível com qualquer proposta de política social minimamente consistente e resolutiva face à problemática social** [dos países da região] (ibid., 352-353, grifo da autora).

É importante ressaltar que a autora utiliza-se, dentre outros, do conceito de Política Social construído por Wanderley G. dos Santos.¹⁸⁹ Para este autor “ (...) política social é toda política que ordene escolhas trágicas segundo um princípio de justiça consistente e coerente” (SANTOS apud SOARES, p.344). Ainda, segundo este mesmo autor, “ ‘qualquer princípio de justiça, simples ou complexo, produz resultados contrários ao que se deseja quando aplicado da mesma forma em qualquer circunstância’ ” (ibid., p.350). Soares (2001) diz que ele ressalta

que não existem critérios que permitam produzir decisões automáticas que assegurem resolver simultaneamente dois problemas – por exemplo, a acumulação de capital e a equidade – e, conseqüentemente, que o critério de tomada de decisão não é lógico-científico nem derivado de comandos constitucionais. Se, em termos absolutos, acumulação e equidade se excluem como valores, significa que, a nível micro, qualquer proposta de maximizar a equidade sem prejuízo da acumulação em realidade propõe mudanças relativas no perfil de desigualdades existentes, sem aboli-las completamente (ibid., p.350).

¹⁸⁹ O autor apresenta esse conceito no livro “Política social e combate à pobreza”.

Ao assumir tais posições, parece-me claro que as críticas feitas por Soares se dirigem à desconstrução das incipientes iniciativas de um Estado de Bem-Estar Social na América Latina. Também parece clara a aceitação da existência de um grau de desigualdade, desde que isto não signifique deixar boa parte da população em um nível de pobreza. A proposta de Soares é a implementação de políticas sociais equânimes e universais, o que pressupõe uma forte presença do Estado. Isto é completamente contrário ao receituário neoliberal cuja base são as reformas estruturais propostas para os países da América Latina e que a autora aponta como causa da pobreza na região. É um discurso crítico, como tantos outros, mas que continua centrado na crença de que a solução pode ser encontrada no interior do sistema. É interessante destacar, também, a ênfase dada pela autora ao que denominou de “políticas deliberadas”, ou seja, opções feitas pelos governantes que, na maioria das vezes, não propiciaram investimentos maiores na “solução” da pobreza. Pode-se entender, portanto, que há a opção pela “não-solução”. O que dizer, neste caso, de governos de “esquerda”, como o governo “Lula”?

As políticas sociais demandam investimentos. Neste sentido, Kaufman e Segura-Ubierno (2001) fizeram um estudo do impacto da globalização e da política interna sobre o gasto social (especificamente seguridade social, saúde e educação) na América Latina.¹⁹⁰ Fizeram isto em função da idéia corrente de que as reformas neoliberais destruíram o pouco de proteção social que os Estados da região ofereciam. Importava saber, conforme os autores, se os prejuízos causados podem ser recuperados e se o sistema de bem-estar pode ser ampliado, com o fito de proteger os cidadãos expostos às novas forças do mercado.

Conforme os autores, a integração comercial teve um impacto “consistentemente negativo” sobre o gasto social agregado, efeito este agravado pela abertura aos mercados de capitais. Ressaltam ainda que, diferentemente do que foi mostrado por alguns estudos feitos com países da OCDE, as variáveis políticas (equilíbrio de poder partidário e pressões eleitorais das instituições democráticas) têm efeitos fracos e inconsistentes sobre o gasto social.

Os autores concluíram também que tanto a globalização como as políticas internas têm um impacto mais complexo quando os gastos sociais são desagregados, ou seja, quando se separa gastos relativos às transferências de seguridade social daqueles considerados gastos

¹⁹⁰ Trata-se de uma análise de corte transversal com série temporal das alterações nas transferências da seguridade social, bem como nos gastos com saúde e educação. A pesquisa foi feita em 14 países latino-americanos (Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Costa Rica, República Dominicana, Equador, El Salvador, Guatemala, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela). O estudo foi sobre o período compreendido entre 1973 e 1997.

com “capital humano” (saúde e educação). Neste caso, a integração econômica internacional atua negativamente, de modo especial sobre as transferências de seguridade social (principalmente pensões). Já os gastos com saúde e educação são menos vulneráveis a essa integração. Cada tipo de gasto também parece ser influenciado por fatores políticos internos. Segundo os autores, a tendência dos governos de base popular é proteger as pensões e outras transferências de bem-estar que acabam por beneficiar, em especial, a classe média e os integrantes dos sindicatos. Os regimes democráticos tendem a investir mais nos gastos com saúde e educação, que afetam segmentos maiores da população.¹⁹¹

Concluem que as democracias latino-americanas têm apontado para um apoio às demandas por formas progressivas de gasto social. O positivo é que as restrições que a globalização impõe às transferências de seguridade social não são estendidas aos gastos com saúde e educação. Alegam que isto pode acontecer em função de os setores de saúde e educação abrangerem um conjunto mais amplo de interessados, o que influencia as decisões políticas internas em favor dos gastos com esses dois setores. Apesar dos efeitos da globalização, as variáveis políticas internas influenciam diretamente o nível dos gastos, bem como a área em que serão aplicados.

Este estudo é importante porque reforça, de certa forma, que opções políticas internas podem ir contra tendências externas, o que é corroborado de modo enfático por Soares (2001). Ou seja, apesar de toda uma ordem econômica global, os governos podem optar por aplicar mais em políticas sociais. De certa forma, mesmo que o estudo tenha mostrado o lado “perverso” da globalização, assinala a possibilidade de investimentos progressivos na área social, o que, por sua vez, é posto como fundamental para o combate à pobreza. Esta posição também é reforçada por Cacciomali (2002). Segundo esta autora, a liberalização do comércio e a internacionalização das economias impuseram aos países latino-americanos uma situação macroeconômica que atingiu diretamente a atuação dos sindicatos, as relações trabalhistas, a seguridade pública e as condições de trabalho. Tudo isto levou a uma redução das possibilidades de implementar os direitos fundamentais no trabalho, considerando a elevação que causam nos custos. Porém, para a autora, mudanças podem

¹⁹¹ Os autores classificam “presidentes de base popular” aqueles que provêm de partidos com vínculos historicamente estreitos com os sindicatos trabalhistas (exemplificam com o peronismo argentino e com a Ação Democrática, na Venezuela) e/ou aqueles cujos partidos tiveram orientação programática de longa data voltada para o setor popular (exemplificam com o MNR na Bolívia e com o PLN na Costa Rica). Além desses, os autores também codificaram alguns regimes autocráticos como sendo representantes de base popular, considerando as coalizões de apoio que levaram tais governos a se elegerem (exemplificam com o governo militar peruano de 1968 e com o regime de partido dominante do México). Fazem também uma diferenciação entre regimes democráticos e autocráticos.

ocorrer “(...), mediante uma política macroeconômica compatível com o crescimento sustentável, e a colocação em prática de políticas econômicas e sociais orientadas aos níveis micro e macro, por meio de ações de desenvolvimento local e setorial” (ibid., p.107, tradução minha). Mas de que forma estariam se dando estes processos de busca de melhores condições sociais para todos, ou seja, de busca de diminuição das distâncias entre os grupos sociais?

Para Alayón (1995), o bem-estar social está subordinado à verdadeira independência dos países, visto que considera que a pobreza está diretamente relacionada ao processo de dependência e espoliação a que os países da América Latina estão submetidos. É necessário erradicar, de forma definitiva, iniciativas que buscam concretizar diversas modalidades de assistencialismo, bem como, combater o que ele chama de “idealismo verborrágico e revolucionário” que recusa veementemente qualquer prática que se aproxime de uma perspectiva assistencial.

O autor define assistencialismo como

uma das atividades sociais que historicamente as classes dominantes implementaram para reduzir minimamente a miséria que geram e para perpetuar o sistema de exploração. Esta atividade foi e é realizada com matizes e particularidades, em consonância com os respectivos períodos históricos, em nível oficial e privado, por leigos e religiosos. A sua essência foi sempre a mesma (à margem da vontade dos ‘agentes’ intervenientes): oferecer algum alívio para relativizar e travar o conflito, para garantir a preservação de privilégios em mãos de uns poucos (ibid., p.48).

Detendo-se em uma análise dos países latino-americanos, Alayón chama a atenção para o fato de os problemas causados pelos setores dominantes, como a miséria e a doença, sempre virem acompanhados de medidas para amenizar tais problemas, que, por sua vez, crescem numa velocidade bem maior do que a das políticas sociais. Aponta as políticas sociais e seus profissionais como o instrumento utilizado pelas classes dominantes para reproduzir as relações sociais de produção. Ele afirma que as classes dominantes não oferecem nada além do que se lhe solicita ou exige, não sendo muito generosas ou assistencialistas, mesmo considerando que precisam garantir um determinado nível de reprodução da força de trabalho. Como salienta o autor, “concretamente: oferecem o mínimo possível para não verem afetados os seus próprios interesses” (ibid., p.49).¹⁹²

¹⁹² Segundo Alayón (1995, p.50), “o nível alcançado pelas reivindicações dos setores populares é o que nos permitirá avaliar e ‘medir’ o que as classes dominantes oferecem. Não pretendemos simplificar, pensando que tudo o que se conquista é ‘arrancado’ aos seguimentos dominantes, mas também não pretendemos acreditar que tudo o que se alcança é concedido por esses seguimentos apenas por lhes ser necessário para repor a força de trabalho que assegura a produção da mais-valia”.

Na opinião do autor, “é o grau de desenvolvimento das lutas de classe que vai orientando esse processo em relação à implementação ou não de tais ou quais políticas sociais (e em tal ou qual amplitude)” (ibid., p.50). Neste sentido, conclui que as políticas sociais servem, tanto aos interesses das classes dominantes como das classes dominadas.¹⁹³

Alayón diz que há diferenças entre as políticas sociais de governos reacionários e oligárquicos daquelas de governos populares. Na sua compreensão, para entender o papel das políticas sociais, é necessário entender que essas diferenças existem. Segundo ele,

visualizar-se-á e atuar-se-á de modo diferente se se considerar, por exemplo, que a crise atual é a crise do capitalismo e não do imperialismo; que o eixo só deve girar em torno da revolução socialista, ignorando e deixando de lado a questão da revolução nacional: que a contradição principal se verifica no antagonismo entre a burguesia e o proletariado, sem entender que a luta contemporânea se dá entre as nações opressoras e as nações oprimidas (ibid., p.51).

Continua dizendo que “o que interessa determinar – e isto parece ser difícil para os ‘marxistas’ canônicos e europeus (ainda que tenham nascido na América) – é o valor e a natureza histórico-progressista dos movimentos nacionais e populares (democrático-burgueses) nos países coloniais e semicoloniais” (ibid.). Neste sentido, não se deve gastar energia para definir se um governo é populista ou burguês. Afirma que

o nacionalismo de um país opressor é profundamente reacionário; porém – ao contrário – o nacionalismo dos países oprimidos (os nossos) representa conjuntamente o interesse popular, enlaçando indissoluvelmente a libertação nacional com a libertação social. A clássica oposição da ‘questão social’ à ‘questão nacional’ surge entre os marxistas que ignoram a sua inter-relação dialética e que pretendem ‘marxistizar a América Latina, sem latino-americanizar o marxismo’ (ibid.).

Concluindo, diz que não se pode ignorar a diferença essencial entre o nacionalismo de um país dependente e o nacionalismo de um país imperialista porque isto impede o entendimento do significado dos movimentos nacional-democráticos. Fazer oposição, seja pela direita ou pela esquerda, ao nacionalismo de um país oprimido significa por-se claramente ao lado do opressor.

O autor observa que não se pode depositar nas burguesias nacionais o papel de resolver “o conjunto das tarefas democráticas e nacionais irresolutas” (ibid.), até porque ele não crê que o “ ‘nacional’ tenha na burguesia o seu melhor defensor” (ibid.). Para ele, a classe

¹⁹³ Para estas últimas, porque acabam tendo algumas de suas necessidades supridas.

social que pode implementar tais tarefas – possibilitando uma verdadeira libertação do imperialismo – é a classe operária.¹⁹⁴

O autor afirma que, em momentos em que ocorrem movimentos nacionais e populares, as políticas de bem-estar social aumentam, principalmente as dirigidas aos mais pobres. O processo é inverso nos momentos em que os governos são antinacionais.

As classes populares apoiarão, segundo ele, os governos que derem respostas às suas necessidades, não interessando se parcialmente ou paternalisticamente. Por isso, afirma que, “para os setores necessitados, o que conta, o que tem importância é a política social em si, na medida em que os beneficia, mesmo que tal política possa servir para reproduzir a força de trabalho que o capitalismo requer para apropriar-se de mais-valia” (ibid., p.53).¹⁹⁵

Assim, para Alayón, é a orientação ideológico-política da ação assistencial que determina se ela é ou não assistencialista. Diz que,

se acreditarmos que a simples implementação de algumas atividades de bem-estar social, sem considerar **a erradicação das causas profundas do atraso e da dependência**, é a ‘fórmula’ e a panacéia para solucionar os problemas sociais, estaremos, sem dúvida, imersos no cretinismo do assistencialismo. E esta é a típica política social dos grupos oligárquicos dominantes. Mas se, ao contrário, a atividade assistencial é assumida como direito inalienável da população explorada, interpretada na perspectiva da igualdade e da justiça social e, ao mesmo tempo, se atua contra as grandes causas geradoras da exploração e da miséria, obviamente não se pode falar de assistencialismo (ibid., p.53/54, grifo meu).

O autor cita um discurso de Robert McNamara, presidente do Banco Mundial que, em 1973, disse que o programa agrícola encaminhado pelo Banco Mundial não colocaria ênfase na distribuição de renda e riqueza, mas buscaria o aumento da produtividade dos pobres, o que acarretaria numa participação mais equitativa nos benefícios do crescimento. Neste sentido, Alayón observa que não se trata apenas de aumentar a produção, mas de definir com quem ficarão a renda e a riqueza produzidas. Não definir isso, além de ser injusto e

¹⁹⁴ Em relação ao papel da elite brasileira na solução dos problemas sociais, Reis (2000, p.144) diz que a visão destas não pode ser subestimada, “pois o papel delas na formulação e implementação de políticas sociais é inquestionável.” Segundo a autora, “a menos que – por razões interesseiras ou altruístas – elas percebam uma política como necessária ou desejável, esta não terá chance de ser implementada” (ibid.). Baseada em suas pesquisas, a autora acredita que o fato de as elites se preocuparem com a pobreza e com a desigualdade, com os efeitos sobre a ordem social, está ligado à ameaça à manutenção da ordem e da segurança pessoal. Conclui afirmando que “nossas elites não incluem a erradicação da pobreza e a redução das desigualdades entre os seus interesses de fato” (ibid., p.149).

¹⁹⁵ Em nota de rodapé o autor afirma que: “o proletariado não luta para deter o desenvolvimento capitalista, mas para superá-lo, ao mesmo tempo que procura reduzir as condições de exploração” (ALAYÓN, 1995, p.53).

perverso, esteriliza o esforço, pois a participação será apenas em torno de umas poucas migalhas, o que serve para desativar a compreensão do injusto mecanismo de espoliação.

As posições que tinham como via de erradicação da pobreza, a sua eliminação ou o seu ocultamento, foram, segundo o autor, se conjugando com outras, aparentemente mais sensíveis e preocupadas, calcadas no mínimo de distribuição e assistência, preservando, dessa forma, seus interesses objetivos.

Alayón diz que propostas conservadoras para a solução da pobreza têm a virtude da frontalidade, da franqueza e da selvageria, a exemplo dos desalojamentos que ocorreram em áreas centrais, jogando as pessoas nas periferias. Além dessas propostas conservadoras, existem outras, que ele chama de “mais lúcidas”, que também se propõem a solucionar a pobreza, só que travestidas de “solidariedade e humanismo”. Estas,

dificultam a compreensão da verdadeira e profunda lógica da manutenção das situações de subordinação. Por exemplo: certos ‘benefícios sociais’ dirigidos aos trabalhadores não podem ser entendidos como a resultante da generosidade e do humanitarismo dos setores do capital; antes, respondem à própria necessidade e ao interesse do capital (...). Se os trabalhadores não se alimentam, se adoecem e faltam ao trabalho, o processo de produção – no qual o capital se valoriza – não pode funcionar. Se não há trabalhadores, não há produção de riqueza e, sem riqueza, ninguém dela se pode apropriar. Por isso, o capital precisa assegurar-se de determinada quantidade e qualidade de trabalhadores e logicamente, pois, para estes não se podem anular completamente certas políticas de assistência (ibid., p.117).

Para o autor, investigar e formular indicações sobre a magnitude e os efeitos da pobreza e assumir a realidade desses dados, deve confluir para a tomada de decisões vitais que afetem os núcleos centrais dos processos que criam a pobreza. Pobreza esta que tanto compromete a vigência da justiça social quanto a própria dignidade da nação, visto que a miséria se configura na violação mais flagrante dos direitos humanos.

Afirma que,

é nestas condições estruturais – ou seja: nas características de funcionamento do modelo social vigente – que se encontram a gênese e a natureza dos chamados ‘problemas sociais’, que, definitivamente, representam o estilo de uma sociedade que orienta os objetivos da produção não para a satisfação das necessidades, mas para a acumulação privada da riqueza socialmente produzida (ibid., p.123).

Por isso, a ação social, para não esterilizar a idéia e a própria proposta da justiça social, deve fundar o trabalho distributivo na intervenção sobre os núcleos centrais geradores da pobreza. Citando Tenti (1988), Alayón (1995), atenta para o fato que

é útil recordar que ‘o esquema jurídico liberal estabelece uma clara distinção entre a esfera do direito e a esfera moral’. Para esta corrente de pensamento, ‘a ajuda social não responde a um direito do indigente, mas a um dever moral daquele que está em condições materiais de ajudar’. Dificulta-se, uma vez mais, a compreensão da causalidade estrutural na origem da pobreza como fenômeno social – e, em consequência, ‘põe-se em questão o conceito de Estado benefactor, responsável pela realização dos direitos sociais para o conjunto da população (ibid., p.129).

O autor afirma que é necessário enfatizar diariamente “**que a população tem direito a ter direitos**” (ibid., p.137, grifo meu). E continua afirmando que

a involução no sentido da crescente perda de direitos atinge a população comum e a transforma no instrumento mais idôneo contra si mesma. **Se a população, através de mecanismos quaisquer, chega a acreditar e a se convencer de que a crise atual justifica a perda ou a redução dos seus direitos, estará irremediavelmente vencida e regressará rapidamente a épocas passadas, nas quais os direitos sociais ainda não tinham sido conquistados para as grandes maiorias** (ibid., p.138, grifo meu).

O que se pode entender é que, para o autor, isto parece solucionar o que ele chama de “problemas estruturais” do modelo social vigente. Se houver acesso à saúde, à educação, ao emprego, à renda, ou seja, se houver a garantia dos direitos, os “problemas estruturais” estão resolvidos. É necessário lembrar que Alayón (2004), conforme apontado no capítulo anterior, faz referência à desigualdade como “princípio fundante” do capitalismo. Porém, isto que é apontado como “princípio fundante” pode ser contornado com um outro “princípio fundante”, o da igualdade – enquanto “princípio fundante” da democracia. Mas podemos entender que sejam estes os reais problemas estruturais do modo de produção capitalista?

Alayón (1995) conclui que “se a política econômica, e de maneira especial, a política de emprego e a política salarial cobrissem plenamente as necessidades sociais do conjunto da população não seria preciso recorrer a medidas assistencialistas” (ibid., p.150). Em suma, o grande problema é a perda dos direitos. Estaria o autor propondo como solução, um retorno ao *Welfare State*? Nesta obra, o autor não deixa claro, mas as evidências apontam para isto. Mesmo fazendo um discurso anti-imperialista, anti-capitalista, o autor aponta soluções que devem e podem ser buscadas e concretizadas no interior do sistema. Em Alayón

(2004) a defesa de um Estado de Bem-Estar Social e a possibilidade de isto se concretizar ficam bem evidenciadas. Neste sentido, afirma que

a lógica do capitalismo radica essencialmente na busca do lucro e na ganância. A solidariedade, a cooperação, a equidade, nada têm a ver com a lógica do capital, que põe em perigo a reprodução das instituições em que se sustenta e a própria vida dos que são a força de trabalho, o que é contraditório com sua própria existência a longo prazo. **Os Estados de Bem-Estar precisamente constituem uma limitação política a essa irracionalidade derivada da natureza desigual do capitalismo** (ibid., p.109, tradução minha).

Cabe, então, segundo o autor, uma escolha entre “uma democracia política com forte desemprego, pauperização e exclusão; ou uma democracia política com direitos sociais, plenamente exercidos por todos, em direção à integração social” (ibid., p.110, tradução minha). Ou seja, a modificação da situação social depende de uma posição política, a ser escolhida dentro da ordem capitalista: ou é um governo democrático que produz a miséria, ou um que produz a igualdade social. O autor reforça que não se pode esquecer que cabe ao Estado velar pelo bem-estar geral da população. Se ele não consegue garantir empregos para todos, bem como salários dignos, deve, no mínimo, ampliar a cobertura assistencial.¹⁹⁶ Faz uma observação dizendo que a assistência social não erradica a pobreza, pois a pobreza não pertence ao campo da assistência social, mas ao campo da economia. Cabe à assistência social somente fazer uma mediação entre a economia e os efeitos e resultados dos modelos econômicos vigentes.

Também é importante ressaltar que Alayón (1995) trabalha com a idéia de que é possível uma “libertação nacional”. O fato de a história mostrar que o capitalismo mundializado não tem permitido esta “autonomia nacional” deveria ser um elemento a ser considerado pelo autor, o que não foi. Ou seja, a despeito de tantas evidências que têm mostrado a dificuldade de ocorrer esta “autonomia nacional” em nível global, o autor insiste em apontá-la como possível e como um dos elementos centrais para a erradicação da pobreza na América Latina.

Cohen (1998, p.35) cita estudos que demonstram a possibilidade de aproximação das nações mais pobres daquelas mais ricas. Para tanto, são necessárias as seguintes condições: “em primeiro lugar, um alto índice de investimento, depois, uma forte escolarização da população e, por fim, um alto índice de cobertura comercial.” Cita os

¹⁹⁶ Observa que os pobres não são apenas aqueles que estão desempregados, mas também muitos que têm empregos, mas que recebem salários que não os tiram da condição de pobres.

exemplos do Japão, Hong Kong, Cingapura e Taiwan, e, ao indagar se este desenvolvimento seria possível em todo o continente asiático, conclui que, provavelmente, sim. Esses casos provam que a pobreza pode ser erradicada. Segundo o autor, o enriquecimento dos quatro tigres [refere-se à Coreia do Sul, Taiwan, Cingapura e Hong Kong] é resultado, quase que totalmente, de seus esforços domésticos. Destaca o caso de Cingapura como espetacular, visto que aproximadamente dois terços de seu enriquecimento tem como fonte a extraordinária poupança que o governo mobilizou a serviço do acúmulo de capital.

Ainda referindo-se ao desempenho exemplar dos tigres asiáticos,¹⁹⁷ o autor sustenta que

(...) o ‘milagre’ dos quatro tigres é simplesmente inexistente. Conforme está explicado em Adam Smith ou nas bíblias luteranas, a riqueza recompensa os esforços de cada um. É esse resultado que se constituiu na grande mensagem de esperança para os países que querem engajar-se em sua esteira. **Os remédios mais simples, como poupar, investir e educar sua mão-de-obra parecem bem permitir alcançar os países ricos** (ibid., p.44, grifo meu).

Neste sentido, o autor também reforça a possibilidade “nacional” de solução dos problemas, o que é consonante com suas posições, já que não vê problemas na globalização, como já foi destacado quando da apresentação das causas da pobreza.

Refere-se também à dificuldade de manter o crescimento econômico nos dias de hoje e chama a atenção para dois fatos. O primeiro, de estarmos enganados se pensássemos que os países que melhor resolveram o desemprego foram aqueles onde o crescimento foi maior. O segundo, que o índice de emprego contido no crescimento varia consideravelmente de país para país.¹⁹⁸

Cohen afirma que, atualmente, houve uma dissolução da idéia de um poder público que opera para o bem comum. Diz que, para avançar nesta questão, faz-se necessário

¹⁹⁷ Cohen (1998) explica porque outros países que implementaram esforço semelhante não lograram o mesmo resultado. A explicação é que “graças ao mercado mundial, os países asiáticos puderam alcançar em poucos anos uma economia de ‘mercado’ que os países ocidentais levaram mais de um século para constituir. (...). O ‘mercado’ é o que torna não manipulável a relação entre produtores e consumidores; trata-se de uma estrutura de preços e de exigências de qualidade que são coerentes entre si. Em vez de ‘partes’ de mercado, é, pura e simplesmente, uma ‘estrutura’ de mercado que é assim captada pelos países asiáticos” (ibid., p.45). Mas, segundo o autor, “**o ‘liberalismo econômico’ dos países asiáticos não deve criar ilusões. O Estado é, com muita frequência, o principal agente das estratégias de crescimento**” (ibid., p.46, grifo meu).

¹⁹⁸ Cohen (1998, p.114) reforça a compreensão do desemprego em função do que ele denomina de “desafeição pelo trabalho não-qualificado”.

distinguir a questão técnica do combate à pobreza da questão política que esta luta encontra nas democracias modernas.¹⁹⁹

O autor afirma, também, que, se as políticas de ajuda às pessoas devem transformar-se na pedra angular do Estado-previdenciário, deve-se evitar que os auxílios sejam dirigidos demasiadamente para as camadas mais vulneráveis da população, mesmo que tais políticas sejam desenvolvidas em nome destas camadas. Isto porque, “políticas demasiadamente circunscritas podem, com efeito, voltar-se contra aqueles para quem foram destinadas” (ibid.). Neste sentido, afirma que

é necessário, portanto, desembaraçar-se da lógica dos auxílios dirigidos, e ampliar a abrangência das propostas, (...). A luta contra a pobreza não pode ser pensada separadamente do funcionamento do conjunto da sociedade, e ‘resolvida’ por medidas ‘pontuais’, que encerrariam os pobres em seus guetos. Ao contrário, a procura constante de pontes abertas entre o centro do sistema e sua periferia é que deve orientar a luta contra o pauperismo (ibid., p.141).

Cohen conclui sua idéia a respeito da superação da pobreza afirmando que

o remédio mais simples para resolver a ‘pobreza dos países ricos’ é bem conhecido, ainda que freqüentemente seja deixado à margem da discussão: pela esquerda, porque provém de um economista ‘de direita’, e pela direita, porque são assustadores os recursos que tal projeto mobilizaria (...). Este remédio chama-se ‘imposto negativo’ e pode ser resumido simplesmente: concede a cada pessoa em idade produtiva uma ‘renda mínima’, garantindo-lhe este benefício independentemente de essa pessoa encontrar um emprego ou não (ibid., p.141/142).²⁰⁰

Nesta proposta, mesmo que o indivíduo venha a encontrar um emprego, não é forçado a renunciar ao auxílio.

Os países pobres têm, então, um caminho a seguir. Se os Tigres Asiáticos são postos como exemplo, caberá aos demais fazerem um movimento semelhante. Da mesma

¹⁹⁹ Em relação à questão técnica, diz o autor que, “caso inicialmente se aceite reconhecer que a grande fábrica ‘fordista’, no seio da qual havia simultaneamente produção e redistribuição de riquezas, já era, é preciso também tirar a conclusão de que se deve renunciar a auxiliar as empresas e concentrar-se na ajuda às pessoas” (ibid., p.139/140). Citando o caso francês, o autor afirma que “a França celebrou sua reconciliação com as empresas no pior momento possível: quando estas abandonavam sua função redistribuidora para tornarem-se, elas próprias, pontas-de-lança de um enriquecimento desigual. Portanto, era inevitável que as ajudas acordadas às empresas durante toda a década de oitenta tivessem sido concedidas em vão. De nada nos serve lamentarmos que as empresas já não sejam mais ‘empresas-cidadãs’. Também seria absurdo querer constrangê-las a desempenhar este papel, mas é igualmente inútil implementar uma política que faça de conta que elas ainda exerçam esta função” (ibid., p.140).

²⁰⁰ Esta idéia é defendida por Milton Fridman, em sua obra “Capitalismo e liberdade”.

forma que os outros autores, Cohen se detém em apresentar soluções dentro do próprio sistema. A idéia do “imposto negativo” para os países ricos, pelo que é possível entender do autor, deveria também ser aplicada nos demais países a partir do momento em que transformassem a sua economia, como o fizeram os Tigres Asiáticos. Mas se esta também é uma solução possível, por que não tem sido adotada, principalmente pelos países dirigidos por governos social-democratas?

No capítulo I, ao me referir à posição de Pereira (2002), destaquei que esta é partidária da construção do que tem sido denominado “socialismo pós-industrial”. Segundo a autora, essa proposta nasce da necessidade apontada por “teóricos de esquerda”²⁰¹, de encontrar alternativas à proposta “neoliberal/neoconservadora” para as políticas sociais, mas que também ultrapassem o “(...) enquadramento keynesiano do *Welfare State* e do socialismo real” (ibid., p.184). Esses teóricos apontam a “renda básica garantida” como uma alternativa para a construção de uma nova ordem, visto que ela possibilitaria “ (...) a libertação do homem da ideologia do trabalho reprodutora das sociedades capitalistas avançadas” (ibid.).²⁰² Essa renda básica garantida deve estar aliada à redução das horas de trabalho, ou melhor, deve servir como compensação de pagamento das horas não trabalhadas. Isso possibilitaria que as pessoas tivessem maior controle sobre seu próprio tempo.

Porém, ressalta a autora, essa medida não pode ser tomada isoladamente. Ela “deve fazer parte de um projeto político transgressor da ordem vigente, pois só assim constituirá uma limitação ao produtivismo capitalista e uma rejeição à sociedade de mercado (embora não necessariamente ao mercado, que deverá ser controlado)” (ibid.). A autora não explora essa proposição, apenas faz referência ao fato de ela estar tomando corpo nos meios intelectuais e políticos. Mas, ao fazer referência ao estabelecimento das “necessidades humanas básicas” e à necessidade de suprimento destas, destaca o papel da política pública de assistência social que tem, concomitantemente, um caráter racional, ético e cívico. Ou seja, é racional porque deve resultar da tomada de decisões coletivas pautadas em indicadores científicos que possibilitem o estabelecimento de estratégias e metas para a satisfação das necessidades básicas da população. É ético porque ultrapassa questões administrativas, passando a se constituir numa responsabilidade moral, sendo que, na impossibilidade de as

²⁰¹ A autora relaciona alguns: Habermas, Gorz, Van Parijs, Offe e Lodziak.

²⁰² A proposta de garantia de uma subvenção monetária a todas as pessoas, independentemente da sua condição, se empregado ou não, aparece exposta de várias formas. Tem suas peculiaridades, mas o intuito é o mesmo, ou seja, oferecer alguma garantia de vida independentemente da situação da economia, o que, de certa forma, se constitui numa proposta extremamente complicada. Em Venanzi (2002) apareceu sob a denominação “subvenção cívica”; em Cohen (1998), como “renda mínima”.

peças satisfazerem suas necessidades, estas devem ser providas. A justiça social deve ser a principal referência da política de assistência social. É cívico porque está diretamente relacionada aos “direitos de cidadania social”. Neste sentido, afirma que,

concretizar direitos sociais significa prestar à população, como dever do Estado, um conjunto de benefícios e serviços que lhe é devido, em resposta às suas necessidades sociais. Sendo assim, o direito a ser concretizado pela política de assistência social afigura-se ao mesmo tempo como um *dever de prestação* por parte do Estado e um *direito de crédito*, por parte da população, àquilo que lhe é essencial para garantir a sua qualidade de vida e o pleno exercício de sua cidadania (ibid., p.187).

Isto implica na adoção de políticas universais e não de políticas focalizadas que acabam por reproduzir a pobreza extrema. Mesmo compartilhando da proposta de uma sociedade “socialista pós-industrial”, Pereira, parece pouco convencida de sua efetividade, tanto que retorna à necessidade de discutir as políticas sociais públicas no âmbito do capitalismo, apontando o Estado como o responsável pela efetivação de tais políticas. A autora não faz nenhuma observação de que este esforço de garantir uma sociedade supridora dos direitos de cidadania deva ser apenas enquanto não se efetiva o modelo proposto do qual compartilha. Ao fazer essas observações em relação às políticas sociais públicas e ao suprimento das necessidades humanas básicas, a autora assume a possibilidade de isto se concretizar no âmbito do sistema.

Para os autores que vêem o processo de globalização – conforme apontado no capítulo anterior – como causador/ampliador da pobreza contemporânea, é necessário e possível definir estratégias reguladoras. Estas estratégias resultariam na possibilidade de estabelecimento de uma outra ordem onde seria possível, então, uma diminuição/erradicação da pobreza.

Hirst e Thompson (1998), apesar de concordarem com a diferença existente entre a era pós-45 e a atual no que diz respeito à escala e ao poder dos mercados financeiros mundiais integrados, sustentam que a governabilidade é possível. A situação atual é sustentada por políticas que inibem o crescimento e intensificam o interesse de curto prazo. A troca do crescimento e de empregos por inflação baixa tem levado ao crescimento do desemprego e da pobreza na maior parte das nações industrializadas. Os autores sustentam que isto não se deve à volatilidade incontrolável do mercado, visto que eles “não são mais voláteis ou desregulamentados - provavelmente são governados apenas o suficiente para evitar uma súbita depressão do desenvolvimento” (ibid., p.353).

Mesmo que a história mostre, como no caso do colapso do sistema de Bretton Woods e da crise do preço do petróleo em 1973 e 1979, que se constituiu em um período de flutuação e de taxas de câmbio altamente voláteis, ela também mostra que a turbulência vai sendo, aos poucos, controlada. As medidas adotadas no decorrer das crises, segundo os autores, não são suficientes, mas mostram que a governabilidade é possível. Eles sustentam que

a longo prazo, os mercados só serão ainda mais regulados, se a maioria de seus agentes virem os benefícios que isso pode trazer ou se uma união de governos poderosos decidir agir de uma maneira coordenada (...). **Os mercados financeiros mundiais não são necessariamente ingovernáveis. O problema é a vontade de governá-los, não a carência dos meios** (ibid., p.354, grifo meu).

Estes autores apontam a desregulação dos mercados como ponto marcante do atual processo globalizador. Porém, defendem que isso não significa o fim dos Estados Nacionais nem a ingovernabilidade deste processo. Hirst e Thompson (1998, p.361) afirmam que “a globalização não tira de cena as economias nacionais”, já que foi tomada pelas elites empresariais e por políticos das nações ocidentais avançadas como um pretexto conveniente para justificar as políticas domésticas que elas escolheram seguir. Isso diz respeito, especialmente, ao Reino Unido e Estados Unidos.

Os autores também dizem ser verdadeiro o fato que muito pode ser conseguido pelas políticas nacionais para a administração econômica e para a renovação social, mas que o nacional é apenas um nível na complexa divisão de governabilidade econômica e social.

O problema, para os autores, é assumir a determinação dos defensores da globalização em relação a sua força incontrolável, a sua ingovernabilidade. Eles não concordam com isso e julgam possível uma política de regulação dos mercados que torne os movimentos de capital de curto prazo menos rentáveis, bem como menos voláteis e especulativos.

Esta política deve estar orientada para o crescimento nos países avançados, juntamente com uma solução para a redução das dívidas dos países mais pobres e uma melhor distribuição dos investimentos diretos estrangeiros, dirigindo-os às economias mais fragilizadas. Como salientam os autores, “tais políticas poderiam ser atingidas num futuro próximo por uma política mais ativa e coordenada da parte dos estados avançados - o que obstrui o caminho não é a globalização, mas as percepções de ‘interesse nacional’ pelas elites chaves” (ibid., p.363).

Estes autores apontam para uma perspectiva que, no meu entender, parece depender de uma mudança de intenções dos países avançados. Acredito que pensar assim é esperar muito do capitalismo, ou melhor, é não considerar como fundamental a sua própria lógica baseada no lucro e na exploração. Para manter um grau de sustentabilidade dentro de seus limites, os países desenvolvidos sempre contaram com um grande espaço de exploração, ou seja, o resto do mundo²⁰³. Parece claro que todos os investimentos feitos em outros países, pelos mais desenvolvidos, estiveram sempre diretamente ligados a interesses próprios. Desta forma, parece-me difícil esperar que parta desses países qualquer iniciativa no sentido de promover uma equidade mundial, ou mesmo uma diminuição da brutal diferença que existe, em termos de distribuição de renda.

Assim como Cohen (1998), Pochmann et al (2004) também concordam que não existe uma relação direta e necessária entre a globalização e o aumento da desigualdade e da exclusão social no mundo. Cohen (1998) defende que o aumento das desigualdades está relacionado à constante necessidade de aperfeiçoamento dos indivíduos, e isso não está relacionado diretamente à globalização. Para Pochmann et al (2004), o aumento da exclusão social e das desigualdades decorre de “elementos” que definem o “atual modelo de globalização” e não da globalização em si. Por isso, para os autores

parece mais apropriado afirmar que, num contexto de expansão desregulada do capital financeiro, de manutenção do protecionismo nos países desenvolvidos e de reforço de políticas discricionárias – canceladas pelos organismos multilaterais que pretendem tratar países diferentes como iguais – a exclusão social acaba por se tornar um corolário da globalização (ibid., p.45).

Neste caso, é necessário corrigir, nesse processo globalizador, aquilo que favorece o aumento da exclusão social, ou seja, regular o capital financeiro, acabar com o protecionismo nos países ricos e exigir que os organismos multilaterais apliquem políticas que considerem a realidade de cada país, o que implicaria, em último caso, regular o capital, sendo que essa regulação deve ser promovida pelo Estado.

Bauman (1999), por entender, como foi apontado antes, que o capital deva se auto-regular em função de suas “obrigações” para com a comunidade, não apresenta maiores esperanças em relação ao papel do Estado neste controle. Afirma que os Estados não têm

²⁰³ Não me refiro aqui ao conjunto das sociedades destes países, como se estas sociedades, incluindo seus trabalhadores, optassem por explorar outras. As políticas de exploração são coordenadas pelos governantes e classes dominantes destes países, estes sim, interessados em manter grande parte do mundo sob seu julgo, o que não poderia ser diferente, considerando a lógica própria de produção do capital.

recursos suficientes, muito menos liberdade de manobra para suportar a pressão exercida pelo mercado. Neste sentido, afirma que,

devido a total e inexorável disseminação das regras de livre mercado e, sobretudo, ao livre movimento do capital e das finanças, a ‘economia’ é progressivamente isentada do controle político; com efeito, o significado primordial do termo ‘economia’ é o de ‘área não política’. O que restou da política, espera-se deve ser tratado pelo Estado, como nos bons velhos tempos – mas o Estado não deve tocar em coisa alguma relacionada à vida econômica: qualquer tentativa nesse sentido enfrentaria imediata e furiosa punição dos mercados mundiais (ibid., p.74).

Caberia ao Estado, como única tarefa econômica, segundo o autor, a garantia de um orçamento equilibrado, através do policiamento e controle das “pressões locais por intervenções estatais mais vigorosas na direção dos negócios e em defesa da população face às consequências mais sinistras da anarquia do mercado” (ibid.).

Diferentemente de Bauman, muitos dos autores que tratam deste tema ainda entendem que o Estado tem o poder e a capacidade, bem como a responsabilidade, de tomar atitudes diante dos “desmandos” do mercado. Tudo o que foi exposto até aqui leva a esta compreensão. Alguns autores são mais incisivos neste sentido, a exemplo de Dupas (1999), que aponta o Estado como o elemento central para a solução da pobreza e das desigualdades sociais. Para ele,

as questões centrais envolvendo o futuro das relações entre a sociedade e os Estados nacionais estarão relacionadas à capacidade desses Estados para assumir eficientemente um novo papel indutor-regulador, ao mesmo tempo em que essas sociedades consigam encontrar alternativas de como lidar com **a tendência de crescente exclusão social decorrente do atual modelo econômico global** (ibid., p.87, grifo meu).

Neste atual modelo econômico global, a internacionalização dos agentes econômicos privados, bem como a privatização dos serviços públicos de infra-estrutura, têm colaborado para o aumento do desemprego formal e para uma crescente flexibilização da mão-de-obra, mesmo que, em contrapartida, tenham trazido benefícios à eficiência econômica da produção. Em decorrência da situação em que são colocados os trabalhadores, Dupas afirma que os governos são pressionados a garantir alguma proteção social às populações carentes, o que tem entrado em contradição com a necessidade de equilíbrio orçamentário.

O autor diz que o cenário internacional aponta para a necessidade de uma profunda revisão do papel do Estado moderno. Segundo ele,

após ampla aceitação do esgotamento das possibilidades de manutenção das práticas keynesianas, o debate acabou se balizando entre a idéia de um *Estado mínimo* – que não cria embaraço nenhum ao mercado – e de um *Estado forte* – que saiba atuar no mundo globalizado minimizando seus conflitos, inclusive a exclusão social (ibid., p.87/88).²⁰⁴

Em função dessa mudança na percepção do Estado, o autor diz que é necessário questionar o discurso do fim do *Welfare State*. Para ele, ainda é urgente a construção de um novo Estado indutor-normatizador-regulador, que também possa enfrentar a missão de viabilizador de serviços públicos essenciais à população de baixa renda, principalmente no que diz respeito à saúde, educação, habitação e ao amparo à exclusão social.

O autor atenta para o fato que todo este processo de desemprego e de precarização do trabalho tem contribuído para criar o que ele denominou de “efeito democracia”. Ou seja, o aumento do número de desempregados e de pobres resulta em um crescimento de sua base política. Toma as eleições de Tony Blair, Lionel Jospin e Gerhard Schröder como exemplos que exprimem um crescimento da voz dos que clamam por mais garantias sociais por parte do Estado. Uma análise mais atual permite dizer que esses governantes não têm conseguido, pelo menos da forma como se imaginava, conter o desmonte das estruturas do *Welfare State*. No caso de Blair, a política encaminhada tem seguido um caminho contrário.

Para o autor, mesmo com seu espaço para políticas públicas estreitado pela onda liberal e pelo avanço do mercado, os Estados nacionais não reagem apenas para responder às exigências das empresas transnacionais. Eles ainda podem influir na, e mesmo induzir à, formação das cadeias globais das transnacionais.

Para Dupas,

as conclusões são claras: **no mundo da globalização, a intervenção do mercado tem de ser combinada com a intervenção do Estado. A questão é determinar o papel e a efetividade do Estado. O desenvolvimento**

²⁰⁴ Um trecho de um relatório do Banco Mundial, de 1997, citado por Dupas (1999, p.88) diz o seguinte: “Assim como nos anos 40, a atenção recentemente dada ao papel do Estado foi inspirada por eventos dramáticos na economia global, que têm modificado drasticamente o ambiente no qual os Estados operam. A integração global das economias e a difusão da democracia reduziu o espaço para políticas arbitrárias. Impostos, regras de investimento e políticas econômicas têm que responder às normas da economia globalizada. As mudanças tecnológicas abriram novas oportunidades de serviços sem fronteiras e ampliaram o papel dos mercados. Estas mudanças têm significado novos e diferentes papéis para os governos – não mais como provedores, mas como facilitadores e reguladores [...]. O desenvolvimento econômico e social sustentável é impossível sem um Estado atuante. **Tem se tornado crescentemente consensual a idéia de que um Estado atuante – e não um Estado mínimo – é central ao desenvolvimento econômico e social, ainda que mais como parceiro e facilitador do que como um diretor**” (grifo meu). Rezende (2002), analisando o papel do Estado em economias desenvolvidas e em desenvolvimento a partir dos anos de 1970, tomando como base os gastos públicos, afirma que os governos dos países desenvolvidos têm interferido mais na economia, bem como nas questões sociais, o que reforça esta posição de que um Estado mínimo não é o mais eficiente.

requer um Estado atuante e catalisador, facilitando, encorajando e regulando os negócios privados (ibid., p.115, grifo meu).

Continua dizendo que

o fator determinante é a efetividade do Estado. Parece claro que sua primeira tarefa é garantir os direitos fundamentais à população, a saber: a definição de uma base legal; a manutenção da estabilidade econômica; o investimento em serviços sociais básicos e em infraestrutura; o amparo aos vulneráveis; a proteção ao meio-ambiente (ibid., p.116, grifo meu).

O autor chama a atenção para uma outra questão importante: o crescimento da percepção das sociedades de que o novo modelo global de produção agrava a exclusão social. Essa percepção leva a um aumento da pressão sobre os Estados nacionais para que estes retomem políticas públicas eficazes na área social.

Dupas diz que

a atual carência de recursos dos governos – comprometidos a zerar seus déficits – somada à ineficiência de máquinas administrativas públicas, nos faz concluir que somente um novo e original acordo entre os governos e as sociedades civis permitirá avançar. Ele pressupõe necessariamente, a recuperação da capacidade de indução dos Estados nacionais, padrões éticos que fortaleçam sua legitimidade e a criação de estruturas eficazes que tenham condições de fiscalizar o cumprimento dos acordos e dos compromissos assumidos nos processos de regulação, incentivando e transferindo para a sociedade civil um íntimo envolvimento com a operação de sistemas de amparo social (ibid., p.117).

Afirma que nenhum país encontrou soluções eficientes para os problemas de exclusão, empobrecimento e marginalização, considerados como o “real escândalo social” do final do século XX. Continua decaindo o número de trabalhadores estáveis, o que amplia esse “escândalo”, e isso parece ser a tendência. Por outro lado, algumas tentativas de defesa de alguns setores mais desfavorecidos da população estão dando certo, mas isso não aparece como uma tendência.

O autor destaca uma frase de Anatole France – “não é suficiente que todos tenham o mesmo direito de dormir sob as pontes” (ibid., p.200) – dita em função da multiplicação de desabrigados. A partir desta frase, questiona se num plano supra nacional e global, o destrutivo poder “ (...) do capitalismo planetário pode ser **novamente** posto sob controle” (ibid., grifo meu). Afirma que o que já se sabe é que o Estado isolado não tem sido suficientemente capaz de defender seus cidadãos contra efeitos externos decididos por outros

atores. É interessante ressaltar que, na visão do autor, o capitalismo, em algum momento, já esteve sob controle, visto afirmar que ele pode ser, novamente posto sob controle. Seria interessante refletir se o que ocorreu foi um controle do capitalismo ou apenas uma fase em que os interesses do capital se coadunavam com alguns interesses gerais das sociedades.

O autor chega a conclusão que as tendências estruturais de aumento do desemprego na globalização são visíveis, e que o único caminho garantido para minimizar o crescimento do desemprego ainda é o crescimento econômico, que não é, por outro lado, suficiente para garantir índices crescentes de emprego.

Segundo o autor,

são confusas e retóricas as respostas políticas disponíveis para lidar com os fortes efeitos negativos da globalização. A ortodoxia neoliberal continua a propor que o Estado abandone seus cidadãos à liberdade negativa de uma competição mundial. Por outro lado, o furor protecionista e a xenofobia já não encontram mais espaço no mundo dominado pela tecnologia da informação. Ocupa o espaço o discurso alternativo, então, a ‘terceira via’. Em sua variante defensiva ela prega que o Estado deve dotar as pessoas com qualidades empreendedoras típicas de quem saiba cuidar de si próprio. Na sua variante ofensiva, defende a idéia de unidades políticas maiores e regimes transnacionais que, sem necessariamente romper a cadeia de legitimação democrática, possam compensar a perda de funções do Estado nacional. Resta saber se o grupo cada vez menor de atores influentes no cenário político mundial pode e tem interesse em construir, no quadro de uma organização mundial reformada uma rede de direção a um governo mundial (ibid., p.223).

Para o autor, considerando que os processos econômicos globais são de natureza conflituosa e excludente, principalmente nos países pobres, se apresenta como inevitável a sobrevivência do espaço de ação dos Estados. Estes devem buscar medidas que apontem para o crescimento econômico, políticas de emprego e certa desconcentração de renda.

Dupas conclui dizendo que

em meio a uma revolução tecnológica impar e avanços científicos extraordinários que permitem ao indivíduo fantásticas expectativas de uma vida cada vez mais longa, nossa civilização está diante de um grave impasse. A superação desse desafio dependerá de sermos capazes de, com responsabilidade, buscar um caminho para enfrentar o estigma da exclusão que atinge parte crescente de nossos cidadãos. **O futuro do capitalismo global irá, portanto, depender de uma profunda revisão de seus conceitos de moda a tentar compatibilizá-lo com uma distribuição equânime dos resultados de sua acumulação** (ibid., p.225/226, grifo meu).

Dupas, a despeito de apontar para vários problemas relativos ao capitalismo e de criticar este modo de produção, principalmente no que diz respeito ao desemprego global e a conseqüente exclusão social, não apresenta nenhuma perspectiva de saída fora do próprio sistema. Pelo contrário, aposta no Estado como solução. O capitalismo, na visão do autor, deve buscar uma distribuição equânime dos frutos que produz. Se isto é realmente possível, o que impede? Uma “maldade” dos capitalistas?

Chossudovsky (1999), de modo semelhante aos demais autores social-democratas até aqui apresentados, busca explicar a pobreza a partir do modelo econômico em vigor. Ele aponta a grande crise financeira e seus elementos principais (desemprego mundial, economia baseada na mão-de-obra barata, dívida pública, enfraquecimento do papel do “Estado democrático”, destruição das economias nacionais, monopolização e financeirização) como causadores da pobreza. Apesar de considerar as reformas macroeconômicas, efetivadas globalmente a partir da década de 1980, como “reflexo concreto do sistema capitalista de pós-guerra e de sua evolução destrutiva” (ibid., p.11), aponta possíveis soluções que também se dariam no interior desse próprio sistema.

O autor afirma que

não há ‘soluções’ objetivas e fáceis para a crise financeira global que se prenuncia perigosamente para os anos vindouros. A simples acusação a governos nacionais e à burocracia sediada em Washington não pode constituir a base da ação social. Os agentes financeiros, até mesmo os bancos e corporações transnacionais, devem ser colocados em mira. Movimentos sociais e organizações populares, agindo solidariamente nos âmbitos nacional e internacional, devem ter por alvos os vários interesses financeiros que se alimentam **desse destrutivo modelo econômico** (ibid., p.22, grifo meu).

Destaca a existência de propostas voltadas para o cancelamento da dívida externa dos países em desenvolvimento, bem como para a chamada write-down (reavaliação de títulos de dívidas ou de outros papéis, quando o valor de mercado é mais baixo que o valor escritural) das dívidas públicas dos países desenvolvidos. Essas propostas implicam na necessidade de criação de “políticas regulatórias” que monitorem as atividades das instituições de Bretton Woods e que democratizem os bancos centrais. O autor sustenta que tais medidas não são suficientes por si sós, pois “não questionam o papel e a legitimidade dos credores, **não modificam o funcionamento do capitalismo global**” (ibid., grifo meu). Por isso, é preciso lembrar que a dívida pública está no núcleo da crise, o que exige regulação e

intervenção sociais nos mercados financeiros, ou seja, é preciso se opor a esses interesses financeiros.

Chossudovsky assevera que

a comunidade mundial deve reconhecer o fracasso do sistema neoliberal dominante. À medida que a crise vai se aprofundando, há cada vez menos vias políticas disponíveis. Além disso, sem reformas econômicas e sociais fundamentais, a ruína financeira mundial não pode ser contida. É de crucial importância a articulação de novas regras para governar o comércio mundial, bem como o desenvolvimento de uma agenda política macroeconômica expansionista (pelo ‘lado da demanda’) voltada para a diminuição da pobreza e para a geração de empregos e o aumento do poder de compra do mundo inteiro (ibid., grifo meu).

Apesar de se posicionar dessa forma, o autor acaba questionando se esse sistema econômico global pode ser submetido a um significativo processo de reforma. Mesmo fazendo esse questionamento, volta a afirmar que

não há ‘soluções técnicas’ para esta crise. É improvável que se implementem reformas significativas sem uma persistente luta social. O que está em jogo é a maciça concentração de riqueza financeira e o domínio dos recursos reais por uma minoria social que também controla a emissão de moeda no interior do sistema bancário internacional (ibid., p.33).

Contra isso, sugere o autor, é necessário organizar um movimento social global que tenha por objetivo a “eliminação da pobreza”, o estabelecimento de uma “paz mundial duradoura” e a transformação do modelo econômico vigente, tendo como alvo principal o capital financeiro e as diretrizes neoliberais.

Ainda relacionado à vinculação da pobreza com seu dimensionamento global, apresento as reflexões feitas por Fraser (2002). A autora analisa a justiça social na globalização e as lutas por redistribuição, reconhecimento e participação. Destaca como um dos elementos da globalização a proeminência da cultura²⁰⁵, preocupando-se, em particular, com a análise da sua influência sobre a política, conseqüentemente, sobre as perspectivas de justiça social.

A autora considera a politização generalizada da cultura, de modo especial nas lutas pela identidade e diferença, como mais um traço que define a globalização. Essas lutas

²⁰⁵ Outros elementos apontados pela autora são: superação do fordismo para uma produção centrada em nichos de mercado; declínio da sindicalização e aumento da participação da mulher no mercado de trabalho; transição da sociedade industrial para o que tem sido chamado de sociedade do conhecimento, com base nas tecnologias de informação; transformação de uma ordem internacional centrada em Estados-nação soberanos para uma ordem globalizada onde os fluxos de capital restringem o governo dos Estados nacionais.

pela identidade e diferença são designadas, por ela, como “lutas pelo reconhecimento”, lutas estas que têm impulsionado muitos conflitos sociais. Em contrapartida, a autora identifica um declínio da política de classe.

Fraser afirma que a contestação política e as reivindicações por igualdade econômica são, atualmente, menos expressivas do que durante o apogeu fordista do Estado-Providência Keynesiano. Os partidos políticos anteriormente identificados com projetos de redistribuição igualitária, passam a acolher uma “escorregadia terceira via”, cujo caráter emancipatório, quando pode ser identificado, relaciona-se mais com o reconhecimento do que com a redistribuição. Do mesmo modo, os movimentos sociais que há pouco tempo exigiam com veemência uma partilha eqüitativa dos recursos e da riqueza já não o fazem mais, tendo seu impacto sido substancialmente reduzido, apesar de não terem desaparecido totalmente. Na melhor das hipóteses, diz a autora, “(...) quando as lutas pela redistribuição não se apresentam como antitéticas às lutas pelo reconhecimento, elas tendem a ser dissociadas destas últimas” (ibid., p.9).

Tomando em conta essa substituição da “luta pela distribuição” pela “luta pelo reconhecimento”, a autora propõe uma concepção bidimensional de justiça social. Segundo ela,

uma das ameaças à justiça social na globalização é resultado de uma ironia histórica: a transição da redistribuição para o reconhecimento está a ocorrer apesar (ou por causa) da aceleração da globalização econômica. Desta forma, os conflitos identitários alcançaram estatuto paradigmático exatamente no momento em que o agressivo capitalismo globalizante conduzido pelos Estados Unidos está a exacerbar radicalmente as desigualdades econômicas. Como resultado, a viragem para o reconhecimento encaixou-se perfeitamente num neoliberalismo econômico que deseja acima de tudo reprimir a memória do igualitarismo socialista. Neste contexto, as lutas pelo reconhecimento estão a contribuir menos para suplementar, tornar mais complexas e enriquecer as lutas pela redistribuição do que para as marginalizar, eclipsar e substituir (ibid., p.10-11).

A autora não desconsidera a importância das “lutas pelo reconhecimento”, mas aponta como problema o fato de estas substituírem as “lutas pela distribuição”. Esta substituição, segundo Fraser, dificulta a tarefa de conceitualizar a justiça social num mundo

que vivencia um processo de globalização, visto que a conceitualização de justiça social deve abarcar os dois elementos: a distribuição e o reconhecimento.²⁰⁶

Outro problema apontado pela autora está relacionado ao fato de haver uma facilidade muito maior de trocas culturais em função, principalmente, do aumento da interação e da comunicação, o que leva a uma mescla das diversas culturas. Em alguns momentos, “as lutas pelo reconhecimento não fomentam a interação e o respeito entre diferenças em contextos cada vez mais multiculturais, mas tendem antes a encorajar o separatismo e a formação de enclaves grupais, o chauvinismo e a intolerância, o patriarcalismo e o autoritarismo” (ibid., 14). A autora denomina este de “problema da reificação”.

Além do problema da “substituição” da “luta pela distribuição” pela “luta pelo reconhecimento”, e do problema da “reificação”, uma outra ameaça à justiça social na globalização, segundo Fraser, é o que ela denomina de “problema do enquadramento desajustado”, o qual consiste no fato de a globalização “(...) descentrar o enquadramento nacional de uma forma que torna cada vez menos plausível postular o Estado nacional como o único contexto de actuação e a única instância que contém em si e regula a justiça social” (ibid., p.17). Como alguns processos são inerentemente transnacionais, é difícil continuar insistindo num “enquadramento nacional”. Para a autora,

em termos gerais, então, não há nenhum enquadramento ou nível de soberania que por si só seja suficiente para lidar com a totalidade das questões de justiça no contexto da globalização. O que é preciso é antes um conjunto de enquadramentos múltiplos e uma concepção de soberania com múltiplos níveis (ibid., p.19).

Antes, partia-se do princípio de que as esferas da justiça coincidiam com os Estados. Atualmente, o país já não pode funcionar como a única esfera de justiça.

A autora conclui que estes problemas devem ser considerados quando se busca a justiça social. Não se pode ficar preso a “falsas antíteses” e a “enganadoras dicotomias”. É necessário conceptualizar formas de organização social capazes de influenciar a má distribuição e o falso reconhecimento. Esta seria a forma de cumprir os requisitos de justiça para todos.

²⁰⁶ Segundo Fraser (2002, p.15), “o reconhecimento é uma questão de *estatuto social*. O que requer reconhecimento no contexto da globalização não é a identidade específica de um grupo, mas o estatuto individual dos seus membros como parceiros de pleno direito na interação social.”

Como foi asseverado inicialmente, os autores apresentados neste item enfatizam a “dimensão econômica” na análise do fenômeno pobreza. Isto não implica em desconsideração da “dimensão política” – na forma como é apresentada neste trabalho, a partir dos autores escolhidos – visto que, ao final, todas as soluções apontadas visam à consolidação de uma sociedade “democrática”, onde a “cidadania” possa ser exercida em sua “plenitude”. Mas isso acontece a partir da resolução de questões ligadas à “dimensão econômica”.

A compreensão de globalização que dá sustentação às propostas de diminuição/erradicação da pobreza tem seu suporte na idéia de possibilidade de controle do capital. Os debates sobre a globalização, de modo geral, apontam para as diferenças existentes entre os diversos países, em termos de poder político e econômico, com o fito de explicar que é muito difícil, se não impossível, pensar em equacionar os problemas nacionais sem buscar uma reordenação em termos globais. Mesmo que ainda seja dada uma ênfase à possibilidade de se resolver muitos dos problemas a partir do desenvolvimento de políticas nacionais, como fizeram Soares (2001), Cacciamali (2002), Kaufman e Segura-Ubiergo (2001), dentre outros, a necessidade de refletir sobre a questão em âmbito global parece ganhar, cada vez mais, força.

Se não é possível resolver problemas como a pobreza, o desemprego, a má distribuição de renda no âmbito nacional em função da dinâmica econômica global, então, esta também deve ser regulada. Como a regulação do sistema em termos nacionais é uma atribuição do Estado, imaginar esta regulação em termos globais pressupõe pensar em um Estado global. Então, todas as lutas por justiça social devem considerar este aspecto, o que é enfaticamente defendido por Fraser (2002).

O papel dos Estados Nacionais neste processo deve ser destacado. Afinal, é a partir de decisões políticas que venham a ser tomadas nesse âmbito que podem ser definidas políticas globais. Neste sentido, alguns líderes políticos têm atuado, buscando desencadear um debate em torno das diferenças entre os diversos países, com o fito de estabelecer novas políticas globais que possam possibilitar um desenvolvimento global equânime. O presidente Luís Inácio Lula da Silva tem desempenhado esse papel. Em suas visitas a outros países, não tem poupado críticas ao protecionismo, ao baixo investimento dos países ricos naqueles “em desenvolvimento” e nos “pobres”. Como destacou Hirst (1998), o IDE circula principalmente entre os países ricos.

Esses debates em torno da necessidade de um reordenamento global apontam para a necessidade de essa globalização se tornar um processo “includente”. Ou seja, aqueles que entendem que a globalização se caracteriza como um processo que precisa e pode ser

regulado, partem do pressuposto que, ao realizar tal tarefa, ela pode se caracterizar como uma nova forma de sociabilidade global. Isso se daria, logicamente, respeitando a estrutura do capitalismo, visto que não há, nas análises aqui apresentadas, nenhum encaminhamento no sentido de um rompimento com essa estrutura, mas apenas discussões sobre modificações no âmbito das relações políticas e comerciais que possibilitem o desenvolvimento de um sistema global mais igualitário.

É possível verificar que, no centro das soluções está o Estado. Mesmo que alguns encaminhamentos estejam relacionados ao papel dos movimentos sociais e organizações populares – como ressaltou Chossudovsky (1999), é no âmbito do Estado, principalmente a partir da implementação de políticas sociais universalizantes que visem à equidade, que é buscada a solução para a pobreza. Hadad (1998) diferencia-se um pouco dos demais em relação ao papel atribuído ao Estado como solucionador de problemas sociais, em especial, da pobreza. Como apontado anteriormente, este autor entende que, como o capitalismo dá sinais de “vida longa”, deve-se buscar soluções no âmbito do próprio capitalismo. Estas soluções não devem ficar a cargo do Estado e do mercado. Apesar de serem fundamentais, diz o autor, se mostraram insuficientes para resolver o problema. Por isso entende que deva ocorrer um “pacto de solidariedade”, cujo motor deverá ser o chamado “terceiro setor”.²⁰⁷ Essa proposta é questionada por muitos outros autores, sendo que, a ampla maioria afirma a responsabilidade do Estado no processo de diminuição/erradicação da pobreza.

Como é atribuída ao Estado a possibilidade de intervir no sistema a partir da implementação de um modelo econômico onde haja uma regulação do mercado, essa diminuição/erradicação da pobreza passa a ser plenamente viável, bastando, para tanto, a tomada de posições políticas votadas para isso. Ou seja, a regulação do capitalismo depende da vontade política de governantes, tanto na esfera nacional como internacional. Daí a possibilidade de alguns autores proporem uma “globalização includente”. Logicamente que esta tomada de posição por parte do Estado dependerá também da pressão exercida pelas populações. Por isso, alguns dos autores ressaltam a importância da atuação dos movimentos sociais.

Colocando de modo simplificado, mas que retrata um entendimento final da questão, se o problema reside numa regulação econômica do capitalismo e se isso depende da tomada de uma decisão política contrária aos desmandos neoliberais, por que tem sido tão difícil acabar com o pauperismo, fenômeno considerado historicamente como o maior

²⁰⁷ Este “terceiro setor” representa, segundo o autor, a sociedade civil organizada em suas várias instâncias representativas.

problema da humanidade? Se a distribuição de renda é plenamente viável dentro do capitalismo, por que não se consegue a sua efetivação? Se o exemplo dos “países desenvolvidos” está ruindo, por que insistir no desenvolvimento de um Estado de Bem-Estar Social como solução, que como se sabe, não se deu de forma plena? Voltarei, ainda neste capítulo, a discutir, de forma específica, o papel do Estado como diminuidor/erradicador da pobreza.

2 – Soluções com ênfase na “dimensão política”.

Como já foi especificado no momento da apresentação das “causas da pobreza”, um grupo de autores destaca o “elemento político”, mais especificamente, a “falta de cidadania” como causa central do fenômeno pobreza, discordando das posições que acentuam a importância do “elemento econômico”, traduzido mais especificamente pela “falta de renda” para o suprimento das “necessidades básicas”. Como também já foi observado, esses elementos (econômico e político) não se excluem, mas são postos de forma hierarquizada. Neste caso, o elemento econômico está subordinado ao político. Por isso, Demo (1996) afirma que qualquer estratégia de combate à pobreza precisa ultrapassar a simples distribuição de renda.²⁰⁸ Ou seja, precisa combater a “pobreza política”.

Segundo este autor, estratégias que tomam como desafio a superação da “pobreza política” devem, assim, se estruturar: num primeiro momento, caberia a **assistência social** para os seguimentos incapazes de se sustentar no e pelo mercado. Como assevera o autor, “diante de um pobre faminto não cabe um discurso sobre emancipação, mas, literalmente, um prato de comida” (ibid., p.99-100); num segundo momento e com pretensões a um confronto com a pobreza, o autor diz que são necessários “dois esforços conjugados, um instrumental, outro finalístico” (ibid., p.100). O primeiro refere-se à **inclusão econômica** que, segundo Demo, pode ser simplificada por emprego e renda para a auto-sustentação pessoal e coletiva. O segundo é a **inclusão política**, traduzida em “(...) cidadania pessoal e

²⁰⁸ Segundo Demo (1996, p.99), estratégias baseadas na distribuição de renda acabam, normalmente, na distribuição de “(...) ‘cestas básicas’ e outras quinquilharias da reprodução da ignorância popular.”

organizada, autogerida, representando o desafio político da emancipação histórica e da consolidação da democracia” (ibid.).

É importante ressaltar uma observação feita pelo autor em relação à renda. Para ele, a renda não pode ser resultado da caridade alheia, “mas de um processo estrutural de geração, que será tipicamente o mercado de trabalho” (ibid.). Torna-se importante a estabilidade econômica, da capacidade produtiva e competitiva da economia.

A inclusão política, apontada como fim maior, representa “(...) a meta do desenvolvimento humano e supõe a capacidade histórica de fazer e fazer-se oportunidade” (ibid., p.101). Aqui a educação torna-se central, tendo em vista que uma educação de qualidade, segundo o autor, “representa um dos fatores mais decisivos para construir a competência histórica emancipatória (...)” (ibid., p.102). Negar-se isso, diz o autor, significa reproduzir a ignorância, ou seja, manter a pobreza política. A educação, neste caso, não pode ser tomada apenas pela sua ligação com o mercado de trabalho. É necessário que ela seja relacionada com a capacidade de fazer-se cidadão.²⁰⁹ Tomando como base os dados apontados pelo “Relatório do Desenvolvimento Humano no Brasil” elaborado em 1996 pelo PNUD e IPEA²¹⁰, o autor sustenta que “(...) a pobreza brasileira não só passa fome por insuficiência de renda, mas sobretudo é mantida na ignorância, para não perceber que **tal insuficiência não é mau jeito ou castigo divino ou necessidade do mercado, mas injustiça histórica**” (ibid., p.105, grifo meu).

Demo conclui que “colocando o combate à pobreza sob a égide do desenvolvimento como oportunidade e que privilegia, com isto, a qualidade educativa popular como sua base matricial mais efetiva” (ibid., p.177), aparecem alguns desafios a serem transpostos, dentre eles, o referente a dois grandes problemas interligados: um relativo ao Brasil, ou seja, “a marca política excludente do sistema produtivo vigente, muito mais excludente do que se apresenta em outros países” (ibid., p177-178). Isto não só em relação à satisfação econômica, mas principalmente em relação a “(...) denegação sistemática por parte

²⁰⁹ O autor apresenta alguns dados referentes ao perfil da cidadania brasileira (baseado na PNAD de 1988) e resalta que, análises associando nível educacional e filiação partidária revelam “(...) que a ignorância está mais próxima dos partidos, do que das associações comunitárias” (DEMO, 1996, p.104). Ou seja, as pessoas filiadas a partidos políticos têm menos anos de estudo do que aquelas que participam de associações comunitárias. Diz que “poder-se-ia aduzir que os partidos talvez defendam os pobres, mas precisam deles como massa de manobra, mais do que as associações comunitárias” (ibid.).

²¹⁰ O autor faz críticas a este relatório dizendo que nele é utilizada uma linguagem ambígua que disfarça o agravamento das desigualdades e insiste na ocorrência de redução da pobreza absoluta. Diz que este relatório “(...) em vez de mostrar com toda clareza que o crescimento econômico jamais fez sistematicamente diminuir a desigualdade, prefere dizer que este aumento da desigualdade nunca foi suficiente para anular os efeitos positivos do crescimento (...)” (DEMO, 1996, p.79).

das elites das instrumentações mais efetivas de construção da cidadania popular. Possivelmente, nosso atraso em termos de educação básica é ainda mais comprometedor do que o desemprego ou a proliferação do mercado informal” (ibid., 178).

O outro problema é de ordem global, mais especificamente, a globalização dos mercados, o que implica na dificuldade de concorrência, visto que a estrutura produtiva brasileira é pautada numa força de trabalho sem ou com pouca qualificação e na consolidação de um mercado informal de trabalho. Ocorre uma forma de crescimento dissociado do emprego. Segundo o autor, “**será difícil imaginar a possibilidade de acomodar a maioria trabalhadora à margem da economia moderna, enquanto a própria economia moderna não se volta para o emprego**” (ibid., grifo meu). Neste sentido, seriam necessárias políticas agressivas para promover o emprego. Ao **Estado** caberia uma função central: “(...) **coordenar o mercado, no sentido de corresponder pelo menos um pouco mais às expectativas da sociedade**” (ibid., p.179, grifo meu).

O autor faz uma observação em relação ao que chama de “supervalorização de condições políticas”, como se tudo pudesse ser resolvido pela cidadania. Afirma que “este pecado não será iminente, desde que conservemos o compromisso do enfoque integrado, segundo o qual é mister priorizar, mas integradamente” (ibid., 179-180). O autor sugere um cenário preliminar de combate à pobreza pautado nos seguintes componentes: a) na **formação da competência humana**, a partir da revisão do sistema educacional, que deve ser de qualidade em todos os níveis²¹¹; b) no investimento no “**combate abrangente da pobreza política**” a partir da ocupação de espaços públicos da comunicação social, favorecendo o embasamento cultural, investindo na transparência governamental, facilitando o controle democrático popular e a descentralização, e investindo no desenvolvimento de ações comunitárias que não desobriguem o Estado das suas funções, mas que promova parcerias,

²¹¹ Demo (1996, p.65) observa que a educação tem uma qualidade formal e outra política. A qualidade formal é aquela referente “(...) a perfeição dos meios, dos instrumentos, dos procedimentos, e se refere substancialmente ao *conhecimento*.” Já a qualidade política traz em si a compreensão de que “todo instrumento encontra sentido na finalidade a que serve. Conhecimento não vale por si nem em si, mas como meio para realizar os fins e os valores sociais, em termos do bem comum. Qualidade política tem a ver principalmente com a ética do conhecimento, da história, das intervenções” (ibid., p.67). O resultado será a “ (...) *cidadania*, compreendida como a competência de tomar, pela consciência crítica, a história nas mãos e torná-la bem comum. É esta a meta central do processo educativo, ou seja, de gestar sujeitos históricos devidamente instrumentados no conhecimento, para intervir melhor na história. Intervir melhor significa precisamente não permanecer apenas na intervenção, mas fazer dela bem comum” (ibid., p.68).

etc.; e c) na **revisão das políticas sociais**²¹², fazendo com que estas estejam voltadas para aperfeiçoar a capacidade política e não para reforçar a pobreza política.²¹³

O autor apresenta como “desafio maior” ou como “estratégia das estratégias”,

o cuidado permanente de garantir oportunidade de desenvolvimento à população como um todo, em especial a mais excluída até o ponto de ela mesma ser capaz de se fazer oportunidade. Nenhum componente terá relevância tão decisiva quanto educação e conhecimento, ainda que não possa, nunca, tornar-se panacéia, já que qualquer um deles perde sentido e força, se for tomado isolada e setorialmente. É impraticável entrar no 1º Mundo com uma população ignorante, despreparada e que, por isso mesmo, não tenha ainda noção das oportunidades que pode criar, dentro das circunstâncias dadas (ibid., p.184).

Conclui afirmando que

(...) **no capitalismo não é viável superar a pobreza das maiorias**, porque este efeito é sua própria causa, principalmente em formas atrasadas desse tipo de sistema produtivo. Talvez isto nem seja problema do capitalismo como tal, porquanto **todo** sistema produtivo possui, a rigor a mesma tendência concentradora de recursos. O capitalismo expressa essa tendência de modo particularmente virulento e comprovado. Com efeito, sendo renda um bem finito, por maior que possa ser, não há como inventar meios de a distribuir infinitamente (ibid., p.185, grifo meu).

Por isso, o autor diz que há de se fazer da “redistribuição”, e não da “distribuição” da renda, uma das competências históricas de maior relevo, capaz de administrar democraticamente as desigualdades sociais. Neste sentido, “se não é possível resolver todos ou muitos problemas, é sempre possível fazer coisa melhor do que estamos fazendo” (ibid.).

Surpreende como, após uma defesa tão grande em favor do desenvolvimento de competências políticas, para a superação da “pobreza política”, o autor acabe se conformando com os limites postos pelo capitalismo à superação da “pobreza material”. A tendência de não aceitar as injustiças e de buscar soluções, ao fim, é solapada pela constatação de que, no capitalismo, deve-se buscar fazer com que o desenvolvimento dessas competências políticas seja possível a todos para que possa haver uma concorrência “leal” dentro do sistema. Mas,

²¹² Demo (1996, p.181) diz que, por coerência, esta nomenclatura deveria ser abandonada “por tender ao setorialismo e à subalternidade, sobretudo quando se reduzem a assistências.” Porém, não apresenta, neste momento, uma outra nomenclatura.

²¹³ O autor elenca uma série de propostas em relação às políticas sociais que não serão aqui apresentadas, mas que giram em torno desse necessário favorecimento ao fim da pobreza política.

se, considerando que todos tenham alcançado um nível de competência política a partir, principalmente, de uma educação de qualidade, a pobreza não acaba, porque insistir nessa estratégia? Isto não faz com que se mantenha uma situação sustentável e que a pobreza passe a ser encarada como “azar” ou “incompetência” numa situação de concorrência?

É preciso considerar também a descrença do autor em relação à construção de um outro sistema social que não se pautar na desigualdade, conforme exposto na citação anterior.²¹⁴ Por que, então, definir uma coisa chamada **cidadania** como sendo “a competência de tomar, pela consciência crítica, a história nas mãos e torná-la bem comum” (ibid., p.68), onde cidadãos são “(...) sujeitos históricos devidamente instrumentados no conhecimento, para intervir melhor na história”, onde melhor intervenção “significa precisamente não permanecer apenas na intervenção, mas fazer dela bem comum” (ibid., p.68)? Que bem comum é esse que continua assentado na desigualdade irresolúvel? Por que o autor, não vendo no socialismo real o fim do socialismo em si, e não vendo nenhuma possibilidade de solução dentro do capitalismo, não reforça a possibilidade de se continuar a investir no socialismo? Se não há alternativa, parece que o melhor será conviver com essa situação de desigualdade, porém de maneira crítica e consciente. Parece ser esta a alternativa deixada pelo autor.

Telles (2001), de certa forma, acaba também por apontar o desenvolvimento de uma cidadania pautada em direitos universais como a solução para a pobreza. Essa cidadania se constituiria a partir do estabelecimento de condutas sociais resultantes dos conflitos que surgem a partir de interesses diferenciados no interior da sociedade. Segundo a autora, as ambigüidades e ambivalências desse processo

(...) mostram que é penoso o caminho na direção de uma sociedade mais igualitária e democrática. Mostram que as conquistas se fazem com dificuldade sob o pano de fundo de uma gramática social (e política) regida por regras muito excludentes que repõem velhas hierarquias, criam outras tantas e excluem do jogo as maiorias. Mas mostram também que é pelo ângulo dessa sociedade civil atuante que é possível entrever horizontes possíveis para uma utopia democrática (ibid., p.53).

Para a autora, se durante décadas a pobreza foi justificada por um atraso em termos de progresso, na atualidade se apresenta como uma “realidade inescapável” causada

²¹⁴ O autor faz considerações a respeito dos diversos modelos sociais (liberal, keynesiano, neoliberal, socialista) para concluir que, no capitalismo não é possível conjugar mercado e direitos humanos e que nenhuma das propostas voltadas para isso se sustenta, como é o caso do Estado de Bem-Estar Social, que só se sustenta se houver viabilidade financeira para tal. Já em relação ao socialismo real – e o autor atenta para o fato que ele não esgota o socialismo como tal – o autor diz que este não se constituiu em solução, asseverando a perspectiva de que fora do capitalismo não há solução.

“(…) pelos imperativos do mercado em tempos de aceleração econômica e revolução tecnológica” (ibid., p.139). Referindo-se ao Brasil, diz que o país mergulhou numa modernização que não cria o emprego e a cidadania prometidos. O mercado desqualifica uma parcela da população que não consegue se adaptar às mudanças e exigências da competitividade econômica.

Em relação ao emprego, a autora afirma que

quanto aos desempregados e excluídos, estes não têm lugar na atual fase do capitalismo globalizado, sua pobreza é apenas evidência de sua incapacidade de se adequar ao progresso contemporâneo, **gente que por falta de qualificação e competência se tornou dispensável no atual ciclo de uma modernização globalizada** (ibid., p.142, grifo meu).

Telles aponta a necessidade de se continuar apostando em uma cidadania ampliada, visto que o que acontece no Brasil não é apenas uma demolição de direitos – que nunca chegaram a se consolidar efetivamente – mas, a demolição do horizonte e das referências “a partir dos quais a cidadania era (e ainda é) formulada como uma aposta política possível” (ibid., p.140).

Destaca que tudo isso leva à necessidade de avaliar o desmanche em curso, principalmente seu sentido político. Para ela, “(…) o que parece estar em jogo nisso tudo é a erosão das mediações – reais e simbólicas – pelas quais a reivindicação por direitos pode ser formulada e ganhar utilidade pública como questão que diz respeito às regras da vida em sociedade” (ibid., p.142). No cenário político atual, a pobreza passa a fazer parte de um campo social despolitizado, visto que este é colocado como dependente da economia e dos imperativos do crescimento. Isto diminui e desqualifica o sentido do “direito” contido nas leis.²¹⁵

Para Telles (2001, p.94),

(…) se a pobreza é questão de direitos e conquista de cidadania, o que parece estar em jogo é a possibilidade de que, neste país, se dê a construção democrática de uma noção de bem público, de interesse

²¹⁵ Segundo Telles (2001, p.96), “seria possível dizer que o mercado oferece o retrato acabado de uma sociedade na qual os direitos não fazem parte das regras que organizam a vida social. (...), é nele que se explicitam as regras excludentes de um contrato que joga maiorias fora dos vínculos civis que os direitos constroem ou deveriam construir. E, sobretudo, é onde se evidencia uma dinâmica societária que obstrui a generalização dos direitos nas formas possíveis de representação e negociação. É sobretudo nisso que se especifica o dilema de uma sociedade na qual direitos e leis se impuseram como norma estatal, mas não instituíram as formas de um contrato, se por este entendermos não só as regras formais, mas o conjunto das obrigações e responsabilidades, garantias e prerrogativas que compensem a assimetria de posições, estabeleçam uma medida de equivalência e os termos de uma negociação possível em torno das regras de equidade e justiça nas relações de trabalho.”

público e de responsabilidade pública que tenha como medida o direito de todos (grifo meu).

A autora demonstra uma “fé” diferente da de Demo, uma crença no fato de ocorrer uma solução da pobreza a partir da conquista da cidadania. Se Demo afirma que esta possibilidade não está posta para todos, Telles, por sua vez, a vislumbra.

Costa (1998), como já apontado na exposição das causas da pobreza, parte do pressuposto que qualquer projeto que intente combater a pobreza de forma global, deve promover mudança social. Para ele, esta mudança deverá estar relacionada à redistribuição de poder no interior da sociedade, considerando que o pobre está destituído de poder. Por isso, é necessário que uma das finalidades da luta contra a pobreza consista em restituir ao pobre o poder necessário ao pleno exercício da cidadania.

O autor atenta para o fato de não podermos entender os níveis de intervenção no combate à pobreza, como níveis estanques. Afirma que deve-se valorizar o nível da intervenção pessoal, ou seja, individualizada, local, nacional, regional, como também o nível de intervenção em escala global. Porém, o autor alerta que a ação local não deve servir para escamotear a necessidade de uma ação em escala nacional ou supranacional. Também chama a atenção para outro aspecto, ou seja, essa ação local não pode dar a entender que é possível resolver o problema da pobreza sem alterar o resto da sociedade. Partindo desta compreensão, sustenta que

a pobreza é gerada pela sociedade, é gerada pela configuração da sociedade e, portanto, sem mudanças sociais não é possível resolver o problema. Assim, tudo quanto contribua para dar a idéia de que é possível resolver a pobreza mantendo o resto da sociedade como está é pura ilusão e seria uma irresponsabilidade muito grave da intervenção local (ibid., p.41).

A proposta é que se desenvolvam projetos, principalmente, no nível local, que não reforcem a repartição desigual dos bens, como acontece no nível nacional. Não adianta ter um projeto voltado para as pessoas que não leve em consideração o meio, esquecendo-se de infraestrutura de toda espécie: econômica, cultural e social.

Fernandes (1998) parte do pressuposto que a pobreza é resultado de questões individuais e sociais. As individuais estão relacionadas à “dependência” em que cada indivíduo se encontra. Mesmo que essa “dependência” tenha caráter social, a solução é de cada um a partir da busca da “autonomia” que, para o autor, se caracteriza como o contrário da “dependência”. Para ele, “como os recursos são sempre escassos em qualquer sociedade, a

acção a desenvolver em prol dos pobres não deve centrar-se somente na concessão de recursos” (ibid., p.46), mas principalmente no favorecimento do exercício da cidadania. Como já foi apontado antes, a cidadania, para este autor, implica em uma total autonomia na condução da vida. Neste sentido, os recursos, aliados a essa vontade de autonomia terá como resultado um projeto de vida em sociedade, pautado em uma plena dignidade pessoal.

Ainda em relação a este “viés individual”, o autor também afirma que

há pobres e a sua existência reveste-se das características de exclusão porque a sociedade gera situações graves de desintegração social. (...). Embora não se trate de uma total cisão social, nem todas as pessoas se encontram e se consideram dentro da sociedade. Está-se dentro pelo exercício da plena cidadania. Mas, se a cidadania se manifesta em diferentes modalidades de participação, se a participação exige a autonomia e se esta requer níveis de poder, mais do que fazer os pobres participar do poder, há que despertar e mobilizar o poder que eles possuem em si mesmos. As pessoas colocadas na privação e na exclusão social detêm um grande capital social por explorar. As suas energias permanecem adormecidas. Mas não podem continuar a esperar tudo do exterior, como de meros seres passivos se tratasse. Delas depende, em parte, a saída da situação em que se encontram (ibid., p.46-47).

Partindo dessa compreensão, Fernandes afirma que a realidade em que vive o pobre tende a reforçar este modo de vida, fazendo com que a dependência se reforce. Esse movimento de perpetuação só pode ser alterado através de políticas que promovam mudanças nas atitudes das pessoas, fazendo, por exemplo, com que elas desenvolvam uma vontade de investimento no futuro.

Mas, para além das questões individuais, existem também, as sociais. O autor afirma que é necessário promover “reformas estruturais” mais profundas, visto que se isto não for feito, as estratégias dirigidas aos indivíduos não terão efeito. Um dos problemas dessa ordem, a ser solucionado, é o do “desemprego”. O fato de as transformações tecnológicas exigirem formação cada vez mais especializada e, ao mesmo tempo, serem dispensadoras de força-de-trabalho, faz com que poucos tenham acesso ao trabalho. Por isso, o autor diz que é necessário “(...) compatibilizar a técnica com o homem para que este não se sinta tentado a ver na técnica, de que apenas alguns aproveitam, um obstáculo a sua vivência como homem” (ibid., p.48).

Fernandes destaca que a luta pela cidadania, mais do que ressaltar a luta pela sobrevivência, tem de afirmar o direito de viver com dignidade em sociedade. Isso porque “a busca da dignidade começa por ser tarefa de cada um e realiza-se mediante a integração social” (ibid., p.49). Neste caso, a lógica assistencial deve ser substituída por uma lógica de

integração. O sucesso será observado pelo número daqueles que conseguem se tornar autônomos quanto a provisão dos meios de subsistência. Para o autor, “a lógica da integração é a única que põe em acção dinamismos que vão ao encontro da multicausalidade da pobreza” (ibid., p.50).

Mas, viver em sociedade implica em algumas condições e, segundo o autor, a principal é superar o individualismo. Neste sentido, uma sociedade, onde cada vez menos pessoas conseguem estar inseridas no “tecido produtivo”, deve desenvolver modalidades de vida associada, onde cada um possa ser autônomo e sentir que a sua dignidade está relacionada ao desenvolvimento de atividades em prol do bem de todos. Par ele, “este tipo de sociedade é certamente antagónico do que vai ocorrendo por toda a parte. A uma sociedade individualista deve opor-se uma sociedade solidária e esta exige uma outra forma de funcionamento da economia e diferentes modalidades de ação das instituições” (ibid.). Fernandes diz ainda que, “se as sociedades que se anunciam, com o desenvolvimento tecnológico em curso, são cada vez menos submetidas ao domínio do trabalho, o apelo a uma sociedade solidária, com outras funções atribuídas à economia, perde todo o seu caráter utópico” (ibid.). Aqui surge um bom ponto para discussão. Afirmar que as sociedades, em função do desenvolvimento tecnológico, estão cada vez menos submetidas ao domínio do trabalho, pode causar confusão. Isso pode significar apenas que existem menos postos de trabalho formal, mas também que o trabalho tenha perdido a sua centralidade. Ele não deixa isto claro.

O autor faz uma observação importante em torno das instituições que nascem para lidar com a pobreza. Diz que essas instituições acabam se tornando um mercado de trabalho para os “não-pobres”, ou seja, “as instituições assistenciais acabam por se alimentar e progredir com as **manchas de pobreza e de miséria com que o neoliberalismo cobre as sociedades contemporâneas**” (ibid., p.51, grifo meu). Políticas assistenciais transformadoras não podem ser compatibilizadas com sistemas econômicos que não permitam o desenvolvimento da solidariedade. Por isso, a sociedade solidária é incompatível com o neoliberalismo, pois, neste caso, a política é controlada pela economia e, “uma vez suprimidos os poderes económicos do Estado, o campo fica aberto às arbitrariedades de quem domina o mercado” (ibid.).

Diz que a economia globalizada dificulta, cada vez mais, a capacidade de o Estado regular o mercado. Porém, o Estado não pode ser indiferente à ação dos mercados financeiros, pois favorecendo os investidores, perde a capacidade de gestão da coisa pública, principalmente no que diz respeito à correção das distorções sociais. “**O primado da política**

sobre a economia permite ao Estado recuperar a sua capacidade negocial” (ibid., p.52, grifo meu). Este primado da política sobre a economia implica em reformas democráticas e defesa da solidariedade. O resultado deve ser a constituição de “(...) uma sociedade civil baseada numa relativa igualdade económica e na coesão social. A todos compete a defesa dos direitos fundamentais do homem, direitos que são incompatíveis com a pobreza e a exclusão social” (ibid.).

Para o autor, se é difícil mudar o sistema econômico, é também difícil mudar uma estrutura social, calcada em egoísmos individuais e de grupo. Por isso, é necessário investir nas pessoas, e isto significa apostar na formação. “O investimento nas pessoas possibilita a todos os instrumentos indispensáveis à decisão e a acção, põem-nas a participar, desenvolvendo nelas o gosto pela participação, e fazem-nas adquirir o sentido da vontade política, sabendo como realizá-la” (ibid., p.53).

Considerando que a democracia só pode ser defendida a partir da afirmação do primado da política sobre a economia, o autor reforça que é necessário **“restabelecer o equilíbrio entre o Estado e o mercado, conferindo àquele a função de controlador do contexto”** (ibid., p.55, grifo meu). O primado da política também deve favorecer o desenvolvimento da cidadania, conseqüentemente, da solidariedade social. Isto resulta na construção de uma consciência coletiva que deve ser acompanhada de permanente diálogo entre as redes sociais primárias de cada localidade e as secundárias estatais ou para-estatais. Esse diálogo implica no

(...) adensamento das redes sociais espontâneas, com a dinamização do associativismo de base local, a valorização das actividades económicas que promovam o trabalho social e a criação de equipamentos sociais e culturais necessários à permanente dinamização das populações. Deste modo, se criam redes de solidariedade e se valoriza o trabalho humano, com sua força criativa de realização pessoal. Forma-se uma consciência colectiva, que é causa e efeito da assunção de uma responsabilidade social, constituída nos antípodas do individualismo agressivo fomentado pelo neoliberalismo (ibid., p.56).

Dirigindo-se às instituições sociais, promovidas pela iniciativa privada para minorar carências e sofrimentos da pobreza, o autor diz que elas têm se apresentado como indispensáveis. Porém, não podem alimentar a passiva dependência, o que contribuiria para desresponsabilizar as estruturas que criam a pobreza e para silenciar os que a vivem. Ressalta também que a sua análise não tem como propósito negar os benefícios de uma economia competitiva. Mas, essa competitividade deve ser posta a serviço de todos, sendo necessário

defender o direito de cada um a ser ele mesmo, usufruindo a plenitude de seus direitos no seio da sociedade. Assevera que “não se pode aceitar que o Estado fique enleado e inerte nas relações económicas que o transcendem e o deixam na impossibilidade de proceder a qualquer mudança de situação” (ibid., p.57).

Se nada for feito, diz o autor, a turbulência social que pode derivar da vontade de escapar à miséria pode provocar uma desestabilização social ou mesmo o colapso político. Isto pode ser evitado a partir das soluções que foram apontadas. Ou seja, existe a possibilidade de modificar a situação social a partir da negativa aos ditames individualistas do neoliberalismo, principalmente a partir do desenvolvimento de capacidades individuais de fazer-se cidadão, o que implica o desenvolvimento da solidariedade. Num âmbito mais global, cabe ao Estado regular o mercado para que este possa partir de uma competitividade que seja positiva para todos. Em momento nenhum, o autor colocou em xeque o sistema capitalista em si, mas o modelo, no caso, neoliberal que tem se apresentado como o prevalecente em termos globais.

Fernandes, Telles e Costa, mesmo apontando para as dificuldades postas pelo capitalismo, assumem a possibilidade de solução da pobreza no âmbito do sistema. Para esses, da mesma forma que para aqueles que destacam a “dimensão econômica”, o Estado é fundamental como elemento regulador do mercado e promotor da cidadania. Apenas Demo – apesar de construir uma compreensão um tanto quanto confusa, à medida que propõe algo que diz que não pode acontecer – aponta, de forma mais direta, o limite de uma solução da pobreza no âmbito do sistema.

3 – As soluções a partir da “visão diferenciada”.

Partindo da compreensão de pobreza como solução e não como um mal, Tévoédjré (1982) apresenta uma proposta, cuja idéia central é controlar o consumo exagerado, o que, no entendimento do autor, se torna uma necessidade. O modelo de desenvolvimento deveria, então, estar baseado no “controle das necessidades”. O não controle possibilita que as ditas “necessidades essenciais” se tornem ilimitadas, conseqüentemente, jamais satisfeitas, o que geraria uma “frustração auto-alimentada”. Mas o homem, em nome da busca de mais bens, acaba tendo que vivenciar situações difíceis. Para Tévoédjré,

quando o homem respira ar viciado, vive no meio do barulho, come alimentos cheios de ingredientes para conservar e dar cor, trabalha em empresas cujos mecanismos ignora ou não compreende, quando emprega uma grande parte de seu tempo em meios de transporte superlotados, volta toda noite ao cubículo que lhe foi designado em uma cidade-dormitório, [não se pode] dizer que esse homem é rico, [não se pode] dizer que é desenvolvido (ibid., p.30).

O autor chama a atenção para muitos elementos decorrentes dessa busca de desenvolvimento, que resulta sempre na necessidade de mais produção. São eles: as disputas entre empresas e entre países; o abandono do campo; a concentração populacional nas grandes cidades; a destruição da natureza; a fome; o desperdício, etc. Diante de tantos problemas, sugere que se elabore uma nova teoria geral da economia. Neste sentido,

reinventar a economia significa, portanto, antes de tudo, realizar uma profunda revisão cultural. Uma crítica ao tipo de saber dominante de modo a restituir todos os direitos a uma razão radicada na experiência e por esta confirmada. Combinando – como já sugeria Kant – os princípios de substância, de causalidade e de ação recíproca, trata-se de chegar a um método científico que não privilegie necessariamente a quantificação dos bens ou da renda, mas garanta de qualquer forma a passagem real do *Gross National Product (GNP)* ou Produto Nacional Bruto (PNB) ao que Toynbee chama de *Gross National Welfare* (bem-estar dos homens e dos povos) (ibid., p.70).

Isto significaria, segundo o autor, retomar os fundamentos da ciência econômica para alterar pressupostos implícitos a exemplo do da “prioridade da luta egoísta pela vida”. Sendo assim,

o saber econômico não deve se estabelecer sobre as premissas da vontade de poder e da busca do lucro, mas sobre os princípios da boa organização da vida dos grupos humanos, segundo a própria etimologia do termo ‘economia’. Admitindo a prioridade do lucro e privilegiando a troca comercial, a economia se reduziu a uma arte de obter dinheiro (ibid., p.70-71).

Deve haver, então, um privilegiamento das necessidades sociais e não da produtividade voltada ao lucro dos monopólios. Como salienta o autor, “é necessário acabar com a penúria social nascida da escassez dos bens essenciais à sobrevivência de cada homem e de todos os homens” (ibid., p.72). Isto faz com que o valor comercial e a produção para o mercado não se tornem os critérios e os fins da economia.

Tévoédjré defende um desenvolvimento endógeno de cada país e, ao mesmo tempo, aberto para o mundo. Atenta para a necessidade de substituição de prioridades, exemplificando com o gasto com armamento em detrimento do investimento em saúde e educação. O modelo de desenvolvimento que defende pauta-se em duas questões centrais: 1) oferecer formação adequada a um maior número de pessoas; e 2) divisão justa da propriedade da terra e de possibilidades de acesso ao solo. Isto pressupõe participação da população na tomada das grandes decisões **e maior apoio do Estado às reformas estruturais que se farão necessárias**. Reconhece que isto depende das correntes econômicas mundiais, o que leva à necessidade de estabelecimento de novas relações internacionais. Sua proposta final é que se adote o “regime de estrita economia” chinês que, na sua opinião, seria o único capaz de possibilitar a satisfação das necessidades de todos. Este modelo baseia-se em três critérios: contar com as próprias forças, com os próprios recursos e com a capacidade criativa do povo. Complementa dizendo que “o regime de ‘estrita economia’ não é um plano de austeridade no estilo de uma política conjuntural, que requer sacrifícios temporários e indesejados. O regime de estrita economia, ao contrário, deve ser concebido, expresso e aplicado em uma perspectiva de longo prazo” (ibid., p.80).

Tévoédjré descreve os principais elementos para que uma proposta desse tipo possa ser implantada globalmente. Dirige-se mais diretamente aos países do “Terceiro Mundo” enquanto aqueles que deverão, de certa forma, iniciar um processo de transformação. O autor trabalha com a noção de desenvolvimento interno (em cada país)²¹⁶ e com a noção de desenvolvimento global. A base para que o processo se desenvolva deve ser a solidariedade. Mas, como diz o autor, não se trata de qualquer solidariedade. Para ele,

as bases de uma economia diferente são um regime de frugalidade convivial baseada em um desenvolvimento coletivo *autocentrado*, capaz de mobilizar

²¹⁶ A China serve como exemplo de um país que conseguiu transformar a sua estrutura interna. O autor sustenta que “de fato, em um regime de estrita economia, a acumulação preventiva do capital não seria mais fator decisivo para o desenvolvimento das forças produtivas. ‘O trabalho vivo é o fator direta ou imediatamente decisivo e dominante, enquanto o trabalho morto é apenas um fator subordinado e secundário’” (ibid., p.88). Ele diz ter ficado impressionado – quando fez uma visita à China em 1976 – com o desenvolvimento de indústrias de pequeno e médio porte que se instalavam também nos campos. Na sua opinião isto “mostra que é possível ir na direção oposta a de uma industrialização em grandes unidades de produção do tipo capitalista, que é possível romper com a oposição entre a cidade industrial e o campo dedicado exclusivamente à agricultura” (ibid., p.89). Porém, o autor deixa claro que isto não descarta a necessidade da “indústria pesada”. Mais uma observação é extremamente importante: independente do porte das unidades empresariais, é fundamental que o processo de produção seja controlado pelos trabalhadores. Isto não significa “propriedade coletiva”, mas, segundo o autor, esse controle do processo da produção se deve ao fato de os problemas técnicos que possam ocorrer também poderem ser resolvidos pelos próprios trabalhadores “contanto que eles tenham feito da empresa seu instrumento de produção e que participem da gestão. **A riqueza mais importante, como já disse, não é o capital financeiro de que se dispõe, mas a capacidade humana de trabalhar, de inventar, de inovar**” (ibid., p.93, grifo meu).

as energias dos povos interessados em seu próprio futuro, e isto com a finalidade de satisfazer as necessidades essenciais de uma sociedade solidária consigo mesma (ibid., p.98).

Esta solidariedade deveria resultar na elaboração de uma economia que determinasse e satisfizesse as necessidades fundamentais, que não se resumiriam à alimentação, habitação, vestuário e saúde, mas incluiriam cultura, segurança e liberdade de espírito.²¹⁷ Isto resultaria no estabelecimento de um índice de bem-estar popular em cada contexto, o que significaria, segundo o autor, a reinvenção da economia.

O autor apresenta também uma compreensão de Estado. Neste sentido diz que

o Estado é a instância que gere o poder e que, direta ou indiretamente o exerce. Mas o Estado não é uma substância, uma entidade em si. Ele deveria ser a projeção materializada e estruturada das vontades convergentes dos membros da ‘cidade’ para melhor assumir as finalidades que se propõem (ibid., p.113).

Esta perspectiva de Estado está relacionada à sua perspectiva de sociedade, ou seja, uma sociedade onde “não são apenas as condições materiais que determinam o progresso humano; são também as idéias” (ibid., p.114). Usa um pensamento de Mao Tsé-Tung onde este afirma que as idéias certas, ao penetrarem nas massas, tornam-se uma força capaz de transformar o mundo. Daí afirmar que “a opção pela pobreza praticada e difundida por dirigentes honestos e responsáveis teria um imenso poder de regeneração da sociedade” (ibid., p.115).

O autor aponta o controle demográfico como um aspecto importante para o planejamento social. Porém, diz que a satisfação das necessidades básicas, na maioria dos países em desenvolvimento, aparece como a medida prioritária a ser tomada.

Um outro aspecto apontado pelo autor refere-se à propriedade privada. Afirma que a riqueza produzida nos países industrializados se deveu, inicialmente, à exploração do próprio povo, e depois, à exploração do resto do mundo. A riqueza concentrada nos países subdesenvolvidos segue o mesmo caminho, ou seja, é devida à exploração de seu povo. Daí a afirmativa de que “a privatização dos bens tende a perpetuar as desigualdades” (ibid., p.119).

²¹⁷ O autor sustenta que “somente o contrato de solidariedade entre os membros da comunidade nacional pode justificar um inteligente planejamento, com vistas a satisfazer as necessidades básicas de cada um, recusando-se as desigualdades e os privilégios” (ibid., p.117). Este planejamento exige, fundamentalmente, a participação do povo.

O desenvolvimento autocentrado, segundo o autor, também depende de um amplo trabalho na área de educação. Isto porque pouco ou nada pode ocorrer quando um povo é mantido na ignorância. Para ele, o poder dos pobres está, em primeiro lugar, em seu saber. Por isso, em muitos momentos, a opressão justifica-se em função da ignorância do povo. Porém, a participação não ocorre se não se faz nenhum trabalho educacional.

Dentre esses aspectos postos pelo autor, para o desenvolvimento autocentrado, um chama a atenção. Como conseguir que esta mudança se efetive? O autor faz inúmeras observações a respeito de como o sistema proposto deve ser estruturado, mas pouco fala a respeito de uma necessária ruptura, visto que a alteração a ser promovida é substancial. Críticas à propriedade privada, à concentração de riqueza, à exploração e alienação do trabalho, dentre outras, não poderiam subsistir no interior do capitalismo. Em uma observação a respeito da miséria o autor diz:

o problema da miséria se resolverá graças a quadros profissionais próximos da população, conscientes de seu papel e dos sacrifícios a serem assumidos. Se os profissionais desconhecem as condições de vida dos mais pobres, se não mantêm estreito contato com eles, **distanciam-se da arte do possível para cederem à revolução ou ao planejamento feito em gabinete** (ibid., p.124, grifo meu).

Aqui parece haver uma contradição, pois o autor parece condenar tanto a revolução quanto o planejamento de gabinete. No entanto, seus exemplos de países que estruturaram um outro modelo de desenvolvimento são a China, a União Soviética e até Cuba. Esquece, porém, de dizer que estes países só alcançaram um novo modelo após fazerem suas “revoluções”.

O autor especifica melhor a sua proposta dizendo que o “projeto cooperativo” seria o melhor caminho para transformar a sociedade. O sistema cooperativo não deve ser apenas um exemplo que funciona ao lado de um sistema incoerente de exploração dos homens. Ele deve se transformar no projeto de toda a sociedade.²¹⁸ O autor reconhece que não é possível promover tal transformação “com uma simples transposição de um certo ideal ou também de certas práticas bem sucedidas, elaboradas a partir de determinadas experiências” (ibid., p.136), mas será uma escolha, por parte dos povos, em função de si mesmos. Portanto, problemas derivados “das escleroses, das cristalizações, da burocratização das relações

²¹⁸ O autor, baseado em Gide, aponta o que chamou de “virtudes da cooperação”: “viver melhor, pagar à vista, poupar sem esforço, suprimir os parasitas, combater o alcoolismo, envolver as mulheres nas questões sociais, educar economicamente o povo, facilitar a todos o acesso à propriedade, reconstruir uma propriedade coletiva, estabelecer um preço justo, abolir a renda capitalista, abolir os conflitos (...)” (ibid., p.135).

sociais” (ibid.) deverão ser enfrentados. A solução para esses problemas, pelo que é possível entender, deverão ser buscadas no interior do movimento de solidariedade que se estabelecerá. A “**verdadeira revolução humana** – feita dentro de nós mesmos” deverá, segundo o autor, se basear numa “**nova ética**”.

Avalia que, no âmbito das relações internacionais, o alcance desta solidariedade não será tão fácil ou, pelo menos, será mais complexo do que no interior de grupos homogêneos. Na compreensão do autor,

as formas de relações, os tipos de problemas, os meios de comunicação e de comércio são diferentes e requerem modalidades institucionais e jurídicas específicas. Mas através dos conflitos e confrontos inevitáveis, um princípio de solidariedade deve guiar as relações internacionais, uma vontade de negociar deve, em última instância, se impor contra relações de pura violência (ibid., p.140).

Com todas as diferenças, a ordem que vigora²¹⁹ não pode ser mantida sob o risco de ser contrariada por “convulsões do desespero” dos expostos à miséria. Por isso, ressalta a importância de organismos internacionais como a ONU e a OIT. Para o autor,

a procura de uma ordem internacional justa exige a adoção e a aceitação por todos os membros da comunidade internacional, de princípios que lhe confiam realmente uma legitimidade e, mais do que no passado, estes princípios deverão ser definidos também com os povos do terceiro mundo (ibid., p.142).

Esta ordem internacional deverá estar pautada em uma cooperação autêntica que tem como característica o “respeito para com o outro, para com sua pessoa, sua opinião, sua cultura” (ibid., p.151). Enfim, os países do Terceiro Mundo devem ter a possibilidade de se desenvolverem, de terem sua própria tecnologia sem depender do comércio de tecnologia e de matérias-primas. Ao final, o objetivo é um desenvolvimento onde “a solidariedade manifestará, mediante a nossa pobreza vivida, a riqueza de todos os nossos valores e de todas as nossas esperanças” (ibid., p.183).

Não se pode negar a intenção do autor de propor uma sistema social que se diferencie do capitalismo. Porém, também não se pode negar os limites de sua proposta no que tange a uma superação da ordem do capital. Pautar-se na “solidariedade” como instrumento de superação e de sustentação de uma ordem que não elimina todas os elementos

²¹⁹ O autor refere-se a década de 1970, visto que o livro foi publicado na França em 1978.

estruturais da ordem que pretende substituir já foi, muito antes, questionado. A história tratou de mostrar que propostas desse tipo não se sustentam. O próprio regime chinês é hoje o grande exemplo. De qualquer forma, a proposição de Tévoédjré diferencia-se das demais anteriormente apresentadas, no entanto, conserva a perspectiva de que é possível reformar o sistema de produção e reprodução do capital com o propósito de construir uma “outra ordem” e, neste caso, sua proposta pode ser caracterizada como social-democrata.

4 – O Estado como diminuidor/erradicador da pobreza.

Os autores aqui apresentados e caracterizados como “social-democratas” compreendem que o Estado é um elemento central na busca da diminuição/erradicação da pobreza. Todos, a exceção de Bauman (1999) – independentemente de partirem do que aqui foi denominado “dimensão econômica” e “dimensão política” e, mesmo do que foi convencionado como uma “visão diferenciada” da pobreza – destacam a necessidade de uma maior participação do Estado neste processo, principalmente em duas frentes: uma relacionada ao controle do próprio sistema capitalista, principalmente no estabelecimento de normas que regulem o mercado; e outra relacionada ao oferecimento de políticas sociais que supram as necessidades daqueles que, de alguma forma, não consigam se manter autonomamente fora do que for definido como linha de pobreza.

Em relação ao primeiro aspecto, é interessante destacar a concepção de Estado de que partem estes autores e, em especial, o papel atribuído ao Estado capitalista. O segundo aspecto, relacionado ao primeiro, leva à necessidade de discutir a capacidade de o Estado oferecer, principalmente de forma progressiva e sustentável, como destaca Soares (2001), políticas sociais universais.

A concepção de Estado que está na base das análises dos autores aqui apresentados está centrada em uma questão fundamental: o comprometimento do Estado. Neste sentido, pode-se fazer duas observações: 1) O Estado estará do lado da classe que o administrar – e aqui vigora a defesa do estabelecimento de governos de trabalhadores; 2) O Estado, independente da classe que o administre, deverá respeitar os “acordos sociais”, possibilitando a todos uma condição de vida digna a partir da garantia de direitos sociais, não apenas nos termos da lei, mas na sua aplicação de fato. Faço essa separação porque, em

termos históricos, os direitos sociais são estabelecidos a partir da disputa e conquista, por parte dos partidos de trabalhadores, do poder do Estado. Daí para diante, independentemente de quem esteja no poder, a luta tem sido para que ocorra a garantia dos direitos já estabelecidos e pelo estabelecimento de outros.

O abandono das posições revolucionárias resultou na formação da chamada “social-democracia” que acabou suplantando, inicialmente na Europa, os antigos partidos comunistas. A social-democracia representou a busca de conciliação entre capital e trabalho. Se inicialmente havia uma perspectiva de alcance do socialismo via reformas, posteriormente foi assumida a possibilidade de adaptações ao próprio sistema capitalista, adaptações estas que deveriam satisfazer a todos. Esta “nova ordem” garantiria uma melhor distribuição da riqueza entre burgueses e proletários.

Mesmo que ainda permanecesse a compreensão, entre os social-democratas, de um Estado de classe, a crença na garantia dos direitos de cidadania em termos legal e de fato se apresenta como a mola mestra das disputas políticas. Neste caso, mesmo que se compreenda, como assevera Montaño (1999), que o Estado é capitalista e do capital, espera-se que ele possa ser regulado para possibilitar o cumprimento dos acordos sociais. Este autor refere-se ao que chama de uma “leitura mais contemporânea” do Estado, onde este deixa de ser um “mero comitê para gerir os interesses comuns da burguesia” – referindo-se a uma frase de Marx e Engels colocada no Manifesto do Partido Comunista – para se tornar um campo de luta política, o que, segundo o autor, vai se constituir num grande problema para o gerenciamento do capitalismo. A lógica democrática assumida coloca o capitalismo constantemente em cheque. Explica que

parece que o Estado, contendo esta dualidade de lógicas, a ‘do capital’ e a ‘da democracia’, sustenta uma contradição que o corroe por dentro. A ampliação sem limite da democracia e da cidadania (dentro da ‘lógica democrática’) pode ter um imponderável efeito negativo sobre a ‘lógica capitalista’. Mas o problemático é que não pode ser eliminado o aspecto democrático do Estado (pelo menos não nesse contexto), pois é ele que dota de legitimidade o outro aspecto, o capitalista. Assim, nessas duas lógicas do Estado, se por um lado resultam contraditórias entre si, por outro uma delas, a capitalista, precisa da outra, a democrática (ibid., p.53).

O autor reflete sobre como este dilema tem sido enfrentado, como o capital tem buscado eliminar o auto custo e risco contidos no desenvolvimento da lógica democrática enquanto forma de legitimação sistêmica. Afirma que a solução está sendo buscada a partir da transferência da “legitimação da ordem” da órbita do Estado para a órbita da sociedade

civil – entendida por ele como mercado. Ou seja, está sendo buscado um deslocamento das “lógicas do Estado” – democrática e capitalista, cuja contradição é irreversível e ameaçadora – para as “lógicas da sociedade civil”. Esta passagem é representada pelo neoliberalismo. Montañó explica dizendo que,

partindo desta conceituação liberal de ‘sociedade civil’ como ‘mercado’, começa a parecer mais claro o porquê desta mudança estratégica, o porquê desta passagem da primeira para a segunda lógica. É que, nesta concepção, a ‘sociedade civil’ não se rege por princípios de *igualdade*, pela ‘lógica da democracia’, ou seja, não segue o *critério quantitativo*: quem reunir a maior quantidade de vontades (quem tiver a maioria numérica) tem para si o poder da decisão.

Ao contrário, aqui, na ‘sociedade civil’, o *fundamento é qualitativo*: não se refere a quem constitui a maioria, mas os que detém maior poder político-econômico são os que garantem o poder de decisão. Este fundamento converte a igualdade perante o Estado em *desigualdade* (escondida por trás da ‘liberdade’): as pessoas se diferenciam, aqui, pelo que possuem (riqueza, poder, saber etc.). Este fundamento troca, finalmente, a lógica estatal da democracia pela ‘*lógica da concorrência*’, na qual o individualismo do sistema capitalista leva a que o triunfo de um derive, geralmente, no fracasso do outro (e, por vezes, isto é uma condição necessária) (ibid., p.54-55).

Montañó, assim como muitos outros, tem clareza dessa relação entre o Estado e o capital, ou melhor, tem clareza da impossibilidade de um viver sem o outro. Apesar de referir-se a muitos dos problemas inerentes ao capitalismo, apresenta como ponto central de sua análise, não uma crítica ao capitalismo e ao Estado capitalista em si, mas ao modelo neoliberal que se instala, bem como à alternativa buscada pela chamada “nova esquerda” para resolver problemas sociais, ou seja, o desenvolvimento do denominado “terceiro setor”. Concorda que deva haver uma crescente e ativa participação da sociedade civil – aqui não significando “mercado” –, desde que isto não signifique substituição das responsabilidades do Estado e do capital com a questão social.²²⁰ Deve-se lutar pelo não abandono dos princípios de universalização, distribuição e incondicionalidade das políticas sociais – tomadas como

²²⁰ Gros (1998, p.67), analisando a situação de Portugal, observa que “não raro acontece que, no movimento de crítica do Estado, e muito particularmente da rigidez da lógica burocrática do Estado-Providência, haja quem acabe por conceber, consciente ou inconscientemente, a luta contra a pobreza com um autêntico ‘regresso à comunidade’, devendo a superação dos problemas passar exclusivamente pelo reforço dos laços sociais no local, sem maior responsabilização das instâncias estatais distantes, e pela exploração dos recursos potenciais das sociabilidades concretas, das solidariedades horizontais que a acção do Estado-Providência tenderia fatalmente a anular”. Além de criticar a tendência de localização para a resolução da pobreza e o afastamento do Estado, destaca a responsabilidade das “forças do campo econômico” diante das coletividades que contribuem para a sua existência. Ou seja, o capital deve ser sensível para com aqueles que o servem. Essa parece ser a esperança de muitos estudiosos.

direitos de cidadania –, preservando verdadeiras conquistas históricas das classes trabalhadoras. Conclui dizendo que

é, portanto, o envolvimento com essas lutas – o enfrentamento a esse projeto de desmonte do Estado, da privatização e personalização do ‘social’, da substituição do princípio democrático pelo da concorrência, do princípio universal pela focalização dos direitos sociais e da incondicionalidade pelo compra/concessão dos serviços – o que poderá levar à superação do projeto neoliberal (...) (ibid., p.75-76, grifo meu).

A posição deste autor é representativa de como a maioria dos autores social-democratas entende o Estado. A maioria não chega, como ele, a especificar a compreensão do Estado capitalista. Mas, igualmente, o tomam como o elemento a ser defendido, desde de que seja o Estado que garanta os direitos de cidadania. É interessante também destacar que, para o autor, a “democracia é um princípio do Estado” e não do capital. Isto reforça a compreensão que, se for democrático e impuser ao capital os “limites necessários”, o Estado pode garantir a “justiça social”. Não podemos esquecer que a democracia é um “princípio liberal” e que não há “neoliberal” que a condene. G. W. Bush, por exemplo, defende a democracia e, para implantá-la onde “não existe”, utiliza, inclusive, a guerra.

Há uma série de estudos sobre o Estado. É um tema complexo e que tem suscitado uma série de debates e controvérsias. Não pretendo discorrer sobre esses debates, tampouco apresentar síntese sobre eles. Alguns autores já o fizeram, a exemplo de Przeworsky (1995) e Marques (1997). Interessa apenas deixar claro que, para os social-democratas, o Estado pode e deve controlar o capital. Isto significa dizer que o capital, nesta visão, é controlável. Mesmo que o Estado se constitua em um “Estado de classe”, pode favorecer e garantir a justiça social, buscando o maior nível de igualdade possível – em termos de usufruto de recursos materiais, visto que a igualdade perante a lei “já está garantida” –, o que só pode ser feito a partir do controle dos “desmandos” do capital.

Como já foi, de certa forma, apontado anteriormente, os autores social-democratas defendem a continuidade dos Estados de Bem-Estar Social que se consolidaram e a construção dessa mesma estrutura nos países em que isto não ocorreu, ou que ocorreu de modo restrito. O conhecido “*Welfare State*” é apresentado como o modelo, como a fórmula para que as sociedades resolvam o gravíssimo problema da pobreza. Conforme Schwartzman (2004, p.16),

essa nova forma de organização social, que parecia reunir o melhor dos mundos, reduzindo a pobreza sem afetar a riqueza dos burgueses e capitalistas, passou a ser copiada em outras partes, inclusive, já no século XX, no Brasil, onde, no entanto, os proletários e burgueses eram poucos, e os pobres, indignos e vivendo à margem e ao lado da sociedade criada pelo império comercial português, eram a maioria.

Duas questões se colocam e, de certa forma, se transformam em problemas para a análise dos Estados de Bem-Estar Social. Uma é se esta forma de estruturação social realmente resolveu o problema da pobreza; a outra é se é possível manter aqueles que se estruturaram, e levar os demais a seguirem o mesmo percurso.

Para lidar com estas duas questões, começo apresentando uma análise do que é um Estado de Bem-Estar Social, as classificações elaboradas, os problemas enfrentados para a manutenção e efetivação desses Estados, e o futuro desse tipo de organização estatal. Buscarei destacar alguns elementos fundamentais em toda a discussão em torno do Estado de Bem-Estar Social como diminuidor/erradicador da pobreza.²²¹

Para poder relacionar o Estado de Bem-Estar Social com a diminuição ou erradicação da pobreza é necessário, em primeiro lugar, entender o que ele é. Neste sentido, Esping-Andersen (1991) faz uma observação bastante importante. Segundo ele,

um atributo notável de toda literatura é sua falta de interesse genuíno pelo *welfare state* enquanto tal. Os estudos sobre ele têm sido motivados por interesses teóricos por outros fenômenos, como poder, industrialização ou contradições capitalistas; o *welfare state* em si em geral tem recebido muito pouca atenção conceitual (ibid., p.98).

Esping-Andersen apresenta algumas interpretações do que seja um *welfare state*. Segundo ele, a maioria dos estudos sobre *welfare state* toma os gastos como elemento central de análise. Em sua opinião, a análise pelo gasto pode levar a conclusões enganadoras, ou seja, nem sempre um nível elevado de gasto corresponde a uma distribuição equitativa, favorecendo toda a sociedade. Outra observação importante feita pelo autor é que “a abordagem quantitativa linear (mais ou menos poder, democracia ou despesas) contradiz a noção sociológica de que o poder, a democracia ou o bem-estar social são fenômenos relacionais e estruturais” (ibid., p.99). O autor afirma que, gastos baixos em alguns programas podem indicar que o *welfare state* está mais comprometido com a garantia do **pleno emprego**.

²²¹ Arretche (1995) apresenta um estudo em torno das diversas correntes de análise do *welfare state*. A autora destaca os argumentos apresentados por estas correntes para justificar a emergência e o desenvolvimento deste modelo de Estado.

O autor apresenta três abordagens conceituais de *welfare state*. Na primeira, desenvolvida por Therborn, um *welfare state* “genuíno” deveria ter, no mínimo, suas atividades rotineiras diárias voltadas para suprir as necessidades de bem-estar de famílias. Para ESPING-ANDERSEN, se a avaliação dessas atividades rotineiras for feita considerando despesas e quadro de funcionários, nenhum Estado pode ser considerado um verdadeiro *welfare state* até a década de 70 do século XX. Uma Segunda abordagem conceitual foi desenvolvida por Titmuss que, por sua vez, distingue **welfare state residual** (a responsabilidade passa a ser assumida pelo Estado quando a família ou o mercado são insuficientes; a prática estatal é direcionada a grupos sociais marginais e mercedores) e **welfare state institucional** (o modelo é universalista, personificando um compromisso institucionalizado com o bem-estar social e é direcionado a todas as áreas vitais para o bem-estar societário).²²² A terceira abordagem, proposta por Day e também por Myles, sugere a construção de critérios de julgamento de um *welfare state*, partindo da comparação deste com um modelo abstrato. Para o autor, esta abordagem é a-histórica, desconsiderando as lutas pelo *welfare state*.

Mas é em Marshall que ele vai encontrar uma definição mais clara de *welfare state*. Marshall, segundo Esping-Andersen, aponta a **cidadania social** como a idéia fundamental de um *welfare state*. Porém, para o autor, esta compreensão de Marshall deve ser especificada. Segundo ele, o conceito de cidadania social,

antes de tudo, deve envolver a garantia de direitos sociais. Quando os direitos sociais adquirem o *status* legal e prático de direitos de propriedade, quando são invioláveis, e quando são assegurados com base na cidadania em vez de ter base no desempenho, implicam uma ‘desmercadorização’ do *status* dos indivíduos *vis-a-vis* o mercado. Mas o conceito de cidadania social também envolve estratificação social: o *status* de cidadão vai competir com a posição de classe das pessoas, e pode mesmo substituí-lo (ibid., p.101).

O autor continua dizendo que não podemos compreender o *welfare state* apenas em termos de direitos e garantias. Também é preciso considerar a forma como as atividades estatais se entrelaçam com o papel do mercado e da família em termos de provisão social. Isto é necessário para qualquer especificação teórica do *welfare state*.

²²² Esping-Andersen (1991, p.100) diz que a abordagem de Titmuss “força os pesquisadores a saírem da caixa preta dos gastos para o conteúdo dos *welfare state*: programas direcionados versus programas universalistas, as condições de elegibilidade, o tipo de benefícios e serviços e, **talvez o mais importante, em que medida o nível de emprego e a vida profissional fazem parte da ampliação dos direitos do cidadão**” (grifo meu).

Podemos entender que a “**desmercadorização**” é fundamental na construção de um *welfare state*, já que é ela que “fortalece o trabalhador e enfraquece a autoridade absoluta do empregador. É exatamente por esta razão que os empregadores sempre se opuseram à desmercadorização” (ibid., p.102). Esta “desmercadorização” pode se dar em vários níveis, mas os *welfare state* desmercadorizantes são muito recentes. Para Esping-Andersen (1991, p.103),

uma definição mínima [de *welfare state* desmercadorizante] deve envolver a liberdade dos cidadãos, e sem perda potencial de trabalho, rendimentos ou benefícios sociais, de parar de trabalhar quando acham necessário. Tendo em mente esta definição, poderíamos requerer de um seguro doença que garanta aos indivíduos os benefícios correspondentes aos ganhos normais, e o direito de ausentar-se, com uma comprovação mínima de impedimento médico, durante o tempo que o indivíduo considerar necessário.

Este seria um nível de “desmercadorização” excelente, não alcançado, sendo que, segundo o autor, apenas algumas nações se aproximam dele.

Partindo dessas observações, duas questões podem ser apontadas. Uma é que podemos entender que não existem *welfare states* com um grau tão elevado de perfeição e, considerando que este modelo nunca existiu, não seria ele o modelo abstrato a ser construído, proposto por Day e Myles? Resta saber se sua existência seria possível dentro da estrutura social capitalista. A outra refere-se ao fato de o autor entender a oposição dos empregadores em relação à desmercadorização como uma forma de tentar anular a força que ela dá ao empregado. Ou seja, parece que o problema reside no nível de poder, sendo que não é discutida a possibilidade de o empregador conseguir manter-se no processo de concorrência capitalista, assumindo as conseqüências da desmercadorização. Visto dessa forma, apenas como disputa de poder, parece que os empregadores são “maus” e querem todo o poder para si, não admitindo que os trabalhadores tenham benefícios. Isto parece contrariar as tendências que dizem que quanto mais o trabalhador tem benefícios, mais produtivo se torna. Sendo assim, os empregadores deveriam ser os primeiros a defenderem os benefícios aos trabalhadores.

Neste sentido, creio que não é possível pensar apenas no poder, mas na possibilidade concreta de um capitalista se manter no mercado quando assume um nível de benefício alto. Tanto é verdade que a retirada dos direitos trabalhistas – até mesmo daqueles considerados básicos – tem sido uma luta dos empregadores. Estariam eles apenas sendo

“maus”? Creio que este aspecto mereça uma discussão mais aprofundada. Não pretendo desenvolvê-la aqui, mas apenas levantar a necessidade. Retomarei este aspecto no capítulo IV.

Como não existiu, na prática, um *welfare state* com as características apontadas anteriormente, foram classificados alguns tipos existentes. Esping-Andersen apresenta três tipos de *welfare state*:

- *welfare state* “liberal”: neste modelo, predominam a assistência aos comprovadamente pobres, um nível de universalidade reduzido ou planos modestos de previdência social. Ex.: EUA, Canadá e Austrália.
- *welfare state* conservador: baseado no corporativismo estatal, apresenta características mais universalistas. A mercadorização não ameaçou a concessão de diversos direitos sociais. Apesar disso, foram preservadas diferenças de status, o que significou que as políticas estatais tiveram uma influência desprezível em termos de distribuição de renda. Ex.: Alemanha, França, Itália, Áustria.
- *welfare state* social-democrata: os princípios de universalização e desmercadorização dos direitos sociais atingiram também as classes médias. Baseia suas políticas na promoção da igualdade com os melhores padrões de qualidade e não na igualdade de suprimento de necessidades mínimas. É um modelo que exclui o mercado, construindo uma solidariedade universal em favor de si. Grande ênfase e comprometimento com o **pleno emprego** e completamente dependente de sua concretização. Ex.: países escandinavos (Suécia, Noruega, Islândia e Dinamarca).

Esping-Andersen faz uma análise de *welfare state* em um seletivo grupo de países desenvolvidos. Sua leitura do que seja um *welfare state* não contempla os modelos de bem-estar de países pauperizados ou daqueles países ricos com um alto índice de pobreza, como é o caso do Brasil.²²³ A análise desses países tem sido feita por outros autores que, por sua vez, caracterizam a maioria dos países da América Latina como Estados de bem-estar social. Este é o caso de Laurell. A autora discute as questões fundamentais para a construção de um “novo” Estado de bem-estar na América Latina. Se a autora refere-se à construção de um “novo” é porque já existiu um outro com contornos diferentes. Mas, segundo a própria autora,

²²³ Para o Banco Mundial (1993), segundo Laurell (1998), todos os países latino-americanos, com exceção da Nicarágua, são considerados países de renda média ou média alta, apesar de dados da CEPAL (1994) apontarem que, em 1990, 46% dos latino-americanos viviam abaixo da linha de pobreza e 22%, abaixo da linha de indigência. Em relação ao Brasil, Barros, Henriques e Mendonça (2001) sustentam que o problema não é a pobreza do país, mas a má distribuição de renda, considerada uma das piores do mundo.

esta é uma questão polêmica por não ter existido, na região, uma forma de proteção social pautada na universalidade e na equidade. Segundo Laurell (1998, p.188),

(...) as instituições de bem estar, especialmente a seguridade social, foram construídas na maioria dos países latino americanos como parte de um ‘pacto social’ entre Estado, empresas privadas e sindicatos inerente ao padrão de acumulação conhecido como ‘substituição de importações’, que prevaleceu durante o período após guerra até os anos 80.

Neste momento, estas instituições eram seletivas e o Estado de bem-estar, caracterizado como restrito ou limitado. Porém, não se pode negar, segundo a autora, que as políticas sociais deste período ampliaram os direitos dos trabalhadores e criaram serviços e benefícios para uma parte maior da população, incluindo aqueles à margem do mercado de trabalho.

Mas, a partir do final da década de 1980 e começo da de 1990, a preocupação passa a ser o desmonte desse tipo de “Estado de Bem-Estar” implantado na América Latina. Muitos estudiosos buscam analisar os efeitos da chamada política “neoliberal”, a partir dos programas de ajuste estrutural (PAE) propostos pelos organismos multilaterais, vale dizer, FMI e Banco Mundial. Estas “propostas” de ajuste foram, segundo Laurell (1998), “**aceitas**”²²⁴ pela maioria dos governos da América Latina. A este respeito, Soares (2001, p.337), fazendo uma análise do ajuste neoliberal na América Latina e dos resultados em termos de desajuste social advindos desses ajustes, e referindo-se às posições governamentais frente às políticas sociais, diz que estas são “deliberadas e não **apenas** resultado da crise econômica. Em algumas ocasiões, inclusive, países que já haviam saído da recessão econômica continuavam mantendo o ‘ajuste’ relativamente às políticas públicas sociais” (grifo da autora).

As justificativas dos proponentes e dos governos que aplicam o PAE é que as medidas garantiriam o crescimento econômico sustentado que, por sua vez, reduziria o impacto social negativo do PAE. Para Laurell (1998, p.189),

além da sua duvidosa capacidade de produzir crescimento sustentado o modelo econômico teve um impacto negativo na distribuição de renda e riqueza; no emprego e nos salários; e na provisão de benefícios e serviços públicos. Em consequência a pobreza cresceu e o bem estar social foi erodido.

²²⁴ Estou destacando o termo “**aceitas**” pelo fato de ser um entendimento discutível. Buscarei fazer uma reflexão a este respeito mais adiante.

Outros autores, já apresentados nos capítulos anteriores, vêm discutindo o “crescimento econômico” como a principal estratégia de combate à pobreza. Retomarei algumas questões por eles levantadas. Soares (2001, p.13), por exemplo, recusa a “concepção de que **apenas** com a estabilização econômica seguida de um suposto crescimento econômico seria possível resolver os nossos problemas sociais.” A autora ressalta a importância das Políticas Sociais na resolução dos problemas sociais e reconhece “a necessidade de uma política de enfrentamento da crise e de recuperação econômica, desde que essa política **não seja recessiva** e esteja **aliada ao desenvolvimento de Políticas Sociais**” (ibid., grifo da autora). Barros, Henriques e Mendonça (2001, p.1)²²⁵ apontam a viabilidade econômica do combate à pobreza a partir do estabelecimento de “estratégias que não descartem a via do crescimento econômico, mas que **ênfaticamente, sobretudo, o papel das políticas redistributivas** que enfrentem a desigualdade” (grifo meu). Esses últimos concluíram em seu estudo que, no caso brasileiro, a intensidade da pobreza pode ser diretamente associada à concentração de renda, tendo em vista que a renda média brasileira é significativamente superior à linha de pobreza. Diferentemente do discurso pautado na célebre frase “crescer para depois dividir”, esses autores apresentam um contra discurso que não descarta a necessidade do crescimento econômico, mas relativiza em muito o seu papel na diminuição/erradicação da pobreza.

As análises da maioria dos autores acaba resultando na apresentação de alguns caminhos (propostas) para resolução dos problemas. Soares (2001), sugere o enfrentamento da crise econômica e uma recuperação que não seja pautada na recessão e que tenha como premissa o **desenvolvimento de Políticas Sociais**. Barros, Henriques e Mendonça (2001) sugerem o crescimento econômico, mas diretamente associado à efetivação de **políticas redistributivas**. Laurell (1998, p.201) diz que “para alcançar-se o crescimento econômico sustentado na América Latina é preciso **romper a dominância da especulação financeira internacional e lançar as bases para uma economia produtiva**.” A autora afirma que “isto só poderia ser atingido mediante uma combinação de acordos internacionais e medidas nacionais. Ou seja, **depende essencialmente de capacidade e vontade política**” (grifos meus). Mas Laurell chama a atenção para o fato que apenas isso não resolve o problema da pobreza na região. É preciso que ocorra uma **distribuição radical de renda e riqueza**. Ainda, segundo a autora, isso implica em uma retomada da

²²⁵ Os autores são pesquisadores do IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, ligado ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.

política social relacionada à criação de emprego e ao apoio à renda. A evidência empírica de quinze a vinte anos de políticas de ajuste estrutural exprime o malogro do mercado na solução de uma ou outra dessas questões. Parece então inevitável reconhecer que **uma das tarefas principais do Estado moderno consiste em adotar políticas voltadas para a criação e proteção ativas de empregos e para o uso de mecanismos de redistribuição de renda** mediante uma combinação de taxas e subsídios (ibid., p.201, grifo meu).

Laurell diz que o discurso neoliberal ressaltou a questão da pobreza, resultando num amplo consenso a respeito da necessidade de combatê-la. Porém, os programas criados para combate da pobreza têm servido apenas para administrá-la, juntamente com a insatisfação social. Para a autora, tudo isso traz a necessidade de discutir a prioridade na alocação de recursos públicos, ou seja, discutir por que os governos optam por investir imensas somas de recursos em socorro a bancos privados ao mesmo tempo que investem poucos recursos em programa de combate à pobreza. Laurell afirma que isto mostra que o problema não é tanto de escassez, mas de prioridade, sendo, portanto, antes de mais nada, um problema político. Conclui dizendo que

a exigência maior consiste na construção de um círculo virtuoso de fundamentos firmes para uma ampla base tributária, que depende da **criação de empregos, do aumento dos salários e da taxaço progressiva**, e para uma **reorientação dos subsídios aos grupos financeiros para as instituições de bem estar social**. Um aumento gradual mas contínuo no gasto social não é irrealista e até contribuiria para o crescimento econômico, ao contrário do que sustenta a ortodoxia neoclássica (ibid., p.202, grifo meu).

A ampla maioria dos estudiosos aponta os “**erros**” estratégicos na busca do combate à pobreza. Mesmo criticando os governos, como no caso de Laurell e Soares, quando dizem que as medidas recomendadas no PAE são **aceitas e até mesmo mantidas** após a saída da recessão econômica, os autores continuam apostando no Estado como saída. Para isso, logicamente apostam em governos comprometidos com o bem-estar social e não com governos que **aceitam** os ditames neoliberais. Mas será que podemos entender as posições governamentais latino-americanas diante das políticas do FMI e Banco Mundial em termos de um aceite, mesmo que este aceite, em alguns momentos, pareça significar um conluio? Qual é realmente o nível de autonomia dos Estados latino-americanos em relação aos ditames do capital internacional? São esses governos tão “maus”? São as próprias agência multilaterais “malvadas” ao imporem esse tipo de política? Ou estamos vivendo um momento em que as

“saídas inclusivas” demandariam experienciar mais uma grande crise? Não está sendo criada, a partir desse tipo de análise, uma **Teoria da Maldade**?

Entendo que analisar as posturas governamentais em termos de “vontade política” como o fazem, em especial, Laurell (1998) e Soares (2001), é reduzir o problema. No entanto, tomando em conta os subsídios teóricos que dão sustentação a essas afirmações, não poderíamos esperar outras posições. Entendendo dessa forma, seria necessário enfrentar apenas “os governos maus”. O capitalismo poderia ser regulado, a pobreza combatida e o Estado de bem-estar, garantido.

É preciso chamar a atenção para duas questões. Uma delas está relacionada ao debate sobre a existência ou não de Estados de Bem-Estar social na América Latina. Parece-me que autores como Laurell (1998), Soares (2001), Vianna (1998) não deixam dúvidas que os Estados latino-americanos tiveram e têm seus elementos de Estados de Bem-Estar. Porém, o modelo latino-americano não pode ser comparado, principalmente em termos de efetivação, com o chamado modelo “social-democrata”, cujos representantes, segundo Esping-Andersen, são os países escandinavos. No meu entender, o modelo latino-americano também não se aproxima do modelo “conservador”, estando mais próximos do chamado modelo “liberal”, com o grande diferencial no que diz respeito à condição social da população latino-americana comparada, por exemplo, à condição da população estadunidense. Na América Latina, o Brasil, de certa forma, deu passos importantes em relação à universalização da seguridade social. Apesar disto ter um caráter mais teórico do que prático, ainda podemos tentar os recursos legais para garantir que a lei seja cumprida. A garantia de acesso à justiça para a garantia da própria lei é um elemento importante para os defensores da democracia e da cidadania.

A outra questão está relacionada à leitura que estes autores fazem da realidade latino-americana. Alguns mostram como e porque os Estados são estruturados de uma determinada forma, ou seja, quais os elementos históricos que permitiram que uns Estados alcançassem um determinado patamar de bem-estar social e outros não. Utilizam dados que mostram as desigualdades e a pobreza e concluem que, se há o que dividir, basta que sejam tomadas as medidas necessárias para isso. É neste momento que, no meu entender, os autores se afastam de elementos centrais para a análise da realidade. Quando propõem o desenvolvimento de políticas sociais, a distribuição de renda, a regulação do capital financeiro com um conseqüente aumento de capital investido na geração de emprego, ou seja, ampliação do capital variável, aumento de salário, dentre outras coisas, de que realidade falam? Estão falando do sistema social estruturado na produção e reprodução do capital? Se estão, o que

leva estes autores a pensarem estas medidas como viáveis? Seria esta uma forma voluntarista de análise da realidade? Creio que o debate sobre o Estado de Bem-Estar Social e seu papel/poder na diminuição/erradicação da pobreza precisa ser ampliado. É necessário discutir melhor os limites entre o que é possível e o que é desejável quando se analisa o Estado e a pobreza.

O fato de o estabelecimento de Estados de Bem-Estar não ter se mostrado “fácil” – em especial, o de tipo social-democrata – e de estar ocorrendo mudanças – analisadas como desestruturação – naqueles que se estabeleceram como tal, tem levado estes mesmos autores a discutirem o futuro dos *welfare states* ou Estados de Bem-Estar Social. Esping-Andersen (1995, p.73), ao tratar desta questão, diz que

o *welfare state*, uma das marcas da ‘era dourada’ de prosperidade do pós-guerra, significou mais do que um simples incremento das políticas sociais no mundo industrial desenvolvido. Em termos gerais, representou um esforço de reconstrução econômica, moral e política. Economicamente, significou o **abandono da ortodoxia da pura lógica do mercado, em favor da exigência de extensão da segurança do emprego e dos ganhos como direitos de cidadania**; moralmente, a **defesa das idéias de justiça social, solidariedade e universalismo**. Politicamente, o *welfare state* foi parte de um projeto de construção nacional, a democracia liberal, contra o duplo perigo do fascismo e do bolchevismo. Muitos países se auto-proclamam *welfare state*, não tanto por designarem desse modo as suas políticas sociais, quanto por promoverem uma integração social nacional. Nas economias abertas e globalmente integradas de hoje, contudo, **muitas das premissas que guiaram a construção desses *welfare states* não são mais vigentes**. (grifo meu)²²⁶

Para o autor, o desemprego crônico vivenciado pela Europa, bem como o aumento da pobreza e da desigualdade na América do Norte, são sintomas de

um *trade-off* básico entre o crescimento do emprego e uma seguridade social generosa e igualitária. Contribuições sociais e impostos pesados, salários altos e inflexíveis e direitos trabalhistas amplos tornam a contratação de mais trabalhadores excessivamente custosa, e o mercado de trabalho muito inflexível. Chamando a atenção para o ‘milagre do emprego’ norte-americano nos anos oitenta, que ocorreu contra o pano de fundo do declínio dos salários, do enfraquecimento dos sindicatos e da desregulamentação do mercado de trabalho, os neoliberais defendem a privatização do bem-estar,

²²⁶ As premissas a que se refere são: crescimento não-inflacionário induzido, no interior de um único país, impossível de ser mantido; o pleno emprego a cargo da indústria passa a ser mais um encargo dos serviços; a garantia do pleno emprego; a faixa etária da população (que vem envelhecendo rapidamente); a família convencional (dependente do provedor masculino) encontra-se em declínio. Tudo isto, desafia o pensamento tradicional a respeito da política social.

um retorno aos benefícios seletivos, ao invés de universais, e a aceitação de uma maior diferenciação nos ganhos (ibid., p.74).

Segundo Esping-Andersen, aqueles que criticam a perspectiva neoliberal apontam para o alto custo social da dependência em relação ao mercado. Para enfrentar o *trade-off* entre empregos e desigualdades, é proposto como estratégia o investimento social, ou seja, ao invés de reduzir o bem-estar, “preferem um redirecionamento das políticas sociais que favoreça programas ativos para o mercado de trabalho, treinamento e educação permanentes, ‘trazendo as pessoas de volta ao trabalho – combinados, se possível, a uma garantia de renda mínima’” (ibid.). Na prática, segundo o autor, apesar de a crise se avolumar e de seus sintomas tornarem-se mais claros, não se pode falar de mudanças significativas nos países centrais pois, “o grau de redução dos *welfare states* foi modesto” (ibid., p. 84).²²⁷ Para afirmar isto, o autor se baseia nas tendências do gasto social, que permaneceram estáveis, apesar da diferença em relação a fase duradoura de crescimento anterior.

Conforme Esping-Andersen, é possível identificar três tendências de respostas dos *welfare states* às transformações econômicas e sociais, já a partir da década de 1970:

- *welfare states* escandinavos: seguiram, até recentemente, uma estratégia de expansão do emprego no setor público, exigida pelo próprio *welfare state*.
- *welfare state* anglo-saxônicos (Grã-Bretanha, Nova Zelândia e Estados Unidos): seguiram a estratégia de desregulamentação dos salários e do mercado de trabalho, combinada a um certo grau de erosão do *welfare state*.
- *Welfare states* da Europa continental (França, Alemanha e Itália): utilizaram a estratégia de redução induzida da oferta de mão-de-obra.²²⁸

Esping-Andersen detalha a rota tomada pelos países para manterem suas estruturas de bem-estar social. Não deter-me-ei neste aspecto, mas é importante ressaltar que, segundo o autor, todos os países foram obrigados a cortar benefícios ou introduzir mediadas de flexibilização. Na sua análise, aqueles que seguiram uma estratégia mais radical em termos de liberalização foram melhor sucedidos em termos de emprego, mas, por outro lado, aumentaram o grau de desigualdade e pobreza. Os países que resistem à mudança vivem um aumento substancial do desemprego. Destaca a estratégia dos países escandinavos onde, apesar de terem aceitado a inevitabilidade de as desigualdades aumentarem, buscaram criar

²²⁷ Esping-Andersen está analisando a década de 1980.

²²⁸ Segundo o autor, cada estratégia está ligada à natureza de cada um dos modelos de *welfare state*.

garantias no sentido de não penalizar nenhum extrato social em particular, como também buscaram evitar que os problemas não se tornassem permanentes na vida das pessoas. Denomina esta estratégia como “investimento social”.

Para o autor, se a garantia do pleno emprego tiver de contar com uma maior desigualdade de ganhos e com um aumento de empregos mixos no setor de serviços, “a adoção de políticas ativas de investimento social deve diminuir a possibilidade de que determinados grupos se tornem perdedores crônicos” (ibid., p.105-106). Estes empregos mixos podem ser benéficos quando são apenas temporários, ou um início mais fácil para aqueles com baixa escolaridade ou pouco especializados (frequentemente imigrantes). Porém, esses empregos mixos podem se tornar um problema mais sério quando se transformam em armadilhas sem saída para as carreiras. Para Esping-Andersen,

a educação e a especialização oferecem mais oportunidades para que as pessoas encontrem melhores empregos. Disso se segue que uma estratégia de criação de empregos baseada em baixos salários pode ser reconciliada com a igualdade se há garantias de mobilidade e de aperfeiçoamento (ibid., p.106).

O autor também chama a atenção para o fato de a privatização dos programas de bem-estar social ser uma das estratégias mais defendidas no que ele denomina de “presente crise do *welfare state*”.²²⁹ Segundo ele, essa estratégia baseia-se em duas razões distintas: diminuição do gasto público e estímulo à independência, e atendimento das “demandas diferenciadas e individualistas da sociedade ‘pós-industrial’” (ibid.,p.106). Até o momento da análise feita pelo autor, segundo ele, poucas reformas foram promovidas neste sentido. Mas ele já chama a atenção para um “processo silencioso de privatização” que estaria a caminho em muitos países. Concluindo sua análise sobre o futuro do *welfare state*, o autor diz que:

Não devemos esquecer que o ímpeto inicial por trás do *welfare state* do pós-guerra ia além das preocupações limitadas à política social. Como um mecanismo de integração social, de erradicação das diferenças de classe e de construção nacional, os *welfare states* avançados foram enormemente bem sucedidos. **Parte da crise atual pode ser simplesmente uma questão de pressões financeiras e de desemprego crescente. Em parte, ela está relacionada também às demandas menos tangíveis por novos modos de integração social, solidariedade e cidadania.** O mercado pode ser de fato um mecanismo eficiente de alocação de recursos, mas não de construção de solidariedade. Há pouca dúvida de que tais qualidades menos tangíveis constituem um elemento importante da evolução dos *welfare states* embrionários nas novas democracias industriais da Ásia, do Leste Europeu, e da América do Sul. Não se pode desconsiderar os efeitos econômicos dos

²²⁹ É bom lembrar que o autor está analisando a década de 1980.

welfare states. Mas tampouco podemos esquecer que a única razão para promover a eficiência econômica é a de garantir bem-estar (ibid., p.107-108, grifo meu).

Os elementos apontados pelo autor demonstram que, pelo menos na década de 1980, as transformações dos *welfare states* não foram substanciais. As saídas adotadas pelos diversos países, apontadas por ele, trouxeram alguns problemas, mas parece que estes problemas não promoveram um entendimento de desmonte, mas apenas de adequação a uma “crise”. Crise esta relacionada, principalmente às pressões financeiras e ao desemprego crescente.

King (1988) destaca as tentativas, por parte de governos conservadores, de desmonte do Estado de Bem-Estar em alguns países, pós 1973. Mesmo que esta tendência tenha alcançado países como Dinamarca e Holanda, foi nos Estados Unidos e na Inglaterra que se mostrou mais evidente. Segundo o autor, esses intentos não tiveram maior sucesso em função de existirem “ (...) fontes de apoio ideológico e institucional cercando o estado de bem-estar que não serão facilmente demolidas, pois estão firmemente integradas à estrutura da sociedade e aos processos de consumo e produção” (ibid., p.56).

Este autor dá um destaque especial para o papel da classe trabalhadora no desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social, cuja representação política era a social-democracia. Neste sentido, destaca que “(...) a mobilização da classe trabalhadora continuará a constituir uma poderosa base de apoio na comunidade para as políticas do estado de bem-estar, embora obviamente a maturação do estado de bem-estar crie sua própria dinâmica de apoio (...)” (ibid., p.60). Partindo desse pressuposto, um declínio da força dos sindicatos ou da solidariedade da classe trabalhadora poderia debilitar a defesa do Estado de Bem-Estar. A referência é feita aos trabalhadores de fora do Estado de Bem-Estar. Por isso, o autor destaca que os sindicatos dos setores públicos imprimirão uma força ainda maior na defesa do Estado de Bem-Estar, visto que estarão defendendo seus próprios interesses. Ou seja, se a organização dos trabalhadores no Estado tiver compromisso com ele “(...) desfrutarão de uma posição influente para realizar estes objetivos” (ibid., p.67).

Essa leitura de que os Estados de Bem-Estar, apesar de terem sofrido pressões em relação ao seu alcance, se mostram como uma tendência se pauta na compreensão de que não há uma contradição entre os Estados de Bem-Estar e as economias capitalistas. Eles se

tornaram uma necessidade em função do descontentamento social para com as relações de mercado.²³⁰

Pereirinha (1997) também refere-se a esta crise do Estado de Bem-Estar Social – ou Estado-Providência, termo que utiliza. Para ele, as causas dessa crise residem na dificuldade de restabelecer o equilíbrio entre os subsistemas econômico, social e familiar. Em função do envelhecimento da população, o Estado-Providência transforma-se essencialmente em um “Estado-pagador” de pensões. Este é um dos elementos centrais dessa crise, porém não é o mais importante. Assevera que duas dimensões dessa crise devem ser mais valorizadas, tanto para diagnóstico como para a busca de soluções: 1) a crise do emprego e 2) a alteração das estruturas familiares. Segundo o autor,

a crescente diferenciação das estruturas ocupacionais no mercado de trabalho e as discontinuidades freqüentes no ciclo de vida do emprego (interrupções de carreiras e incerteza na sua continuidade), características das sociedades atuais (crescente flexibilização do mercado de trabalho), ao mesmo tempo que fragilizam as bases de financiamento do sistema, originam novas necessidades requeridas ao Estado-Providência. Por outro lado, as alterações do modelo familiar pré-existente, se é certo que se traduzem em multi-carreiras contributivas na família (com o aumento da taxa de atividade feminina, como elemento fundamental de sustentação do rendimento familiar), se traduzem igualmente num aumento dos divórcios e crescente número de famílias monoparentais, origem de novas exigências requeridas ao Estado-Providência (ibid., p.136).

Além desses fatores, apontados pelo autor como “endógenos” ao sistema, fatores “exógenos” como o problema demográfico, a diminuição do nível de crescimento econômico e a desindustrialização, que implicam em dificuldades no campo do emprego, bem como na diminuição do crescimento dos salários reais, também compõem esta crise.

Outro elemento apontado por Pereirinha é a alteração do papel dos atores sociais que acompanha a crise do Estado-Providência. Destaca três dimensões dessa alteração: 1) a crescente descentralização do Estado; 2) as tendências de privatização dos serviços sociais e de proteção social, e 3) a crescente importância adquirida pelo “Terceiro Setor”. Os dois últimos, segundo o autor, têm implicações maiores nessa crise. A privatização, em função de colocar em xeque o conteúdo dos direitos sociais, “(...) podendo potencialmente por em causa

²³⁰ King (1988, p.76) argumenta “(...) que a perspectiva e a base não-mercantil ou desmercantilizada do estado de bem-estar contemporâneos são traços distintivos que simplesmente não se coadunam com o sistema generalizado de produção de mercadorias das democracias industriais, mas, pelo contrário, têm um impacto sobre toda a estrutura social, remodelando-a por completo; a extensão das formas não-mercantilizadas de trabalho representadas pelas instituições e práticas do estado de bem-estar altera as percepções pessoais acerca da natureza das relações de mercado e de seu alcance efetivo.”

os direitos de cidadania enquanto aquisição moderna da humanidade, ao colocar, pela sua dependência relativamente ao mercado, os direitos dos cidadãos em termos de *direitos do consumidor*” (ibid., p.138). O “terceiro setor”, caracterizado como “economia social”, podendo “(...) ser visto como uma manifestação ou modalidade da tendência de privatização ou algo mais profundo e de maior alcance em termos de solidariedade” (ibid.). Pode ser entendido como resposta aos fracassos do mercado e do Estado enquanto realizadores dos direitos sociais. O autor afirma que,

(...) como resposta à crise do Estado-Providência, tais soluções tendem a restabelecer, em novos moldes, a microssociabilidade como elemento constitutivo do Estado-Providência. Pode assim ser visto, de certo modo, como correspondendo a uma etapa de reconstrução do Estado-Providência no sentido de novas formas de equilíbrio entre os subsistemas que o enformam criando novas (no sentido de inovadoras) formas de regulação social necessárias à garantia dos direitos sociais modernos. Mas poderá ser também encarada como resposta à necessidade de realização de novos direitos no conjunto de novos problemas sociais (ibid.).

O autor apresenta a “exclusão social” como um novo problema social. Exclusão social que, na sua compreensão, está ligada ao funcionamento da sociedade, aos fatores que marginalizam os indivíduos, colocados em situação de precarização e vulnerabilidade a riscos sociais. Neste caso, exclusão social se identifica à ruptura dos laços sociais que ligam os indivíduos à sociedade de que fazem parte.

Partindo dessa compreensão, sugere que os “direitos de integração” passem a compor a nova cidadania a ser construída. Ou seja, os “direitos de integração” devem ser juntados aos direitos civis, políticos e sociais. Eles precedem os direitos sociais por radicarem num imperativo moral e derivarem da “noção-base” de pertença à sociedade, não implicando a noção de redistribuição que, por sua vez, remetem o beneficiário desses direitos sociais para uma situação de passividade e dependência do “Estado-redistribuidor”. Neste sentido, os “direitos de integração” implicam numa “cidadania ativa e participativa”.

Apesar de concordar com uma “crise do Estado-Providência”, Pereirinha reforça a necessidade política de garantia dos “direitos sociais” e da inclusão dos “direitos de integração” como forma de contornar a “exclusão social”, manifestação dessa crise. Propõe, em última análise, um recomposição do Estado-Providência dentro do “novo” padrão social.

A constatação de um provável desmonte não implica na adoção de uma postura mais cautelosa em relação às análises feitas até então. As possibilidades de sustentação do Estado de Bem-Estar Social, da diminuição/erradicação da pobreza, da distribuição de renda,

etc, não são afastadas. Neste sentido, Vianna (1998, p.9) diz que é reforçada a percepção “de que a resistência às tentativas de desmonte continua a ser companheira fiel da capacidade política de atuação dos grupos organizados da sociedade que têm interesse nas políticas sociais”.

Esta autora, ao se referir às polêmicas em torno do *welfare state*, onde os eixos são a privatização e a seletividade, diz que, para o neoliberalismo, “que só vê solução no mercado, privatização se confunde com lucro, e seletividade com assistencialismo” (ibid., p.12). A autora chama a atenção para o fato que, em torno dessa polêmica, aparecem opções não mercantis e não estatizantes que têm mobilizado organizações comunitárias, movimentos sociais e partidos de esquerda em vários países. Segundo ela,

trabalho voluntário, uso social do tempo de lazer (potencializado pela tecnologia produtiva), cooperativismo – toda uma praxis da cidadania solidária – juntamente com formas empresariais de proteção, insinuam a construção de uma *Welfare Society*, não substitutiva do *Welfare State* e sim complementar a ele. Propostas que, desmentindo a mitologia neoliberal, não requerem o afastamento do Estado; consistem em novas modalidades de relação Estado/sociedade e delineiam um mix público/privado no qual o Estado normatiza, subvenciona, estimula e a sociedade organizadamente, realiza. Alternativas que renovam as utopias de justiça social, factíveis na medida em que as batalhas por maior homogeneidade sócio-econômica e aprofundamento da democracia são vencidas (ibid., p.13).

No meu entender, a perspectiva apontada por Vianna é a mesma contida na proposta de Reforma do Aparelho de Estado, apresentada por Bresser-Pereira, quando ministro do governo FHC. Essa maior participação da sociedade através das organizações públicas não-estatais (que representa esta nova modalidade de relação Estado/sociedade apontada por Vianna) faz parte dos Serviços não-exclusivos²³¹, um dos quatro setores estratégicos sugeridos na proposta. As proposições feitas por Vianna se apresentam como alternativas ao que é chamado de estrutura estatizante.

Branco (1993)²³², referindo-se à crise do Estado-Providência, já apontava para a necessidade de reanalisar as relações entre Estado e sociedade civil, mais especificamente “(...) as relações entre os mecanismos de solidariedade nacional e as formas de solidariedade

²³¹ São aqueles que o Estado provê, mas que também podem ser oferecidos pelo setor privado e pelo setor público não estatal.

²³² O texto aqui utilizado, e que consta da bibliografia, foi publicado na Revista Serviço Social & Sociedade em abril de 1993 com o título: “Crise do Estado-Providência, universalidade e cidadania”. O mesmo texto foi publicado com o título “Crise do Estado-Providência, universalidade e cidadania: um programa de investigação e ação para o serviço social”, na Revista Intervenção Social, Ano III, N.8, Lisboa, dez. 1993, p.75 –89.

próxima (familiares e locais)” (ibid., p.12). Isto possibilitaria, segundo o autor, uma reestruturação não regressiva do Estado-Providência. Afirma que, “(...) as solidariedades próximas, esse terceiro setor ou sociedade-providência, não é hoje redutível a uma lógica residual, mas não dispensa a função base dos mecanismos de solidariedade nacional” (ibid., p.13). Isto implica que a relação entre Estado e sociedade civil local não significa economia de recursos, mas estímulo a uma etapa de desenvolvimento social.

Marinho e Amaro (2000), em um estudo sobre a política social na União Européia (U.E.), destacam a grande preocupação em torno do desemprego. As autoras enfatizam que, inicialmente, o objetivo fundamental da U.E. foi econômico e que a preocupação com questões sociais foi se consolidando gradualmente. Esta preocupação com o social levou ao estabelecimento de objetivos da política social na região. São eles:

promoção do emprego, melhoria das condições de vida e de trabalho, protecção social adequada, consolidação do diálogo entre patronato e trabalhadores, desenvolvimento de recursos humanos com vistas à manutenção de baixas taxas de desemprego e combate à exclusão (ibid., p.79).

Para elas, é bastante evidente que a abordagem dos assuntos sociais tem como função o reforço da coesão social, evitando o desemprego para não atrapalhar o crescente desenvolvimento econômico. Descrevem uma série de reuniões do Conselho Europeu ocorridas desde novembro de 1997, sendo que, da reunião ocorrida em junho de 2000, as autoras destacam o estabelecimento de três passos para que fosse garantida a estratégia que possibilitasse alcançar os objetivos da política social acima expostos. Destaco dois desses passos:²³³

1° preparação para a transição para uma economia competitiva, dinâmica e baseada no conhecimento (...),

2° modernização do modelo social europeu, por meio do investimento nas pessoas e da construção de um Estado de Bem-Estar activo, através da redefinição dos objetivos e desafios dos sistemas de educação e de aprendizagem, do desenvolvimento de políticas de emprego activas que incluam todos os parceiros sociais e da modernização da protecção social, promovendo a inclusão social (ibid., p.83).

²³³ O terceiro passo diz respeito ao estabelecimento de reuniões periódicas para discutir políticas e estratégias econômicas e sociais.

Este segundo passo, de acordo com as autoras, levou à criação do Comitê de Proteção Social, cuja função é “(...) encorajar a intervenção articulada entre Estados-Membros e entre estes e os Programas Comunitários” (ibid.). Isto levaria ao desenvolvimento de uma responsabilidade social coletiva que sofre constrangimentos em função de “(...) uma desenfreada competitividade de mercado” (ibid.). O debate em torno destas questões simboliza a preocupação que surge, no interior da U.E., em relação ao futuro do Estado de Bem-Estar. Neste sentido, Marinho e Amaro destacam que “(...) a predominância histórica do campo económico sobre o social e a verificação de que o progresso económico se tem feito sempre à custa do desenvolvimento social e vice-versa, fortaleceu a idéia de que os sistemas de bem-estar europeus se estão a desmoronar” (ibid.).

Em relação a este desmoronamento, as autoras apresentam um estudo sobre o “futuro da Europa social”, publicado em 2000, onde os pesquisadores ressaltam a necessidade de se fazer uma distinção entre as “visões pessimistas e otimistas” em torno do assunto. A visão pessimista relaciona-se à compreensão que a globalização e a conseqüente perda de autonomia dos Estados levará, inevitavelmente, à desintegração dos sistemas de bem-estar, não havendo possibilidade de retorno às condições dos ‘anos dourados’ no que diz respeito à promoção social. Já a visão otimista, mesmo reconhecendo que o contexto se modificou e que não há mais possibilidade de alcançar o pleno emprego, a proteção social e a igualdade com as mesmas medidas de política do pós-guerra, “(...) concebe um vasto campo de negociação no qual é ainda possível encontrar caminhos de adaptação dos sistemas de bem-estar às novas condições, partindo do pressuposto de que o estado-nação continua a ser o principal centro de mudança política”(ibid.).

Nas reuniões do Conselho Europeu ocorridas em março e junho de 2001²³⁴, a preocupação com o desemprego foi, novamente, central. Na primeira, foi traçada uma meta para 2010 visando ao estabelecimento do pleno emprego, a ser atingido não só em termos de quantidade, mas também de qualidade e condições de trabalho. Também foi dada uma ênfase à necessidade do desenvolvimento de competências em termos de tecnologias de informação e comunicação. Sendo assim, a educação e todos os demais espaços de formação receberam uma atenção especial. Na Segunda reunião, além de reforçar estas questões, o Conselho acrescentou uma preocupação com o meio ambiente. Foi definido que os Estados-Membros elaborariam suas próprias estratégias de desenvolvimento sustentável.

²³⁴ A revista onde o artigo foi publicado traz a data de dezembro de 2000, porém sua publicação foi posterior, o que possibilitou às autoras incluírem as informações das reuniões ocorridas em 2001.

Tudo isso tende a encaminhar à compreensão que, se os Estados de Bem-Estar Social, em particular os social-democratas (conforme Esping-Andersen), ainda oferecem um nível importante de proteção social, configura-se um risco potencial de desmonte que está requerendo, no mínimo, mudanças substanciais no papel atribuído ao Estado na configuração deste modelo organizacional de proteção social. Neste sentido, o apelo é feito à “sociedade civil” ou à “participação comunitária”.²³⁵

Não é sem motivo que compreensões como as de Giddens (2001) tomaram força. Este autor refere-se à “política da terceira via” como a política dos novos tempos. Isto sugere que a “esquerda” – neste caso, a social-democracia – tem de avaliar profundamente suas políticas.²³⁶ Eles não podem mais ver apenas o mercado como fonte da maior parte dos problemas modernos, excluindo o Estado desta responsabilidade. “O governo e o Estado estão na origem dos problemas sociais tanto quanto os mercados” (ibid., p.36).

A “terceira via” busca a modernização do Estado e do governo, incluindo a modernização da estrutura do *welfare state*, e da economia. Esta modernização significa “(...) reformar as instituições sociais para fazer frente às demandas de um sistema de informação globalizante. Isto certamente não se identifica apenas com o desenvolvimento econômico” (ibid., p.40). Esta política, segundo Giddens, não se identifica com o neoliberalismo. Ao contrário, para os defensores da “terceira via”, a idéia neoliberal de supremacia do mercado é “ridícula”.

O autor assevera que não é possível continuar acreditando “ (...) que os *welfare states* mais avançados podem descansar sobre seus louros” (ibid., p.41). Se não ocorrer uma reforma mais ampla, estes Estados, provavelmente, serão mais vulneráveis às mudanças que estão acontecendo agora do que os Estados com uma estrutura de *welfare* menos desenvolvida.

²³⁵ Pereira (2003) destaca que, mesmo que muitas evidências revelem o desenvolvimento de um denominado “terceiro setor” – apontado como um substituto adequado à falida intervenção social do Estado – também revelam a dependência deste ao financiamento do Estado. Assevera que uma conjugação de esforços entre Estado, mercado e sociedade simboliza o que foi denominado como economia mista de bem-estar. Destaca que, “(...) nunca, nenhum governo, em nenhuma parte do mundo capitalista, pretendeu assumir, sozinho, a responsabilidade de dar repostas às demandas e necessidades sociais engendradas pelo próprio sistema. A tradicional divisão social do bem-estar entre governo, mercado e sociedade, sempre previu a presença simultânea dessas três instâncias, com seus respectivos recursos (poder, capital e solidariedade) e continua prevendo até hoje” (ibid., p.77-78).

²³⁶ Giddens (2001, p.36) afirma que, “se os social democratas querem ter uma influência real no mundo, suas doutrinas devem ser repensadas de forma tão radical quanto foi feito meio século atrás, quando a social-democracia originalmente rompeu com o marxismo.”

Rosanvallon (1984) afirma que a falência do modelo keynesiano leva a um questionamento da “idéia social-democrata ou socialista”. Manter a postura de defesa do pensamento keynesiano “é condenar-se ao fracasso”, permitindo que as forças neoliberais se utilizem disso a seu favor. Para o autor,

a alternativa não se situa, portanto, entre a conservação nostálgica do modelo keynesiano e o neoliberalismo ‘puro’, está praticamente entre um modelo pseudoliberal rígido e aquilo a que chamo de pós-social-democracia. O espaço pós-social-democrata assenta na redução do papel do modelo keynesiano e na sua combinação com os modos de regulação autogestionária e intro-social (ibid., p.107).

A proposta de Rosanvallon, de certa forma, se aproxima da proposição de Giddens. Em ambas aparece uma necessária flexibilização das ações estatais e um maior envolvimento da sociedade consigo mesma, o que significa, para o autor, esta regulação intro-social.

No entanto, o mais interessante a destacar é que, independentemente das mudanças, ainda cabe ao Estado o papel central no controle/combate dos problemas sociais, em particular, da pobreza. Kliksberg (2000, p.96), referindo-se à desigualdade na América Latina, destaca a importância do Estado para resolver o problema da imensa desigualdade existente na região.²³⁷ Afirma que “cada vez mais, acredita-se que não se chega ao ‘Estado desejável’ simplesmente reduzindo-se o seu tamanho” (grifo meu). Para ele, a questão fundamental não está relacionada ao “tamanho do Estado”, mas sim se este está cumprindo as suas “funções históricas imprescindíveis”, dentre elas, a busca da equidade e do desenvolvimento em geral.²³⁸ É necessário refletir se estas são as funções históricas reais do Estado capitalista ou se são as funções desse “Estado desejável”. Isto tem implicações fundamentais.

Outro exemplo de destaque do Estado e da necessidade da reavaliação de seu papel no enfrentamento de problemas sociais pode ser encontrado no trabalho de Freitas

²³⁷ Kliksberg (2001) reforça essa sua posição e assevera que se o Estado sozinho não pode resolver todos os problemas, a sua minimização tende a agravá-los. É em função desta conclusão, diz o autor, que muitos estudiosos ligados ao Banco Mundial, passaram a defender a idéia de que o Estado tem papel fundamental na redução/erradicação da pobreza.

²³⁸ Kliksberg (2000) reitera que o fato de o Estado dever praticar uma política ativa de desenvolvimento social requer a busca de uma melhoria no gerenciamento, o que implicaria no envolvimento dos diversos atores sociais, bem como descentralização e mudança na arrecadação de impostos (centrar a arrecadação nos impostos diretos e não nos indiretos). O autor destaca a necessidade de investimentos em saúde, educação, emprego, e desenvolvimento de “capital social” (valores compartilhados, normas sociais, cultura, taxa de associacionismo, orientação para o trabalho voluntário).

(2004). Após uma exaustiva análise da influência das agências multilaterais – Banco Mundial, FMI e BID – no desenvolvimento de políticas de combate à pobreza no Brasil e no México, a autora assevera que

a criação de um novo Estado de Bem-Estar tem a ver com o futuro, com o tipo de sociedade na qual as futuras gerações viverão. Isto implica em redefinir as prioridades de bem-estar, pois não é possível falar de necessidade sem estabelecer algum critério comum e básico do que é conveniente, conhecidas as restrições, questionando-se: *Quais são os objetivos comuns que devem ser almejados? O que se pretende conseguir? Quais são os princípios básicos que devem guiar o estabelecimento das políticas?* Em resumo: *Qual pode ser a norma comum de justiça, de igualdade de garantias coletivas e de responsabilidades individuais?* E, uma vez, que se tenha chegado a um acordo: *Qual é a melhor maneira de se colocar em prática os compromissos de equidade para conseguir uma maior eficiência?* Então, a partir destas questões, pode-se definir as funções e as dimensões do Estado (ibid., p.347-348).

Mesmo alguns autores que desfecham uma crítica severa ao capitalismo, que enfatizam as suas contradições, ao fim e ao cabo, trazem o Estado para compor a cena da tão esperada “transformação social”, em especial, daqueles países ou regiões onde a pobreza e a desigualdade são mais gritantes. Boron (2001) pode ser citado como exemplo. O autor desfecha uma crítica acirrada ao capitalismo, em especial, ao capitalismo “neoliberal”. Após criticar severamente o “modelo democrático” implantado na América Latina, e a decorrente desigualdade social, o autor retoma a importância da política keynesiana para a solução da pobreza. Boron chama a atenção para o fato que a situação de pobreza, na América Latina, é tão séria que virou “preocupação universal”, inclusive daqueles que, de certa forma, “ajudam a mantê-la” – leia-se: os economistas do FMI e do Banco Mundial. A este respeito, diz: “Acaba sendo paradoxal e irritante que **os responsáveis pelo empobrecimento massivo** das sociedades ao mesmo tempo se esmerem, talvez para sentirem-se menos culpados, em elaborar novas estratégias para enfrentar ‘o problema da pobreza’ que **eles mesmos** geram” (ibid., p.289) (grifos meus).

Aqui é necessário ressaltar a leitura feita em relação ao poder de estas instituições resolverem os “problemas sociais” e, ao mesmo tempo, os “problemas estruturais do capitalismo”. Se o autor tem clareza dos limites impostos pelo capital, como demonstra através de seus escritos, pode-se pensar em duas hipóteses: ou ele tem dificuldades em “aceitar” esses próprios limites, ou então, acha que estes limites podem ser mantidos em um patamar que permita que todos possam ser colocados em uma situação de “justiça social”. A segunda, apesar de não excluir a primeira, parece representar a posição do autor. Não é sem

motivo que ele refere-se à pobreza européia como uma pobreza que convive com baixos níveis de desigualdade social, sendo amenizada, mesmo diante de uma crise, por políticas sociais garantidas pelos Estados de Bem-Estar Social. Este deveria, segundo o autor, ser o modelo a ser seguido pela América Latina. Nas suas palavras: **“Eliminar a pobreza, ou reduzi-la drasticamente, é possível e relativamente simples, desde que exista a vontade política para fazê-lo”** (ibid., p.289-290, grifo meu).²³⁹

Em outra fala, Boron deixa mais explícita a sua compreensão sobre o papel do Estado. Para o autor,

a pobreza na América Latina não é um ‘castigo de deuses’ diante do qual devemos nos resignar. Sabemos que o capitalismo gera simultaneamente riqueza e pobreza; também sabemos que, na América Latina, o crescimento da polarização social é o resultado de um padrão de acumulação concentrador e excludente, e que se não for energeticamente controlado por um Estado forte – não hipertrofiado, mas forte – dotado de reais capacidades de regulação e intervenção, provocará uma verdadeira catástrofe social e ecológica em toda região (ibid., p.290-291).

Esta defesa de um “Estado forte”, interventor, é feita, ao final, para dar sustentação a outra posição alentada pelo autor, ou seja, a da superação do capitalismo por outra forma social, no caso, o socialismo. Neste sentido, coloca-se no campo daqueles que imaginam que o capitalismo será superado por reformas. Fico imaginando qual seria a sua posição quando, partindo do pressuposto que isso pudesse ocorrer, todos os países atingissem os níveis mais avançados de bem-estar social, no caso, o alcançado pelos países escandinavos.²⁴⁰

Não pretendo alongar a discussão sobre o futuro do *welfare state*, mas apenas registrar que alguns dos autores apresentados no decorrer deste trabalho já questionam a

²³⁹ Boron (1994) faz uma crítica às proposições “neoliberais” de desmonte do Estado. Reforça sua defesa em prol da construção de um Estado democrático que possibilite o enfrentamento da situação de precariedade vivida por boa parte da população latino-americana. Como já apontado na introdução deste trabalho, nesta obra, Boron defende o socialismo, entendendo que o estabelecimento deste sistema só poderá ocorrer através de reformas.

²⁴⁰ Boron (2002), no prólogo de um livro publicado pela CLACSO, reforça sua crítica ao “pensamento único” – o da economia neoclássica – enquanto base para a discussão de problemas sociais, a exemplo da pobreza e das desigualdades. Diz que os trabalhos inspirados nessa perspectiva teórica chegaram ao “nível grotesco” de defender políticas altamente focalizadas quando mais da metade da população latino-americana é afetada pela pobreza. Os defensores do “pensamento único”, ao defenderem que com o crescimento econômico tais problemas se resolveriam, esqueceram, segundo o autor, do papel fundamental que teve o Estado na redução da pobreza e das desigualdades nos países desenvolvidos. Nas suas palavras: “mesmo que seja difícil ao ‘pensamento único’ aceitar, foi o Estado e não o mercado quem possibilitou uma sociedade menos injusta no mundo industrializado. Ignorar fato tão elementar só pode ocasionar mais sofrimentos para nossas sociedades” (ibid., p.10, tradução minha). Ou seja, em última instância, podemos esperar que os Estados latino-americanos, no mínimo, possam fazer o que aqueles dos países desenvolvidos fizeram.

possibilidade de o Estado se constituir como promotor de políticas sociais, atuando como diminuidor/erradicador da pobreza, a exemplo de Bauman (1999) e, de certa forma, Chossudovsky (1999). Questionamento este que, no meu entender, não é feito pela ampla maioria dos autores com os quais dialoguei até aqui. Estes, por mais que apresentem as limitações postas ao Estado de Bem-Estar Social – seja para sua manutenção ou para seu aperfeiçoamento – continuam firmes na defesa da possibilidade e necessidade desta estrutura estatal. Para eles, a necessidade de adaptações em função da “crise” parece não afastar a possibilidade de um retorno aos patamares alcançados, ou mesmo de uma superação desses patamares.

É necessário lembrar que o fato de o Estado ser considerado como “Estado capitalista” e, na explicitação de alguns autores, como sendo “do capital”, não impede sua vinculação aos interesses dos “menos privilegiados”, desde que haja vontade política para tal. Ou seja, este Estado pode até não possibilitar a todos a mesma condição, mas não pode deixar ninguém em condições “injustas”. Se não conseguir possibilitar uma condição de vida pautada em um nível mais alto de consumo, deve, no mínimo, possibilitar às pessoas ultrapassarem a linha de pobreza. Porém, nem isso tem sido conseguido na ampla maioria dos países. Pelo contrário, ocorre um rebaixamento global dos padrões de vida. Os autores aqui apresentados sabem disso, e continuam apresentando como saída uma “nova opção política”, não só nacional, mas global, em prol da implementação da “justiça social”. A declaração de guerra aos “neoliberais” é enfática, visto que o Estado é um elemento fundamental neste processo.

No conjunto, os autores aqui destacados propõem: uma regulação do modelo econômico atual; um processo de restituição de poder aos pobres, de implementação da cidadania, o que representaria um combate à “pobreza política”; e, por fim, a necessidade de uma modificação do padrão de consumo, que deve passar a ser calcado no suprimento do que é “necessário”, e não do que é “supérfluo. Apesar de esta última proposição, de certa forma, ir contra uma necessidade fundamental do capitalismo, ou seja, a criação incessante de necessidades, assim como as demais, aponta o Estado como elemento condutor do processo. Ao final, todas as soluções passam pela necessidade de **controle do capital**.

5 – A crítica no interior da própria social-democracia.

Cabe, aqui, apresentar alguns autores que representam posições de cunho social-democrata e que questionam a adoção, por parte de governos de esquerda, de algumas

estratégias voltadas a garantir um equacionamento dos interesses de classe. Esse questionamento atinge os teóricos que apostam em tais estratégias. A compreensão desses autores aponta para o fato que muito do que parece, no momento, um consenso em termos de estratégia das esquerdas para solucionar os problemas sociais, em especial a pobreza, já vem sofrendo críticas no seu próprio interior. É necessário saber o porquê.

Fazendo uma crítica centrada, principalmente, na busca de garantia do pleno emprego, Przeworsky e Wallerstein (1988)²⁴¹ atentam para o fato de a esquerda ter adotado a compreensão da economia e as recomendações políticas oferecidas pela “economia keynesiana”. Para esses autores, o keynesianismo forneceu os elementos necessários ao compromisso de classe à medida que ofereceu aos partidos representantes dos trabalhadores uma boa justificativa para que viessem a ocupar o governo nas sociedades capitalistas. Para eles, “desde os anos de 1890, os social-democratas pensavam que seu irreversível progresso eleitoral culminaria na conquista de uma maioria que lhes possibilitaria um dia ocuparem o governo e organizarem suas sociedades para o socialismo” (ibid., p.32). Isto foi acontecer apenas em 1929, quando os social-democratas suecos formaram o “primeiro governo socialista” do mundo. Porém, uma vez no poder, tiveram de lidar com a difícil tarefa de governar de modo diferente de seus oponentes burgueses. O que conseguiram foi implantar algumas medidas – aumento de moradias públicas, auxílio desemprego, regulamentação de salário mínimo, aplicação de imposto sobre a renda e a herança, pensão por idade – o que refletiu um comportamento muito próximo de outros partidos que se voltavam para uma orientação distributiva que satisfizesse o seu eleitorado e que respeitasse o equilíbrio orçamentário, a deflação, entre outras coisas.

O compromisso de classe pautado na economia keynesiana se sustentou enquanto pode possibilitar emprego e segurança material. Naquele momento, a produção aumentou, o desemprego caiu, ocorreu uma ampliação dos serviços sociais e a paz social se estabeleceu. Os autores questionam é se isso foi realmente resultado das políticas keynesianas ou se foi um fato fortuito.

Eles apontam o declínio desta forma de pensamento a partir da década de 1970, principalmente em função de a economia keynesiana não ser suficiente para lidar com dois problemas: o aumento da taxa de inflação e o declínio gradual da taxa de crescimento. Neste momento, a crise do keynesianismo representa a crise do capitalismo democrático.

²⁴¹ O artigo foi publicado pela primeira vez em 1982.

Mesmo assim, destacam os autores, a tradição keynesiana continuaria a fornecer a base para as reações das correntes de esquerda contra os ataques da direita conservadora. Neste sentido, afirmam que **“muitos continuam a insistir em que a oferta de poupança não é problemática, que a demanda é cronicamente insuficiente, e que uma distribuição da renda, políticas de pleno emprego e gastos sociais são as únicas maneiras de sair da crise atual”** (ibid., p.30, grifo meu).

Criticando esta compreensão, os autores continuam afirmando que este tipo de defesa não é mais convincente, representando apenas um apego a velhas idéias, bem como a velhas políticas que se tornaram alvo de reclamação da direita – reclamação esta, segundo eles, justificada – por terem sido tentadas e não terem sido eficazes. Apostar nesses “fracassos pretéritos”, dizem, acaba por fortalecer a direita.

Przeworsky e Wallerstein, partindo da crítica que fazem à economia keynesiana, apontam alternativas. Afirmam que pode haver crescimento sem efeitos perniciosos para a distribuição de renda se o governo influenciar ativamente a taxa e a direção do investimento e da oferta de trabalho. Apontam, como exemplo, a Alemanha do pós-guerra, o Japão e a Suécia. Os governos desses países conseguiram combinar um crescimento relativamente rápido da produtividade com uma distribuição de renda mais igualitária. Isto, na opinião dos autores, significa que há alternativa à administração da demanda, um problema não resolvido pela economia keynesiana, bem como às políticas de direita pautadas na oferta e voltadas para o lucro.

O sucesso dos países citados anteriormente, bem como de outros, afirmam os autores, se deveu à adoção de programas pautados “no controle público do investimento, eliminação de indústrias ineficientes, políticas de formação de mão-de-obra concebidas para reduzir o desemprego estrutural e expansão do sistema de previdência” (ibid., p.37). Esses países traçaram um modelo político onde a taxa de investimento era relativamente alta e a taxa de lucro líquido, relativamente baixa. Os governos desses países “procuraram alterar os termos da escolha dos tomadores de decisões privadas, entre consumo e investimento, por meio de impostos, créditos e subsídios diretos” (ibid., p.38). Afirmam que o que está em jogo é quem pagará os custos da acumulação, se os assalariados e desempregados ou os proprietários do capital.

Além das medidas citadas acima, os autores ressaltam que

um amplo e consistente sistema de controle público do investimento e da distribuição de renda abre a possibilidade de realização da meta original do movimento socialista, que foi abandonada e deturpada em sua história, isto

é, a redução do tempo de trabalho necessário. É irônico que desde os anos 30, o pleno emprego tenha sido a preocupação predominante da esquerda. (...). A defesa de plantas obsoletas e indústrias ineficientes por causa da manutenção de empregos tornou-se a mais irresistível posição para a esquerda, com inevitáveis efeitos prejudiciais ao bem-estar econômico. A manutenção do pleno emprego acabou sendo uma das principais barreiras ao investimento que melhoraria a produtividade, aumentaria a produção, elevaria os salários e/ou reduziria a jornada de trabalho (ibid., p.40-41).

Porém, destacam os autores, essa prioridade dada pela esquerda à criação de empregos se torna inevitável enquanto perdurar a necessidade de se estar empregado para se ter um nível de vida decente. Por isso, defendem a garantia de uma “renda mínima suficiente” a todos. Isto faria com que o pleno emprego deixasse de ser um objetivo da política econômica. Como já foi apontado, outros autores também fazem essa proposição, mesmo que não abandonem a defesa de criação de mais empregos.

É bom destacar que os autores, no artigo aqui analisado, não estão propondo nenhum rompimento do sistema de produção do capital. O fato de adequarem “propostas socialistas” ao modo de produção capitalista não altera a estrutura do sistema. Przeworsky e Wallerstein deixam claro que suas indicações são direcionadas a um “equacionamento” de problemas existentes no interior do capitalismo e que não foram superados pela aplicação do modelo econômico keynesiano. Destacam que as “decisões de investimento” – que para eles significa desviar uma parte dos recursos da sociedade aplicados no consumo para repor ou aumentar os investimentos de produção, permitindo a redução do tempo de trabalho necessário – têm um impacto geral e duradouro, caracterizando-se como público.

Porém, a existência da propriedade privada faz com que essas “decisões” sejam uma prerrogativa privada. Afirmam que “o controle do investimento é a questão política central no capitalismo exatamente porque nenhuma outra decisão tomada privadamente tem um impacto público tão profundo” (ibid., p.41). Se o “lucro” é uma necessidade para o aumento dos estoques de capital, ele também é uma condição necessária para melhorar as condições de qualquer grupo social. Porém, afirmam os autores, ele não é suficiente. Por isso, as decisões de investimento são tão importantes. Isto os leva a afirmar que “qualquer compromisso de classe deve, entretanto, incluir pelo menos dois aspectos: um se refere à distribuição da renda, o outro ao investimento” (ibid., p.42).

O momento em que escrevem o artigo aqui analisado – início da década de 1980 – é quando começa a configurar-se uma nova condição onde os proprietários de capital passam a rejeitar qualquer influência pública sobre a distribuição da renda e sobre o investimento.

Porém, este projeto da direita é limitado em função do sufrágio universal que, por sua vez, condiciona que a lógica da acumulação não reflita exclusivamente a lógica dos atores privados. Por isso, nos países onde a participação eleitoral é alta e os partidos da classe trabalhadora têm suporte eleitoral, esse “projeto da direita parece condenado ao fracasso sob condições democráticas” (ibid., p.44).

Przeworsky (1995), ao refletir sobre a relação entre Estado e economia no capitalismo, retoma a discussão apresentada anteriormente. Uma de suas observações é que, geralmente, tem-se ignorado uma questão central, ou seja, se o Estado liberal-democrático pode oferecer segurança material aos seus cidadãos. Destaca que a experiência tem apontado para uma convivência entre liberdade e participação com a pobreza e a opressão. Para ele, uma discussão sobre a democracia que não considere a economia onde essa democracia estará inserida “é uma ação digna de um avestruz” (ibid., p.133). O dilema enfrentado pelas esquerdas, diz, se origina do fato que mesmo uma “democracia processualmente perfeita” pode não ser suficiente para acabar com a pobreza e com a opressão, considerando as ameaças advindas da propriedade privada.

O autor conclui que

cada sociedade se defronta com três diferentes problemas políticos: como tornar manifestas e agregar as preferências individuais, como manter as instituições políticas especializadas responsivas às demandas democráticas e como satisfazer os objetivos democraticamente escolhidos, referentes à alocação de recursos escassos. Esses problemas são irreduzíveis uns aos outros: uma democracia processualmente perfeita no campo político não resolve os problemas derivados da desigualdade econômica. A socialização dos recursos produtivos torna ainda mais urgente a tarefa de agregar as preferências e de supervisionar o aparato estatal. Uma democracia madura exige instituições eleitorais que sejam representativas, instituições estatais responsivas à democracia e mecanismos de alocação de recursos que obedeçam ao processo democrático. Nada menos que isto (ibid., p.133-134).

Przeworsky ressalta a importância da democracia, e parte dessa posição para fazer uma crítica aos marxistas, dizendo que estes não conseguiram vislumbrar um espaço para que a democracia afetasse as limitações causadas pela propriedade privada dos meios de produção à liberdade das sociedades na alocação de recursos.

Essa posição do autor reforça a posição dele, juntamente com Wallerstein, do início da década de 1980. É necessário enfatizar as “decisões de investimento” que decorrerão da vontade social calcada na vivência do processo democrático.

Como é possível verificar, tanto Przeworsky e Wallerstein (1988) como Przeworsky (1995), dirigem críticas ao sistema capitalista e às esquerdas que se pautaram na economia keynesiana para superar os conflitos de classe. Da mesma forma, esses autores trabalham com a idéia da controlabilidade do sistema no âmbito de cada Estado. Em relação aos autores enquadrados, no capítulo I, como liberais/neoliberais, como já foi previamente comentado, gostaria de destacar que, de certa forma, apresentam semelhanças tanto com os que acreditam ainda na possibilidade de um Estado de Bem-Estar Social Keynesiano, quanto com aqueles que fazem a crítica a esta postura. Digo isto porque todos dirigem seus esforços no sentido de apresentar soluções para a construção de uma sociedade que resolva seus “problemas sociais”. Logicamente, as aspirações relativas a essa resolução (necessidade e possibilidade concreta de ocorrer), aos meios para alcançá-la, bem como ao nível a ser alcançado (grau de igualdade), apresentam suas diferenças. Da mesma forma, apesar das críticas à dinâmica do sistema, nenhum deles faz uma apologia ao seu fim.

As diferenças estão calcadas, essencialmente, na possibilidade de regulação do mercado. Apesar de Ul Haq (1978), Galbraith (1979 e 1996) e, em certa medida, Dahrendorf (1992) acolherem, pelo menos de maneira mais incisiva que Hayek (1983 e 1985), a possibilidade de alguma atuação do Estado no que diz respeito aos direitos sociais, inclusive com a possibilidade de estabelecimento de uma renda básica, isto não significa, para eles, que o Estado deva regular o mercado. O desempenho de algumas funções está muito mais direcionado a manter um determinado nível de “paz social” do que realmente encaminhar-se para a busca de uma maior igualdade de fato. Já os social-democratas acreditam nesta possibilidade e destacam o papel do Estado como fundamental na busca de uma maior igualdade, talvez seja aceitável dizer, da maior igualdade possível, já que suas propostas devem ser efetivadas no interior do sistema capitalista, o que inviabiliza a igualdade substantiva, aquela que se realiza concretamente a partir do princípio de equidade.

Esta comparação entre as visões liberal e social-democrata foi necessária no sentido de estabelecer relações entre visões que partem do mesmo ponto, ou seja, da possibilidade de “melhores dias” no interior do capitalismo. A primeira reconhecendo os limites e os conflitos como parte integrante e até mesmo saudável para o encaminhamento de uma “sociedade livre”, e a segunda apontando para a possibilidade de uma sociedade onde a equidade, e não só a igualdade em termos legais, possa se concretizar de modo sustentável. Continuarei enfatizando e refletindo sobre essa última possibilidade. Nesta visão, assim como na liberal, resguardadas suas defesas, a análise não pode se restringir ao âmbito nacional. Se os liberais apontam para a necessária liberação do mercado global, os social-democratas

apontam para a sua necessária regulação. Esta regulação representa a possibilidade de controle do capital, como acredito, tenha deixado claro, nos itens anteriores.

CAPÍTULO IV

A POBREZA NA TEORIA MARXISTA

Os homens fazem a sua própria história, mas não a fazem segundo a sua livre vontade; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha, mas sob aquelas circunstâncias com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.²⁴²

Karl Marx

Nos três capítulos anteriores foram apresentadas, a partir da visão social-democrata, as compreensões sobre o fenômeno pobreza, as causas apontadas para que este fenômeno se produza e se mantenha como um dos grandes problemas da humanidade, bem como as soluções para sua diminuição/erradicação. Como esta visão tem vínculos estreitos com o liberalismo clássico, visto que adota seus princípios, apesar de sustentar defesas claramente diferenciadas – por isso acabei por denominá-la como a “esquerda do liberalismo” – fez-se necessário apresentar como a pobreza é analisada por autores liberais. Neste capítulo apresentarei a compreensão do fenômeno pobreza a partir da visão marxista.²⁴³ Inicialmente faço uma síntese dos elementos centrais apresentados nos capítulos anteriores. Posteriormente, apresento a visão marxista a respeito do fenômeno. Trabalho diretamente com dois autores que se dedicaram ao estudo do assunto nas obras marxianas. Como existem diferenças de interpretação, faço algumas considerações, cotejando estas leituras com os escritos de Marx, visando a apontar o que considero “problemas” de interpretação. Isto possibilita aprimorar o debate no interior do marxismo. Considerando que os autores social-democratas partem do pressuposto que o sistema de produção e reprodução do capital é controlável e que o Estado é o elemento central para exercer este controle, que passa a ser um

²⁴² Retirado de “O dezoito brumário de Louis Bonaparte”, p.15.

²⁴³ Conforme especificação apresentada na introdução deste estudo.

elemento fundamental para o aplacamento da pobreza, busco discutir estes aspectos a partir da visão marxista.

1 – Um breve retrospecto.

Antes de entrar no conteúdo específico deste capítulo, julgo necessário apresentar uma síntese das questões mais importantes postas desde o início deste trabalho.

Por analisar as interpretações do fenômeno no capitalismo, destaquei, até o momento, duas correntes de pensamento que se colocam como as centrais: o liberalismo e a social-democracia, sendo que dei ênfase à última. Neste capítulo, enfatizarei a corrente marxista como contraposta às anteriores. O diálogo central será estabelecido entre a social-democracia e o marxismo. Elegi a social-democracia porque, na minha compreensão, é a corrente teórica que consegue exercer maior domínio em termos políticos e se contrapõe tanto ao liberalismo clássico/neoliberalismo – apesar de assumir seus princípios – como ao marxismo. A teoria marxista é assumida, neste trabalho, como a teoria que oferece um conjunto de argumentos que consegue explicar a pobreza, a partir da análise da produção e reprodução do capital, contrapondo-se ao liberalismo/neoliberalismo e à social-democracia.

As análises feitas em relação ao fenômeno pobreza no capitalismo – delimitando, no escopo deste texto, produções teóricas elaboradas a partir da década de 1970 – em sua ampla maioria, espelham uma crítica à forma como as sociedades conduziram, até o momento, os processos de produção e reprodução da vida de seus membros, principalmente pelo fato de estas sociedades sempre conviverem, em graus diferentes, com um determinado número de indivíduos vivendo nesta situação. Neste período, grande parte das críticas são feitas por autores de linhagem social-democrata que se contrapõem aos “neoliberais”.

A condição de insustentabilidade da vida em que tem sido posta uma boa parcela da população mundial tem suscitado muitas preocupações por parte de intelectuais, governos e entidades não-governamentais. Essas preocupações surgem, principalmente, porque o pauperismo que, em alguns países tinha sido equacionado, agora volta a tomar força, o que, de certa forma, põe em xeque as estratégias utilizadas para lidar com o problema.

A pobreza é um fenômeno histórico e tem sido analisada de formas diferentes. Já foi: considerada um fenômeno natural; entendida como resultante do baixo grau de

desenvolvimento das forças produtivas; tomada, de modo mais enfático, como uma condição resultante da responsabilidade individual, passando a ser entendida como um fenômeno social, o que não significou o abandono de análises sobre a responsabilidade individual por tal condição. Porém, a ênfase é dada, sem dúvida, à aceção da pobreza como resultado das relações sociais.

Ela é um fenômeno que só pode ser apreendido por comparação, sendo que sua significação, em geral, expressa negatividade, “falta” de algo necessário para a própria vida. Digo “em geral” porque, como vimos, ela pode ser tomada positivamente, não representando miséria ou indignidade, mas sendo assumida como o “padrão possível” para toda a humanidade, o que significa abrir mão do que é considerado “supérfluo”.

Como um fenômeno que só pode ser apreendido por comparação – alguns têm mais do que outros, sendo que o ter menos pode impedir alguns de viverem dentro de padrões estabelecidos como limites, pautados no estabelecimento de necessidades “mínimas” ou “básicas” pela própria sociedade – faz-se necessário estabelecer um parâmetro para sua delimitação.

Essas necessidades “mínimas” ou “básicas” passaram a se constituir em parâmetros estabelecidos pelas diversas sociedades em diferentes momentos históricos, para definir quantos de seus membros não estariam aptos, por falta de condições, a estarem “socialmente integrados”. A ampla maioria dos autores social-democratas – como também os liberais/neoliberais – faz referência à “exclusão social”, o que, na minha compreensão, se constitui em um equívoco. Ninguém está excluído das sociedades, mas de dinâmicas específicas dessas sociedades. A condição de cada um reflete o modelo de organização social. É o estabelecimento dos parâmetros de medição da pobreza que se constitui como um dos elementos centrais de apreensão e compreensão do fenômeno.

Em termos de compreensão de sua significação, parece haver um consenso, ou seja, significa “falta de algo”. No entanto, entre os aqui denominados social-democratas, aparecem dissensões em relação ao que “falta”, ou melhor, em relação a qual elemento faltante é o fundamental. Alguns a definem como “falta de recursos materiais para a manutenção da vida”, o que foi denominado como uma tendência que enfatiza a “dimensão econômica” do fenômeno; outros, como “falta de cidadania”, tendência que enfatiza a “dimensão política” como a mais importante. Esta hierarquização, de certa forma, compartimenta os elementos que configuram o fenômeno, o que, na minha opinião, dificulta a leitura do problema. Os autores não tratam estas dimensões como excludentes, mas só o fato de hierarquizá-las acaba provocando uma sensação de que o econômico está separado do

político, e, por isso, as soluções podem se dar a partir da vontade política dos governantes em implantar um modelo econômico que propicie a diminuição/erradicação da pobreza²⁴⁴, ou a partir da politização das pessoas com vistas a se tornarem cidadãos. Esta hierarquização parece resultar do fato de os autores, ao não conseguirem equacionar, a partir de suas assertivas, o problema, buscarem apresentar soluções que não sejam dependentes daquilo que, na minha compreensão, é uma única dinâmica e não depende de “vontades” individualizadas de governos ou de “candidatos a cidadão”.

Na contramão de uma leitura negativa da pobreza, foi apresentada uma tendência que enfatiza a “positividade da pobreza”, quando não entendida como miséria e indigência. Nesta visão, não é feita uma separação entre essas dimensões.

No capítulo II foram destacadas as causas da pobreza, apontadas pelos autores social-democratas.²⁴⁵ Essas causas passam por dimensões individuais e sociais, nacionais e globais, expressando a complexidade do fenômeno. Desemprego; má distribuição de renda; precarização do trabalho e diminuição dos níveis salariais; crescente especialização em termos de capacidade profissional, o que condena muitos a estarem excluídos do mercado de trabalho; subordinação ao imperialismo, o que faz com que algumas regiões – aqui destacada a América Latina – não se desenvolvam, permanecendo pobres; falta de um Estado de Bem-Estar social que garanta políticas sociais eficientes e universais; a globalização excludente; a falta de cidadania, que por sua vez dá origem à “pobreza política”, calcada na falta de poder do pobre para se libertar dessa condição; a impossibilidade de colocação de todos no mesmo patamar de consumo em função das próprias limitações sócio-ambientais, o que coloca grupos populacionais em condição bem inferior. Logicamente, todas essas causas são apontadas como estando relacionadas à aplicação do “receituário neoliberal”.

Mesmo que a “responsabilidade social” no processo de produção e reprodução da pobreza tenha recebido maior destaque em detrimento da “responsabilidade individual”, não é possível negligenciar a importância atribuída a cada um como responsável pela sua saída da condição de pobre. Isto pôde ser verificado na posição dos pensadores liberais – a exemplo de Galbraith (1979), apresentado no capítulo I, quando apontou a “acomodação” como causa da pobreza – e quando foram destacados, pelos autores de linhagem social-democrata, a

²⁴⁴ A compreensão de Soares (2001) é exemplar. A autora aponta a “opção política” como fundamental para solucionar a pobreza, mesmo que a situação econômica não seja favorável. Neste sentido, Dieterlen (2002), elencando alguns problemas relacionados às políticas de combate à pobreza, enfatiza que as instituições responsáveis por tal tarefa devem exigir que os recursos não sejam afetados pelas crises econômicas enfrentadas pelos países.

²⁴⁵ A posição dos autores liberais/neoliberais foi apresentada no capítulo I.

“qualificação”, a “escolarização”, a “participação” como formas de superar a pobreza. O ato é individual, apesar de as possibilidades para que isto ocorra se constituírem em uma resposta social para o problema. Por exemplo, o estabelecimento de uma “sociedade democrática” permite a participação; se o desemprego atinge os “não” ou “pouco” escolarizados e qualificados, a resposta social deve ser a ampliação da educação pública e de programas de qualificação, bem como de outras políticas sociais estatais que possam dar um suporte, principalmente àqueles que se encontram em pior condição. De qualquer modo, ao não conseguir sair da condição de pobre, é provável que o sujeito seja apontado como responsável.

As causas da pobreza também podem derivar de questões locais, nacionais ou globais. Em termos local e nacional, as causas apontadas estão relacionadas à escolha de um determinado modelo econômico, que reflete uma determinada opção política. Expresso dessa forma, a compreensão que se tem é que um governo local ou nacional teria a possibilidade de solucionar a pobreza a partir da adoção de um “outro” modelo econômico, o que expressaria uma “outra” opção política. Paira aqui, na minha compreensão, uma intenção de expressar que há uma “maldade” implícita, ou uma “intencionalidade”, na adoção de um modelo econômico e político que não dê conta de solucionar a pobreza. Neste sentido, as críticas dos “social-democratas” são remetidas diretamente aos liberais/neoliberais. Espera-se, portanto, que governos contrários ao liberalismo/neoliberalismo, tomem atitudes diferentes.²⁴⁶

²⁴⁶ É interessante destacar aqui algumas reportagens e artigos publicados antes e depois da eleição do presidente Luis Inácio “Lula” da Silva. Na edição 64 da revista Caros Amigos, de 07/2002, César Benjamin escreveu que um governo de esquerda fracassaria se não reduzisse substancialmente a pobreza. Para intentar tal tarefa, esse governo deveria ter clareza de três características brasileiras: 1) a concentração da riqueza; 2) o fato de essa concentração se acelerar bruscamente quando se aproxima do topo da escala social; e 3) o fato de esses níveis de concentração de renda terem sido crescentes de 1960 a 2000, o que indica uma tendência de longo prazo e que se caracteriza como relativamente imune ao formato das instituições políticas, às ações do governo e ao próprio desempenho da economia. Ressalta o fato que, nesses quarenta anos, o Brasil passou por experiências diferenciadas tanto do ponto de vista político institucional – vivenciamos uma democracia reformista, um regime militar (uma fase “branda” e outra “dura”, segundo o autor) e um momento de redemocratização –, como do ponto de vista econômico – passamos por períodos de recessão, reestruturação, “milagre” e baixo crescimento. O autor demonstrava preocupação com o fato de que muitas correntes de opinião já estavam abandonando até mesmo as preocupações reformistas, preocupando-se com alterações marginais na política macroeconômica e com políticas sociais compensatórias. Em uma outra reportagem publicada no jornal Democracia Socialista em abril de 2004, esta corrente do PT, assim se expressava: “Para chegar ao governo, (...) os principais partidos da esquerda brasileira optaram por um caminho bastante conhecido, aqui e fora do país: o rebaixamento programático, uma ampla política de alianças e uma estratégia de centro-esquerda. Como resultante, a política econômica do governo não enfrenta a hegemonia do capital financeiro sobre a economia nacional, o que condiciona e limita a execução de nosso programa em diferentes áreas, além de agravar a situação social e ampliar o desemprego” (p.2). O jornal destaca que a divulgação do balanço econômico de 2003 confirmou o caráter “anti-popular” das opções econômicas feitas pelo governo. O resultado foi: “desemprego recorde, quedas drásticas na renda dos trabalhadores, diminuição do consumo de bens e serviços populares e lucros imorais do capital financeiro e dos grandes detentores de capital” (p.3). O jornal sugere então, mudanças no modelo econômico “como condição para superar a desigualdade que conforma a sociedade brasileira” (p.3). Os números apresentados no início de 2005 refletem que houve um forte crescimento econômico no Brasil em 2004.

No que diz respeito à tomada do fenômeno na sua dimensão global, a análise não se afasta muito disto. Ou seja, continua vigorando a compreensão de que existe uma certa “maldade”, ou intencionalidade, na escolha das políticas globais que expressam sempre o favorecimento de alguns países em detrimento da ampla maioria dos demais. São críticas dirigidas ao “colonialismo”, ao “imperialismo”, ao “protecionismo”, à “dominação”, etc. E isto também porque vigora, globalmente, uma dominação, por parte dos países mais ricos, pautada nas “políticas neoliberais”.

A globalização, como vimos, é colocada como tema central nos debates atuais sobre a pobreza. Se, para a maioria, é um processo que tem influência direta – principalmente quando tratada como “globalização financeira” – sobre a ampliação da pobreza, para outros, como no caso de Cohen (1998), Pochmann et al (2004), Hirst e Thompson (1998), não deve ser considerada a “causa”, ou seja, para estes autores a globalização não tem a influência apontada por outros, no que diz respeito à ampliação da pobreza. Tomando em consideração os capítulos II e III, dos autores apresentados, Dupas (1999), Chossudovsky (1999), Bauman (1999) e Venanzi (2002) são os que desenvolvem mais a relação globalização/pobreza. No discurso dos demais, isto fica evidente, apesar de esta relação não ter sido destacada. Neste caso, a globalização é tomada como um processo que tem favorecido os países dominantes. É importante registrar que os autores “liberais”, apresentados no capítulo I, em especial Ul Haq (1978) e Galbraith (1979 e 1996), também fizeram análises negativas em relação à dominação dos países ricos sobre os demais.

Independentemente de as causas da pobreza terem sido apontadas a partir da “dimensão econômica” ou da “dimensão política”, e de se caracterizarem como causas com viés individual ou social, o fato é que elas estão relacionadas a cinco pontos centrais: 1) à questão da empregabilidade; 2) à questão da distribuição de renda; 3) à possibilidade de o Estado solucionar o problema; 4) à necessidade de um reordenamento da distribuição material e de poder em termos globais; e 5) à necessidade de possibilitar o pleno exercício da cidadania. Considerando a “visão diferenciada”, estes pontos continuam os mesmos. O que muda é o tratamento em termos de nível de satisfação. Neste caso, a satisfação das “necessidades” de todos deveria estar restrita ao “básico”.

Mostram também diminuição do desemprego e melhorias nos níveis de consumo, o que contraria que seja necessária uma mudança na política econômica, levando o governo a mantê-la. É bom lembrar que o crescimento ocorrido em 2004 se pautou, principalmente, nas exportações. No entanto, as perspectivas de empresários e analistas não são otimistas para 2005, principalmente em função de o Banco Central manter as taxas de juros em patamares bastante elevados. Isto significa diminuição de investimentos e, portanto, de empregos. Estes “altos e baixos” não têm servido para provar que um crescimento sustentável, com investimento na área social, também sustentável, se colocam como inviáveis.

Os autores procuram explicar as dinâmicas que favorecem a manutenção e ampliação da pobreza. Se referem a “problemas estruturais” do capitalismo, mesmo que não especificuem quais são. Mas, ao proporem soluções, ao vislumbrarem a possibilidade de diminuição substancial e mesmo erradicação da pobreza, relativizam o “papel” desses “problemas estruturais”. A ampla maioria dos autores apresentados aqui vislumbra a possibilidade de solucionar a pobreza, com exceção de Demo (1996), que não coloca isto como possibilidade, mas mesmo assim aponta para a necessidade de erradicação da “pobreza política” como solução, o que permitiria o pleno exercício da cidadania. A posição deste autor acaba causando uma certa confusão, pois a possibilidade do exercício da cidadania representa a possibilidade de vivenciar uma “vida digna”, o que colocaria as pessoas fora da condição de pobre, tomando por base a delimitação de linhas de pobreza. Ninguém é cidadão tendo apenas “poder político”, o que não pode se dar sem a satisfação de necessidades materiais.

Na visão diferenciada apresentada por Tévoédjré (1982), na qual a pobreza é tomada como positiva, ela mesma se torna a solução para outros problemas, como por exemplo, a insustentabilidade do meio ambiente com a continuidade da exploração capitalista.²⁴⁷ O autor é quem dá mais ênfase à questão ambiental. Coube destacá-la, visto que ele propõe a vivência da pobreza – não da miséria e indigência, mas simplesmente do não usufruto de “supérfluos” – por todos os povos, principalmente em função da impossibilidade de o planeta suportar o nível de exploração que sofre em nome da satisfação de necessidades criadas que estão para além do que é realmente necessário para viver.

Este autor questiona diretamente o sistema e crê que a solução seria a construção de uma nova sociabilidade que não partiria do “rompimento drástico” com o sistema – a partir de uma revolução, por exemplo. Toma a China como exemplo a ser seguido, mas não considera os passos dados para que tenha chegado àquela forma de sociabilidade. Cabe ressaltar que a China está sendo submetida a um processo de reforma que, como no caso da União Soviética e da Alemanha Oriental, tem por objetivo a retomada do capitalismo como modo de produção. Como já colocado, apesar de a China ter reduzido substancialmente os níveis de pobreza, esta tem aumentado novamente.

²⁴⁷ Em relação à destruição do meio ambiente estamos vivendo problemas gravíssimos como a destruição da camada de ozônio, com o conseqüente aquecimento do planeta e tudo que disto decorre. Os cientistas têm apontado para preocupações seríssimas com relação à água e à destruição das florestas. Os tratados para a preservação ambiental não têm sido respeitados e, em alguns casos, a exemplo do Tratado de Kioto, enfrentam resistências para o seu estabelecimento. Este tratado foi referendado em 19 de fevereiro de 2005, sendo que os Estados Unidos recusou-se a assiná-lo. Este país é responsável por 20,6% das emissões de gases estufa, sendo o que mais polui.

No centro das soluções – apontadas por aqueles que crêem numa solução no interior do próprio sistema capitalista – encontra-se o Estado, principalmente enquanto regulador/dinamizador das políticas econômicas e efetivador de políticas públicas, em especial, das sociais, o que significa um rompimento com a perspectiva liberal/neoliberal que coloca o mercado como *locus* de resolução do problema. Em âmbito nacional, deve ser propiciado um desenvolvimento econômico, mas prioritariamente associado à distribuição de renda, apontada como a forma mais rápida de erradicar a pobreza. Este desenvolvimento econômico propiciaria o aumento da empregabilidade, favorecendo a saída de muitos das linhas de indigência e pobreza. Em âmbito global, além de ser necessário destruir as formas de dominação, seria necessário construir uma “entidade supranacional” que pudesse coordenar a necessária equidade entre os países para que todos possam se desenvolver.

Pelo que pôde ser apreendido, os autores aqui elencados, assim como muitos outros, entendem que o sistema capitalista pode ser controlado. Este controle pode ser exercido no nível local e nacional, mas no atual momento, deve também ser efetivado em termos globais. O controle local ou nacional depende de políticas de governo que tenham por objetivo a resolução de problemas que dependam mais de posturas governamentais²⁴⁸ do que de uma dinâmica mais ampla do sistema. A opção por investimento em políticas sociais é um exemplo. Os governos podem optar por aplicar maiores recursos para o desenvolvimento de uma política social mais ampla. Ao mesmo tempo, podem investir em políticas específicas de combate à pobreza de caráter mais emergencial. Isto, logicamente está relacionado à escolha de um determinado modelo econômico, ou seja, o modelo econômico também é posto como uma opção governamental.

As críticas feitas por vários dos autores aqui apresentados levam ao entendimento de que, tanto no Brasil como na América Latina, a escolha de determinado modelo econômico e social esteve e está relacionada a uma salvaguarda do poder de uma classe dominante. Deve ficar claro que as críticas são direcionadas a um determinado modelo, ou seja, são direcionadas a um modelo que causa cada vez mais desigualdade e que destrói o meio ambiente. Por isso, a solução para problemas como a pobreza está na “correção” desse modelo que, em primeiro plano, passa por escolhas governamentais voltadas ao interesse de todos.

²⁴⁸ Daí ser a “vontade política”, como destaca Soares (2001), um elemento apontado como parte da solução para a pobreza.

Mesmo que, em alguns momentos, críticas sejam endereçadas ao capitalismo, enquanto sistema de produção e reprodução da vida, há uma aceitação desse modo de produção. Como já me referi antes, o capitalismo passa a ser “a ordem” e não “uma ordem”. Demo (1996), Tévoédjré (1982), e Pereira (1986)²⁴⁹ foram os únicos que, ao dirigirem críticas mais diretas ao sistema capitalista, apontaram a possibilidade de um socialismo. Mesmo assim, os caminhos para se chegar a um outro modelo (socialista) para os três autores, depende de uma reorganização do modelo capitalista. As reformas seriam o caminho para isso, posição que se aproxima mais da social-democracia do início do século XX, o que vem a ser reforçado também por Estenssoro (2003), conforme exposição feita a seguir.

Aos países ditos “em desenvolvimento” cabe buscar atingir o nível daqueles considerados “desenvolvidos”. Alcançar um maior desenvolvimento é apontado como uma tarefa governamental. É preciso estabelecer políticas que estimulem o crescimento econômico, o que permitiria atingir um dos elementos centrais de produção/ampliação da pobreza, ou seja, o desemprego.²⁵⁰ À medida que a economia cresce, a tendência é retirar, imediatamente, uma parcela de pessoas da linha de pobreza. Isto, aliado a uma distribuição de renda, como mostraram, mais especificamente, Barros, Henriques e Mendonça (2000) e Rocha (1995 e 2000), poderia retirar da pobreza, todos aqueles que se encontram nesta condição.²⁵¹

²⁴⁹ Pereira (1986) assume um perspectiva claramente marxista em relação à análise das desigualdades. Porém, posteriormente, assume defesas que se caracterizam como social-democratas. O artigo publicado em 1986 será utilizado posteriormente como uma reflexão marxista.

²⁵⁰ O que temos presenciado nos últimos anos, no Brasil, é uma diminuição no número de empregos e uma mudança no perfil do trabalhador. A Folha de São Paulo de 28 de abril de 2002/B3 publicou uma reportagem sobre a queda da massa salarial apontada pelo Dieese. Segundo a reportagem, ocorreu uma redução do número de vagas para trabalhadores mais bem remunerados, o que levou a uma corrosão da massa de salários paga pelo setor formal de trabalho. Outros dados apontados na reportagem, retirados do Ministério do Trabalho e Emprego, e da Unicamp, dizem respeito ao perfil do trabalhador. As estatísticas indicam um aumento do número de vagas para jovens, bem como para aqueles com uma maior escolaridade. Aumentaram as vagas para jovens com idade entre 18 e 24 anos e para os que têm ensino médio completo. É necessário destacar que, em alguns momentos – como em 2004 – o número de empregos, inclusive aqueles com carteira assinada, cresce. Porém, os salários tendem a diminuir e o número de desempregados é sempre considerado preocupante.

²⁵¹ Reportagem publicada na Folha de São Paulo de 24 de abril de 2004/A7 tem como título “Nem crescimento acaba com a miséria no Brasil, diz Bird”. Escrevendo do escritório da Folha em Washington, o jornalista Fernando Canzian diz que o Banco Mundial afirmou um dia antes da publicação desta reportagem, “(...) que a situação de miséria no Brasil deve persistir por muito mais tempo na comparação com o resto do mundo, mesmo que o país volte a crescer a taxas muito mais elevadas do que as atuais.” Isto se deve, segundo o Bird, à disparidade na distribuição de renda. Segundo dados da instituição, apresentados na reportagem, o Brasil tem um dos piores índices de distribuição de renda da América Latina. Em torno de 20% da população mais pobre é detentora de apenas 2% da renda. Este último percentual na Argentina é de 3,1% e na Bolívia alcança 4%. Para a Índia, este percentual subiu para 8,9%. Os dados também mostram que a China conseguiu cortar, nos últimos 20 anos, de 61% para 16% o número de pessoas vivendo com menos de US\$1 por dia, o que levou a um rebaixamento da média mundial. Apesar de ter diminuído nos últimos 25 anos, a pobreza na China voltou a

Enquanto esse nível de desenvolvimento não é alcançado, ou em momentos de crise, a pobreza existente ou a pobreza criada – na compreensão de Abranches (1987), uma pobreza estrutural e uma pobreza cíclica, respectivamente – deve ser atacada com políticas sociais específicas.

É bom lembrar que esta perspectiva de controle do capitalismo se baseia em duas possibilidades. Uma reflete a condição vivenciada pela sociedade estadunidense, onde a opção pelo oferecimento de postos de trabalho deu sustentação a um controle e diminuição – pelo menos durante um certo tempo – da pobreza. A outra reflete o oferecimento de políticas sociais universais, postas em prática por um Estado de Bem-Estar Social. Esta segunda possibilidade é a mais defendida.

Essas soluções são colocadas como possíveis no âmbito do próprio sistema capitalista. Elas têm sido reflexo das reivindicações de várias organizações sociais e também estão no centro das defesas da ampla maioria dos partidos e governos de “esquerda”.

É extremamente importante destacar este aspecto, pois um modo social de produção que “permita” que seus integrantes possam estar fora do que foi convencionado como “linha de pobreza” necessita de “correção” quando isto não acontece. Os autores aqui apresentados têm essa compreensão, ou seja, o fenômeno pobreza pode ser resolvido caso exista, principalmente, vontade política para tal.

Foi ressaltado que o elemento que se torna central para a caracterização do pobre, sob o modo de produção capitalista, é o **trabalho**, mesmo que a condição de trabalhador não colocasse a todos numa situação de “vida digna”, conforme o que era estabelecido em cada momento histórico. Mas era, e posso dizer que ainda é, o trabalho, o requisito fundamental para alguém sair de uma condição desfavorável. Isto, por dois motivos: um econômico e outro moral. Econômico porque é o que permite adquirir algum recurso, por menor que seja, para poder, no mínimo, se alimentar, ficando pelo menos fora da linha de indigência, logicamente, se a alimentação acessada suprir as necessidades calóricas estabelecidas. Moral porque este recurso será conseguido de maneira “digna”, sem rompimento de normas (não roubando, por exemplo) e sem a dependência de outros.²⁵² Não é sem motivo a grande preocupação com o desemprego. O problema é que ele é tomado como uma preocupação para com o

umentar em 2003, conforme aponta uma reportagem intitulada “El repunte de la pobreza en China”, publicada no site www.socialismo-o-barbarie.org em 04/11/2004 – acessado em 04/02/2005.

²⁵² O trabalho, posto como importante, é todo aquele que resulte em manutenção do indivíduo e de sua família, até porque, se conseguem se manter fora da linha de pobreza, deixam de ser uma preocupação. Neste caso, não é discutido se se trata de trabalho concreto, abstrato ou produtivo, se quisermos utilizar a categoria marxista de trabalho. Esta distinção não é feita.

indivíduo/família e não como um elemento inerente ao processo de produção e reprodução do capital. Talvez esse seja um dos “problemas estruturais” não especificados/explicados pelos autores que fazem referência a eles, abandonados como explicação, visto que não permitem solução no interior do sistema capitalista. Por isso, tende a ser relegado enquanto tal.

Dos autores aqui apresentados – até mesmo Demo (1996), que questiona a possibilidade de resolução da pobreza no interior do capitalismo, e Tévoédjré (1982), que vê a pobreza como a própria solução –, todos destacam a necessidade de se “corrigir” as “falhas” do sistema capitalista e de o Estado ser o responsável por isso. Se os problemas apresentados giram em torno da falta de renda para um provimento autônomo, causada pelo desemprego ou pelo recebimento de baixos salários, e se esse desemprego e baixos salários, são fruto da falta ou baixa escolaridade/qualificação, a solução é criar empregos e escolarizar/qualificar os que têm déficits nesta área. Políticas públicas de escolarização e qualificação, são a solução. Quando o Estado “falha”, entram em cena outros atores como ONGs e sindicatos, para cumprir este papel. Essa complementação não é apresentada por estes autores como uma substituição, mas como uma forma de participação da “sociedade civil”. O papel do Estado continua sendo central. Isto é diferente da defesa feita em prol da chamada “terceira via”. Se o problema é a má distribuição de renda, cabe ao Estado estabelecer políticas de distribuição. Se o problema é o baixo nível de crescimento e desenvolvimento, cabe ao Estado traçar estratégias para superar tal problema. Logicamente, a questão não é apresentada pelos autores de modo tão simples, mas esta síntese é representativa.

Na ampla maioria dos casos, as críticas à existência/persistência e, neste momento, ampliação da pobreza são contundentes, mas, como em outros momentos, as soluções para o problema ainda são buscadas no interior do próprio sistema capitalista, ou seja, respeitando sua estrutura.²⁵³ Na visão dos autores aqui apresentados, não é apontada a possibilidade de um rompimento da estrutura do sistema e da sua destruição, mas a necessidade de reformá-lo. Lembro novamente que, na visão da maioria destes autores, o capitalismo passa a ser assumido como “a ordem” e não como “uma ordem”.

Não me parece que os autores aqui citados tenham tido a intenção de defender o capitalismo, mas me parece que eles não vêem uma outra possibilidade que não uma reestruturação desse sistema para que as desigualdades não sejam tão gritantes. Isto é possível? Na opinião de muitos sim, desde que haja uma regulação do sistema. Isto implicaria em: uma “reflexão” do próprio capital em relação a sua responsabilidade – se tomarmos a

²⁵³ Isto não significa dizer que uma tentativa de superação de um dado sistema não se dê no seu interior.

observação feita por Bauman (1999) – o que levaria a uma busca menos enfiada por lucros, pelo menos a uma busca menos “anti-social”; e uma tomada de “decisão política” – e, neste caso, a política aparece dissociada da economia – sob o comando do Estado com o intuito de estabelecer regras que garantam a maior igualdade possível. Neste sentido, o Estado de Bem-Estar Social desenvolvido na Europa, principalmente nos países escandinavos, é o grande exemplo.

A primeira possibilidade pode ser diretamente questionada, pois mesmo que acreditemos ou defendamos que os capitalistas tenham “obrigações sociais”, uma “reflexão do capital em torno de sua responsabilidade”, historicamente, não tem se constituído em um dado real, pelo menos em termos de regra. Já a segunda possibilidade, além de ter se constituído como uma realidade histórica, adquiriu o *status* de exemplo a ser atingido por todos os países.

Em relação a esta segunda possibilidade, discute-se atualmente os problemas enfrentados pelos Estados de Bem-Estar Social. Isto se expressa nas “crises” vivenciadas por esses Estados, que têm sido reestruturados, e alguns sofrido desmonte significativo. A busca de alternativas demonstra a insustentabilidade do modelo keynesiano, e a solução parece se encaminhar para a estruturação da denominada “terceira via” que, mesmo questionada, vem ganhando força junto aos social-democratas, que continuam rejeitando o mercado como o *locus* de solução da pobreza, bem como continuam passando ao largo de proporem um rompimento do sistema capitalista.

Muitos desses “críticos severos do capitalismo”, aqui apresentados, ao apontarem soluções, de certa forma, recorrem a alguns elementos da análise marxista do capital, o que resulta numa “mescla teórica” que, muitas vezes, gera confusões. Esses autores conseguem fazer uma descrição dos acontecimentos, mas as análises não dão conta de explicar o que é descrito.

É necessário destacar também que os autores social-democratas, ao abandonarem a perspectiva revolucionária no início do século XX, começam a apresentar suas diferenças em relação às análises de Marx e seus seguidores.²⁵⁴ Ao assumirem, inicialmente, as reformas como o caminho para o socialismo e, posteriormente, para a construção de um “capitalismo humanizado”, pautado na equidade, os social-democratas tiveram de abrir mão de pressupostos importantes. Daí os questionamentos em relação às classes sociais, ao papel do Estado, à centralidade do trabalho. Cresce, a partir daí, tentativas de explicação da realidade a

²⁵⁴ Bernstein é o social-democrata mais representativo dessa tendência. Luxemburgo (2003) estabelece um diálogo crítico com ele, condenando a perspectiva reformista que este defendia dentro do Partido Social-democrata Alemão – SPD.

partir do “micro”, do “individual”, do cotidiano, condenando as explicações macro, destacando o fim das “metanarrativas”. Muitos passaram a defender o alvorecer de uma nova era, a “pós-modernidade”. Mesmo que os social-democratas tomem as assertivas pós-modernas com reticências, possibilitam seu desenvolvimento.

As maiores críticas dos social-democratas ao marxismo estão relacionadas ao fato de este ver apenas a revolução como saída para um outro modelo social. Na compreensão dos que assumiram a perspectiva de um “capitalismo humanizado”, como o fizeram muitos dos social-democratas, Marx é “economicista” e, ao “separar” estrutura e superestrutura, atribuiu à segunda, um papel subordinado. Isto fez com que não desse a devida atenção às possibilidades de mudança que não dependessem de uma ruptura do modelo econômico, ou seja, possibilidades de controlabilidade do capital, em especial, a partir da intervenção estatal. Uma outra crítica diz respeito à não efetivação das “previsões” de Marx em relação ao papel revolucionário do proletariado mundial. Se este não fez a revolução mundial, então é porque isto não se constituía em uma possibilidade real.²⁵⁵ A prova é que nos poucos lugares onde a revolução proletária ocorreu, o socialismo não se sustentou. Não existem discordâncias, pelo menos por parte da maioria dos social-democratas, em relação ao fato de o capitalismo, até o momento, se constituir em um modo de produção “excludente”, e em relação a isso, dizem que Marx foi um grande analista. O problema foi que ele não viu saída dentro da ordem.

Destaco, a título de ilustração – pois não caberia uma análise mais específica a este respeito – a existência de uma perspectiva que tenta se diferenciar do marxismo ortodoxo ou revolucionário (bolchevismo) e da social-democracia. Trata-se de uma perspectiva, segundo Estenssoro (2003, p.219),²⁵⁶ que busca a construção de um “diálogo crítico com o pós-comunismo e com a pós-social-democracia”, buscando verificar o que há de comum entre essas perspectivas, creio, no sentido de criação de uma outra. Defendendo tal perspectiva, o autor diz entender que a busca de uma solução global para o problema da pobreza

(...) não pode prescindir de uma luta política para além da reivindicação por direitos: luta pela conquista do poder do Estado sim; partidos com vocação

²⁵⁵ Esta análise é feita de modo mais claro, ou digamos, mais evidente, por autores liberais. Dahrendorf (1992, p.20) assim coloca: “os marxistas passaram por momentos terríveis para aceitar o desaparecimento do proletariado revolucionário. Na prática, o historicismo faz com que se observe fixamente a revolução como o único meio para ‘mudanças reais’ e, desse modo, perde as contínuas mudanças da realidade das pessoas comuns. A teoria de Marx é arrumada demais para ser útil; é um modelo que pouco tem a ver com a experiência da história.”

²⁵⁶ Trata-se de uma tese de doutorado. A versão aqui utilizada é a que se encontra disponível no banco de teses da USP, em formato PDF, no endereço www.teses.usp.br/, acessado em 19/02/2005.

de poder sim. O *sistema político* é o canal de ligação da sociedade civil com o Estado, onde deve haver representação da luta pela universalização da apropriação de direitos. A *ação estratégica* consiste exatamente na competição pelo poder dentro do *sistema político*, que pode (ou não) incorporar esta luta social pela erradicação da pobreza (ibid., p.226).

Neste caso, não basta o direito de conquistar o direito à cidadania, ou seja, de conquistar, a partir do reconhecimento público, o direito a ter direitos. As instituições políticas somente terão legitimidade e credibilidade, “(...) **na medida em que discursos práticos penetram na realidade social concreta, transformando-a de maneira consensual**” (ibid., p.227, grifo do autor). É necessário vencer as resistências políticas, econômicas e sociais postas pelas classes sociais que estão no poder, bem como seus mecanismos ideológicos, representados no globalismo, e seus mecanismos discursivos, que expressam o pensamento único. Para isso, é necessário que ocorra uma articulação entre a “argumentação comunicativa dos discursos práticos competentes” com a “ação estratégica da competição pelo poder”. Isto, acompanhado por “uma elucidação pedagógica (terapêutica)”, deve permitir que “a organização social seja transformada nas diversas *formações sociais* contemporâneas, se possível alterando até o *modo de produção* capitalista” (ibid.). Estenssoro afirma que

uma crítica a esta visão poderia dizer que ela carrega boa dose de *voluntarismo* na sua perspectiva. Porém, entendida, ela mesma, como *enunciado* de um *discurso teórico* (cujo centro seja a erradicação da pobreza e a diminuição radical da desigualdade) que será considerado legítimo se o *discurso prático* (intervenção de uma coalizão política e social na realidade concreta e empenho em transformá-la a partir desse ponto de vista) realmente se tornar *consensual*, então poderemos dizer que não se trata apenas de ‘energias utópicas, mas talvez da única forma de se pensar (teoria) e construir (*praxis*) uma solução global para a questão da pobreza e da desigualdade no mundo em que vivemos (ibid.).

O autor destaca a importância da sociedade civil neste processo de transformação²⁵⁷, vista “como *espaço público* onde se luta para formar uma cidadania das pessoas pobres sincronizadamente com o desenvolvimento das sociedades no processo de globalização, isto é, uma cidadania planetária condizente com a sociedade global” (ibid., p.228). A construção de um “socialismo democrático” passa por isso. O autor destaca o

²⁵⁷ Sendo ela, a sociedade civil, o “lugar onde os *discursos práticos* traduzem uma *intersubjetividade comunicativamente compartilhada* de que é possível erradicar a pobreza e diminuir a desigualdade, (...) [ou] como lugar de *ação estratégica* do *partido* em luta política por uma *hegemonia* que permita transformar a realidade concreta em direção a uma situação histórica onde a pobreza e a extrema desigualdade não existam” (ESTENSSORO, 2003, p.228).

Partido dos Trabalhadores – PT, como sendo um defensor desse modelo de socialismo. Utilizando-se das análises de Alan Lacerda²⁵⁸ sobre o PT, o autor acata que este partido

(...) confirma seu compromisso com o *socialismo democrático*, com o conceito de democracia como valor universal e a defesa do Estado de Direito. No plano econômico, esse socialismo supõe um modelo de sociedade organizada a partir da ‘**propriedade social dos meios de produção**’, o que não se confunde com propriedade *estatal* dos meios de produção, pois inclui as formas individual, cooperativa, estatal, etc. Ao recusar tanto a lógica do mercado capitalista quanto o planejamento autocrático estatal, propõe uma gestão democrática por meio de um ‘**planejamento estratégico sob controle social**’ (ibid., p.240, grifos do autor).²⁵⁹

O PT é considerado, então, um partido “equidistante dos partidos socialistas revolucionários clássicos (leninistas) e dos partidos reformistas tradicionais (social-democratas). Trata-se de um partido *pós-bolchevique* e *pós-social-democrata*” (ibid., p.241). A sua coligação com outros partidos, inclusive com o Partido Liberal (PL), configura o que Estenssoro definiu como uma “coalizão política e social diversificada”. Concorda com César, assumindo que “o PT articula um bloco social e político novo, com identidade própria e voltado para um projeto político *democrático e socialista*” (ibid.). A perspectiva do partido é de promover amplas reformas sociais, o que permitirá a transformação radical da sociedade e do Estado rumo ao socialismo. O desenvolvimento econômico e social, a gestão pública participativa, bem como as relações internacionais, devem ser dirigidos para propiciar a realização dessa transformação. O autor destaca que, “com este *discurso* na *prática* o PT certamente permite que se conjuguem **democracia e mercado**, por meio de novas formas públicas de regulação econômica e participação social voltadas para a distribuição das riquezas socialmente produzidas” (ibid., p.243, grifos do autor).

É muito interessante refletir a respeito dessa proposta. Existe uma clara afirmação da defesa do socialismo, mais especificamente, do “socialismo democrático”. Existe também uma clara discordância das perspectivas do socialismo revolucionário – o que não é difícil de entender. No entanto, a distinção dessa proposta em relação às propostas da social-democracia não parece tão clara. Entendo que o autor compreenda que a social-democracia propõe

²⁵⁸ O texto de Alan Lacerda, citado por Estenssoro é: “O PT e a unidade partidária como problema”, publicado na revista DADOS, vol.45, n.1, 2002.

²⁵⁹ O autor entende que a eleição do presidente Luis Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores, simboliza “a construção, na prática da luta política, das bases sociais para uma transformação sócio-econômica em direção ao socialismo, sem especificá-lo a priori, mas identificando os valores necessários para o seu desenvolvimento” (ESTENSSORO, 2003, p.241).

reformas, mas não o fim do capitalismo, sendo que o “socialismo democrático” teria como objetivo o estabelecimento de uma outra ordem social. Mas esta era a perspectiva da social-democracia que historicamente veio se transformando, creio, em função das impossibilidades reais de realização de tal processo reformista no âmbito do capitalismo. O caminho a ser percorrido não é semelhante, mesmo que se considere alguns elementos distintivos em termos de tática política?

Estenssoro afirma que mercado e democracia se constituem em dois pilares da modernidade. Ambos devem proporcionar direitos e oportunidades sociais e individuais calcadas na igualdade e na liberdade, o que traz à tona questões da cidadania e da justiça. Essa ligação de mercado e democracia tem como fundamento um “*contrato social* baseado no pressuposto que os participantes têm o mesmo grau de liberdade e estejam em condições iguais” (ibid., p.244).

No entanto, destaca o autor, isto não se constituiu como uma realidade para a América Latina. Baseado em Hirano, entende que, neste continente, as populações miseráveis são duplamente excluídas: “do mercado econômico e do mercado político” (ibid.). Estenssoro argumenta que a superação das crises – do modelo neoliberal de crescimento econômico, do padrão de acumulação dependente e do modo de produção capitalista – tende a se dar em função da condição dos pobres na América Latina. É a possibilidade de erradicação dessa pobreza que se constitui em uma mudança social capaz de propiciar um mínimo de cidadania possível a essa população e que poderia dar condições para a promoção de outras transformações mais substanciais, em última instância, a superação do sistema capitalista.

Em relação à proposta de construção desse socialismo democrático, conclui que

diante dessa realidade, tanto a *utopia de realização dos valores burgueses* quanto a *utopia participacionista de ação coletiva transformadora* coincidem na intenção de ampliar as bases da *modernidade* ao transformar o mercado e a democracia em conquistas da civilização que viabilizem a cidadania política, social e econômica plena. São utopias na medida em que se projetam para um *não-lugar* (o futuro) um estado de coisas que deveria encontrar seu lugar de ser aqui e agora. Neste sentido é que se dá a coincidência do projeto liberal com o projeto socialista, ou, para aproximá-los mais, os projetos social-liberal e social-democrata. Estamos, então, frente à *ação estratégica* da aliança de centro-esquerda PT-PL que chegou ao poder em 2003 nas eleições presidenciais do Brasil, concorrendo com o projeto liberal-conservador da aliança PSDB-PMDB. Partidos tão díspares quanto o PT e o PL têm em comum a *vontade política* de realizar amplas reformas sociais para a transformação da sociedade num *lugar* onde a democracia e o mercado se baseiem num verdadeiro *contrato social*. Esta aliança une um *discurso prático* gerado em campos opostos para se fundir na necessidade de transformação da realidade (ibid.).

Como apontado anteriormente, não é objetivo discutir com mais profundidade essa perspectiva. Mas é muito interessante verificar o esforço de misturar água e óleo em busca de uma matéria homogênea. Novamente aparece como central a “vontade política”. É de se esperar que a coligação PT-PL implante suas propostas e construa este “contrato social”, sabendo-se que estão em jogo interesses completamente diferenciados? É de se esperar que o mercado (capitalista), elemento central de defesa do liberalismo, em qualquer de suas versões (clássico, social, democrático), venha a ser transformado a ponto de permitir a socialização da produção social em outras bases que não a da liberdade de troca capitalista?

O autor acredita que o processo detonado a partir desta coligação partidária ocorrida no Brasil, pode proporcionar, no país, a mudança social “portadora da modernidade”. Esse processo deve levar, ao longo do tempo, “à *superação do modelo de crescimento econômico neoliberal*, quiçá até do *padrão de acumulação dependente* e, a confirmar, do próprio *modo de produção capitalista*. Essas últimas duas dependendo de processos semelhantes em outros países” (ibid., p.246).

O destaque da pobreza como um problema estrutural do capitalismo fica evidenciado no trabalho de Estenssoro. Porém, o fato de aceitar a possibilidade de erradicação dessa pobreza no âmbito do capitalismo, inclusive como sendo o elemento mais importante no processo de construção do “socialismo democrático”, não se diferencia da perspectiva social-democrata, que também defende a erradicação dessa pobreza, através de reformas e que não nega – apesar de, ao que tudo tem indicado, ter assumido o capitalismo como “a ordem” – que isto possa possibilitar uma outra forma social. O que parece acontecer no âmbito da social-democracia é a construção de uma “certa descrença” de que isso possa realmente ocorrer. Neste caso, aceitar a inevitabilidade de continuidade do sistema e procurar provar a possibilidade de sua “humanização” parece ser mais sensato.

Estenssoro afirma que

sem ter um mínimo de equidade econômico-social o sistema capitalista reproduz a miséria já existente (situação de pobreza e indigência) e cria mais precariedade nos empregos e mais desemprego entre os trabalhadores (processo de exclusão social), conformando simultaneamente um lumpemproletariado planetário ao lado de um exército industrial de reserva superexplorado e globalizado. O exército de reserva é classicamente associado ao funcionamento econômico do sistema capitalista. Sustentamos aqui que o lumpemproletariado constitui-se também num produto do sistema capitalista, enquanto população economicamente marginalizada, socialmente excluída, e politicamente destituída dos seus direitos básicos. Mais ainda, a sua dinâmica social global revela as possibilidades de superação do sistema capitalista, na medida em que não estaremos de fato avançando na questão

sócio-econômica se não superarmos a condição de subcidadãos, ou lumpencidadãos, desses grupos excluídos. Sem dúvida que uma transformação na condição dessa pobreza estrutural implica numa mudança estrutural do capitalismo (ibid., p.10).

Em suma, sem a erradicação dessa pobreza não há condições de superação das crises apontadas anteriormente, nem de desenvolvimento de uma proposta para além do capitalismo. A erradicação dessa pobreza se constitui, para o autor, em uma “mudança estrutural” capaz de dar um mínimo de cidadania possível, criando condições para transformações mais amplas. Não é sem motivo que o autor dedica parte de seu trabalho para explicar o papel do lumpemproletariado no capitalismo.

O autor afirma que, para Marx, o lumpemproletariado representa a camada populacional que vive de subemprego ou de atividades marginais (tais como a prostituição, mendicância, roubo, tráfico de drogas, etc.), e que não é capaz de qualquer ação conseqüente contra a sociedade capitalista. Ou seja, trata-se de “uma camada social *indigente* e sem *consciência social*” (ibid., p.265). Sugere que se considere “como uma forma genérica de lumpemproletariado (no sentido de pauperismo) também esses milhões de trabalhadores pobres aptos, suas crianças famintas, seus doentes ou inválidos, seus mendigos ou *raggamuffins*” (ibid., p.267). Faz essa sugestão entendendo que esses compõem uma camada social que não funciona como exército industrial de reserva, mas que não deixa de ser fundamental para a produção capitalista.²⁶⁰

Para o autor, é a existência desses grupos sociais – “condenados do sistema, classe dependente ou lumpemproletariado”, que não conseguem alcançar sua cidadania, nem mesmo algumas mudanças sociais que possam melhorar sua condição de vida – que destaca a importância da luta pelo poder político, o que, por sua vez, “representa a *luta pelo controle da mudança social*” (ibid., p.269). Neste sentido, a consciência de classe é um pré-requisito para a organização política com vistas à revolução social.²⁶¹ Porém, afirma Estenssoro, “(...) é preciso que um mínimo consenso (ação comunicativa) crie uma *identidade de classe* ao longo

²⁶⁰ Para Estenssoro (2003, p.267), “(...) a *lei geral de acumulação capitalista* consiste, nesse aspecto, no crescimento paralelo da riqueza social ao lado do *exército industrial de reserva* e, conseqüentemente, do *lumpemproletariado*. Neste modo de produção capitalista cresce a riqueza, com ela a desigualdade e, com esta, a pobreza. Portanto, o *desenvolvimento do subdesenvolvimento* é apenas a aplicação da lei geral do *desenvolvimento capitalista* em condições propícias criadas pela dependência estrutural.”

²⁶¹ O autor adota o conceito de revolução de Caio Prado Jr., onde “revolução, em sentido real e profundo, significa o processo histórico assinalado por reformas e modificações econômicas, sociais e políticas sucessivas, que, concentradas em período histórico relativamente curto, vão dar em transformações estruturais da sociedade, e em especial das relações econômicas e do equilíbrio recíproco das diferentes classes e categorias sociais.” Essa definição encontra-se no livro “A revolução brasileira”, p.2, publicado pela Brasiliense em 1966.

do *processo histórico* que permita a constituição de uma *consciência de classe (...)*” (ibid., p.271). Para o autor, o lumpemproletariado, hoje em dia, não vivencia este processo “de maneira que não podemos dizer que se constitui como uma classe social diferenciada do proletariado e seu exército industrial de reserva. O lumpemproletariado não tem presença enquanto classe social, mas tem presença enquanto massa pauperizada e marginalizada” (ibid.), constituindo-se no exemplo mais claro da tendência de crise social, ou seja, como representação da instabilidade que ronda o sistema.

Em suma, o que se pode depreender de tudo isso é que, à medida que a classe trabalhadora assume o poder político e promove a organização de classe, desenvolve a consciência de classe, pode promover mudanças substanciais a partir de reformas sucessivas até o rompimento do sistema. Não se pode negar que esta perspectiva se diferencie da perspectiva social-democrata atual no que diz respeito à defesa enfática de construção de uma nova ordem. No entanto, para alcançar esta “outra ordem”, a proposta é a mesma, ou seja, a reforma. Duas questões se colocam: 1) Se as reformas levam à superação do sistema, porque a social-democracia abandonou esta perspectiva? 2) É possível mesmo eliminar a pobreza, como propõe o autor, para que se possa, a partir daí, construir essa “nova ordem social”? Nesta perspectiva, o problema não se encontra na compreensão do fenômeno, mas, como no caso da social-democracia, na apresentação de possibilidade de solução a partir de recursos do próprio sistema, neste caso, do poder político no comando do Estado. Aqui também se expressa a possibilidade de controle do capital.

Em contraposição ao que foi até aqui apresentado, exponho agora, a visão marxista em torno do tema pobreza. A intenção é retomar uma outra interpretação e análise do fenômeno, buscando demonstrar que os elementos apresentados e os argumentos oferecidos pelos autores social-democratas são insuficientes para explicá-lo satisfatoriamente. Creio que a comparação entre estas duas visões sobre o fenômeno fornecerá elementos para a comprovação da tese exposta na introdução deste trabalho.

2 – A pobreza sob o olhar marxista: interpretações.

Entender a pobreza a partir da perspectiva marxiana significa, necessariamente, retomar os elementos centrais da análise de Marx em relação ao capitalismo. Esta perspectiva de análise tem sido tomada em alguns aspectos por alguns autores e posta de lado por muitos

outros. O resultado, considerando muitos dos que partilham elementos dessa corrente teórica, expressa uma tendência a “consertar” e “adaptar” a análise marxiana, executando uma “acrobacia teórica” para contornar o que Marx havia apontado como “elementos estruturais”²⁶² do modo de produção capitalista, mesmo que, para isso, seja necessário abandoná-los. Neste sentido, verifica-se uma enorme quantidade de estudos indicando a necessidade da distribuição de renda, da retomada do Estado como regulador da economia e como protetor social, implicando, em última instância, em um “controle do sistema”, como se o Estado não compusesse o sistema, podendo agir por fora dele para “consertá-lo”.

Como vimos, muitos social-democratas referem-se a elementos estruturais do sistema e, em alguns casos, fazem descrições importantes sobre a dinâmica de produção e reprodução da pobreza, utilizando-se do próprio Marx. Mas acabam por apontar formas para superar este fenômeno abandonando, inclusive, algumas das análises de Marx que levam a entender que tal fenômeno não teria solução. Neste momento, dirigem críticas à análise Marxiana e marxista, críticas estas muito mais relacionadas ao fato de esta tendência teórica apontar a impossibilidade de solução do fenômeno no interior do capitalismo, do que à descrição de funcionamento do sistema de produção e reprodução do capital. Schwartzman (2004a, p.26) é categórico ao afirmar que “Marx é notório pelo fracasso de suas proposições políticas e profecias, porém a força do marxismo não depende de suas propostas para o futuro, ou de sua interpretação do passado, e sim principalmente de sua visão e sua crítica da sociedade capitalista”. Daí minha afirmação anterior que estes autores buscam adaptar e consertar a teoria marxiana, utilizando dela aquilo que lhes interessa.

Mas, alguns autores insistem em utilizar a teoria marxiana como sendo ainda uma teoria que dá conta de explicar muitos fenômenos da realidade que vivenciamos, dentre eles, a pobreza. São poucos os estudos que visam a destacar a compreensão de Marx em relação à pobreza, bem como também são poucos os que intentam um estudo do fenômeno a partir da teoria marxiana. Muitos marxistas citam o fenômeno, fazem observações a respeito da sua condição de elemento estrutural do sistema de produção e reprodução do capital, mas não têm por objetivo pô-lo como centro de suas análises. Ou melhor, o fenômeno pobreza não se constitui em objeto específico de estudo.

²⁶² Destaco como elementos estruturais as leis gerais da acumulação capitalista, o Estado capitalista, a incontrolabilidade do sistema.

A pesquisa que efetuei com o objetivo de encontrar autores que já tivessem feito uma descrição do fenômeno pobreza na teoria marxiana teve pouquíssimo resultado.²⁶³ Destaco dois autores que intentaram tal tarefa: Rosdolsky (2001) e Soto (2003).

Rosdolsky (2001) não se propõe a um estudo detalhado do fenômeno pobreza no interior da teoria marxiana. Seu objetivo é bastante pontual. Ao buscar descrever a gênese e estrutura de “O capital”, o autor apresenta um debate interessante, ou seja, se Marx formulou ou não uma “lei do empobrecimento”, lei esta que integraria o sistema de análise proposto por ele. Propõe este debate tendo em vista que alguns autores²⁶⁴ afirmam que Marx teria formulado esta “lei” e que isto poderia ser apreendido nos seus escritos. Rosdolsky é categórico ao afirmar que Marx não formulou uma “lei do empobrecimento”. O que ele fez foi uma crítica enérgica à concepção do denominado “mínimo existencial fisiológico” e também à “lei de bronze dos salários”, criada por Lassale.²⁶⁵ Para ele, ao fazer esta crítica, Marx não poderia “(...) imaginar uma teoria do empobrecimento absoluto e inevitável da classe trabalhadora” (ibid., p.251).

Este entendimento contraria a crítica que alguns autores fazem em relação ao que é considerado “um dos erros” cometidos por Marx que, na compreensão deles, defendeu a inevitabilidade desse processo de empobrecimento absoluto da classe trabalhadora. É essa compreensão que leva, por exemplo, Schwartzman (2004a), baseado no “Manifesto do Partido Comunista”, a destacar que um dos grandes equívocos de Marx foi afirmar que o trabalhador moderno se afundaria, cada vez mais, nas condições de existência de sua própria classe, ao invés de evoluir com o progresso da indústria. O trabalhador se tornaria um pobre e a pobreza cresceria mais rapidamente que a população e a riqueza. Isto levaria a uma insatisfação por parte do proletariado que, inevitavelmente, faria sua revolução. Como os fatos não ocorreram desta forma, há aí, na compreensão de Schwartzman, dois equívocos na concepção de Marx.

²⁶³ Além da pesquisa em sites de bibliotecas e editoras, utilizei a base de dados disponibilizada através da biblioteca virtual da Universidade Federal de Santa Catarina – <http://www.bu.ufsc.br>. Também utilizei outros mecanismos de busca na rede mundial de computadores, sempre procurando relacionar palavras chaves como “marxismo, pobreza, teoria marxiana”, o que levou a uma multiplicidade de materiais que não supriam as necessidades colocadas. A ampla maioria dos textos encontrados faziam referência à pobreza e ao marxismo, mas não se constituíam em uma análise específica do fenômeno pobreza na teoria marxiana.

²⁶⁴ Refere-se especialmente a Fritz Sternberg e a John Strachey, autores considerados marxistas, mas que, na opinião de Rosdolsky, cometem muitos equívocos na leitura que fazem de Marx.

²⁶⁵ Segundo Rosdolsky, esta lei implica no fato que os salários devem ser necessariamente fixados conforme o valor dos meios de subsistência mais necessários, ignorando elementos importantes, como o papel do exército industrial de reserva e a categoria “salário relativo”. Por isso, Marx se contrapunha a ela.

Aqui é necessário entender o que é considerado “estar pobre”. Marx criticava a concepção de “mínimo existencial fisiológico”, e foi muito claro ao definir o valor da força de trabalho, como veremos posteriormente. Neste caso, ao considerar o valor da força de trabalho em contraposição, em alguns momentos, ao preço pago por ela, pode-se afirmar que uma grande proporção de trabalhadores estaria na condição de pobreza, considerando que pobre é aquele que não tem o que é necessário para viver conforme os padrões exigidos socialmente. Neste caso, Marx tinha razão.

Seria necessário, segundo Rosdolsky, discutir se as leis da evolução da produção capitalista, formuladas por Marx, permitem entender que a classe trabalhadora tende a trilhar um caminho de piora progressiva de sua situação, vivenciar um “processo de empobrecimento”. É necessário investigar se Marx defendia a tese de que “(...) a concentração e acumulação de capital tenderia a produzir não um aumento, mas, ao contrário, uma queda nos salários reais” (ibid.). Para rechaçar esta compreensão, Rosdolsky diz que basta considerar a oposição que Marx fazia à idéia de mínimo existencial fisiológico.

Para ele, só a leitura do “Manifesto do Partido Comunista”²⁶⁶, escrito em 1847, pode permitir que se interprete que Marx tenha criado uma “lei do empobrecimento”, pelo fato que, nesta obra, Marx e Engels tenham afirmado que, diferentemente do servo – que evolui a membro da comuna dentro da própria servidão – e do pequeno-burguês – que se constitui em burguês no absolutismo feudal – o trabalhador, na modernidade, ao invés de ascender, entra em um processo de degradação, convertendo-se em pobre, e que a pobreza aumentava mais rapidamente que a população e a riqueza produzida. Segundo Rosdolsky, fazer uma análise com base nisto é um erro, pois Marx abandona a teoria do mínimo do salário nas obras posteriores. Também atenta para o fato que não é no “Manifesto” que se deve procurar os elementos fundamentais das teorias econômicas de Marx.

Mas, algumas passagens de “O capital”, tomadas de modo descontextualizado, também podem levar à tal interpretação. Rosdolsky (2001, p.252) cita uma passagem desta obra onde Marx escreve:

‘No sistema capitalista todos os métodos para aumentar a força produtiva do trabalho coletivo se aplicam às custas do trabalhador individual; todos os métodos para desenvolver a produção se transformam em meios de dominar e explorar o produtor; mutilam o trabalhador, convertendo-o em um homem dividido, degradado à condição de apêndice da máquina; mediante a tortura do trabalho, aniquilam o conteúdo do próprio trabalho, expropriam do

²⁶⁶ Obra na qual Schwartzman (2004a) se baseou para fazer sua crítica a Marx.

trabalhador as potencialidades espirituais do processo de trabalho na mesma medida em que a ciência se incorpora nesse processo como potência autônoma [...]. Mas, todos os métodos para produzir mais-valia são ao mesmo tempo métodos de acumulação, e toda expansão desta converte-se, por sua vez, em meio para desenvolver esses métodos. Logo, na medida em que o capital se acumula, a situação do trabalhador piora, *seja qual for a sua remuneração*.²⁶⁷

O autor faz uma outra citação de Marx e destaca que estas se constituem na única manifestação dele – em “O capital” – que pode ser utilizada para afirmar que ele desenvolveu uma “teoria do empobrecimento”. Na passagem citada por Rosdolsky, Marx diz:

‘A lei que mantém um equilíbrio constante entre a superpopulação relativa (ou exército industrial de reserva) e o progresso da acumulação prende o trabalhador ao capital com grilhões mais firmes que aqueles usados por Hefesto para prender Prometeu à rocha. Essa lei produz uma acumulação de miséria proporcional à acumulação de capital. A acumulação de riqueza em um polo é ao mesmo tempo acumulação de miséria, tormentos, escravidão, ignorância, embrutecimento e degradação moral no polo oposto, onde se encontra a classe que produz seu próprio produto como capital.’ (ibid.).

Rosdolsky entende que mesmo estas passagens, tomadas isoladamente, se analisadas com mais cuidado, acabam não justificando a idéia de que Marx tenha desenvolvido uma teoria do empobrecimento. Ele destaca que o que esta última passagem explicita é que a acumulação da riqueza pressupõe um aumento do exército industrial de reserva, ou seja, de trabalhadores excedentes. Neste caso, a acumulação de miséria apontada por Marx, segundo ele, refere-se a esses “lazarentos da classe trabalhadora” e não a toda a classe.

O autor segue seu texto justificando que Marx não acreditava em um “empobrecimento contínuo”, nem relativo nem absoluto, da classe trabalhadora. Utiliza-se também de Engels²⁶⁸ que, posteriormente, iria defender que a classe trabalhadora organizada poderia conter um processo de empobrecimento contínuo, apesar de viver sempre na

²⁶⁷ A edição de “O capital” por mim utilizada é a edição em português publicada pela DIFEL em 1985. Nesta edição, esta passagem encontra-se no livro 1 – v. II, capítulo XXIII, p. 748-749, com algumas diferenças na tradução. A citação seguinte encontra-se na página 749.

²⁶⁸ Rosdolsky refere-se à análise que Engels faz do papel dos sindicatos, defendendo que a lei salarial não traça uma fronteira rígida e imóvel, não sendo inflexível dentro de certos limites. Isto é justificado pelo fato de alguns grupos de trabalhadores, em função de sua organização, conseguirem ter um nível de vida relativamente elevado. Para Engels, a organização dos trabalhadores poderia proporcionar uma contenção do aumento da miséria. Na opinião dele, o que aumentava era a insegurança da existência. Ou seja, para os que trabalham ainda resta possibilidades, ao contrário dos que não conseguem vender sua força de trabalho.

insegurança de poder ou não continuar garantindo sua existência a partir da venda de sua força de trabalho. Este passa a ser um fato de extrema importância no debate do empobrecimento da classe trabalhadora. Isto leva Rosdolsky a destacar o que chamou de “elemento de verdade da teoria do empobrecimento”. Neste sentido, afirma que:

Não queremos dizer que na realidade capitalista inexistem tendências de empobrecimento; elas existem, mas é preciso saber onde buscá-las. Essas tendências manifestam-se claramente em dois casos: em primeiro lugar, temporariamente, em todos os períodos de crise; em segundo, permanentemente, nas chamadas regiões subdesenvolvidas do mundo (...) (ibid., p.256).

Em relação ao primeiro caso, o autor afirma que se pode dispensar a multiplicação de argumentos. Isto tem se apresentado de maneira clara. Um elemento importante a considerar é que, nas crises, o exército industrial de reserva aumenta e, com isso, a situação da classe trabalhadora, formada por empregados e desempregados,²⁶⁹ piora. Neste caso, afirma Rosdolsky, “não é possível negar a existência de poderosas tendências de empobrecimento no capitalismo contemporâneo” (ibid., p.257). Se considerarmos um padrão de vida adotado como o mínimo necessário para “viver dignamente”, vive-se, historicamente, processos de empobrecimento. A diminuição dos níveis salariais aponta para isso, apesar de, como veremos, poder não representar um pagamento abaixo do valor da força de trabalho, mas uma adequação desse valor.

Em relação ao segundo caso, ou seja, o empobrecimento nas regiões subdesenvolvidas, o autor diz que pode-se chegar à mesma conclusão: há uma tendência de empobrecimento. Rosdolsky destaca a análise marxiana da exploração²⁷⁰ das nações capitalistas subdesenvolvidas pelas desenvolvidas. Essa exploração se dá em função de leis vigentes no capitalismo, sendo a primeira, a lei do valor.²⁷¹ Mézáros (2002, p.111) destaca que o Estado (do capital) tem um papel fundamental neste sentido. Segundo este autor, o Estado (do capital) se utiliza de um duplo padrão:

²⁶⁹ Rosdolsky cita Rosa Luxemburgo que afirma que o proletariado também inclui os desocupados, constituindo-se em um todo orgânico.

²⁷⁰ Ao falar de exploração, Rosdolsky (2001, p.258) refere-se “(...) a uma exploração que não necessita servir-se de nenhuma pressão política e, mais ainda, que sequer é intencional; estabelece-se simplesmente por causa das leis econômicas vigentes no capitalismo.”

²⁷¹ Rosdolsky cita Marx que diz que essa lei toma como socialmente necessário o trabalho que produz um valor de uso, dentro das condições de produção vigentes em uma determinada sociedade, considerando o grau social médio de destreza e de intensidade do trabalho.

em casa (ou seja, nos países ‘metropolitanos’ ou ‘centrais’ do sistema do capital global), um padrão de vida bem mais elevado para a classe trabalhadora – associado à democracia liberal – e, na ‘periferia subdesenvolvida’, um governo maximizador da exploração, implacavelmente autoritário (e, sempre que preciso, abertamente ditatorial), exercido diretamente ou por procuração.

O papel do Estado no capitalismo será retomado posteriormente, visto ser um elemento central na análise da pobreza a ser procedida neste estudo.

Rosdolsky ressalta que, dentro de um país, as diferenças de intensidade e produtividade do trabalho se equilibram, constituindo um grau médio. O mesmo não ocorre no mercado mundial. Um dos elementos apontados pelo autor é que as nações desenvolvidas partem de um ponto, em termos de intensidade e produtividade do trabalho, que as coloca sempre em vantagem às demais. Outros elementos estão relacionados às vantagens comerciais e à possibilidade de os trabalhadores dos países desenvolvidos terem um nível de vida superior em função da exploração dos países em desenvolvimento.²⁷²

Conclui reafirmando que é um erro atribuir a Marx o desenvolvimento de uma “teoria do empobrecimento”, e que é necessário ir bem mais a fundo na obra deste autor para entender suas explicações a respeito da dinâmica do capital.

A discussão proposta por Rosdolsky me parece necessária, visto que, ao atribuir-se a Marx a formulação de uma “lei do empobrecimento” que refletiria a situação de toda a classe trabalhadora, pode-se realmente encobrir um outro movimento dentro da ordem capitalista, ou seja, aquele que possibilita que determinados grupos de trabalhadores possam vivenciar um padrão de vida superior ao da maioria.

Esse padrão de vida superior não é definido só em função do valor da força de trabalho de determinados grupos de trabalhadores. Também está relacionado com o poder de pressão desses grupos para manter o preço de sua força de trabalho de acordo com seu valor. Também cabe destacar o fato que alguns grupos exercem papéis que são fundamentais ao capital e que, por isso, acabam tendo seus salários mantidos em um nível superior em relação aos demais, mesmo em momentos de rebaixamento geral do preço da força de trabalho. Se Marx tivesse tomado o processo de empobrecimento como um processo que atingisse a todos do mesmo jeito e ao mesmo tempo, e que não possibilitasse que alguns grupos pudessem ser resguardados e afastados dos patamares de vida que socialmente representam a vivência da pobreza, sua leitura da dinâmica do capital poderia ser questionada. Afinal, se o capital não

²⁷² O autor alerta que isto não significa que os trabalhadores dos países desenvolvidos se unam às burguesias para explorarem os trabalhadores dos países subdesenvolvidos.

possibilitasse vislumbrar um modo de vida diferente que não o do empobrecimento, talvez não conseguisse atingir o seu grau de desenvolvimento atual. Neste caso, a ideologia que sustenta a possibilidade de um desenvolvimento capitalista que possibilite a “inclusão” geral²⁷³ de todos em níveis de vida médio e superior já teria entrado em colapso.

O fato de dar relevo ao progressivo empobrecimento da “classe trabalhadora” não significa ignorar que grupos que compõem esta classe possam vivenciar experiências diferentes. Aliás, é necessário destacar que são estes grupos que acabam servindo de referência para que seja preservado um grau de esperança em torno da possibilidade de que todos possam, em algum momento, melhorar sua condição, o que tende a evitar confrontos no interior da sociedade. Além disso, não podemos esquecer do desenvolvimento da caridade e das políticas sociais que também servem de freio aos descontentamentos sociais.

Mas não podemos deixar de dar destaque à observação feita por Rosdolsky sobre as “tendências de empobrecimento” pautadas no aumento do exército industrial de reserva e na exploração dos países subdesenvolvidos pelos países desenvolvidos. Essas tendências apontam para um aumento da pobreza, mas não para um empobrecimento absoluto de toda a classe trabalhadora. Como destacado inicialmente, Rosdolsky não se propunha a esmiuçar o processo de empobrecimento e a pobreza em si, mas apenas – o que não é pouco – provar que Marx não desenvolveu uma “lei do empobrecimento”.

Soto (2003), por sua vez, objetivou realizar precisões teóricas e metodológicas do conceito de pobreza em análises da sociedade capitalista, a partir da perspectiva marxiana. Trata-se de um texto muito interessante e de grande valia para este trabalho, mas que, na minha compreensão, incorre em alguns “problemas de interpretação” que suscitam uma revisão, cujo objetivo é uma “maior aproximação” do pensamento de Marx. Retomarei aqui os principais pontos ressaltados por Soto, buscando ampliar sua análise, recorrendo à obra principal de Marx, ou seja, “O capital”.

A autora destaca que o tema pobreza, no capitalismo, aparece na obra de Marx desde os Manuscritos. Ressalta a compreensão de Marx que o movimento da história engendra as relações sociais, para afirmar que o fenômeno pobreza só pode ser compreendido, no capitalismo, se se partir de uma perspectiva de totalidade para entender o movimento histórico que o produz. Neste caso, é necessário compreender “(...) *a pobreza mesma como uma construção social transitória e mutável*, fruto e parte do movimento da sociedade capitalista” (ibid., p.8, tradução minha). Este fenômeno também deve ser explicado a partir da

²⁷³ Conforme a compreensão da ampla maioria dos autores social-democratas aqui apresentados.

compreensão do desenvolvimento das forças produtivas, bem como das relações sociais específicas que permeiam esse desenvolvimento. Os homens não devem ser vistos como espectadores de sua história, mas como seus construtores.

Soto assevera que, ver a pobreza de maneira diferente, ou seja, a partir de processos de naturalização, como o fazem os intelectuais das classes dominantes, tem como objetivo a reprodução do *status quo*. Afirma que

(...) esta posição objetiva conservadora da burguesia, nega o antagonismo e as contradições inerentes às condições modernas de produção. Neste sentido, **a pobreza, a partir de uma perspectiva de análise marxista, só pode ser explicada se se compreender o desenvolvimento antagônico da sociedade capitalista**. As relações de produção na sociedade moderna não têm um caráter simples, não compõem uma unidade, mas são contraditórias; significa que, as mesmas relações que produzem a riqueza também produzem a miséria; (...) (ibid., p.10, grifo meu, tradução minha).

Segundo Soto, estas observações refletem o caminho metodológico da teoria marxiana para a análise da pobreza. Sintetizando a compreensão de pobreza a partir desta perspectiva teórica, a autora afirma que “ (...) a pobreza não é uma categoria simples, eterna, imutável; pelo contrário; submetida a uma análise científica se define como uma categoria complexa, histórica e mutável. Quer dizer, uma categoria relacional que só se explica a partir do entendimento do movimento da totalidade social” (ibid., tradução minha).

A partir disso, a pobreza tem, então, um duplo papel na sociedade capitalista: é **efeito** do regime de acumulação desse modo de produção e também é **condição determinante** desse processo de acumulação.²⁷⁴ Isto significa dizer que o aumento da pobreza indica o aumento da concentração de riqueza nas mãos de um grupo cada vez menor de capitalistas.

Soto destaca que, para entender a pobreza a partir da teoria marxiana, é necessário entender as leis gerais que regem o regime de acumulação capitalista, e a lei geral deste sistema de produção é a da **produção de mais-valia**, ou seja, a produção de um excedente para além daquilo que é pago ao trabalhador ou, como coloca a autora, o que é criado a partir do “trabalho não retribuído” (ibid., p.12, tradução minha). Isto leva à compreensão que

a pobreza do trabalhador, se constitui em consequência e condição necessária da existência do regime, e é justamente essa condição de necessidade que a coloca como *base essencial* da riqueza; neste sentido, esta

²⁷⁴ Soto (2003, p.11) lembra que, a pobreza, “(...) como condição ou efeito, expressa sempre o caráter antagônico do regime” (tradução minha).

condição é determinante e fundamental, pois nos indica que a miséria é condição de existência da sociedade capitalista, esta só existe porque se cimenta na miséria (ibid., tradução minha).

É decorrência do próprio modo de produção capitalista, para a satisfação de seus interesses, a necessidade de proceder adaptações do número de trabalhadores. Isto resulta na criação de um exército industrial de reserva e na miséria de um número cada vez maior de trabalhadores, tanto daqueles que estão em atividade como dos que se encontram desempregados. A partir disso, a autora diz ser possível distinguir graus distintos de condição de vida em que são colocados os trabalhadores.²⁷⁵ O grupo mais desprovido do exército industrial de reserva compõe, para Marx, o “pauperismo”. Soto cita uma passagem de “O capital” onde Marx afirma que

‘o pauperismo constitui o asilo dos inválidos do exército ativo dos trabalhadores e o pêso morto do exército industrial de reserva. Sua produção e sua necessidade se compreendem na produção e na necessidade da superpopulação relativa, e ambos constituem condição de existência da produção capitalista e do desenvolvimento da riqueza. O pauperismo faz parte das despesas extras da produção capitalista, mas o capital arranja sempre um meio de transferi-las para a classe trabalhadora e para a classe média inferior’ (ibid., p.14).²⁷⁶

Segundo a autora, Marx também se refere ao “pauperismo oficial” que, por sua vez, é representado pela parte da classe trabalhadora que perdeu sua base de vida, ou seja, a possibilidade de venda de sua força de trabalho, passando a depender da caridade pública. Cabe às classes dominantes “cuidar” desta parte do proletariado a partir da caridade pública – que pode resultar desde uma intervenção da igreja até uma intervenção estatal. Essas medidas institucionais objetivam um triplo interesse:

evitar que as condições miseráveis de camadas das classes trabalhadoras se voltem contra os interesses gerais da burguesia, baixar e neutralizar o nível de conflito social, e preservar as condições fundamentais em que se baseia a sociedade; neste sentido, estas medidas de caridade pública, não suprimem a pobreza, no máximo, limitam-na (ibid., p.14-15, tradução minha).

A autora reforça que, a partir da teoria marxiana, fica claro que a pobreza, enquanto expressão e condição do caráter antagônico do regime de acumulação capitalista,

²⁷⁵ Esta posição da autora está de acordo com a leitura feita por Rosdolsky (2001).

²⁷⁶ Na edição de “O capital” por mim utilizada, esta passagem encontra-se no livro 1 – v. II, cap. XXIII, p.747. Ao invés de traduzir a partir da citação posta por Soto, substituí pela tradução feita para esta edição.

não afeta apenas o trabalhador individualmente, mas os trabalhadores enquanto classe social. Soto reforça essa característica imanente do processo de produção capitalista, citando novamente Marx, em outra passagem de “O capital”. Nesta passagem destacada, Marx diz: “e tem que ser assim num modo de produção em que o trabalhador existe para as necessidades de expansão dos valores existentes, ao invés de a riqueza material existir para as necessidades de desenvolvimento do trabalhador” (ibid., p.15).²⁷⁷

Buscando relacionar pobreza com o processo de alienação, Soto reforça que o trabalhador se vê obrigado a vender sua força de trabalho para poder viver, possibilitando que o capitalista a compre e, com isso, se enriqueça. Afirma que no processo de produção e reprodução “o trabalho não só produz mercadorias em geral, se produz a si mesmo como mercadoria, a qual necessariamente se vê obrigado a vender” (ibid., p.16, tradução minha). A partir deste entendimento, a autora questiona, firmando-se em Marx, o “processo de troca” como “processo de troca de equivalentes”. Destaca que Marx questiona “este fato econômico vulgarizado” (ibid., p.16, tradução minha), ou seja, o processo de troca como troca de equivalentes. Segundo ela, alguns aspectos podem desmistificar esse processo, e isto permite compreender as relações entre riqueza e pobreza e o processo de alienação.

O primeiro aspecto apontado pela autora e que, segundo ela, desarma a ilusão da existência de um processo de troca de equivalentes, é a superação da perspectiva de análise centrada no trabalhador individual e no capitalista individual para uma análise da classe trabalhadora e da classe capitalista em seu movimento conjunto. Depreende-se que a autora entenda que a partir do momento em que a classe trabalhadora consome os meios de subsistência, transforma o seu consumo em um novo capital que servirá ao capitalista para comprar nova força de trabalho a ser explorada. Ou seja, vista a partir da relação de classe e não da relação individual trabalhador versus capitalista, a troca é desigual porque o capitalista usufrui do trabalho alienado duplamente. Ele compra a força de trabalho e paga um valor por ela, que mais tarde, no consumo dos meios de subsistência, retorna ao capitalista como mais-valia realizada. No processo de trabalho ele se apropria do valor criado pelo trabalho excedente. O capital produzido serve para comprar mais força de trabalho. Neste caso, a troca é desigual, pois tudo, ao fim e ao cabo, pertence ao capitalista.

Para reforçar sua compreensão, cita um trecho de “O capital” onde Marx diz que:

²⁷⁷ Na edição de “O capital” por mim utilizada, esta passagem encontra-se no livro 1 – v. II, cap. XXIII, p.722. Ao invés de traduzir a partir da citação posta por Soto, substituí pela tradução feita para esta edição.

‘No início, havia uma troca de equivalentes, depois, a troca é apenas aparente: a parte do capital que se troca por força de trabalho é uma parte do produto do trabalho alheio do qual o capitalista se apropriou sem compensar com um equivalente; além disso, o trabalhador que produziu essa parte do capital tem de reproduzi-la, acrescentando um excedente. A relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência que faz parte do processo de circulação, mera forma, alheia ao verdadeiro conteúdo e que apenas o mistifica. A forma é a contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente, sem dar a contrapartida de um equivalente.’ (ibid., p.17).²⁷⁸

Também traz à tona o fato de o capitalista não ser somente proprietário dos meios de produção e dos resultados do processo de produção, mas também do trabalhador. Utiliza-se, para fazer esta afirmação, de uma outra fala de Marx onde este afirma que “(...) na realidade, o trabalhador pertence **ao capital** antes de **vender-se** ao capitalista” (ibid. p.17-18, grifo meu).²⁷⁹

Em primeiro lugar, deve ser destacado que Marx diz que o trabalhador pertence ao capital e não ao capitalista. Neste sentido, Soto precisaria ter tomado cuidado, pois afirmar que o trabalhador vende-se a si mesmo ao capitalista seria o mesmo que dizer que ele próprio, e não sua força de trabalho, passa a ser uma mercadoria, ou seja, retorna-se à escravidão. Esta compreensão decorre da interpretação equivocada do primeiro ponto. Além disso, após afirmar que o trabalhador passa a ser propriedade do capitalista, Soto diz que “(...) esta mistificação da forma da transação **compra-venda de força de trabalho** se assenta no processo de alienação do trabalho” (ibid., p.18, grifo meu, tradução minha). Talvez, no caso de Marx ter realmente compreendido que o trabalhador vende a si próprio como mercadoria, a autora devesse usar “compra e venda do trabalhador” e não da “força de trabalho”, o que são coisas diferentes.

Concluindo seu trabalho, Soto destaca a necessidade de se dar atenção a duas dimensões da definição do conceito de pobreza na teoria marxiana, dimensões estas que são complementares. A primeira é a compreensão de pobreza como **estado de necessidade e situação de privação**, dimensão que expressa as necessidades básicas insatisfeitas do proletariado, tanto no nível individual quanto no coletivo; e a segunda é a compreensão de

²⁷⁸ Na edição de “O capital” por mim utilizada, esta passagem encontra-se no livro 1– v. II, capítulo XXII, p. 679. Ao invés de traduzir a partir da citação posta por Soto, substituí pela tradução feita para esta edição.

²⁷⁹ Na edição de “O capital” por mim utilizada, esta passagem encontra-se no livro 1– v. II, capítulo XXI, p. 672. Ao invés de traduzir a partir da citação posta por Soto, substituí pela tradução feita para esta edição.

pobreza como **processo de empobrecimento da classe trabalhadora** a partir da dinâmica de acumulação capitalista.

A partir dessas duas dimensões, a autora assume que

(...) o conteúdo dado ao conceito de pobreza na teoria marxiana, permite não só dar conta do estado de privação dos membros da classe trabalhadora a partir da constatação da insatisfação das necessidades básicas em uma sociedade historicamente determinada, mas, ao mesmo tempo, ao definir-se como um termo relacional, dá conta dos níveis antagônicos de desigualdade engendrados na dinâmica da sociedade burguesa (ibid., tradução minha).

Cabe aqui fazer considerações a **dois pontos** destacados por Soto. O primeiro diz respeito à **transformação do “processo de troca” em “processo de troca de não-equivalentes”**, e o segundo relaciona-se à **“venda do próprio trabalhador ao capitalista e não apenas da sua força de trabalho”**. Parece-me que a interpretação que a autora faz de Marx, a respeito desses dois pontos, leva a uma compreensão problemática. Em relação ao segundo ponto, creio que dispense um aprofundamento, tomando em conta as observações feitas anteriormente. A explicação do primeiro ponto também traz elementos que negam o entendimento da autora acerca do segundo. Explicitar estas questões é extremamente importante visto que a compreensão da pobreza pode se alterar. Em relação ao segundo ponto, se o trabalhador em si for tomado como propriedade do capitalista, não existem pobres, mas escravos que vivem da forma determinada por seus donos. Como seria uma mera mercadoria, não teria porquê comparar sua situação a dos “homens livres”. Em relação ao primeiro ponto, ao não considerar-se a troca de equivalentes como um pressuposto central, tornando-se a não equivalência, a regra, pressupõe-se que o que ocorre é simplesmente um roubo. Um entendimento deste tipo não permite uma compreensão da dinâmica do capital e, de certa forma, descaracteriza a leitura que Soto apresenta da pobreza no capitalismo. Para esclarecer estes aspectos, faz-se necessário recorrer ao próprio Marx.

Em termos gerais, Soto destaca os elementos centrais da compreensão marxiana em torno da pobreza. O fato de dar relevo ao fenômeno como sendo estrutural e resultado da dinâmica do próprio sistema, não sendo, desta forma, algo que possa ser corrigido, ou melhor, erradicado no seu interior, impede que sejam encontradas soluções que não a partir de uma transformação radical do sistema de produção.

Os problemas na análise de Soto não residem na definição, mas na apresentação das causas da pobreza, em especial, na descrição dos aspectos relacionados às relações entre o vendedor de força de trabalho e o capitalista, o que implica em erros na descrição da dinâmica

do sistema de produção de capital. A definição é clara: a pobreza significa “falta” do que é considerado necessário, pela própria sociedade, para viver dentro dos padrões estabelecidos por ela. Neste caso, não é apenas falta de recursos materiais para a manutenção da vida, visto que o alcance ou não destes recursos dependerão dos níveis de relação estabelecidos. Por isso, não é possível dizer que Marx desconsiderava as questões políticas, preocupando-se apenas com as econômicas.

Em relação às causas, a autora é clara até certo ponto. As causas da pobreza não são conjunturais, apesar de condições conjunturais poderem influenciar em seu nível. A causa é a própria dinâmica de produção e reprodução do capital. Neste caso, qualquer perspectiva de erradicação da pobreza – independentemente de como é estruturada a linha de pobreza – só é possível com o fim desta dinâmica. O que aparece como problema na explanação de Soto é o fato de ter entendido que Marx, ao fim e ao cabo, entende que o vendedor da força de trabalho não é livre, e que as trocas efetuadas no mercado são trocas desiguais. Isto não é pouco, pois compromete, de maneira significativa, a análise da pobreza. É bem diferente dizer que o vendedor da força de trabalho é pobre porque não é livre e porque a troca da sua força de trabalho por salário é uma troca desigual, do que dizer que a pobreza reina em meio à liberdade e em meio a trocas de equivalentes. Isto não tira o mérito do trabalho desenvolvido por Soto, mas expressa a necessidade de proceder uma revisão de sua interpretação.

2.1 – Com a palavra: Marx

Como já destacado anteriormente, os trabalhos de Rosdolsky (2001) e Soto (2003) ajudam, sobremaneira, a compreender o fenômeno pobreza na visão marxiana. Concordo com Rosdolsky que Marx não elaborou uma “lei do empobrecimento”. Concordo também com Soto quando afirma que Marx entende a pobreza como efeito e condição determinantes do processo de acumulação de capital. Não há dúvidas de que Marx entendia que a pobreza se constitui em um elemento estrutural do sistema capitalista e que não teria solução no interior deste sistema. Seu esforço em explicar a dinâmica de produção e reprodução do capital possibilita uma descrição dos limites inerentes ao modo de produção capitalista no que diz respeito à possibilidade de construção de uma forma social que permitisse a “felicidade

humana”. Ao mesmo tempo, contrapunha-se a determinadas formas de pensar que defendiam outro modelo social, como no caso de sua discordância com os socialistas utópicos.²⁸⁰

No “Manifesto do Partido Comunista”, juntamente com Engels, Marx é bastante claro na descrição que faz do capitalismo. Uma observação importante é que “a moderna sociedade burguesa, surgida das ruínas da sociedade feudal, não eliminou os antagonismos entre as classes. Apenas estabeleceu novas classes, novas condições de opressão, novas formas de luta em lugar das antigas” (Marx e Engels, 2002, p.46). Isto reforça o pensamento que abre o Manifesto, onde os autores registram que “a história de todas as sociedades que existiram até hoje é a história das lutas de classe” (ibid., p.45).

Os autores destacam que onde quer que a burguesia tenha conquistado o poder, destruiu as formas de relação que diferiam de seus interesses. Para eles, a burguesia

afogou nas águas gélidas do cálculo egoísta os sagrados frêmitos da exaltação religiosa, do entusiasmo cavalheiresco, do sentimentalismo pequeno-burguês. Fez da dignidade pessoal um simples valor de troca e no lugar das inúmeras liberdades já reconhecidas e duramente conquistadas colocou a liberdade do comércio sem escrúpulos. Numa palavra, no lugar da exploração mascarada por ilusões políticas e religiosas colocou a exploração aberta, despudorada, direta e árida (ibid., p.48).

À medida que vai revolucionando os meios de produção e, conseqüentemente, as relações de produção, condição necessária a sua própria existência, a burguesia modifica também todo o conjunto das relações sociais. Os autores desvelam a condição de globalidade – ou de mundialidade – adquirida pela burguesia. O mundo passa a ser o mundo burguês. Não é meu objetivo, neste momento, descrever o papel revolucionário que os autores atribuíram ao proletariado, papel este derivado dos efeitos do modo de produção dirigido pela burguesia, ou seja, derivado das contradições desse modo de produção. Meu objetivo é destacar alguns elementos desse modo de produção que geram o fenômeno aqui estudado: a pobreza. Neste sentido, não poderia deixar de destacar a figura da burguesia, classe que torna-se proprietária dos meios de produção e que, em defesa do modo de produção e, logicamente, de seus interesses, tem de conviver com o que dele deriva. E uma das coisas derivadas deste modo de produção e que se constitui em um dos “calcanhares de Aquiles” da burguesia é a pobreza. Digo um dos “calcanhares de Aquiles” porque a burguesia tem de lidar com todas as contradições inerentes à produção e reprodução do capital.

²⁸⁰ Sobre o pensamento de Marx, bem como de Engels e suas discordâncias com o socialismo “pré-marxiano”, ver Hobsbawm (1983).

Ainda, é no Manifesto que Marx e Engels dizem que, no capitalismo, “(...) o operário torna-se um pobre e o pauperismo cresce ainda mais rapidamente do que a população e a riqueza” (ibid., p.56-57). Em função deste empobrecimento, ou da sua condição, é que o proletariado haveria de fazer sua revolução e acabar com a dominação de classes. Essa afirmação é tomada por muitos, como já apontado anteriormente²⁸¹, como um duplo equívoco: não ocorreu um empobrecimento absoluto do proletariado e este não fez a sua revolução. Rosdolsky (2001) ajudou a elucidar tal questão, demonstrando que Marx não apontava para um empobrecimento linear e progressivo do proletariado, mas que destacava que este não poderia sair da sua condição sem fazer sua revolução. Talvez, o que é colocado antes dessa afirmação feita por Marx e Engels ajude a esclarecer um pouco mais a questão. Os autores destacavam que

(...) o servo, durante a servidão, conseguiu tornar-se membro da comuna, assim como o burguês embrionário, sob o absolutismo feudal, conseguiu tornar-se burguês. O operário moderno, ao contrário, ao invés de se elevar com o progresso da indústria, desce cada vez mais, **caindo inclusive abaixo das condições de existência de sua própria classe** (ibid., p.56, grifo meu).

É importante verificar que os autores não afirmam que a classe operária sofrerá esse empobrecimento linear e progressivo, mas que o operário pode ser levado a viver em condições inferiores àquela em que vive sua própria classe. Isto leva ao entendimento que existia um padrão estabelecido e que muitos viviam abaixo desse padrão. O que viam naquele momento era um empobrecimento vertiginoso da classe operária. O que vemos atualmente é que a pobreza não foi eliminada e que é mais comum uma diminuição dos padrões de vida do que uma melhoria – considerando, é claro o padrão definido pela sociedade. Digo isto porque alguns poderiam argumentar que atualmente a população em geral tem mais acesso à eletrodomésticos, por exemplo. Porém, ter eletrodomésticos em casa não significa não ser pobre. Uma geladeira velha, uma televisão de segunda mão, ou até mesmo um carro de 20 anos não podem ser tomados simplesmente como exemplo de que ocorre uma melhoria do padrão de vida. Só podemos dizer isto, porque o nível de padrão de vida minimamente aceitável, em comparação com o nível mais alto, é extremamente baixo. Não é sem motivo que pobre é todo aquele que vive com até dois dólares por dia, padrão este que tem sido aceito mundialmente. Claro, tomando isto como padrão, aquele que tem um carro de 20 anos deixa

²⁸¹ Refiro-me, em especial, às observações feitas por Schwartzman (2004a).

de ser pobre, pois para comprar combustível, comer e suprir suas outras “necessidades básicas fundamentais”, precisará, provavelmente, de mais do que 2 dólares por dia.

Em uma passagem dos “Manuscritos econômico-filosóficos”, Marx (2004) faz referência a Wilhelm Schulz que destaca que com o aumento da produção total, aumentam também as necessidades, os anseios e as carências, o que revela o desenvolvimento da pobreza relativa e um decréscimo da pobreza absoluta. Nesta obra, o editor coloca, em nota de rodapé, uma análise de Marx, feita no livro “trabalho assalariado e capital”, a respeito da crescente penúria da classe trabalhadora, mesmo considerando condições favoráveis da sociedade, inclusive o aumento dos salários. A este respeito, Marx afirma:

‘Uma elevação considerável nos salários pressupõe o rápido desenvolvimento do capital produtivo. O rápido crescimento do capital produtivo demanda o crescimento também rápido da riqueza, das ostentações, das necessidades e das satisfações sociais. Por isto, mesmo que as satisfações do trabalhador tenham aumentado, a gratificação social que proporcionam diminuiu em comparação com o aumento da satisfação do capitalista, inacessíveis ao trabalhador, e em comparação com a fase do desenvolvimento da sociedade em geral. As nossas carências e satisfações têm a sua origem na sociedade; podemos medi-las portanto em relação à sociedade; não as avaliamos em relação aos objetos que servem para a sua satisfação. Por serem de característica social, possuem uma característica relativa’ (MARX, 2004, p.73-74).²⁸²

Talvez isto já ajude a compreender que a pobreza não pode ser vista apenas enquanto pobreza absoluta. Mesmo que os autores mais críticos de linhagem social-democrata tenham destacado a pobreza relativa, a preocupação maior se volta para a pobreza absoluta. É esta pobreza que é urgente “erradicar”. O que a história tem mostrado é que, se em alguns países a pobreza relativa foi enfrentada, mas não resolvida, pois não pode sê-lo, isto não se tornou uma realidade global. Ao contrário, ela tem entrado novamente em cena. Por sua vez, a pobreza absoluta, se considerarmos os dados disponibilizados por vários institutos de pesquisa e entidades²⁸³, tem diminuído. Esta diminuição – que não é regular e nem constante, visto ser conjuntural – tem como justificção principal o estabelecimento da linha de pobreza adotada mundialmente, onde o nível de satisfação exigido para não ser pobre é extremamente baixo em relação à produção social.

²⁸² Esta citação, feita pelo editor, em “Manuscritos econômico-filosóficos”, foi retirada da obra “Trabalho assalariado e capital”, cuja edição por mim consultada foi a publicada pela editora Global em 1987. Nesta edição, a citação encontra-se na página 37, com pequenas diferenças em termos de tradução.

²⁸³ A exemplo da CEPAL e do Banco Mundial. No Brasil, IBGE, IPEA. Em termos globais, a China ocupa lugar de destaque, pois influenciou decisivamente a queda do índice de pobreza. Atualmente, vem ocorrendo um aumento da pobreza neste país, como já apontado anteriormente.

A burguesia conseguiu, a despeito dos movimentos proletários revolucionários, se manter no poder e exercer a sua dominação. E isto não acontece sem motivo. Os movimentos em defesa da ordem burguesa englobavam vários grupos, inclusive o lumpen-proletariado, como aponta Marx, referindo-se à situação da França em 1848, quando inicia-se o período da fundação da república burguesa. Ao mencionar a Insurreição de Junho do ano supra citado, Marx destaca que

a república burguesa venceu. A seu lado estavam a aristocracia financeira, a burguesia industrial, a classe média, os pequenos burgueses, o exército, o *lumpen-proletariado* organizado como Guarda Móvel, as competências intelectuais, o clero e a população do campo. Do lado do proletariado de Paris não estava ninguém senão ele próprio (MARX, 2000, p.25).

As lutas de classes descritas em obras como “O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte”, em “As lutas de classes” ou em “A guerra civil na França”, expressam o movimento do estabelecimento da burguesia como a classe que dita a forma da organização social. Logicamente, Marx e seus companheiros, em especial, Engels, assim como os marxistas, não sucumbiram ao aceite de que a burguesia alcançou um estágio não retornável. Ao contrário, os marxistas revolucionários continuam destacando a necessidade da revolução com vistas ao comunismo. Em “A guerra civil na França”, Marx, referindo-se à luta proletária, conclui dizendo que “o solo de onde brota a nossa Associação é a própria sociedade moderna. Não é possível exterminá-la, por maior que seja a carnificina. Para fazê-lo, os governos teriam que exterminar o despotismo do capital sobre o trabalho, base de sua própria existência parasitária” (MARX, s/d., p.100).

O poder da burguesia não se encontra apenas no fato de ser proprietária dos meios de produção. A ordem burguesa se assenta em pressupostos que encampam toda a sociedade. Independentemente de concordar ou não com ela, independentemente de estar em uma relação especificamente capitalista, todos vivem sob o julgo dos interesses da burguesia, sob o julgo da lógica do capital. O estabelecimento da liberdade, da igualdade e da fraternidade (burguesas) encarna a possibilidade de uma “sociedade justa”, onde a felicidade dos homens seria o objetivo. No entanto, como já expressava Marx, esse legado da Revolução Francesa de 1789 tinha seus limites estabelecidos para não prejudicar os interesses da burguesia. Foi e é sobre o lema da Revolução Francesa e da democracia que o capitalismo continuou e continua se desenvolvendo. Se os movimentos proletários não conseguiram construir o Comunismo

global e se o “socialismo real” que se desenvolveu em alguns países sucumbiu, o capitalismo hoje se mostra e, pior, tem sido tomado como “a ordem”.

Um dos grandes problemas da análise que muitos fazem da obra de Marx reside no fato de não tomá-la de maneira ampla. Isto é feito, inclusive por aqueles que defendem suas idéias e que, em função de se prenderem em algumas observações, acabam por fazer interpretações problemáticas e que, na minha compreensão, obscurecem as proposições de Marx.

Marx, ao descrever o processo de produção e reprodução do capital, buscou demonstrar que a ordem capitalista se assentava em pressupostos que contribuía para a sua “não-negação”. O fato de se imaginar que esta ordem poderia proporcionar a todos os frutos da produção social, mesmo que o resultado da produção se constituísse em propriedade privada, levou muitos à sua defesa. Além do mais, a burguesia desenvolveu um aparato legal e um Aparelho de Estado que garantiam seus interesses, mas, ao mesmo tempo, também se apresentavam como garantidores dos interesses gerais. Não é possível negar que, dentro desta ordem, a partir dos princípios e leis que a sustentam, exista igualdade, liberdade, fraternidade e democracia “capitalistas”. Não é possível dizer que os trabalhadores não são livres; não é possível dizer que as trocas que ocorrem no mercado capitalista não são trocas de equivalentes, pois isso alçaria a ordem capitalista ao *status* de “farsa”. A ordem capitalista não é uma farsa, e Marx procura demonstrar isso. Por não ser uma farsa, é tão difícil de ser enfrentada.

Se a sociedade capitalista não consegue cumprir muitas de suas promessas, dentre elas a erradicação da pobreza, isto não deriva da falta de igualdade, de liberdade, de fraternidade, e de democracia “capitalistas”, mas justamente porque elas existem. As “injustiças” não ocorrem apenas pelo descumprimento de leis, mas pelo estabelecimento de leis que jamais poderão ser cumpridas, ou pelo menos cumpridas no nível que se espera. Neste caso, o problema não está no desrespeito à lei, mas na impossibilidade de a lei ser cumprida dentro desta ordem. Isto não significa dizer que o sistema legal poderia ser outro. Ao contrário, só pode ser este, pois desempenha o papel de justificação do sistema. Se a lei não é cumprida, é por alguma falha, então, cabe àquele que pretende usá-la lutar para o seu cumprimento.

As maiores “injustiças” apontadas pela ampla maioria dos estudiosos residem no fato de os trabalhadores serem postos na condição de desempregados ou de terem um salário inferior ao que é necessário para dar conta de seu sustento e de sua família. Outra injustiça decorre do fato de, em estar em alguma dessas condições – de desempregado ou mal

remunerado – não contar com o auxílio do Estado para poder ter sua vida, e a dos seus, garantida. A ordem do capital funciona dentro da sua lógica, e esta lógica não pode responder de maneira positiva àqueles que querem ver a “felicidade humana”.

Neste sentido, é necessário apreender essa lógica, principalmente para deixar claro que um fenômeno como a pobreza, na ordem do capital, não decorre de “falhas” ou de “má vontade” de capitalistas e governos. A pobreza, como elemento estrutural do sistema de produção e reprodução do capital, não pode ser entendida como algo decorrente de injustiças. Como indicado antes, a “justiça do capital”, tal qual a liberdade, a igualdade, a fraternidade e a democracia que lhe dão sustentação, não pode existir senão ancorada em todas as suas contradições, o que espelha a realidade contraditória da ordem do capital.

É neste sentido que faço a crítica ao trabalho de Soto (2003). Para explicar a pobreza, a autora buscou mostrar que o que acontece na ordem capitalista não é aquilo que parece. Em especial, destaca dois aspectos: o fato de as trocas, enquanto fundamento do sistema, não serem trocas de equivalentes – neste caso, a troca efetuada entre comprador e vendedor da força de trabalho também é uma troca de não equivalentes; e de o trabalhador não ser livre. Isto demonstraria a “falsidade” do sistema.

Soto diz que esta compreensão está ancorada na descrição que Marx faz desses dois aspectos. Não concordando com essa posição e, acreditando que o entendimento da autora prejudica a compreensão do fenômeno pobreza a partir da teoria marxiana, busco esclarecer tais aspectos. Afinal, poderíamos entender que se o processo de troca fosse um processo de troca de equivalentes e se o trabalhador fosse realmente livre, a pobreza deixaria de existir. A autora entende que isso seria incompatível com o sistema capitalista. O que pretendo mostrar é que, com base em Marx, é possível concluir, ao contrário de Soto, que isto é plenamente compatível com o sistema, desde que o tomemos como referência e não aquilo que achamos que ele deveria ser. Não é possível negar que ocorra exploração do trabalho, que ocorra uma apropriação desigual da riqueza que resulta na satisfação de muitas necessidades por parte de alguns e que muitos outros não tenham suas necessidades biológicas supridas. Mas isso não é injustiça, se considerarmos os fundamentos do capitalismo.

Em relação ao primeiro aspecto destacado por Soto, ou seja, a transformação do “processo de troca” em “processo de troca de não equivalentes”, Marx (1985a) realmente fala da extração da mais-valia a partir da exploração do sobre-trabalho. Porém, a troca de salário por força de trabalho necessariamente tem de ser uma troca de equivalentes, mesmo que a compra da força de trabalho implique na produção de algo mais que ultrapasse o seu valor. O que não é possível negar é que o capitalista se apropria do valor a mais que é criado pela força

de trabalho. Neste caso, é necessário entender, com base em Marx, como é calculado o valor da força de trabalho.²⁸⁴

No livro 1 da obra “O capital”, Marx inicia seu estudo buscando esclarecer o valor das mercadorias e o papel do dinheiro no processo de troca. Todo o tempo se refere ao termo “equivalente”. No capítulo III do livro 1, Marx diz que

o preço é a designação monetária do trabalho corporificado na mercadoria. Dêsse modo, é uma tautologia afirmar a equivalência da mercadoria com o montante de dinheiro que é o seu preço, do mesmo modo que a expressão do valor relativo de uma mercadoria é sempre a expressão da equivalência entre duas mercadorias. Mas, se o preço, ao revelar a magnitude do valor da mercadoria, revela a relação de troca da mercadoria com o dinheiro, não decorre daí necessariamente a recíproca de que o preço, ao revelar a relação de troca da mercadoria com o dinheiro, revele a magnitude do valor da mercadoria (ibid., 114).

Marx continua explicando que

(...). A magnitude do valor da mercadoria expressa uma relação necessária entre ela e tempo de trabalho socialmente necessário para produzi-la, relação que é imanente ao processo de produção de mercadorias. Com a transformação da magnitude do valor em preço, manifesta-se essa relação necessária através da relação de troca de uma mercadoria com a mercadoria dinheiro, de existência extrínseca à mercadoria com que se permuta. **Nessa relação pode o preço expressar tanto a magnitude do valor da mercadoria quanto essa magnitude deformada para mais ou para menos de acordo com as circunstâncias.** A possibilidade de divergência quantitativa entre preço e magnitude do valor, ou do afastamento do preço da magnitude de valor, é, assim, inerente a própria forma preço. Isto não constitui um defeito dela, mas torna-a a forma adequada a um modo de produção em que a regra só se pode impor através de média que se realiza, irresistivelmente, através da irregularidade aparente (ibid., p.114-115, grifo meu).

O fato de a forma preço possibilitar divergência quantitativa entre a magnitude do valor e o preço da mercadoria é um elemento importante para discutir porque, em um dado momento, o “preço” da força de trabalho não reflete o seu valor. Este aspecto será retomado mais adiante.

Ao analisar o meio de circulação, ainda no capítulo III do livro 1, Marx chama a atenção para o fato de um produto poder satisfazer necessidades sociais em um determinado

²⁸⁴ Discutir isto é importante porque, atribuir ao capitalista individual ou à classe capitalista a responsabilidade de não trocar equivalentes, retira da dinâmica do sistema a sua “autonomia aparente”. Afinal, se “o capital” é uma relação social que toma a forma de coisa, como afirma o próprio Marx, temos que ter um pouco mais de cuidado para não compreendermos o processo de produção capitalista como uma mera luta entre o “bem” (trabalhadores) e o “mal” (capitalistas).

momento e, em outro, perder essa posição (de satisfazer uma necessidade), parcial ou totalmente, para outro produto semelhante. Afirmo, utilizando o exemplo do tecelão de linho, que uma necessidade social (neste caso, de linho) pode se saturar, a partir da produção excessiva desse produto por produtores rivais. Ou seja, à medida que uma necessidade social se torna saturada, o produto, fruto desse processo que propiciou a produção de excedente, se torna supérfluo, excedente e inútil. Como veremos mais adiante, a força de trabalho, enquanto uma mercadoria, também pode se tornar excedente. Esta criação de excedente de força de trabalho se constitui num dos grandes problemas da atualidade.

Referindo-se ao produtor de linho, que produziu um produto supérfluo – supérfluo em função de as necessidades sociais, relacionadas a este produto, já estarem satisfeitas – Marx faz a seguinte reflexão:

supomos que tenha despendido no produto o tempo de trabalho que, em média, é socialmente necessário. O preço da mercadoria é apenas a denominação em dinheiro da quantidade de trabalho social nela incorporado. Mas, sem pedir licença ao nosso tecelão e sem lhe dar conhecimento disso, entram numa fase de transformação as velhas e consagradas condições de produção de tecido de linho. O que, ontem, sem sombra de dúvida, era tempo de trabalho socialmente necessário para a produção de um metro de linho, deixa de o ser, hoje, conforme o dono do dinheiro se empenha em provar com as cotações dos diferentes competidores do nosso amigo. Para a infelicidade dêste, há, no mundo, muitos tecelões. Mas admitamos, por fim, contenha cada peça de linho, existente no mercado, apenas o tempo de trabalho socialmente necessário. **Apesar disto, a totalidade das peças pode conter tempo de trabalho superfluamente despendido** (ibid., p.119-120, grifo meu).

Neste caso, segundo Marx, o fato de o mercado não absorver uma mercadoria (a exemplo do linho) no seu preço normal demonstra que foi gasto “(...) uma proporção excessiva de tempo de trabalho total da comunidade” (ibid., p.120).²⁸⁵

No capítulo IV, item 3, do livro 1, Marx refere-se à compra e venda da força de trabalho. Logo no primeiro parágrafo, o autor destaca que, para extrair valor do consumo de uma mercadoria, o capitalista deve contar com uma mercadoria que possibilite, a partir do seu valor-de-uso, a criação de mais valor. Essa mercadoria é a força de trabalho.²⁸⁶ A força de

²⁸⁵ Marx (1985a, p.120) acrescenta que “haveria o mesmo efeito, se cada tecelão, individualmente, tivesse despendido em seu produto mais do que o tempo de trabalho socialmente necessário. Todos eles são atingidos pelas conseqüências.”

²⁸⁶ Marx (1985a, p.187) define força de trabalho ou capacidade de trabalho como “o conjunto das faculdades físicas e mentais, existentes no corpo e na personalidade viva de um ser humano, as quais êle põe em ação tóda a vez que produz valores-de-uso de qualquer espécie.”

trabalho só pode aparecer como mercadoria para ser trocada no mercado se for oferecida e vendida como tal pelo seu possuidor. Para tanto, o possuidor da força de trabalho deve dispor dela, deve ser um proprietário livre de sua capacidade de trabalho, conseqüentemente, de sua pessoa. O proprietário da força de trabalho e o possuidor de dinheiro se encontram em relação de igualdade no mercado, sendo que só se diferenciam pelo fato de um se apresentar como vendedor e outro como comprador. Juridicamente são pessoas iguais. Esta posição de Marx ajuda a refutar a afirmação que Soto fez em relação ao fato de o trabalhador vender-se a si mesmo ao capitalista. Neste sentido, Marx destaca que

a continuidade dessa relação exige que o possuidor da fôrça de trabalho venda-a sempre por tempo determinado, pois se a vende de uma vez por todas, vender-se-á a si mesmo, transformar-se-á de homem livre em escravo, de um vendedor de mercadoria em mercadoria. Tem sempre que manter sua fôrça de trabalho como sua propriedade, sua própria mercadoria, o que só consegue, se a ceder ao comprador apenas provisoriamente, por determinado prazo, alienando-a sem renunciar a sua propriedade sôbre ela (ibid., p.188).

Esta é uma das condições para que o proprietário do dinheiro encontre a força de trabalho disponível para venda no mercado. Uma outra condição é que o possuidor da força de trabalho deve estar impossibilitado de vender mercadorias em que se encarne seu trabalho, sendo, dessa forma, forçado a vender sua força de trabalho. Isto significa que o vendedor de força de trabalho não pode ter acesso aos meios de produção. Esta separação entre possuidor de dinheiro e de mercadorias e possuidor da força de trabalho não se constitui numa produção da natureza, mas é fruto de um desenvolvimento histórico. Segundo Marx, o capital só aparece no momento em que o possuidor dos meios de produção e de subsistência encontra o trabalhador livre no mercado pondo sua força de trabalho à venda, sendo que “(...) esta única condição histórica determina um período da história da humanidade. O capital anuncia, desde o início, uma nova época no processo de produção social” (ibid., p.190).

Marx destaca que, como qualquer outra mercadoria, a força de trabalho também tem seu valor determinado pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção e reprodução. Nas suas palavras,

enquanto valor, a fôrça de trabalho representa apenas determinada quantidade de trabalho social médio nela corporificado. Não é mais do que a aptidão do indivíduo vivo. A produção dela supõe a existência deste. Dada a existência do indivíduo, a produção da força de trabalho consiste em sua manutenção ou reprodução. **Para manter-se precisa o indivíduo de certa soma de meios de subsistência. O tempo de trabalho necessário à**

produção da força de trabalho reduz-se, portanto, ao tempo de trabalho necessário à produção desses meios de subsistência, ou o valor da força de trabalho é o valor dos meios de subsistência necessários à manutenção de seu possuidor (ibid., p.191, grifo meu).

Acrescenta que

a soma dos meios de subsistência deve ser, portanto, suficiente para mantê-lo no nível de vida normal do trabalhador. As próprias necessidades naturais de alimentação, roupa, aquecimento, habitação, etc. variam de acordo com as condições climáticas e de outra natureza de cada país. Demais, **a extensão das chamadas necessidades imprescindíveis e o modo de satisfazê-las são produtos históricos e dependem, por isso, de diversos fatores, em grande parte do grau de civilização de um país e, particularmente, das condições em que se formou a classe dos trabalhadores livres, com seus hábitos e exigências peculiares.** Um elemento histórico e moral entra na determinação do valor da força de trabalho, o que a distingue das outras mercadorias. Mas para um país determinado, num período determinado, é dada a quantidade média dos meios de subsistência necessários (ibid., grifo meu).

Mais adiante, Marx especifica um pouco mais esta questão asseverando que

o limite último ou mínimo do valor da força de trabalho é o determinado pelo valor da quantidade diária de mercadorias indispensáveis para que o portador da força de trabalho, o ser humano, possa continuar vivendo, ou seja, pelos meios de subsistência fisicamente imprescindíveis. **Se o preço da força de trabalho baixa a esse mínimo, baixa também seu valor, e ela só pode vegetar e atrofiar-se. Mas o valor de uma mercadoria é determinado pelo tempo de trabalho requerido para que seja fornecida de acordo com sua qualidade normal** (ibid., p.193, grifo meu).

É interessante destacar que, na citação acima, Marx aponta a possibilidade de que a força de trabalho possa ter seu **preço** rebaixado a ponto de só poder vegetar. Entendo que, quando diz que nesta situação também baixa o **valor** da força de trabalho, considera que o tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência fisicamente imprescindíveis é menor, portanto, o valor da força de trabalho também é menor. Neste caso, a mercadoria força de trabalho não teria como ser produzida dentro do nível de qualidade “normal”. Essa reflexão permite fazer uma pergunta: Qual o nível de “qualidade normal” da força de trabalho?

A resposta a esta pergunta exige a retomada de algumas considerações apontadas anteriormente. Primeiro é necessário que se defina em que país ou região vive o trabalhador –

a definição dos meios de subsistência está diretamente relacionada às condições de clima, geografia, por exemplo; segundo, é preciso verificar o nível de desenvolvimento das forças produtivas e o grau de possibilidade de satisfazer determinadas necessidades; terceiro, é necessário levar em consideração o que, historicamente, se constitui no padrão de normalidade em cada país ou região e que passa a ser aceito moralmente. Por exemplo, se a ampla maioria mora em barracos, faz duas refeições diárias, consegue se vestir e, com esse mínimo, consegue dar conta de cumprir o compromisso que assume com o capitalista na hora que troca sua força de trabalho por salário, este se tornará o “padrão de vida normal” do trabalhador.

Mas deve ser considerado que em uma sociedade não existe um único padrão de trabalhador. Alguns trabalhadores, para cumprirem seu acordo com o capitalista, devem dispor de algumas capacidades que só são conseguidas a partir do acesso a outros elementos que, neste caso, passam a fazer parte do rol dos meios de subsistência para este grupo. Podemos citar, como exemplo, um engenheiro que, em contraposição a um cortador de cana ou a um pedreiro, necessita de um rol bem maior de meios de subsistência para exercer o seu papel social e desempenhar suas obrigações de trabalhador, o que torna o valor de sua força de trabalho maior do que a dos outros trabalhadores citados. O nível de pobreza será definido a partir do nível de satisfação de necessidades consideradas prioritárias para a manutenção e reprodução do sistema, juntamente com definições morais estabelecidas no seio da própria sociedade. Se a satisfação das necessidades para a manutenção e reprodução do sistema se coloca como primordial para a definição do nível de pobreza, as definições morais servem de justificação, pois, apesar de escancararem a “não satisfação” dessas necessidades, atuam de forma a criar um sentimento de que essa “não satisfação” pode e deve ser superada. É daí que decorre a necessidade de estabelecimento de “mínimos” ou “básicos” sociais.

No capítulo V do livro 1, Marx, referindo-se ao processo de trabalho e ao processo de produzir mais-valia, retoma a especificidade da força de trabalho enquanto mercadoria.²⁸⁷ A força de trabalho entra no mercado como qualquer mercadoria. Marx atenta para o fato que o capitalista, ao comprar a força de trabalho, paga seu valor diário ao trabalhador. A força de trabalho pertence ao capitalista durante o dia. É ela, a força de trabalho, que, no processo de valorização, produz mais-valia, o que não significa,

²⁸⁷ Não é demais lembrar que Marx (1985a, p.41-42) define mercadoria como sendo, “(...) antes de mais nada, um objeto externo, uma coisa que, por suas propriedades, satisfaz necessidades humanas, seja qual for a natureza, a origem delas, provenham do estômago ou da fantasia. Não importa a maneira como a coisa satisfaz a necessidade humana, se diretamente, como meio de subsistência, objeto de consumo, ou indiretamente, como meio de produção.”

necessariamente, produção de capital, visto que isto só ocorrerá se esta mais-valia for realizada e reaplicada no processo de produção. Marx volta a reforçar que “(...) o valor de qualquer mercadoria é determinado pela quantidade de trabalho materializado em seu valor-de-uso, pelo tempo de trabalho socialmente necessário a sua produção” (ibid., p.211). Neste caso, a mercadoria força de trabalho não foge à regra e seu valor é calculado a partir do tempo de trabalho socialmente necessário para produzir os meios de subsistência para que o trabalhador e sua família possam se produzir e reproduzir em condições normais, como já colocado anteriormente.

Marx afirma que o valor da força de trabalho e o valor por ela criado no processo de trabalho são duas magnitudes diferentes. A força de trabalho tem a especificidade de ter valor e de produzir mais valor. Segundo ele,

(...), o vendedor da fôrça de trabalho, como o de qualquer outra mercadoria, realiza seu valor-de-troca e aliena seu valor-de-uso. Não pode receber um, sem transferir o outro. O valor do óleo vendido não pertence ao comerciante que o vendeu, e o valor-de-uso da força de trabalho, o próprio trabalho, tampouco pertence a seu vendedor. O possuidor do dinheiro pagou o valor diário da força de trabalho; pertence-lhe, portanto, o uso dela durante o dia, o trabalho de uma jornada inteira. A manutenção quotidiana da fôrça de trabalho custa apenas meia jornada, apesar de a fôrça de trabalho poder operar, trabalhar uma jornada inteira, e o valor que sua utilização cria num dia é o dôbro do próprio valor-de-troca. **Isto é uma grande felicidade para o comprador, sem constituir injustiça contra o vendedor** (ibid., p.218, grifo meu).

Ao comprar a força de trabalho por um dia e pagar o seu valor (que, a título de exemplo, equívale a meia jornada), o capitalista não comete nenhuma injustiça. Ou seja, a troca das mercadorias força de trabalho e salário representa uma troca de equivalentes.

No capítulo XIII do livro 1, Marx discorre sobre a maquinaria e a indústria moderna e aponta alguns elementos importantes para a compreensão do processo de troca enquanto processo de troca de equivalentes. Logo no início do capítulo, referindo-se à observação feita por Stuart Mill que as invenções mecânicas não tinham aliviado a labuta diária do trabalhador, Marx afirma que este (aliviar a labuta do trabalhador) não foi o objetivo do capital ao empregar a maquinaria no processo de produção. Diz:

esse emprego, como qualquer outro desenvolvimento da fôrça produtiva do trabalho, **tem por fim baratear as mercadorias, encurtar a parte do dia de trabalho da qual precisa o trabalhador para si mesmo**, para ampliar a outra parte que êle dá gratuitamente ao capitalista. A maquinaria é meio para produzir mais-valia (ibid., p.424, grifo meu).

Mas o aperfeiçoamento da maquinaria²⁸⁸ vai além desse fato de encurtar a parte do dia necessária para o trabalhador produzir o valor de sua força de trabalho. Esse aperfeiçoamento leva a um dispensamento de parte da força de trabalho incorporada ao processo produtivo.

Marx chama a atenção para o fato de a divisão da jornada de trabalho (em trabalho necessário e trabalho excedente) variar conforme os países; dentro de um mesmo país, dependendo do período; dentro do mesmo período, dependendo do ramo de atividade, sendo que “(...) **o salário real do trabalhador ora cai abaixo do valor da força de trabalho ora se eleva acima dêle**” (ibid., p.447, grifo meu). Em função disso, a diferença entre o preço da máquina e o preço da força de trabalho que ela substitui pode variar muito. Porém, permanece “(...) invariável a diferença entre a quantidade de trabalho necessária para produzir a máquina e a quantidade total de trabalho que ela substitui” (ibid.). Mas é apenas a primeira diferença que determina os custos da produção da mercadoria para o capitalista e que o interessa, em função da concorrência. Marx diz ainda que, em países civilizados, o uso de máquinas em alguns ramos leva a um excesso de oferta de trabalho em outros ramos, fazendo com que (nestes últimos) a queda do salário abaixo do valor da força de trabalho chegue a impedir a aplicação de máquinas, tornando essa aplicação “(...) muitas vêzes impossível, supérflua, do ponto de vista do capital cujo lucro deriva não da diminuição do trabalho empregado mas da diminuição do trabalho pago” (ibid., p.448).²⁸⁹

Outra observação feita pelo autor é que, ao tornar dispensável – a partir do uso de máquinas – o uso da força muscular, o capital passa a empregar mulheres e crianças.²⁹⁰ Nesse momento, ocorre uma mudança importante: se “o valor da força de trabalho era determinado não pelo tempo de trabalho necessário para manter individualmente o trabalhador adulto, mas pelo necessário a sua manutenção e a de sua família” (ibid., p.450), a partir da implantação da

²⁸⁸ Marx (1985a, p.442) afirma que “quanto maior a força produtiva das máquinas em relação à dos instrumentos manuais, tanto maior o serviço gratuito que prestam em comparação com o que se obtém desses instrumentos. Só com a indústria moderna aprende o homem a fazer o produto de seu trabalho passado, o trabalho já materializado, operar em grande escala, gratuitamente, como se fôsse uma força natural.” Marx acrescenta que “dada a proporção em que a maquinaria transfere valor ao produto, a magnitude do valor transferido depende da magnitude do seu próprio valor. Quanto menos trabalho contiver, tanto menos valor acrescenta ao produto” (ibid., p.444).

²⁸⁹ Marx (1985a, p.449) faz uma observação em relação a essa necessária utilização da força de trabalho dizendo que “(...) é a Inglaterra, o país das máquinas, o lugar do mundo onde mais vergonhosamente se dilapida a força humana de trabalho em tarefas miseravelmente pagas.”

²⁹⁰ Neste sentido, Marx (1985a, p.450) acrescenta: “Assim, de poderoso meio de substituir trabalho e trabalhadores, a maquinaria transformou-se imediatamente em um meio de aumentar o número de assalariados, colocando todos os membros da família do trabalhador, sem distinção de sexo e de idade, sob o domínio direto do capital.”

maquinaria e do uso de todos os membros da família, o valor da força de trabalho do homem adulto reparte-se pela família inteira.²⁹¹ Segundo o autor, o emprego da máquina, à medida que aumenta o campo específico de exploração do capital, ou seja, o material humano a ser explorado, aumenta também o seu grau de exploração.²⁹² Isto também leva a uma diminuição da resistência exercida pelo trabalhador masculino, na manufatura, contra o despotismo do capital.

Marx afirma que

a máquina produz mais-valia relativa diretamente, ao depreciar a força de trabalho, indiretamente, ao baratear as mercadorias que entram na reprodução dessa força, e, ainda, em suas primeiras aplicações esporádicas, transformando em trabalho potenciado, de maior eficácia, o trabalho empregado, ficando o valor individual de seu produto inferior ao social e capacitando o capitalista a cobrir o valor diário da força de trabalho com menor porção de valor do produto diário. (...).

Ao generalizar-se o uso da maquinaria no mesmo ramo de produção, cai o valor social do produto da máquina ao nível do valor individual, impondo-se a lei, segundo a qual, a mais-valia não deriva das forças de trabalho que o capitalista substitui com a máquina mas das forças de trabalho nela ocupadas (ibid., p.463-464).²⁹³

Ao possibilitar o recrutamento de uma população antes inacessível ao capital – crianças e mulheres que não dispunham da força física necessária antes do uso da máquina – e ao dispensar trabalhadores – substituídos por elas –, o uso da máquina proporciona a formação de uma população trabalhadora excedente que, por sua vez, é compelida a submeter-se à lei do capital.²⁹⁴ Neste momento, o prolongamento da jornada de trabalho é

²⁹¹ Marx (1985a, p.450) exemplifica dizendo que a compra de quatro forças de trabalho de uma mesma família pode até custar mais do que a aquisição da força de trabalho do chefe da família, mas, em compensação, são obtidas quatro jornadas de trabalho ao invés de uma, sendo que “(...) o preço da força de trabalho cai na proporção em que o trabalho excedente dos quatro ultrapassa o trabalho excedente de um. Quatro tem de fornecer ao capital não só trabalho mas também trabalho excedente, a fim de que uma família possa viver.”

²⁹² Marx (1985a, p.451), em nota de rodapé, cita os inspetores de fábrica que, em seus relatórios, atentam para o fato que à diminuição do trabalho doméstico (exercido pelos membros da família) corresponde um maior gasto de dinheiro. As atividades antes desenvolvidas em casa (como costurar e remendar) passam a ser substituídas pela compra de mercadorias fabricadas que passam a substituir as danificadas e que antes, eram consertadas. Isto faz com que os custos de manutenção da família aumentem até se contrabalançarem com a receita suplementar conseguida a partir do emprego da mulher e dos filhos, impedindo a poupança.

²⁹³ Marx (1985a, p.464-465) ressalta o fato que, “(...) com o emprêgo generalizado da maquinaria num ramo industrial, o valor da mercadoria produzida a máquina regula o valor de tôdas as mercadorias da mesma espécie, e é essa contradição que por sua vez impele o capitalista, sem tomar consciência dela, a prolongar desmedidamente a jornada de trabalho, a fim de compensar a redução do número relativo dos trabalhadores explorados com o aumento tanto do trabalho excedente relativo quanto do absoluto.”

²⁹⁴ Isso leva Marx (1985a, p.465) a registrar que “(...) a máquina põe abaixo todos os limites morais e naturais da jornada de trabalho. Daí o paradoxo econômico que torna o mais poderoso meio de encurtar o tempo de trabalho

levado ao limite. Porém, esse prolongamento desmedido provoca reações da sociedade, o que leva ao estabelecimento de uma jornada normal de trabalho, regulada legalmente. No entanto, o aumento da produção via prolongamento da jornada é substituído pelo aumento da produção na jornada, agora limitada, em função da aplicação de novos métodos produtivos e de novas tecnologias. Passa-se da extração da mais-valia absoluta à extração da mais-valia relativa.

Cabe desenvolver um pouco mais o que Marx denominou de “luta entre o trabalhador e a máquina”.²⁹⁵ Ele diz que “a luta entre o capitalista e o trabalhador remonta à própria origem do capital. (...). Mas, só a partir da introdução da máquina, passa o trabalhador a combater o próprio instrumental de trabalho, a configuração material do capital” (ibid., p.489). Porém, completa Marx, “era mister tempo e experiência para o trabalhador aprender a distinguir a maquinaria de sua aplicação capitalista e atacar não os meios materiais de produção, mas a forma social em que são explorados” (ibid., p.490-491).

Ao ser utilizada como concorrente do próprio trabalhador, a máquina interfere em todo processo de produção capitalista que, por sua vez, baseia-se na venda da força de trabalho como uma mercadoria. O autor destaca que a divisão do trabalho na manufatura, leva a força de trabalho a se limitar ao manejo de uma ferramenta de aplicação especializada. Mas, à medida que

(...) a máquina passa a manejar a ferramenta, **o valor-de-troca da força de trabalho desaparece ao desvanecer seu valor-de-uso.** (...) A parte da classe trabalhadora que a maquinaria transforma em população supérflua, não mais imediatamente necessária à auto-expansão do capital, segue uma das pontas de um dilema inarredável: ou sucumbe na luta desigual dos velhos ofícios e das antigas manufaturas contra a produção mecanizada, ou inunda todos os ramos industriais mais acessíveis, abarrotando o mercado de trabalho e fazendo **o preço da força de trabalho cair abaixo do seu valor**” (ibid., p.492-493, grifo meu).²⁹⁶

Marx volta a reforçar um dos papéis que a máquina acaba por desempenhar, ou seja, o de servir de elemento inibidor ou impedor de revoltas e greves dos trabalhadores

no meio mais infalível de transformar todo o tempo da vida do trabalhador e de sua família em tempo de trabalho de que pode lançar mão o capital para expandir seu valor.”

²⁹⁵ Este é o título do item 5 do capítulo XIII do livro 1 de “O capital”.

²⁹⁶ Na seqüência desta fala, Marx (1985a, p.493) acrescenta: “Para os trabalhadores lançados à miséria é um grande consôlo, dizem, serem apenas temporários seus sofrimentos; outro consôlo decorreria de a máquina apropriar-se, apenas pouco a pouco de um ramo inteiro de produção, com o que se reduz a extensão e a intensidade dos seus efeitos destruidores. Os dois consôlos se anulam. Quando a máquina se apodera, pouco a pouco, de um ramo de produção, produz ela miséria crônica na camada de trabalhadores com que concorre.”

contra o capital. Dessa forma, não se apresenta apenas como “concorrente” do trabalhador, mas também como elemento de regulação e controle das “insatisfações” dos trabalhadores.

Um outro aspecto importante levantado por ele, ainda no capítulo XIII do livro 1, diz respeito à compensação que ocorre no interior do próprio sistema capitalista em relação ao dispensamento de força de trabalho pelo uso de máquinas. O autor faz uma crítica aos economistas da época²⁹⁷ que entendiam que o capital variável que era poupado em um ramo da produção poderia ser utilizado em outro, inclusive no de produção de novas máquinas. Isto faria com que o mercado de trabalho, de certa forma, se auto-regulasse. Na compreensão de Marx, isso não ocorre, sendo que a proporção de trabalhadores dispensados que é incorporada em outros ramos é sempre menor do que a que é dispensada em função do uso de máquinas.

Além disso, ele destaca que a dispensa de trabalhadores implica na impossibilidade de consumo dos meios de subsistência, o que acarreta em menor procura dos produtos. Se a procura diminui, a tendência é de queda nos preços em função do baixo consumo. Se essa situação perdura, os trabalhadores que estão ocupados nos ramos de produção dos meios de subsistência ficarão também desempregados. Isto faz com que o capital, que era empregado na produção de meios de subsistência, procure outra forma de reprodução. Neste caso, diz o autor, “ (...) a maquinaria põe na rua não só trabalhadores do ramo de produção onde se introduz, mas também trabalhadores de ramos onde não foi introduzida” (ibid., p.505). A sua discordância dos economistas da época em relação à “teoria da compensação” o levou a asseverar que

os trabalhadores despedidos de um ramo industrial podem sem dúvida procurar emprego em qualquer outra ocupação. Se o acham, recompondo-se assim o laço que existia entre eles e os meios de subsistência de que foram dissociados, isto acontece através de novo capital adicional que procura aplicação, e de modo nenhum através do capital que já operava antes e se transformou em máquina. Mesmo nesse caso, suas possibilidades são ínfimas. Atrofiados pela divisão do trabalho, êsses pobres diabos valem tão pouco fora de seu âmbito de atividade que só encontram acesso em ramos de trabalho inferiores e, por isso, superlotados e mal pagos (ibid.).

É necessário destacar que Marx não critica o uso da máquina em si, mas sua aplicação capitalista. Enquanto facilitadora do trabalho humano, a máquina deve ser vista como uma vitória do homem sobre a natureza. Sua aplicação capitalista é que implica em prolongamento e intensificação do trabalho, pauperizando os verdadeiros produtores. Segundo

²⁹⁷ Marx refere-se a James Mill, MacCulloch, Torrens, Senior, Stuart Mill e a “outros” os quais não nomina.

o autor, o resultado imediato da maquinaria é a ampliação da mais-valia, bem como a ampliação da quantidade de produtos em que esta mais-valia se incorpora. Isto significa que a maquinaria favorece a classe capitalista – e também seu cortejo, como diz Marx – aumentando a substância de que vive. O resultado é que essa riqueza em expansão, juntamente com a diminuição relativamente constante do número de trabalhadores necessários para produzir os gêneros de primeira necessidade, geram novas “necessidades de luxo” e, conseqüentemente, os meios para satisfazê-las. Ou seja, “uma porção maior do produto social transforma-se em produto excedente e uma parte maior do produto excedente é fornecida e consumida sob formas refinadas e mais variadas. Em outras palavras, a produção de luxo aumenta” (ibid., p.510).²⁹⁸

Mas, a produção de luxo não salva o sistema capitalista de seus problemas. Marx atenta para o fato de a produção industrial seguir uma determinada seqüência, passando por períodos de atividade moderada, prosperidade, superprodução, crise e estagnação. Isso faz com que a incerteza e a instabilidade a que é submetida a classe trabalhadora passem a ser encaradas como normal, ou seja, como aspectos inerentes a estes períodos. Excetuando-se os períodos de prosperidade, nos demais, os capitalistas lutam entre si, de todas as formas, para obter uma maior participação no mercado. A maior participação está vinculada ao barateamento da mercadoria. Num primeiro momento, os capitalistas se rivalizam empregando maquinaria que substitui força de trabalho e buscam aplicar novos métodos de produção. Num segundo momento, esse barateamento se dá “(...) **diminuindo-se à força o salário abaixo do valor da força de trabalho**” (ibid., p.519, grifo meu).²⁹⁹

Nos capítulos XXI e XXII do livro 1, volume II, Marx retoma a análise do valor da força de trabalho e a relação de troca de equivalentes. Soto (2003) se baseia nestes dois capítulos para dizer que, na compreensão de Marx, o que passa a ocorrer na relação de compra e venda da força de trabalho é uma relação de troca de não equivalentes. Em primeiro lugar, é necessário lembrar que a autora, para questionar o processo de troca, como processo

²⁹⁸ Marx, ao final do item 6 do capítulo XIII do livro 1 aponta para o aumento do número de serviços em função do aumento do desemprego em vários ramos de produção. Denomina esses serviços como “modernos escravos domésticos”. Cabe destacar que, na atualidade, a categoria “trabalhadores domésticos” vem sofrendo também com o desemprego, visto que a “classe média”, em função da diminuição dos rendimentos, tem dispensado esse tipo de despesa.

²⁹⁹ Em nota de rodapé Marx (1985a, p.519) cita documentos que apontam para essa diminuição dos salários abaixo do valor da força de trabalho. Em certo momento escreve: “os fabricantes se aproveitam dos períodos desfavoráveis da indústria, para fazer lucros extraordinários através da redução exagerada de salários, isto é, do roubo direto dos meios de subsistência indispensáveis ao trabalhador.” No item “d” do ponto 8 do capítulo XIII do livro 1, intitulado “O moderno trabalho a domicílio”, Marx retoma a descrição das condições a que foi jogada grande parte da classe trabalhadora antes da consolidação da indústria mecanizada.

de troca de equivalentes, não se baseia na relação preço versus valor da força de trabalho, mas no fato de, ao fim e ao cabo, todo valor implicado no processo de produção e reprodução do capital pertencer ao capitalista. Essa troca de “não equivalentes” passa a ser a regra.

No entanto, uma análise mais atenta desses dois capítulos, juntamente com os anteriores, principalmente os apresentados aqui, levam a uma compreensão contrária. No meu entendimento, Marx não tem esta compreensão do processo de troca. Quando se remete a ele, está sempre se referindo à troca de mercadorias, que devem ser trocadas enquanto equivalentes. Em relação à força de trabalho, a equivalência na troca será representada pela equivalência do preço pago com o valor desta mercadoria. Para Marx, a troca de “não equivalentes” ocorre em períodos determinados, o que é expresso através da diferença entre o **preço** e o **valor** da força de trabalho. O que tem de ser levado em consideração, e de fato, analisado com cuidado, é o processo de diminuição do valor da força de trabalho, principalmente a partir do emprego da força de trabalho de toda a família e da introdução da maquinaria.

No capítulo XXI, Marx analisa a reprodução simples do capital e afirma que

(...) o que no início é apenas ponto de partida torna-se, em virtude da mera continuidade do processo, da reprodução simples, o resultado peculiar, constantemente renovado e perpetuado da produção capitalista. De um lado o processo de produção transforma continuamente a riqueza material em capital, em meio de expandir valor e em objetos de fruição do capitalista. Por outro lado, o trabalhador sai sempre do processo como nêle entrou, fonte pessoal da riqueza, mas desprovido de todos os meios para realizá-la em seu proveito (ibid., p.664).

O trabalhador é transformado pelo capitalista em trabalhador assalariado. A perpetuação dessa condição do trabalhador é condição fundamental da produção capitalista. Segundo Marx, no processo de produção capitalista, o trabalhador realiza dois tipos de consumo: 1) consome os meios de produção com seu trabalho, transformando-os em produtos com um valor maior do que o inicialmente desembolsado pelo capitalista (o que foi considerado por alguns economistas como consumo produtivo); e 2) utiliza o dinheiro recebido em troca da sua força de trabalho para a compra de meios de subsistência (considerado apenas consumo individual). Em relação a esta divisão entre consumo produtivo e individual, Marx destaca o fato de o trabalhador ser, as vezes, forçado a tornar seu consumo individual um mero incidente do processo de produção. O trabalhador supre a si mesmo dos meios de subsistência para manter sua força de trabalho em funcionamento, o que faz com

que os meios de consumo do trabalhador passem a ser simples meios de consumo de um meio de produção, e seu consumo individual, consumo diretamente produtivo (sendo consumo produtivo apenas a parte necessária para perpetuar a classe trabalhadora; o que é consumido para seu próprio prazer é considerado, pelos capitalistas e por seus ideólogos, consumo improdutivo). Destaca que “este abuso” parece não dizer respeito apenas ao modo de produção capitalista.

Mas não é simples assim. Segundo Marx,

a coisa muda de aspecto quando consideramos não o capitalista e o trabalhador isolados, mas a classe capitalista e a classe trabalhadora, não o processo de produção isolado, mas o processo de produção capitalista em sua continuidade e em toda a sua extensão social. Quando o capitalista transforma parte de seu capital em força de trabalho, aumenta êle o valor do seu capital global. Com uma cajadada mata dois coelhos. Lucra não só com o que recebe do trabalhador, mas também com o que lhe dá. O capital que fornece em troca da fôrça de trabalho se converte em meios de subsistência, cujo consumo serve para produzir músculos, nervos, ossos e cérebro do trabalhador existente e para gerar novos trabalhadores. Dentro dos limites do absolutamente necessário, o consumo individual da classe trabalhadora, portanto, transforma os meios de subsistência, proporcionados pelo capital em troca de fôrça de trabalho, em nova fôrça de trabalho explorável pelo capital (ibid., p.666).

O processo de produção tem por pressuposto a separação da força de trabalho das condições de trabalho, o que possibilita a perpetuação das condições de exploração do trabalhador. O trabalhador vende sua força de trabalho para sobreviver e o capitalista a compra para enriquecer. Sendo assim, Marx assevera que

não é mais o acaso que leva o trabalhador e o capitalista a se encontrarem no mercado, como vendedor e comprador. É o próprio processo que continuamente lança o primeiro como vendedor de sua fôrça de trabalho no mercado e transforma seu produto em meio que o segundo utiliza para comprá-lo. Na realidade, **o trabalhador pertence ao capital antes de vender-se ao capitalista**. Sua servidão econômica se concretiza e se dissimula, ao mesmo tempo, pela venda periódica de **si mesmo**, pela sua troca de padrões e pelas oscilações do preço do trabalho no mercado.

A produção capitalista, encarada em seu conjunto, ou como processo de reprodução, produz não só mercadoria, não só mais-valia; produz e reproduz a relação capitalista: **de um lado, o capitalista e do outro, o assalariado** (ibid., p.672-673, grifo meu).

No capítulo XXII, Marx trabalha a transformação da mais-valia em capital. É neste capítulo que Soto (2003) se baseia para afirmar que, na compreensão de MARX, o que

passa a ocorrer na relação capital versus trabalho é um processo de troca de “não equivalentes”. Reproduzirei novamente, a partir da edição em português de “O capital” por mim utilizada, a citação que Soto faz de Marx e que, em seu texto, se encontra na página 17. Marx diz:

(...). No início, havia uma troca de equivalentes, depois, a troca é apenas aparente: a parte do capital que se troca por força de trabalho é **uma parte do produto do trabalho alheio do qual o capitalista se apropriou sem compensar com um equivalente**; além disso, o trabalhador que produziu essa parte do capital tem de reproduzi-la, acrescentando um excedente. **A relação de troca entre capitalista e trabalhador não passa de uma simples aparência** que faz parte do processo de circulação, mera forma, alheia ao verdadeiro conteúdo e que apenas o mistifica. A forma é a contínua compra e venda da força de trabalho. O conteúdo é o capitalista trocar sempre por quantidade maior de trabalho vivo uma parte do trabalho alheio já materializado, do qual se apropria ininterruptamente, **sem dar a contrapartida de um equivalente** (ibid., p.679, grifo meu).

É necessário esclarecer várias questões. Em primeiro lugar, a citação, posta de forma descontextualizada, pode dar margem a interpretações problemáticas. Mas, mesmo tomada isoladamente, não permite afirmar que o que passa a ocorrer é uma troca de “não equivalentes”, nem na compreensão que Soto tem da questão, nem que essa passe a ser a regra tomando em conta a compreensão que Marx tem do processo de troca. Isto porque, a fala de Marx que “ (...): a parte do capital que se troca por força de trabalho é uma parte do produto do trabalho alheio do qual o capitalista se apropriou sem compensar com um equivalente”, não permite entender que o valor pago por esta força de trabalho não seja realmente o seu valor, mas apenas que esta força de trabalho está sendo paga com o valor criado pelo trabalho excedente explorado anteriormente, cuja relação representou uma troca de equivalentes.

No capítulo XXI, Marx expôs a reprodução simples do capital. No capítulo XXII, trata da transformação da mais-valia em capital. Portanto, parte da reprodução simples para explicar que, na reprodução ampliada do capital, a lei da troca não é alterada, ou seja, continua ocorrendo uma troca de equivalentes. Marx fará isso no decorrer do capítulo, após ter feito a citação destacada acima, e faz um retrospecto sobre a seqüência de fases que se sucedem até a acumulação capitalista.

Volta a afirmar que o fato de o vendedor da força de trabalho produzir um valor a mais e não ser ressarcido por isso, não se constitui em um “logro” ao vendedor, visto que recebeu o justo valor pela venda de sua mercadoria. Destaca que “a lei da troca pressupõe igualdade apenas para os valores-de-troca das mercadorias que se intercambiam. Pressupõe

mesmo diversidade entre seus valôres-de-uso, e nada tem a ver com o emprêgo delas, que só começa depois de concluído o negócio” (ibid., p.680). Afirma que a primeira transformação de dinheiro em capital ocorre “na mais perfeita concordância com as leis econômicas da produção de mercadorias e com o direito de propriedade que delas decorre” (ibid.). A reprodução simples se constitui na repetição periódica desta primeira transformação, ou seja, o dinheiro é transformado continuamente em capital, não violando a lei, mas possibilitando que ela opere permanentemente. No entanto, esta reprodução simples é suficiente para imprimir à transformação original uma feição diversa. Neste sentido, Marx afirma que:

Não importa que a reprodução simples seja substituída pela reprodução em escala ampliada, pela acumulação. Naquela, o capitalista consome tôda a mais-valia; nesta, patenteia sua virtude burguesa consumindo apenas uma parte da mais-valia e transformando o resto em dinheiro.

A mais-valia é sua propriedade, sem ter pertencido a mais ninguém. Se a desembolsa para a produção, adianta recursos próprios do mesmo modo que no primeiro dia em que foi ao mercado.

A circunstância de seus recursos, desta vez, derivarem do trabalho não pago de seus trabalhadores em nada altera a situação. Se o trabalhador B é empregado com a mais-valia produzida pelo trabalhador A, A terá fornecido esta mais-valia, sem que o justo preço de sua mercadoria tenha sofrido qualquer redução, e B nada terá a ver com êsse negócio. O que B exige e tem direito de exigir é que o capitalista lhe pague o valor de sua força de trabalho” (ibid., p.681-682).

Na seqüência, Marx diz que a observação da produção capitalista em seu fluxo ininterrupto de renovação, bem como a tomada da classe capitalista e da classe trabalhadora, ao invés do capitalista isolado e do trabalhador isolado, modifica a visão sobre este processo. Porém, visto dessa forma, diz o autor, “aplicaríamos um padrão de medida que é totalmente estranho à produção de mercadorias” (ibid., p.682). Esta afirmação parte do fato de compreender que, “na produção mercantil, confrontam-se vendedor e comprador, independentes entre si. Suas relações recíprocas cessam no mesmo dia em que acaba o contrato que fizeram” (ibid.).

Tudo isto leva Marx a concluir que,

por maior que seja a seqüência das reproduções periódicas e das acumulações percorridas pelo capital que hoje funciona, conserva êle sempre sua virgindade original. Enquanto se observam as leis da troca em cada ato de troca isoladamente considerado, pode o modo de apropriação experimentar uma transformação total, sem que se fira de qualquer modo o direito de propriedade inerente à produção de mercadorias. Êsse direito vigora não só na época inicial em que o produto pertence a quem o produz e em que êsse produtor, trocando equivalente por equivalente, só pode

enriquecer-se com o próprio trabalho; êsse direito vigora também no período capitalista em que a riqueza social em proporção cada vez maior torna-se propriedade daqueles que estão em condições de apropriar-se continuamente do **trabalho não pago**” (ibid., p.682-683, grifo meu).

Observe que Marx refere-se à apropriação do trabalho não pago, e não ao não pagamento do valor da força de trabalho. O autor destaca que essa dinâmica do processo de produção tornou-se inevitável a partir do momento em que a força de trabalho passou a ser vendida livremente, pelo próprio trabalhador, como uma mercadoria. Neste momento, o trabalho assalariado passa a ser a base do modo de produção capitalista. Conclui afirmando que,

dizer que a interferência do trabalho assalariado vicia a produção de mercadorias é dizer que a produção de mercadorias, para manter-se pura, não deve desenvolver-se. Ela se desenvolve de acôrdo com suas leis imanentes, convertendo-se em produção capitalista, e, na mesma extensão, as leis da propriedade inerentes à produção de mercadorias se transformam em leis da apropriação capitalista (ibid., p.683).

Mais adiante, ainda no capítulo XXII, Marx volta a se referir ao fato de sempre ter pressuposto que “(...) o salário tem um valor pelo menos igual ao da força de trabalho” (ibid., p.897). Por isso, alerta que a redução compulsória do salário abaixo desse valor, merece considerações. Diz que, “dentro de certos limites, essa redução transforma efetivamente o fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador em fundo de acumulação do capital” (ibid.). Refere-se ao “salário mínimo” imposto pelos arrendatários e senhores de terras da Inglaterra, implantado em fins do século XVIII e primeiras décadas do século XIX. Diz que os jornaleiros recebiam salários abaixo desse mínimo e o complemento vinha sob a forma de ajuda paroquial. Marx aponta o trabalho a domicílio como sendo exemplo do que denomina de “roubo direto ao fundo de consumo necessário à manutenção do trabalhador” (ibid., p.700), cujo fito é a ampliação do fundo de acumulação do capital.

A análise geral do desenvolvimento do capitalismo mostra que, à medida que o capital incorpora as fontes originais da riqueza, a força de trabalho e a terra, ele adquire uma força de expansão tal que “(...) possibilita ampliar os elementos de sua acumulação além dos limites aparentemente estabelecidos por sua própria magnitude, fixados pelo valor e pela quantidade dos meios de produção já produzidos, através dos quais existe o capital” (ibid., p.702). Outro fator importante para o processo de acumulação, apontado pelo autor, é o grau de produtividade do trabalho social. Essa produtividade do trabalho, à medida que aumenta, implica no **barateamento** da força de trabalho, conseqüentemente, numa taxa crescente de

mais-valia, inclusive quando se eleva o salário real. Marx destaca que o salário nunca sobe na mesma proporção em que aumenta a produtividade do trabalho. Para entender essa posição do autor, é necessário considerar a sua compreensão acerca do valor da força de trabalho, exposta anteriormente. Ou seja, quanto maior a produtividade do trabalho, menor o tempo socialmente necessário para a produção de uma mercadoria, conseqüentemente, menor o valor dessa mercadoria. À medida que isto ocorre com a produção dos meios de subsistência, menor passa a ser a quantidade de trabalho socialmente necessário para produzir a força de trabalho, conseqüentemente, menor o seu valor.

A exposição feita até o momento ajuda a demonstrar que Marx não se refere a um processo que descarte a lei da troca como “troca de equivalentes”. Se faz a distinção entre preço e valor da força de trabalho é para mostrar que, em situações excepcionais, o preço pode ser fixado acima ou abaixo do valor da força de trabalho, e não que a regra passe a ser o pagamento da força de trabalho abaixo do seu valor, o que expressaria uma troca de não equivalentes. O que deve ser considerado é que a força de trabalho, por vários motivos, tem o seu valor diminuído. Mas este parece não ser o foco destacado por Soto, que centra-se na troca de “não equivalentes” entendida a partir da relação de classes e não da relação entre capitalista individual e trabalhador individual, como será discutido adiante.

Cabe destacar ainda que Marx (1985a) retoma, no capítulo XXIII do livro 1 de “O capital”, vários dos elementos já apresentados aqui. Como já foi apontado quando da apresentação da posição de Rosdolsky (2001), é neste capítulo que Marx faz uma referência mais objetiva em relação ao pauperismo. A lei geral da acumulação capitalista expressa cabalmente a relação entre crescimento do capital e pauperização. Segundo Marx,

quanto maiores a riqueza social, o capital em função, a dimensão e energia de seu crescimento e conseqüentemente a magnitude absoluta do proletariado e da força produtiva de seu trabalho, tanto maior o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível é ampliada pelas mesmas causas que aumentam a força expansiva do capital. A magnitude relativa do exército industrial de reserva cresce portanto com as potências da riqueza, mas, quanto maior esse exército de reserva em relação ao exército ativo, tanto maior a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do suplício de seu trabalho. E, ainda, quanto maiores essa camada de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. *Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista* (ibid., p.747).

Isto deixa claro que a perspectiva de avançar no combate à pobreza contando com a expansão do capital é um engodo. A acumulação do capital pressupõe, necessariamente, o aumento da miséria.

2.2 – A pobreza sob o olhar marxista: considerações às interpretações.

Todo este excerto foi necessário, tendo em vista que uma compreensão como a apresentada por Soto, acerca do pensamento de Marx, pode comprometer a compreensão da pobreza a ser extraída de sua teoria. Como ela escreve um texto em que se propõe a isso, o que é raro, visto que este tema não é tratado normalmente da forma como fez a autora, coube detalhar e, ao mesmo tempo, reelaborar a interpretação em relação a alguns aspectos.

Rosdolsky (2001), bem como Soto (2003), fazem um exercício teórico importante. O primeiro busca desmistificar um determinismo atribuído a Marx acerca de um empobrecimento absoluto e inevitável da classe trabalhadora. Entender dessa forma obscurece a dinâmica do capital, secundarizando suas contradições. Se o empobrecimento acontecesse linear e progressivamente, o sistema já teria entrado em colapso. É essa possibilidade de incorporação e expulsão do trabalhador, enquanto vendedor da sua força de trabalho, que possibilita a reprodução do sistema. A diferenciação no que diz respeito aos níveis salariais, expressando valores diferentes para forças de trabalho diferentes, também é fundamental. Se Marx refere-se a um processo de empobrecimento da classe trabalhadora, não podemos tomar este processo como linear e progressivo. Não podemos tomar esse empobrecimento sem considerar o nível de desenvolvimento das forças produtivas e as possibilidades de satisfação de necessidades para além daquilo que vem sendo considerado como “mínimo” ou “básico”. É necessário lembrar que Marx refere-se à pobreza relativa e, neste caso, o nível de pobreza está sempre em relação ao nível de riqueza. Mesmo aqueles acima da linha de pobreza estabelecida podem ser tomados como pobres se considerado qualquer padrão que ultrapasse o que é hoje convencionado como linha de pobreza – 2 dólares dia.

Soto destaca a dinâmica do capital e o fato de a pobreza ser, ao mesmo tempo, efeito e condição determinante dessa dinâmica. Também tem o mérito de entender a pobreza como não sendo “uma categoria simples, eterna e imutável”, mas sim como “complexa, histórica e mutável”, destituindo-a de uma “naturalidade” aparente, para colocá-la como fenômeno situado histórica e socialmente, como resultado da ação humana.

Porém, na minha compreensão, baseado na exposição do pensamento de Marx feita anteriormente, a autora faz uma análise que compromete a sua própria posição. É provável que, tomado isoladamente, o fato de Marx utilizar termos como “o trabalhador **pertence ao capital**”, “vender a si mesmo”, possa ser interpretado do modo como fez Soto (2003). No entanto, é preciso tomar alguns cuidados. Por exemplo, é necessário perceber que Marx diz que o trabalhador “**pertence ao capital** antes de **vender-se** ao capitalista”. Aqui é necessário retomar a compreensão de Marx sobre o capital. Ou seja, é a **relação social** que obriga o trabalhador a colocar-se na condição de vendedor da força de trabalho e não o capitalista em si. Afinal, na compreensão de Marx, o capital é uma relação social que toma a forma de coisa. Em relação ao outro termo apresentado – “vender a si mesmo” – devemos entendê-lo como uma forma figurada para expressar que o trabalhador, nesta forma social, não tem saída, senão vender a sua força de trabalho, caso queira permanecer vivo. Uma outra saída seria viver da caridade ou às custas do Estado, o que o deixa numa condição vulnerável, visto que nenhuma dessas alternativas pode ser tomada como definitiva, dependendo sempre de uma série de fatores. Vender-se a si mesmo significaria tornar-se escravo, como já foi apontado anteriormente, e isto não interessa em nada ao capital. Caso interessasse, viveríamos a escravidão.

Se realmente ocorresse a venda do próprio trabalhador, o sistema seria atingido em seu núcleo. Afinal, o capitalismo é um modo de produção baseado na liberdade individual. Marx (1985a, p.95) é categórico ao afirmar, no capítulo II do livro 1, que o ato da troca é um ato voluntário. Por isso, os participantes do mercado devem reconhecer, “**um no outro, a qualidade de proprietário privado**” (grifo meu). Neste caso, o proprietário da força de trabalho não pode ser transformado, ele mesmo, em mercadoria. Se, para alguns “homens”, só é dada como opção vender sua força de trabalho ou morrer, não decorre daí que deixem de ser “homens” livres, tornando-se escravos. Como vimos, a própria autora parece não se dar conta dessa questão e faz observações que a contradizem.

Mas o maior problema no trabalho de Soto reside na afirmação de que Marx passa a entender o “processo de troca” como “processo de troca de não equivalentes”. Para a autora, a “aparência” da “troca de equivalentes” será desmistificada em função de a classe capitalista conseguir fazer com que a classe trabalhadora, além de produzir mais valor, transforme o valor pago por sua força de trabalho em mais-valia realizada – que, ao ser aplicada novamente no processo de produção, se transforma em capital – a partir do consumo dos meios de subsistência. Como vimos, Marx não tem essa compreensão. Para ele não interessa se um trabalhador é pago com o valor criado por outro, ou se o trabalhador devolve ao capitalista o

valor que recebe pela venda de sua força de trabalho a partir do momento que consome os meios de subsistência. Marx também afirma que tomar a classe capitalista e a classe trabalhadora, ao invés de tomar o trabalhador individual e o capitalista individual modifica a visão sobre o processo, mas isso não pode ser aplicado em relação à produção de mercadorias, pois nesta relação confrontam-se “vendedor e comprador, independentes entre si”.

Partindo da análise de Marx, feita por Soto, chegaríamos à conclusão de que a pobreza é gerada a partir da produção de mais-valia, da criação de um excedente para além do valor que é pago pelo capitalista pela força de trabalho. Esta mais-valia transforma-se na riqueza do capitalista e passa a ser condição determinante da miséria do trabalhador. O capitalista utiliza esta mais-valia produzida para comprar mais força de trabalho, ou seja, compra-a com o valor produzido pelo trabalho anterior. Além disso, o trabalhador devolve ao capitalista o valor pago pela sua força de trabalho a partir do consumo dos meios de subsistência. Neste caso, não troca equivalentes, pois o que investe nesta compra é o que foi criado pelo trabalhador e apropriado por ele. Parece-me que a autora entende que isto significaria, em última instância, “trabalhador comprando força de trabalho de outro trabalhador”, sendo o único beneficiado, o capitalista. Por isso, a troca é desigual. Ou melhor, poderíamos afirmar que não existe troca, mas apenas um processo que exige uma dinâmica de produção e consumo com um único proprietário e beneficiário. É necessário lembrar que quando o trabalhador compra os meios de subsistência, estes passam a ser sua propriedade, constituindo-se em seus valores-de-uso, em sua riqueza.

Mas Soto não considerou que quando o capitalista compra força de trabalho, compra-a por uma jornada e paga o seu justo valor. Esta é a lei da troca. Se, como vimos, a partir do próprio Marx, se produz um valor maior do que o pago pela força de trabalho, isto deve se constituir em alegria para o capitalista, não se constituindo em injustiça para o trabalhador. Se o capital, no seu processo de produção e reprodução, cria condições – que são inerentes à sua própria lógica – que levam muitos a um estado de pobreza, isto não decorre do fato de o processo de troca, desnudado, ser, na realidade, um processo de troca de “não equivalentes”.

Se em alguns momentos, como podemos depreender do próprio Marx, a força de trabalho é vendida por um preço abaixo ou acima do seu valor, isto decorre de situações específicas e não porque a lei passe a ser a da troca de não equivalentes. Mas Soto não entra nesta questão. Sua análise é centrada na apropriação do trabalho excedente que permite a compra de mais trabalho e na transformação do valor pago ao trabalhador em mais-valia

realizada a partir do consumo dos meios de subsistência, o que, no meu entender, não permite chegar à conclusão a que chegou a respeito do pensamento de Marx.

Na lógica do capital, a mais-valia é do capitalista, e isto é garantido pela própria organização social pautada na propriedade privada, em especial, dos meios de produção. Se o processo de produção e reprodução do capital tem como pressuposto a concorrência e se isto faz com que muitos não consigam vender sua força de trabalho, passando a se constituir como pobres, não podemos dizer que isto resulta do que a autora entendeu como troca desigual. Se aqueles que conseguem vender sua força de trabalho a vendem abaixo do seu valor em função de determinadas circunstâncias – por exemplo, em função da pressão do exército industrial de reserva – isto não significa que a lei da troca, no capitalismo, foi alterada.

Mesmo que consideremos uma situação em que todos os trabalhadores empregados consigam vender sua força de trabalho pelo seu valor, a história tem mostrado que boa parte da classe trabalhadora acaba ficando fora do mercado, o que faz com que a pobreza aumente, mesmo que a lei fundamental da troca de equivalentes seja respeitada. O que é necessário discutir é se o fato de hoje existir um grande número de trabalhadores disponíveis, com um grau de qualificação – pelo menos para a ampla maioria das atividades – suficiente para ser incorporada pelo mercado de trabalho não faz com que a mercadoria força de trabalho tenha tido o seu valor rebaixado a um patamar que, em princípio, possa parecer não “verdadeiro”. Ou seja, o fato de o preço pago pela força de trabalho estar diminuindo – e isto pode ser verificado nas estatísticas – parecendo estar abaixo do valor, pode significar uma real diminuição do valor já que esta força de trabalho está se produzindo nos níveis necessários para o capital com o preço que está sendo pago por ela. Isto significaria, não um pagamento abaixo do valor, mas uma adequação do valor.³⁰⁰

Um outro elemento a ser considerado, apontado por Marx e retomado por Tumolo (2003), é que o capital empenhou-se para diminuir o valor da força de trabalho, fato que

³⁰⁰ Tumolo (2003), refletindo sobre as características fundantes do atual padrão de acumulação do capital, remete-se à passagem da subsunção formal para a subsunção real do trabalho ao capital, o que resulta na redução do preço da força de trabalho abaixo do seu valor. O autor afirma que a combinação de dois elementos – o incremento brutal da força de trabalho supérflua e a acentuada diminuição da taxa de lucro a partir da necessidade de aumento da composição orgânica do capital (maior investimento em capital constante em relação ao capital variável) – causa “ (...) uma substancial diminuição do preço da força de trabalho, o que é, por sua vez, uma necessidade inelutável do capital. Contudo, tal é o grau de agudização das contradições da acumulação que a redução do preço da força de trabalho abaixo do seu valor, diferentemente do que ocorreu no passado recente, vem se generalizando e atingindo gradativamente também os trabalhadores originários dos países centrais do sistema capitalista, o que tem provocado a necessidade de aumento na jornada de trabalho por parte dos trabalhadores que ainda têm o ‘privilegio’ de vender sua força de trabalho e, portanto, a produção e extração da mais-valia absoluta” (ibid., p.171). O autor destaca que a extração da mais-valia absoluta não se dá apenas pela ampliação, oficial e formal da jornada de trabalho, mas também pelo aumento do tempo de trabalho vendido

ocorre a partir de mudanças operadas nos processos de trabalho, em especial pela introdução da maquinaria e da utilização do trabalho feminino e infantil. Tumolo reitera que,

(...) de fato, o uso do trabalho feminino e infantil resultou, primeiramente, numa redução do **valor** da força de trabalho uma vez que o valor desta mercadoria corresponde (...), ao *quantum* de trabalho socialmente necessário para produzir a vida da **família** do trabalhador. Se apenas um membro da família, o homem, por exemplo, vende sua força de trabalho, o valor da massa de meios de subsistência recai sobre apenas uma unidade de mercadoria a ser vendida. Se a mulher e os filhos passam também a ser vendedores da força de trabalho, o seu valor divide-se por várias unidades, reduzindo assim o valor unitário. É preciso considerar que, quando vários membros da família se tornam vendedores da força de trabalho, o seu valor absoluto tende a aumentar, pois agora essa família precisará consumir uma quantidade maior de meios de subsistência – por exemplo, transporte para ir ao local de trabalho, que antes era desnecessário para a mulher e os filhos –, mas essa massa maior de valor agora é dividida pelos membros trabalhadores da família, cujo efeito é a diminuição do valor relativo, ou melhor, do valor (individual) da força de trabalho (ibid., p.164, grifo do autor).

É necessário retomar este aspecto, visto que parece ter uma relação direta com a condição de uma família se sustentar, a partir do consumo dos meios de subsistência necessários para sua produção e reprodução. Se o valor da força de trabalho passa a ser representado pela “massa de força de trabalho familiar”, então, a impossibilidade de um dos membros vender sua força de trabalho resulta na obtenção de um valor menor e, em última instância, na impossibilidade de “produção e reprodução normal”. Neste caso, não é o preço da força de trabalho individual que está abaixo do seu valor, mas é a impossibilidade de venda de parte da massa de força de trabalho familiar que impossibilita a obtenção do valor total necessário para a sobrevivência da família.

A existência de um excesso de mercadoria força de trabalho acaba colocando muitos na condição de não conseguir vendê-la. Este excesso acaba implicando em diminuição do valor da força de trabalho. O fato de também colaborar para que ocorra uma diminuição do preço da força de trabalho abaixo do seu valor, parece ser mais um agravante. Não só é impossível que a família venda sua força de trabalho, mas, ao conseguir vender, em função de especificidades conjunturais, ainda tem que fazê-lo abaixo do valor. É bom lembrar que o capital, por sua própria lógica, precisa destruir as mercadorias em excesso. E isto também ocorre com a força de trabalho. É preciso refletir se o abandono de milhões de pessoas na

ao capital, não necessariamente ao mesmo capitalista. Cabe destacar que a posição do autor, neste texto, é de que ocorre uma diminuição do preço da força de trabalho em relação ao valor desta.

condição de indigência e pobreza não é a forma para fazer isso, ou seja, eliminar as mercadorias em excesso. Eliminar a mercadoria força de trabalho significa eliminar o seu portador.

Muito se fala atualmente sobre a falta de qualificação como geradora do desemprego. Ou seja, as vagas existem, mas não existem trabalhadores qualificados. A mídia tem divulgado constantemente o que tem sido chamado de “mapa do emprego”, apresentando cidades que oferecem empregos mas não encontra quem os ocupe.³⁰¹ Isto significa que existe desemprego, ou pelo menos que ele é maior, porque as pessoas desempregadas, não só não estão qualificadas, mas também estão no lugar errado. A tendência é, neste caso, atribuir a culpa ao não qualificado e àquele que não está na cidade certa na hora certa, como se todos pudessem se qualificar em tudo e estar sempre se deslocando. Ninguém questiona a possibilidade de uma família que sai de São Paulo viver com o salário de uma costureira no Paraná, já que as vagas existentes neste estado seriam para esta função. A responsabilidade pelo desemprego passa a ser individual.³⁰²

Em suma, em termos de definição do que é a pobreza parece não haver distinção entre as diversas correntes teóricas. A partir da perspectiva teórica marxista, o fenômeno também se caracteriza como “falta”. Em termos do que causa a pobreza também parece haver algumas concordâncias. Existem “problemas estruturais” – que, como já foi destacado, nem sempre são especificados pelos autores social-democratas – determinando a pobreza, mas o relevo é dado, pelos social-democratas, a elementos conjunturais, tais como as “crises”³⁰³; as relações de classe em termos nacionais; as relações entre países, configurando processos de subordinação e exclusão; a vontade política de cada governo em relação a sua preocupação com o fenômeno e à tomada de decisão para erradicá-lo. O problema reside na explicação encontrada para essas causas. Neste sentido, se dizer que o desemprego causa pobreza é uma concordância entre as diversas correntes teóricas, a explicação para o desemprego parece não sê-lo. Da mesma forma, se a desigualdade de renda é tomada como uma causa da pobreza, a explicação dessa desigualdade acaba por ser diferente. Essas diferenças aparecem, principalmente quando os autores apontam soluções para o problema. É no oferecimento de

³⁰¹ A Rede Globo de televisão fez, no primeiro semestre de 2004, uma série de reportagens que apontavam as cidades onde existiam muitas vagas disponíveis, mas que não eram preenchidas. O mesmo ocorre no primeiro semestre de 2005.

³⁰² Moretto (2004) faz uma análise interessante sobre o desemprego, relacionando-o à formação sindical-profissional da Central Única dos Trabalhadores (CUT). Ver também Tumolo e Tumolo (2004).

³⁰³ Estes autores parecem entender as crises sempre como conjunturais. Isto acaba por favorecer o desenvolvimento de “esperanças” em relação a “dias melhores”.

soluções que encontramos posições distintas em relação a essas diversas correntes teóricas aqui apresentadas. Se para o liberalismo/neoliberalismo, a solução para os problemas sociais, dentre eles, a pobreza, encontra-se prioritariamente no âmbito do mercado, para os social-democratas, encontra-se centralmente no Estado. No caso da perspectiva marxista, não encontra-se em nenhum dos dois, mas na construção de um outro sistema social, na construção do comunismo. A perspectiva apontada como visão diferenciada se aproxima mais da busca por um outro sistema, porém a saída para que isto ocorra passa pelo Estado, ou seja, depende de encaminhamentos políticos com vistas à regulação e transformação do sistema. O problema principal reside na crença nesta possibilidade de regulação que gere a transformação esperada.

Até aqui, o que fiz foi apresentar a compreensão de Marx em torno do fenômeno pobreza, partindo também da interpretação de autores – que neste caso considere marxistas – que já haviam procedido estudos neste sentido. Por discordar de alguns aspectos da análise feita – especificamente da análise feita por Soto (2003) – busquei esclarecer algumas questões. O destaque maior pode ser dado à impossibilidade de solução da pobreza no interior do modo social do capital, o que, por sua vez, coloca em xeque toda e qualquer solução neste sentido que parta da correção do que é considerado uma “falha do sistema”. De acordo com o destaque já dado, os autores social-democratas – da mesma forma que os autores liberais ortodoxos e “não tão ortodoxos” – entendem que é necessário e possível uma regulação do sistema para que a pobreza seja erradicada, o que expressa a crença na controlabilidade do sistema a partir da atuação do Estado. No caso dos social-democratas, a regulação visa controlar o mercado, mas podemos entender que os liberais/neoliberais também propõem uma forma de regulação do sistema, só que via mercado.

Isto implica discutir o aspecto relacionado à possibilidade de vender a força de trabalho, ou seja, o debate em torno da empregabilidade, bem como da obtenção do preço desta mercadoria de acordo com seu valor quando esta consegue ser vendida, tomando sua dimensão individual e também familiar; o papel das políticas sociais e a possibilidade de serem ampliadas e aplicadas universalmente; a distribuição e redistribuição da riqueza; a possibilidade do exercício do poder por parte daquele que é pobre para que possa se constituir em cidadão; a necessidade de um reordenamento em termos de distribuição de poder e de riqueza em termos globais, mudando a relação existente entre os países, o que resultaria numa “globalização includente”.

Rosdolsky (2001) e Soto (2003) não se propuseram a discutir tais soluções. Mas muitos autores discutem estes aspectos a partir da teoria marxiana. Apresentarei o debate feito

a este respeito com vistas a demonstrar a fragilidade dos argumentos dos social-democratas em favor da construção de uma “sociedade mais humana”, que respeite sua proposição de justiça social assentada na igualdade, na liberdade, na fraternidade e na democracia. O Estado é o elemento central, apontado pela ampla maioria dos social-democratas, para o controle do sistema. Por isso, proponho discutir algumas considerações em torno dele.

2.3 – O Estado (do capital)

Muitas críticas são feitas à compreensão que Marx tem de Estado, ou melhor, à compreensão que dizem que ele tem.³⁰⁴ Normalmente é feita referência a uma passagem do “Manifesto do Partido Comunista” onde, juntamente com Engels, define “o poder político do Estado moderno [como] um comitê para administrar os negócios comuns de toda a classe burguesa” (MARX e ENGELS, 2002, p.47). Isto significa, na compreensão desses críticos, um reducionismo. Outra crítica, de certa forma, mais geral, diz respeito ao fato de Marx ser economicista, considerando o elemento econômico como o definidor da ordem social. Este seria um dos fatores que o havia levado a não dar a devida importância ao Estado. Mas essas, como tantas outras interpretações que fazem de Marx e, conseqüentemente, daqueles que partilham de sua teoria, também podem ser refutadas.³⁰⁵

Marx, para compor a sua análise do modo de produção capitalista, construiu uma série de categorias analíticas. Mészáros (1993) destaca que uma das dificuldades para a compreensão plena do significado da teoria das classes e da consciência de classe – o que entendo ser fundamental para a compreensão do papel do Estado na dinâmica da produção e

³⁰⁴ Tais críticas estão relacionadas, normalmente, ao fato de Marx ter sido reducionista ao tratar do papel do Estado, como aponta Miliband (1983). Na descrição que faz deste tema no “Dicionário do Pensamento Marxista”, o autor diz que “embora seja mais complexa do que pareça à primeira vista, esta é uma afirmação demasiado sumária e que se presta à simplificação exagerada [refere-se à afirmação posta no “Manifesto”, conforme apresentado neste texto]. Apesar disto, traduz efetivamente a proposição central do marxismo com relação ao Estado” (ibid., p.133). Mas, mesmo fazendo esta afirmação, Miliband não deixa de destacar que, apesar de Marx não ter feito uma análise sistemática do Estado, o tema aparece como importante em várias de suas obras, principalmente em seus escritos históricos. As críticas também estão relacionadas ao fato de Marx não ter dado nenhuma atenção ao Estado, como aponta Przeworsky (1995). Este autor afirma que, para Marx, “o Estado não era necessário para nada, nem mesmo para repelir a ameaça revolucionária dos trabalhadores” (ibid., p.95).

³⁰⁵ Sobre a questão do Estado na obra de Marx ver também Codato e Perissinotto (2001).

reprodução do capital – situa-se justamente nessa multidimensionalidade de categorias formuladas por Marx,

pois todas as suas categorias são não apenas estruturalmente inter-relacionadas, mas também cada uma delas é concebida como inerentemente histórica. Assim, a dificuldade consiste em apreender adequadamente o dinamismo histórico das categorias estruturalmente interligadas, que são partes constituintes de um todo complexo (ibid., p.80).

Este realmente me parece um dos maiores problemas apresentados nas análises da teoria marxiana, o que tem levado a interpretações reducionistas que, por sua vez, atribuem a Marx a pecha de ter sido reducionista ou economicista. A sociedade capitalista, expressão da forma de organização do processo de produção capitalista não é o resultado de um cálculo econômico. A compreensão do capital deve exprimir a compreensão de um conjunto de relações sociais, uma forma de produção e reprodução social extremamente complexa.

Em “A ideologia alemã”, Marx e Engels, num diálogo com Feuerbach, dizem que

pode-se distinguir os homens dos animais pela consciência, pela religião ou por tudo que se queira. Mas eles próprios começam a se diferenciar dos animais tão logo começam a *produzir* seus meios de vida, passo este que é condicionado por sua organização corporal. Produzindo seus meios de vida, os homens produzem, indiretamente, sua própria vida material. O modo pelo qual os homens produzem seus meios de vida depende, antes de tudo, da natureza dos meios de vida já encontrados e que têm de reproduzir. Não se deve considerar tal modo de produção de um único ponto de vista, a saber: a reprodução da existência física dos indivíduos. Trata-se, muito mais, de uma determinada forma de atividade dos indivíduos, determinada forma de manifestar sua vida, determinado modo de vida dos mesmos. Tal como os indivíduos manifestam sua vida, assim são eles. O que eles são coincide, portanto, com sua produção, tanto com *o que* produzem, como com o modo *como* produzem. O que os indivíduos são, portanto, depende das condições materiais de sua produção (MARX e ENGELS, 1986, p.27).

Neste texto, Marx e Engels apresentam as diversas fases do desenvolvimento da divisão do trabalho, relacionando com as formas diferentes de propriedade. Deixam claro que nas diversas formas de propriedade, estabelecidas historicamente, desde a propriedade tribal até a propriedade privada moderna, a relação entre os homens expressa uma relação de exploração e dominação. Por isso, afirmam que

indivíduos determinados, que como produtores atuam de um modo também determinado, estabelecem entre si relações sociais e políticas determinadas. É preciso que, em cada caso particular, a observação empírica coloque

necessariamente em relevo – empiricamente e sem qualquer especulação ou mistificação – a conexão entre a estrutura social e política e a produção (ibid., p.35).

Esta afirmação demonstra que, ao contrário de algumas interpretações, Marx, bem como Engels, não reduzem a análise ao ponto de vista econômico. Neste sentido, Mészáros (1993) chama a atenção para o fato de ocorrerem interpretações mecanicistas da metodologia dialética de Marx. Estas interpretações mecanicistas levam a uma demarcação definida entre o determinado e os determinantes. Porém, na metodologia dialética marxiana,

embora os fundamentos econômicos da sociedade capitalista constituam os ‘determinantes fundamentais’ do ser social de suas classes, eles são também, ao mesmo tempo, ‘determinantes determinados’. Em outras palavras, as afirmações de Marx sobre o significado ontológico da economia só fazem sentido se formos capazes de apreender sua idéia de ‘interações complexas’, nos mais variados campos da atividade humana (ibid., p.77).³⁰⁶

Marx e Engels (1986) continuam sua análise afirmando que

a estrutura social e o Estado nascem constantemente do processo de vida de indivíduos determinados, mas destes indivíduos não como podem aparecer na imaginação própria ou alheia, mas tal e como *realmente* são, isto é, tal e como atuam e produzem materialmente e, portanto, tal e como desenvolvem suas atividades sob determinados limites, pressupostos e condições materiais, independentes da sua vontade. (...) Os homens são os reprodutores de suas representações de suas idéias etc., mas os homens reais e ativos, tal como se acham condicionados por um determinado desenvolvimento de suas forças produtivas e pelo intercâmbio que a ele corresponde até chegar a suas formações mais amplas. A consciência jamais pode ser outra coisa do que o ser consciente, e o ser dos homens é o seu processo de vida real. (...) Não é a consciência que determina a vida, mas a vida que determina a consciência (ibid., p.36-37).

A partir das determinações históricas da produção da vida, desenvolve-se a divisão do trabalho.³⁰⁷ A divisão do trabalho permite que os homens, à medida que vão desenvolvendo seus modos de produção e reprodução da vida, estabeleçam formas de

³⁰⁶ Mészáros (1993, p.77-78) continua dizendo que “ ‘oferta e procura’, ‘produção e consumo’ são categorias econômicas por excellence, mas somente na superfície. Um exame mais cuidadoso revela que nenhuma delas faz qualquer sentido, seja qual for, sem a categoria historicamente mutável das ‘necessidades humanas’, que não pode ser explicada, de modo plausível, em termos de determinações econômicas unilaterais.”

³⁰⁷ Marx e Engels (1986, p.44) destacam que, originalmente, a divisão do trabalho “nada mais era do que a divisão do trabalho no ato sexual e, mais tarde, divisão do trabalho que se desenvolve por si própria ‘naturalmente’, em virtude de disposições naturais (vigor físico, por exemplo), necessidades do acaso etc.”.

organização social.³⁰⁸ É do trabalho e, mais especificamente, da divisão do trabalho (enquanto forma de organização de produção e reprodução da vida), que deriva a propriedade privada³⁰⁹, cria-se a desigualdade social, a possibilidade da luta de classe e a construção de estruturas políticas. Estão dadas as possibilidades para a exploração e a dominação de uns homens contra outros.

O trabalho é o meio pelo qual o homem produz e reproduz a sua existência. A divisão do trabalho, à medida que se constitui historicamente, toma contornos diferentes até atingir a forma de divisão do trabalho na sociedade capitalista. Marx diz que a divisão de classes é condicionada pela divisão do trabalho. É preciso lembrar que, no capitalismo, a divisão do trabalho adquire especificidades. No modo de produção especificamente capitalista, não se pode falar de qualquer trabalho, mas de trabalho produtivo³¹⁰. Para Marx (1980, p.391), “*trabalho produtivo* portanto é o que – no sistema de produção capitalista – produz *mais-valia* para o empregador ou que transforma as condições materiais de trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital.”³¹¹ Não é demais reforçar que não basta que se produza mais-valia, mas que esta mais-valia se transforme em capital, ou seja, que retorne continuamente ao processo produtivo especificamente capitalista. Por isso, devemos ter em mente a observação feita por Marx (1985a), no Cap. IV do livro I de “O capital”, onde o autor diz que

³⁰⁸ Para a compreensão da divisão do trabalho e sua relação com a propriedade privada é importante ler a obra de Engels (s/d) intitulada “A origem da família, da propriedade privada e do Estado”, cuja primeira edição é de 1884. Também é interessante ler “O segundo tratado sobre o governo”, de John Locke (2002), obra de 1690, onde o autor já afirma que a partir do trabalho, propriedade exclusiva do trabalhador, ele pode anexar outras propriedades e nenhum outro homem pode ter direito ao que se juntou a ele, “pelo menos quando houver bastante e também de boa qualidade e comum para os demais” (ibid., p.38). Locke já alertava para o fato que a invenção do dinheiro e o tácito acordo dos homens de atribuir um valor à terra, possibilitava maiores posses e o direito a elas.

³⁰⁹ Marx e Engels (1986, p.46) afirmam que “divisão do trabalho e propriedade privada são expressões idênticas: a primeira enuncia em relação à atividade, aquilo que se enuncia na segunda em relação ao produto da atividade.” É também com a divisão do trabalho que se dá, concomitantemente, a contradição entre o interesse do indivíduo ou da família e o interesse coletivo de todos aqueles que se relacionam entre si.

³¹⁰ É bom lembrar que Marx chama a atenção para o fato que ele, ao falar de trabalho produtivo no Cap. V do livro I de O capital, está falando de uma conceituação derivada apenas do processo de trabalho, portanto, não adequada ao processo de produção capitalista.

³¹¹ Não cabe aqui fazer um debate em torno da categoria “trabalho” em Marx. Porém, em função da necessidade de fazer referência às relações de trabalho “especificamente capitalistas” creio que seja necessário deixar clara a minha posição a este respeito. Concordo com Tumolo (1996), quando, ao fazer uma análise sobre a centralidade do trabalho como categoria sociológica chave, nos adverte para o fato de que a categoria explicativa “trabalho produtivo” ultrapassa, em amplitude, a categoria de “trabalho abstrato”. Para Tumolo “é forçoso ir além e reconhecer que este modo de produção é essencialmente uma *sociedade produtora de mais-valia* e que, por esta

a circulação simples da mercadoria – vender para comprar – serve de meio a um fim situado fora da circulação, a apropriação de valores-de-uso, a satisfação de necessidades. A circulação de dinheiro como capital, ao contrário, tem sua finalidade em si mesma, pois a expansão do valor só existe neste movimento continuamente renovado. Por isso, o movimento do capital não tem limites (ibid., p.171).

Estas observações têm duas funções específicas. Uma é deixar claro que Marx, bem como seus seguidores, não desprezam ou minimizam a importância de outros elementos da ordem social, ao darem um destaque para o “elemento econômico”. Neste caso, o Estado não poderia ser relegado a segundo plano, como algo pouco importante. Se Marx não deixou uma análise mais efetiva a respeito do Estado, pretendia fazê-lo, o que pode ser verificado em seus planos de estudo (ROSDOLSKY, 2001). No entanto, não podemos desprezar o fato de o Estado ter sido um elemento central em várias de suas obras, como destacou Miliband (1983) e de também ter estado no centro das análises de marxistas como Engels, Lenin, Rosa Luxemburgo, Mandel, Poulantzas, Mészáros, dentre outros.

Não pretendo fazer uma descrição exaustiva da questão do Estado no marxismo, mas apenas apontar os elementos presentes nesta visão que permitem questionar as formulações social-democratas que alçam o Estado à condição de “controlador do capital”, capaz de estabelecer uma ordem diferente da que temos conhecimento histórico, sem, no entanto, atingir o coração do sistema, ou seja, a produção e reprodução do capital.

Parto da observação de Miliband (1983) sobre o fato de aquela passagem do “Manifesto do Partido Comunista” se constituir na ossatura central da análise marxista a respeito do Estado. Apesar de este autor tê-la denominado de “sumária e simplificada”, é importante destacar o fato de ser “central” no debate. Isto nos ajuda a entender que, independentemente da forma como o Estado capitalista se estrutura, seu funcionamento está sempre relacionado à necessidade da produção e reprodução do capital. Neste caso, não importa qual o nível de satisfação que as políticas estatais podem oferecer às classes sociais, em última instância, estará permitindo e favorecendo a dinâmica de produção e reprodução do capital.

Isto implica que uma análise do Estado capitalista deve considerar as diversas formas como este se apresentou historicamente, o que permite também explicar os “momentos” da produção e reprodução do capital. Porém, a formulação de uma compreensão do Estado capitalista em momento nenhum pode se furtar de destacar seu papel fundamental:

razão, o trabalho concreto (valor de uso) está subsumido pelo trabalho abstrato (valor de troca) que, por sua vez está subsumido pelo *trabalho produtivo* (mais-valia)” (ibid., p.56).

possibilitar o efetivo funcionamento do capital, seja na alegria, seja na tristeza. É impossível separar a história do capital da história do Estado capitalista. Daí decorre todas as confusões que se criam quando se quer determinar se o econômico é mais importante que o político e vice versa.

Partindo do fato de Marx não ter empreendido um estudo sistemático sobre o Estado capitalista, utilizar-me-ei de autores marxistas que empreenderam tal tarefa.

Mandel (1982, p.333) assim classifica as principais funções do Estado:

- 1) criar as condições gerais de produção que não podem ser asseguradas pelas atividades privadas dos membros da classe dominante;
- 2) reprimir qualquer ameaça das classes dominadas ou de frações particulares das classes dominantes ao modo de produção corrente através do Exército, da polícia, do sistema judiciário e penitenciário;
- 3) integrar as classes dominadas, garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante e, em consequência, que as classes exploradas aceitem sua própria exploração sem o exercício direto da repressão contra ela (porque acreditam que isso é inevitável, ou que é ‘dos males o menor’ ou a ‘vontade suprema’ ou porque nem percebem a exploração).

O autor destaca que a segunda função foi a mais examinada pelo marxismo clássico, sendo que a função integradora ganha destaque com Lukács e Gramsci. Mandel também afirma que “se a teoria marxista já realizou um exame bastante completo de como as funções repressivas e integradoras do Estado tanto são mecanismos distintos como mecanismos que se entrelaçam” (ibid., p.334), tal tarefa, no que diz respeito à função de “providenciar as condições gerais de produção”, está bem menos desenvolvida. A diferença da primeira função do Estado em relação às outras duas é que ela está diretamente relacionada com a esfera da produção, assegurando a mediação direta entre infra e superestrutura.

Mandel refere-se a essa mediação e parece atribuir ao Estado o papel de superestrutura do modo de produção do capital. Creio que a posição de Mészáros (2002) seja mais elucidativa a esse respeito, ou melhor, esteja mais de acordo com a compreensão marxiana do capital. Ele diz ser completamente equivocado entender o Estado como superestrutura. Para ele, o Estado é uma “estrutura totalizadora de comando político do capital” (ibid., p.119), algo indispensável para a sustentabilidade material do sistema. Destaca que, para Marx, o Estado – como estrutura totalizante de comando – cria sua “superestrutura legal e política”. Entendo que desmistificar essa noção de “Estado enquanto superestrutura” seja importante pois, enquanto tal, parece ser manipulável conforme os interesses de grupos ou governos. Já, entendido como “estrutura totalizadora de comando político do capital”,

perde a possibilidade de ser posto na condição de poder se contrapor a sua própria lógica, ou seja, auto-destruir-se. Neste sentido, diz Mészáros, “Estado e capital são um só e inseparáveis” (ibid.).

Segundo Mandel (1982), “o Estado é mais antigo que o capital, e suas funções não podem ser derivadas diretamente das necessidades da produção e da circulação de mercadorias” (ibid., p.335).³¹² Diz isso pelo fato de, em sociedades pré-capitalistas, o Estado desempenhar funções diferentes das que garantem posteriormente o tipo de segurança legal particularmente necessário para o desenvolvimento da produção de mercadorias. Se a origem do Estado coincide com a origem da propriedade privada, diz Mandel, é necessário destacar que, nas sociedades pré-capitalistas, a propriedade privada está relacionada com a apropriação da terra e do solo e não de mercadorias. Ao Estado cabia a função de garantir as relações entre os proprietários de terra e de protegê-los contra inimigos.

O Estado só se torna um instrumento da acumulação progressiva de capital depois que a acumulação primitiva da usura e do capital mercantil atingiu um grau de maturidade que modificou as relações entre velhas e novas classes de proprietários e destruiu as formas tradicionais de dominação política através da expansão do capital-dinheiro. Considerando tais elementos, Mandel destaca que “é incorreto, portanto, tentar deduzir o caráter e a função do Estado diretamente da natureza da produção e circulação de mercadorias” (ibid.).

Para este autor, a nova forma de Estado – o Estado burguês – que simboliza o governo do capital, é diferente das formas pré-capitalistas de governo por não se basear em relações extra-econômicas de coerção e dependência. Diferentemente disto, se baseia em relações livres de troca que passam a dissimular

a dependência e sujeição econômicas do proletariado (separação entre meios de produção e subsistência) e lhe dão a aparência de liberdade e igualdade. Como essas relações de troca em geral foram internalizadas pelos produtores diretos, especialmente no período do capitalismo ascendente, quanto mais desimpedidas a dominação econômica e a expansão do capital, tanto mais a burguesia poderia abster-se do uso direto da coerção das armas contra a classe operária e tanto mais era possível reduzir o poder do Estado às funções mínimas de segurança (ibid., p.336).

Parece-me necessário destacar um aspecto apontado por Mandel e que, na minha compreensão, merece cuidado. Ao afirmar que as relações baseadas na liberdade e na igualdade que se estabelecem são “relações aparentes”, pode-se cair no mesmo erro cometido

³¹² Engels (s/d), ao tratar da origem da família, da propriedade privada e do Estado demonstra isso com primazia.

por Soto (2003). Ou seja, se entendermos que as relações livres que pressupõem a igualdade são só aparência, concluiríamos que, na realidade, persiste a escravidão. É necessário ter claro que só se pode afirmar que se trata de aparência quando tomamos outra forma como não-aparente. Talvez seja por isso que Marx, em “O capital”, se coloque de modo mais explícito em relação a este aspecto, buscando não deixar dúvidas que as relações que se estabelecem são relações entre indivíduos iguais e livres, e que a exploração que ocorre no processo de produção e reprodução do capital não se constitui numa relação de injustiça. Esta é a realidade do capitalismo. O que deve ser destacado é que esta forma social não permite o alcance de um outro nível de “igualdade, liberdade, fraternidade e democracia”, termos que vêm recebendo o complemento “substantiva”³¹³ como forma de diferenciar tais “estados” em uma outra forma social e que, certamente, deixariam de ser objetos de preocupação por se constituírem na concretude.

O Estado burguês diferencia-se das formas anteriores de dominação de classe em função de uma particularidade do próprio modo de produção capitalista, ou seja, do isolamento das esferas pública e privada da sociedade. Segundo Mandel, isto se dá em decorrência da generalização da produção de mercadorias, da propriedade privada e do estabelecimento da concorrência de todos contra todos. Isto impede que a representação dos interesses gerais do capital por capitalistas individuais possa se concretizar. De acordo com o autor,

a concorrência capitalista determina assim, inevitavelmente, uma tendência à autonomização do aparato estatal, de maneira que possa funcionar como um ‘capitalista total ideal’, servindo aos interesses de proteção, consolidação e expansão do modo de produção capitalista como um todo acima e ao contrário dos interesses conflitantes do ‘capitalista total real’ constituído pelos ‘muitos capitais’ do mundo real (ibid.).

Esta autonomia de poder do Estado, apontada por Mandel, decorre da predominância da propriedade privada e da concorrência capitalistas, e é sempre uma autonomia relativa. Isto significa que o Estado não pode agir com certa autonomia senão no sentido de proteger a forma social do capital, mesmo que para isso tenha de se contrapor aos interesses de alguns grupos de capitalistas. Engels (s/d) refere-se a esta autonomia do Estado quando afirma que este não se impôs à sociedade, mas que é produto da própria sociedade em função do seu desenvolvimento. O Estado representa a dificuldade de a sociedade lidar com

³¹³ A exemplo de Mészáros (2002), que refere-se à “igualdade substantiva”, e de Wood (2003), que refere-se à “democracia substantiva”.

suas irremediáveis contradições, com seus antagonismos. Ele se coloca, então, como um poder que aparentemente está acima da sociedade, tendo como função amortecer os choques derivados de diversos interesses inconciliáveis, o que resultaria na manutenção da sociedade nos limites da ordem. Neste sentido, o Estado é dotado de uma autonomia relativa.³¹⁴

Lenin (1986) parte exatamente dessa compreensão de Engels a respeito do Estado para realizar sua tarefa de sistematizar a compreensão de Estado em Marx e Engels.³¹⁵ Deixa claro que, nessa acepção, o Estado não pode ser entendido como um órgão de conciliação das classes sociais. Se a conciliação das classes fosse possível, o Estado não surgiria, pois ele decorre justamente dessa inconciliação. Afirma que, para Marx, “o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma ‘ordem’ que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes” (ibid., p.10). Por isso, a transformação radical da sociedade não pode prescindir da destruição do Estado. Fica muito claro que, por mais que o Estado possa lidar com as contradições inerentes ao modo de produção e reprodução do capital, não pode, em momento nenhum, resolver definitivamente tais contradições. Não cabe aqui discutir o processo de superação da ordem do capital. O que é necessário é apontar os limites dessa ordem e desmistificar soluções apontadas que respeitem a estrutura dessa ordem.

A maioria dos autores social-democratas, em especial os apresentados neste trabalho, colocam o Estado como o elemento solucionador dos problemas sociais. Se alguns já começaram a assumir que isto é realmente impossível de ser feito pelo Estado, não se desiludiram, ainda, com a possibilidade de a solução vir da “parceria” entre o Estado e a denominada “sociedade civil”, com uma participação também do “capital”. Ora, se essa “parceria” não tinha um destaque em termos de proposta em tempos anteriores, na minha compreensão, é algo que sempre esteve em jogo, visto que, para amortecer as contradições

³¹⁴ Poulantzas (1980) refere-se a esta autonomia relativa do Estado colocando-a em relação as classes sociais. Em relação às classes dominantes, o Estado “pode preencher essa função de organização e unificação da burguesia e do bloco no poder, na medida em que detém uma *autonomia relativa* em relação a tal ou qual fração e componente desse bloco, em relação a tais ou quais interesses particulares” (ibid., p.146). O seu papel seria assegurar o interesse geral do capital, em detrimento de interesses particulares de alguma fração da burguesia. Mesmo estando sob a hegemonia de uma das frações do bloco no poder, cabe ao Estado a defesa dos interesses da classe burguesa. Mas essa autonomia não se reduz à busca de uma organização no âmbito da burguesia, pois as fissuras inerentes ao Estado se devem aos interesses de todas as classes e não apenas aos interesses da burguesia. Neste caso, “o Estado concentra não apenas a relação de forças entre frações do bloco no poder, *mas também a relação de forças entre estas e as classes dominadas*” (ibid., p.162). Tomo deste autor a compreensão de autonomia relativa do Estado, bem como algumas de suas proposições acerca da estruturação do Estado em função da luta de classes. No entanto, deve ficar claro que questiono sua defesa do “socialismo democrático”, a ser instituído a partir da tomada do poder do Estado pelas classes populares e pela transformação deste Estado, e não pela sua destruição.

entre as classes, é necessário criar uma “certa parceria”, onde a cada um dos envolvidos cabe um determinado papel.

Mandel (1982) destaca que o Estado modifica sua atuação de acordo com a realidade e dinâmica da produção de capital. Assim, as tarefas centrais do Estado no capitalismo monopolista são diferentes daquelas desempenhadas no capitalismo concorrencial e na sua fase imperialista.³¹⁶ No capitalismo monopolista ocorre uma superacumulação permanente nas metrópolis que resulta na exportação de capital e na divisão do mundo em domínios coloniais e no controle de algumas esferas de influência por parte das potências imperialistas. Resultou daí um substancial aumento das despesas com armamentos e com a estrutura militar que se fazia necessária. Consequentemente, o aparato estatal aumenta e uma maior parte dos rendimentos sociais é desviada para o Estado.³¹⁷

Mandel também destaca que o capital monopolista coincide, pelo menos na Europa ocidental, com uma maior influência política do movimento da classe operária, o que leva a uma gradual adoção do sufrágio universal e no uso deste pela democracia social clássica. Na fase imperialista, a organização da classe trabalhadora resultou na necessidade de desenvolvimento da função integradora do Estado. Se, na fase imperialista, desenvolve-se a igualdade formal, onde o trabalhador em pé de igualdade formal com o capitalista comparece ao mercado para trocar mercadorias, na fase monopolista desenvolve-se o senso de igualdade formal enquanto cidadão ou eleitor. Segundo o autor, isso dissimula “a desigualdade fundamental do acesso ao poder político, que é uma decorrência da profunda desigualdade de poder econômico entre as classes na sociedade burguesa” (ibid., p.338).

Porém, ressalta Mandel, o ingresso de deputados social-democratas e comunistas nos parlamentos burgueses significava que estes parlamentos perdiam pouco a pouco a função de árbitro de interesses conflitantes da própria burguesia. Isto fez com que “a tarefa de assegurar a continuidade da dominação política do capital [fosse] gradualmente transferida do parlamento para os escalões superiores da administração estatal” (ibid.). Isto expressa que apenas a participação dos representantes das classes populares nos parlamentos não promove

³¹⁵ Para auxiliar na compreensão desta obra de Lênin, sugiro a leitura de um texto específico que compõe o livro de Netto (2004).

³¹⁶ Neste sentido, Poulantzas (1980) afirma que “as relações de classe estão presentes assim tanto nas transformações do Estado segundo os estágios ou fases do capitalismo, ou seja nas transformações das relações de produção/divisão social do trabalho que elas implicam, como nas formas diferenciais de que se reveste o Estado num estágio ou fase marcados pelas mesmas relações de produção” (ibid., p.142).

³¹⁷ Mandel deixa claro que as despesas com armamento, além de ser uma necessidade em função da concorrência, também funciona como mais uma fonte de acumulação de capital.

a transformação que se espera em termos de estabelecer uma relação de igualdade em todos os níveis.

Um aspecto da fase monopolista, particularmente importante para o estudo ora apresentado, diz respeito à ampliação geral da legislação social que, segundo Mandel, é impulsionada já no período imperialista. Tratou-se de um processo de concessão decorrente da crescente luta proletária e que destinou-se a salvaguardar a dominação do capital evitando uma ampliação dessa luta. Mas não só isso. A ampliação da legislação social também objetivava responder aos interesses gerais da reprodução ampliada do capital e, neste sentido, destinava-se a assegurar a reconstituição física da força de trabalho ameaçada pela superexploração. Isso resultou numa redistribuição do valor socialmente criado, favorecendo, em especial, o orçamento público, requerido pelo Estado do capital monopolista. Sufrágio universal e ampliação da legislação social são elementos importantes para a análise aqui proposta.

Se o sufrágio universal pode ser considerado um elemento importante na luta de classe, não pode ser tomado como a solução que dará cabo das contradições do sistema. O que está em jogo, a partir da estruturação do Estado burguês, já não é apenas o poder exercido por aqueles que ocupam os cargos no aparelho de Estado, mas as condições de implementarem reformas que levem a uma transformação e posterior destruição deste Estado.

A história tem mostrado que isto não ocorreu. O alcance do poder do governo pelos social-democratas e trabalhistas³¹⁸, mesmo que tenha favorecido a implantação de uma série de reformas que transformaram as condições gerais de algumas sociedades, possibilitando uma melhoria substancial no nível de vida da classe trabalhadora, diminuindo as diferenças sociais, não criou nenhum mecanismo que impeça o retrocesso de tal situação. Além de não termos visto uma ramificação da situação dos Estados de Bem-Estar Social mais avançados para o globo como um todo, hoje presenciamos uma reformulação progressiva desse modelo de Estado que pode ser entendida como regressão. Mesmo quando se esteve mais próximo, a partir da tomada do Estado via revolução, como no caso da Rússia, este Estado acabou sendo preservado, se constituindo em um dos elementos dificultadores da

³¹⁸ A este respeito, Mészáros (2002, p.38) destaca que a era do capital *monopolista globalmente saturado* não pode tolerar, no que diz respeito aos fundamentos e não aos acessórios decorativos, a prática do pluralismo político parlamentar, que outrora já serviu como a autojustificativa de estratégias reformistas socialdemocratas. Portanto, não é de surpreender que a recente morte dos partidos de esquerda não esteja confinada à ignominiosa desintegração dos antigos partidos comunistas (stalinistas) tanto no oriente como no ocidente. A este respeito, é bem mais significativo (e, paradoxalmente, também mais estimulante) que a centenária promessa socialdemocrata de instituir o socialismo ‘aos pouquinhos’ tenha demonstrado conclusivamente seu caráter ilusório com o abandono – agora desavegonhadamente explícito – das primeiras aspirações sociais e políticas do movimento.

difusão do comunismo em termos globais e impedindo que as transformações no interior deste próprio país fossem mais efetivas.

Referindo-se ao Estado social, Mandel diz que todas as ilusões relativas a ele baseavam-se [e baseiam-se] na falsa crença de uma redistribuição crescente da renda nacional, tirada do capital para dar ao trabalho. Essas ilusões “não passam, tipicamente, de estágios preliminares do desenvolvimento de um reformismo cujo fim lógico é um programa completo para a estabilização efetiva da economia capitalista e de seus níveis de lucro” (ibid., p.339). Isto se refere ao Estado social na sua feição nacional, mas podemos transpor a idéia da “ilusão” de redistribuição para o nível mundial, o que reforça a descrença na possibilidade de os países desenvolvidos coordenarem ações cujo objetivo seja a redistribuição da riqueza mundial.

À medida que o capitalismo se estrutura, exige novas funções do Estado. No estágio tardio do capitalismo monopolista, o Estado é chamado não só a aumentar o seu planejamento econômico, mas também a aumentar a socialização estatal dos custos (riscos), bem como das perdas que ocorriam em um número cada vez maior de processos produtivos.³¹⁹ O Estado passa a financiar pesquisa e a investir na infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capital, além de financiar ou subsidiar projetos industriais de todos os tipos. Neste sentido, “o capital estatal funciona portanto como um esteio do capital privado (e, em particular, do capital monopolista)” (ibid., p.340).

Para Mandel,

a hipertrofia e a autonomia crescentes do Estado capitalista tardio são um corolário histórico das dificuldades crescentes de valorizar o capital e realizar a mais-valia de maneira regular. Refletem a falta de confiança cada vez maior do capital em sua capacidade de ampliar e consolidar sua dominação por meio de processos econômicos automáticos. Também estão associadas à intensificação da luta de classe entre capital e trabalho – em outras palavras, à emancipação crescente da classe operária da subordinação completa e passiva à ideologia da burguesia, e à sua emergência periódica enquanto força independente em conflitos políticos. Correspondem ao agravamento das contradições sociais tanto internas quanto entre os países imperialistas metropolitanos, entre o sistema imperialista como um todo e os Estados não capitalistas, e entre as classes dirigentes e as classes exploradas das semicolônias. Quanto maior a intervenção do Estado no sistema econômico capitalista, tanto mais claro torna-se o fato de que esse sistema sofre de uma doença incurável (ibid., p.341).³²⁰

³¹⁹ Segundo Mandel (1982, p.339), isto decorre de três características do capitalismo tardio: “a redução da rotação do capital fixo, a aceleração da inovação tecnológica e o aumento enorme do custo dos principais projetos de acumulação de capital, devido à terceira revolução tecnológica, com seu aumento correspondente de riscos de atraso ou malogro na valorização dos enormes volumes de capital necessários a esses projetos.”

³²⁰ Mandel (1982) faz uma crítica a Poulantzas, que no livro “Poder político e classes sociais” (POULANTZAS, 1977) afirma que na fase do capitalismo monopolista, a função principal do Estado burguês é política, e que a

Todo esse processo espelha nada mais que as contradições inerentes ao modo de produção e reprodução do capital. O que, em um dado momento, é uma necessidade, em um outro torna-se um empecilho. Porém, toda e qualquer mudança está sempre relacionada à salvaguarda do capital. O poder integrador do Estado alcança tal nível que reformas extremamente prejudiciais à classe proletária passam a ser, se não aceitas integralmente, reformuladas, no máximo, ao que pode ser aceito pelo capital sem, no entanto, prejudicar seu intento.

Para Mandel, o caráter estrutural e fundamentalmente conservador do aparelho de Estado burguês, que o coloca na condição de um instrumento eficaz para a manutenção e defesa das relações de produção capitalistas, apresenta-se de forma mais clara quando essas relações de produção são diretamente ameaçadas por movimentos proletários com vistas a uma transformação radical do sistema. Mesmo assim, a classe burguesa ainda tem espaço de manobra. As reformas que respondem a alguns interesses mais imediatos do proletariado podem acabar com, ou diminuir substancialmente, a pressão. Mas se isso não resolver, pode lançar mão da força bruta. Neste caso, diz Mandel, “a verdadeira natureza do aparelho de Estado capitalista é então revelada de maneira súbita e inequívoca” (ibid., p.349).

Podemos verificar que a tendência do Estado capitalista é limitar e abolir, cada vez mais, todos os instrumentos que a classe proletária pode dispor para reivindicar seus direitos dentro desta ordem. A principal estratégia tem sido a abolição dos próprios direitos, o que resulta numa legitimidade das ações estatais. É a abolição desses direitos que tem movimentado um grupo de estudiosos a proferir discursos inflamados contra os neoliberais. Alguns chegam a afirmar, a exemplo de Alayón (1995), que o que está em jogo “é o direito a ter direitos”. Este passa a ser o problema fundamental a ser enfrentado. Ocorre aí uma reedição da história. Os trabalhadores já lutaram por direitos, conquistaram alguns apenas na letra da lei e outros em termos efetivos. Atualmente esses direitos estão em perigo. Se tomarmos a compreensão de que o Estado atua de acordo com as necessidades do capital, prioritariamente, não é difícil de entender tal fato. O estabelecimento desses direitos, que num primeiro momento serviram de apoio ao desenvolvimento do capitalismo, tanto como necessidade prática como ideológica, atualmente atrapalham sua ampliação.

principal forma da ideologia burguesa, é economicista. Para Mandel, essa “é uma tentativa escolástica e artificial de separar mecanismos de classe intimamente interdependentes. O capitalismo tardio caracteriza-se pela combinação *simultânea* da função diretamente econômica do Estado burguês, do esforço para despolitizar a classe operária e do mito de uma economia onipotente, tecnologicamente determinada, que pode supostamente superar os antagonismos de classe, assegurar um crescimento ininterrupto, um aumento constante do consumo e, assim, produzir uma sociedade ‘pluralista’” (ibid., p.342).

Mandel destaca elementos esclarecedores em relação ao Estado capitalista. Mas Mészáros (2002) apresenta, na minha compreensão, uma análise mais esclarecedora em relação a este tema. Para este autor, o sistema sociometabólico do capital é estruturado a partir de um núcleo constitutivo pelo tripé capital, trabalho e Estado. Como são elementos necessariamente interligados, é impossível imaginar a superação do capital sem a eliminação desse tripé.

Mészáros também parte da premissa marxiana que o sistema do capital é incontrolável. Essas duas premissas são fundamentais para a confirmação da hipótese que acreditar na, e defender uma, superação da pobreza na ordem do capital, de modo universal, progressivo e sustentável é uma posição que leva a uma visão distorcida da realidade do próprio sistema. Neste caso, funciona como mecanismo ideológico. O que é mais complicado em tudo isso, na minha opinião, é que o discurso que dá sustentação a essa “possibilidade” tem sido proferido por grandes críticos do capitalismo.

Nos capítulos anteriores, procurei mostrar que o Estado – cujo exemplo mais significativo é sua forma de Estado de Bem-Estar Social – foi o elemento responsabilizado por equacionar os problemas sociais que constantemente ameaçavam a ordem no interior do sistema. O desenvolvimento do Estado de Bem-Estar Social foi um dos elementos, diria o principal, para o aplacamento das tentativas de superação do capital. Se ele foi profundamente questionado pelos liberais e também pelos próprios social-democratas – em sua feição keynesiana, como o fizeram Przeworsky e Wallerstein (1988) – não deixou de ser aclamado como o responsável por continuar procurando resolver tais questões sociais. Requerer “parceiros” (a “sociedade civil” e o próprio capital) para atuarem junto ao Estado, como feito atualmente, é uma forma de relativizar a força, até então, atribuída a ele. Porém, é bom lembrar que a vertente intelectual que atribui este poder ao Estado ainda é majoritária, mesmo que os social-democratas atribuam ao pensamento neoliberal a condição de “pensamento único”.

Mészáros refere-se à “crise estrutural” vivida pelo sistema do capital.³²¹ A crise atual se caracteriza como estrutural porque “(...) afeta a *totalidade* de um complexo social em todas as relações com suas partes constituintes ou subcomplexos, como também a outros complexos aos quais é articulada” (ibid., p.797). Neste caso, é substancialmente diferente de uma crise não-estrutural que, por sua vez, afeta apenas algumas partes desse complexo. Segundo ele, mesmo que neste momento possa ocorrer alguma alteração conjuntural que traga

³²¹ A respeito das crises no capitalismo, ver também Mandel (1990).

de volta a forma keynesiana de administração financeira do Estado, isso só poderia ocorrer por um período muito curto em função da impossibilidade material para dar sustentação a esse modelo, mesmo nos países capitalistas dominantes. Partindo dessa premissa, afirma que

(...) um renascimento conjuntural como este nada teria a oferecer para a realização de uma alternativa socialista radical. Pois seria absolutamente impossível construir uma alternativa viável ao modo de controle sociometabólico do capital com base numa forma interna conjuntural de administração do sistema; uma forma que dependa da expansão e acumulação saudáveis do capital como precondição necessária de seu próprio modo de operação (ibid., p.26).

É necessário atentar para o fato de que o autor se dirige aos social-democratas que ainda têm a perspectiva socialista. Como pode ser verificado na história do movimento social-democrata, esta perspectiva, na atualidade, perdeu muito de sua força. As proposições reformistas atuais não apresentam mais como objetivo central a construção do socialismo, mas apenas a “humanização do capitalismo”, como se fosse realmente possível.

Para Mészáros,

(...) se há uma interpretação que realmente merece ser chamada de absurdo total no reino da reforma social, esta não é a defesa de uma grande mudança estrutural, mas precisamente aquele tipo de exagerado otimismo cheio de explicações que *separa os efeitos de suas causas*. É por isso que a ‘guerra à pobreza’, tantas vezes anunciada com todo zelo reformista, especialmente no século XX, é sempre uma guerra perdida, dada a estrutura causal do sistema do capital – os imperativos estruturais de exploração que produzem a pobreza (ibid., p.39).

Os autores que entendem que é possível erradicar a pobreza sem transformar radicalmente o sistema fazem suas análises baseados em dados que realmente podem levar a isso. O cálculo matemático permitiria que tirássemos da pobreza uma ampla parcela da população a partir da distribuição de renda e, como apontaram Barros, Henriques e Mendonça (2000), bastaria, no caso brasileiro, uma transferência de 7% da renda das famílias para retirar toda a população pobre da condição de pobreza. Quando se chega a esta conclusão, é provável que também se entenda que se isso não acontece, é porque não há um interesse, principalmente por parte dos governos, que não promovem ações no sentido de propiciar tal distribuição. Sendo assim, o que impede que a guerra contra a pobreza seja vencida “é um foco de resistência localizado” – uma burguesia egoísta, um governo incompetente ou

corrupto, ou, no melhor dos casos, um governo e uma burguesia mancomunados para saborearem sozinhos as doçuras de uma vida farta.

Não é mais possível ficarmos trabalhando apenas com as possibilidades matemáticas, principalmente quando esta matemática é utilizada a despeito das regras que determinam a sua própria utilização. Se a distribuição de renda pode ser perspectivada a partir da matemática, esta mesma matemática aponta a imprescindibilidade da acumulação para a sustentabilidade do sistema. A distribuição, ou redistribuição, de renda não faz parte da lógica do capital. Se ela aconteceu ou acontece em alguns lugares e momentos, é única e exclusivamente um efeito conjuntural. Mesmo que pudéssemos contar com uma distribuição que retirasse todas as pessoas da pobreza, não poderíamos esquecer que estar nesta situação significa viver com U\$2 dia. Viver com U\$2.5 ou U\$3 por dia colocaria todos fora da linha de pobreza, matematicamente falando, mas não podemos sequer pensar que isto seria minimamente suficiente, apesar de, provavelmente, resolver “nosso problema moral”. Também não poderíamos pensar que esta retirada poderia se constituir numa situação sustentável e universalisável a despeito das crises sistemáticas que abalam, a cada momento, este ou aquele país, ou da “crise estrutural” por que passa o sistema do capital, conforme o alerta de Mészáros.

Existe uma tendência de a social-democracia querer enxergar a exceção como regra.³²² É neste sentido que está constantemente defendendo que os países, onde a situação social é pior, sigam o exemplo daqueles que resolveram a ampla maioria desses problemas. Isto diz respeito ao desenvolvimento, à corrupção, ao investimento em políticas sociais, à empregabilidade. Quando algum ou alguns desses problemas reaparecem, como no caso do pauperismo na Europa, o problema é entendido como passageiro ou então apresenta-se uma alternativa que é apontada como melhor. É isto que Giddens (2001) e outros fazem quando analisam o desmonte do Estado de Bem-Estar Social e festejam a efetivação da “terceira via”.

Mészáros (2002), referindo-se ao movimento histórico do capital, afirma que, até pouco tempo atrás, o capital possibilitava que se extraísse dele alguns ganhos – direitos políticos e sociais em especial – que, atualmente já se mostram reversíveis. A organização da classe trabalhadora foi fundamental para isso – principalmente através da ação sindical e das

³²² Em relação à possibilidade da “modernização” global, Mészáros (2002, p.39) é enfático. Diz que “a tentativa de separar os efeitos de suas causas anda de mãos dadas com a igualmente falaciosa prática de atribuir o *status* de *regra* a uma *exceção*. É assim que se pode fazer de conta que não tem a menor importância a miséria e o subdesenvolvimento crônico que necessariamente surgem da dominação e da exploração neocolonial da esmagadora maioria da humanidade por um punhado de países capitalista desenvolvidos – poucos mais do que os componentes do G7. Como diz a lenda oportunista, graças à ‘*modernização*’ (jamais realizada) do resto do mundo, a população de todos os países um dia gozará os grandes benefícios do ‘sistema da livre empresa’”.

representações parlamentares. Até esse momento, o capital pôde conceder esses ganhos que, por sua vez, também propiciaram vantagens produtivas para ele durante seu processo de auto-expansão. No entanto, diz o autor:

hoje, ao contrário, enfrentar até mesmo questões parciais com alguma esperança de êxito implica a necessidade de desafiar o *sistema do capital como tal*, pois em nossa própria época histórica, quando a auto-expansão produtiva já não é mais o meio prontamente disponível de fugir das dificuldades e contradições que se acumulam (daí o sonho impossível de se livrar do buraco negro da dívida ‘crescendo por fora dele’), o sistema do capital global é *obrigado* a frustrar todas as tentativas de interferência, até mesmo as mais reduzidas, em seus parâmetros estruturais (ibid., p.95).

Sempre pautado nas premissas marxianas, Mészáros destaca que o capital não pode ser compreendido apenas como uma “entidade material”, muito menos como “um mecanismo racional controlável”, mas é sim “*em última análise, uma forma incontrolável de controle sociometabólico*” (ibid., p.96). Se escapa de um significativo grau de controle humano, isso deve-se ao fato de ser ele “uma poderosa – na verdade, até o presente, de longe *a mais* poderosa – estrutura ‘totalizadora’ de controle à qual tudo o mais, inclusive seres humanos, deve se ajustar, e assim provar sua ‘viabilidade produtiva’, ou perecer, caso não consiga se adaptar” (ibid.).

O capital é entendido como um sistema incontrolável e, segundo Mészáros, convive com seus “defeitos estruturais”. Esses defeitos são: 1) a condição de a produção e o controle se encontrarem isolados e diametralmente opostos, o que leva ao segundo defeito; 2) o fato de o “excesso de consumo” em algumas partes se chocar com a negação da satisfação, por parte de milhões de seres humanos, das necessidades mais elementares; e 3) a necessária dominação, não só no microcosmo, mas também no macro, em função da necessidade de superar a contradição entre produção e circulação. O uso do termo “defeitos estruturais” pode, na minha compreensão, ser questionado, visto que existe um sistema com uma estrutura e não com uma “estrutura defeituosa”. Ela só pode ser considerada “defeituosa” quando tentamos corrigi-la a partir da construção abstrata do sistema sem suas contradições, mas com a mesma estrutura. Assim, seria mais prudente a utilização do termo contradição, e não defeito. Porém, isto não altera as análises do autor em relação à dinâmica do capital.

Em função dessas contradições (defeitos estruturais) inerentes ao processo de produção e reprodução do capital, o Estado é chamado a executar ações corretivas. Mészáros, contrapondo-se a uma certa tendência de análise burguesa que questiona a necessidade desse “Estado correcional”, diz que “(...) é tanto mais revelador que o Estado moderno tenha

emergido com a mesma inexorabilidade que caracteriza a triunfante difusão das estruturas econômicas do capital, complementando-as na forma da *estrutura totalizadora de comando político do capital*” (ibid., p.106). Destaca o fato de a criação do Estado moderno ser uma exigência absoluta, sendo que sua função primordial é proteger permanentemente a produção e reprodução do sistema. Ressalta que o capital chegou

à dominância no reino da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao Estado moderno. Portanto, não é acidental que o encerramento da ascensão histórica do capital no século XX coincida com a crise do Estado moderno em todas as suas formas, desde os Estados de formação liberal-democrática até os Estados capitalistas de extremo autoritarismo (como na Alemanha de Hitler ou o Chile miltonfriedmannizado de Pinochet), desde os regimes pós-coloniais até os Estados pós-capitalistas de tipo soviético. Compreensivelmente, a atual crise estrutural do capital afeta em profundidade todas as instituições do Estado e os métodos organizacionais correspondentes. Junto com esta crise vem a crise política em geral, sob todos os seus aspectos, e não somente sob os diretamente preocupados com a legitimação ideológica de qualquer sistema particular de Estado (ibid., p.106-107).

Sendo assim, segundo o autor, esse Estado é a “única estrutura corretiva compatível” com a estrutura do capital como “modo de controle sociometabólico”. Ele tem como função, “reificar” a falta de unidade que leva aos “defeitos estruturais”. Mas é necessário lembrar, diz Mészáros, que isto deve ser feito “até onde a necessária ação corretiva puder se ajustar aos últimos limites sociometabólicos do capital” (ibid., p.107). É bem provável que essa “função corretiva” do Estado seja tomada como a sua possibilidade de controlar o sistema. Entendo que seja isso que leve os social-democratas a entenderem que o Estado possa, então, controlar o capital. O problema é que esse “controle” não é tomado como extremamente limitado, não podendo, em hipótese alguma, contrariar a lógica do sistema. Ou seja, na sua essência, o sistema sociometabólico do capital é incontrolável.

Além de atuar no controle político e, em especial, na regulação da relação capital *versus* trabalho, o autor salienta que também cabe ao Estado propiciar a infra-estrutura necessária ao desenvolvimento do capital, bem como assumir a função de comprador/consumidor. Essa última função vem se ampliando e engloba os gastos com educação, saúde, habitação, seguridade social entre outros. Ou seja, o Estado moderno não pode ser entendido como uma estrutura que pode funcionar de modo independente, ou um pouco independente, das necessidades do capital. A autonomia relativa do Estado não significa uma autonomia em relação à dinâmica da produção e reprodução do capital, mas em

relação aos interesses de classe ou, em específico, dos interesses divergentes no interior da própria burguesia.

Partindo de todos esses elementos, podemos concluir que o Estado capitalista não pode ser chamado a resolver os problemas sociais – aqui, em especial a pobreza – visto que ele é parte fundamental do complexo que causa tais problemas. Insistir no papel do Estado como regulador do sistema e como responsável por “corrigir seus defeitos” é uma forma de ocultar a incontornabilidade desse sistema, portanto uma forma de protelar, ou mesmo impedir, qualquer movimento que leve à sua superação.

Se o objetivo dos social-democratas é a construção da “felicidade humana” a partir da defesa irrestrita da igualdade/liberdade/fraternidade/democracia – que, aparentemente deveriam ir para além da formalidade, se considerarmos os discursos inflamados em defesa disto – eles estão utilizando como remédio, o veneno. Neste caso, intensifica-se o poder da própria “doença”. Não é sem motivo que a tendência é a amputação daquilo que passou a ser assumido como “parte doente”. Se não concordo com a compreensão de “exclusão social”, aceito a compreensão de segregação e, mesmo, eliminação social. Isto pode ser representado pelo aumento desmedido das prisões e outras formas de reclusão, bem como pelo extermínio consentido e intencional.

A defesa social-democrata de possibilidade de construção de um “capitalismo humanizado” tem servido, única e exclusivamente, para amortecer as contradições irremediáveis da ordem social do capital. Sequer tem sido usada – pelo menos isso não é claramente colocado – como tática para demonstrar a impossibilidade de controle do sistema. Ou seja, a reafirmação constante da possibilidade de realização dos “direitos humanos” sob o capitalismo só leva a humanidade a perder a chance de tentar construir uma nova sociabilidade. Talvez, nesse caso, a narrativa “liberal/neoliberal” possibilite muito mais a ocorrência de uma reação anti-capitalista.

Tudo o que foi exposto até aqui possibilita um questionamento profundo da defesa da “justiça social” para além do que é assimilável pelo sistema sociometabólico do capital. Neste caso, igualdade/liberdade/fraternidade/democracia, no capitalismo, estão sempre vinculadas aos limites postos pelo próprio sistema, portanto só podem ser entendidas com essa limitação.

Isto se põe diferente na teoria marxista quando da defesa de uma ordem social comunal. Na crítica que fez ao Programa de Gotha, Marx (s/d) questiona a defesa feita em prol da “equidade”, chamando a atenção para o fato de os próprios burgueses defenderem que a repartição que ocorria era eqüitativa. O autor ressalta que, no capitalismo, esta concepção de

“repartição eqüitativa” é a única cabível, asseverando que as relações econômicas não são reguladas pelos conceitos jurídicos, mas, pelo contrário, são as relações jurídicas que emanam das relações econômicas.

A questão que se coloca é que o “Programa” não esclarece como se daria essa “repartição eqüitativa” que deriva da frase “todos os membros da sociedade têm igual direito a perceber o fruto íntegro do trabalho”³²³ (ibid., p.212). Marx faz uma série de questionamentos a esse respeito. Pergunta: “todos os membros da sociedade? Também os que não trabalham? Onde fica então, o ‘fruto íntegro do trabalho’? Ou só os membros da sociedade que trabalham? Onde deixamos, então, o ‘direito igual’ de todos os membros da sociedade?” (ibid.). Estas perguntas apontam para a fragilidade da compreensão de comunismo posta no “Programa”.

Marx explica que o que é tomado como “fruto íntegro do trabalho”, ao final, é o “fruto parcial” do trabalho. Esclarece, inicialmente, o termo “fruto do trabalho” que representaria, enquanto trabalho coletivo, a totalidade do produto social. Porém, não é possível fazer uma divisão eqüitativa do “fruto íntegro do trabalho”, visto que existe a necessidade de serem efetuadas deduções para a manutenção do processo produtivo e administrativo, para a satisfação das necessidades coletivas (escolas, hospitais, ...) e para a manutenção daqueles que estiverem impossibilitados de trabalhar. Somente após este processo é que é possível proceder a repartição. Marx atenta que mesmo que a parte deduzida do produtor na qualidade de indivíduo a ele retorne, direta ou indiretamente, como membro da coletividade, o que recebe é sempre o “fruto parcial” do trabalho. Mas, no comunismo, tanto as expressões “fruto íntegro do trabalho” como “fruto do trabalho”, perdem o sentido. Segundo o autor,

no seio de uma sociedade coletivista, baseada na propriedade comum dos meios de produção, os produtores não trocam seus produtos; o trabalho invertido nos produtos não se apresenta aqui, tampouco, **como valor** destes produtos, como uma qualidade material, por eles possuída, pois aqui, em oposição ao que sucede na sociedade capitalista, os trabalhos individuais já não constituem parte integrante do trabalho comum através de um rodeio, mas diretamente. A expressão ‘o fruto do trabalho’, já hoje recusável por sua ambigüidade, perde assim todo o sentido (ibid., p.213, grifo do autor).

O direito igual não considera aquilo que é fundamental, ou seja, a existência de desigualdades. As pessoas não são iguais e por isso, no desenvolvimento da sua atividade

³²³ Esta frase encontra-se no primeiro parágrafo do “programa”.

produtiva, não podem ser igualadas. Neste sentido, “este direito **igual** é um direito desigual para trabalho desigual” (ibid., p.214, grifo do autor). Inicialmente, a estruturação da sociedade comunal preserva características do regime que suplanta. Porém é necessário ir procedendo as devidas alterações e, no caso do direito, este não pode ser defendido como “direito igual”, mas sim como “direito desigual”. Para Marx,

na fase superior da sociedade comunista, quando houver desaparecido a subordinação escravizadora dos indivíduos à divisão do trabalho e, com ela, o contraste entre o trabalho intelectual e o trabalho manual; quando o trabalho não for somente um meio de vida, mas a primeira necessidade vital; quando, com o desenvolvimento dos indivíduos em todos os seus aspectos, crescerem também as forças produtivas e jorrarem em caudais os mananciais da riqueza coletiva, só então será possível ultrapassar-se totalmente o estreito horizonte do direito burguês e a sociedade poderá inscrever em suas bandeiras: **De cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades** (ibid., p.214-215, grifo meu).

É necessário fazer uma observação em relação ao uso do termo “equidade”. Pelo que podemos perceber, ele é usado por Marx como sinônimo de igualdade. Atualmente, atribui-se ao termo “equidade” uma significação deferente. Ela passa a ser entendida como um processo que supõe a igualdade a partir da consideração das diferenças. Conforme Sposati (1998), o princípio da equidade – relativamente à assistência social – supõe a redução da proteção aos setores que são privilegiados e sua ampliação aos mais desiguais e excluídos. Neste caso, é considerada a capacidade de estes setores privilegiados poderem se manter sem necessariamente ter de dividir aquilo que é posto como direito de todos, mas que para alguns é o único recurso. Seria considerado, portanto, a diferença existente entre os grupos. A equidade fundamenta a redistribuição. No entanto, o que é esperado, ao final, é a igualdade. Sendo assim, o conceito de equidade não se contrapõe ao de igualdade, mas se apresenta como um processo de busca dessa igualdade. Neste caso, esta concepção de equidade também não se aproxima da defesa marxiana do respeito à “desigualdade”.

Pereira (1986)³²⁴, assumindo a interpretação marxiana em torno da “igualdade”, afirma que Marx não fazia “uma defesa do igualitarismo de todos os homens no terreno das necessidades pessoais” (ibid., p.23). Ao contrário, ele defendia que as diferenças entre os seres humanos sempre existirão, mesmo numa sociedade comunista. No comunismo o que desaparece “são aquelas diferenças e condições que podem produzir uma diferença na posição

³²⁴ Conforme já apontado anteriormente, em textos mais recentes Pereira adota uma postura teórica mais social-democrata com um viés bastante crítico. Este texto também foi publicado na revista Serviço Social & Sociedade, ano VII, n.20, p.66-81, 1986.

social dos homens” (ibid.). Segundo a autora, para Marx, as diferenças pessoais não servem de fundamento para a desigualdade, sendo que é salutar que essas diferenças existam, pois senão os homens não se distinguiriam entre si. Na interpretação de Pereira, “a igualdade de que fala Marx é aquela conquistada historicamente, condicionando a extinção da propriedade dos meios de produção, o fim da exploração e a abolição de classes” (ibid.). Por isso, “somente sobre a base da socialização dos meios de produção é possível dar a todos a oportunidade de trabalho e um salário compatível com a qualidade e quantidade de seu rendimento” (ibid., p.23).

Entendo que Pereira acaba por interpretar de maneira equivocada o que Marx tenta explicar na “Crítica ao Programa de Gotha”. Quando a autora sustenta que Marx sugeria que as diferenças pessoais não servissem de fundamento para as desigualdades, parece esquecer que é justamente pela existência dessas diferenças pessoais que o direito tem que ser desigual. Pessoas diferentes não podem ser tratadas igualmente, portanto as diferenças individuais servem sim de base para o necessário tratamento desigual. Um outro problema reside no fato de a autora atribuir a Marx a defesa de que todos tenham oportunidade de trabalho e um salário que seja compatível com a qualidade e a quantidade de seu rendimento. Ora, isto acaba negando a afirmação da autora de que as diferenças pessoais não sirvam como fundamento para as desigualdades, pois, neste caso, aquele que tiver maior capacidade de trabalho terá maiores rendimentos. Se Marx tivesse interpretado desta forma não defenderia que, no comunismo se viva sob o lema **“de cada qual, segundo sua capacidade; a cada qual, segundo suas necessidades”**. Ou seja, no comunismo cabe a cada um ter um rendimento correspondente à sua necessidade, o que significa que a produção individual não seja apropriada como um direito. Se fosse assim, o que estaria sendo defendido seria que todos tivessem direito a receber “o fruto íntegro do trabalho”. É justamente o que Marx contesta.

Pereira defende a interpretação marxiana em torno da igualdade, mas se equivoca. Este equívoco faz com que afirme que “(...) a abertura de oportunidades aos desiguais, via política social, não significa outra coisa senão a institucionalização da desigualdade ao invés de sua extinção...” (ibid.). Ou seja, a implantação de políticas sociais revela e reafirma a desigualdade – interpretação que entendo ser plausível. O que pode ser questionado é que a impossibilidade da extinção da desigualdade não é relativa apenas ao capitalismo, mas também ao comunismo. Por isso, a importância dada, por Marx, ao direito desigual.

Mészáros (1993) faz um belíssimo ensaio sobre a questão dos “direitos humanos” na visão marxiana. Conclui que Marx, em momento nenhum, desprezou a temática, pelo

contrário, ele sempre buscou destacar que os “direitos humanos” são irrealizáveis no âmbito do sistema do capital. Ressalta que, à medida que uma nova forma social – no caso, o comunismo – for implantada, a própria discussão em torno dos direitos humanos deixa de ter sentido, pois a efetivação dos direitos passa a ser parte “integrante do metabolismo social e atua como seu princípio regulador fundamental” (ibid., p.217). Ou seja, como já apontei anteriormente, igualdade (caracterizada como a possibilidade de cada um se desenvolver como indivíduo – o que representa assumir a desigualdade como regra), liberdade, fraternidade e democracia deixam de ser conceitos a serem defendidos, pois passam a ser reflexos da sociabilidade concreta.

Também vale a pena retomar aqui a compreensão de Marx em torno da definição de necessidades humanas. Pereira (2002), ao discutir esta questão, atribuiu à “teoria marxista”³²⁵ das necessidades humanas a qualificação de “teoria relativista”, conforme apresentado no capítulo I, item 4.1 deste trabalho.

Pereira alerta, em primeiro lugar, para a observação feita por Doyal e Gough que, partindo da análise do próprio Marx, dizem que este “(...) ‘(...) **acreditava na existência de necessidades humanas objetivas**’, principalmente quando se referia a um conjunto de injunções sofridas, coletivamente, pela classe trabalhadora em sua relação de antagonismo com a classe capitalista (...)” (ibid., p.43, grifo meu). Essa compreensão também pode ser atribuída ao “marxismo revolucionário do século XIX” (ibid., p.44). Porém, diz a autora, a partir dessa concepção objetiva e universal de necessidades, a “tradição marxista”, segundo Doyal e Gough, apresenta “considerações relativistas e subjetivistas calcadas na compreensão de que necessidades básicas são essencialmente produto do meio e da cultura dos quais os homens fazem parte” (ibid.).

É necessário observar que, na citação literal que Pereira faz de Doyal e Gough, estes atribuem a Marx a especificação da existência de **necessidades objetivas**, mas **não universais**. Talvez aí resida um equívoco em querer diferenciar – é bom deixar claro, neste aspecto especificamente, considerando a observação feita na introdução deste trabalho, em relação ao uso do termo “marxista” – esta “tradição marxista” da visão do próprio Marx, já que esta “tradição marxista” compreende as necessidades básicas como produto do meio e da cultura, podendo ser objetivas, mas não universais. Agnes Heller é apresentada como principal expoente desta “tradição marxista”, em função de seu ceticismo em relação à

³²⁵ É necessário destacar que o entendimento que Pereira tem de “marxismo” não é o mesmo defendido por mim na introdução deste trabalho. Ela refere-se a Marx, aos marxistas revolucionários e à “tradição marxista” posterior, não revolucionária. Na minha compreensão, essa “tradição marxista” não compõe o quadro referencial marxista no qual me baseio.

existência de necessidades humanas universais, pelo fato de as necessidades variarem de um modo de produção para outro, o que impossibilitaria a comparação de culturas diferentes com base em um conceito comum. Além de Heller, Marcuse também é citado como representante desta “tradição marxista” considerando as necessidades sociais, no capitalismo, como relativas por serem manipuladas por condições socioeconômicas específicas. Recentemente esta tese marcusiana tem sido, segundo Pereira, reforçada por Lodziak.

Pereira salienta que Marx possibilitou fecundas considerações sobre necessidades humanas, apesar de serem conceitualmente inespecíficas, como é apontado por Heller. A autora salienta que, inicialmente, as necessidades básicas foram identificadas com uma “dimensão biológica”, ou seja, relacionada a necessidades “naturais”, vitais ou de sobrevivência. Citando Heller, diz que, para esta, referenciada em Marx, essas necessidades naturais não constituem um conjunto de necessidades, “mas um *conceito limite*, um ‘nível bestial’, indigno do homem” (ibid., p.58). As “necessidades” não podem ser tratadas como naturais por se caracterizarem como necessidades concretas, situadas num contexto social determinado. Ainda segundo Heller, citada por Pereira, o que Marx destaca para além da economia política clássica, é a multidimensionalidade da “necessidade”, ou seja, a coloca num contexto histórico, filosófico e antropológico, ultrapassando o meramente econômico. Porém, afirma Pereira,

(...) em que pese essas considerações originais e o fato de o conceito de necessidade assumir papel preponderante na economia política marxiana, especialmente no que tange às teorias de valor de uso (bens para satisfação de necessidades), da mais-valia (valorização do capital sobre o valor de uso) e da força de trabalho como mercadoria especial (valor da força de trabalho tendo como parâmetro as necessidades do trabalhador), Marx, na interpretação de Heller (...), nunca definiu tal conceito, e nem ao menos descreveu o que entendia por ele. E essa é uma tendência que pode ser detectada nas mais alentadas contribuições marxistas e não marxistas posteriores (ibid., p.60).

Não estenderei esse debate, mas é preciso deixar claro que Marx, diferentemente da afirmação de Pereira, assumindo a posição de Doyal e Gough, pode ser classificado, tomando a própria classificação apresentada, como relativista. O que podemos depreender de Marx é que ele entende que as necessidades humanas são sempre decorrentes da forma social em que vivem os homens. Neste caso, tratar o “direito de estar vivo” como uma necessidade objetiva e universal, destacando como “necessidade básica” tudo o que é fundamental para a preservação única e exclusiva do funcionamento biológico, ou seja, as “necessidades naturais”, é realmente ficarmos presos a um “conceito limite, a um nível bestial”, como afirma

Heller. É a defesa de oferecimento de condições para suprir tais necessidades que se encontra nas propostas de erradicação da “indigência”, o nível mais extremo da pobreza.

Mas está claro que, apesar de a realidade mostrar que milhões de seres humanos estão vivendo nesse limite, nenhum dos estudiosos aqui apresentados defende que a preocupação se limite a satisfação desse nível de necessidade. Ao contrário, a ampla maioria sustenta a necessidade de que todos tenham acesso àquilo que possa colocar-lhes numa situação de “vida digna” de acordo com os padrões sociais estabelecidos. Neste caso, as necessidades são socialmente criadas. Marx (1985b, p.942) refere-se à questão da liberdade e das necessidades da seguinte forma:

De fato, o reino da liberdade começa onde o trabalho deixa de ser determinado por necessidade e por utilidade exteriormente imposta; por natureza, situa-se além da esfera da produção material propriamente dita. O selvagem tem de lutar com a natureza para satisfazer as necessidades, para manter e reproduzir a vida, e o mesmo tem que fazer o civilizado, sejam quais forem a forma de sociedade e o modo de produção. Acresce, desenvolvendo-se, o reino do imprescindível. É que aumentam as necessidades, mas, ao mesmo tempo, ampliam-se as forças produtivas para satisfazê-las. A liberdade nesse domínio só pode consistir nisto: o homem social, os produtores associados regulam racionalmente o intercâmbio material com a natureza, controlam-no coletivamente, sem deixar que ele seja a força cega que os domina; efetuam-no com o menor dispêndio de energias e nas condições mais adequadas e mais condignas com a natureza humana. Mas esse esforço situar-se-á sempre no reino da necessidade. Além dele começa o desenvolvimento das forças humanas como um fim em si mesmo, o reino genuíno da liberdade, o qual só pode florescer tendo por base o reino da necessidade. E a condição fundamental desse desenvolvimento humano é a redução da jornada de trabalho.

Fica claro que as necessidades, para além daquelas “naturais”, são sempre determinadas socialmente e que, em um modelo social onde vigore a relação entre produtores associados, essas necessidades devem ser estabelecidas considerando a própria possibilidade de exploração da natureza. O homem depende da natureza para sobreviver e, por isso, não pode colocar, em primeiro plano, a satisfação da necessidade de produção incessante de valores de troca. Neste sentido, de todos os autores aqui apresentados, Tévoédjré (1982) – dentre os social-democratas – e Mészáros (1987, 1989 e 2002) são mais incisivos no destaque da questão ambiental. Mészáros (1987 e 1989) dá atenção especial à taxa de uso decrescente no capitalismo, o que tem um impacto decisivo sobre o meio ambiente. Segundo Mészáros, Marx já apresentava preocupações em relação à destruição da natureza em função do desenvolvimento do capitalismo.

Uma outra questão importante decorrente da citação acima é o fato de Marx (1985b) destacar a necessidade de redução da jornada de trabalho, não com o objetivo de possibilitar o emprego de outros, mas como possibilidade de liberdade do próprio ser humano. As defesas dos social-democratas em torno da diminuição da jornada de trabalho tem como objetivo possibilitar que aqueles que estejam desempregados possam passar a dar conta de seu sustento. Neste caso, o trabalho é considerado um “direito” – como muitos outros direitos, não compatível com o modo de produção do capital –, sendo que para Marx, é uma necessidade que deve-se buscar sempre diminuir.

Todos os elementos apresentados neste item auxiliam na compreensão da impossibilidade de o Estado dar conta de controlar o capital, visto que é parte constitutiva do próprio sistema. Desta forma, o seu papel como “solucionador” dos problemas sociais, dentre eles a pobreza, deve ser questionado, pois, ao fim e ao cabo, é parte do que causa tais problemas.

2.4 – Ordem global, controle do capital e pobreza

Lidar com a questão da “globalização”, do “controle do capital” e da pobreza não é uma tarefa fácil. São questões que não podem ser dissociadas e que formam um todo extremamente complexo. Tratarei este assunto em suas linhas gerais sem, no entanto, deixar escapar os elementos mais importantes em relação ao que estou refletindo. Como vimos, os discursos em torno da “globalização” estão diretamente relacionados às análises sobre a pobreza. Nos capítulos II e III, ao destacar as causas e as soluções para a pobreza apresentadas pelos autores social-democratas, ficou patente a importância da “globalização”, tanto no que diz respeito às causas como às soluções. Em termos gerais, podemos dizer que ela é entendida como causa e solução ao mesmo tempo.

Alguns autores destacaram o fato de se constituir como um fenômeno excludente que age principalmente sobre os países denominados “em desenvolvimento” e “sub-desenvolvidos”. Neste caso, a globalização se afirma como um processo de dominação dos países desenvolvidos sobre os demais. Mas ela não necessariamente tem de ser assim – excludente –, daí a utilização da denominação “globalização includente”. Ou seja, assim como os processos de dominação no interior de um país podem ser contornados a partir de um acordo de classes sociais em prol de uma “sociedade justa”, também pode ocorrer um acordo

global para que se construa uma “globalidade justa”. Aliás, para os que fazem a análise da pobreza na globalização, o caminho é o das soluções globais. A globalização propicia o estabelecimento de lutas cujo efeito também deverá ser global. Essas lutas, na visão social-democrata, devem ter por objetivo o estabelecimento da “justiça global”. As proposições de estabelecimento de movimentos sociais globais (CHOSSUDOVSKY, 1999) e das lutas por redistribuição, reconhecimento e participação (FRASER, 2002) são significativas neste sentido. Esta forma de entender a necessidade da busca da “justiça social global” no interior do capitalismo não é privilégio da social-democracia; é também dos liberais, principalmente dos “nem tão ortodoxos”, como Galbraith (1979 e 1996).

Estes autores partem da compreensão que, se o capital é global, as lutas também devem ser globais. Se a pobreza se mostra um problema global, é no âmbito da globalização que devem ser buscadas as soluções. No entanto, assim como nas análises em torno do nacional, não existe, dentre os social-democratas, uma defesa de rompimento radical do sistema, mesmo que alguns continuem defendendo a construção do socialismo, conforme a perspectiva da social-democracia do início do século XX.

Limoeiro-Cardoso (2000) faz observações interessantes a respeito da globalização. A autora chama a atenção para o fato que algumas análises se dirigem à globalização como sendo apenas um movimento de internacionalização de mercados. Outras análises são mais abrangentes e trazem para o debate da globalização as inovações tecnológicas e os novos padrões organizacionais, as relações entre os Estados, organismos internacionais e sociedade civil.

Destaca que o termo “globalizar”, em si, se opõe a “dividir”, “expulsar”, “excluir”. Ao ser empregado, diz, este termo,

(...) referindo-se a uma realidade que divide, marginaliza, expulsa e exclui, não por acidente ou causalidade, mas como regularidade ou norma, passa por cima dessa regularidade ou norma, dificultando a sua percepção e mesmo omitindo-a. Consciente e deliberadamente, ou não, a utilização da palavra nestas condições tem exatamente tal eficácia (ibid., p.106-107).

Por isso, a autora acata a posição de Chesnais (1995)³²⁶ que afirma que essa economia globalizada é excludente por ser dirigida pelo movimento do capital. Neste caso, trata-se do acirramento de polarização social expressa pela concentração de renda, pela

³²⁶ O texto de Chesnais, citado por Limoeiro-Cardoso é: A globalização e o curso do capitalismo de fim-de-século. **Economia e Sociedade**, 5, (dez.), Campinas, 1995.

desigualdade social e pelo desemprego, polarização essa que se configura como a realidade de uma desigualdade internacional crescente.

Essa polarização internacional tem ampliado a distância entre países ricos e pobres. Limoeiro-Cardoso ressalta que o desenvolvimento capitalista sempre se deu desigualmente, sendo que essas desigualdades se ampliam no capitalismo mundializado. Para ela, no momento atual, a “(...) escala crescente de diferenciação e desigualdade internacional está transformando marginalização em *exclusão*” (ibid., 109).

A autora esclarece que o entendimento de que o capitalismo divide, marginaliza e exclui não é novo. O capitalismo sempre se pautou na divisão social e sempre manteve parte da força de trabalho à margem do sistema produtivo, como reserva. Porém, isto significava uma marginalização temporária e que tinha funções definidas no âmbito do próprio capitalismo, ou seja, esta reserva compunha o sistema produtivo. Neste caso, é notória a diferenciação, a desigualdade e a marginalização – elementos estruturais do sistema. Porém, “(...), apesar de que se possa encontrar na história do capitalismo momentos em que a desigualdade se agudiza ou se polariza, não costuma tratar-se de exclusão na concepção estrita do termo” (ibid., p.110).

Considerando a posição da autora, parece-me necessário voltar a discutir o significado de exclusão. Se isto significa, como parece, “estar fora”, então é possível entender que o “exército de reserva” faz parte do sistema produtivo e que os “excluídos” atuais não. Mas não seria mais realista imaginar que o que ocorre é uma ampliação do exército de reserva? O fato de muitos dos que compõem essa reserva não conseguirem mais ingressar na “dinâmica específica das relações de trabalho” os tira da condição de reserva?

Digo isto porque, segundo vários autores, dentre eles Limoeiro-Cardoso, o aspecto central dessa exclusão reside no “desemprego estrutural e massivo” (ibid., p.113). Por não ser conjuntural nem temporário, na fase atual, o desemprego deixa de representar marginalização e passa a expressar exclusão.³²⁷ Neste sentido, os trabalhadores menos qualificados não terão nenhuma chance de compor o seguimento da força de trabalho que tem o “privilégio” de ser absorvido pelo sistema produtivo. Mas, mesmo qualificado, observa a

³²⁷ Para Limoeiro-Cardoso (2000, p.114), “as novas tecnologias e as novas formas de organização do trabalho têm permitido aumento substancial da produtividade. O resultado imediato tem sido a acelerada e crescente dispensa de mão-de-obra. O aumento de produtividade não tem levado a uma expansão da produção que crie também uma expansão do emprego capaz de absorver pelo menos boa parte da mão-de-obra expulsa do sistema produtivo. Operando dessa maneira, o sistema cria não somente marginalização, mas propriamente exclusão social – e exclusão que é estrutural. Neste caso, a redução do trabalho necessário não libera tempo para a vida. Libera para a exclusão e a miséria um contingente enorme e cada vez maior de trabalhadores. Ou seja, sob o domínio do capital, o aumento de produtividade não reverte para ‘a sociedade’, reverte exclusivamente para o capital.”

autora, o trabalhador não terá uma garantia mínima de tornar-se um trabalhador efetivo. Por isso, “diante da exclusão que passa a ser a norma para a grande maioria da população potencialmente trabalhadora, a exploração do trabalho passa a ser ‘privilégio’” (ibid., p.116).³²⁸

No entanto, a compreensão que a situação dos que permanecem empregados se complica em função do crescimento significativo da força de trabalho excedente, fazendo com que os salários sejam rebaixados – em função da diminuição do preço da força de trabalho ou da diminuição do seu valor, como aventado anteriormente – possibilita entender que não há “algo novo” neste sentido. Ou seja, podemos pensar que há um aumento substancial do exército de reserva, que parte dele não ingressará mais na “dinâmica específica” do sistema produtivo, mas não se encontra excluída, pelo contrário, a situação desses aumenta a competição entre os trabalhadores no interior do exército de reserva.

Limoeiro-Cardoso assevera que a “globalização” se constitui em uma ideologia, assim como o foi o “desenvolvimento”. A ideologia do desenvolvimento apontava para a esperança do progresso; a ideologia da globalização ameaça pôr grande parte das sociedades na condição de pobreza, caso não ocorra uma adaptação dos países à dinâmica atual da economia mundial. Ou seja, essa ideologia sustenta que, se forem feitas as adaptações necessárias, o caminho “natural” seria a retomada do crescimento e, conseqüentemente, uma melhoria das condições da sociedade como um todo. Reside aqui, a “aceitação”, por parte de muitos países, das reformas macroeconômicas “propostas” pelo FMI e pelo Banco Mundial.³²⁹

Como vimos, os autores social-democratas, ao fazerem referência à necessária ação do Estado no combate à pobreza e na solução de tantos outros problemas sociais, de certa forma, começaram a relativizar o papel do Estado nacional e a destacar a necessidade de

³²⁸ Dahrendorf (1992), ao dirigir-se a esta parcela populacional, qualificada por Limoeiro-Cardoso (2000) como “excluída”, e referindo-se às relações no interior da própria classe trabalhadora – que ele denomina como classe da maioria – diz que “(...) Não se pode supor como evidência que a classe da maioria tenha interesse em romper o ciclo de privações daqueles que caíram numa posição de subclasse. Ao contrário, em períodos de precariedade, a maioria pode muito bem ter o interesse ativo em definir como marginais e mantê-los do lado de fora, de modo a proteger a posição daqueles que estão dentro” (DAHRENDORF, 1992, p.161). O autor define “subclasse” como “(...) um grupo no qual as patologias sociais se acumulam para criar uma condição de longo prazo” (ibid., p.159), o que leva a “uma ligação fraca com a força de trabalho” (ibid.). As patologias sociais descritas são: uso de drogas e álcool, nascimentos fora do laço matrimonial, dependência longa da seguridade, tendência para comportamento criminoso.

³²⁹ Chossudovsky (1999) faz uma análise dessas reformas macroeconômicas. Alguns autores, a exemplo de Soares (2001), entendem que essas reformas são “aceitas”, dando a impressão que é possível simplesmente se contrapor a elas.

ações supranacionais tomando em conta a “globalização do capital”. Em relação a este aspecto, Mészáros (2002, p.30) destaca que

a globalização em andamento é saudada pelos defensores do sistema como a solução de todos os problemas. Na verdade, entretanto, ela coloca em ação forças que põem em relevo não apenas a incontabilidade do sistema por qualquer método racional, mas também simultaneamente, a própria incapacidade de ele cumprir suas funções de controle como condição de sua existência e legitimação.

É necessário deixar claro que o papel do “Estado nacional” não é desprezado pelos autores social-democratas. Soares (2001) é representativa neste sentido. Esta autora destaca que muito, em relação ao estabelecimento de políticas sociais e de proposições e ações em relação à erradicação da pobreza, depende de “vontade política” dos “governos nacionais”. Esta posição, provavelmente, decorre do fato de que a história mostrou, através da atuação de governos social-democratas e trabalhistas, que pode haver um entendimento entre capital e trabalho no sentido de que o segundo tenha direitos sociais garantidos. É bom lembrar que o desenvolvimento desse modelo estatal tem mostrado seus limites, não podendo ser considerado como uma estrutura sustentável e expansível globalmente. Enquanto uma realidade conjuntural, não podemos negá-la. Porém, é imprescindível que tenhamos claro o porquê de ter se estabelecido em alguns países.

A globalização, como demonstrado anteriormente, é entendida por muitos autores social-democratas como controlável. Neste sentido, Mészáros (2002) destaca um outro aspecto relacionado à dinâmica do capital, ou seja, à “necessidade de criar a circulação como empreendimento global das estruturas internamente fragmentadas do sistema do capital (...)” (ibid., p.111), o que não permite que se possa chegar à conclusão da possibilidade do controle. O problema, segundo o autor, reside no fato de “as estruturas corretivas global e de comando político do sistema do capital se [articularem] como *Estados nacionais*, embora como modo de reprodução e controle sociometabólico (...) seja inconcebível que tal sistema se confine a esses limites” (ibid.). Se os social-democratas costumam tomar alguns países como exemplo de “conciliação” entre capital e trabalho e, a partir daí, imaginar um controle global para que essa “conciliação” possa ser uma realidade global, Mészáros alerta para o fato de o Estado se utilizar de um duplo padrão, como já apontado anteriormente: nos países “centrais”, proporciona um melhor padrão de vida para a classe trabalhadora, bem como preserva seu sistema democrático; já na periferia do sistema, atua maximizando a exploração e, em muitos momentos, de maneira autoritária. Isto não é efeito de uma “globalização excludente”, mas da

própria dinâmica do sistema sociometabólico do capital. Por isso, entende a globalização como “o desenvolvimento necessário de um sistema internacional de dominação e subordinação” (ibid.).

Ao concordar com a análise feita por Mészáros, me contraponho veementemente à possibilidade aventada pelos social-democratas de ser possível o desenvolvimento de um processo globalizador incluyente. Também é importante deixar claro que o que sugerem estes autores – a organização de um “Estado global” – já ocorre, se entendermos que o capital globalizado exige uma sustentação político-ideológica, também global. Ou seja, o “Estado do capital” atua como um “Estado global”, mesmo que os Estados nacionais continuem desempenhando seu papel. Como destacou Mészáros, o Estado atua com um sistema de “duplo padrão”. O Estado moderno é o Estado capitalista e não apenas sua “especificidade” de Estado nacional capitalista. Afinal, o sistema é o sistema sociometabólico do capital e não de um “capital específico”. Por isso que “(...) no plano internacional, o Estado nacional do sistema do capital não tem nenhum interesse em restringir o impulso monopolista ilimitado de suas unidades econômicas dominantes” (ibid., p.113).

Com relação a esta busca de uma solução global, Mészáros é enfático, afirmando que

(...) para prever uma resolução global, legítima e sustentável dos antagonismos do sistema do capital, seria necessário primeiro acreditar no conto de fadas da eliminação para todo o sempre da lei de desenvolvimento desigual das questões humanas. É por isso que a ‘Nova Ordem Mundial’ é uma fantasia absurda ou uma camuflagem cínica planejada para projetar os interesses hegemônicos dos poderes capitalistas preponderantes como aspiração universalmente benéfica e moralmente recomendável da espécie humana (ibid., p.114).

Pensar em um “governo mundial” não é pensar em uma solução, pois todas as contradições inerentes ao capital apareceriam da mesma forma. O uso dos termos “globalização” e, de modo mais específico, “globalização financeira”, tem servido como uma forma de retirar a atenção do que é central, ou seja, da dinâmica própria do capital. É como se não vivêssemos mais sob o domínio do capital, mas da globalização (financeira). Isso leva à compreensão que o que temos de resolver são os problemas causados por essa globalização (financeira).

Não é objetivo discutir com afinco, neste momento, as especificidades que envolvem o que tem sido denominado de “globalização financeira”. Porém, não seria prudente deixar de fazer algumas observações a respeito, visto que tem sido recorrente

apontá-la como uma das maiores causas da pobreza na atualidade em função de sua relação direta com a questão da empregabilidade.

Acredito que o uso do termo, sem maior cuidado, pode levar os leitores mais desavisados a entendê-lo como uma modalidade de mercado completamente desvinculada da origem inicial do capital, ou seja, do mercado produtivo que gera capital a partir da produção de mais-valia. É interessante perceber, hoje, a falta de limites do capital, em suas mais variadas formas de se reproduzir. Parece que ele realmente atingiu um estágio que prescinde da produção material especificamente capitalista.

No entanto, se voltarmos a levar em conta o processo que origina o capital, não como um dado histórico, mas como parte integrante do atual estágio do capitalismo, será possível falar de uma intensificação do movimento de capital financeiro no atual momento de acumulação de capital, de modo que não pareça que este momento esteja destituído da participação de sujeitos explorados e exploradores.

Se o momento atual revela um alto nível de acumulação e de concentração de capital, não mostra mais do que Marx já havia apontado. Ao se referir à tendência histórica da acumulação capitalista e à expropriação peculiar a este processo, Marx (1985a, p.881) diz que, num determinado momento, quem tem de ser expropriado não é mais o trabalhador independente, mas o capitalista que explora muitos trabalhadores. Sendo assim, “cada capitalista elimina muitos outros capitalistas”. Marx (1985b, p.584) reforça tal aspecto dizendo: “(...). O lucro consiste no ato de apropriar-se de trabalho alheio, e o capital com que se mobiliza e se explora esse trabalho alheio consiste em propriedade alheia, que o capitalista financeiro põe à disposição do capitalista industrial a fim de explorá-lo por sua vez.”

Nesse processo de acumulação de capital, começando com a expropriação da força de trabalho, seguindo para o estágio que um capitalista expropria e elimina outros capitalistas e que, posteriormente, possibilita que uns poucos utilizem seu capital (expresso em dinheiro ou formas correspondentes de valor) para acumular mais capital, sem necessariamente estarem ligados à produção material, não significa dizer que este capital final (que está na mão do capitalista que não produz) não está vinculado à produção. O que ocorre é uma transferência do capital referente à produção material para as mãos de capitalistas que não produzem, mas que exploram aqueles que exploram o trabalhador assalariado, produtor de mais-valia. Esta análise não pretende reduzir um assunto tão complexo, mas tão somente apontar elementos que possam ajudar na crítica que faço ao uso do termo “globalização financeira”.

Chesnais (1996, p.81), ao analisar a mundialização do capital, fazendo referência às multinacionais, diz:

Com efeito, uma das maneiras de captar a extrema diversidade das formas de atividade e dos modos de desdobramento das multinacionais consiste em abstrair, por um instante, as formas concretas em que o capital se incarna (empresas predominantemente industriais ou de produção de serviços, bem como instituições bancárias e financeiras), e voltar ao capital como categoria econômica fundamental. O capital define-se como valor (...) cujo o objetivo é a autovalorização, a obtenção de lucro, em condições nas quais o ramo industrial, bem como a localização geográfica do comprometimento do capital têm, *em última análise*, caráter *contingente*.

O autor diz ainda que, no caso de um grupo industrial, a valorização (aumento) do capital, de um período a outro, baseia-se, primeiramente, na organização e no acionamento da força de trabalho assalariada na produção de mercadorias. Em segundo lugar, abrange operações, cada vez mais numerosas que são efetuadas no mercado financeiro.

Chesnais aponta a esfera financeira como um campo de valorização do capital que tem por finalidade gerar lucros como qualquer outro setor. Diz que o problema, tanto de ordem macroeconômica como ético-social, reside no fato de os lucros se formarem pelas transferências advindas da esfera da produção, local de criação de valor e rendimentos fundamentais (salários e lucros). Porém,

a autonomia do setor financeiro nunca pode ser senão uma autonomia *relativa*. Os capitais que se valorizam na esfera financeira nasceram – e continuam nascendo – no setor produtivo. Eles começam por tomar a forma, seja de lucros (lucros não reinvestidos na produção e não consumidos, parcela de lucros cedida ao capital de empréstimos, sob a forma de juros); salários ou rendimentos de camponeses ou artesãos, os quais depois foram objeto de retenção por via fiscal, ou sofreram a forma de agiotagem moderna dos ‘créditos ao consumidor’; por fim, depois de quarenta anos, salários diferidos guardados nos fundos privados de aposentadoria, mas cuja natureza se modifica ao entrarem na esfera financeira, tornando-se massas em busca da rentabilidade máxima. A esfera financeira alimenta-se da riqueza criada pelo investimento e pela mobilização de uma força de trabalho de múltiplos níveis de qualificação. Ela mesma não cria nada. Representa a arena onde se joga um jogo de soma zero: o que alguém ganha dentro do circuito fechado do sistema financeiro, outro perde. Usando uma expressão de P. Salama e J. Valier (1991): ‘o milagre da multiplicação dos pães não passa de miragem’ (ibid., p.241).

A coisa em si é mais complicada do que parece, mas não é objetivo detalhar as dificuldades que aparecem ao se tratar desse tema. Chamo a atenção apenas para mais uma observação feita por Chesnais, onde o autor diz que só depois que ocorre a transferência do

capital produtivo para a esfera financeira é que podem ocorrer vários processos de valorização, “**em boa parte fictícios**, que inflam ainda mais o montante nominal dos ativos financeiros” (ibid., p.246, grifo meu).³³⁰

Meu objetivo foi tentar chamar a atenção para o fato que o uso do termo “globalização financeira”, bem como o alto grau de autonomia que parece ter e que, para muitos, tem, acaba relativizando e, até mesmo, separando a relação do capital produtivo com o capital financeiro. Isto, a meu ver, tem implicações maiores como, por exemplo, tirar a responsabilidade dos proprietários dos meios de produção em relação à exploração, cada vez maior, do trabalhador e à própria situação social calamitosa gerada, principalmente, pelo desemprego e baixíssimos salários, e atribuí-la a uma coisa chamada “globalização” ou “globalização financeira” que adquiriu status de “ente superior” deslocado das relações de classe e da dinâmica própria do sistema sociometabólico do capital.³³¹

Se o desemprego e a precarização do trabalho aumentam, isto não se deve a este momento específico onde ocorre uma grande concentração de capital no nível financeiro. A pobreza, na atualidade, não decorre da ampliação do mercado financeiro, visto que a ampliação deste mercado faz parte da lógica do sistema. Se não fizesse e se fosse realmente a causa da ampliação da pobreza global, provavelmente a classe burguesa já teria modificado o curso dessa história, promovendo ações que não levassem ao extremo em que estamos chegando, de forma a evitar ameaças a sua condição de classe dominante, e a possibilitar a consecução de seus próprios objetivos. O que está em jogo é a dinâmica do capital e não a da “globalização financeira”.

³³⁰ Marx (1985b) faz referências mais específicas a respeito do capital fictício, mais detidamente nas páginas 535 a 540.

³³¹ Para maiores especificações a respeito do debate em torno da “globalização financeira” sugiro: Pinto (1997); Chesnais (1998); Salama (1999).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

As descrições e análises procedidas no decorrer deste trabalho, resguardados seus limites, têm um objetivo claro: questionar as explicações oferecidas pelos pensadores social-democratas em torno das causas da pobreza e das soluções apontadas para sua diminuição/erradicação. A verificação das teses social-democratas em relação à pobreza aponta para a fragilidade destas, visto estarem fundamentalmente baseadas em análises conjunturais, principalmente, no que diz respeito às causas, e na “fé” ou “desejo”, no que diz respeito às soluções. Entendo e defendo pois, que tais análises têm um limite ideológico que se constitui em um anteparo poderoso de proteção dos interesses do capital. Na ampla maioria dos casos, o discurso social-democrata é dirigido à proteção daqueles “socialmente mais vulneráveis”, fazendo com que tais grupos, em especial, não se apropriem de elementos da realidade que possam possibilitar qualquer questionamento dessa ordem para além dos seus aspectos aparentes.

A pobreza, como fenômeno histórico, não pode ser atribuída ao capitalismo. Não sendo específica deste modo de produção, pode ser entendida como fruto das relações de classe e só pode ser apreendida por comparação. Os níveis de pobreza são estabelecidos socialmente e diferem dependendo do grau de desenvolvimento de cada sociedade, mas não dependem desse grau de desenvolvimento, e sim da forma de distribuição do produto social. Ou seja, o grau de desenvolvimento serve para comparar os níveis de pobreza entre sociedades, mas não para definir o nível de pobreza de uma sociedade.

No capitalismo, a pobreza adquire contornos específicos, pois estar na condição de pobre, para além de toda a compreensão de ser um fenômeno social, traz sempre, em última instância, a responsabilidade individual por estar em tal condição. Outra característica distintiva da pobreza no capitalismo está relacionada à sua produção e reprodução em meio a uma produção material abundante. Porém, o problema não reside aí, mas sim no fato de seres humanos morrerem de fome, de frio, por doenças curáveis quando todos os estatutos sociais garantem o direito à vida. Essa impossibilidade de garantia do direito à vida, tão proclamado, deriva da necessária garantia da propriedade privada, elemento central de distinção social.

A igualdade/liberdade/fraternidade/democracia burguesas não possibilitam a criação de uma outra ordem. Ao contrário, elas são os elementos fundamentais para a preservação desta ordem. É a “crença” no fato de este “quarteto” vir um dia a significar uma “realidade diferente” no interior da ordem social do capital que fez com que as lutas por

direitos e, mais recentemente, as lutas pela garantia de preservação de direitos já conquistados se tornassem a bandeira mais agitada das últimas décadas. Isto faz com que entendamos que a luta por direitos continua em pauta, principalmente a luta pela preservação de tais direitos e pelo seu cumprimento. Mas por que tais direitos não são cumpridos?

Esta pergunta nos remete à distinção feita entre questões econômicas e políticas na análise da pobreza. Como vimos, não há diferença entre as diversas correntes teóricas na descrição do que é a pobreza. Em síntese, ela é entendida como “falta”, mesmo que na literatura social-democrata, tenha sido apresentada uma distinção em torno do elemento “faltante”, ou seja, “falta de recursos materiais para manutenção da vida” – o que ressalta a “dimensão econômica” –, ou falta de “cidadania” – o que representa a “dimensão política”. As discussões mais atuais tendem a destacar esta “dimensão política”, do que decorre a ampliação dos debates em torno dos “direitos sociais”. Como apontou Fraser (2002), estamos numa época, muito mais de “luta por reconhecimento” do que de “luta por distribuição”. Apesar disso, a pobreza vista a partir da sua “dimensão econômica”, ainda é mais analisada.

Como os direitos estão descritos nos estatutos sociais; como há um amplo consenso em torno deles (pelo menos em relação ao direito mais básico – o direito à vida); como a humanidade tem plena condição de satisfazer suas necessidades (imaginando a possibilidade de distribuição e redistribuição do produto social), alguns entendem que a questão deixa de ser econômica para ser política. Daí decorre a necessidade de lutar pela cidadania, a necessidade de fazer com que o pobre se veja “como injustamente pobre”, de levá-lo a utilizar sua parcela de poder para lutar por uma condição diferente. É possível entender, então, que os direitos não são cumpridos porque aqueles que têm o poder não querem cumpri-los, e aqueles que dependem desses direitos não têm “consciência” da sua situação, muito menos poder para exigí-los.

Ora, a pobreza é um fenômeno social e, como tal, tem necessariamente de ser analisada considerando todos os seus aspectos. Mesmo que os autores apresentados nos capítulos anteriores tenham apontado para uma hierarquia entre a “dimensão econômica” e a “dimensão política” do fenômeno, não julgo prudente tomá-lo dessa forma. Economia e política não podem ser separados, nem mesmo hierarquizados mecanicamente quando analisamos questões sociais. Como apontado no capítulo IV, para Marx, os fundamentos econômicos do capitalismo se constituem em “determinantes fundamentais”, mas não deixam de ser “determinantes determinados”.³³² Portanto, para entender o complexo do modo de

³³² Conforme as análises de Mészáros (1993).

produção do capital, não é possível determinar que um único aspecto seja determinante, muito menos hierarquizá-los mecanicamente. Economia e política são inseparáveis na análise da complexidade do modo sociometabólico do capital. Neste caso, no que diz respeito ao não cumprimento dos direitos, podemos dizer que há muito mais por trás do que falta de “consciência” e “poder”, por parte do pobre, para que saia da pobreza. A pobreza é, pois, como afirmou Soto (2003), baseada na leitura de Marx, efeito e condição determinante do processo de acumulação capitalista, portanto, efeito e condição determinante da forma social do capital. Hierarquizar mecanicamente a “dimensão econômica” ou a “dimensão política” leva a uma apreensão “deformada” do fenômeno pobreza.

Outra questão a ser resgatada diz respeito ao uso do termo “exclusão social”. Devemos entender que aqueles que se encontram em situação de privação das condições necessárias para viver dentro do padrão social estabelecido como “normal”, como “mínimo” ou “básico”, ou seja, que se encontram na condição de pobreza, não estão excluídos da sociedade, portanto, não estão em situação de “exclusão social”, mas sim excluídos de dinâmicas específicas da organização social que lhes possibilitariam sair de tal condição. Mesmo que ocorra mobilidade social, isto não significa modificação na sua situação de classe.

Quando fazem referência a “problemas estruturais” do capitalismo, os social-democratas “parecem” “penitenciarem-se” e, ao mesmo tempo, resguardarem-se de cometer equívocos maiores. Por isso, na ampla maioria dos casos, os autores social-democratas fazem referências rápidas a esses problemas. Entendo que isto ocorra em função de ainda não terem achado uma forma de não trazê-los a baila. Por isso, no momento, tais problemas são chamados a dar, pelo menos, “um rodopio no meio do salão”. Os que fazem uma referência mais detalhada a esses “problemas estruturais”, ao fim e ao cabo, terminam por relativizá-los da mesma forma, visto que, ao não fazê-lo, teriam de assumir uma posição radical em relação às impossibilidades de resolvê-los no interior da ordem social do capital, portanto, de não resolver todos os outros problemas que deles decorrem.

Na perspectiva social-democrata, tudo parece ter “conserto” no interior da própria ordem do capital, desde que haja disposição para isso. Neste discurso, “vontade política” adquire *status* de “potencialidade real”. Se existe “exclusão”, vamos “incluir”; se a globalização é excludente, vamos torná-la includente; se o Estado favorece os mais afortunados, vamos fazer com que isto se inverta; se o capital está sem controle, vamos controlá-lo; se a pobreza aumenta em função de fatos conjunturais, que a atacemos com políticas seletivas, sem, no entanto, abandonarmos a busca pela efetivação de políticas sociais universais; se há desemprego, que criemos empregos; se o desemprego é estrutural, que

criemos uma “renda mínima” para que todos possam viver independentemente do emprego; se falta educação, qualificação, então eduquemos e qualifiquemos a todos; se as leis não são cumpridas, então lutemos para que sejam, afinal, se não são cumpridas, não é por impossibilidade, mas por “falta de vontade” daqueles que devem fazê-lo.

Dos elementos apontados pelos social-democratas no que diz respeito à necessidade de resolver o problema pobreza, entendo que os mais importantes estão ligados à questão da controlabilidade do sistema, em especial a partir do Estado. Essa é a posição da ampla maioria dos autores. Aqueles que não atribuem esta tarefa ao Estado, a exemplo de Bauman (1999) parecem crer numa auto-regulação do capital, ou pelo menos esperam que isto aconteça, visto que algo precisa ser feito para estancar o aumento das “desgraças humanas”.

As soluções para a pobreza giram em torno de um “Estado nacional forte”, com um governo comprometido, ou em torno de um “Estado global”, com um “governo mundial” disposto a acabar com as desigualdades mundiais. A distribuição e redistribuição da riqueza, bem como a promoção do pleno emprego são elementos fundamentais em qualquer das esferas – nacional ou global. Outro elemento central é a qualificação da força de trabalho para que esteja sempre apta a se inserir no mercado. Considerando a possibilidade da não existência de postos de trabalho para todos, apresenta-se a solução da diminuição da jornada de trabalho e do oferecimento de uma “renda mínima” para todos, independentemente de estar empregado ou não. Apesar de todos os problemas descritos pelos próprios social-democratas e das críticas que fazem ao sistema capitalista, estas são as soluções que podem erradicar a pobreza. Tudo isto parece ser pensado a partir de “cálculos matemáticos, boa vontade, moralidade e ética humanas”. A história que é tomada como suporte é sempre a história que interessa e que justifica tais posições. As críticas, por mais que tenham por objetivo atingir uma mudança real servem, única e exclusivamente, como amortecedor para a real atrocidade incontrolável inerente ao capital. Portanto, tais críticas agem ideologicamente e, ao invés de levar a um questionamento do que é central – o modelo sociometabólico de controle do capital –, alimenta as esperanças de solucionar o insolúvel.

É por isso que proponho o retorno da análise marxista do capital como aquela que pode oferecer explicações plausíveis para o desenvolvimento, criação e manutenção da pobreza no capitalismo, bem como para a superação do fenômeno. Faço esta proposta num momento em que a teoria marxista, além de ser constantemente considerada “equivocada”, levando em conta a posição de seus rivais, está sendo “deformada” por aqueles que se “julgam, ou são julgados marxistas”, a partir do abandono dos princípios fundamentais da

teoria. Isto representa a “crise do marxismo”. Em relação a este aspecto, Mészáros (2002, p.43) destaca que

a ‘crise do marxismo’, sobre a qual nas últimas décadas muito se escreveu na verdade denotava a crise e a quase completa desintegração dos movimentos políticos que outrora professavam sua lealdade à concepção marxiana de socialismo. O clamoroso fracasso histórico dos dois movimentos principais – a socialdemocracia e a tradição bolchevique metamorfoseada em stalinismo – permitiu uma avalanche de todos os gêneros de propaganda triunfalista para celebrar a morte da idéia socialista como tal.

Mas o marxismo ainda tem seu lugar. Marxistas, a exemplo de Soto (2003), buscam recuperar as explicações que Marx ofereceu para muitos problemas sociais, dentre eles, a pobreza. A autora, pautada nas análises de Marx a respeito do modo de produção e reprodução do capital, retomou e reforçou a idéia da impossibilidade de solucionar a pobreza no interior do capitalismo. Porém, na minha compreensão, fez uma leitura problemática de Marx, o que possibilitou um questionamento a respeito de suas conclusões. Isto aponta para a necessidade de continuarmos discutindo esta temática no interior do próprio marxismo, visto existirem interpretações distintas em relação a como o fenômeno pobreza foi explicado pelo próprio Marx. Foi a existência de interpretações distintas que me fez mergulhar um pouco mais fundo, em especial, na obra de Marx.

Mas, como procurei demonstrar, as explicações marxistas, foram sendo “reformadas”, “adaptadas”. A social-democracia, além de abandonar sua perspectiva revolucionária, perdeu substancialmente sua força enquanto projeto que pretendia alcançar o socialismo através de reformas. Porém, continua forte na proposição de reformas com vistas a um “capitalismo humanizado”. A proposição do “capitalismo humanizado” alimenta a perspectiva da “justiça social na ordem do capital”, o que se configura num anteparo poderoso à construção de insatisfações a partir da própria desilusão. Isto não significa propor que se abandone a luta pela implementação de “direitos”, mas, somente, que isso não pode se constituir em uma estratégia de “conserto” de problemas. Deve, antes, expressar-se enquanto tática de realce das limitações do sistema sociometabólico do capital. Mas a defesa dos direitos, por parte da social-democracia não se configura numa tática política com vistas a descortinar os limites estruturais do capital; ao contrário, ela busca mostrar a inexistência desses limites. É neste sentido que, apesar de crítico, o discurso social-democrata tem se configurado na maior estrutura de sustentação do capital, portanto, na maior estrutura de sustentação da destruição humana.

A história tem apontado a fragilidade das propostas social-democratas para a solução dos problemas sociais. No entanto, a cada prova de equívoco analítico em torno de suas proposições, a social-democracia aparece com outras explicações/soluções que também não se sustentam. A mais evidente e atual é a defesa de uma “ação conjunta” da “sociedade civil”, do Estado e do capital para solucionar a pobreza.

Como já havia apontado anteriormente, a análise de Tévoédjré (1982) apresenta-se como aquela que, de certa forma, coloca-se como a mais próxima da análise marxista, pelo menos no que diz respeito ao questionamento mais radical da ordem social do capital e à sua impossibilidade de se sustentar mantendo o ritmo de destruição da natureza em nome da produção. Propor que a produção esteja relacionada à satisfação de necessidades e não à busca de lucro é propor o fim da produção capitalista. O problema deste autor é que ele, ao propor os encaminhamentos para tal, coloca o Estado na posição de condutor do processo de superação do capital, proposta que a história já mostrou não resultar no que é esperado. Neste sentido, coloca-se numa posição contraposta àquela apresentada pela teoria marxista.

Em termos de organização social, o que a história mostrou até o momento, foi que a humanidade não conseguiu superar os limites postos pelo capital. Como salienta Mézáros (2002), a social-democracia, com sua postura reformista, aceitou acriticamente os limites estruturais do capital, e o sistema sócio-econômico pós-revolucionário, “permaneceu prisioneiro das amarras estruturais alienantes do capital (...)” (ibid., p.897). Ao não termos concretizado a proposta socialista com vistas ao comunismo, parece restar apenas a defesa de “modelos sociais” alternativos a um “capitalismo selvagem”. Por isso, a postura social-democrata de defesa de um “capitalismo humanizado”, ou a defesa do que alguns chamam de “socialismo democrático”, a exemplo de Estenssoro (2003), se sustentam. Para ambos os modelos, o Estado é elemento central. Mas são as proposições social-democratas (que na minha compreensão, são equivalentes às proposições desse “socialismo democrático”) as que ainda dominam, pelo menos em termos de expectativa, o “imaginário” social.

A defesa incondicional da necessidade de controle do capital pelo Estado, feita pelos social-democratas, sustenta a “crença” que, se um governo é comprometido com os direitos, tem a possibilidade de implantar todas as medidas necessárias para que tais direitos sejam garantidos, não só na letra da lei, mas na concretude.

A história mostra, a partir da análise dos Estados de Bem-estar Social, que a classe trabalhadora conseguiu, com suas lutas e pela colocação de seus representantes no topo da administração do Estado, uma série de “benefícios”, até então “negados” pelo capital. Logicamente, não podemos ignorar que também havia interesses do capital em absorver tais

demandas. O que não se viu na história da social-democracia foi um confronto mais radical com o capital; pelo contrário, o acordo foi sempre a base de sustentação do sistema. Porém, nesse passado via-se uma luta mais constante em torno da superação das “misérias humanas”. Mesmo que tenhamos claro que as experiências concretas de bem-estar não poderiam acontecer em alguns países sem que outros pagassem o preço por isso, não podemos deixar de registrar a importância de tais experiências. No entanto, na atualidade os Estados de Bem-Estar Social vêm dando provas da sua insustentabilidade. Um a um vêm sendo reformados, visando uma diminuição de benefícios, sendo que já verifica-se um retorno do pauperismo onde ele havia sido erradicado.

As sociedades, que hoje almejam alcançar o nível alcançado por esses Estados de Bem-Estar, acabam cedendo ao discurso daqueles que se colocam como “os representantes das maiorias desprivilegiadas”. O cansaço da espera por dias melhores leva à experimentação e parece ter sido isto o que aconteceu no Brasil. Depois de o povo brasileiro ter elegido a “social-democracia de Fernando Henrique Cardoso”, desiludido, aposta no “trabalhismo” de Luis Inácio Lula da Silva. Tomei esta experiência como exemplo para asseverar as dificuldades, ou melhor, a impossibilidade, de um governo por em prática propostas que se contraponham aos interesses do capital. É esta impossibilidade que, na minha compreensão, faz com que o PT, para chegar ao governo, abandone sua perspectiva socialista, mesmo que alguns entendam que tal perspectiva não tenha sido abandonada.

O Partido dos Trabalhadores – PT, só chega ao governo depois de suavizar radicalmente seu discurso. As discordâncias anteriores com as propostas do FMI, bem como a defesa do não pagamento da dívida externa, deixaram de ser evidenciadas. Juntamente com esse discurso “politicamente correto” para com o capital, alia-se o discurso contra a fome e a pobreza, em prol do emprego, da distribuição de renda e da justiça social. Não era um discurso diferente dos discursos dos demais candidatos, mas era proferido por um “trabalhador” que representava o Partido dos Trabalhadores. Alia-se um discurso “politicamente correto” com a vontade de que fosse eleito um representante dos “menos favorecidos”.

Para alguns analistas, a exemplo de Estenssoro (2003), o PT e seus coligados, em especial o PL, buscam estabelecer o tal “socialismo democrático” que, segundo ele, tem a capacidade de promover “amplas reformas sociais para a transformação da sociedade num lugar onde a democracia e o mercado se baseiam num verdadeiro *contrato social*” (ibid., p.244). As estratégias utilizadas para alcançar este “socialismo democrático” são, segundo

Estenssoro, diferentes das pregadas pelos partidos socialistas revolucionários e das defendidas pela social-democracia.

Já no terceiro ano do governo LULA é possível verificar que nenhuma mudança aponta para o estabelecimento de qualquer coisa diferente do que havia. O que é considerado avanço, como por exemplo, o controle da inflação ou a recuperação temporária do nível de emprego, como aconteceu em 2004, e mesmo o alcance de um crescimento inesperado, não levou a nenhuma modificação da condição da maioria dos seguimentos da classe trabalhadora que possa ser comemorada. Aqueles que eram considerados seguimentos intermediários, hoje amargam uma perda substancial do seu poder aquisitivo. Os considerados “pobres” estão tendo de contentar-se – pelo menos parte deles, já que não atinge a todos – com “bolsas de todo tipo”, que juntas não são suficientes sequer para proporcionar uma alimentação decente.

Muitas são as críticas feitas ao “governo petista”³³³. São críticas interessantes de serem analisadas. Demonstram a grande decepção em torno de uma “esperança”, mesmo por parte daqueles que já não nutriam grandes expectativas em relação ao pensamento majoritário no partido. Mas, de qualquer forma, vê-se que se esperava, no mínimo, uma postura de contraposição aos “ditames neoliberais”. É essa expectativa que é destacada por Antunes (2004) que entende ser a eleição de Lula um elemento importante na configuração do desenho político na América Latina. Esperava-se, como ressaltou Antunes, que Lula, no mínimo, desse algumas respostas com vistas a um enfrentamento da “política neoliberal”. Porém, o que realmente aconteceu, e que Antunes apresenta no final de sua análise, é que Lula não só preservou a política econômica de FHC, como exacerbou tal política.

Realmente as expectativas estavam para além do que poderia ser possível fazer. Entendo que qualquer contraposição um pouco mais radical de qualquer governo sofreria as conseqüências imediatamente. Se a sociedade ou, no mínimo, a base de sustentação do governo, não estiver consciente de todos os problemas que viriam decorrentes de um confronto, mesmo que moderado, com o capital, tal ação provavelmente seria condenada. Isto serve para qualquer intenção de confronto com o capital, não apenas para um confronto com vistas ao socialismo. Mesmo que possamos contabilizar uma série de confrontos que ocorreram e que, de certa forma, estão ocorrendo na América Latina, como também destacado por Antunes, não podemos tomá-los como movimentos organizados que sugeriram um real confronto com vista à transformação radical do sistema. Acredito que tais movimentos, no

³³³ Dentre os diversos críticos, ver: Benjamin (2004), Almeida Neto (2004), Borges (2004) e Temer (2004). As posições destes autores foram extraídas de um debate sobre o governo lula e o PT, publicado na revista Crítica Marxista, n.18, 2004.

momento, ainda se configurem como movimentos de busca imediata de condições mais favoráveis de vida, não expressando um projeto de classe mais abrangente.

Verifica-se também que, a cada “fracasso” dos governos em dar as respostas – tomadas como possíveis – às expectativas sociais, fragiliza-se a crença nas mudanças via representação governamental, seja via executivo, seja via legislativo. Isto leva a defesas de outras estratégias. O que mais está em voga atualmente são os “novos movimentos sociais”. Ao fazer referência a esses “novos movimentos sociais”, Mészáros (2002, p.95-96) diz que

(...) a transferência da lealdade dos socialistas desiludidos da classe trabalhadora para os chamados ‘novos movimentos sociais’ (hoje valorizados *em oposição* ao trabalho e desprezando todo o seu potencial emancipador) deve ser considerada prematura e ingênua. Os movimentos de questão única, mesmo quando lutam por causas não-integráveis, podem ser derrotados e marginalizados um a um, porque não podem alegar estar representando uma alternativa coerente e abrangente à ordem dada como modo de controle sociometabólico e sistema de reprodução social. Isto é que faz o enfoque no potencial emancipador socialista do trabalho mais importante hoje do que nunca.

Destaco esta citação de Mészáros justamente para ressaltar que, à medida que as propostas de reformulação do sistema vão se colocando como impossíveis, passam a ser construídas alternativas que continuam servindo para a justificação do sistema. Os “novos movimentos sociais” se voltam muito mais para aquilo que Fraser (2002) denominou de “luta pelo reconhecimento” do que para um enfrentamento da forma social do capital. Neste sentido, retrocedem, inclusive, em relação à luta social-democrata que ainda defende intervenções “coletivas”.

Não tive por objetivo discutir o socialismo ou a forma de transição para esse sistema social. Meu objetivo foi questionar as soluções propostas pelos autores social-democratas para a pobreza, principalmente porque tais proposições desempenham o papel de sustentação ideológica da forma capital. As explicações marxistas implicam em estabelecer, no campo político, uma estratégia diferente do reformismo. Neste caso, não nutro nenhuma expectativa em relação a uma saída fácil para a transformação radical da forma de sociabilidade humana. Concluo que possa postular a necessidade de um “marxismo impenitente”, tomando de empréstimo o termo utilizado por Netto (2004) para referir-se aos que não se rendem às falsas expectativas de uma transformação fora do contexto revolucionário.

Não podemos aceitar a crença de que não há uma saída. Que o capital seja “a ordem” e não “uma ordem”. A pobreza é um fenômeno que reflete a própria ordem do capital.

Propor sua diminuição e controle é assumir que a humanidade terá de conviver com a sua própria desumanidade. Propor sua erradicação dentro da ordem do capital é enganar aqueles que sonham em não mais conviver com a fome e a miséria, acreditando que na ordem evolutiva, em algum momento, isto será apenas um episódio triste no “grande espetáculo do capital”. Neste caso, restaria propor uma nova ordem, onde não precisássemos nos referir “à pobreza do homem”, pelo simples fato de ela deixar de existir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRANCHES, Sérgio H. **Os despossuídos**: crescimento e pobreza no país do milagre. 2. ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1986.
- _____. Política Social e combate à pobreza: a teoria da prática. In: ABRANCHES, Sérgio H., SANTOS; Wanderley G.; COIMBRA, Marcos A.. **Política Social e combate à pobreza**. Rio de Janeiro : Zahar, 1987.
- ALAYÓN, Norberto. **Assistência e assistencialismo**: controle dos pobres ou erradicação da pobreza? 2.ed. São Paulo : Cortez, 1995.
- _____. Pobreza, derechos humanos y política social. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXV, n.77, p.108-120, mar.2004.
- ALMEIDA NETO, Eduardo. Governo Lula: *taliban* do neoliberalismo. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.18, p.141-144, 2004.
- ANDERSON, Perry; CAMILLER, Patrick (orgs.). **Um mapa da esquerda na Europa Ocidental**. Rio de Janeiro : Contraponto, 1996.
- ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaios sobre a negação e a afirmação do trabalho. São Paulo : Boitempo, 1999.
- _____. **A desertificação neoliberal no Brasil**: (Collor, FHC e Lula). Campinas : Autores Associados, 2004.
- APTER, David E. Social-democracia. In: OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro : Zahar, 1996.
- ARON, Raymond. **As etapas do pensamento sociológico**.5.ed. São Paulo : Martins Fontes, 1999.
- ARRETCHE, Marta T. S. Emergência e desenvolvimento do welfare state: teorias explicativas. **BIB**, São Paulo, n.39, p.3-40, 1º sem. 1995.
- BARROS, Ricardo P. de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. Desigualdade e pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável. **RBCS**, São Paulo, v.15, n.42, p.123-142, fev.2000.
- BARROS Ricardo P.; CORSEUIL, Carlos H.; CURY, Samir. Salário mínimo e pobreza no Brasil: estimativas que consideram efeitos de equilíbrio geral. Rio de Janeiro : IPEA, **Texto para Discussão n. 779**, fev. de 2001.
- BAUMAN, Zigmunt. **Globalização**: as conseqüências humanas. Rio de Janeiro : Zahar, 1999.
- BENJAMIN, César. Derrota desejada. **Caros Amigos**, ed.64, julho de 2002.

_____. Governo do capital contra o trabalho? **Crítica Marxista**, São Paulo, n.18, p.138-140, 2004.

BERMAN, Marshall. **Tudo que sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo : Companhia das letras, 1986.

BORGES, Altamiro. Governo Lula: um enigma a decifrar. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.18, p.145-148, 2004.

BORON, Atilio A. **Estado, capitalismo e democracia na América Latina**. São Paulo : Paz e Terra, 1994.

_____. **A coruja de Minerva**: mercado contra democracia no capitalismo contemporâneo. Petrópolis : Vozes/CLACSO, 2001.

_____. Prólogo. In: ZICCARDI, Alicia. **Pobreza, desigualdad social y ciudadanía**: los límites de las políticas sociales en América Latina. 2.ed. Buenos Aires : CLACSO, 2002.

BOTTOMORE, Ton. Social-democracia. In: BOTTOMORE, Ton. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro : Zahar, 1988.

BRANCO, Francisco. Crise do Estado-Providência, universalidade e cidadania. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XIV, n.41, p.5-21, abril 1993.

BRAUDEL, Fernand. **O Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Filipe II** (vol. II). São Paulo : Martins Fontes, 1984.

_____. **Civilização material, economia e capitalismo: séculos XV-XVIII – Vol.3: o tempo do mundo**. São Paulo : Martins Fontes, 1996.

CACCIAMALI, Maria C. Liberalización económica y derechos fundamentales en el trabajo en América Latina. In: CACCIAMALI, Maria C.; BANKO, Catalina; KON, Anita (orgs.). **Los desafíos de la política social en América Latina**. São Paulo : PUC, 2002.

CAMPOS, Pedro H. F.; BRANDÃO, Lúcia C.; MENDES, Janaína S. B. C. O pobre e a desqualificação social na modernidade. **Estudos**, Goiânia, v.27, n.4, p.801-826, out./dez. 2000.

CAPUCHA, Luís. Nós e eles cá dentro: sobre o mito de um Robinson Crusoe ao contrário. In.: **Presidência da República. Debates**: pobreza, exclusão: horizontes de intervenção. Coimbra : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

CARDOSO, Fernando H.; FALETTO, Enzo. **Dependência e desenvolvimento na América Latina**: ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social**: uma crônica do salário. Petrópolis : Vozes, 1998.

_____. As armadilhas da exclusão. In: BELFIORI-WANDERLEY, Mariangela; BOGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria C. (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2.ed. São Paulo : EDUC, 2000.

CEPAL. **Panorama social da América Latina 2004**. In.: www.eclac.cl – acessado em 03/01/2005.

CHAMPAGNE, Patrick. A visão do Estado. In.: BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. Petrópolis : Vozes, 1998.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo : Xamã, 1996.

_____(coord.). **A mundialização financeira: gênese, custos e riscos**. São Paulo : Xamã, 1998.

CHOSSUDOVSKY, Michel. **A globalização da pobreza: impactos das reformas do FMI e do Banco Mundial**. São Paulo : Moderna, 1999.

CODATO, Adriano N.; PERISSINOTTO, Renato M. O Estado como instituição. Uma leitura das “obras históricas” de Marx. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.13, p.9-28, out. 2001.

COHEN, Daniel. **Riqueza do mundo, pobreza das nações**. Rio de Janeiro : Bertrand Brasil, 1998.

COSTA, Alfredo B. da. Depoimento. In.: **PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Debates: pobreza, exclusão: horizontes de intervenção**. Coimbra : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

CUNHA, Luiz A. **Educação e desenvolvimento social no Brasil**. 9.ed. Rio de Janeiro : Francisco Alves, 1986.

DAHRENDORF, Ralf. **O conflito social moderno: um ensaio sobre a política da liberdade**. São Paulo : Zahar/EDUSP, 1992.

DEMO, Pedro. **Cidadania tutelada e cidadania assistida**. Campinas : Autores Associados, 1995.

_____. **Combate à pobreza: desenvolvimento como oportunidade**. São Paulo : Autores Associados, 1996.

DEMOCRACIA SOCIALISTA. O PT, a luta pelo socialismo e o governo Lula. **Jornal Democracia Socialista**, ano I, n 1, abril de 2004.

DIETERLEN, Paulette. Derechos, necesidades básicas y obligación institucional. In: ZICCARDI, Alicia. **Pobreza, desigualdad social y ciudadanía: los límites de las políticas sociales en América Latina**. 2.ed. Buenos Aires : CLACSO, 2002.

DUPAS, Gilberto. **Economia global e exclusão social: pobreza, emprego, Estado e o futuro do capitalismo**. 2.ed. São Paulo : Paz e Terra, 1999.

ENGELS, F. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. In: MARX, K. e ENGELS, F. **Obras escolhidas. V.3.** São Paulo : Alfa-Omega, s/d.

ESPING-ANDERSEN, Gosta. As três economias políticas do *welfare state*. **Lua Nova**, São Paulo, n.24, p.85-116, set.1991.

_____. O futuro do *welfare state* na nova ordem mundial. **Lua Nova**, São Paulo, n.35, p.73-111, 1995.

ESTENSSORO, Luis. **Capitalismo, desigualdade e pobreza na América Latina.** São Paulo, 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo – USP.

FERNANDES, Antônio T. O pobre em luta pela cidadania. In.: **Presidência da República. Debates: pobreza, exclusão: horizontes de intervenção.** Coimbra : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina.** 2 ed. Rio de Janeiro : Zahar, 1975.

FERNÁNDEZ, J. Manuel. Algunas tendencias nuevas en la teoría e investigación sobre la pobreza. **Cuadernos de Trabajo Social**, v.15, p.19-39, 2002.

FIORI, José L. Globalização, hegemonia e império. In: TAVARES, Maria C.; MELIN, Luiz E. (orgs.). **Poder e dinheiro: uma economia política da globalização.** Petrópolis : Vozes, 1997.

_____. Sistema mundial: império e pauperização para retomar o pensamento crítico latino-americano. In: FIORI, José L.; MEDEIROS, Carlos (orgs.). **Polarização mundial e crescimento.** Petrópolis : Vozes, 2001.

FOLHA DE SÃO PAULO. R\$500 milhões ‘evaporam’ do bolso dos trabalhadores. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.B3, 28 de abril de 2002.

_____. Nem crescimento acaba com a miséria no Brasil, diz Bird. **Folha de São Paulo**, São Paulo, p.A7, 24 de abril de 2004.

FRANÇA FILHO, Genauto C. de. A problemática da economia solidária: uma perspectiva internacional. **Sociedade e Estado**, v. XVI, n.1-2, p.245-275, jan.-dez.2001.

FRASER, Nancy. A justiça social na globalização. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, Coimbra, n 63, p.7-20, outubro de 2002,.

FREITAS, Rosana de C. M. **A política de combate à pobreza e as agências multilaterais: um estudo comparativo entre o Brasil e o México.** Florianópolis, 2004. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

FURTADO, Celso. **A economia latino-americana** (formação histórica e problemas contemporâneos). São Paulo : Companhia Editora Nacional, 1976.

_____. **Criatividade e dependência na civilização industrial**. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1978.

GAIGER, Luiz I. Empreendimentos solidários: uma alternativa para a economia popular. In: GAIGER, Luiz I. (org.). **Formas de combate e resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

GALBRAITH, John K. **A natureza da pobreza das massas**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1979.

_____. **A sociedade justa**: uma perspectiva humana. Rio de Janeiro : Campus, 1996.

GIDDENS, Anthony. **A terceira via e seus críticos**. Rio de Janeiro : Record, 2001.

GROS, Marielle C. A política de luta contra a pobreza por programas, um meio eficaz para reequilibrar os interesses sociais divergentes e promover a integração social? In.: **Presidência da República. Debates**: pobreza, exclusão: horizontes de intervenção. Coimbra : Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1998.

HADAD, Sammy H. **Pobreza no capitalismo**: uma reflexão sobre os seus antecedentes históricos, suas origens e sua evolução. 1998. Dissertação (Mestrado em Economia) – USP, São Paulo.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. São Paulo : Loyola, 1993.

HAYEK, Friedrich August von. **Os fundamentos da liberdade**. Brasília : UnB; São Paulo : Visão, 1983.

_____. **Direito, legislação e liberdade**: uma nova formulação dos princípios liberais de justiça e economia política – 3^o v. São Paulo : Visão, 1985.

HAUPT, George. Marx e o marxismo. In: HOBBSAWM, Eric et al. **História do marxismo** 1. 2. ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.

HIRST, Paul. Globalização: mito ou realidade? In: FIORI, José L.; LOURENÇO, Marta S.; NORONHA, José C. (orgs.). **Globalização: o fato e o mito**. Rio de Janeiro : Ed. UERJ, 1998.

HIRST, Paul; THOMPSON, Gahame. **Globalização em questão**: a economia internacional e as possibilidades de governabilidade. Petrópolis : Vozes, 1998.

HOBBSAWM, Eric J. **A era do capital**: 1848-1875. 3.ed. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1982.

_____. Marx, Engels e o socialismo pré-marxiano. In.: HOBBSAWM, Eric J. et al. **História do marxismo**: o marxismo no tempo de Marx – vol. 1 . Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1983.

HUBERMAN, Leo. **História da riqueza do homem**. 21.ed. Rio de Janeiro : Guanabara, 1986.

JORNALDAMIDIA. **Desemprego aumenta em dezembro na Zona Euro**. In.: www.jornaldamidia.co.br – acessado em 04/02/2005.

JORNALDIGITAL. **Extrema direita suíça vence eleições**. In: <http://jornaldigital.com> – acessado em 25/03/2004.

JORNALPUBLICO. **Europa com receio de imigrantes da nova U.E**. In: <http://jornal.publico.pt> – acessado em 25/03/2004.

KANT, Immanuel. **A paz perpétua e outros opúsculos**. Lisboa, Edições 70, 1988.

KAUFMAN, Robert R.; SEGURA-UBIERGO, Alex. Globalização, política interna e gasto social na América Latina: uma análise de corte transversal com série temporal, 1973-1997. **DADOS – Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v.44, n 3, p.435-479, 2001.

KING, Desmond S. O Estado e as estruturas sociais de bem-estar em democracias industriais avançadas. **Novos Estudos CEBRAP**, n.22, p.45-52, out.1988.

KLIKSBERG, Bernardo. **Desigualdade na América Latina**: o debate adiado. São Paulo : Cortez; Brasília : UNESCO, 2000.

_____. **Falácias e mitos do desenvolvimento social**. São Paulo : Cortez; Brasília, DF : UNESCO, 2001.

LAURELL, Asa C. Para um novo Estado de bem estar na América Latina. **Lua Nova**, São Paulo, n.45, p.187-204, 1998.

LEHER, Roberto. **Da ideologia do desenvolvimento à ideologia da globalização**: a educação como estratégia do Banco Mundial para “aliviar” a pobreza. 1998. Tese (Doutorado em Educação) – USP, São Paulo.

LÊNIN, V. I. **O Estado e a revolução**. São Paulo : HUCITEC, 1986.

LIMA, Ana L. M. de C. Mensuração da pobreza: uma reflexão sobre a necessidade de articulação de diferentes indicadores. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.40, p.129-141, jan./abr.2004.

LIMOEIRO-CARDOSO, Miriam. Ideologia da globalização e (des) caminhos da ciência social. In: GENTILI, Pablo (org.). **Globalização excludente**: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial. 3. ed. Petrópolis : Vozes; Buenos Aires : CLACSO, 2000.

LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo : Martin Claret, 2002.

LONDOÑO, Juan L. Pobreza, desigualdade, política social e democracia. In: LANGONI, Carlos G. (coord.). **A nova América Latina**. 2. ed. Rio de Janeiro : Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1997.

LUXEMBURGO, Rosa. **Reforma ou revolução**. 3.ed. São Paulo : Expressão Popular, 2003.

MADDISON, Angus. Desempenho da economia mundial desde 1870. In: GALL, Norman et al. **Nova era da economia mundial**. São Paulo : Pioneira/Instituto Fernand Braudel de Economia Mundial, 1989.

MANDEL, Ernest. **O capitalismo tardio**. São Paulo : Abril Cultural, 1982.

_____. **A crise do capital**: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo : Ensaio; Campinas : Editora da UNICAMP, 1990.

MARINHO, Manuela e AMARO, Maria Inês. Política social na União Européia. **Intervenção Social**, Lisboa, ano X, n.22, p.79-112, dez. 2000.

MARQUES, Eduardo C. Notas críticas à literatura sobre Estado, políticas estatais e atores políticos. **BIB**, São Paulo, n.43, p.67-102, 1º sem. De 1997.

MARTINS, José de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2. ed. Rio de Janeiro : Vozes, 2002.

_____. **Exclusão social e a nova desigualdade**. 2. ed. São Paulo : Paulus, 2003.

MARX, Karl . **Teoria da mais-valia** – livro 4 de O capital , V.1. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1980.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro 1, Volume I e II. 10. ed. São Paulo : DIFEL, 1985a.

_____. **O capital**: crítica da economia política. Livro 3, Volume V. 4.ed. São Paulo : DIFEL, 1985b.

_____. **As lutas de classes**. Rio de Janeiro : Cátedra, 1986.

_____. **Trabalho assalariado e capital**. 4. ed. São Paulo : Global, 1987.

_____. **O Dezoito Brumário de Louis Bonaparte**. 2. ed. São Paulo : Centauro, 2000.

_____. **Manuscritos econômico-filosóficos**. São Paulo : Martin Claret, 2004.

_____. A guerra civil na França. In: Marx, K. e ENGELS, F. **Obras escolhidas vol.2**. São Paulo : Alfa-Omega, s/d.

_____. Crítica ao Programa d Gotha. In: Marx, K. e ENGELS, F. **Obras escolhidas vol.2**. São Paulo : Alfa-Omega, s/d.

MARX, K. e ENGELS, F. **A ideologia alemã (Feuerbach)**. 6.ed. São Paulo : HUCITEC, 1986.

_____. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo : Martin Claret, 2002.

MEDEIROS, Carlos A. de. Desenvolvimento econômico, distribuição de renda e pobreza. In: FIORI, José L.; MEDEIROS, Carlos (orgs.). **Polarização mundial e crescimento**. Petrópolis : Vozes, 2001.

MELLO, Patrícia R. de; CORRÊA, Angela M. C. J. Salário mínimo: evolução histórica, desigualdade e pobreza no Brasil. **Impulso**, Piracicaba, v.13, n.30, p.101-110, 2002.

MÉSZÁROS, István. **A necessidade do controle social**. São Paulo : Ensaio, 1987.

_____. **Produção destrutiva e Estado capitalista**. São Paulo : Ensaio, 1989.

_____. **Filosofia, ideologia e ciências sociais**: ensaios de negação e afirmação. São Paulo : Ensaio, 1993.

_____. **O poder da ideologia**. São Paulo : Ensaio, 1996.

_____. **Para além do capital**. São Paulo : Boitempo/Editora da UNICAMP, 2002.

MILIBAND, Ralph. Estado. In: OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro : Zahar, 1996.

MINOGUE, Kenneth. Liberalismo. In: OUTHWAITE, W. e BOTTOMORE, T. **Dicionário do Pensamento Social do Século XX**. Rio de Janeiro : Zahar, 1996.

MICK, Jacques. **O caráter social do crédito**: microcrédito, combate à pobreza e desenvolvimento alternativo – a experiência brasileira e o caso da Portosol (1996-2002). 2003. Tese (Doutorado em Sociologia política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis.

MOLLER, Iver H.; HESPANHA, Pedro. Padrões de exclusão e estratégias pessoais. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, n.64, p.55-79, dez. 2002.

MONTAÑO, Carlos. Das “lógicas do Estado” às “lógicas da sociedade civil”: Estado e “terceiro setor” em questão. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XX, n.59, p.47-79, março 1999.

MORETTO, Nivaldo R. **Formação sindical-profissional da Central Única dos Trabalhadores (CUT), desemprego e a configuração atual do mercado capitalista**. 2004. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina.

NETTO, José P. **Marxismo impenitente**: contribuição à história das idéias marxistas. São Paulo : Cortez, 2004.

OLIVEIRA, Luciano. Os excluídos ‘existem’? Notas sobre a elaboração de um novo conceito. **RBCS**, São Paulo, ano 12, n.33, p.49-61, fev.1997.

O’NEILL, Paul. O combate à pobreza global. Perspectivas Econômicas – **Revista Eletrônica do Departamento de Estados dos EUA**. v.6, n.3, set. 2001. In: <http://usinfo.state.gov/journaus/ites/0901/ijep/toc.htm> – acessado em 27/04/2005.

PARADA, Miguel B. Educación y pobreza: una relación conflictiva. In.: ZICCARDI, Alicia. **Pobreza, desigualdad social y ciudadanía**: los límites de las políticas sociales en América Latina. 2.ed. Buenos Aires : CLACSO, 2002.

PEREIRA, Potyara A. P. O Estado de Bem-Estar e as controvérsias da igualdade. **Sociedade e Estado**, v.1, n.1, p.11-24, jun.1986.

_____. **Necessidades humanas**: subsídios à crítica dos mínimos sociais. 2. ed. São Paulo : Cortez, 2002.

_____. A nova divisão social do bem-estar e o retorno do voluntariado. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXIV, n.73, p.75-100, mar. 2003.

PEREIRINHA, José. A (re)definição dos direitos sociais face à crise do Estado-Providência e ao fenómeno da exclusão social. **Intervenção Social**, Lisboa, ano VII, n. 15/16, p.131-142, dez. 1997.

PINTO, Nelson P. A. O capitalismo financeiro. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.5, p.9-26, 1997.

POCHMANN, Márcio; AMORIM, Ricardo (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil**. São Paulo : Cortez, 2002.

POCHMANN, Márcio et al. (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil (Vol.2: Dinâmica e manifestação territorial)**. São Paulo : Cortez, 2003.

POCHMANN, Márcio et al. (orgs.). **Atlas da exclusão social no Brasil (vol.3: Os ricos no Brasil)**. São Paulo : Cortez, 2004a.

POCHMANN, Márcio et. al. (orgs.). **Atlas da exclusão social (vol.4: A exclusão no mundo)**. São Paulo : Cortez, 2004.

POCHMANN, Márcio et. al. (orgs.). **Atlas da exclusão social (vol.5: Agenda não liberal da inclusão social no Brasil)**. São Paulo : Cortez, 2005.

POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo : Martins Fontes, 1977.

_____. **O Estado, o poder, o socialismo**. 3.ed. Rio de Janeiro : Graal, 1980.

PRZEWORSKY, Adam; WALLERSTEIN, Michael. O capitalismo democrático na encruzilhada. **Novos Estudos SEBRAP**, n.22, p.29-44, outubro de 1988.

PRZEWORSKY, Adam. **Estado e economia no capitalismo**. Rio de Janeiro : Relume-Dumará, 1995.

REIS, Elisa P. Concepções da elite sobre pobreza e desigualdade. **RBCS**, São Paulo, n.42, p.143-152, fev.2000.

REZENDE, Flávio da C. Gastos públicos e mudanças recentes no papel do Estado Nacional: uma análise comparada entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. **Novos Estudos CEBRAP**, n.62, p.123-139, mar.2002.

ROCHA, Sônia. Governabilidade e pobreza: o desafio dos números. In: VALLADARES, Lúcia e COELHO, Magda P. (orgs.). **Governabilidade e pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro : Civilização Brasileira, 1995.

_____. Pobreza e desigualdade no Brasil: o esgotamento dos efeitos distributivos do Plano Real. Rio de Janeiro : IPEA, **Texto para Discussão** n. 721, abril de 2000.

_____. Opções metodológicas para estimação de linhas de indigência e pobreza no Brasil. Rio de Janeiro : IPEA, **Texto para Discussão** n. 720, abr. de 2000a.

_____. Pobreza no Brasil: o que mudou nos últimos 30 anos?. **Estudos e pesquisas**, n.83, set. de 2004. In.: www.forumnacional.org.br – acessado em 04/01/2005.

ROCHA, Sônia; ALBUQUERQUE, Roberto C. de. Geografia da pobreza extrema e vulnerabilidade à fome. **Estudos e pesquisas**, n.54, set. de 2003. In.: www.forumnacional.org.br – acessado em 04/01/2005.

ROSANVALLON, Pierre. **A crise do Estado Providência**. Inquerito : Lisboa, 1984.

ROSDOLSKY, Roman. **Gênese e estrutura de O capital de Karl Marx**. Rio de Janeiro : EDUERJ/Contraponto, 2001.

SALAMA, Pierre. **Pobreza e exploração do trabalho na América Latina**. São Paulo : Boitempo, 1999.

_____. Novas formas de pobreza na América Latina. In: GENTILI, Pablo (org.). **Globalização excludente: desigualdade, exclusão e democracia na nova ordem mundial**. 3. ed. Petrópolis : Vozes; Buenos Aires : CLACSO, 2000.

SALAMA, Pierre; DESTREMAU, Blandine. **O tamanho da pobreza: economia política e distribuição da renda**. Rio de Janeiro : Garamond, 1999.

SCHERER-WARREN, Ilse. As múltiplas faces da exclusão nas lutas pela cidadania. **Caderno CRH**, Salvador, v.17, n.40, p.55-60, jan./abr.2004.

SCHWARTZMAN, Simon. **As causas da pobreza**. Rio de Janeiro : FGV, 2004.

_____. **Pobreza, exclusão social e modernidade: uma introdução ao mundo contemporâneo**. São Paulo : Augurium, 2004a.

SINGER, Paul. Economia solidária *versus* economia capitalista. **Sociedade e Estado**, Brasília v. XVI, n.1-2, p.100-112, jan.-dez.2001.

SOARES, Laura T. R. **Ajuste neoliberal e desajuste social na América Latina**. Petrópolis : Vozes, 2001.

_____. **Pobreza urbana: a nova prioridade do novo Ministério Social**. In: www.outrobrasil.net – acessado em 21/03/2004.

SOTO, Silvia F. El concepto de pobreza en la teoría marxista. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 73, ano XXIV, março de 2003.

SOUZA, Fernando P. de. A intransparência da globalização. **Debate**, n.1, p. 2-13. UFSC/CNPq, dez.1998.

SOUZA, Marcelo M. C. de. A construção de uma linha de riqueza a partir da linha de pobreza. Brasília : IPEA, **Texto para Discussão** n. 812, jul. de 2001.

_____. **O que faz os Ricos ricos**: um estudo sobre os fatores que determinam a riqueza. 2003. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de Brasília, Brasília.

_____. Estrutura familiar e rendimento do trabalho dos ricos. **DADOS**, Rio de Janeiro, v.47, n.2, p.365-382), 2004.

SPOSATI, Aldaíza de O. **Vida urbana e gestão da pobreza**. São Paulo : Cortez, 1988.

_____. Mínimos sociais e Seguridade Social: uma revolução da consciência da cidadania. **Intervenção Social**, Lisboa, ano VIII, n.17-18, p.197-225, dez.1998.

_____. Pobreza e cidadania no Brasil contemporâneo: um comentário do relatório da Comissão Mista Especial da Câmara e do Senado. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XXI, n.63, p.45-60, jun. 2000.

TAVARES, Maria C.; MELIN, Luiz E. Pós-escrito 1997: a reafirmação da hegemonia norte americana. In: TAVARES, Maria C.; MELIN, Luiz E (orgs.). **Poder e dinheiro**: uma economia política da globalização. Petrópolis : Vozes, 1997.

TELLES, Vera da S. **Pobreza e cidadania**. São Paulo : Editora 34, 2001.

TEMER, Milton. Um governo subalterno e decepcionante. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.18, p.149-151, 2004.

TÉVOÉDJRÉ, Albert. **A pobreza, riqueza dos povos**: a transformação pela solidariedade. 2. Ed. São Paulo : Cidade Nova/Vozes, 1982.

TOWNSEND, Peter. Pobreza. In: OUTHWAITE, Willian e BOTTOMORE, Tom. **Dicionário do pensamento social do século XX**. Rio de Janeiro : Zahar, 1996.

TUMOLO, Paulo S. Trabalho: categoria sociológica chave e/ou princípio educativo? O trabalho como princípio educativo diante da crise da sociedade do trabalho. **Perspectiva**. Florianópolis, v.4, n.26, p.39-70, jul./dez, 1996.

_____. Trabalho, vida social e capital na virada do milênio: apontamentos de interpretação. **Educação e Sociedade**, v. 24, n. 82, p.159-178, abril de 2003.

TUMOLO, Paulo S.; TUMOLO, Ligia M. S. A vivência do desempregado: um estudo crítico do significado do desemprego no capitalismo. **Trabalho, Educação e Saúde**. Rio de Janeiro, v.2, n.2, p.327-344, 2004.

UL HAQ, Mahbud. **A cortina da pobreza**: opções para o Terceiro Mundo. São Paulo : Ed. Nacional, 1978.

VENANZI, Augusto de. Pobreza y desigualdad en la era de la globalización. In: CACCIAMALI, Maria C.; BANKO, Catalina; KON, Anita. (orgs.) **Los desafíos de la política social en América Latina**. São Paulo : PUC, 2002.

VIANNA, Maria L. T. V. **A americanização (perversa) da seguridade social no Brasil**: estratégias de bem-estar e políticas públicas. Rio de Janeiro : Revan/IUPERJ, 1998.

VOIGT, Léo. O fomento aos famiempresários: uma nova forma de política social. In: GAIGER, Luiz I. (org.). **Formas de combate e resistência à pobreza**. São Leopoldo: UNISINOS, 1996.

WACQUANT, Loïc. A aberração carcerária à moda francesa. **DADOS**, Rio de Janeiro, v.47, n.2, p.215-232, 2004.

WANDERLEY, Luiz E.W. Enigmas do social. In: BELFIORI-WANDERLEY, Mariangela; BOGUS, Lúcia; YAZBEK, Maria C. (orgs.). **Desigualdade e a questão social**. 2.ed. São Paulo : EDUC, 2000.

WOOD, Ellen M. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro : Zahar, 2001.

_____. O que é (anti)capitalismo?. **Crítica Marxista**, São Paulo, n.17, p.37-50, nov.2003.

_____. **Democracia contra capitalismo**: a renovação do materialismo histórico. São Paulo : Boitempo, 2003a.

ZALUAR, Alba. Exclusão e políticas públicas: dilemas teóricos e alternativas políticas. **RBCS**, São Paulo, v.12, n.35, p. 29-47, out.1997.